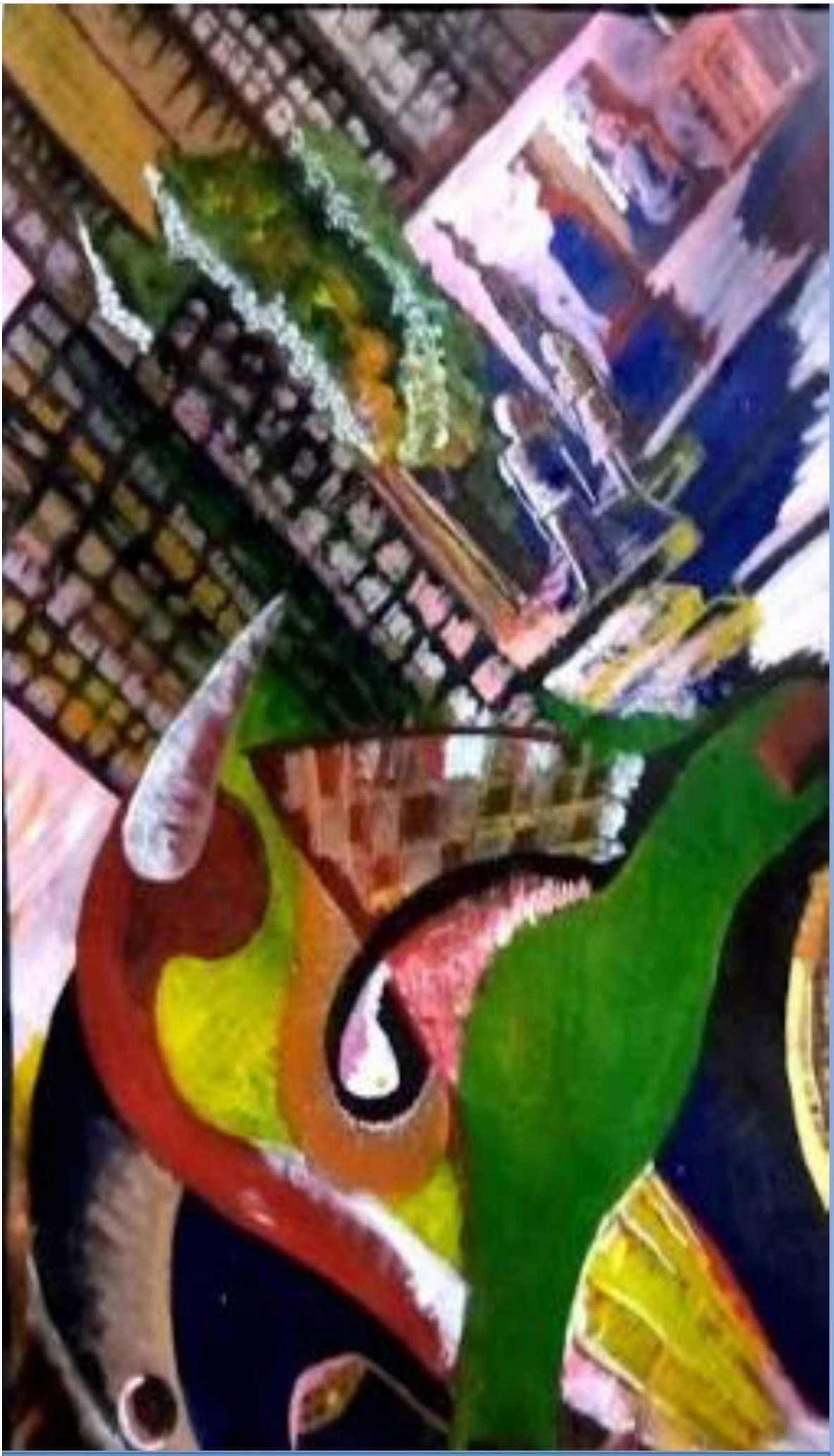


A gramaticalização do português nas suas variedades e as políticas linguísticas para a autoestima e democracia linguística

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

thesis editora científica

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

A gramaticalização do português nas suas variedades e as políticas linguísticas para a autoestima e democracia linguística

thesis editora científica

Todos os direitos desta edição reservados a Editora. Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei. A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Capa: A. A. Timbane
Quadro da capa: Pintura de Nilza Dadá (+258 86 54 13 815), Docente da Universidade Save
Colaboração: Prof. Ângelo Mawai (Universidade Save - Moçambique)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Gramaticalização do português nas suas variedades e as políticas linguísticas para a autoestima e democracia linguística [livro eletrônico] / organização Alexandre António Timbane. -- Teresina, PI : Thesis Editora Científica, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83199-44-7

1. Democracia 2. Língua portuguesa – Gramática 3. Linguística 4. Políticas educacionais I. Timbane, Alexandre António.

26-344643.0 CDD-469

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa 469

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Comitê Científico

Prof. Dr. Afonso Filipe João (Universidade de Católica de Angola)
Prof. Dr. Alexandre António Timbane (UNILAB/UEFS - Brasil)
Prof. Dr. André Artur Dalama Tchipaco (Universidade Cuito Cuanavale –Angola)
Prof. Dr. Ângelo Américo Maua (Universidade Save-Moçambique)
Prof. Dr. Antônio Felix de Souza Neto (Universidade Federal do Sergipe-Brasil)
Prof. Dr. Davi Borges de Albuquerque (Unidade de Nankai-China)
Prof. Dr. Eduardo David Ndombele (Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge).
Prof. Dr. Gervásio Absolone Chambo (Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique)
Prof. Dr. José Gabriel Ganga (Universidade de Évora-Portugal)
Prof. Dr. Leonardo Tuyenikumwe Pedro (Universidade do Namibe-Angola).
Prof. Dr. Luís Rodrigues (Universidade de Santiago–Cabo Verde)
Prof. Dr. Omar Salim-Ouro (Universidade de Brasília -Brasil)
Prof. Dr. Rajabo Alfredo Mugabo Abdula (UNESP-Brasil)
Prof. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida (PPGEL/UEFS-Brasil)
Profa. Dra. Jeanine Emanuella Marques Henriques da Silveira (Universidade Católica de Angola)
Profa. Dra. Andrea Cristina Muraro (UNILAB -Brasil)
Profa. Dra. Célia Adriano Cossa Mutevuia (Univ. Pedagógica-Moçambique)
Profa. Dra. Crisófia Langa da Camara (Univ. Eduardo Mondlane–Moçambique)
Profa. Dra. Kelly Priscila Lóddo Cezar (Universidade Federal do Paraná –Brasil) Profa. Dra. Leonarda Jacinto José Maria Meneses (Univ. Eduardo Mondlane)
Profa. Dra. Maria Goreti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde)
Profa. Dra. Sarita Monjane Henriksen (Universidade de Salamanca-Espanha)
Profa. Dra. Silvana Silvia de Farias Araújo (PPGEL/UEFS-Brasil)

Autores

Adelino João Mavinga
Alexandre António Timbane
Almirante Fernando Ié
Amade Assane Ossufo,
Belo Nanque
Carlos Manuel Simão João
Celestino Domingos Kutala
Crispal da Costa Quiquelo
Daniel Peres Sassuco
Eduardo Ferreira dos Santos
Elídio Tinei Keniasse
Elizabeth Alfredo Capathia Nahia
Esmerildo Kita Evaristo
Eugénio Eurico Chiulele
Felismino da Conceição Paulo Sérgio
Gaspar António Torres Pagarache
Inácio Sanhá Na Fina
Janayne Gabrielle Alves Martins
João Domingos Pedro
João Muteteca Nauege
José Batista Adriano Victorino
José Justino Arsénio Morais
José Luís Dias
Kambulo Mika Costa Ntoto
Luzinha Brígida de Jesus
Malungu Job Mateva
Margarida Laura Alexandre Timbane
Paulino Soma Adriano
Pedro Djedjo
Romário Bomfim
Saudinho Rafael Saúde
Suzete da Gama Faria
Tito Djata

Pareceristas

Abias Alberto Catito
Adilson Paulino Chijica Lizewete
Antônio Félix de Souza Neto
Benjamim Fernando
Bernardo Sacanene
Betuel Vunda José Tomé
David Zefanias Chonane
Diocleciano Nhatuve
Elias de Souza Santos
Gilberto Pedro João Sonhi
Gislene Lima Carvalho
Hélder Pande Alexandre
Higor Teixeira dos Santos
Hilda Braz Silva Sousa
José Evaristo Kondja
José Gabriel Ganga
Lucas Augusto Cabi
Mamadú Saliu Djaló
Marcos Nunes Junior
Mauricio Bernardo
Óscar Rosário Jorge Daniel
Queura Daniel Notícia Gouveia
Thiago Evangelista
Victor Mariano

Sumário

Introdução 09
Organizador

1. Perspectivas da política linguística e o lugar do português na educação angolana e angolana 17
Alexandre António Timbane

2. A variação lexical dos termos "corno" e "prostituta" no português de Angola 42
Crispal da Costa Quiquelo, Kambulo Mika Costa Ntoto, Malungu Job Mateva, Alexandre António Timbane

3. O papel da língua materna na construção da gramática da segunda língua 55
Adelino João Mavinga

4. Abordagem didático-pedagógica para um ensino do português como língua segunda em Angola 63
João Domingos Pedro & Celestino Domingos Kutala

5. Características lexicais do português no corpus da variedade angolana 72
José Batista Adriano Victorino

6. A influência das línguas autóctones de Moçambique e de Angola na formação dos verbos nas variedades locais 83
Eugénio Eurico Chiulele, Felismino da Conceição Paulo Sérgio & Alexandre António Timbane

7. Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola 98
João Muteteca Nauege

8. O léxico do preconceito contra mulher nas redes sociais de angolanos e guineenses 109
Tito Djata, Suzete da Gama Faria, Alexandre António Timbane

9. Regência verbal no português culto de Angola: tendência para apagamento e substituição de preposições 126
Paulino Soma Adriano

10. Discussões preliminares sobre as preposições em verbos de movimento na escrita do português angolano 136
Romário de Encarnação Bomfim & Eduardo Ferreira dos Santos

11. Implicação morfossemântica da categoria "género" dos substantivos bantu no português falado em Luanda 150
Daniel Peres Sassuco

12. As interjeições no português angolano: a língua e a cultura em debate sob perspectiva sociolinguística 161
Felismino da Conceição Paulo Sérgio, Alexandre António Timbane

13. Uso dos determinantes demonstrativos: "*esse*" *e* "*este*" na variedade angolana de português 174
Esmerildo Kita Evaristo

14. Marcas do discurso oral do português moçambicano, um olhar aos falantes do ciwute: Caso de alunos da 9ª classe na Escola Secudária Geral de Marera – Macate - Moçambique 187
Amade Assane Ossufo, Elizabeth Alfredo Capathia Nahia, José Luís Dias

15. A variação lexical do português moçambicano: o caso dos empréstimos léxico-semânticos em jornais impressos 198

Elidio Tinei Keniasse, Gaspar António Torres Pagarache, Saudinho Rafael Saúde, Alexandre António Timbane

16. O português angolano nas músicas do kuduro: analisando marcas de angolanismos lexicais da língua falada 213

Janayne Gabrielle Alves Martins, Alexandre António Timbane

17.Em busca de uma política linguística crítica em São Tomé e Príncipe: caminhos e desafios 243

Alegria Emanuel João, Bruna Mirela Gomes do Nascimento, Crispal da Costa Quiquelo, Kambulo Mika Costa Ntoto, Alexandre António Timbane

18.Políticas linguísticas na Guiné-Bissau: o status das línguas faladas no território guineense 261

Pedro Djedjo; Almirante Fernando Ié, Inácio Sanhá Na Fina, Belo Nanque, Alexandre António Timbane

19.A variação lexical na culinária timorense: o léxico e a cultura em diálogo 271

Luzinha Brígida de Jesus, Alexandre António Timbane

20.Política e planejamento linguístico: situação sociolinguística de Moçambique 281

José Justino Arsénio Morais, Carlos Manuel Simão João, Margarida Laura Alexandre Timbane

Minibiografias dos autores 294

Introdução

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Timor Leste são caracterizados por uma multiplicidade de línguas autóctones que coabitam com a língua oficial - a língua portuguesa. Nesses países há desafios sociolinguísticos semelhantes porque a independência política foi proclamada faltando as independências linguísticas, uma vez que as variedades de português não possuem dicionários, nem gramáticas. Por outro lado, as línguas locais não possuem nenhum estatuto privilegiado, o que periga a existência das mesmas no tempo e no espaço.

As políticas linguísticas estabelecidas contrariam a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945) que são documentos internacionais reconhecidos e ratificados por 193 países. Os documentos relativos à política linguística nos PALOP e em Timor Leste colocam em perigo as línguas locais. A luta pela causa linguística ainda é pouco visível uma vez que ideologia colonial ainda domina e não há iniciativas de preservação das línguas de origem africana e asiática no caso de Timor Leste. Só há um bom planejamento linguístico quando houver uma política linguística mais sólida e protetora das línguas das comunidades que fazem parte da nação.

Estudos e pesquisa sobre as políticas linguísticas são necessários porque há línguas em perigo de desaparecimento e outras em perigo de extinção resultante de políticas linguísticas e do planejamento linguístico falhos desde a proclamação das independências. Após meio século de independências, as línguas africanas não são ensinadas, nem fazem parte das línguas prestigiadas. Este cenário já não é causado pelo colono, mas sim pelos políticos locais que tomam decisões quivocadas em nome do povo. As comunidades linguísticas desejariam que as suas línguas fossem revitalizadas e ensinadas para as novas gerações, mas infelizmente está longe acontecer.

Por outro lado, a língua portuguesa falada nesses países está distante da variedade portuguesa de português, o que promove desconfiaça e baixa autoestima de quem fala. Os professores desejam falar como portugueses, ensinam a língua portuguesa baseando-se na gramática normativa usando a memorização como a única forma de ensinar. É falácia lutar para falar como portugueses porque mesmo em Portugal não há homogeneidade linguística. A língua varia e muda à medida que a sociedade se movimenta nesse sentido (Timbane, Berlinck, 2012) e é necessário que a escola valorize as variedades locais sem preconceito. Não existe uma única forma de falar português, o que significa que os falantes precisam sempre se ajustar aos contextos de comunicação.

Timbane e Berlinck (2012) criticam o preconceito linguístico dos professores que por meio destes, é repassado para os alunos. Muitos professores ainda reprimem qualquer tipo de manifestação da variadade punindo o erro, riscando as palavras localmente usadas, descontando notas nas provas e promovendo a reprovação dos alunos. A norma-padrão, por ser uma norma artificial que não reflete os reais usos do dialeto, tem retirado a autoestima e a autoconfiança dos alunos porque em muitos momentos os alunos jamais conseguem dominar todos os temas da gramática previstos nas obras de gramática.

A presente obra “A gramaticalização do português nas suas variedades e as políticas linguísticas para a autoestima e democracia linguística” busca construir uma tranquilidade linguística por meio do lançamento de propostas descritivas da gramática para que no futuro breve se possa criar instrumentos tipicamente próprios da variedade local de português (dicionários e dicionários). Os processos da gramatização são normais em todas as línguas em uso e refletem as culturas dos falantes da variedade.Por exemplo, uma simples palavra como “rapariga” significa “menina” em Moçambique e “prostituta” no Brasil. A palavra “bicha” em Angola significa “fila” e no Brasil é um termo popular usado para se referir a homens homossexuais. Aqui temos exemplos que ilustram como a variedade deixa rastros da cultura e das tradições de uma comunidade de fala.

A gramaticalização ocorre quando um item lexical ou construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, podendo mudar de categoria sintática (=recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrendo alterações semânticas e fonológicas, deixando de ser uma forma livre e até desaparecer como conseqüência de uma cristalização extrema (Ataliba, 1997a). Em outras palavras gramaticalização é a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para um mais gramatical, isto é, de formante derivativo pata formante flexional (Castilho, 1997b, p.110).

O processo da gramaticalização é um processo que é observado primariamente por meio pesquisas científicas que pelo método científico buscarão descrever a manifestação dos fenômenos linguísticos. É com base nessas pesquisas que se sistematizam as ocorrências e se caminha para um registro mais formal. Falar de uma variedade é apenas reconhecer a existência de um ou de vários conjuntos de diferenças, de uma ou de várias variedades e recusar estabelecer entre essas variedades uma hierarquia.

Entendemos por variação linguística a forma como uma determinada comunidade linguística se diferencia de outra, sistemática e coerentemente tendo em conta os contextos sociais. A língua é parte da cultura de um povo, fundamentalmente, é ela um sistema importante para que sejam estabelecidas relações comunicacionais entre os falantes de uma determinada comunidade, a depender da necessidade da urgência que tem os indivíduos no momento da comunicação. Para melhor entendermos essa questão é fundamental que lancemos um olhar mais profundo sobre as questões sociais que envolvem o diálogo entre língua(gem), meio e falante (Timbane e Santos, 2017).

O livro é composto por vinte (20) capítulos. O primeiro “Perspectivas da política linguistica e o lugar do português na educação angolana e moçambicana” da autoria de Alexandre António Timbane faz um estudo comparativo analisando a política linguística de Angola e de Moçambique. Este estudo foi apenas um recorte para melhor instigar estudos mais profundos em monografias, teses e dissertações. O capítulo descreveu as características sociolinguísticas e as políticas linguísticas de Angola e de Moçambique, definindo conceitos de empréstimos e de estrangeirismos que muitas das vezes são confundidos por estudantes de linguística e aprofundamos o conceito de lexicultura. Por meio da língua há construção de relações de irmandade, de aproximação, de amizade e sobretudo de criação de laços. Pessoas que falam a mesma língua tem tendência à aproximação como se fossem provenientes da mesma família.

O segundo capítulo “A variação lexical dos termos ‘corno’ e ‘prostituta’ no português de Angola” da autoria de Crispal da Costa Quiquelo, de Kambulo Mika Costa Ntoto, de Malungu Job Mateva e de Alexandre António Timbane aborda sobre a variação lexical dos termos “corno” e “prostituta” no português falado em Angola, evidenciando como esses vocábulos se transformam em diferentes contextos socioculturais. O estudo investigou os usos, significados e equivalentes lexicais desses termos na variedade angolana do português; identificou-se as regiões de ocorrência; e propôs-se subsídios para a criação de um dicionário que represente essa variedade. Os resultados mostraram que os termos “corno” e “chifruda” foram os mais recorrentes para designar pessoas traídas. Para se referir a profissionais do sexo, “prostituta” e “mulher do game” são os mais citados.

O terceiro capítulo “O papel da língua materna na construção da gramática da segunda língua” da autoria de Adelino João Mavinga estuda as variações linguísticas do português angolano descrevendo a origem e a dinamicidade do português. Em Luanda, o contacto do Português com as diversas línguas deu origem a alguns aspectos novos, que caracterizam o Português aí falado e que se reflectem na construção da gramática da segunda língua. O capítulo discutiu a influência da língua materna na aquisição da língua segunda, neste caso, em especial, na Língua Portuguesa. Fez-se recurso aos estudos de Chomsky (1981), precisamente à teoria da Gramática Universal, bem como às teorias de hipóteses da construção da gramática da língua segunda, postuladas por Bley-Vroman e Yoshinaga (1992), por Vainikka e Young-Scholten (1994, 1996) e ainda por Schwartez e Sprouse (1994, 1996).

O quarto capítulo “Abordagem didático-pedagógica para um ensino do português como língua segunda em Angola” da autoria de João Domingos Pedro e de Celestino Domingos Kutala faz uma abordagem voltada para o ensino do português em Angola numa perspectiva contextual. A pesquisa dissemina e promove a aprendizagem da língua enquanto meio de identificação nacional e internacional. Os autores defendem que o professor como agente primário da disseminação deste processo deve adequar o seu modo de ensino à verdadeira realidade línguística do país, o que passa necessariamente pelo respeito à variedade angolana do português. Diante desses factos, sugere-se as metodologias ativas que incorporem aspectos da realidade do aluno como pressuposto para um ensino que privilegia aspectos culturais, sociolinguísticos.

O quinto capítulo “Características lexicais do português no corpus da variedade angolana” da autoria de José Batista Adriano Victorino discorre sobre as características lexicais do português na variante angolana identificadas nos textos e jornais *online* da imprensa angolana e em obras de Boaventura Cardoso na tentativa de descrever as unidades lexicais que caracterizam o português variedade angolana. Essas unidades neológicas são chamadas de angolanismos pelo facto de possuírem elementos das línguas nacionais de origem africana. A pesquisa artigo, servem de amostra para comprovar que, de facto, o léxico do português variante angolana possui um conjunto de unidades lexicais que nos caracterizam.

O sexto capítulo “A influência das línguas autóctones de Moçambique e de Angola na formação dos verbos nas variedades locais” da autoria de Eugénio Eurico Chiulele, de Felismino da Conceição Paulo Sérgio e de Alexandre António Timbane investiga a influência das línguas autóctones, em especial as de origem bantu, na formação de verbos nas variedades do português de Angola e de Moçambique. A pesquisa adota uma abordagem sociolinguística e descritiva, revelando como o contato linguístico entre o português e as línguas nativas dá

origem a formas verbais híbridas, neologismos morfológicos e construções sintáticas inovadoras. A pesquisa analisou as características dos verbos utilizados no português angolano e no português moçambicano, considerando os significados que eles carregam em função das variáveis sociais e linguísticas envolvidas. Conclui-se que essas influências não representam uma simples deturpação linguística, mas sim evidenciam a riqueza cultural e a dinâmica evolutiva do português em contextos pós-coloniais, contribuindo para a consolidação de identidades linguísticas próprias de Angola e de Moçambique.

O sétimo capítulo "Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola" da autoria de João Muteteca Nauege discute as diferentes perspectivas que podem ser adoptadas para o ensino-aprendizagem do vocabulário. As propostas metodológicas em relação ao ensino-aprendizagem do vocabulário como a face exposta do léxico, ou léxico activo, não são consensuais no que concerne ao seu ensino-aprendizagem. O ensino do vocabulário pode processar-se de forma explícita ou implícita. Uma das finalidades que se prende com a sua inserção é a valorização e preservação das línguas nativas de Angola, que em função da oficialização do português como a única língua para a comunicação internacional, escolarização e do Estado, as línguas angolanas de matriz bantu e não bantu viram a sua importância diminuída. A pesquisa conclui que o ensino-aprendizagem de vocabulário no ensino primário em Angola, pode ser feito com a assunção de uma abordagem de complementaridade, dependendo do contexto, pois, a determinação de abordagem explícita ou implícita pressupõe saber se os alunos que estão a aprender o português o têm como língua primeira ou língua segunda.

O oitavo capítulo "O léxico do preconceito contra mulher nas redes sociais de angolanos e guineenses" da autoria de Tito Djata, Suzete da Gama Faria e de Alexandre António Timbane analisa o léxico do preconceito contra mulheres nas redes sociais de Angola e da Guiné-Bissau; analisa a linguagem (palavras e expressões) ofensivas em redes sociais de Angola e da Guiné-Bissau. Os principais resultados revelam que o português escrito/falado nas redes sociais de Angola e da Guiné-Bissau, embora rico em variações lexicais e fonológicas, é usado também como instrumento de opressão, evidenciando desigualdade de gênero, classe e raça nas práticas discursivas online. Da pesquisa conclui que a linguagem não é neutra, sendo espaço de disputas simbólicas que refletem estruturas sociais excludentes. O estudo propõe uma crítica profunda ao preconceito linguístico e chama atenção para a necessidade de responsabilizar comportamentos não aceitáveis no uso do léxico nas variedades angolana e guineense.

O nono capítulo "Regência verbal no português culto de Angola: tendência para apagamento e substituição de preposições" da autoria de Paulino Soma Adriano debate sobre a língua, pelo seu caráter dinâmico que nunca é exatamente a mesma em contextos ou realidades diferentes. O capítulo debate precisamente a confirmação ou infirmação da dificuldade que o professor angolano tem em "apurar" frases e textos conforme o padrão europeu através de um estudo sobre regência verbal. Da pesquisa se verificam ocorrências desviantes à norma-padrão europeia que os professores não reconhecem como tal, pois, consagradas pelo uso, fazem parte dos seus atos comunicativos não só em situações informais, mas também em situações formais. Embora alguns dos casos considerados desviantes ocorram igualmente no português de Portugal, tal facto não invalida a possibilidade de haver mais dificuldades em Angola do que em Portugal no que respeita ao emprego da norma padrão europeia. Por

isso, defende-se não apenas uma política linguística conducente à descrição contínua e, posteriormente, à normalização do português em Angola.

O décimo capítulo “Discussões preliminares sobre as preposições em verbos de movimento na escrita do português angolano” da autoria de Romário de Encarnação Bomfim e de Eduardo Ferreira dos Santos debate sobre as preposições que fazem parte do processo de complementação verbal ao constituírem o sintagma preposicional requerido como argumento de alguns tipos de verbos. Dentre esses verbos, consideram-se os verbos de movimento. Os verbos de movimento, ou direção, aqui são considerados como verbos que envolvem o deslocamento da “figura” em direção a um “ponto de referência”, sendo a “figura” representada pelo sujeito verbal, ou seja, é o sujeito que se desloca ao “ponto de referência”. A pesquisa aponta que as preposições são classificadas como elementos gramaticais de classes fechadas, ou seja, uma classe em que temos baixa possibilidade de criação de novos itens, dando um caráter de certa estabilidade para esta classe de palavras. Nota-se que há uma alternância no uso de preposições junto aos complementos direcionais de verbos de movimentos, com destaque à preposição "em", o que aponta estarmos diante de um traço inovador

O décimo primeiro capítulo “Implicação morfossemântica da categoria “género” dos substantivos bantu no português falado em Luanda” da autoria de Daniel Peres Sassuco preocupou-se e saber qual a origem da implicação morfossemantica da categoria “genero” no falar de Luanda. Procurou-se, ao longo do estudo, identificar e analisar a implicação do género das LB no português falado em Luanda, que são os principais objetivos deste estudo. Neste sentido, o autor dedicou-se à dedução e indução enquanto recursos metodológicos, que serviram de apoio para a pesquisa de campo, observação direta, pesquisa bibliográfica e descritiva com pendor contrastivo. Apresentou-se, nesta abordagem, a introdução sumária do estudo, a fundamentação teórica para o esclarecimento de conceitos de base e documentar uma ideia teórico-científica de precursores na área, terminando pela análise dos factos da categoria “género” de substantivos bantu e sua implicação no português falado em Luanda. Da pesquisa conclui-se que a língua tem uma constante dinâmica ao longo do tempo e em cada espaço onde vivem e convivem mais línguas e culturas. Angola é um país pluriétnica e multilíngue. O multilinguismo em Angola explica-se pela existência das línguas Bantu a coabitarem com a língua Portuguesa, esta como língua oficial e de escolarização no país.

O décimo segundo capítulo “As interjeições no português angolano: a língua e a cultura em debate sob perspectiva sociolinguística” da autoria de Felismino Sérgio e de Alexandre António Timbane estuda as interjeições nos estilos musicais Kuduro, Kizomba, Semba e Hip Hop e discute as relações entre língua e sociedade no contexto angolano e identificar traços próprios das interjeições à luz das relações entre língua e cultura. Os resultados indicam que as interjeições funcionam como ferramentas linguísticas de expressão indireta, carregadas de significados culturais e sociais que distinguem identidades socioculturais. Observações entre falantes nativos revelam a força e as nuances dessas interjeições na compreensão cultural e nas dinâmicas sociais. A pesquisa contribui para o debate sobre a interconexão entre língua e cultura, refletindo a vida social presente na língua em uso.

O décimo terceiro capítulo “Uso dos determinantes demonstrativos: “*esse” e “este”* na variedade angolana de português” da autoria de Esmerildo Kita Evaristo descreve o português angolano analisando os determinates esse e este. A pesquisa constituiu um *corpus* de análise; Discorreu sobre a aplicação

dos determinantes demonstrativos a partir de análise de corpus linguístico por textos de imprensa angolana; Faz um estudo comparativo dos determinantes demonstrativos entre o PE e o PA de modo a entender as particularidades de cada realidade linguística. Da pesquisa se conclui que propõe-se que o professor de Língua Portuguesa face às exigências que lhe são impostas ao leccionar tendo em conta as variedades linguísticas existentes no idioma em referência, deve assumir uma postura convidativa na sua aula respeitando a realidade e a cultura linguística dos alunos, de modo a integrá-los no processo de ensino-aprendizagem, evitando fazer juízos de valores ou privilegiar quaisquer uma normas existentes, mas desenvolver nos alunos a competência comunicativa

O décimo quarto capítulo "Marcas do discurso oral do português moçambicano, um olhar aos falantes do ciwute: Caso de alunos da 9ª classe na Escola Secundária Geral de Marera – Macate – Moçambique" da autoria de Amade Assane Ossufo, Elizabeth Alfredo Capathia Nahia e de José Luís Dias identifica as causa que geram a pronúncia própria dos falantes do ciwutee, verifica as divergências entre o português europeu e o português produzido por alunos falantes do ciwutee; compara o alfabeto fonético português e o alfabeto fonético do ciwutee. A pesquisa estudou como se processa a variante do português falado por alunos da 9ª classe falantes do Ciwutee, identificando suas causas e comportamento, com a busca por entender esta questão, foi possível comprovar que está forma em específico é resultado primário dos vocábulos da L1 da maioria dos alunos que pressupõe-se serem em primeira instância de ordem fonética, ou seja, assim como a maior parte das línguas do mundo, ela foi processada a nível da pronúncia, ganhando forma gráfica/escrita, com a realização de estudo e apresentação das primeiras propostas do sistemas ortográfico.

O décimo quinto capítulo "A variação lexical do português moçambicano: o caso dos empréstimos léxico-semânticos em jornais impressos" da autoria de Elidio Tinei Keniasse, Gaspar António Torres Pagarache, Saudinho Rafael Saúde e de Alexandre António Timbane analisa as características dos empréstimos lexicais em jornais publicados em Moçambique, buscando compreender a sua origem e os processos de integração na variedade moçambicana, partindo da problemática de como é que os léxicos achados nesses jornais ajudaram a identificar as características léxico-semânticas presentes no PM (Português moçambicano) e como foram se inserindo na comunicação diária dos falantes da variedade. Seguiu-se a metodologia bibliográfica e documental, buscando amparo teórico em livros e artigos que tratam sobre o assunto, principalmente na área da sociolinguística. Da pesquisa se conclui que a convivência entre as línguas em Moçambique não só enriquece o vocabulário do português, assim como, torna o português moçambicano uma variedade autêntica.

O décimo sexto capítulo "As marcas do português angolano nas músicas do kuduro: uma busca dos angolanismos lexicais da língua falada" da autoria de Janayne Gabrielle Alves Martins e de Alexandre António Timbane investiga essas variações léxico-semânticos no português angolano presente nas músicas de kuduro, explorando como o idioma se transforma nesse contexto e quais são os fatores que influenciam essas mudanças. A análise tem como pano de fundo a Constituição da Angola, que reforça a valorização da diversidade cultural e linguística do país, e o debate sobre o preconceito linguístico, conforme abordado por Marcos Bagno, que destaca a importância de combater hierarquias e estigmas associados às variações linguísticas. A pesquisa permitiu analisar e compreender as variações léxico-semânticas do português angolano refletidas nas letras das músicas de kuduro produzidas entre 2010 e 2024, confirmando a

importância desse gênero musical como um veículo poderoso de expressão cultural e linguística em Angola. A partir da análise das 20 letras de músicas de kuduro selecionadas, foi possível mapear um amplo repertório de angolanismos, neologismos, empréstimos e adaptações linguísticas para explicar a criatividade lexical da comunidade angolana e evidenciam a dinâmica sociolinguística em constante transformação.

O décimo sétimo capítulo “Em busca de uma política linguística crítica em São Tomé e Príncipe: caminhos e desafios” da autoria de Alegria Emanuel João, Bruna Mirela Gomes do Nascimento, Crispal da Costa Quiquelo, Kambulo Mika Costa Ntoto e de Alexandre António Timbane estuda como as políticas linguísticas implementadas no país têm respondido à necessidade de preservação das línguas nacionais frente à hegemonia do português e às pressões socioeconômicas. Parte-se da hipótese de que a ausência de políticas sistemáticas e inclusivas contribui para o risco de desaparecimento das línguas crioulas, enquanto iniciativas pontuais — como o ensino do lung’le na Ilha do Príncipe — demonstram que ações locais podem fortalecer identidades culturais e promover a revitalização linguística. A análise da realidade sociolinguística de São Tomé e Príncipe evidencia um quadro marcado por tensões históricas, políticas e culturais que moldaram profundamente o destino das línguas nacionais. O arquipélago, situado estrategicamente no Golfo da Guiné, tornou-se palco de intensos contatos linguísticos desde o período colonial, resultando na formação de crioulos de base portuguesa que hoje constituem parte essencial do patrimônio imaterial santomense.

O décimo oitavo capítulo “Políticas Linguísticas na Guiné-Bissau: o status das línguas faladas no território guineense” da autoria de Pedro Djedjo, Almirante Fernando Ié, Inácio Sanhá Na Fina, Belo Nanque e de Alexandre António Timbane analisa o status das línguas faladas no território guineense; descreve-se a situação sociolinguística no território guineense; debate-se sobre as políticas linguísticas na Guiné-Bissau; identificam-se as línguas predominantes em cada região do país. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que o multilinguismo é relativo ao uso ou domínio de diversas línguas por uma comunidade linguística. O domínio de várias línguas em contexto jamais constituiu um problema, pois cada língua é usada em contexto preciso de comunicação.

O capítulo décimo nono “A variação lexical na culinária timorense: o léxico e a cultura em diálogo” da autoria de Luzinha Brígida de Jesus e de Alexandre António Timbane defende que o léxico é a face mais evidente da língua e que ele está intimamente ligado à cultura. A pesquisa identifica e caracteriza as unidades lexicais relativos a culinária timorense com intuito de demonstrar que o português timorense existe e precisa de ser estudado e sistematizado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que por meio da coleta e análise compreender que muitas unidades lexicais são provenientes do tétum e das línguas locais. O léxico revela o património gastronômico local e mostra como os ingredientes se relacionam com a cultura e as tradições locais. Para além do uso do léxico local, a pesquisa instiga para a autoestima no uso da variedade local porque não é em Portugal onde se fala bem português. Apesar de Timor Leste não ter produzido dicionário, urge a necessidade de refletir para se possa construir um instrumento próprio que reflete a cultura local.

O vigésimo capítulo “Política e Planejamento Linguístico: Situação Sociolinguística de Moçambique” da autoria de José Justino Arsénio Morais, Carlos Manuel Simão João e de Margarida Laura Alexandre Timbane analisa as políticas linguísticas implementadas em Moçambique, considerando suas

implicações socioculturais, históricas e identitárias. Pode-se concluir que o estudo das políticas linguísticas se revela fundamental para a compreensão das ambivalências presentes no contexto moçambicano. Observa-se que, embora haja um esforço em promover a unidade nacional por meio da língua portuguesa, persistem tensões significativas decorrentes da diversidade cultural e linguística interna. Defende-se, nesse sentido, o reconhecimento formal do português moçambicano, bem como a necessidade de que as línguas autóctones transcendam o estatuto meramente simbólico, adquirindo efetiva funcionalidade nas instituições públicas e educacionais.

Referências

CASTILHO, A. T. de. Língua falada e gramaticalização. **Revista Filologia e Linguistica portuguesa**. n.1, p.107-120, 1997b.

CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. **Estudos Lingüísticos e Literários,** n. 19, p. 25-63, 1997a.

LEITE, M. Q. A construção da norma linguística na gramática do século XVII. **Revista Alfa**, São Paulo, vol.55, nº2, p. 665-684, 2011.

NEVES, M. H. de M. A gramaticalizaçãoeaorganizaçãodosenunciados. **Revista SCRIPTA,** Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 13-22, 2º sem. 2001.

TIMBANE, A. A.; BERLINK, R. de A. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. **Revista Gragoatá:** Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras.Niterói, n.32, p.207-226, 1ºsem.2022.

TIMBANE, A. A.; SANTOS, I. da S. A memória social como repositório do pluralismo linguístico-cultural no contexto brasileiro. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 19, p. 63–78, 2017.

Organizador

Alexandre António Timbane
UNILAB/UEFS

CAPÍTULO 1
Perspectivas da política linguística e o lugar do português na educação angolana e moçambicana

Alexandre António Timbane
(UNILAB/UEFS)

Introdução

Moçambique e Angola compartilham um passado histórico comum. Primeiro, porque as duas nações são constituídas por povos de origem bantu cujas culturas e práticas tradicionais se assemelham; segundo, nas duas nações fala-se línguas bantu como línguas da maioria da população. O termo "bantu" foi atribuído por Guthrie para designar um conjunto de línguas africanas que possuem um vocabulário comum; que têm um conjunto de radicais invariáveis a partir dos quais a maior parte de palavras se forma por aglutinação de afixos; cujos "indicadores de gênero devem ser prefixos, através dos quais os nomes podem ser distribuídos em classes cujo número varia, geralmente, entre 10 e 20" (Ngunga, 2015, p.57); terceiro, Angola e Moçambique foram colônias de Portugal e os seus territórios foram demarcados pelos europeus na Conferência de Berlim (1884/1885) e que o português é a única língua oficial em meio mais de vinte línguas locais; quarto, ambos alcançaram as independências em 1975, após anos de luta armada contra o colonialismo português; quinto, nas duas nações não ocorreu a formação de "crioulos de base lexical portuguesa", situação de contato linguístico que aconteceu na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe.

As razões da inexistência de "crioulos" em Moçambique e em Angola foram: (a) as línguas africanas (maternas) eram usadas no cotidiano em todos os contextos, para lá das situações pontuais de comunicação com os portugueses; (b) havia muitos intermediários bilíngues como missionários e mercadores; (c) a extensão territorial é vasta, dado o número diminuto dos seus falantes (portugueses) em comparação com o número de falantes de Línguas Bantu; (d) a estabilidade e isolamento dos grupos rurais e a pouca mobilidade fortalecia às Línguas Bantu entre populações autóctones (Timbane, 2017, p.27); sexto, ambos são países potencialmente ricos com recursos naturais no solo, no subsolo, porém com populações muito pobres e com pouca expectativa de vida sendo 65 anos em Angola e 64 anos em Moçambique em 2025 (Estatística de países, 2025).

O desafio deste estudo resulta do facto de que é necessário debater as teorias linguísticas com mais profundidade porque há uma gramática em construção que precisa de ser compreendida resultante do contato entre o português e as diversas línguas africanas faladas tanto em Angola quanto em Moçambique. Não se ouve português de Portugal em Moçambique e em Angola. Monografias, dissertações, teses, artigos, capítulo e livros que revelam que o português interfere nas línguas africanas faladas em Angola e Moçambique (Timbane, 2012; Timbane, Berlinck, 2019), mas também o português recebe influências dessas línguas. Isso significa que há uma troca que não é positiva nem negativa, mas sim um processo normal que ocorre quando as línguas estão em contato. Os "empréstimos" e os "estrangeirismos linguísticos" não são bons, nem são maus para a língua, mas sim elas constituem o caminho normal que qualquer língua percorre. O termo "empréstimo" é usado na linguística para nomear o processo de passagem de unidades linguísticas de uma língua "A"

para uma língua “B”. Nesse processo ocorre o processo de adaptação, mudança gráfica, de significado, ajustes fonético-fonológicos ou gramaticais de qualquer ordem. Já o termo “estrangeirismo”, também é usado nos estudos linguísticos para designar o processo de passagem de unidades linguísticas de língua “A” para língua “B” sem que haja alteração base (gráfica, fonológica, fonológica) do elemento gramatical (Timbane, 2013).

Os estrangeirismos podem ser (i) “necessários” quando não existe uma palavra equivalente na língua de chegada (*ex.* ***capulana:*** tecido/pano que mulheres amarram na cintura ou embalam criança pequena no colo;) ou podem ser (ii) “de luxo” quando existe o equivalente, mas mesmo assim empresta-se. (*ex.* escolhe-se a palavra ***selfie*** ao invés de *“**autorretrato**”;* prefere-se a palavra ***chofer*** ao invés de ***motorista****;* prefere-se a palavra ***fashion*** ao invés de ***moda****;* prefere-se a palavra ***delivery*** ao invés de ***entrega****;* prefere a palavra ***cumbú*** ao invés de ***dinheiro****;* prefere a palavra ***maka*** ao invés de ***problema***).

A **lexicultura** estuda as relações entre o léxico e a cultura. As palavras fazem sentido dentro de uma comunidade de fala e dentro da cultura. Uma palavra simples como “rapariga” possui significados diferentes no Brasil e em Moçambique. No Brasil, a palavra significa “prostituta” e em Moçambique significa “menina”. A palavra “puto” (substantivo, masculino, singular) em Angola, em Portugal e em Moçambique significa “moço” e no Brasil significa “estar triste ou indignado”, quer dizer, é um adjetivo.

As mudanças semânticas são articuladas na cultura do povo que fala uma língua ou variedade. A cultura está relacionada à “nação”. Uma “nação”, na perspectiva dos povos da África central e sul, é uma “etnia”, é uma comunidade que compartilha os mesmos valores, as mesmas interpretações do mundo, apresenta traços culturais semelhantes, mesma educação e crenças sociais nas quais se inclui a língua. O conceito de “país” não é africano. Foram europeus (na Conferência de Berlim) que trouxeram a noção de país e impuseram que as nações/etnias ovimbundo, bakongo, ngaguela, nyaneka-humbi passassem a ser conhecidas como angolanas, que as nações vachangana, vatswa, varhonga, vacopi, vandau, vasena pertencem ao país conhecido como Moçambique. A designação “país” não faz sentido para as culturas dos povos de Angola e de Moçambique. Cada língua falada por cada uma das “nações” carrega traços da cultura e das tradições milenares. Os conhecimentos são passados de geração em geração por meio da oralidade na educação local.

A lexicultura se divide em “geral” e “específica” (Timbane, 2016). Há palavras que são compartilhadas no seu amplo espectro, mas há outras que são de uma comunidade específica. As palavras “guri” ou “piá” são específicas na região sul do Brasil, por exemplo, e todas significam “menino”. A palavra “menino” é da lexicultura geral e as palavras “guri” e “piá” são da lexicultura específica, porque pertencem a um determinado dialeto (Timbane, 2016). Uma variedade é um dialeto.

As palavras “maka”, “kamba”, jinguba e “musseque” são indiscutivelmente palavras da variedade angolana do português e significam ‘problema’, ‘amigo’, ‘amendoim’ e ‘favela’ respectivamente. Elas são específicas da variedade angolana de português, uma vez que não ocorrem no português de Portugal, nem no português moçambicano. A lexicultura específica em Angola e em Moçambique é comumente conhecida como “angolanismos” e “moçambicanismos”. Essas unidades lexicais não podem ser tratadas como ‘vícios de linguagem’ ou mesmo ‘desvios lexicais’, pois cada uma delas manifesta a realidade de uma variedade e carregam elementos de identidade.

O quadro a seguir ilustra casos de “brasileirismos” e “moçambicanismos” lexicais. Há palavras que ocorrem no português brasileiro e não ocorrem no português moçambicano e vice-versa. Vejamos:

Quadro 1: Moçambicanismos e brasileirismos

PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)		PORTUGUES MOÇAMBICANO (PM)	
Palavra do PB	**Equivalente no PM**	**Palavra do PM**	**Equivalente no PB**
jabuticaba	SE (planta, n.c. *plinia cauliflora*)	*capulana*	SE (tecido ou pano que mulheres amarram na cintura ou embalam filho)
canapé	SE (peça de mobiliário, semelhante ao sofá)	*cacana*	SE (planta. n.c. *momordica balsamina*)
borracharia	SE (lugar onde se enche e remenda pneus)	*matapa*	SE (molho feito à base de folhas de mandioca)
capivara	SE (animal, mamífero, n.c. *hydrochoerus hydrochaeris*)	*patchar*	SE (cerimônia de evocação de antepassados)
Tuiuiú	SE (ave de n.c., *jabiru mycteria*)	*chigovia*	SE (Flauta feita de fruta da massala, n. c. *strychnos spinosa*)
nhoque	SE (massa preparada a base de batata, farinha de trigo ou mandioca)	*monhé*	Qualquer pessoa de origem indiana ou descendente

Fonte: Alves & Timbane (2017, p.12)

As construções discursivas dos falantes de português desses dois países carregam marcas linguísticas das línguas locais, porque é impossível que um(a) angolano(a) ou um(a) moçambicano(a) falem sem que não apareçam marcas linguísticas da realidade local. Qualquer tentativa de se adaptar à variedade do Português de Portugal (PP) redunda num fracasso para além de camuflar a identidade linguística africana caracterizada pela variedade das marcas das culturas angolana e moçambicana. Qualquer cidadão/cidadã que se envergonha da sua própria variedade linguística tem problemas de autoestima, de identidade e sofre de preconceito linguístico. Provavelmente esse/a cidadão/cidadã estaria sofrendo das consequências da **ideologia colonial** que tanto prejudicaram as sociedades por longo período de colonização.

Professores que imitam e/ou obrigam que seus alunos falem com o sotaque do português de Portugal estão perdendo o seu tempo alimentando o preconceito enraizado no período colonial. Professores que acham que seus alunos construirão frases e discursos equiparados aos de um falante nativo de Lisboa estão também perdendo o seu tempo. Existe uma só língua portuguesa, dentro dela convivem variedades que não são superiores, nem inferiores, pois a variação é um fenômeno normal em todas as línguas. Só em Portugal, por exemplo, existem nove dialetos: Alto-Minhoto, Baixo Minhoto-Duriense, Transmontano, Beirão, Estremenho, Alentejano, Algarvio, Madeirense e Açoriano. No Brasil tem vários dialetos muito bem catalogados por estudos e pesquisas Sociolinguísticas e Dialetológicas: caipira, mineiro, carioca, gaúcho, nordestino e nortenho.

O que se espera de um professor de língua português é que ensine aos seus alunos as possibilidades que a língua oferece. Não falamos da mesma forma em todos os contextos de comunicação. Por isso, o aluno precisa ajustar a variedade aos contextos de comunicação. Nas escolas, o professor não pode punir alunos que falam diferente dele, nem esse assunto deva ser foco de avaliação, nem de punição. A conscientização da existência de variações linguísticas é fundamental porque sensibiliza para o respeito ao diferente.

O preconceito linguístico não deveria ter lugar nas comunidades de fala, pois não existem falares superiores a outras. Não existem variedades mais importantes que outras. Os professores precisam ter a coragem de mostrar aos alunos que o português é uma soma de variedades e na lusofonia não falamos da mesma forma. Os professores não podem tomar o português de Portugal como a única referência de ensino-aprendizagem. Os professores podem mostrar por meio de vídeos e áudios que há diferenças e essas diferenças não são deficiência (Soares, 2015), mas sim fenômenos normais que ocorrem em todas as línguas naturais em uso, porque a língua é uma construção social (Labov, 2009). Ensinar a LP não é necessariamente a tarefa do professor de português. Os professores das restantes disciplinas curriculares também podem contribuir para aprendizagem do português dos seus alunos, desde que estes estejam preparados.

'Ensinar a língua' e 'ensinar sobre a língua' são atividades diferentes e possuem objetivos distintos. No ensino sobre a língua, os professores só ensinam a gramática, focando nos usos artificiais do uso da língua. Nesse espaço há uma exploração profunda da gramática normativa, ocupando grande parte do tempo memorizando regras e construções tidas como as "corretas". Já ensinar a língua nem exige papel, caneta nem língua. Os pais ensinam os filhos a falar uma língua sem o uso da terminologia acadêmica. 'Ensinar a língua' baseia-se na observação de modelos e aplicação de ajustes necessários para a comunicação real, prática do cotidiano. A língua de casa é a real e a língua da escola é o desejado (o ideal) para fins específicos. Existe sim um distanciamento entre a língua de casa e a língua da escola, tal como Bortoni-Ricardo (2006) debate na obra "Nós cheguemu na escola, e agora?" ou ainda Moura Neves (2010) na obra "Ensino de linguagem e vivência de linguagem". A questão de Possenti (1996) é legítima quando pergunta "Por que não ensinar gramática na escola" ou ainda Moura Neves (2003) quando pergunta "Que gramática estudar na escola?"

Desta forma, é legítimo discutir a necessidade de descrever as gramáticas do português de Angola (PA) e de Moçambique (PM) para que sejam analisadas e organizadas por forma a que se possa publicar e usar nas escolas. O reconhecimento da existência de uma variedade em Angola e em Moçambique já é um passo importante.

Esta pesquisa não resolve todos os anseios linguísticos, mas sim oferece um contributo para que a soma de diferentes estudos se possa avançar rapidamente para a normatização das variedades do português de Angola e de Moçambique. É legítimo estudar estas variedades por forma a que se possa procurar caminhos para a sua normatização e fixação oficial das variedades, tal como o Brasil e Portugal o fizeram com propriedade e com sucesso. É lícito, ainda, estudar estas variedades para que sejam plenamente utilizadas em espaços escolares onde as "reprovações em massa" e as dificuldades no aprendizado da língua (Neto, 2009; Mingas, 2002) são apenas resquícios dessa insistência em ensinar uma variedade que é distante da cultura local (Zau, 2005). Estas justificativas motivam os autores a pensar, a trazer reflexões e a apontar caminhos que possam, de algum modo, sistematizar o que está sendo

estudado. Este capítulo resulta dos debates ocorridos numa mesa-redonda do "Projeto Ngola Linguístico", ocorrido virtualmente em 2022 onde se debateu questões da 'normatização' das variedades do português.

Analisando a preocupação com as variedades africanas de português levantam-se as seguintes questões de partida: olhando para a necessidade da normatização das variedades do Português Angolano (PA) e Português Moçambicano (PM), o que já foi feito ou está sendo feito e quais os possíveis caminhos para a afirmação das duas variedades do português em estudo? Avança-se a ideia de que apesar de ter sido publicado vários trabalhos teóricos resultantes de dissertações e teses é necessário avançar num processo de normatização; É urgente a criação de dicionários, gramáticas e outros que documentam as variedades em análise; o português angolano e o português moçambicano existem e estão no cotidiano dos cidadãos nacionais desses dois países e reflete-se nas escolas, onde professores e os alunos ficam em dúvidas sobre as construções discursivas em língua portuguesa.

A pesquisa analisou a situação da gramatização das variedades do PA e PM. Especificamente, pretende-se debater as noções de gramática normativa e sua relevância na normatização; apresentar a situação da normatização nos dois contextos; indicar os avanços registrados nas pesquisas sobre a temática e, sobretudo apontar os desafios possíveis para o alcance da normatização das variedades. É uma pesquisa fundamentada em bibliografias, partindo das teorias da gramática; pretende-se sistematizar e contribuir para a normatização das variedades angolana e moçambicana. A pesquisa é relevante porque as gramáticas africanas do português ainda não foram normatizadas e há necessidade urgente da descrição e a respectiva normatização para permitir que o ensino esteja próximo das realidades das variedades locais.

1.Aspectos sociolinguísticos e do ensino de português em Angola

Angola, sendo um país multilíngue e de diversidade cultural convive com diversas línguas do grupo bantu e khoisan. Segundo Mudiambo (2013), os grupos etnolinguísticos são: ovambo, herero, xindonga, ngangela, ovimbundu, nhaneka humbe, bakongo, ambundu, cokwe e!khung-San, !Khung, Olútwa, !Khun e Khwe. Neste universo etnolinguístico, a língua kikongo é a que mais se destaca sendo falada nas províncias do Uíge, Zaire e Parte do Kwanza Norte e o Kimbundu falado nas províncias de Malanje, Luanda, parte do Kwanza Norte, Bengo, parte do Kwanza Sul. O umbundu "é a segunda língua mais falada com 23%" falado nas regiões de Huambo, Bié, Benguela, parte do Kwanza Sul e Huila (INE, 2016). As outras línguas faladas em Angola são o Cokwe falado na província da Lunda Norte, do Muxico, o Oxiwambo, o Oxindonga falado na província do Kunene, o Ngangela falada no Leste do Menongue. O Nhaneka Humbe, o Helelo e khoisan não formam uma etnia geograficamente fixa distribuídos de forma desigual pelo país. Essas línguas são do grupo bantu. A palavra **bantu** é formada pelo prefixo **ba-** (marca do plural) e do substantivo -**ntu** (que significa pessoa).

A palavra khoisan é um termo linguístico criado por Bleek para designar um conjunto de línguas com uma característica comum: o uso de cliques. A palavra khoisan é formada pelas palavras **khoekoe** (que significa 'pessoa') e **saan** (que significa 'morador do mato') na língua **nama**, uma das línguas deste grupo falada na Namíbia, Botsuana e África do Sul por mais 200 mil pessoas (Fehn, 2017). Por sua vez, entre o grupo Khoisan, destacam-se as línguas kankala (bosquímano) e vakankala (hotentote), estas têm como variantes kankala (bosquimano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala (Zau, 2011). Segundo o autor, para além dos grupos bantu e khoisan, há um terceiro grupo

denominado vátua, o qual fala as línguas kwisi e kwepe que são faladas pelos povos kwisi e kwepe. Das línguas angolanas se inclui a língua gestual angolana.

Não há consenso entre linguistas no quesito 'quantidade de línguas em Angola'. A razão é a de que os conceitos de língua, dialeto e variante (falares) não são claros no contexto dos grupos étnicos. Não há estudos conclusivos em todas as línguas africanas, uma vez que ainda há grupos nômades e isolados, o que exige investimentos em pesquisa científica. Por outro lado, o português é a única língua oficial, de ensino e de uso nas diversas esferas da vida social.

O Português de Angola (PA) é uma variedade falada no espaço geopolítico chamado Angola e que se caracteriza por particularidades socioculturais e sócio-históricas da comunidade de fala. Nesse sentido, Timbane, Santana e Afonso (2019, p. 111) afirmam que o PA "é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas do grupo bantu e khoisan faladas naquele espaço geográfico." Zau (2011) argumenta que o PA é o corolário da evolução natural daquilo que outrora era designado como "pretoguês" e agora adquiriu peculiaridades específicas. O Português de Portugal (PP) é diferente do PA sobretudo no aspecto fonético e fonológico tal como mostram diversos estudos descrevem. De acordo com Colombat, Fournier, Puech (2017, p.202) "as leis de evolução fonética reconstruídas pelos eruditos são, na verdade, inacessíveis à consciência dos sujeitos falantes, que, todavia, são o lugar e os agentes radicalmente inconscientes dessa consciência".

O PA é uma variedade que exprime as singularidades das experiências históricas e socioculturais dos seus falantes e hoje ela é falada pela maioria da população angolana como língua materna (45,5%) de acordo com o censo (INE, 2025). Infelizmente, o mesmo documento não apresentou dados de falantes de português como segunda língua. A norma linguística ensinada nas escolas angolanas é baseada num padrão inspirado nos usos literários de escritores portugueses, estabelecendo-se como padrão de "língua certa" um modelo que se afasta do português falado (em contexto real) pela população angolana. Esse defasamento entre a língua falada pela população e a utilização de normas de regulação baseadas no Português de Portugal é um ato da "negação do outro, negação de si, alienação total e absoluta, esquizofrenia perfeita" (Bagno, 2008, s.p.).

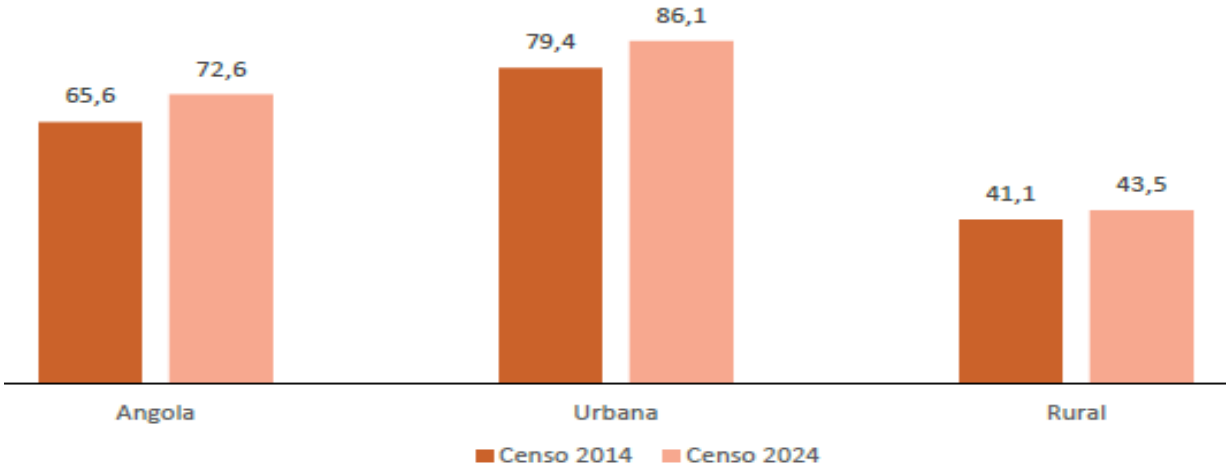
A oficialização do português como a língua oficial de Angola, no período pós-colonial impossibilitou a circulação das línguas angolanas de origem africana revelando a exclusão e segregação linguística. Sabemos que a língua faz parte da identidade do falante para além de ser o meio de expressão da cultura. As línguas naturais revelam como a sociedade está organizada e quais os significados expressos por ela.

A educação angolana se divide em quatro níveis de ensino, nomeadamente: a) Educação Pré-Escolar; b) Ensino Primário; c) Ensino Secundário e; d) Ensino Superior. Mas a educação de qualidade ainda é para poucos devido ao fraco investimento na educação pública. A Constituição de Angola (2010) no Art. 21º determina na alínea i) que é necessário "efectuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na **educação**, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento auto-sustentável". O Estado e o Governo angolano não podem encarar a educação como um gasto ou desperdício de dinheiro público, mas sim devem encarar como investimento no capital humano porque a educação é a fonte para o desenvolvimento auto-sustentável dos

angolanos. O desenvolvimento de um país depende da qualidade da formação dos cidadãos.

A educação com qualidade ainda constitui um problema sério porque a) as infraestruturas não são adequadas; b) os professores não são formados com qualidade e; c) há falta de livros (ausência de bibliotecas). A esses problemas se acrescenta a língua portuguesa que é uma língua menos falada fora da escola. Esses problemas são arrastados desde 1975 (ano das independências nacionais de Angola e de Moçambique) e ainda se verificam nos dias atuais. Observa-se a falta de coragem dos governos para aumentar a educação formal e atingir populações rurais, tal como veremos mais adiante. O gráfico a seguir mostra as taxas de analfabetismo na zona urbana e rural de angola:

Gráfico 1: Taxa de alfabetismo na população com 15 ou mais anos, por área de residência, 2014 e 2024



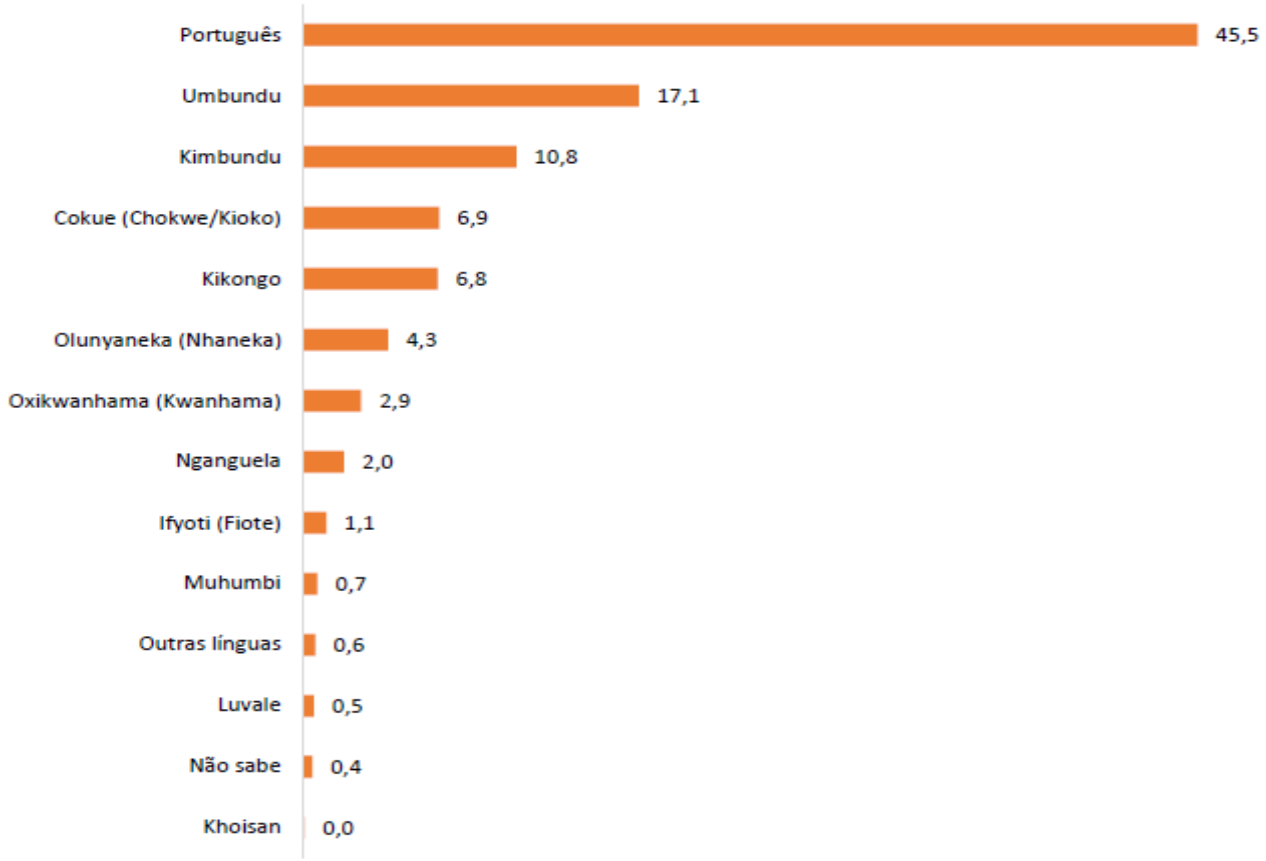
Fonte: INE (2025, p.55)

Como se pode observar no gráfico, o analfabetismo afeta mais as zonas rurais, onde há falta de tudo, inclusive o fraco domínio da língua oficial (português) usado na educação formal. É muito provável que o fraco domínio do português e a falta de investimentos em infraestruturas possam ser uma das razões que prejudicam a população rural. O português é mais frequente nas zonas urbanas e pouco falado nas zonas rurais. As escolas localizadas nas duas zonas usam o mesmo livro criado para o ensino do português como língua materna, o que promove evasão escolar e sentimento de insucesso escolar. Os desequilíbrios entre o urbano vs rural é visível, tal como o gráfico acima ilustra.

Os livros escolares de LP do ensino primário, secundário e médio não fazem alusão a variabilidade do português. O modelo de gramática a ser seguido é o Português de Portugal. Tudo o que for diferente do previsto na gramática do PP é considerado “desvio” ou “erro”. Os professores rechaçam qualquer uso da variedade angolana acreditando que é em Portugal onde se fala bem português. Aliás, nem aceitam que os alunos falem qualquer língua africana em sala de aula. Os institutos de Formação de Professores não discutem esta temática camuflando assim a existência de uma variedade local. Do mesmo modo que as gramáticas, os dicionários são elaborados em Portugal e não incluem as palavras *mulembeira* (árvore frondosa), *mboa* (moça), *musseque* (favela), *matabicho* (café da manhã), *jinguba* (amendoim), xinguilar (agitar-se), *bungular* (amaldiçoar), *bazar* (ir embora) que são próprias do PA (Zau, 2011). Entendemos que há necessidade de criação de dicionário que inclua essas unidades lexicais que são próprias do PA.

Outro aspecto que merece observação em Angola é a forma como as autoridades governamentais tratam as línguas. Há um tratamento superficial, sem respeito às identidades linguísticas assim como a riqueza linguística em vias de extinção. A extinção das línguas de Angola é causada pelo descaso das autoridades e das instituições de ensino superior. Por exemplo, os dados do último recenseamento populacional realizado em 2024 e publicados em 2025 pelo Instituto Nacional de Estatística - Angola (INE-Angola) ilustram os argumentos que acabamos de apresentar. Observe bem o gráfico:

Gráfico 2: Línguas maternas mais faladas, 2024



Fonte: INE (2025, p.52)

As minhas críticas são:

(i) A soma das porcentagens neste gráfico é igual a 99,6%, o que significa que falta 0,4%. Onde estão essas porcentagens nos dados? O que representam? Como foi possível faltar 0,4% dos dados? O que teria acontecido na coleta e nas análises dos dados?

(ii) Como foi possível elaborar um questionário em que os cidadãos não sabem qual é a língua materna que falam? Como isso foi possível? Veja-se que 0,4% dos inquiridos não sabe dizer quais são as suas línguas maternas. É possível falar uma língua materna cujo nome se desconhece? Me parece estranho.

(iii) Não houve nenhum linguista em Angola que avisou ao INE-Angola que "khoisan" não é língua, mas sim grupo de línguas? E como foi possível não encontrar pelo menos um falante das línguas do grupo khoisan em todo território angolano? Lembrando que estes povos khoisan são os primeiros povos que povoaram a região sul do continente africano, muito antes da chegada dos bantu. Este 0,0% dos "khoisan" significa que as línguas deste grupo estão mortas? Como é que ninguém não conseguiu visualizar e criticar esse

questionário do recenseamento? Será que os recenseadores foram instruídos para lidar para questões linguísticas? Um estudo de Kondja (2022) localiza as língua e povos khoisan em Angola no território angolano. Como o recenseamento não conseguiu identificar esses povos e suas línguas? Senão vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2: Distribuição dos !Khun-san pelas províncias e municípios da região Sul de Angola

Localização geográfica	**Sudeste**	**Sudoeste**	**Sul**
Província	**Cuando-Cubango**	**Huíla**	**Cunene**
Município	Menongue, Cuíto-Cuanavale, Cuangar, Calai, Dirico, Nancova, Mavinga e Rivungo	Quipungo	Kwanyama Cuvelai Namacunde Ombadja
Localidade (comunidade)	Mais de 32 comunidades, entre as quais Jamba-Cueio, Wefo, Buabuat, Urondo, Ntopa, Cafita, Inkama e Mucundi, Mbundu, Tchatwika, Waiombwa, Cuatir. Tandawe, Mangondo, Mavu, Chimanha, Ngongoma, Cafuma, Mpandato, Bondo, Kkene, Cambinda, Alto-Kakene,	Mupalala, Kachila-Ompo, Derruba-Sêndi e Mupembati	Okafima, Omalyata, Odayandema, Okafunuka, Okapangu, Omahenge–Okayolwa, Oshana- Nandjili Oshana-Nalama, Oshimolo Onelombo, Chivemba Onghuti, Okatope, Omwoongo-Omulemba Ohongo Omulola

Fonte: Kondja (2022, p.24)

Esta pesquisa contradiz os dados do INE-Angola quando afirmam a inexistência dos povos khoisan. Trata-se de um apagamento da existência desses povos espalhados nas regiões sudeste, sudoeste e sul de Angola. Fica clara a intenção do INE com relação às línguas dos khoisan: a desconsideração e apagamento dessas línguas dos primeiros povos da África subsaariana. A forma como os dados são apresentados, ninguém saberá sobre a quantidade dos falantes destas línguas e se elas diminuem ou aumentam o número de falantes.

(iv) O que significa “outras línguas” que correspondem a 0,6%? Nelas se incluem dialetos ou inclui-se as línguas estrangeiras como Lingala? Será? O que o INE-Angola pretender dizer com o termo “outras línguas”? Inclui o francês? O inglês? Essa informação não foi esclarecida nos resultados.

(v) O gráfico apresentado pelo INE-Angola ilustra apenas 10 línguas. Será que em Angola tem apenas essas línguas? Na Universidade Agostinho Neto, por exemplo, há monografias, dissertações e teses para além de livros que dão um panorama sociolinguístico de Angola e que poderia ser explorado para preparação do questionário do Censo. Houve consulta? Qual foi o critério da seleção dessas 10 línguas para o censo?

(vi) Em Angola não tem surdos? Alguém confirma a inexistência de surdos em Angola? É claro que existe a comunidade surda que é muito bem conhecida e reconhecida pelo Ministério da Educação. Existe um Departamento de

Educação Especial no Ministério da Educação. Por qual razão a Língua Gestual Angolana (LGA) não apareceu no recenseamento?

Diante destes argumentos pode-se afirmar que as questões linguísticas são tratadas com seriedade em Angola? Podemos afirmar que o Governo e o Estado Angolano por meio do INE-Angola estão seriamente interessados em entender a questão sociolinguística do país? Angola sendo signatário da ONU/UNESCO, o que entende por Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996)? As línguas não dizem respeito às identidades e às culturas dos povos? Se o Governo e o Estado não conhecem a realidade sociolinguística angolana como podem estabelecer políticas para preservação, ensino e revitalização dessas línguas? Qual será o destino dessas línguas ainda desconhecidas (camufladas) em Angola? Será a extinção? Como podemos proteger algo que não reconhecemos a sua existência? Estas e outras perguntas são retóricas e exigem reflexão profunda das autoridades, das universidades angolanas (docentes e investigadores) e da sociedade em geral.

No mais, pode-se afirmar que o número de falantes de português como língua materna aumentou chegando a 45,5% (em 2025) e contrariamente a esta, as línguas de origem africana tendem a diminuir, porque antes da colonização só dominavam as línguas africanas. Este aumento dos falantes de português língua materna é fruto de **políticas linguísticas falhas** que perderam de vista a essência africana oficializando apenas o português (Art.19º da Constituição da República de Angola, 2010). As discussões sobre o descaso linguístico em Angola poderiam continuar nas páginas 55, 56, 57, 114, 115, 116, 117, 118 e 119 do documento dos “Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação-2024, publicado em novembro de 2025, mas fica para as próximas análises, justamente para não nos desviar do objeto deste capítulo.

De acordo com Kondja (2022), a língua Ju|’hoansi (Ju|’hoan) é falada, principalmente, por povos San do Noroeste do Botswana e é tido como a variedade nuclear da família linguística JU (N. Khoisan), intimamente relacionada com o !Khun da região do Sudoeste de Angola, de Tsumkwe, Norte da Namíbia. Em Angola, os povos chamados !Khung e !Khong são localizados nas províncias da Huíla e do Cuando-Cubango. As variedades do !Khun podem ser localizadas entre o Norte da Namíbia, o Noroeste do Botswana e o Sul e Sudeste de Angola.

As línguas Khoisan são tradicionalmente classificadas em três grandes famílias: khoe, !ui-taa e ju. O **Khoe (Khoekhoe)** compreende três grupos principais, nomeadamente: (i) o **Kwadi,** variedade extinta de Angola; (ii) o **Khwedam (Khwe),** falado na faixa de Caprivi ocidental, na República da Namíbia, e por um grupo muito diminuto do sudeste de Angola, na região de Mavinga e; (iii) o **Khoekhoegowab** (Hai‖óm, Nama e Damara), É o idioma mais falado de entre as línguas Khoisan, e são mais de 200.000 falantes e conta com um sistema de escrita que data do final do século XIX (Jones 2019, apud Kondja, 2023, p.160);

Já a família **!Ui-Taa ou Tuu–conta** tem poucos falantes e atualmente tem dois remanescentes, (i) o !Xóõ; e(ii) o N|uu (ou #Khomani) do conjunto de dialetos desta família extintos. A língua N|uu ou #Khomani é falada por cerca de dez (10) pessoas na África do Sul e Botswana (Kondja, 2023, p.160).

Finalmente, a família **JU (!Khun ou !Xun)** é constituída por dois grupos linguísticos: (i) o Ju|´hoansi e; (ii) o !Khun ou !Xun, !Xung (Tishkoff et al., 2007; Sands et al., 1998). Este grupo linguístico !Khun (também designado Khoisan do Norte) (Kondja, 2023, p.160). Como se pode observar, uma pesquisa simples de mestrado consegue obter informações sobre a situação das línguas minorizadas do que o INE-Angola, um órgão do Estado.

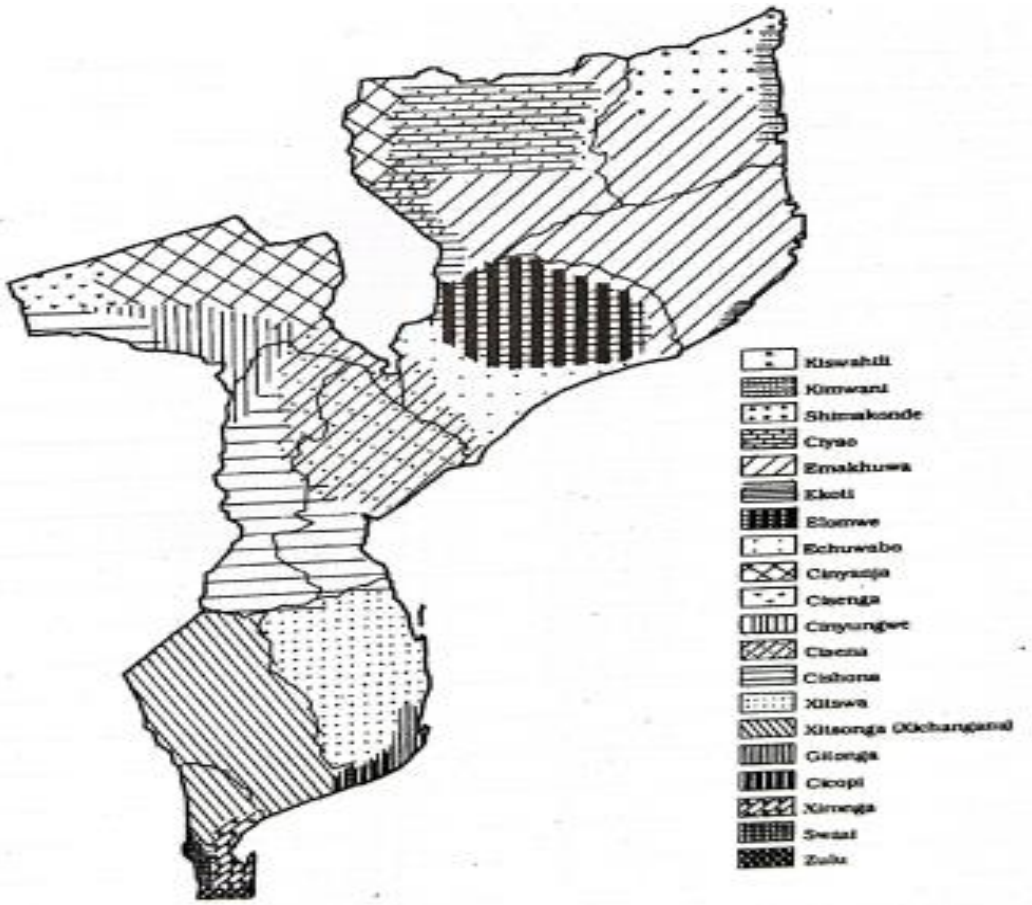
2. Aspectos sociolinguísticos e do ensino em Moçambique

Moçambique conta com cerca de vinte línguas: kimwani, shimakonde, ciyaawo, emakhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cisena, cibalke, cimanyika, cindau, ciwute, gitonga, citshwa, cicopi, xichangana, xirohnga, swahili, isizulu, Língua Moçambicana de Sinais (LMS), línguas transfronteiriças e a LP consagrada pelas constituições de 1975, 1992 e 2002. O português é falado por 50.4% da população, sendo a língua materna de 10.7% dos falantes, ou seja, cerca de 40% dos falantes do português têm essa língua como segunda língua. (Patel, 2022, p.5). A LP é falada especialmente por pessoas alfabetizadas e/ou por aquelas que moram nas zonas urbanas.

O número de falantes da LP como língua materna vem aumentando, sendo 1.2% (1980), 6.5% (1997), 10.7% (2007) e 16.7% (2017). Em contrapartida as línguas bantu faladas como língua materna decresceram de 98.8% (1980), 93.5% (1997), 85.2% (2007) para 83% (2017) de acordo com Instituto Nacional de Estatística. Segundo Gonçalves (2012, p.4) o aumento de falantes da LP é impulsionado pela educação inclusiva, massiva bem como do aumento dos meios de comunicação tais como a rádio, o jornal, a televisão e a internet. De 1980 à 2017 houve uma redução de falantes das LB como língua materna, fato que é perigoso num espaço onde há valorização do português em detrimento das línguas africanas.

A política e o planejamento linguístico interferem e marcam a valorização ou desvalorização das línguas. Mas as LB ainda resistem face à expansão da LP, pois, as três línguas maternas mais faladas continuam sendo emakhuwa (26.3%), o xichangana (11.4%), o cisena (7.8%). O português, de acordo com o Art.10º da Constituição da República de Moçambique (2004), é a única língua oficial em meio a outras línguas nacionais e internacionais faladas no território, tal como veremos no mapa 1.

Mapa 1: Mapa Linguístico de Moçambique



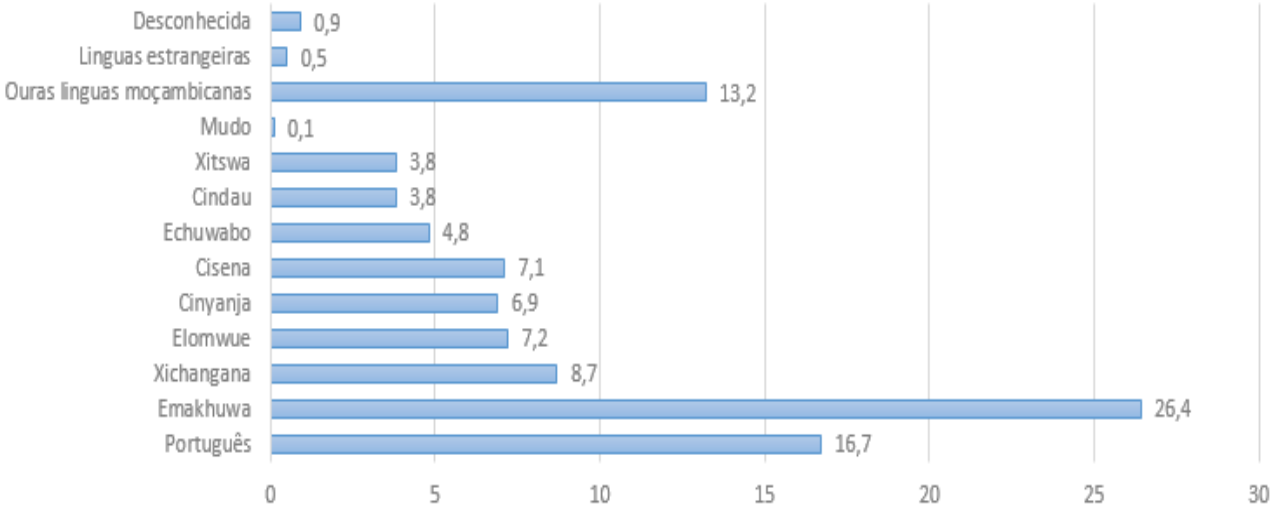
Fonte: Ngunga (2015, p.55)

Algumas destas línguas apresentadas no mapa 1 são transfronteiriças, como é o caso de zulu (África do Sul Zimbabwe), swazi (Eswatini), xichangana (Africa do Sul, Zimbabwe), cisena (Zimbabwe), kiswahili (Tanzânia, Quênia, Uganda, Rwanda, Burundi, R. D. Congo, Sudão do Sul, Somália, Malawi, Zâmbia, Comores), emakhuwa (Tanzânia), ciyao e cisena (Malawi). A existência de línguas transfronteiriças se justifica por questões históricas. Os povos bantu da região sul da África tem a mesma origem antropológica, sociológica e histórica. A partilha de África em países não respeitou essas identidades históricas, linguísticas e culturais.

É preciso reconhecer a existência considerável da comunidade asiática radicada em Moçambique desde os tempos da colonização. Esta comunidade é falante da língua urdu, o gujurati, o indi e o memane (Meneses, 2010), para além do árabe utilizado nas religiões de origem asiática e no comércio. De acordo com Maciel (2018, p.169) “não há estudos sociolinguísticos sobre o número de falantes das várias línguas asiáticas, os domínios de uso dessas línguas, as atitudes dos seus falantes em relação às línguas bantu e ao Português ou, ainda, sobre o contacto e a possível influência das línguas e culturas asiáticas nas línguas e culturas bantu e vice-versa.” Apesar disso, é notável a presença de imigrantes, asia-descendentes que estão presentes nas principais cidades de Moçambique desenvolvendo atividades econômicas diversas. Não se descarta, a presença de chineses (falantes do mandarim) e de nigerianos na grande maioria provenientes de Biafra falantes das línguas igbo, efik, ibibio, anaang,

ijaw, e ogoni para além do inglês, língua oficial da Nigéria (Constituição da República Federativa da Nigéria, 1999, Art. 55º e 97º)[1].

Gráfico 3: Distribuição percentual da população de 5 anos mais, segundo a língua materna



Fonte: INE (2017, p.25)

De acordo com INE (2017), “na área urbana, a língua materna com maior percentagem é Português (39,2%) e é falada com maior frequência em casa (42,8%). Apenas 5,2% da população residente na área rural tem, como língua materna, a língua Portuguesa. Os dados mostram que, no geral, quase metade (47,4%) da população de 5 anos e mais, sabe falar a língua Portuguesa, destacando-se a área urbana (78,1%), em comparação com a área rural (31,7%).

As minhas críticas sobre os dados do INE-Moçambique são semelhantes com as de INE-Angola. Os resultados estão incompletos e camuflam a realidade sociolinguística nos dois países e não se colocam as línguas pelo menos as mais conhecidas. Já houve padronização ortográfica de dezessete (17) línguas bantu de Moçambique e publicados numa obra do Professor Armindo Ngunga e Professor Osvaldo Faquir em 2011. Essas línguas já poderiam ser inseridas nos questionários do recenseamento, porém o INE-Moçambique as ignorou. Não é possível que alguém fale uma língua como sua língua materna ou segunda cujo o nome dessa língua não conhece. As línguas estrangeiras não foram especificadas como se não tivessem nomes. Esta atitude camufla a real situação linguística. Neste gráfico ainda se observa que há línguas ”desconhecidas”. São desconhecidas pelas pessoas que as falam? Ou os que as falam não conhecem os nomes das línguas? Lamentavelmente é difícil compreender esta decisão.

Por outro lado, “mudo” não é nome de língua. Não existe uma língua chamada “mudo” em Moçambique. A língua da comunidade surda é chamada: Língua Moçambicana de Sinais (LMS). As línguas de sinais são línguas naturais, visual-espacial, com uma estrutura gramatical próprias, autônomas e consideradas línguas maternas das pessoas com surdez. (Timbane, 2024). A LMS é ensinada nas escolas especiais em Moçambique, há formação de professores

[1] Os trabalhos da Assembleia Nacional serão conduzidos em inglês e em hausa, ibo e iorubá, quando as devidas providências forem tomadas (Art. 55º). Os trabalhos de uma Assembleia Legislativa serão conduzidos em inglês, mas a Assembleia poderá, além do inglês, conduzir seus trabalhos em uma ou mais outras línguas faladas no Estado, conforme aprovado por resolução (Art. 97º).

na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, tem TV Surda que atende a comunidade com informações e orientações de interesse público, alguns canais televisivos têm intérpretes de sinais para as notícias principais do dia.

Em 2017, o português é a língua materna para 16,7% dos moçambicanos (INE, 2017) apenas. Em 1980 era 1.2%, em 1997 era 6,6% e em 2007 era 10.7%. Isso mostra que os falantes de portugues como língua materna tende a aumentar. Esta porcentagem tem maior incidência nas grandes cidades e não atinge as zonas rurais. A maior parte da população moçambicana mora nas zonas rurais (66,6%=18.573.918) e fala as diversas línguas bantu. Os dados do INE (2017) ilustram esse fenômeno.

Tabela 1: Distribuição percentual da população por sexo e razão de masculinidade

Área de Residência e Província	População	Percentagem		Razão de Masculinidade
		Homens	Mulheres	
Total	**27 864 265**	**48,1**	**51,9**	**92,6**
Área de Residência				
Urbano	**9 290 347**	**48,5**	**51,5**	**94,0**
Rural	**18 573 918**	**47,9**	**52,1**	**91,9**

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação (2017, p.5)

Nas zonas rurais há mais mulheres (52.1%) do que homens (47,9%). São as mulheres que na grande maioria ensinam a primeira língua aos seus filhos. Se essas mulheres têm uma língua bantu como língua materna, há maior probabilidade de ter mais falantes das línguas bantu ao longo das próximas décadas. É que nas zonas rurais, o português é aprendido como segunda língua na escola. Os alunos quando voltam da escola para casa continuam falando as línguas bantu que são as línguas das culturas e das tradições da comunidade. Essa interação entre os poucos falantes de português e a maioria dos falantes das línguas bantu contribui para a estabilização da variedade local do português, o que muitos linguistas designam como **nativização** do português.

De acordo com Silva e Mevis (2024), o PM e o PA vivem uma tensão entre um processo endógeno e contínuo de nativização ou indigenização linguística e a pressão exógena e normativa do PE. Nestes países, a norma do PE é pouco conhecida pela grande maioria dos falantes de portugues (incluindo os professores) e há uma tendência de cristalizaçãodas características do português local. A nativização simbólica, de acordo com Firmino (2021)

> ocorre quando transcende a condição de língua colonial passando a ser reconhecida como parte intrínseca do processo de edificação de um estado-nação em Moçambique. Simultaneamente, ganha novas características estruturais, principalmente na oralidade, no nível da pronúncia e inovação lexical, embora ocorram também mudanças gramaticais. Esses novos traços linguísticos emergem em função do contexto sociolinguístico em que a língua é usada, tendo em conta a região, etnicidade, estatuto social ou a L1 dos falantes, o que significa que há muita variação nas formas de português que vai emergindo. (Firmino, 2021, p.175-177).

Uma das características comuns das línguas é a capacidade de evoluir (perda/ganho de certos traços linguísticos) ao longo do tempo fato que não é

mau, errado, feio, mas sim um destino normal de todas as línguas vivas. São transformações que aparecem de forma discreta, quase imperceptíveis e que mais tarde se generalizam em toda a comunidade linguística.

A temática da variação linguística nas escolas moçambicanas é inexistente porque ainda se acha que se deve seguir e respeitar o Português de Portugal (PP). As discussões sobre a variação são camufladas pelos professores como se não soubessem que os usos do PP são diferentes de Português de Moçambique (PM). Os livros escolares de ensino primário até ao ensino secundário não fazem alusão em nenhum capítulo às questões da variação linguística. Os alunos são punidos, reprovados e condenados à repetência devido ao fraco domínio da norma-padrão da variedade europeia. Dentro da lusofonia apenas PP e o PB possuem gramáticas e dicionários. Afirmar que existe uma única forma de falar português – o PP, é "tapar o Sol pela peneira", porque a realidade sociolinguística demonstra claramente que as diferenças são evidentes. No Brasil, Faraco (2015) crítica os livros didáticos:

> Os livros didáticos têm dado um tratamento muito superficial ao tema, no mais das vezes limitado à apresentação, algo folclorizado, da variação geográfica ou um tanto quanto estereotipada das falas rurais. Os livros didáticos deixam de fora a variação social que é, de fato, a verdadeira questão a ser enfrentada, já que é dela que serve de critério para os gestos de discriminação dos falantes e de violência simbólica. Por fim, as diretrizes dos sistemas de avaliação da educação básica também foram ainda além de uma referência superficial à variação linguística (Faraco, 2015, p.20).

A inquietação do Faraco (2015) estende-se para Angola e Moçambique, onde o tema 'variação' não é discutido nas escolas tanto nas escolas do ensino fundamental e médio. Há uma 'tentativa de camuflar' uma realidade sociolinguística que se vive localmente. A ilusão do uso de Português de Portugal afeta professores e alunos. Os livros didáticos fazem de contas que não existe variação linguística focando-se sempre na norma-padrão do Português de Portugal. Quando se discute uma gramática do PA ou PM, os 'conservadores' e 'vigilantes' da língua portuguesa se revoltam e recusam discutir a existência de uma variedade local, com características próprias influenciadas pelas línguas africanas. Outros "imaginam" que a LP pode se deformar e perder a sua essência, o que não constitui verdade sob o ponto de vista científico. Faraco (2015) explica que "uma das práticas pedagógicas indispensáveis para o ensino/aprendizagem da expressão culta é precisamente despertar a consistência dos alunos para a variação linguística, a fim de que eles percebam os pontos críticos que distanciam a variedade que eles aprenderam em casa das variedades cultas, e possam trabalhar sistematicamente, ao longo da escolaridade básica, para dominar estas últimas." (Faraco, 2015, p.27).

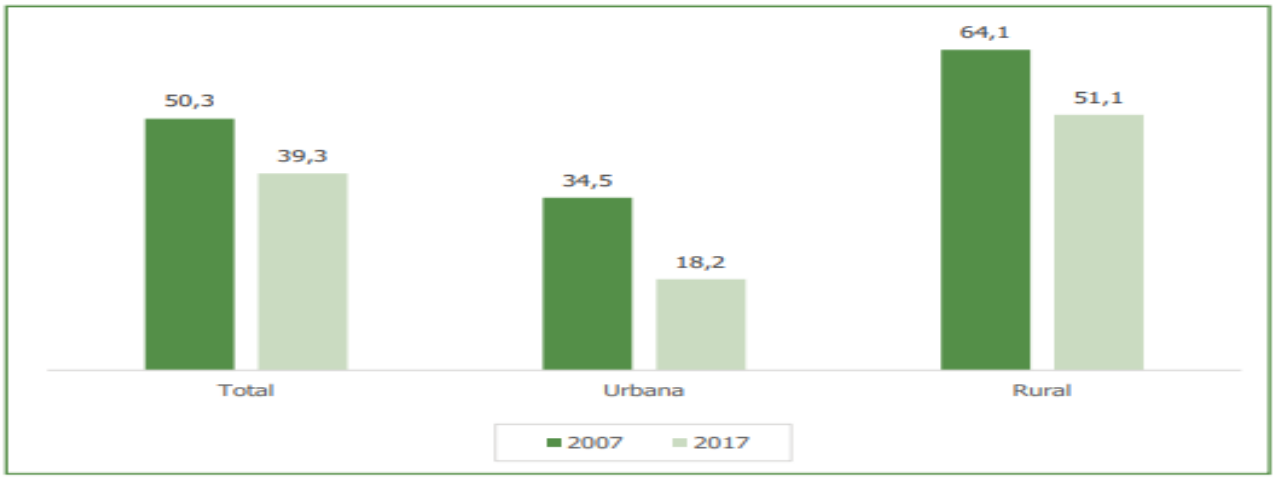
O que os professores de língua portuguesa ensinam nas escolas de ensino fundamental em Moçambique? Ensinam a conjugação de verbos, a construir frases de acordo com modelos, a construir conjunções, ensinam a identificar os elementos da frase (análise sintática e morfológica), ensinam a identificar as concordâncias verbal e nominal, tal como a norma-padrão preconiza? Os exames incidem nessa matéria até há prova oral para quem não atinge nota mínima (10/20). Qual é a função de uma prova oral? Há acordo da fala? Bechara (2014, p.21) afirma que "a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e

contingente, de acordo com cada situação social específica.” Partimos do princípio de que,

> um bom falante é poliglota em sua própria língua. Saber português não é só aprender regras que só existem numa língua artificial usada pela escola. As variantes não são fáceis ou bonitas, erradas ou certas, deselegantes ou elegantes, são simplesmente diferentes. Como as línguas são variáveis, elas mudam (Fiorin, 2002, p.28).

Na mesma perspectiva de Fiorin, Possenti (1996) mostra que não existem línguas imutáveis uma única forma de forma falar português. Por outro lado, não se pode negar que em Moçambique já há alunos que têm o português como língua materna que chegam a 10,7% de acordo com o recenseamento de 2007. A escola deve entender que “...estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português padrão escrito.” (Perini, 2010, p.18). Em Moçambique, a educação formal é tarefa do estado. O gráfico a seguir ilustra as taxas de analfabetismo:

Gráfico 4: Taxa de analfabetismo, por área de residência em Moçambique, 2007 e 2017



Fonte: INE (2017, p.21)

Como se pode observar o analfabetismo é um dos grandes problemas na sociedade moçambicana, especialmente nas zonas rurais. É preciso que as escolas saiam da cidade e se desloquem para a zona rural. O gráfico revela a falta de investimentos na educação formal nas zonas rurais, o que condena à pobreza para a zona onde reside a maior parte da população. O gráfico 1 apresentado anteriormente ilustra isso. É preciso dar mais atenção à população rural onde as taxas de analfabetismo são mais elevadas. Os dados de 2007 e de 2017 mostram uma redução significativa das taxas de analfabetismo, mas os esforços podem ser dobrados para que realmente as populações rurais sejam atingidas. Moçambique tem meio século de independência, mas os avanços no setor educativo são lentos e contradizem as promessas dos independentistas. A educação deveria ser prioritária porque não existe nenhum país do mundo que se desenvolveu sem apostar na educação do seu povo.

3. Aspectos conceituais da gramática e sua relação com a norma linguística

Para definir o conceito “gramática” depende da perspectiva. A gramática é um sistema abstrato que organiza a língua fazendo com que a língua seja usada de forma sistemática. Gramática pode ser definida como uma ciência que estuda os sistemas de uma língua. Sob o ponto de vista normativo, a gramática é entendida como “o conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua”; tem finalidade pedagógica e visa “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social.” (Bechara, 2009, p.52). A Gramática recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (p.52). Colombat, Fournier, Puech (2017, p.88) definem a gramática como a “ciência dos enunciados em si mesmos, tanto conhecimento dos conteúdos quanto análise dos conhecimentos de expressão. ”

Sob o ponto de vista descritivo, a gramática é o “conjunto que descreve os fatos de uma dada língua”; sob o ponto de vista estruturalista, a gramática é a “descrição das formas e estruturas de uma língua”; para os gerativistas, a gramática é um “sistema de regras que o falante aciona intuitivamente ao falar ou entender sua língua” (Neves, 2009, p.29). Uma **gramática descritiva** registra e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos. A Gramática Descritiva analisa um conjunto de regras que são seguidas, considerando as variações linguísticas da língua ao investigar seus fatos, extrapolando os conceitos que definem o que é certo e errado no sistema linguístico. A **gramática histórica:** Investiga a origem e a evolução de uma língua, representando os estudos diacrônicos**;** gramática histórica “tem por objeto o estudo das transformações de uma língua no tempo e no espaço” (Silva, 2010, p.15). A **gramática comparativa:** Estabelece comparação da língua com outras línguas de uma mesma família. No caso da nossa língua portuguesa, as análises comparativas são feitas com as línguas românicas. Uma gramática comparativa estuda e descreve as possíveis semelhanças e/ou diferenças nas relações intralinguística de duas ou mais línguas em seus conceitos semânticos, pragmáticos, lexicais e morfossintáticos.

A norma prescritiva é nada mais que uma fala legitimada (aliás, idealizada) como único receptáculo da cultura nacional e assim, o que estiver fora dessa norma selecionada, estaria feio e seria considerado extravagante, fora de eixo. Nesta concepção, “o que não se encaixa no português oficial, na língua dos bacharéis, é suspeito de ilogicismo ou solecismo.” (Melo Moura, 2002, p.77). Fica clara a ideia de que todas as línguas e todos falantes “são dotados de uma aptidão para os saberes epilinguísticos (conhecimento espontâneo, não refletido, semi-implícito de certas características fonético/fonológicas, prosódicas, rítmicas, semânticas, enunciativas, sintáticas etc.) adquirida simultaneamente à língua materna” (Colombat, Fournier, Puech, 2017, p.50).

A escola reforça certos comportamentos com relação às variedades. Fiorin argumenta que a escola fomenta a disseminação do preconceito linguístico junto com os gramáticos, “que prontificam em colunas de jornais, em programas de rádio e de televisão, em manuais de questões vernáculas e que são considerados especialistas em língua portuguesa” (Fiorin, 2002, p.26). A norma, de acordo com Neves (2009) não é apenas um conjunto de formas linguísticas, mas também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas. Desta forma, “a tradição escolar costuma se iludir (e iludi os aprendizes) com a ideia de que a mera correção desse ou daquele fenômeno

de regência, de colocação, de concordância, de ‘mistura’ pronominal é suficiente para garantir aos alunos o acesso à expressão culta e a seu domínio” (Faraco, 2015, p.27). Vejamos os aspectos da gramatização.

Estudos de Neves (2010) mostra que a gramatização atinge três níveis importantes, nomeadamente, os processos funcionais (como dissemantização, expansão, simplificação), os processos morfossintáticos (como a permutação, composição, cliticização, afixação) e os processos fonéticos (adaptação, uso, perda). A gramatização mostra “a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, deixando evidente a indeterminação relativa da língua e o carácter não-discreto de suas categorias” (Neves, 2010, p.21). Citando Givón, a pesquisadora Neves (2010) aponta que

> a gramatização pode ser vista na diacronia, mas do ponto de vista cognitivo ela é um processo instantâneo que envolve um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e explorada: por exemplo, pode-se dar a um item primitivamente lexical um uso gramatical em um novo contexto, e nesse mesmo momento ele se gramaticaliza (Neves, 2010, p.21).

Os argumentos de Neves (2010) se baseiam no funcionalismo que concebe a linguagem dentro da função, olhando o papel que ela desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos muitos e variados tipos universais de demanda. Neves articula a base teórica de Talmy Givón, de Eugenio Coseriu, de Michael Halliday, Simon Dik e outros para melhor compreender como as questões das gramatização são complexas e exigem de uma delimitação muito bem precisa. Toda a língua natural possui uma gramática. Pode estar escrita ou memorizada na mente dos falantes porque a gramática é “todo instrumento que trata de categorias, propriedades e características da língua, ou de uma língua, com objetivo de explicar seu funcionamento” (Leite, 2014, p.117).

Em Moçambique e em Angola é tempo de se pensar na “gramatização” que é compreendido como o processo histórico e tecnológico de descrever e sistematizar uma língua/ou variedade por meio de tecnologias como a criação de gramáticas e dicionários, visando sua normatização, padronização e instrumentalização, e está ligada à construção de identidades nacionais e ao desenvolvimento das ciências da linguagem. De acordo com Lopes (s.d./s.p.),

> a gramaticalização, grosso modo, ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, podendo mudar de categoria sintática (=recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como conseqüência de uma cristalização extrema.

Os falantes de uma comunidade de língua jamais falam sem o uso de uma norma. Isso significa que a língua tem várias normas: uma aceita pela política linguística e outras recusadas, sem prestígio, rechaçadas e excluídas dos principais círculos de usos. O dialeto (variedade) escolhida recebe todo o tipo de carinho: 1.O reconhecimento pelo estado; 2. A criação de obras imprensas que explicam o uso - gramática; 3. A obrigatoriedade de usos em espaços mais formais da comunicação; 4. Objeto de exclusão para quem não a conhece. A

norma-padrão é equiparada a uma pessoa maquiada. Estando maquiada não é possível ver 'os defeitos', as marcas, as imprecisões da pele, etc.

Quando se fala de padrão, se refere a "uma régua ou um bastão usado para medir níveis relativos de desempenho (...)" (Milroy, 2011, p.52) e "a padronização, parece, é considerada como sociopolítica e, portanto, externa à análise linguística-muito embora ela possa afectar a forma da língua." (p.57). A forma padrão se torna a forma legítima, e outras formas se tornam, na mente do povo, ilegítimas, por isso, "essas codificações são elas mesma parte do processo de legitimação da língua padrão em sua função como língua do Estado-nação" (Milroy, 2011, p.78). De acordo com Colombat, Fournier, Puech

> A gramatização e gramaticalização se articulam às vezes estreitamente e a descrição das línguas é também uma fábrica de línguas. As línguas não são os objetos do mundo, mas sim as representações construídas por aqueles que as descrevem. (Colombat, Fournier, Puech, 2017, p.270).

Os gramáticos tradicionais entendem que o seu papel é valorizar a variedade linguística que estaria mais de acordo com o pensamento. Sendo assim, a variedade escolhida seria um instrumento simultaneamente mais maleável e mais rigoroso para a expressão do pensamento (Melo Moura, 2002; Fournier, 2018) e todo ato de fala, como toda ação é "resultado de competências e de capacidades de atualizar certo código, mas sua interpretação é largamente dependente das relações de poder simbólico estabelecidas entre os locutores ou os grupos aos quais eles pertencem" (Colombat, Fournier, Puech, 2017, p.259). Vários estudos baseados na Teoria da variação de Labov (2008) procuram ou procuraram mostrar (por meio de pesquisas) que a língua varia e que não existem variedades superiores a outras.

É justo pensar numa gramática que dá conta de cada uma das variedades porque o uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para os seus membros. (Fiorin, 2002; Leite, 2011). É na variedade que encontramos traços característicos da identidade linguística e cultural de uma comunidade de fala. Neves (2009) e Castilho (2002) chamam atenção ao fato de que estudar gramática é refletir sobre o uso linguístico, sobre o exercício da linguagem que o lugar de observação desse uso, são os produtos que temos disponíveis –falados e escritos.

Refletir sobre o ensino da gramática em Moçambique e em Angola é uma forma de transformar as aulas de português num espaço de satisfação das "necessidades do educando" que passam pela (i) necessidade de provocar reflexões sobre a língua; (ii) necessidade de lançar desafio/provocar discussões nas aula de língua; (iii) a necessidade de observar a funcionalidade das escolhas nas suas aulas; (iv) a necessidade de fugir a atividades mecânicas nas aulas de português; (v) necessidade de fugir a bloqueios que descaracterizam a própria atividade da linguagem espontânea; (vi) a necessidade de evitar generalizações indevidas no tratamento da língua; (vii) a necessidade de levar a criação artística pela palavra à sala de aula; a necessidade de considerar o uso colocando sob análise os diversos componentes da gramática (Neves, 2010).

Para pensar numa gramática que realmente atenda as realidades da educação angolana e moçambicana devemos nos sustentar nos argumentos de Savioli (2014, p.140) quando afirma que a gramática deve ser ensinada não como código prescritivo artificialmente forjado por gramáticos, mas sim como

um conjunto de leis responsáveis pelas regularidades que garantem o funcionamento da língua; a variação não constitui degradação da língua modelar; e que “erro” e o “certo” devem deixar de ser obseção. Que a sala de aula seja um espaço de reflexão sobre a língua nos seus diferentes usos e não de fomento da exclusão social e de preconceito linguístico.

Perini afirma que o linguista, apenas observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser e descreve. Por isso, condenar uma construção ou uma palavra ocorrente como incorreta não é justo e perda de tempo porque quem faz a língua é a sociedade e o “cientista não tem remédio senão reconhecer os fatos” (Perini, 2010, p.21). A gramática de Bagno (2012), de Neves (2000) e do Castilho (2010) mostram que não se pode generalizar como se todos os lusófonos falam português da mesma forma. Cada variedade (neste caso, o PB) merece o seu respeito e lugar dentro da lusofonia.

Perini (2010) defende que se deve “estudar a língua como ela é” (p.21) e “é preciso usar noções gramaticais novas” (p.21) porque “a gramática não é uma descrição completa” (p.22). É justa esta reflexão de Perini (2010) porque não adianta insistir numa norma imaginária que ao fim acaba excluindo cidadãos dos principais círculos da vida em sociedade. No futuro espera-se a construção de gramáticas das variedades que visará apoiar o ensino da LP nos dois contextos. Espera-se que os resultados da pesquisa incentivem outros pesquisadores na busca de materialização de uma gramática para cada variedade.

A publicação científica é fundamental porque é uma forma de transmitir à comunidade técnico-científica o conhecimento de novas descobertas, e o desenvolvimento de novos materiais, técnicas e métodos de análise nas diversas áreas da ciência. Será relevante a interlocução entre pesquisadores da universidade francesa e brasileira como forma de democratização do saber e compartilhamento pelo mundo afora.

A concepção de linguagem como instrumento de comunicação está subjacente ao conceito de língua como código, cujo suporte teórico é a Teoria da Comunicação, que concebe a língua como um sistema organizado de signos com a função de possibilitar a comunicação entre falantes, estabelecida quando emissor e receptor dominam o código, preestabelecido e convencional. (Palma, Turazza, 2025, p.29). A comunicação permanece como o objetivo central da instrução, sendo que a diferença principal é a tentativa de resolver problemas que surjam na interação, focalizando brevemente a atenção em aspetos linguísticos. O ensino através do foco no sentido centrava-se pouco tempo ou tempo nenhum nas particularidades da língua; pelo contrário, o interesse era o uso da língua em situações reais de comunicação (Pinto, 2011).

De acordo com Pinto, quando o professor verifica que os alunos enfrentam dificuldades na compreensão ou produção de uma determinada forma gramatical na L2, aquele deve ajudá-los chamando a atenção para os usos errados e/ou para a compreensão das formas e dar-lhes explicações adequadas e exemplos dessas formas. O professor pode também ajudar os seus alunos e estes, os seus colegas, alertando-os para as formas de que eles necessitam em determinado momento; estes devem ainda ter consciência, para além disso, do seu global desenvolvimento gramatical na L2 (Pinto, 2011, p.34).

Considerações finais

Este estudo de carácter bibliográfico permitiu refletir sobre diversos conceitos importantes para os estudos sociolinguísticos. O foco principal foi o contexto sociolinguístico de Angola e de Moçambique. Não se pode afirmar com

exatidão quantas línguas existem nestes dois países porque os estudos ainda estão sendo sistematizados e catalogados. Esse processo de catalogação deve ser urgente para que angolanos e moçambicanos possam caminhar com mais segurança tanto no levantamento dos dados por meio de recenseamentos dos INE como para permitir o estabelecimento de políticas e planejamento linguísticos.

Este estudo foi apenas um recorte para melhor instigar estudos mais profundos em monografias, teses e dissertações. Nas próximas oportunidades serão estudados os restantes países africanos de língua portuguesa. Neste capítulo foi possível descrever as características sociolinguísticas e as políticas linguísticas de Angola e de Moçambique. Definiu-se os conceitos de empréstimos e de estrangeirismos que muitas das vezes são confundidos por estudantes de linguística e aprofundamos o conceito de lexicultura. A cultura “é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana” (Santos, 2006, p.21, grifo do autor). Essa cultura incorpora-se na língua por meio do léxico que foi definido como o conjunto virtual de palavras de uma língua. Por meio da língua há construção de relações de irmandade, de aproximação, de amizade e sobretudo de criação de laços. Pessoas que falam a mesma língua tem tendência à aproximação como se fossem provenientes da mesma família. A língua consegue aproximar pessoas e promover relações de intimidade. As ideologias linguísticas buscam espaço, daí que foi necessário definir o conceito de dialeto.

O ensino da LP em Angola e Moçambique ainda é um desafio porque a gramática usada pelos alunos é diferente daquela que é exigida pelos livros escolares. Tanto os alunos quanto os professores enfrentam a gramática normativa como um desafio inatingível e isso levanta problemas de autoestima no uso do português. Dados dos Institutos Nacionais de Estatística de Angola e de Moçambique revelam a fraqueza na busca de dados. Hoje, os INE não coletam dados de forma exaustiva porque as informações chegam aos cidadãos de forma incompleta. Analisamos gráficos, quadros e tabelas e observamos a necessidade de reformulação de perguntas nos próximos recenseamentos.

Angola e Moçambique compartilham realidades sociolinguísticas bem semelhantes incluindo desafios no ensino da língua portuguesa. Vários estudos mostram que o professor pode, pois, atuar como um mediador, um facilitador, mas o papel central é do aluno, que constrói ativamente o seu conhecimento sobre a língua. Há uma preocupação com o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos e com o foco na competência linguística contextualizada nos propósitos comunicativos da estrutura em causa, o que é sugerido pela abordagem foco na forma (Pinto, 2011, p.38).

Por fim, as variedades angolanas e moçambicanas de português estão presentes no cotidiano dos professores e dos alunos. Não se pode ignorar a sua existência e é preciso que os professores enfrentem debates sobre o tema e não dá para fingir que se fala como em Portugal porque essa é uma deslealdade acadêmico-científico. Trazer os debates sobre a variação linguística em sala de aula é uma atitude positiva e corajosa. Apresentar aos alunos as diferentes formas do uso da língua é um passo importante para o combate ao preconceito linguístico.

Referências

ALVES, M. J.; TIMBANE, A. A. dinâmica do Português Brasileiro na imprensa escrita: o caso de empréstimos e estrangeirismos lexicais. *A cor das letras.* Feira de Santana (BA), vol. 18, n. 2, p. 19-25, mai-ago. 2017.

ANGOLA. *Constituição da República.* Luanda: Assembleia Nacional e Constituinte, 2010.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação-2024*. Luanda: INE, 2025.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do porque brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, M. O racismo lingüistico do Brasil. *Portal Geledés.* 18 set. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>. Acesso em: 04 nov.2020.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa.* 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, E. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p.19-30.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CASTILHO, A. T. de. *Gramática do português brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Das brasilianische Portugiesich: Perspektiven der gegenwärtigen Forschung. *Münster,* p.17-18, jan. 2002.

COELHO, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística.* São Paulo: Contexto, 2013.

COLOMBAT, B.; PUECH, C.; FOURNIER, J.-M. *Uma história das ideias linguísticas.* São Paulo: Contexto, 2017.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral:* cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

ESTATÍSTICA DE PAÍSES. Expectativa de vida ao nascer na África em 2025, por país. (em anos). Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1218173/life-expectancy-in-african-countries/ Acesso em: 12 fev.2026.

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). *Pedagogia da variação linguística:* língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p.19-30.

FEHN, A.-M. (Eds.). Khoisan Languages and Linguistics. Proceedings of the 4th International Symposium July p.11-13, 2011. *Riezlern/Kleinwalsertal*. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2017.

FIORIN, J. L. Os aldrovandros cantagalos e o preconceito linguístico. in: SILVA, F. L. da; MELO MOURA, H. M. de.(Org.). *O direito à fala:* a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular, 2002, p.23-38.

FIRMINO, G. D. Ascensão de uma norma endógena do português em Moçambique: desafios e perspectivas. *Revista Gragoatá,* Niterói, vol.26, n.54, p. 163-192, 2021.

FOURNIER, J.- M. *A* constituição de uma língua de referência no ensino da gramática: o exemplo da nomenclatura gramatical de 1910. *Revista Fragmentum*, Santa Maria, nº Especial, 1519-9894, jul./dez. 2018.

GONÇALVES, P. Lusofonia em Moçambique com ou sem glotofagia? Comunicação apresentada no *2º Congresso Internacional de Linguística Histórica*. São Paulo: USP (07/02/2012).
KONDJA, J. E. Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da Província do Cunene . N*JINGA e SEPÉ: Revista Internacional e Culturas, Línguas Africanas Brasileiras (ISSN: 2764-1244)*, São Francisco do Conde (BA), vol. *3, nº*1, p.156–184, 2023.
KONDJA, J. E. *Produção de segmentos consonânticos do português por falantes nativos do !Khun (Khoisan), língua angolana*. 2022, Dissertação de Mestrado Mestrado em Ciências da Linguagem, Universidade do Minho Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, 2022.
LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos.* Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
LEITE, M. Q. A construção da norma linguística na gramática do Séc. XVIII. *Revista Alfa*, São Paulo, vol.55, nº2, p. 665-684, 2011.
LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa:* uso e norma. São Paulo: Paulistana, 2007.
LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem.* São Paulo: Contexto, 2012.
LEITE, M. Q.Tradição, invenção e inovação em gramáticas de língua portuguesa - séculos XX e XXl. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVAO, V. C. (Org*.). Gramáticas contemporâneas do português:* com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p.115-133.
LOPES, C. *Gramaticalização:* definição, princípios e análise de casos (Versão preliminar). s.l., s.d. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Gramaticalizao_ufrj.pdf>. Acesso em: 31 jan.2026
MACIEL, C. M. A. Os Goeses e Outros Povos Asiáticos em Moçambique – Que Atitudes em Relação ao Português e às Línguas Bantu*? Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies.* vol.7, p.169-183, 2018.
MELO MOURA, H. M. de. A língua popular tem razões que os gramáticos desconhecem. in: SILVA, F. L. da; MELO MOURA, H. M. de. (Org.). *O direito à fala:* a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular, 2002, p.75-82.
MENESES, L. Descosturando a língua: o caso da mudança e das interferências linguísticas no português de Moçambique. *Revista Odisseia.* nº 5, p.1-14, jan.-jun.2010.
MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. in: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos.* São Paulo: Parábola, 2011, p.49-88.
MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo, Assembleia da República, 2004.
MOÇAMBIQUE. *IV Recenseamento geral da população e habitação 2017*: resultados definitivos Moçambique. Maputo: INE, 2019.
MOURA NEVES, M. H. *Ensino de linguagem e vivência:* temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.
MOURA NEVES, M. H. *Que gramática estudar na escola*? Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.
MUDIAMBO, Q. *Da lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário:* 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes na Escola de Formação de Professores “Cor Mariae” do Uíje (Angola), 2013.

291f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
NEVES, M. H. de M. *A gramática:* história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
NEVES, M. H. de M. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.
NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
NEVES, M. H. de M. *Que gramática estudar na escola?* norma e uso na língua portuguesa. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2009.
NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Gramáticas contemporâneas do português:* com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
NEVES, M. H. de M.*Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2010.
NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu.* Maputo: Imprensa Universitária, 2015.
NIGERIA. *Constituição da República Federativa da Nigéria*. Abuja: Assembleia Nacional, 1999.
PATEL, S. Revisitando as políticas linguísticas educacionais em Moçambique: O caso da educação bilíngue*. Revista D.E.L.T.A*., vol.38, nº4, p.1-15, 2022.
PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
PINTO, J. O ensino de línguas baseado em tarefas e o foco na forma: contributos para uma didáctica do PL2 em Cabo Verde. *Revista LingvarvmarenA*, Vol. 2, p.27-41, 2011.
PORTUGAL. *Decreto-Lei colonial nº39.666,* de 20 de maio de 1954. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique.
POSSENTI, S. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: ALB, 1996.
SANDS, B. et al. *Comparison and classification of Khoisan languages* (3) dia 23 de 5 2019-convertido. n.d., 1998.
SANTOS, J. L. dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006.
SAVIOLI, F. P. O percurso das gramáticas nas ações escolares. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Gramáticas contemporâneas do português:* com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola, 2014. p.134-152.
SILVA, A. S. da.; MEVIS, A. Português no índico: evidências de nativização do português moçambicano. *Revista Origens do português*. Macau, vol.6, p.9-38, 2024.
SILVA, J. P. da. *Gramática História da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: O Autor, 2010.
TIMBANE, A. A. A lexicultura no português de Moçambique. *Linguagem: Estudos e Pesquisas,* Goiânia, vol. 18, n. 2, p.43-59, 2016.
TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique.* 2013. 318p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.
TIMBANE, A. A. A variação linguística do português moçambicano: uma análise sociolinguística da variedade em uso. *Revista Internacional em Língua Portuguesa.* Lisboa, nº 32, p.19-38, 2017.
TIMBANE, A. A. Os empréstimos do português e do inglês na língua xichangana em Moçambique. *Revista Linguagem:* Estudos e Pesquisas, Catalão (GO), Vol. 16, nº2, p. 29-55, jul./dez. 2012.

TIMBANE, A. A. TV Surdo - Moçambique: buscando acessibilidade e integração do surdo na sociedade. *NJINGA SEPÉ: Revista Internacional e Culturas, Línguas Africanas Brasileiras*, vol.*4, nº*1, p.437–454, 2024.
TIMBANE, A. A.; BERLINCK, R. de A. A influência da língua portuguesa nas línguas bantu faladas em Moçambique: o caso da língua xichangana. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*. Vol. 8, p.105-125, 2019.
TIMBANE, A. A.; SANTANA, Y. F. D.; AFONSO, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Revista Afluente*, vol.4, nº12, p. 104-128, mai./ago. 2019.
TISHKOFF, S. A. et al. History of click-speaking populations of Africa inferred from mtDNA and Y chromosome genetic variation. *Molecular biology and evolution*, vol.24, nº10, p.2180–2195, 2007.
ZAU, D. G. D. *A Língua Portuguesa em Angola*: um contributo para o estudo da sua nacionalização. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.

CAPITULO 2

A variação lexical dos termos “corno” e “prostituta” no português de Angola

Crispal da Costa Quiquelo
Kambulo Mika Costa Ntoto
Malungu Job Mateva
Alexandre António Timbane

Introdução

A língua portuguesa chegou em Angola pelo processo da colonização portuguesa e depois foi implantada por meio de decretos coloniais (Ex. Decreto-Lei nº 39.666 de 20 de maio 1954, Art.54º) que obrigaram o uso da mesma em contextos formais de comunicação. O contato entre o português e as diversas línguas africanas faladas em Angola contribuiu para a formação de uma variedade que passaremos a chamar de Português Angolano (PA). Designamos por PA às manifestações linguísticas da variedade do português falado em espaço geopolítico angolano impulsionados pelas variáveis sociais e linguísticas.

Hoje, o PA apresenta características peculiares, próprias da realidade angolana, o que faz com que a variedade tenha uma identidade própria diferente das características das restantes variedades. Não se pode negar a existência desta variedade, até porque toda a língua em uso tende a variar e a mudar no tempo e no espaço, impulsionada pelas variáveis sociais e linguísticas. Partimos do princípio de que a língua é uma construção social (Labov, 2008) e o ecossistema linguístico é composto por **Língua-Território-Povo**. Uma língua natural pertence a um povo que se localiza num determinado território geográfico. Esse ecossistema linguístico se consolida na cultura, por meio das práticas sociais que a tornam dinâmica variando em direção aos falantes.

Toda a coleta que ocorre em situações de comunicação informal consegue flagrar situações genuínas da língua ou da variedade, o que revela a dinamicidade linguística presente na comunidade de fala. Para Da Hora (2014, p.22, grifo do autor)

> a fala casual é facilmente detectada em situações em que o falante não esteja se monitorando, como nas ruas, nos bares, na praia. O mesmo não acontece em uma situação de entrevista formal, que define um contexto de fala em que, em geral, apenas um estilo ocorre- o estilo denominado **fala cuidada.**

Sabendo que a língua varia e muda ao mesmo tempo com a sociedade, urge a necessidade de compreender como os termos “corno” e “prostituta” são conhecidos e usados pelos falantes da variedade angolana do português. Olhando para as relações entre a língua e a sociedade nos propomos debater os usos das unidades lexicais “corno” e prostituta” em contexto da variedade angolana, daí que se questiona, quais os nomes e seus significados são atribuídos para estas duas realidades. Se entendermos a língua como uma construção social (Labov, 2008), então é possível mapear a ocorrência destas duas unidades lexicais em território angolano. Vivemos numa sociedade cheia de tabus e proibições e essas palavras fazem parte desse grupo. Estima-se que

os usos estejam associados ao sexo (frequentemente homens) aos jovens e adultos, às pessoas escolarizadas.

Os nomes possuem uma relação íntima com as culturas dos povos que as falam; A variação lexical revela a importância da criação de dicionários que realmente apresentam a realidade de uma variedade. A pesquisa visa conhecer os usos dos termos “corno” e “prostituta” e mapear os locais geográficos onde são usados. Especificamente, a pesquisa debate os significados das unidades lexicais, explicar os contextos do seu uso, identificar as regiões onde são usadas e descobrir uma unidade lexical equivalentes que ocorrem em outras regiões de Angola. A pesquisa é relevante porque busca sistematizar os usos das unidades lexicais em contexto angolano buscando em curto espaço de tempo, o lançamento de uma proposta de dicionário que possa acolher realidades da variedade angolana de português. A pesquisa é relevante porque aplica as teorias sociolinguísticas nas análises da variação lexical presentes no cotidiano do português angolano. Trata-se de uma pesquisa que por meio dos conceitos teóricos poderá contribuir para sistematização dos termos que podem constituir um futuro dicionário da variedade angolana do português.

1.O léxico e a cultura de uma língua

O léxico de uma língua é um reflexo vivo da sua cultura refletindo valores, costumes, tradições, crenças e a experiências de um povo. Expressões e termos específicos mostram como a cultura influencia o modo de falar. Que essa influência cultural se manifesta na maneira como as pessoas expressam nas diferentes gírias, sotaques e expressões regionais. A língua é um elemento dinâmico que evolui com o tempo e incorpora novas palavras, expressões, e mantém-se conectada às mudanças culturais e sociais. Essas mudanças refletem a identidade de um povo e influenciam na comunicação e nas relações sociais.

A língua é um construto histórico-social, coletivo e presente na memória dos agentes de uma comunidade linguística qualquer e tem como função primeira a comunicação entre esses agentes. Então, se a função primordial da língua consiste em tornar comum e compreensível o que está presente no cotidiano dos indivíduos de uma sociedade, seja material ou imaterial, é necessário que as designações e as formas como as serão utilizadas sejam elaboradas a partir de um consenso entre os membros de um grupo.

Segundo Paula (2007, p. 92) a interação entre diferentes culturas enriquece o léxico de uma língua, cria novas expressões e expande horizontes de comunicação. Essas novas expressões trazem consigo fragmentos culturais, enriquecendo a interação humana e refletindo a riqueza de cada sociedade. Santos (2006), afirma que a cultura abrange todas as características que definem a existência social de um povo, incluindo seus costumes, valores e modos de interação.

A cultura, vista como “todo este complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outro hábito ou capacidade adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, é um conceito de dimensão etnográfica mais amplo (Edward Tylor, em 1871, apud Laraia, 2001, p. 54). O léxico reflete a evolução cultural de um povo, sendo o espelho de suas experiências, valores e tradições. Partindo da premissa de que a língua é um elemento cultural, ela faz parte da cultura de uma sociedade e, através da sua estrutura linguística, propriamente do seu léxico, os seres humanos se comunicam, expressam sua cultura, seus valores e conhecem o mundo à sua volta.

Considerando que a língua é um elemento social, podemos ver no léxico o patrimônio cultural de uma comunidade, porque, através da língua, conhecemos a ciência, os hábitos, os costumes e os valores que são ensinado de geração em geração em uma sociedade. Segundo Ernani Terra (2020), a língua falada e também a escrita são instrumentos pelos quais os indivíduos compartilham cultura. Desde pequeno nos são transmitidos valores, modos de agir, costumes, crenças etc., que são os da sociedade em que vivemos. Nesse caso, há uma passagem oral de saber, mas a cultura também passa pela língua escrita. Ademais, os estudos lexicológicos têm apresentado que as estruturas lexicais possuem uma característica de demonstrar a existência linguística, cultural e social de um determinado povo. É por meio dela que os saberes são passados de geração a geração.

Léxico é um grupo de palavras de uma língua. O léxico é o conjunto virtual de palavras de uma língua (Correia, Almeida, 2012). Essas palavras ocorrem no contexto cultural de cada comunidade de fala. Uma palavra comum no espaço lusófono pode ter significados diferentes nas diferentes variedades. Por exemplo, a palavra “bicha” significa “fila” em Angola, mas no Brasil significa “gay”. Os significados das palavras também são interpretáveis em contexto cultural. Por isso não se pode descartar a relevância do elemento “sociedade” na compreensão de significados. Retomando o conceito de léxico, pode-se afirmar como o conjunto de palavras existentes numa língua, as novas e as antigas, as que perderam a frequência de uso, incluindo as estrangeiras que se integram na língua (Correia, Almeida, 2012).

Já o vocabulário seria o conjunto de palavras que efetivamente ocorrem num discurso, numa obra, num indivíduo pertencente a uma comunidade de fala. Devemos entender por vocabulário “o conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorreram de fato nesse discurso" (Correia, Almeida, 2012, p.15). Segundo Timbane (2013, p.9), “os neologismos podem ter origem na **matriz interna** (formações ou recriações dentro da mesma língua) ou na **matriz externa** (palavras vindas de outras línguas: estrangeirismos e empréstimos)". À medida que o tempo vai passando, os falantes vão tendo desafios para se comunicarem em diversas finalidades e, isso vai permitindo a criação de novas palavras e assim vai permitir um vasto acesso de vocábulos existentes nessa língua.

O léxico é a face mais evidente da língua, pois é por meio dele que se formam sentenças, discursos e significados que permitem a compreensão do que se pretende enunciar. Entendamos por léxico como “o conjunto de todas as palavras de uma língua, isto é, o conjunto de todas as palavras de uma língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as testadas e aquelas que são possíveis tendo em conta os processos de construção das palavras disponíveis na língua...” (Correia, Almeida, 2012, p.15).

Na língua portuguesa não se sabe qual é o limite do léxico, porque o processo de formação de palavras é um processo contínuo e estimulado pela dinâmica social. Desta forma, fica clara a ideia de que um dicionário do português brasileiro (ex. Houaiss) atende as realidades da variedade brasileira. Um consulente timorense encontrará limitações quando procura certas palavras no dicionário brasileiro. Desta forma, um dicionário apresenta o léxico frequente numa variedade. Não existe um dicionário que possa atender plenamente as realidades Sociolinguística das diversas variedades de uma língua.

Nesta perspectiva apela-se para a criação de dicionários para cada variedade por forma a que se possa atender às realidades locais. A palavra “**sograria**”

(casa dos sogros) ocorre em contexto da variedade moçambicana. É que na língua changana, ronga e xitswa existe palavra para se referir a “casa da sogra”, daí os falantes das línguas do grupo tswa ronga inventam uma palavra portuguesa (**sograria**) para se referir a essa realidade. Para brasileiros e para portugueses não existe a palavra para se referir a “casa da sogra”. Nesta discussão se insere o conceito de cultura que estimula a criatividade lexical. As unidades lexicais ganham significados em contexto cultural. Por isso é necessário contextualizar, pois o léxico é sempre utilizado em contexto da variedade.

Por exemplo, em Angola “rapariga” significa “jovem”, “moça”, já no Brasil, em algumas regiões “rapariga” significa prostituta, mulher que leva chifre, esse léxico está atrelado ao seu contexto cultural, ou seja, ele varia a depender do contexto, cultura e grupo social, isso mostra que elas surgem como parte da adaptação linguística às realidades culturais e geográficas da região.

Esses fatos comprovam que o léxico se desenvolve de acordo com as necessidades de comunicação dos falantes, ajustando-se ao ambiente e às vivências específicas de cada comunidade. Assim, a língua demonstra que por meio do vocabulário, não apenas representa a cultura de uma sociedade, mas também a fortalece e a transmite entre gerações, seja, de forma oral ou escrita. Essa diversidade revela a profundidade das experiências humanas e, ao estudá-la minuciosamente, é possível compreender não apenas aspectos linguísticos, mas também valorizar as identidades culturais dos grupos que compartilham um idioma em contextos distintos.

Por meio do léxico, torna-nos conhecedores das tradições linguístico-culturais das sociedades onde vivem os falantes (Hampaté Bâ, 2010), sendo essas tradições passadas às futuras gerações por meio da escrita ou da oralidade. Segundo os autores Drumond, Marengo, Nunes, Ximenes, Queiroz (2018), o léxico vive e evolui com os falantes da língua, em meio aos fluxos sociais inerentes à sociedade desde os tempos pretéritos. Por seu turno, as comunidades linguísticas são dotadas de capacidade de constituir o patrimônio lexical que atende às suas necessidades comunicativas e trazem consigo a herança cultural dos povos.

2. O vocabulário e o idioleto: aspectos sociolinguísticos da variedade

Embora existindo vários, o vocabulário e o idioleto são, de fato, aspectos sociolinguísticos da variedade linguística. A sociolinguística investiga como a linguagem varia de acordo com fatores sociais, e tanto o vocabulário quanto o idioleto são influenciados por elementos como idade, classe social, gênero, profissão e região geográfica.

Vocabulário é o conjunto de palavras que fazem parte de uma língua e que são conhecidas, compreendidas e usadas por uma pessoa ou grupo social. Nesta senda, precisamos desconstruir estes dois aspectos, que, segundo alguns autores, vocabulário pode ser entendido como o conjunto de palavras dominadas e utilizadas por um falante, dividindo-se em vocabulário ativo e passivo (Travaglia, 2009). Além disso, é um componente essencial da competência linguística, influenciado pelo contexto social e cultural dos falantes (Crystal, 2008). Sua evolução reflete mudanças históricas e sociais, mostrando-se um elemento dinâmico da linguagem (Dubois, 2006).

Com base nas anteriores teorias, podemos entender que dessa forma, o vocabulário não é estático, mas sim um elemento vivo que se ajusta às necessidades da sociedade e dos falantes. Exemplos de alguns vocabulários do português angolano: Ex.1: **mboa do game**: Termo pejorativo para mulher que

se envolve sexualmente com vários homens; Ex.2: **chifrudo ou chifruda:** Pessoa que foi traída pelo parceiro(a); Ex.3: **pensão**: Área onde ocorre a prática da prostituição.

O termo idioleto – formado a partir do grego *idio* (pessoal, privado) + (dia)leto – foi introduzido pelo linguista Bernard Bloch em 1948. Em linguística, os idioletos fazem parte do estudo das variações linguísticas, como dialetos e sotaques. Cada indivíduo pertence a diferentes grupos sociais e, por isso, fala uma variedade linguística composta por características únicas, ligeiramente distintas das de qualquer outro falante da mesma língua. A essa variedade linguística exclusiva de um falante damos o nome de idioleto.

O idioleto de uma pessoa abrange aspectos como: (a) Vocabulário: adaptado aos seus interesses e atividades; (b) Pronúncia: refletindo a região onde mora ou já morou; (c) Estilo de fala: variando sutilmente conforme o interlocutor e o contexto. Segundo Bloch, o idioleto pode ser entendido como a forma de falar de um único indivíduo sobre um mesmo assunto, para uma única pessoa, em um curto período de tempo. Em outras palavras, trata-se da expressão linguística individualizada, indo além da simples variação entre falantes de um mesmo dialeto.

O idioleto de uma pessoa não é apenas vocabulário; é tudo, desde a forma como pronunciamos certas palavras até a forma como as combinamos e o que imaginamos que elas significam. Um exemplo de idioleto angolano pode ser encontrado na forma como um indivíduo usa expressões típicas do português falado em Angola, mas com características únicas de sua própria fala. Por exemplo, um falante pode ter um vocabulário específico influenciado por línguas nacionais como o kimbundu ou umbundu, além de preferências na pronúncia e construção de frases.

Um caso interessante é o uso de palavras como **"kota"** (para se referir a uma pessoa mais velha ou respeitável) ou **"bué"** (para indicar grande quantidade ou intensidade). No entanto, um idioleto vai além dessas expressões comuns e inclui variações individuais, como a forma específica de um falante pronunciar certas palavras ou construir frases de maneira única. Esse idioleto é único porque, além de refletir o português angolano, também carrega traços individuais, como preferências de vocabulário, sotaque e estilo de fala. Ele pode, por exemplo, ter um jeito próprio de construir frases ou usar gírias que não são comuns entre todos os falantes do português angolano.

De acordo com Correia e Almeida (2012), destacam o léxico como um sistema dinâmico e em constante transformação. Segundo Correia, é essencial distinguir entre léxico e vocabulário, pois enquanto o léxico abrange todas as palavras da língua, incluindo neologismos e arcaísmos, o vocabulário é um recorte contextualizado do léxico, representando as palavras efetivamente usadas em determinado momento ou área do conhecimento. As autoras enfatizam que os neologismos não apenas refletem mudanças na língua, mas também na sociedade, pois surgem para atender novas necessidades comunicativas. Além disso, o estudo da neologia permite uma visão clara da evolução diacrônica da língua, auxiliando na compreensão dos processos de inovação lexical e na identificação dos critérios que determinam a permanência ou o desaparecimento de novas palavras. Correia e Almeida (2012) também argumenta que nenhum dicionário consegue abranger totalmente o léxico de uma língua, pois este está sempre em expansão, sendo necessário atualizações frequentes.

3. A variação linguística do português angolano e o preconceito

O Português angolano é uma variedade do português falado no território angolano oficializada em 1975 após a Proclamação da República. Acreditamos que legislador quando escreveu a constituição de 1975 e de 2010 não estava oficializando o português de Portugal, porque é sabido que os angolanos não falam como portugueses. É sabido que nenhum angolano nascido e crescido no território possa falar tal como se fala em Lisboa. Há diferenças, há variações que identificam o pertencimento ético e de origem. Estas questões não podem ser ignoradas pois são visíveis e cotidiano. Antes desse período, o português falado no território que mais tarde veio a ser chamado Angola, passou por algumas fases indispensáveis para afirmar-se social e culturalmente na vida dos povos e nações que formam Angola.

Pedro (2021) refere que a expansão do português em Angola se deu por três (3) fatores que foram: a inserção do português no sistema educacional; imposição do português por via da evangelização e o uso do português como única língua de administração pública. O contato linguístico do português com línguas angolanas do grupo bantu e khoisan possibilitou a troca lexical e transferência linguística, ocasionando visivelmente uma mudança ao nível fonético e fonológico, semântico, morfológico, sintático, lexical e pragmático para além de carregar marcas culturais dos diferentes grupos étnicos espalhados pelo país. Não podemos nos distanciar da ideia de que a língua se liga à cultura.Quem oferece significados é a cultura, são as tradições.

A entrada de novos léxicos no PA por via de empréstimos linguísticos vindo das línguas bantu angolanas é visível quando nos deparamos com as palavras como kota, caçula, ndengue, salo, mambo e tantas outras, entretanto, o PA também dispõe de muitos outros mecanismos para criação e entrada de novas palavras - neologismos. Os estilos musicais Rap/hip-hop e Kuduro são a prova de como a música produzida em Angola é uma porta de entrada para vocábulos novos nessa variedade de português. Santana e Timbane (2019) em “A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick afroman: a língua e a cultura em debate” trazem à discussão aspectos relacionados à incorporação de novos léxicos no PA (português angolano) a partir do rap/hip-hop feito por Yannick Afroman para demonstrar.

Por outro lado, o PA também cria novas palavra através da ampliação de propriedades semânticas de palavras que já existem na língua portuguesa com objetivo de ser referir a palavras que têm uma carga semântica pesada ou negativa na sociedade como são os casos de palavras que se referem a alguém que sofre traição numa relação sexo-afetiva ou trabalha e usa o sexo como forma de ganhar dinheiro, extorquir ou enganar homens.

Um outro assunto de significativa importância quando se fala da variedade do português de Angola é o preconceito linguístico em torno das populações marginalizadas e pobres de Angola e suas variedades dialetais. O preconceito linguístico em Angola se manifesta na desvalorização das variedades do português faladas no país, que são resultado de processos históricos e socioculturais.

Em “Considerações sobre o Português Angolano e Preconceito linguístico em Angola”, Santana e Timbane (2021) mostram que há uma tentativa de imposição da norma do português europeu na educação e nos meios oficiais, o que gera uma defasagem entre a língua falada pela maior parte da população e a norma normatizada. Essa imposição reforça o preconceito linguístico, marginalizando as variedades locais, que carregam elementos culturais e históricos do povo angolano.

Santana e Timbane (2021) trazem à tona as atitudes de intolerância e estigmatização contra as variedades do português faladas no país, especialmente aquelas que se diferenciam do padrão europeu. Ademais, destacam como a variedade do português angolano, que resulta do contato com diversas línguas africanas e apresenta características específicas fonéticas, morfológicas, lexicais e sintáticas, é frequentemente vista como inferior, primitiva ou errada, devido ao preconceito e à valorização excessiva do padrão europeu, considerado norma de prestígio. Por isso que a normatização do português angolano é importante para promover o seu ensino formal e fortalecer a identidade linguística do país, combatendo o preconceito e a estigmatização das variedades locais.

4.Metodologia

Toda a pesquisa científica precisa de uma metodologia bem delimitada. A presente pesquisa buscar analisa o léxico das seguintes definições: (a) homem ou mulher que é traído(a) pelo seu parceiro(a) e (b) profissional do sexo ou alguém que vendo o sexo seja homem ou mulher. Sabemos que, em diferentes países e regiões que compartilham a língua portuguesa, há variações importantes no vocabulário, tanto no uso quanto no significado de certos termos. No caso do português angolano, palavras de origem local ou adaptações culturais podem expressar essas ideias de maneira distinta, revelando aspectos importantes da cultura, do humor, das normas sociais e da história linguística da região.

Para a realização desta pesquisa, adotou-se uma estratégia metodológica que combina revisão bibliográfica e investigação quantitativa. A etapa bibliográfica consistiu na análise de obras previamente publicadas, como monografias, dissertações e estudos acadêmicos. Já a abordagem quantitativa foi exploratória, com o intuito de examinar e reunir informações por meio de um questionário aplicado.

A metodologia incluiu a segmentação e extração dos dados, possibilitando um controle mais preciso das informações. Essa fase permitiu a coleta e organização do corpus. No levantamento de vocábulos, identificamos e registramos todas as ocorrências com variações lexicais dos termos “corno” e “prostituta” no português falado em Angola. Ao todo, foram contabilizados 107 itens das 58 respostas obtidas, excluindo as repetições, classificados em dois grupos: 57 femininos e 50 masculinos. A obtenção dos dados foi realizada por meio de um questionário enviado às 18 províncias de Angola, atualmente são 23, bem como aos angolanos residentes na diáspora. As informações coletadas possibilitam uma análise da variação lexical desses termos no território angolano, evidenciando os sentidos e padrões que refletem aspectos da cultura e da sociedade local.

Observou-se uma predominância masculina na participação da pesquisa em comparação ao número de mulheres. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos respondentes possui formação em licenciatura, enquanto uma parte menor concluiu o ensino médio. Verificou-se que tais expressões variam conforme a região, localidade e cultura de cada grupo social, demonstrando a diversidade cultural e lexical existente. Essas formas linguísticas são essenciais para os estudos sociolinguísticos, pois revelam a variedade do léxico em uso, carregando interpretações culturais e sociais complexas, que refletem a riqueza da língua.

Tendo como público-alvo o povo angolano, a pesquisa foi de grande importância, permitindo uma melhor compreensão sobre o funcionamento das

variações lexicais associadas aos termos estudados no contexto nacional. A aplicação do questionário a participantes nas províncias de Angola e na diáspora contribuiu significativamente para a investigação. As expressões relacionadas aos vocábulos “corno” e “prostituta” evidenciam as diferentes formas linguísticas e culturais presentes no país, revelando significados que espelham a vivência coletiva de cada grupo.

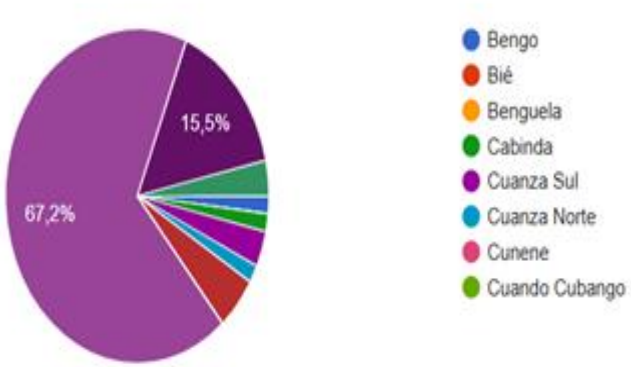
A partir da análise, observou-se que essas variações são próprias dos diversos segmentos sociais, representando a pluralidade cultural da sociedade angolana. Tal diversidade lexical é crucial para compreender as nuances da comunicação no país, refletindo a riqueza cultural e a dinamicidade da língua portuguesa em Angola. A participação dos angolanos, tanto residentes quanto na diáspora, enriqueceu a pesquisa, permitindo um olhar mais profundo sobre as mudanças e permanências nas formas de expressão associadas aos termos analisados.

Assim, o estudo contribui para o entendimento da sociolinguística angolana, ao demonstrar como os fatores culturais, regionais e sociais influenciam diretamente na variação lexical. O uso de expressões como “corno” e “prostituta” varia não só em termos geográficos, mas também de acordo com os contextos culturais de cada comunidade. Essa investigação aprofunda a percepção sobre a riqueza e a diversidade do português falado em Angola, reforçando a importância de considerar as variações locais na análise linguística. Além disso, ressalta-se que tal diversidade linguística reflete a história e as múltiplas vivências do povo angolano, valorizando o estudo e a preservação dessas formas lexicais como parte integrante do patrimônio cultural nacional.

4.1 Análise dos dados

Em primeira instância, podemos perceber que a maior parte dos participantes desta pesquisa são pessoas que nasceram na província de Cuanza sul. Em menor número temos: Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cuanza Norte, Cunene, Cuando Cubango, onde a maior parte deles residem em zonas urbanas. Podemos observar isto na figura (1) abaixo:

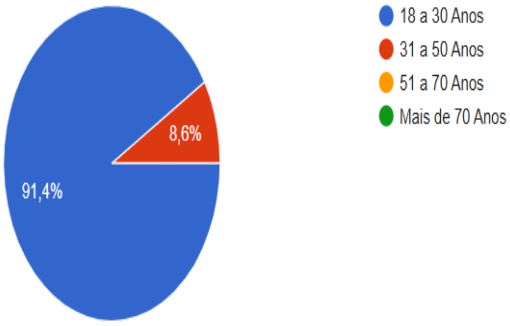
Figura 1: Residência dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa

Mais de 90% dos participantes são jovens da faixa etária entre 18 e 30 anos. Esse dado se dá porque a população adulta, dos 51 a 60, por exemplo, não tem acesso à internet ou não sabem manusear smartphones. Esse impasse pode ter impossibilitado essas pessoas de terem acesso ao nosso questionário. Isso pode ser observado a partir dos dados percentuais da figura (2):

Figura 2: Faixas etárias



Fonte: Dados da pesquisa

Por outro lado, foram os homens quem mais participaram da nossa pesquisa em relação às mulheres. No que se refere à escolaridade, a maior parte é licenciado e outra parcela menor tem o ensino médio completo. Sendo Angola um país multilíngue, é óbvio que os falantes participantes desta pesquisa também falem outras línguas angolanas. Vimos a partir dos dados que a maior parte dos participantes tem o português como língua materna (doravante L1), enquanto outros têm como L1 o kikongo, o kimbundu e o Lingala.

4.2 Como se chama o "homem que é traído pela esposa ou namorada"?

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, os termos que os falantes mais usam para se referir ao homem que sofre traição são: *corno, chifrudo, chifrado, cornudo, boi, traído, homem traído, cornelho*. Dentre os quais, *corno* é a palavra que mais se destaca. Ela aparece quase em todas as listas. Atrás de *corno* estão *chifrudo, chifrado*, *cornudo* e *cornodo*. No entanto acreditamos que a forma "*cornodo*" seja um erro de digitação de um dos participantes da pesquisa. Exemplos que ilustram essas variações:

Quadro 1: Outros termos referentes a um "Homem traído pela esposa ou namorada".

Nº	Termos		
1	Sócio	6	boelo
2	Corno andante	7	rabão
3	Banana	8	veado
4	Tapado	9	treinado
5	Gerido	--------	----------

Fonte: Dados da pesquisa

4.3 Como se chama a "mulher que é traída pelo marido ou namorado"?

Os principais termos usados para se referir à mulher que é traída pelo namorado ou marido são: chifruda, corna (ou variações), corno, cornuda/cornoda, chifrada, chifrudo (alguns dizem chifrudo mesmo para mulher), corniada, bandida, mãe grande, infeliz, cuetada/coitada e sócia.

Quadro 2: Outros termos referentes à “uma mulher traída pelo esposo ou namorado”.

Nº	Termos	Nº	Termos
1	Mulher Traída	6	chifrudo
2	Boela	7	infeliz
3	Cozinhada	8	corniada
4	Cuetada	9	sofredora
5	Sócia	10	bandida

Fonte: Dados da pesquisa

Em um conjunto de 53 respostas de nossos participantes, a maior ocorrência é a palavra *chifruda*. Ela é o termo mais usado para designar a mulher traída no português de Angola. *Chifruda* aparece mais de 20 vezes, muito mais que qualquer outro termo. Em seguida temos *corna, corno* (usado para se referir a mulher e homem), *cornuda/cornoda* e *chifrada.*

4.4. Como se chama a mulher profissional do sexo ou que vende relações sexuais?

A partir das respostas dos participantes, surgem muitos termos que aparecem com frequência, como *prostituta, puta, mulher do game, do game, dama do game, menina do game, bandida, meretriz, PT, mulher que faz vida, fazedora de vida, da via, dama da via, da placa, quenga, vagaba, yabará, Maria vai com todos, vai com todos, Maria microfone, habilidosa, profissional do sexo* e *garota de programa*.

Entre esses termos, *prostituta* é claramente o mais citado aparecendo sozinho ou em combinação em muitas respostas com uma estimativa de mais de quarenta menções. *Puta* também é extremamente frequente aparecendo isolado ou junto em cerca de vinte e cinco a trinta menções. *Mulher do game do game* ou *dama do game* é muito comum em Angola com aproximadamente quinze a vinte menções. *Bandida* é bastante recorrente com cerca de dez a quinze menções enquanto meretriz ou meratriz aparece entre cinco e oito vezes e *PT* cerca de cinco menções.

Há também outros termos menos frequentes como *mulher que faz vida*, *fazedora de vida*, *quenga, vadia, sucupira, roi ossos, piriguete, vagaba toloba, yabará, Maria vai com todos, Maria microfone, dracula, profissional de sexo, trabalhadora sexual e garota de programa* que aparecem uma ou duas vezes cada. Os dados mostram uma variedade lexical muito rica no português angolano com termos formais, eufemísticos, pejorativos e até gírias locais, sendo as principais ocorrências *prostituta, puta, mulher do game, bandida e meretriz*. *Prostituta* é de longe a palavra mais usada para se referir à mulher profissional do sexo em Angola. Segundo essas cinquenta e cinco respostas, ela é a forma mais recorrente mencionada na maioria das respostas. Abaixo veremos alguns exemplos dessas variações:

Quadro 3: Dos termos para uma mulher profissional do sexo ou que vende relações sexuais.

Nº	Termos	Nº	Termos
1	Dama do game	8	Zaranza
2	Gestora	9	Voadora
3	Job	10	Víbora
4	Radar	11	Bicth
5	Habilidosa	12	Sucupira
6	Saca fácil	13	Manga de 10
7	Da via	14	Mulher da placa
15	toloba		

Fonte: Dados da pesquisa

A análise das 55 respostas mostra que o termo mais usado para se referir à mulher profissional do sexo em Angola é *prostituta*. Ela aparece em quase todas as listas, seja sozinho ou junto com outras palavras. Além de *prostituta*, destacam-se *puta*, muito frequente é considerado mais ofensivo, e *mulher do game* ou *do game*, que revela uma gíria urbana angolana bastante popular. Também aparecem *bandida*, *meretriz*, *P.T, mulher que faz vida*. Entre outros termos menos comuns, temos: *zaranza*, *quenga*, *manga de 10* ou *voadora*.

4.5. Como se chama o homem profissional do sexo ou que vende relações sexuais?

A partir das 54 respostas dos dados coletadas sobre como se chama o homem profissional do sexo ou que vende relações sexuais em Angola, surgem diversas denominações distribuídas em termos formais pejorativos gírias e empréstimos. Entre as ocorrências estão: prostituto, fazedor de vida, do game, wy do game, homem do game, gajo do game, garoto de programa, chulo, gigolô, cafetão, trabalhador de sexo, trabalhador do sexo, job, homem da placa, machado de vida fácil, gestor, bandido, mulherengo, putanheiro, wy da via, wy mau, vândalo, boss, playa, rei delas, dom juan, líder, Salomão, novinho das coroas, cão de merda, pai grande, papoite, gombidi e Baltazar. Em comparação com o dado acima que se refere à mulher profissional do sexo esse dado mostra muitas adaptações dos termos femininos referentes a profissional do sexo, como: *prostituta* para *prostituto; mulher do game* para *wy do game, mulher da via* para *wy da via.*

Quadro 4: Dos termos para um homem profissional do sexo ou que vende relações sexuais.

Nº	Termos	Nº	
1	prostituto	11	wy mau
2	bandido	12	chulo
3	fazedor de vida	13	pleya
4	do game	14	rei delas

5	putanheiro	15	novinho das coroas
6	mulherengo	16	salomão
7	garoto de programa	17	gombidi
8	casoleiro	18	pai grande
9	gestor	19	cafetão
10	baltazar	20	papoite

Fonte: Dados da pesquisa

Entre as principais ocorrências destacam-se *prostituto* como a forma mais frequente, aparecendo em dezenas de respostas. *Garoto de programa* também aparece algumas vezes. Acreditamos ter influência brasileira, assim como *Don Juan*. *Do game*, *homem do game*, *gajo do game*, *wy do game* refletem um uso local muito marcante indicando o campo lexical angolano influenciado por gírias urbanas. *Bandido, mulherengo, chulo, gigolô, gestor e cafetão* também aparecem como formas possíveis de se referir ao profissional de sexo.

Entretanto, apesar de existirem variados léxicos para se referir a essa profissão ou atividade, a principal ocorrência no português angolano a partir desses dados é claramente o termo *prostituto* que domina amplamente as respostas, sendo ele a forma mais direta adaptada do feminino *prostituta* para designar o homem que vende relações.

Considerações finais

A análise dos dados desta pesquisa revelou que o português falado em Angola, especialmente entre jovens urbanos de 18 a 30 anos, apresenta uma rica variação lexical para descrever situações como traição conjugal e prostituição. Entre os termos mais usados, destaca-se *corno* como a principal forma para designar o homem traído, enquanto *chifruda* é o termo mais recorrente para a mulher na mesma situação.

Concernente à mulher profissional do sexo, *prostituta* aparece como a principal ocorrência, seguida por *puta* e *mulher do game*, o que mostra um uso frequente de expressões locais propriamente angolanas. Já para o homem que vende relações sexuais, o termo mais citado é prostituto, com outras variantes como *garoto de programa*, *wy do game* e *gigolô*. Observa-se que, embora existam múltiplas denominações, os termos centrais como *corno*, *chifruda*, *prostituta* e *prostituto* são os mais consolidados entre os falantes, refletindo, assim, padrões sociais, normas de gênero e construções culturais que parecem estar enraizadas no uso quotidiano da variedade angolana de português.

Referências

CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. *Neologia em português.* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

CRYSTAL, D. *The Cambridge encyclopedia of the English language.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DA HORA, D. Estilo: uma perspectiva variacionista. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. de (Org.). *Variação estilística:* reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. v.3. Florianópolis: Insular, 2024. p. 19–30.

DUBOIS, J. *Dicionário de linguística.* São Paulo: Cultrix, 2006.

KLAMMER, T. P.; SCHULZ, M. R.; VOLPE, A. D. *Analyzing English grammar*. New York: Longman, 2007.
LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
NORDQUIST, R. *Idiolect (Language).* Thought Co, 1 maio 2025. Disponível em: https://www.thoughtco.com/idiolect-language-term-1691143. Acesso em: 10 jul. 2025.
PEDRO, J. D.; KATALA, C. D.; DOMINGOS, J. Q. Neologismos no português contemporâneo angolano veiculado pelos taxistas de Luanda. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde (BA), vol. 2, nº especial II, p. 276–289, dez. 2022. Disponível em: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape. Acesso em: 10 jul. 2025.
PORTUGAL. *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique.* Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954.
SANTANA, Y.; TIMBANE, A.A. Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola. *Revista Philologus,* Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 27, n. 80, p.67-87. mai./ago. 2021.
SANTANA, Y.; VICTORINO, E.; TIMBANE, A.A. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluente: Revista de Letras e Linguística.* São Paulo, p.104-128, 2019.
TIMBANE, A. A.; COELHO, D. M. Os neologismos e a ampliação lexical nas redes sociais. *RELACult* – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, vol. 4, n. 1, p. 56-5, jan./abr. 2018.
TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação:* uma proposta para o ensino de gramática no ensino médio. São Paulo: Cortez, 2009.
XIMENES, E. E.; QUEIROZ, R. de C. R. de; MARENGO, S. M. D. A.; NUNES, T. R. Léxico e cultura em diferentes abordagens. *Revista de Estudos de Cultura,* São Cristóvão (SE), vol. 4, n. 2, p. 7–10, mai./ago. 2018.

Capítulo 3

O papel da língua materna na construção da gramática da segunda língua

Adelino João Mavinga

Introdução

Pensando na diversidade linguística e étnica de Luanda, sentimo-nos motivados a investigar essa área. Conhecendo o estatuto da Língua Portuguesa em Angola, a posição que ela ocupa em termos de número de falantes, interessa-nos discutir como se processa a sua aquisição e qual o seu impacto, enquanto língua segunda em Luanda, particularmente no caso de falantes nativos da Língua Umbundu residentes no Município de Belas.

Angola é um país que conquistou a independência há quase 45 anos. Nessa altura, decretou a Língua Portuguesa como língua oficial e estabeleceu o seu estatuto de língua de unidade nacional. Decerto, foi uma decisão estratégica, pois, dado que o país possui várias etnias e cada uma delas corresponde a uma determinada língua, a escolha do Português pôde possibilitar a unidade na diversidade. Por detrás desta grande razão, há razões políticas e económicas. A Língua Portuguesa já era uma língua institucional na altura da governação portuguesa, dado que a escolarização era feita nessa língua e os órgãos de Estado e suas instituições funcionavam nessa língua. Kukanda (2000) afirma que existiram duas razões para que a Língua Portuguesa prevalecesse em Angola após a independência: 1ª ela deveria jogar o papel de língua oficial para o jovem Estado angolano; 2ª «o Português é o único meio linguístico dos angolanos de origem europeia e daqueles que não se identificam com os diferentes grupos etnolinguísticos do país.

Desde então, o Governo angolano tem envidado esforços na tentativa de escolarizar e alfabetizar a população em Português. Apesar dos esforços empreendidos, a Língua Portuguesa não constitui língua materna para alguns dos seus falantes e o seu ensino é feito, geralmente, na perspectiva da língua materna. Interessa-nos analisar a sua aquisição e o seu impacto enquanto língua segunda (L2) na Província de Luanda (Município de Belas), num *corpus* constituído por falantes nativos na Língua Umbundu.

1.Conceito de aquisição da linguagem

Falar sobre aquisição da linguagem significa buscar entender como um indivíduo passa de não-falante a falante da sua língua materna ou de uma L2. Historicamente, estudiosos de diversas áreas procuram entender de que forma acontece esse processo instigante e encantador que permite ao homem o desenvolvimento da sua capacidade linguística e comunicativa. Portanto, é hoje consensual que foi Noam Chomsky quem trouxe a aquisição da linguagem no centro do debate linguístico, na sua Teoria da Gramática Universal (Chomsky, 1981).

Segundo essa teoria torna-se, assim, possível que um falante adquira a sua língua materna (L1), não só através de um *Input* linguístico que recebe, mas também através do acesso aos princípios e parâmetros da Gramática Universal. Contudo, será isto também o que ocorre no processo de aquisição da língua segunda? Para responder a esta pergunta, deverá considerar-se se os

aprendentes da L2 têm um acesso contínuo à Gramática Universal, se acedem à sua gramática da L1 para construírem a sua gramática da segunda língua. Deste modo, surge uma outra questão, que incide sobre o papel que a L1 pode desempenhar no processo de aquisição da segunda língua? De facto, muitos autores têm formulado hipóteses no tocante a esta questão e, embora todas as hipóteses sejam formuladas dentro do quadro fornecido pela abordagem teórica dos princípios e parâmetros da Gramática Universal, elas representam concepções diferentes quanto à natureza da gramática da L2.

1.1 Hipóteses do processo de aquisição da língua segunda

Como base teórica do presente estudo, examinamos três hipóteses para a construção da gramática da L2, nomeadamente as hipóteses concebidas por Bley-Vroman e Yoshinaga (1992), por Vainikka e Young-Scholten (1994, 1996) e ainda por Schwartez e Sprouse (1994, 1996). Embora todas estas hipóteses se enquadrem, como acima referimos, elas apontam diferentes caminhos no que respeita à construção da gramática de L2. Poderíamos, contudo, ter considerado para a nossa análise outras hipóteses teóricas. Todavia, estas são as que nos oferecem diferenças claras no que concerne ao estudo proposto, o qual tem em vista a confirmação de uma delas.

A primeira hipótese do processo de aquisição de L2 considerada designa-se por Hipótese de Diferença Fundamental e foi concebida por Bley-Vroman e Yoshinaga em 1992. Segundo esta hipótese, a aquisição da L2 é efectuada de forma completamente díspar da aquisição da L1, visto que a aquisição da L2 é feita através do acesso à L1 e de processos cognitivos gerais, não existindo, portanto, acesso à GU e não sendo, assim, possível refixar parâmetros. A segunda hipótese abordada é a Hipótese das Árvores Minimais, desenvolvida por Vainikka eYoung-Scholten em 1994 e reformulada em 1996.

De acordo com esta hipótese, o estágio inicial de aquisição da L2 corresponde a parte da gramática da L1, sendo apenas as categorias lexicais transferidas para a L2. As categorias funcionais não são, assim, transferidas para a L2, o que traduz um acesso parcial à L1. No entanto, esta hipótese prediz um acesso pleno à GU ao longo do processo de construção da gramática de L2. Por fim, consideramos a Hipótese do Acesso Pleno/Transferência Plena desenvolvida por Schwartez e Sprouse em 1994, também reformulada em 1996. Segundo esta hipótese, o estágio inicial de aquisição da L2 é igual ao estágio final de aquisição da L1, isto é, sempre que existe *input* linguístico da L2. O falante vai analisá-lo com base na sua gramática da L1 quando este *input* é incompatível com a sua L1, o falante vai restruturar a sua gramática de interlíngua com recurso à GU.

1.2. Conceitos de língua primeira e segunda

1.2.1 Língua primeira ou materna

A língua materna (LM) é perspectivada como sendo a primeira língua adquirida, através do qual o indivíduo se expressa de forma natural e compreende o meio que o envolve. Ança (1999 apud W. Mackey, 1976), demonstra que este investigador propôs três (3) critério para a lexia língua materna: 1.º Primazia, a primeira língua aprendida e a primeira compreendida; 2.º Domínio, a língua que se domina melhor; 3.º Associação, pertença a um determinado grupo cultural ou étnico.

Por conseguinte, entende-se o conceito de LM como um elemento de identidade o qual não só proporciona ao sujeito um conjunto de ferramentas de comunicação essenciais, como lhe propicia igualmente um sentimento de propriedade e de pertença a um determinado contexto cultural e social (Ançã,

1999, p. 17). A este propósito é reforçado esta ideia, como afirma Crispim que: "língua materna aprende-se na família, na vizinhança e aprofunda-se, quando isso acontece, na escola" (Crispim, 1999, p.20).

Assim, a LM é percepcionada como aquela que utilizamos em primeiro lugar e através da qual nos inserimos nos contextos mais imediatos, como o daqueles que nos são mais próximos (Crispim, 1999). A sua aprendizagem formal, a nível escolar, poderá, portanto, ter lugar posteriormente ou não. Se tiver, poderá inclusivamente coincidir com a aprendizagem de outras línguas, as quais denominadas genericamente por línguas não maternas (LNM), por serem aquelas que são adquiridas numa instância subsequente à LM.

1.2.2 Língua segunda (L2)

A L2 enquadra-se no quadro das línguas não maternas, isto é, àquelas assentes em critérios psicolinguísticos que têm a ver com a ordem pela qual a língua é adquirida, isto é, L2, língua adquirida em segundo lugar, a seguir a L1. Por conseguinte, referimo-nos a uma língua como L2 quando esta é oficial ou co-oficial num dado território.

A presente língua assume-se como língua da administração e do Estado, o que nos leva a assumir que, para que seja adquirida, não terá necessariamente que ser através de um processo de aprendizagem formal, visto existir um contexto de imersão linguística que fornece ao falante um elevado *input* (...). Daí, por exemplo, o falante não-nativo aprender a língua com as características que esta possui no local em que ele se encontra em situação de imersão linguística. Desta forma, pode perspectivar-se a L2 como sendo língua oficial e língua utilizada como meio de escolarização.

2. Apresentação, análise e interpretação dos dados

2.1. População

A população que foi alvo desse estudo compreende falantes nativos na língua Umbundu, em contexto bilíngue, residentes no município de Belas, precisamente na comuna do Benfica, bairro Chinguar que na sua maioria, exercem a atividade de "roboteiros", vulgo "bagajeiros" no bairro Morro Bento II (comuna do Futungo), arredores do Kika-Gil, alguns com frequência escolar e outros não. Ao grupo de informantes compreendem os roboteiros e os simples residentes do bairro Chinguar. Três (3) são do sexo masculino e dois (2) do feminino, fazendo o total de cinco (5), com idade compreendida entre os 18 aos 30 anos em ambos os sexos. Esta recolha foi realizada entre os períodos que compreendem os anos de 2013 e 2014.

2.2 Amostra

A amostra da população alvo compreende três (3) falantes, dois (2) do sexo masculino e um (1) do sexo feminino como nos mostra o quadro abaixo:

Tabela nº 2 – amostra

Género	Amostra	Percentagem
Masculino	2	50%
Feminino	1	45%
Total	3	100%

2.3 Variáveis

Foram tidas em conta como variáveis independentes a idade e o sexo. Como variáveis dependentes foi considerado o desempenho do Português de acordo com as interferências ao nível fonético e morfossintático.

2.3.1 Nível fonético

a)Falantes não escolarizados

Vogais átonas pouco reduzidas

Alternância entre o /r/ e o /l/ que funcionam como alofones do mesmo fonema, geralmente em palavras que o /l/ constitui côda silábica como nos mostra o exemplo 2:

Ex. 1: [rato] → [látu]; [rádio] → [lãdju]; [erraram] → [elalãw]

Na realização fonética da palavra rádio destaca-se uma particularidade: quando o /d/ ocorre em posição inicial de frase, há uma inserção da consoante nasal, como se pode verificar no exemplo anterior. No caso em que ele ocorre na segunda sílaba, a consoante nasal inserida nasaliza a vogal da sílaba anterior. Assim, já não há uma inserção, mas sim uma nasalização da vogal.

Ex. 2: [balde] → [barde]; [saltar] → [sartar]

Inserção de uma consoante nasal antes da oclusiva bilabial vozeada [b] e da oclusiva dental vozeada [d]:

Ex. 3: [bola] → [m’bøla]; [bolo] → [m’bølu]; [dele] → [n’dele]

Introdução de uma vogal epentética entre duas consoantes.

Ex. 4: flor/ [fu’lør]; ritmo/ [ritimu]

Substituição da oclusiva dental não - vozeada [t] pela oclusiva dental vozeada [d], assim como da oclusiva bilabial não - vozeada [p] pela oclusiva bilabial vozeada [b] em palavras como:

Ex. 5: [entender] → [ĕndĕnder]; [compreender] → [kõbriĕndĕr]

b)Falantes escolarizados (baixo nível escolar)

Vogais átonas pouco reduzidas.

Realização das consoantes oclusiva bilabial vozeada [b] e oclusiva dental vozeada [d] como no PE.

Ex. 6: [bola] →[bøla]; [bolo] →[bølu]; [balde] → [bałde]; [banco] → [bãku]

Não substituição da vibrante [r] pela lateral alveolar [l]

Ex. 7: [rádio] → [Rádju]; [rato] →[Rátu]; [erraram] → [eRarãw]

Manutenção da dental não vozeada [t] e da bilabial não vozeada [p] em palavras como: [entender] → [ĕtĕder]; [compreender] → [kõpriĕdér]

Supressão da consoante final do infinitivo dos verbos: Vamos comer. → Vamos comé.

De uma maneira geral, os falantes da Língua Umbundu não conseguem realizar o fonema [z]. É quase normal para um falante na língua materna Umbundu, embora tenha um grau de escolaridade aceitável, trocar o fonema [z] por [s] em virtude da inexistência daquele fonema no seu quadro alfabético. O mesmo acontece com o fonema [r], alterado para [l], apesar de ser possível ultrapassar a dificuldade, com algum esforço, no momento da fala.

Exemplo:
Fonema [z]: casa - [káza] → [kása]

Além da característica apresentada, outro aspecto a considerar é a nasalização das consoantes [b] e [g]. Este aspecto é notável pelo facto de essas consoantes serem sempre nasais na sua língua materna, provavelmente por influência das consoantes pré-nasais existentes no sistema fonético da Língua Umbundu.

Exemplo:
Consoante [b]: bomba - [bõba] → [mbõba]
Consoante [g]: gozo – [ngosu]

Há ainda a considerar que os falantes do Umbundu têm mais uma característica na realização do português, fazendo sempre a paragoge do [i], no infinitivo dos verbos. Julgamos que a referida característica seja mais forte nos provenientes de Benguela do que nos de toda a zona linguística Umbundu (fora de Luanda). Exemplo:

Tu vais chorar. → Tu vais chorar**i.**

2.3.2 Nível morfossintático

a)Falantes não escolarizados

Falta de concordância, suprimindo a consoante final do nome que indica a marca do plural do nome: as crianças → as criança; as plantas → as planta; os baldes → os barde.

Colocação dos pronomes átonos diferente da do PE:

EX 1: Este lenço é meu; foi o João que me deu com ele. → Este lenço é meu; foi o João que mo deu.

Ex 2: Eu lhe dei um lápis. → Eu dei-lhe um lápis.

No caso do posicionamento pré-verbal do pronome oblíquo, acreditamos que deve-se por razões de atração fonética e lei do menor esforço. Os falantes nativos do Umbundu, por influência linguística, tendem a tornar mais tónico os pronomes rectos em relação aos oblíquos em suas construções frásicas, daí que, há atração dos oblíquos, ou seja, o acento prosódico dos oblíquos fica subordinado ao acento dos rectos, atraindo-os na posição pré-verbal (próclise), mesmo que a construção frásica esteja submetida a ênclise obrigatória (do Português Europeu).

Construções sintáticas que alteram o sentido da frase:
1 - Deixou falecer a criança. → Faleceu-lhe a criança.
2- Queria chorar. → Ia chorar.
3 - Fui à casa do André, encontrei não está lá. → Fui à casa do André, não o encontrei.

4- Tenho dois filhos: um filho de homem e um de mulher. → Tenho dois filhos: um menino e uma menina.
5- Vamos cortar caminho. → Vamos pela via mais rápida.
6- Vamos fazer mais como, se este é o problema que estamos com ele? → Que havemos de fazer perante este problema?
7- O problema que estamos com ele. → O problema que temos.

b)Falantes escolarizados (baixo nível escolar)

Falta de concordância, suprimindo a consoante final do nome que indica a marca do plural: /os aluno/; /os jovem/ (baixo nível de escolaridade). Colocação dos pronomes átonos diferente da do Português Europeu:
EX. 3: Este lenço é meu; foi o João que me deu ele. → Este lenço é meu; foi o João que mo deu.

Comprei ele [o livro]. → Comprei-o.

Dei o lápis a ele. → Dei-lhe o lápis.

Fui à casa do André e não lhe encontrei. → Fui à casa do André e não o encontrei.

Viste o João? Não lhe vi. →(…) Não o vi.

Vou te pagar lá. → Pago por ti.

Me dá lá pão. → Dá-me pão.

Envio o livro que o Paulo entregou-me. → Envio o livro que o Paulo me entregou.

Utilização de uma contração em vez da preposição a:
EX 4: Diz isso na professora. → Diz isso à professora.

Fui **na** praça. → Fui **à** praça

Vou **no** campo. → Vou **ao** campo.

Emprego de você com a segunda pessoa do singular:

EX 5: Você disseste. → Você disse.

Em alguns casos, não há distinção no emprego de tu e você. Há uma certa generalização como acontece no PB. Os aspectos apresentados remetem-nos para questões de variação linguística e de influência da L1 na aquisição da L2. Estando em constante evolução, a língua sofre mudanças ao longo do tempo. No seu contato com outras línguas, no dizer de Mendes, “tem de haver também, inevitavelmente, por interinfluência, mudanças numa e noutra (…)”, como acontece com o Português, no seu contato com o Umbundu e outras línguas locais.“ (…) Um dos problemas com que os locutores bi ou plurilíngues se confrontam é que estão perante normas diferentes e isso origina necessariamente a interferência das normas de um sistema nas de outro. Este facto verifica-se quer em sistemas muito diferentes, quer mesmo em sistemas aparentados ou entre variedades do mesmo sistema (…). A interferência “atinge todos os níveis desde o léxico ao morfossintático e semântico e até ao fonológico apesar de este ser o que melhor resiste e durante mais tempo, pois é o nível em que o sistema está mais estreitamente estruturado.” (Mendes, 1985, p. 60-61).

Conclusões

Dos resultados obtidos com as análises feitas nos dados recolhidos, no tocante aos efeitos da influência da L1 (Umbundu) na aquisição/aprendizagem escolar ou não da L2 (Português), nomeadamente ao que se refere à transferência de propriedades fonéticas e morfossintáticas, os mesmos

resultados constituem uma evidência para a verificação da Hipótese do Acesso Pleno/Transferência Plena, concebida por Schwartz e Sprouse (1994 - 1996).

Notamos que o falante realiza as estruturas da Língua Portuguesa com base na sua gramática do Umbundu, ou seja, sendo o Umbundu uma língua com ausência de certas consoantes (comparando com o quadro alfabético do Português), e com sintaxe de concordância diferente da do Português, estas propriedades são tidas em conta nas construções em Português. Os resultados do presente estudo não são, assim, compatíveis com as outras duas hipóteses (Hipótese das Árvores Minimais e Hipótese da Diferença Fundamental). Tendo em conta estas considerações, os resultados deste estudo deixam transparecer a profunda relevância que deverá ser atribuída à LM no processo de aquisição da L2, ou seja, do Umbundu no processo de aquisição do Português.

Pareceu-nos importante proceder a um levantamento que nos permitisse perceber o funcionamento da língua com interferência do Umbundu, incidindo em pontos que consideramos problemáticos e evidentes nas construções em Português. Assim, então, destacamos os seguintes pontos: a fonética, a morfologia e a sintaxe. Tendo em consideração que o conteúdo dos pontos destacados tinha como consequência a falta de competência comunicativa, linguística e metalinguística, efetuou-se uma análise deste aproveitamento, assim como o das suas produções linguísticas. Trata-se de um estudo feito em função da futura ação educativa e do contributo que se poderá dar na formação de professores de Língua Portuguesa, em fase de formação inicial e secundária.

À guisa de conclusão, cremos que o presente estudo abre uma etapa de começo de um novo trabalho, o da prática dos resultados da investigação. Estamos ainda convictos de que o trabalho realizado não é suficiente para se estudar em profundidade problemas que se prendem com as da aquisição e impacto da Língua Portuguesa como segunda língua. Fica a pretensão de o fazer em estudos a realizar futuramente.

Referências

ANÇÃ, M. H. Da língua materna à língua segunda. *Revista Noesis*. Lisboa, vol.51, p.14-16, 1999.

BLEY-VROMAN, R. & YOSHINAGA, N. Broad and narrow constraints on the English dative alternation*:* Some fundamental differences between native speakers and foreign language learners. *University of Hawaii's Working Papers in ESL*. Vol.11, p.157-199, 1992.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*, Dordrecht: Foris Publisher, 1981.

CRISPIM, M. de L. *Português língua não materna*: formação de docentes. *Revista Noesis*, vol.51, 1999.

KUKANDA, V. Diversidade Linguística em África. *Africana Studia.* Nº3, 2000.

LICERAS, J. On some properties of the pro-drop parameter: looking for missing subjects in non-native Spanish. In: GASS, S.M.; SCHACHTER, J. (eds) *Linguistic perspectives on second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.109-133.

MACKEY, W. F. *Bilinguisme et contact de langues.* Paris: Klincksieck, 1976.

MENDES, B. C. *Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola*. Lisboa: Centro de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985.

SCHWARTZ, B. & SPROUSE, R. Word order and nominative case in non- -native acquisition: a longitudinal study of (L1Turkish) German interlanguage. In: HOEKSTRA, T.; SCHWARTZ, B. D. (Eds.). *Language acquisition studies in*

generative grammar, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company,1994, p. 317-368.
SCHWARTZ, B. & SPROUSE, R. L2 cognitive states and the Full Transfer/Full Access model. *Second Language Research*. vol.12, p.40-72, 1996.
VAINIKKA, A. & YOUNG-SCHOLTEN, M. Direct access to X'-theory: evidence from Korean and Turkish adults learning German. In: HOEKSTRA, T.; SCHWARTZ, B. D. (eds). *Language acquisition studies in generative grammar:* papers in Honor of Kenneth Wexler from the 1991 GLOW Workshops, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994.
VAINIKKA, A. & YOUNG-SCHOLTEN, M. Gradual development of L2 phrase structure. *Second Language Research.* vol.12, p. 7-39, 1996.
WHITE, L. *Second language acquisition and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAPITULO 4

Abordagem didático-pedagógica para um ensino do português como língua segunda em Angola

João Domingos Pedro
Celestino Domingos Kutala

Introdução

Ao elaboramos este capítulo traçamos como objetivos a cumprir, apresentar o quadro atual das metodologias Didático-pedagógica quanto ao ensino da LP como L2, sugerir metodologias que garantam um maior aprendizado da língua por parte do aluno. Sentimos nós que o insucesso da competência linguística e comunicativa que muitos alunos apresentam mesmo após terminarem o IIº Ciclo do ensino geral é fruto dessas metodologias inadequadas ou/e ultrapassadas e mal aplicadas. Assim convidamos o professor atual a sair do comodismo e desfazer-se do purismo como requisitos imprescindíveis para um ensino que garanta um verdadeiro aprendizado do português como L2 em Angola.

Ensinar norma não é ensinar língua. Embora a norma seja de extrema importância, não pode ser vista como o modelo de ensino ou o trampolim que garanta uma realização linguística de sucesso por parte do aluno. O ensino da LP como L2 deve ser vista desde um ponto de vista complexo, respeitando o espaço linguístico que o aluno traz como fator de vital importância para o sucesso que se pretende.

A nossa motivação para a escrita deste capítulo prende-se ao facto de notarmos muitas lacunas por parte dos alunos que convivem com muitas realidades linguísticas. Pensamos nós que as metodologias didático-pedagógicas não têm sido as melhores, pois que muitos dos professores ficaram ultrapassados, ministram as suas aulas sem terem em conta os requisitos que os alunos trazem consigo. Ainda estão presos em metodologias do ensino do português numa perspectiva europeia, sem terem em conta o espaço em que este ensino se efetiva.

A realização linguística do aluno depende do contexto em questão, assim sendo constitui um erro tremendo ensinar o português como L2 num aluno utilizando os mesmos métodos utilizados para se ensinar um aluno que tem o português como L1. Neste caso como em muitos outros, o que se pode esperar é normalmente o insucesso como temos vindo a notar por muitos anos no contexto angolano. Para podermos fazer esta viagem com segurança, trazemos o Nzau (2011), Eduardo (2019), Osório e Pereira (2012), Gaspar (2015); Oliveira (2015) e Undolo (2015).

1.Caracterização sócio-linguística de Angola

Angola é de facto um país rico, tanto em matérias primas, quanto à cultura e à língua, a pobreza existe mesmo nas pessoas que fazem o mau uso das riquezas que têm e como consequência vê-se em todas as esferas aspectos lamentáveis na execução do que de mais belo se tem. A diversidade linguística é o primeiro pressuposto a se ter em conta quando falamos de língua em Angola,

dentro do mesmo espaço coabitam línguas africanas (bantu e khoi-san) e línguas neo-latinas.

Segundo Marçalo e Nauege (2015), a aquisição do léxico na aprendizagem de uma língua segunda não é uma tarefa muito fácil, a julgar pelo facto de o português em Angola ser a língua segunda para a maioria de seus falantes, bem como a ser ensinado com metodologias de língua primeira. Dizemos, praticamente, língua primeira, porque não há, até ao momento, nenhuma diretiva oficial do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento de Educação (INIDE), que oriente ou explicite a metodologia a ser adoptada em relação ao ensino do português como língua segunda ou como língua materna. Mas o INIDE no Programa de Língua Portuguesa, 6ª classe (s/d, p.2) reconhece também que:

> A Língua Portuguesa não é, para a maioria das crianças angolanas, a sua língua materna; daí o cuidado de, no Ensino Primário, se doptarem métodos e técnicas eficazes, capazes de levar os alunos a efectuar pacífica e conscientemente a transição das aprendizagens da convivência do círculo familiar e social para a aprendizagem e conhecimento de conteúdos devidamente estruturados e ministrados nas instituições de ensino

As línguas africanas são faladas em todo o território nacional, embora o português desde muito cedo vem se firmando e aumentando o número de usuários, isto devido às políticas linguísticas pós-independência adoptadas pelo próprio estado, há uma tendência de favoritismo do português em relação às bantu, como podemos ver em Undolo (2015, p.87):

> Na verdade, o Português não foi (e é) apenas adoptado como a língua oficial da República de Angola, mas também funciona como a língua de unidade nacional. A adopção do português como língua oficial e o seu reconhecimento como língua de unidade nacional foram entendidos como um mecanismo político conducente à integração nacional, relativamente à angolanidade.

Ainda assim, as línguas autóctones, representam língua materna de boa parte da população, sobretudo as que vivem em zonas rurais, eles as mantém como símbolo de identidade, porém todos nós sabemos que o orgulho não é suficiente para mantermos uma língua como veicular, há um conjunto de fatores sociais que interferem neste problema, é só reparar que a essas línguas, línguas africanas, não são usadas em contextos políticos e sociais de forma abrangente, embora muita gente têm-nas como língua materna e as consigam falar de forma fluente, são chamados através da ordem social estabelecida pelo estado a relegarem as suas língua num segundo plano, dando assim primazia ao português que vai se configurando cada vez mais no espaço angolano como língua dos angolanos.

As línguas autóctones são, por sua vez, reconhecidas em termos legais como línguas nacionais, mas não permitem o acesso aos domínios oficiais da vida nacional numa intercomunicação em todo o território nacional. Este aspecto é polémico, na medida em que, na atual política linguística de Angola, o Português é oficial, mas não nacional, ao passo que as línguas autóctones são nacionais mas não oficiais, pelo que “nacional” no contexto angolano tem, de facto, o significado de nativa, e não de língua comum a todos os indivíduos de uma nação, papel atualmente desempenhado pelo Português sobretudo, desde

que, no período da guerra civil, o fenómeno dos deslocados de guerra a transformou em língua veicular e, naturalmente, L1 dos jovens nascidos nesta situação.

A língua portuguesa em função do privilégio que tem em relação às outras línguas, carrega consigo a responsabilidade de unir os angolanos e partindo de uma perspectiva antiquíssima trazida pelos colonizadores de que ´´é apenas culto quem é entendido em matérias relacionadas à língua portuguesa´´, nos foi incutido nem que subjetivamente que para uma maior afirmação e stutus em termos sociais teríamos de dominá-la, independente da nossa historicidade linguística e do meio em que estivermos inseridos. Diante disto aprender o português constitui uma condição *sin qua non* para se puder ter aspirações na vida. Tal como em Márcio citando (Raposo et. al., 2013, p.23):

> A Língua Portuguesa na sua variedade europeia contemporânea, detentora do estatuto social e cultural privilegiado, que se manifesta no facto de ser a variedade ensinada nas escolas, usada pelos órgãos de comunicação social (jornal, revista, rádio, televisão), sobretudo em situação formal de comunicação, pela generalidade dos portugueses com uma instrução média ou superior. A esta variedade chama-se português padrão.

Diante deste conjunto de factos, é que o português vai se afirmando cada vez mais como língua do povo, embora numa perspectiva de L2. E o seu fracasso no ensino angolano advém grandemente deste fenómeno, ensiná-la como uma língua superior às outras. Bernardo (2017, p.56) sustenta que:

> A coabitação de cerca de vinte línguas nacionais de origem bantu e não bantu com o português, a língua oficial, promoveu o contato linguístico e concomitantemente a interferência. Nesse contexto, situações de violências simbólicas são frequentes na realidade angolana, motivadas por um ensino que relega a variação linguística, uma vez que o país é caracterizado pelo ensino dogmático, voltado à doutrina da gramática tradicional, que em vez de agregar as qualidades dos alunos, as segrega.

Ainda assim, julgamos que o seu ensino deve obedecer a vários princípios, deve se ter sempre em conta a língua materna do aluno ou dos seus progenitores, pois este facto é indispensável para um ensino mais maduro do português L2. Afirma Nzau (2011, p.119):

> No relatório "*Rapport mondial sur la culture*" (2000), a UNESCO é peremptória em afirmar que a maior parte dos conflitos que surgem, hoje, nos estados-nações apresenta uma componente cultural. Nesta perspectiva, sendo Angola uma sociedade pluralista, torna-se fundamental educar as populações para esta nova realidade mundial, no intuito de evitar tensões sociais, culturais e linguísticas. Tratando-se de um momento em que se nota uma expansão acelerada da Língua Portuguesa em todo o território nacional; em que decorre a experiência da introdução das línguas nacionais de origem africana nos primeiros anos de escolaridade em que se discute o Projecto-Lei sobre o seu estatuto, que visa dar-lhes maior dignidade face à sua congénere portuguesa, ao estado pede-se maior acompanhamento e intervenção sustentados no terreno das competências

> pedagógicas, competindo-lhe definir políticas de língua sensíveis à realidade multicultural angolana.

Compete também a adopção de modelos socioeducativos que suportem a aquisição e aprendizagem de várias línguas em simultâneo, quer em contextos formais, quer informais, bem como modelos de formação de formadores passíveis de formar profissionais competentes e reflexivos que o momento exige. Numa só expressão, é preciso que o estado reconheça o direito à diferença de todos os angolanos, investindo seriamente na educação.

2.Ensinar norma não é ensinar língua

Partimos desta perspectiva porque o ensino da norma-padrão configura-se como o modelo dos sonhos do ensino da língua portuguesa em Angola. Boa parte dos professores de LP, as suas aulas se resumem a obrigar os alunos a decorarem as nomenclaturas gramaticaisl e depois reproduzí-las no ato da prova. Debatendo esta questão Lisete, Paulo e Reina (2011, p.27-28), defendem que o ensino da Língua Portuguesa em Angola começa por apresentar-nos uma divisão: de um lado, o texto e a interpretação e, do outro lado, a gramática. Normalmente, é a gramática que suscita alguns constrangimentos nas aulas de LP. A gramática é encarada como complexa, é certo, mas tanto os alunos como os professores a associam ao falar bem e ao escrever bem a língua, pelo que ela tem um lugar de destaque. Quando se realça algum aspecto gramatical em aula, há uma atenção redobrada por parte dos alunos e uma motivação intrínseca.

Todos os anos segue-se a mesma coisa, os professores estão nem aí para a realidade sócio-histórica do aluno, mesmo conhecendo muitas vezes a realidade linguística do país. Na visão de Bernardo (2017, p.58):

> Tratando-se de uma variedade que se distancia cada vez mais do PE, exatamente por agregar características próprias, motivadas pelo contato linguístico entre as línguas nacionais e a língua portuguesa, vão surgindo formas próprias do PA. Com este fato, há uma necessidade de o professor abandonar o conservadorismo, pois essas visões puristas impossibilitam a exibilidade e um debate aberto, de modo a incorporar as diversas alterações que forem surgindo, ou seja, não se pode aceitar que as variações linguísticas estejam a motivar o declínio da língua gerando, deste modo, a subjugação e ridicularização da mesma. Em todo caso, o professor é chamado a levar em sala de aula as abordagens relacionadas não só à norma-prescritiva/padrão, mas que envolva a variação linguística, relacionada à norma-objetiva/normal.

O aluno quando vai para escola leva consigo um conjunto de habilidades linguísticas, ele já sabe se comunicar no sentido em que se comunica, por isso é que o que ele traz deve constituir para o professor um fator de estudo para um possível enquadramento ou desenquadramento na aquisição de habilidades linguísticas portuguesa numa relação de aspectos linguísticos com o plano curricular que o professor quer desenvolver no aluno. Correlacionar os diversos saberes linguísticos é um fator de inclusão social, deste modo o aluno é chamado a desenvolver a cada dia o saber linguístico que traz e a ganhar cada vez mais a melhor forma de se comunicar fazendo leituras do contexto.

Na visão de Maria João Marçalo e João Muteteca Nauege: Todas as estratégias metodológicas que forem adoptadas para o ensino-aprendizagem da oralidade, quer para os alunos que têm o português como língua materna quer

para os alunos que o têm como língua segunda, poderão resultar se se tiver professores à altura dos desafios, porque o professor como gestor e facilitador das aprendizagens de alunos faz sempre a diferença na construção sólida das aprendizagens, ou seja, dever-se-ia, sempre, atualizar os conhecimentos dos professores com ferramentas novas de acordo com as exigências atuais, incutindo-lhes a necessidade de verem o aluno como o centro das aprendizagens e verem-se a si mesmos como facilitadores ou coadjutores dessa tarefa.

A leitura constitui-se em peça-chave para todas as aprendizagens a desenvolver fora e dentro da escola, dada a sua importância e complexidade, ela deve ser bem ensinada para ser bem aprendida, envolve conjunto de técnicas que devem ser do domínio dos professores que se propõem a transmití-la aos seus alunos. Com a dinâmica das sociedades, Angola não é um caso à parte, sobretudo com o advento das novas tecnologias, a leitura parece estar a perder o lugar cimeiro que sempre teve na aquisição de múltiplos saberes por parte dos alunos, todavia as novas tecnologias de informação e comunicação (Tic), também, estão ao serviço da leitura, pois, veja-se que o acesso a diversas informações na internet se faz por intermédio da leitura, por isso, ela precisa de ser estimulada e incentivada sob diversas formas na escola e fora dela.

É preciso que se tenha em conta todos esses aspectos para que o processo de ensino-aprendizagem se efetiva com absulutividade, esses factores constituem os aspectos didático-pedagógicos que os professores devem usar nas suas metodologias para efetivar a sua ação. Iara de Oliveira (2015, p.18), diz-nos que:

> A mudança de paradigmas no ensino da língua e literatura exigiu também uma reformulação na concepção de professor de língua. De mero transmissor de conteúdos, passa-se a ter "[...] a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade". (Freitas, 2002, p. 139).

A língua portuguesa de/em Angola é complexa, por isso é que a variação é indispensável, ela deve ser vista como um fator de enriquecimento da própria língua e não como atalho para se desviar da norma padrão. Muitos dos fenómenos linguísticos que os falantes do português L2 apresentam são frutos duma pseudo-equivalência que eles criam, assim torna-se deveras importante reconhecer essa capacidade e redirecioná-la para um campo mais inovador. Ezequiel (2017) diz que "Uma variável sociolinguística é algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes, conforme a variedade linguística analisada". Cada uma das realizações possíveis de uma variável é chamada de variante. Tal como observa Nzau (2011, p.64):

> Contudo, esta variante angolana do português, que pode ser considerada uma evolução natural daquilo que, por outras razões, se designou "pretoguês", já se apresenta num estádio diferente de evolução linguística, em comparação com aquele. Por força dessa evolução, o português falado atualmente em Angola é uma variante que expressa a angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica, contendo, desde já, traços próprios proporcionadores de existência autónoma.

Se o professor de língua portuguesa continuar a cingir-se no ensino da nomenclatura gramatical do português e dispensar os elementos epilinguísticos do aluno então continuaremos a ter esse ensino deficiente que privilegia a norma padrão criando um preconceito linguístico sobre as outras normas e acabando por estigmatizar o aluno que tem o português como L2.

Os professores precisam enfrentar este debate de cabeça erguida ciente do fato de que não existe uma única forma de falar português. A tolerância linguística é fundamental porque encoraja o aluno e permite o respeito às identidades sociolinguísticas. É importante pensar na "pedagogia do oral" discutida com pormenor por Palma e Turazza (2025) quando afirmam que "cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações." (PCN, 1998, p.23, apud Palma & Turazza, 2025, p.17).

3.Pressupostos para o ensino eficaz do português L2 em Angola

As metodologias didático-pedagógicas do professor só fazem sentido algum quando conseguem moldar o aluno para um uso contextual das diversas normas linguísticas, assim o papel do professor deve ser esse, o de disciplinar a natureza linguística do aluno num plano de alta proficiência comunicativa. Na visão de Sabrina Vilarinho:

> Nossa língua é um legado de diversidades múltiplas de linguagem e é dividida em duas partes: a fala e a escrita. A princípio se definiu a fala como individual, algo próprio, passível de ser moldada, de acordo com os grupos linguísticos. Já a escrita é social, a fim de termos uma convenção ao escrevermos, algo que será compreendido ao ser lido em todo âmbito social em que a língua é falada. No entanto, com o passar dos anos, falamos de discursos e tipologia de discurso, ou seja, dos tipos de comunicação existentes. Há tipos de discurso para todas as ocasiões: para conversas formais e informais, com os colegas de sala, com os pais, msn, orkut. Não falamos com o nosso professor assim como falamos com nosso pai, como também não vamos escrever uma carta a um amigo do mesmo modo que se fôssemos escrever ao presidente. A linguagem dos internautas está sendo inserida nas salas de aula, porém de forma errônea, nas redações, por exemplo. Por isso, é tão importante trabalhar em sala os discursos linguísticos, para que o jovem saiba que há meios sociais adequados para cada tipo de linguagem.

O professor deve ter em conta todos estes fenómenos sociais para que a aplicação das suas metodologias seja real, deve respeitar o meio social do aluno bem como a sua historicidade linguística. Ezequiel (2017) diz-nos que:

> Tratando-se de uma realidade multilíngue que veicula os aspectos socio-culturais, o carácter normativo/prescritivo da língua não se enquadra no contexto em questão, o que implica dizer que a norma do PE, que é ensinada nas escolas angolanas, não espelha a realidade concreta do uso da língua. Os estudos que até então abordam o aspecto sociolinguístico ainda não estão publicados em

> Angola, deste modo, pouco ou nada se fala a respeito de uma abordagem das questões que se prendem à língua sob um viéis social, cultural e, quiçá, de políticas da variação ou mudança linguística. Todas essas questões não se podem ignorar no ensino, visto que possibilitam a crítica e os questionamentos das crenças linguísticas estabelecidas pela norma-prescritiva/padrão.

Assim, propomos que a sala de aula deva tornar-se uma oficina reflexiva, questionadora, de modo a desconstruir o centralismo dado à norma-prescritiva/padrão. O professor deve ser o veículo que permite esta reflexão de forma que as variações linguísticas sejam parte das abordagens no ensino da língua portuguesa, visto que elas espelham a língua em uso. Ainda para aclarar esse facto buscamos as ideias de Lisete, Paulo e Reina (2011, p.24-25) que nos dizem:

> A adopção de um método implica sempre uma dinâmica progressiva e objectiva que se concretiza em função das metas a atingir. Em qualquer circunstância, o ensino da LP exige conhecimentos muito sólidos, seja em termos linguísticos, seja em termos literários. Essa é a primeira exigência colocada ao docente, pois não se pode ensinar quando carecido das bases teóricas, científicas e técnicas inerentes à especialidade. Ele próprio é o exemplo mais evidente da solidez dos alicerces teóricos, científicos e culturais que pautam a sua formação e, concomitantemente, a sua actuação. É sobre o professor de LP que recai a responsabilidade de munir os alunos das ferramentas necessárias para o uso correcto e adequado da língua. Todavia, seríamos insensíveis se fôssemos incapazes de compreender a dificuldade desta tarefa num cenário em que as competências orais, escritas e reflexivas não possuem a fundamentação naturalmente contextualizada de uma LM.

A metodologia usada para um aluno cujo português seja L1 não deve ser a mesma para um aluno que tem como L2 o português e é isso que tem acontecido, os professores tratam os alunos da mesma forma como se tivessem a mesma direção ou a mesma disponibilidade linguística. Esse fator tem vindo a contribuir grandemente para o enforcamento linguístico de muitos alunos, que não conseguindo se adaptar à norma ensinada na escola, são vistos como incompetentes. Lisete, Paulo e Reina (2011, p.23) afirmam que:

> Com o decorrer do tempo, a tarefa do docente não tem sido facilitada. Já não basta dominar a sua área de intervenção, pois também ele tem de ter um pouco de psicólogo, de sociólogo, de gestor, de criativo, de pai, de mãe, de amigo, entre outros. E tem de ter todas estas funções enquadradas no espaço escolar, uma imagem que se apresenta eminentemente limitadora da ação educativa. De facto, o carácter social da sala de aula modifica o cenário da aprendizagem e carrega consigo um infinito número de fatores influentes neste processo. O docente tem perfeita consciência do que ditam as teorias pedagógicas e não restam dúvidas quanto à necessidade de prosperidade, de inovação e de constante reciclagem. Mas o grande problema não está em compreender ou aceitar as mudanças, mas sim em transformar as teorias em práticas, pelo que a questão que assola muitos professores relativamente ao processo de ensino-aprendizagem é:

> “Como fazer?”. Repare-se que a resposta a esta questão está diretamente relacionada com o sucesso ou o insucesso do processo de ensino-aprendizagem e que o professor, enquanto parte integrante, se sente também responsável pelo seu alcance. Cada vez mais se questionam as práticas e os modos de agir em função dos objetivos e das novas dinâmicas processuais. O conceito de aprender está intimamente ligado ao de ensinar e, de uma forma geral, ainda se aplaude ou crítica o professor enquanto responsável pelo sucesso ou insucesso dos seus alunos, e mesmo conscientes de não ser o único elemento desse processo, é certamente o alvo mais fácil e mais direto.

A aquisição da língua e a aprendizagem da língua são duas tarefas em que o aluno é chamado a participar todos os dias na sala de aula. Nos primeiros anos de escolaridade, o aluno apreende a língua por um processo de aquisição, neste momento o professor tem a liberdade de impor ao aluno o que quer que esse apreenda já após se concluir o ensino primário, o aluno começa a atingir a fase da aprendizagem da língua e é neste processo em que o professor não tem mais o poder de decidir de forma absoluta sobre o viés linguístico que um aluno pode adoptar. Por isso é a partir do primeiro momento, o da aquisição da língua, em que o professor deve dialogar o que pretende ensinar com a realidade linguística dos alunos, direcionar o ensino do português do aluno cuja L1 não seja o português e o aluno que tem o português como L1.

Referências

GASPAR, L.; OSÓRIO, P.; PEREIRA, R. *A língua portuguesa e o seu ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.

ADRIANO, P. S. *A crise normativa do português em Angola:* cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e revisor? Luanda: Mayamba, 2015;

BERNARDO, E. P. J. (2017). Norma e variação linguística: Implicações no Ensino da Língua Portuguesa em Angola. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, Lisboa, vol.32, p.39-54.

LEITE, I. B. *Línguas atuais faladas em Angola:* entrevista com Daniel Perez Sassuco. Florianópolis: NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas, 2015.

MADEIRA, A. “Aquisição de L2”. In: OSÓRIO, P.; MEYER, R.M. (Org.*). Português língua segunda e língua estrangeira*: Da(s) teoria(s) à(s) prática(s). Lisboa, Lidel Edições Técnicas, Lda, 2008.

MARÇALO, M. J. & NAUEGE, J. M. Aquisição do léxico na aprendizagem do português l2: o caso de Angola. in: OLIVEIRA, I. de. (Org.). *Didática e metodologia de ensino de língua portuguesa e literatura*. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

PALMA, D. V.; TURAZZA, J. S. *Pedagogia do oral e ensino da língua portuguesa na perspectiva da educação linguística*: conhecimento científico e conhecimento a ensinar. São Paulo: Pá de Palavra, 2025.

ROQUE, V. A. B. *Uma reflexão sobre a abordagem comunicativa do ensino-aprendizagem de línguas*: um caminho para o ensino do português LE/L2?. Pós-Graduação em Ensino do Português, Universidade Independente, 2005.

UNDOLO, M. E. da S. *Caracterização da norma do português em Angola*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Linguística. Évora, ago.2014;

Zau, D.G.D. A Língua Portuguesa em Angola: um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização. (Tese). Doutor em Letras (3º ciclo de estudos). Covilhã, Agosto de 2011.

CAPÍTULO 5

Características lexicais do português no corpus da variedade angolana

José Baptista Adriano Victorino

Introdução

Partindo do pressuposto de que cada povo é um povo, entendemos que a língua é um dos fatores identitário cultural que denuncia valores, hábitos e costumes de toda e/ou qualquer comunidade linguística. Olhando para forma como os sujeitos falantes da nossa comunidade linguística se servem da língua para se comunicarem, demonstra a riqueza que há no Português falado em Angola ou simplesmente variante angolana nos mais variados domínios linguísticos. Neste capítulo debate-se sobre as particularidades linguísticas dos falares do português em Angola com suporte da teoria variacionista de Labov-Teoria da variação.

Segundo Sengo (2010, p. 22), a língua constitui uma entidade que evolui com o tempo, transforma-se e vai adquirindo formas próprias em função do seu uso por comunidades de falantes específicos; ou melhor, adquire novos valores sociolinguísticos, ligados às novas perspectivas da sociedade, que também muda.

Torna-se saudável o surgimento de unidades neológicas no léxico do português falado em Angola pelo facto de a língua ser heterogénea e expressar a cultura de um povo olhando pela forma como a falam e ao valor que atribuem às unidades lexicais. Há um conjunto de unidades neológicas no léxico do português falado em Angola que marcam a angolanidade e, deste conjunto, poderemos apresentar aquelas que na visão de Sakanene são consideradas como angolanismos pelo facto de advierem das línguas bantu faladas em Angola e/resultarem da interferência linguística. Doravante, neste capítulo, estas unidades lexicais serão consideradas por angolanismos.

Estes angolanismos chegam a traduzir, até certo ponto, uma ideia mais concreta tendo em conta ao tom semântico que estas unidades acarretam das línguas de origem.

> Depois de vários séculos de convivência linguística entre o Português e as línguas nacionais, hoje, o português em Angola transformou-se numa “língua nova”, com sotaque próprio, diferente do de Portugal e do Brasil; recorre constantemente a unidades lexicais e a expressões do quimbundo e de outras línguas angolanas, sobretudo quando quer expressar factos ou realidades socioculturais que o Português não possui e, às vezes, em determinados tipos de discursos, quando quer produzir efeitos estilísticos, dando ênfase a determinada expressão (Costa, 2015, p. 58, grifo do autor).

Quando nos referíamos ao tom semântico que os angolanismos possuem, estávamos justamente a querer refletir ou trazer esta abordagem relativamente aos efeitos estilísticos que estas unidades lexicais possuem das línguas de origem que enfatizam os discursos, diferentemente, das unidades lexicais do português europeu em situação de comunicação à nossa realidade.Segundo

Silva (2015, p. 25), recordamos que a língua é uma entidade dinâmica. Da mesma forma que se constatam evoluções no contexto de uma realidade cultural, no caso, heterogénea, incorporando a modernidade e novas formas de representação linguística dessa mesma realidade, de igual modo se deve reconhecer a contribuição dada pelos vários grupos de falantes da língua Portuguesa para a construção de formas distintas de a representar. Essa dinâmica é gerada pela própria sociedade, pelas relações entre as pessoas, pela necessidade de estabelecer um patamar de compreensão em que todos se insiram.

Este capítulo que versa sobre as características lexicais do português angolano é de extrema importância porque é um suporte científico que de certa forma vai contribuir para o conhecimento científico das unidades lexicais típicas no português falado em Angola.

1. Fundamentação Teórica

1.1. Variação e mudança linguística

Antes de falarmos da variação e mudança linguística, gostaríamos de apresentar os postulados de alguns teóricos da língua. Saussure encara a língua como sendo homogênea e, para ele, aos estudos linguísticos deviam ser considerados apenas os fatores linguísticos, isto é, a língua só poderia ser estudada dentro do próprio sistema linguístico porque a mesma se constituía num sistema estável, mas hoje a língua não é vista e nem é tida como estanque, é dinâmica.

A teoria laboviana em oposição a saussuriana, traz uma abordagem heterogênea da língua porque a mesma não deve ser estudada somente em si mesma, pois a mesma não existe sem as pessoas que a falem, por isso é necessário relacionar também o valor social que ela possui. E como há esta relação entre a língua e a sociedade, os fatores extralinguísticos como nível de escolaridade e nível socioeconômico dos falantes poderão contribuir na dinamização da língua pelo facto de estes fatores condicionarem de forma direta a língua a adequar-se ao contexto de fala, a época e outros na tentativa de facilitar a comunicação entre membros da comunidade linguística.

É através da língua que o ser humano formula o seu enunciado de modo a exteriorizar o seu pensamento e por ser um instrumento de interação social, procura dialogar com outras componentes sociais. A língua está susceptível à variação e mudança pelo seu carácter dinâmico nos seus vários domínios (fonético, morfológico, sintático, semântico, lexical e pragmático).

a)Variação linguística

Delbecque (2006, p.270), ‘‘percebe a variação linguística como fenômeno que indica que a língua não é um fenômeno homogêneo, mas que é feita de um conjunto de subsistemas ou variedades que apresentam entre si divergências mais ou menos importantes’’. Para Mateus e Cardeira (2007, p.80),

> a variação é um fenómeno presente em todas as línguas naturais, encaradas como sistemas dinâmicos, e que se traduz pela diversidade de seu uso pelos falantes. As línguas variam no tempo (variação diacrónica) está variação é estudada pela linguística histórica, no espaço geográfico (variação diatópica) um, fenómeno estudado pela dialetologia, a sociolinguística se ocupa da variação na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica).

b)Mudança linguística

A mudança linguística designa a alteração fonética, lexical e sintático-semântica de uma língua ao longo do tempo. ‘‘Todo o sistema linguístico é constituído por subsistemas sujeitos à transformação, por vezes em conjunto com outros subsistemas, por vezes isoladamente’’. (Labov, apud Queta, 2008, p.12). Dá-nos a perceber que a língua não é um sistema uniforme nem homogéneo pelo facto de ser feita por um conjunto de subsistemas ou variedades que apresentam divergência entre si.

Outrossim, recai ao facto de existirem várias causas que originam a mudança de uma língua viva, causas estas que podem ser classificadas em internas e externas.

c) Causas internas da mudança linguística:

- As línguas apresentam ambiguidades que tornam possíveis a várias interpretações;
- As línguas têm regras e estruturas que opõem resistência à mudanças, mas que se alteram, elas próprias a medidas que são utilizadas;
- A face exposta das línguas é constituída por sons que ouvimos e que articulamos e que estão sujeitos a alterações decorrentes da nossa percepção auditiva e da nossa audição articulatória. (Mateus, Cardeira (2007, p.44).

d) Causas externas da mudança linguística:

Para além dos aspectos internos responsáveis pela variação existem também causas externas que provocam alterações internas. Uma das principais causas é o contato com outras línguas, outras realidades sociais, culturais e políticas.

> A língua como todas as formas de comportamento do ser humano, palpita, cresce, torna-se flexível, expande-se e vive. Isso só acontece porque usamos a língua para comunicar com os outros e conosco mesmo. O mais admirável é o facto de, com poucas dezenas de sons, todas as pessoas podem construir em qualquer língua do mundo uma infinitude de expressões que revelam aos outros os que pensam o que imaginam e o que sentem. E como todo ser humano muda durante a vida – embora nem sempre sinta essa mudança –, também a língua que nos acompanha muda e se adapta as novas necessidades, mantendo, no entanto, a sua identidade. (Mateus e Cardeira, 2007, p.43).

Entretanto, a mudança não deve definir a variação de um sistema linguístico, mas o contrário é possível registar variações sem se observar mudanças.

2. Neologismos e sua classificação

A criação de novas unidades lexicais e/ou atribuição de novos significados que se registam numa determinada língua viva, surgem por causa de vários fatores. Como se sabe, a neologia é o processo de formação de novas unidades lexicais ou atribuição de novos significados à uma unidade lexical para designarem novas realidades e o neologismo é o resultado deste processo.

Cada vez mais, cresce o interesse de estudo dos fenómenos que surgem do léxico português da variante angolana. Atualmente o léxico do português

culto falado em Angola apresenta várias unidades neológicas tanto formais como semânticas. Do ponto de vista classificatório, os neologismos classificam-se em: neologismos de forma ou morfológicos e neologismos de sentido ou semânticos.

2.1. Neologismos Formais

Ao emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não, chamamos de neologismo. “Os neologismos morfológicos subdividem-se em dois grupos: os internos (criação lexical dentro da própria língua) e externos ou empréstimos externos (criados através da importação de outras línguas) ”. (Chicuna, 2009 Apud Undolo, 2016, p. 159).

2.2. Neologismos Semânticos

A atribuição de um novo significado a um significante remete-nos a neologismos semânticos como se vê no excerto que segue. Segundo Sengo (2010, p. 25), [...] o neologismo semântico corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, atribui-se ao significante um conteúdo que não tinha anteriormente, quer esse conteúdo seja conceptualmente novo, quer tenha sido até então expresso por um outro significante.

As unidades lexicais: ***gasosa***, ***só*** e outras possuem novas acepções em Angola tendo em conta a nossa realidade sociolinguística. ***Gasosa***, para nossa comunidade linguística, significa também “suborno” e ***só*** significa também “por favor”.

3.Situação actual do português em Angola

Atualmente o Português em Angola não é visto nem tido como era anteriormente, língua do colonizador, isto é, antes da chegada dos portugueses e posteriormente língua oficial após a independência. Pois, hoje o Português atingiu um estatuto de, para além de oficial, veicular e nacional porque já faz parte do mosaico cultural angolano visto que já há um bom número de falantes que a têm como língua materna.

Segundo se encontra em Cabral apud Undolo (2016, p.55) ‘‘pode dizer-se que a [...] Língua Portuguesa em Angola é língua oficial, língua veicular e língua nacional”. De acordo com a definição da UNESCO, Língua Oficial é a língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um Estado soberano ou território. Como se pode inferir, essa definição é motivada pelo estatuto que uma determinada língua possui num certo Estado ou Nação e que, consequentemente, prescreve a sua função nesse mesmo Estado ou Nação (Panzo, 2014, p.9).

Pesou para tal tomada de decisão o facto das línguas angolanas de origem africana possuírem uma zona de difusão circunscrita limitando-se cada uma delas a um determinado ponto do território nacional – o que, por si só, constituía um obstáculo para o desígnio da unidade nacional. A solução passou pela selecção de uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto. A L.P era a língua de ninguém, portanto, a língua de todos. Desde essa altura, passa a associar-se à LP a designação de LO, por ser o meio pelo qual se contactam as entidades e as instituições administrativas do Estado independente e por ser a língua veicular para todo o Sistema de Ensino. (*Op. Cit*.).

Para além da Língua Portuguesa ser oficial em Angola também é tida como língua veicular e nacional. Designa-se por língua veicular aquela através da qual uma população plurilíngue comunica-se entre si nas suas relações interpessoais,

sociais e comerciais, essencialmente. Segundo Muanza (2010, p.61), «… o Presidente da República de Angola, uma das instituições do Estado angolano, em discurso proferido no dia 11 de Setembro de 2006, no âmbito do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, afirmava»: Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, afirma-se tendencialmente como língua nacional em Angola […].

Percebe-se o pensamento do Ex-presidente de Angola Engº José Eduardo dos Santos quando afirmou publicamente que, atualmente, a língua portuguesa em Angola ostenta o estatuto de língua nacional visto que já faz parte no mosaico cultural do país. Em linhas gerais, a língua nacional pode-se entender como a língua falada por um povo de um território determinado e, por refletir uma determinada herança étnico-cultural, representar um elemento caracterizador de uma consciência nacional.

4.O léxico contemporâneo do português/variante angolana

O léxico contemporâneo do português falado em angolano está cada vez mais a enriquecer visto que se regista cada dia que passa entrada de unidades lexicais tudo porque o contato das línguas nacionais de origem bantu com o português que vêm mantendo desde a chegada dos portugueses na foz do rio Zaire dá esta abertura. Segundo Quivuna (2014) como citado em Costa (2015, p.37), […] uma língua que não se desenvolve no plano lexical, isto é, que não actualiza o seu léxico, acabará por ser uma língua de pouco interesse nacional e internacional, podendo ser considerada quase uma língua morta.

Pautando-se na ideia de atualização do léxico que é fruto das necessidades comunicativas tendo em conta a época, tem sido aceite e, é visível esta aceitação por esta comunidade linguística, o uso das seguintes unidades lexicais no português da variante angolana no processo comunicativo:

Quadro nº 1a: Unidades Lexicais Usadas no Português Culto de Angola

Unidades Lexicais	**Artigo/Definição**	**Contexto**
Banga	*s.f.* Vaidade	Aquele kota tem muita *banga*.
Kota/Cota	*adj*. Mais velho/a	Gostei do discurso da *kota* Cecília.
Zungueira	*adj.* Vendedeira ambulante	A *zungueira* não fez nada, mas foi agredida?
Kumbu/Cumbu	*s.m.* Dinheiro	Guarda bem o meu *kumbu*, kota.
Comer dinheiro	*v.* Gastar	Este carro está a me *comer dinhero.*
Chumbar	*v.* Reprovar ou rejeitar	A proposta do professor foi *chumbada* pelo director.
Quingla	*adj.* Cambista ambulante	Aquele *quingla* não sabe trabalhar.
Kimbandeiro	*adj.* Curandeiro ou feiticeiro	Soube que aquele kota é *kimbandeiro*. Tenha cuidado!
Maka	*s.f.* Problema	Não procura *maka* onde não há.
Cambuta	*adj*. Baixo/a	O José não é tão *cambuta*.
Mambo	*s.m* Coisa, assunto ou problema	José, não quero me meter *nesse mambo.*

Fonte: Criação do autor.

Quadro nº 1b: Unidades Lexicais Usadas no Português Culto de Angola

Nome e Adjectivo	Significado
Ndengue	Indivíduo de idade inferior, criança
Candengue	Criancinha
Ngombidi/ngombela	Mulherengo, violador
Nguvulo	Indivíduo diplomata ou responsável
Muangolé	Indivíduo de origem angolana, angolano
Banda	Terra de origem
Zongola	Difamação, mexerique
Mbunda/bunda	Quadris, nádegas, rabo
Nduta	Condutor
Turum	Moto
Desbunda	Diversão, distracção, entretenimento
Mambo	Utensílio, coisa, objeto
Ngapa	Feiticeiro/a
Muadié	Indivíduo, fulano, tipo

Fonte: Zau (2011, p.73-74)

Este estudo relativo a neologismos no português da variante angolana tem sido alvo de muitos pesquisadores angolanos e não só. Como destaque, temos Costa (2015) que traz uma abordagem excelente sobre umbundismos no português de Angola; Sacanene (2020), discorre sobre os angolanismos no português; Undolo (2016), aborda temas pertinentes sobre a norma do português em Angola; Quivuna (2013), Zau aborda sobre a Língua Portuguesa em Angola - um contributo para o estudo da sua nacionalização (2011) e outros.

A intenção de todos pesquisadores em estudar os fenômenos linguísticos nos mais variados domínios, pauta na tendência de se criar a norma desta variante linguística.

4.1.Angolanismos

Em Angola, tem sido normal o uso de um conjunto de palavras provenientes das línguas bantu de expressão angolana no léxico do português com uma tendência de, quiçá, normatizar esta variante porque tem permitido aos sujeitos falantes desta comunidade linguística uma comunicação mais efetiva e expressiva. Segundo Venâncio 1993 como citado em Sacanene (2020, p. 148), a noção de angolanismo está intimamente ligada ao desenvolvimento histórico de Angola, enquanto tendência que pugna pela preservação dos aspectos característicos dessa realidade, assente na interpretação que alguns intelectuais, políticos e escritores fazem da sociedade angolana.

Ao ler as abordagens de Sacanene (2020), entendemos, de forma clara e precisa, os argumentos que se levantam para a análise de angolanismos. Entende-se que os angolanismos referem-se às unidades lexicais dicionarizadas ou não, provenientes das línguas bantu faladas em Angola em uso no léxico ativo do português. O seu surgimento decorre do contato entre as línguas locais e o português europeu tendo como resultado desse contato o português da variante angolana que possui as suas especificidades nos mais variados domínios de análise.

O conceito de angolanismo conheceu, ao longo do seu processo de formação e de consolidação, várias designações, nomeadamente: regionalismos (Ribas, 2014) e africanismos (Hamilton, 1975) e começa como movimento de reivindicação fruto da perseguição sistemática aos artistas nacionalistas que clamavam pela liberdade e pela independência do povo angolano (Sacanene, 2020, p. 150).

5.Constituição do *Corpus*

Para a elaboração deste capítulo tivemos de uma forma minuciosa, fazer o levantamento de dados para a constituição do *corpus* a partir de textos da imprensa angolana para descrever os fenómenos que ocorrem naturalmente no português culto falado em Angola.

O *corpus* de análise desta pesquisa foi constituído por um conjunto de textos extraídos em jornais *online* e nas obras de Boaventura Cardoso, especificamente, a: Mãe Materno Mar e Noites de Vigília; Jornal de Angola e Notícias de Angola.

4.1.Procedimentos Metodológicos

De acordo com a natureza de pesquisa do presente trabalho, tivemos de selecionar os métodos de revisão bibliográfica e descritivo para a sua elaboração porque são os mais adequados para a linguística de *corpus*. Tivemos como instrumentos um computador e um telemóvel que nos permitiram acessar os sites, selecionar, copiar e colar noutra página do *word* os textos de jornais *online* para o seu devido tratamento.

Sabe-se que a metodologia na investigação científica deve, de forma obrigatória, adequar-se ao tipo de pesquisa e ao que se pesquisa, isto é, a metodologia que se utiliza numa pesquisa em Matemática não deve ser obrigatoriamente utilizada numa pesquisa em Português, por exemplo. Segundo Lessard-Hébert 2008 como citado em (Undolo, 2016, p.77), “a metodologia pode ser definida como um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica”.

Severino (2013), apresenta-nos uma abordagem sobre a pesquisa bibliográfica que nos ajuda a entender como é feita esta pesquisa pois, sabe-se que se refere àquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos como livros, artigos, teses, jornais etc. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A pesquisa descritiva procura analisar a frequência de ocorrência de um fenômeno, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, sem manipulá-lo. Tem como finalidade observar, registar e analisar os fenómenos que surgem de forma espontânea. Para Triviños (1987) como citado em Oliveira (2011, p. 22), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura”.

4.2.Corpus de Análise

Ex.1: “Entre os mutilados se fez silêncio. As palavras do ***kota*** Lau tinham calado fundo nos corações de todos os presentes. O mutilado da perna esquerda tinha perdido o seu ar arrogante e olhava quão sério para o ***kota*** mutilado” (Cardoso, 2014, p. 81).
Ex.2: ‘‘Quem governa tem a livre oportunidade ainda que fingida, de se esquecer de seus irmãos, mas nunca pode se esquecer, que onde há asar até o ***Funji*** frio pode lhe queimar’’ (Jornal Notícias de Angola, 2020).
Ex.3: ‘‘Durante a visita as infraestruturas dos ***Kandengues*** Cientistas, no Município de Viana, Crispiniano dos Santos apelou igualmente as Jovens mulheres, adolescentes e crianças a permanecerem dinâmicos para a criação de projectos que venham a beneficiar as suas famílias’’ (Jornal Notícias de Angola, 2022).
Ex.4: Para além dos passageiros e dos operários, tinham vindo gentes das ***sanzalas*** vizinhas que tinham ouvido falar das quatro mortes. No ar se ouviam já cântico religiosos à mistura com cantos revolucionários, o que era previsível já que no Partido tinha muitos crentes[...] (Cardoso, 2006, p. 56).
Ex.5: ‘‘Acrescentou que o sequestro dos menores era do consentimento dos pais (mãe e padrasto), que alegam que os menores se encontravam na "mata”, há mais de três meses, para serem tratados pelo ***kimbandeiro*** e deixarem de praticar actos de feitiçaria’’. (Jornal de Angola, 2023)
Ex.6: [...] da ***Mulemba*** foi fundado no dia 10 de setembro de 2011. Inicialmente preenchendo as actividades Poesia na ***Mulemba*** uma produção da Universidade Hip-hop e o colectivo Levar’te (Jornal Notícias de Angola, 2022)
Ex.7: Que os cavalheiros e as damas vinham todos pinocas, pipis, as ***bangas*** todas, ih! Só o estilo!, os brilhantes outros, hum! As pulseiras e os fios, hum! Os dourados dentinhos nalgumas importantes bocas, hela! As capelinas, as muitas damas nos seus bordados em tecidos marrocain[...] (Cardoso, 2006, p. 41).
Ex.8: [...] “sempre que morresse um alto dirigente lá das sóvias e arredores, era um choradeira quase total e perfeita só faltando mesmo finalizar o luto com ***kombas*** à nossa moda” (Cardoso, 2014, p.132).
Ex.9: “Para cúmulo de toda a desgraça, não lhe roubaram também a discoteca enriquecida com as novíssimas ***ketas*** que o Profeta lhe tinha conseguido ainda lhe milagrar?” (Cardoso, 2006, p. 289).
Ex.10: [...] O Jornalista Caco Barcellos foi ao Hospital Sírio Libanês, onde no ano passado foi criado o Núcleo de ***Liamba*** para medicina. Lá, encontrou Ana Victória, de apenas quatro anos. Há três meses, a criança vem sendo medicada com óleo de Liamba após receber o diagnóstico de autismo severo. Jornal Notícias de Angola, 2022).
Ex.11: “Eh! Papá Simon, acorda para a vida! Desperta! ***Balumuca***! ***Balumuca***! (Cardoso, 2006, p. 164).
Ex.12: “[...] as formigas, as baratas e os ratos já tinham iniciado o delicioso banquete! ***Mba***! Que ele xingou então muito feio nas mães de toda aquela doçura de bicharada!” (Cardoso, 2006, p. 64).
Ex.13: “[...] um camarada a representar o Partido e o pai da noiva até no cemitério com os seus aqueles sobranceiros ares. ***Aka***! Que gente! Alguém que bateu as palmas e pediu silêncio” (Cardoso, 2006, p. 59).

4.3.Apresentação dos angolanismos identificados

De acordo com os resultados apresentados anteriormente, podemos dizer que há um enriquecimento exponencial no léxico do português falado em Angola tudo fruto deste contato linguístico. Do ponto de vista estrutural, alguns angolanismos apresentam uma estrutura diferente da proveniência das

unidades lexicais e do português, dito de outro modo, estas unidades lexicais apresentam uma alteração de afixos da língua originária e adoptam uma estrutura que se adapta ao português e permite o processo de pluralização à regra do português europeu.

Quadro 2: Angolanismos identificados no *corpus* de análise

Nº	**Unidades Neológicas**	**Artigos/Definição**
01	Aka	*Interj.* Oh!, safa!
02	Balumuca	*v.* Levanta-te
03	Bangas	*s.f.* Vaidades
04	Funji	*s.m.* Prato típico da culinária angolana
05	Kandengues	*Adj.* Meninos/as
06	Ketas	*Adj.* Boas músicas
07	Kimbandeiro	*adj.* Curandeiro, feiticeiro
08	Kombas	*s.m.* Cerimónia de encerramento de óbito
09	Kota	*adj*. Mais velho/a
10	Liamba	*s.f*. cânave, canabis
11	Mba!	*Interj.* Ora essa!
12	Mulemba	*s.f.* Espécie de grande figueira de Angola
13	Sanzalas	*s.f.* Povoação, povoação composta de casebre

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 3: Plural dos angolanismos à regra do português europeu

Singular	Plural
Banga	Banga**s**
Kandengues	Kandengue**s**
Keta	Keta**s**
Komba	Komba**s**
Sanzala	Sanzala**s**

Fonte: Dados da pesqusia

Pelo que se tem estado acompanhar pela imprensa angolana, os sujeitos falantes, quer cultos ou não, da nossa comunidade linguística usam estas unidades lexicais, concretamente angolanismos, nos seus discursos, quer orais quer escritos com normalidade pelos valores semânticos e afectivos que carregam.

Considerações Finais

Tendo em conta ao tempo de convivência linguística entre o português e as línguas nacionais, atualmente, o português em Angola ganhou características próprias e transformou-se numa língua nova diferente do português europeu, brasileiro e moçambicano visto que possui um sotaque próprio, do ponto de vista fonético, e outras características nos mais variados domínios.

O uso dos angolanismos pelos sujeitos falantes cultos e não cultos nos discursos orais ou escritos nos mais variados contextos, tem sido uma prática constante tendo em conta a nossa realidade sociolinguística tudo porque tem facilitado o processo comunicativo entre os interlocutores nativos por estas unidades lexicais conterem um tom semântico mais afetivo e expressivo que às vezes o português europeu não possui.

Por outra, o emprego de angolanismos no léxico português vai permitir o enriquecimento exponencial do léxico do português da variante angolana. Portanto, as unidades lexicais apresentadas neste capítulo obtidas a partir de obras literárias e jornais *online* da imprensa angolana possuem, atualmente, uma expressão nacional e internacional muito forte.

Referências

ANGOLA, J. de. *Crianças maltratadas resgatadas pela Polícia*. 2023. Disponível em: https:// Jornal de Angola - Notícias - Crianças maltratadas resgatadas pela Polícia Acesso em: 30 jun. 2023.

ANGOLA, N. de. *Conflito de Terra Intergeracional em Angola*.2020.Disponível em: https:// Conflito de Terra Intergeracional em Angola - Notícias de Angola (noticiasdeangola.co.ao) Acesso em: 30 jun. 2023.

ANGOLA, N. de. *Crispiniano dos Santos garante apoio aos Kandengues Cientistas de Viana.* 2022.Disponível: https:// Crispiniano dos Santos garante apoio aos Kandengues Cientistas de Viana - Notícias de Angola (noticiasdeangola.co.ao) Acesso em: 30 jun. 2023.

ANGOLA, N. de. *Grupo teatral Jovens da Mulemba exibe "Caso Sexta-Feira13".*2022. Disponível em. https:// Grupo teatral Jovens da Mulemba exibe "Caso Sexta-Feira13" - Notícias de Angola (noticiasdeangola.co.ao) Acesso em: 30 jun. 2023.

ANGOLA, N. de. *Profissão Repórter conta histórias de pessoas que usam Liamba para tratamento.* 2022. Disponível em. https:// Profissão Repórter conta histórias de pessoas que usam Liamba para tratamento - Notícias de Angola #ProfissãoRepórter #usamliamba #Cancro (noticiasdeangola.co.ao) Acesso em: 30 jun. 2023.

CARDOSO, B. *Mãe, materno mar.* 2.ed. Editora Chá de Caxinde, 2006.

CARDOSO, B. *Noites de Vigília.* Lisboa: Texto Editores, 2014.

COSTA, T. M. C. J. da. *Umbundismos no Português de Angola Proposta de um Dicionário de Umbundismos*. (Tese de Doutoramento), Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2015.

DELBECQUE, N. *A Linguística Cognitiva.* Lisboa: Instituto Piaget-Lisboa, 2006

MATEUS, M. H.; CARDEIRA, E. *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho Editora, 2007.

MUANZA, M. *Caderno de Estudos Literários e Linguísticos*. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

OLIVEIRA, M. F. de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração, 2011.*

PANZO, J. B. I. *As representações dos professores sobre o português língua segunda: Programa de formação contínua para professores do ensino primário em Angola*. (Tese de doutoramento, Universidade da Beira Interior), Beira Interior, 2013.

QUETA, C. L. *Dificuldades no uso da norma-padrão europeia: análise Sociolinguística*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação), 2008.

QUIVUNA, M. *Lexicologia aplicada ao ensino do léxico em português língua não materna-estudo de caso: Escola do 2º Ciclo da Cidade do Wizi.* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa), 2013.

SACANENE, B. S. *Análise do funcionamento dos angolanismos no léxico do português.* (Tese de Doutoramento), Universidade do Minho, Minho, 2020.

SENGO, A. G. S. *Processos de enriquecimento do léxico do Português De Moçambique.* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto), 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. Editora: Cortez, 2014

Silva, A. P. G. M da. *Lexicografia bilíngue de especialidade E-Dicionário português-Kimbundu no domínio da saúde.* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa), 2015.
UNDOLO, M. *A Norma do Português em Angola:* subsídios para o seu estudo. ESP-Bengo, 2016.
ZAU, D. G. D. *A língua portuguesa em Angola* - um contributo para o estudo da sua nacionalização (Tese de Doutoramento), Universidade da Beira Interior, 2016.

CAPÍTULO 6

A influência das línguas autóctones de Moçambique e de Angola na formação dos verbos nas variedades locais

Eugénio Eurico Chiulele
Felismino da Conceição Paulo Sérgio
Alexandre António Timbane

Considerações iniciais

A complexa realidade linguística de Moçambique e de Angola desafia qualquer tentativa de compreender o português falado nesses países sem considerar a influência das línguas autóctones. A língua portuguesa não é falada da mesma forma em todos os países que a adotaram como língua oficial. A escolha do português como língua oficial em Angola e em Moçambique ocorreu por razões políticas e não por incapacidade linguística das línguas africanas já faladas muito antes da colonização.

No contexto de Angola e de Moçambique circulam cerca de cinquenta línguas de origem africana, sendo que a maioria delas ainda não possuem uma padronização ortográfica e nem são ensinadas nas escolas. Esse mosaico linguístico revela a existência de diversas etnias apagadas pelo sistema colonial e pelas ideologias adotadas pelos líderes independentistas. Das línguas que ocupam Angola e Moçambique se destacam línguas khoisan, bantu e outras sem classificação (colocar), para além das línguas de sinais e outras (religiosas e advindas por meio de imigrantes).

As dinâmicas linguísticas nos PALOP revelam um mosaico de experiências históricas, culturais e sociais que extrapolam o estatuto normativo da língua portuguesa como herança colonial. Com a imposição do português durante o período colonial, sobretudo nos domínios administrativo, educativo e religioso, consolidou-se uma situação de contato linguístico assimétrico, marcada por relações de poder, exclusão e resistência. No entanto, mesmo diante de processos históricos de marginalização das línguas autóctones, estas persistiram como formas legítimas de expressão e sociabilidade, enraizadas no cotidiano das populações e continuamente presentes nos discursos orais e nas práticas linguísticas contemporâneas.

Essa persistência das línguas bantu e o seu entrelaçamento com o português pós-colonial geraram, ao longo do tempo, variedades locais da língua oficial profundamente marcadas por traços linguísticos e culturais africanos. A oralidade, como dimensão fundamental das sociedades moçambicana e angolana, favoreceu processos de hibridização linguística nos quais o léxico, a sintaxe e, notadamente, a morfologia verbal do português passaram a incorporar elementos autóctones. O fenômeno não deve ser compreendido como mera interferência ou desvio da norma europeia, mas sim como manifestação de um processo histórico de apropriação, recriação e reinvenção da língua portuguesa em contextos culturais africanos. Como salienta Gregório Firmino (2002), a língua portuguesa, em sua trajetória africana, é desafiada por um universo linguístico que a ressignifica, desmontando pretensões de pureza e revelando a multiplicidade de vozes que a constituem.

A convivência do português com línguas bantu em Moçambique e Angola não ocorre apenas no plano formal ou escolar. Ela se dá, sobretudo, nos espaços

informais, na rua, nas famílias, nas músicas, nas narrativas populares e, recentemente, nos ambientes digitais. Redes sociais como o *Facebook*, o *WhatsApp* e o *TikTok* tornaram-se arenas privilegiadas para a expressão de identidades linguísticas plurais, em que formas verbais reinventadas, muitas vezes derivadas de línguas autóctones, emergem com força criativa. Essas formas linguísticas trazem consigo marcas de afiliação cultural, pertencimento territorial e resistência simbólica.

As línguas bantu, por sua vez, apresentam sistemas verbais complexos e altamente desenvolvidos, com múltiplos prefixos, infixos e sufixos que expressam noções de tempo, aspecto, modo, direcionalidade e relação social. A influência dessas estruturas sobre o português falado em contextos urbanos africanos têm produzido não apenas neologismos, mas também reorganizações sintáticas e modulações pragmáticas que desafiam a rigidez das gramáticas normativas. Como observa Ngunga (2014), o sistema verbal bantu, ao operar de modo diferente da lógica verbal indo-europeia, oferece possibilidades de expressão que enriquecem os modos de articulação linguística no português africano. Essa influência não se limita à simples introdução de verbos de origem bantu no léxico do português, mas implica transformações profundas nas estruturas morfossintáticas que organizam o uso do verbo nas práticas cotidianas.

Sabe-se que o verbo é o coração da frase, pois é lá onde se localizam as ações marcadas no tempo. Logo, os sentidos do verbo dependem daquilo que a frase apresenta. Daí que o verbo faz parte da classe de palavras e essa classe exprime um fato que pode ser uma ação, um estado, um processo ou um fenômeno natural - localizando-o no tempo. Dessa forma, se questiona, quais são os verbos característicos das variedades angolanas e moçambicanas que ocorrem em contextos de comunicação? Para responder responde a questão, avançam-se as seguintes hipóteses: a) Os verbos no PA e PM são provenientes dos processos de empréstimos que ocorrem com maior frequência; b) Os verbos se formam dentro do previsto no sistema inserindo novos valores semânticos e, c) Os verbos das variedades do PA e PM carregam as identidades socioculturais dos seus falantes. Com base nisso, o objetivo geral visa estudar as características dos verbos do PA e PM analisando os significados que estes carregam resultante das variáveis sociais e linguísticas. Não só, os específicos baseiam-se em descrever os valores semânticos que são próprios das variedades locais, bem como elaborar uma lista dos verbos que ocorrem em contextos específicos de Angola e Moçambique.

Para tal, optou-se pelo método bibliográfico, que permitiu uma revisão de literatura fundamentada em autores como Ngunga (2014), Timbane (2013), Gonçalves (2016), Chini; Caetano (2020), Antunes (2012), Labov (2008), Abbade (2012) e Firmino (2002). Complementarmente, realizou-se uma análise qualitativa baseada em registros orais extraídos de entrevistas informais e interações cotidianas nas redes sociais (*WhatsApp, Youtube, TikTok, Instagram* e *Facebook*) bem como em comunidade de fala física como a UNILAB.

Dessa forma, a pesquisa sobre a influência das línguas autóctones de Angola e Moçambique na formação dos verbos nas variedades locais é crucial para compreender os processos de interferência linguística, formações identitárias e evolução do português falado nessas regiões. Além disso, a pesquisa é relevante porque chama a atenção para a necessidade da caracterização e descrição das variedades do PA e PM. Isso vai além de sensibilizar para a produção de instrumentos do tipo, como dicionário, que poderão inserir estas novas unidades lexicais próprias da variedade. Ainda,

valorizar o papel das línguas africanas na construção das variedades do português, rompendo com visões eurocêntricas.

Ademais, as secções da presente pesquisa encontram-se agrupados da seguinte maneira: a 1ª secção) quantas línguas são faladas em Moçambique e Angola?; na 2ª secção) temos variação linguística do PM e PA: o significado das palavras varia de cultura para cultura?; já na 3ª secção) o léxico: a face mais evidente da língua; enquanto na 4ª secção) temos o que é um verbo?; na 5ª secção) temos análises de dados; por último, temos na 6ª seção) as considerações finais.

1.Quantas línguas são faladas em Moçambique e Angola?

Moçambique é um dos países africanos mais diversos do ponto de vista linguístico. Segundo o Ethnologue (2024), são faladas 43 línguas vivas no país, das quais 41 pertencem à família bantu, além do português, que é a língua oficial, e da Língua de Sinais Moçambicana, reconhecida como língua nacional desde a Constituição de 2004 (Ethnologue, 2024; Moçambique, 2004). Essa realidade revela não apenas uma riqueza linguística, mas também um desafio para a formulação de políticas públicas que respeitem a pluralidade cultural sem negligenciar a necessidade de coesão nacional. A convivência entre essas línguas mostra que a unidade nacional não precisa ser construída sobre a homogeneização, mas sim sobre o respeito à diferença.

Entretanto esse multilinguismo não é apenas estatístico: ele se manifesta no cotidiano das populações rurais e urbanas, nos mercados, nas casas, nas igrejas e até mesmo no parlamento, onde o português domina, mas não consegue substituir totalmente as línguas nativas como veículo de identidade e comunicação informal (Lopes, 2002; Chimbutane, 2017). Esse dado nos obriga a refletir sobre o papel simbólico e prático das línguas na construção da identidade nacional. Mesmo onde o português se impõe como idioma oficial, as línguas bantu continuam a ser o espaço da oralidade, da memória e das tradições, sustentando uma “nação invisível” que coexiste com a nação oficial.

Outrossim importante destacar que as línguas bantu são predominantes em quase todas as províncias de Moçambique. De acordo com o Censo 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), as mais faladas como primeira língua são: Emakhuwa (26,3%), Xichangana (8,9%), Cinyanja (8,3%), Elomwe (7,1%), Cisena (6,9%), Echuwabo (4,4%) e Cindau (3,7%) (INE, 2019). Essas línguas são mais do que instrumentos de comunicação. Elas são portadoras de conhecimento ancestral, modos de vida, cosmovisões e práticas culturais que definem a diversidade moçambicana.

Como afirma Lopes (2002), “as línguas bantu não são apenas faladas, elas são vividas.” Além disso, a língua não é um simples código verbal, mas sim um sistema simbólico que estrutura a forma como os indivíduos percebem o mundo. Valorizar as línguas bantu é, portanto, reconhecer a existência de diferentes racionalidades, epistemologias e modos de estar no mundo, historicamente marginalizados.

Estudos como os de Timbane e Berlinck (2019) mostram como o português tem influenciado a estrutura das línguas bantu, especialmente na zona sul do país, indicando uma convivência marcada tanto por trocas linguísticas quanto por assimetrias de poder. Essa influência linguística assimétrica denuncia um tipo de colonialismo linguístico silencioso, que se perpetua mesmo após a independência. O português não apenas foi imposto como língua do poder, mas passou a “moldar” as línguas locais, refletindo relações de dominação simbólica que precisam ser questionadas.

Apesar da diversidade linguística, o português continua sendo a única língua oficial do país. Conforme a Constituição de 2004, “a língua portuguesa é a língua oficial da República de Moçambique” (Moçambique, 2004, art. 10º). No entanto, sua penetração no cotidiano da maioria dos moçambicanos é limitada.

Em 2017, apenas 16,7% da população declarou o português como língua materna. A fluência foi registrada em 47,4% da população, com variações regionais marcantes: enquanto 77% dos habitantes urbanos dominam o português, esse número cai para 31,7% nas zonas rurais (INE, 2019). Esses dados são alarmantes e revelam que metade da população vive em uma espécie de “exílio linguístico” dentro do próprio país, sendo excluída dos espaços de decisão, informação e educação. Essa exclusão é estruturante e compromete diretamente o ideal de cidadania plena.

. Ademais, em Angola, esse é o mesmo cenário, já que mais de 30 línguas são faladas no país. O português é a língua oficial e, assim como acontece com o Brasil, o português é um dos meios de comunicação das comunidades nativas do país. Algumas das línguas nacionais são umbundu, kimbundo, kikongo e chokwe, que se distribuem nas regiões específicas de Angola. É através dessas línguas que uma grande parte da herança cultural das etnias angolanas se mantém viva.

Conforme a Constituição de Angola (CRA, 2010) e o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014), o português é a única língua oficial reconhecida no país por lei. Além disso, na mesma emenda, a Constituição prevê as línguas nacionais, sem qualquer número expresso. O INE, por meio do Censo Geral da População e Habitação de 2014, identificou as 33 línguas nacionais faladas em Angola.

Entre essas línguas, destacam-se: a) Umbundu: falada por 22,96% da população, especialmente no centro e sul do país; b) Kikongo: 8,24%, predominante no Norte; c) Kimbundu: 7,82%, comum no Norte e centro litoral; d) Chokwe: 6,54%, falada no interior centro e norte; e) Nganguela: 3,11%, presente no Sul, entre as províncias do Cuando Cubango, Huíla e Cunene; f) Kwanyama: 2,26%, falada no sul; g) Fiote: 2,39%, língua local de Cabinda; h) Muhumbi: 2,12%, também no sul.

Além disso, existem outras línguas nacionais faladas no país por menores porcentagens da população. É importante ressaltar que as principais línguas faladas são predominantes na zona rural, enquanto o português é falado pela maioria na área urbana. De fato, ao longo do tempo, o português se tornou cada vez mais utilizado, já que o uso das línguas nacionais diminui, e o português passou a ser a língua principal. Tal como contextualiza Calossa (2021, p. 146).

> Depois da Independência, em 1975, havia uma necessidade de todos aprenderem o português por ser a língua adotada como oficial, porque, além de favorecer a concretização da então palavra de ordem, “Um só povo e uma só nação”, a aprendizagem permitia uma rápida integração social dos falantes [...]. (Calossa, 2021, p. 146).

Assim sendo, Angola reconhece o português como a única língua oficial, contudo, tem uma vasta variedade linguística em que Angola possui 33 línguas nacionais identificadas pelo INE. Esses países são uma representação de como a língua tem um lugar ótimo na identidade cultural e na coesão entre suas comunidades, formando uma trajetória crucial com tantas histórias e tradições distintas que existem nelas. Uma delas é a marcada por suas histórias de

colonização, diáspora e resistência, criando sociedades modernas angolanas e moçambicanas.

2. Variação linguística do PM e PA: o significado das palavras varia de cultura para cultura?

A variação linguística em Moçambique e Angola é marcada não apenas pelo contato com as línguas bantu, mas também por contextos socioculturais próprios. Expressões verbais como "vou bazar" (de "ir embora", no kimbundu "kuzá") ou vou tchunar (do changana, "ir"), mas também encontramos a mesma expressão como gíria em Moçambique "vou bazar" (de "ir embora") isso mostra como o português é moldado localmente.

O contato com as línguas bantu gerou um português profundamente marcado por empréstimos lexicais, adaptações fonológicas e transformações semânticas. Como destaca Timbane (2013), a variação lexical no português moçambicano não é aleatória: ela está ligada à função social da linguagem, que se adapta ao contexto cultural, ao espaço urbano ou rural, ao grupo etário e ao nível de escolarização dos falantes. Expressões como machimbombo (ônibus), madala (idoso respeitado) e machamba (roça, lavoura) são mais do que palavras são representações de uma vivência própria, ressignificadas dentro da estrutura do português. Assim, a língua se torna um espelho da cultura moçambicana. “A variação lexical em Moçambique deve ser analisada como um reflexo da diversidade sociocultural e linguística do país, e não como uma deficiência em relação à norma” (Timbane, 2013, p. 47).

As interferências linguísticas não se limitam apenas ao léxico, elas atingem também a sintaxe, a morfologia e o uso pragmático da língua. Como analisa Ngunga (2012), os falantes do português em Moçambique frequentemente transferem estruturas gramaticais de suas línguas maternas para o português. Isso pode incluir, por exemplo, o uso diferente dos tempos verbais, a repetição de palavras para reforço de sentido, e a construção de frases com ordem sintática influenciada pelo xichangana ou pelo emakhuwa. Tais fenômenos não devem ser vistos como “erros”, mas como manifestações legítimas de um português moldado por outra lógica linguística.

O uso das expressões vou bazar e vou tchunar demonstra o modo como o português é adaptado ao contexto local. Bazar, que em algumas regiões lusófonas pode significar "mercado", assume em Angola e Moçambique o sentido de “partir” ou “ir embora”, derivado do kimbundu *kubaza*. Já tchunar, expressão comum entre jovens moçambicanos, vem do changana, com o mesmo significado de “ir”. O que essas expressões revelam é que o português falado nesses países não apenas incorpora termos bantu, mas reorganiza o sistema linguístico com base nos saberes culturais locais. São exemplos vivos de como a linguagem é performada socialmente e utilizada como ferramenta de identidade, “Palavras de origem bantu, como bazar, naturalizaram-se no português falado em Angola e Moçambique, simbolizando o sincretismo linguístico local” (Abdula, 2017, p. 30). A variação linguística do português em Moçambique e Angola evidencia que o significado das palavras é profundamente condicionado pela cultura.

Então, a noção das palavras pode ser diferente de cultura para cultura, significando a noção de variação em variáveis como o PM no português moçambicano e o PA no português angolano. A linguagem é um fenômeno social, que carrega marcas da cultura e do histórico dos falantes. Portanto, a mesma palavra pode ter outra definição em diferentes variedades de português, ao sofrer influência sociocultural, histórica e linguística. De acordo com Coelho et

al. (2012, p. 38), “A variação [...] é, muitas vezes, bastante saliente aos nossos ouvidos. Podemos dizer que a fala, assim como a vestimenta e outros hábitos culturais, são elementos importantes na identificação do povo de determinado lugar [...] “.

Com isso, a variação do estilo que se observa no PM e no PA evidencia como a linguagem é um fenômeno vivo que não se poupa de trocar bandeira com a prática e o estilo de vida cotidiano dos sujeitos. Esses elementos são imprescindíveis para um caminho de aprendizado da língua, mas tornam-se decisivos também para uma melhor compreensão das identidades culturais que ela encarna. É especialmente válido em um esforço para fomentar discussões construtivas e respeitosas entre as manifestações culturais linguísticas existentes. Não somente isso, é o caso do Português Moçambicano e do Português Angolano, com várias palavras cujo significado é culturalmente contextualizado, e cada forma está associada a um contexto específico. Especificamente, essas variações são chamadas de variações semânticas, uma das variedades semânticas dentro da área; é a prática em que a mesma palavra tem significados diferentes em diferentes contextos. Conforme os exemplos abaixo.

Ex 1: “Romper”

Em Moçambique: “ir embora” ou “partir” (“Ele(a) já rompeu” = Ele(a) já foi embora).

Já em Angola, a palavra pode ter o mesmo uso, mas com a variação de frequência e conotação dependendo da região.

Ex 2: “Girar”

Em Angola pode significar “andar por aí” ou “passear” (“Ele(a) foi dar um giro” = Ele(a) foi passear / andar por aí).

Esses significados estão firmados nas realidades socioculturais de cada país, frequentemente sublinhados por línguas bantu, como changana (Moçambique) ou kimbundu e umbundu (Angola).

> [...] a língua nunca é falada da mesma forma nem de uma só maneira por parte dos seus usuários, variando conforme diversos fatores: possuímos liberdade, enquanto sujeitos falantes, para escolher um tipo de linguagem (seja no registo oral ou no plano escrito), com maior ou menor grau de formalidade de acordo com as nossas necessidades: num ambiente íntimo, com amigos ou familiares ou numa situação mais formal [...]. (Gonçalves, 2016, p. 3).

Ambas as variações linguísticas são expressivas por meio de diversas expressões idiomáticas, gírias e palavras que possuem um significado amplo no nível cultural, diferenciando, assim, os falantes e criando uma identidade cultural na qual eles podem se aprofundar. Portanto, essas variações não são apenas um diferenciador, mas também representam um clímax identitário para o grupo, capacitando os falantes a se identificarem com a sua cultura e a conhecerem seus antecedentes históricos e sociais através da linguagem. Assim, o significado das palavras varia de cultura para cultura, uma vez que, na verdade, palavras semelhantes são diferenciadas por fatores culturais distintos.

3. O léxico: a face mais evidente da língua

A influência lexical das línguas autóctones no português falado em Moçambique e Angola é notório. Logo, o léxico de uma língua é, sem dúvida,

uma de suas características mais proeminentes e interessantes. De fato, o léxico é uma medida do vocabulário total de uma língua, incluindo não apenas aspectos da disciplina gramatical e sintática, mas também aspectos intraculturais, culturais e interculturais.

Segundo Paim (2020, p. 164), “O nível lexical da língua é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. Associado ao conhecimento e ao processo de nomeação em qualquer língua, o léxico resulta de uma operação perceptiva e cognitiva”.

Assim, compreende-se que o léxico é também uma face visível e fundamental de todas as línguas, uma vez que envolve não apenas a palavra, mas os significados, valores e identidades em geral. Ele é produzido em um contexto social, histórico e cultural, e por meio de sua análise, podemos compreender melhor as dinâmicas de comunicação e expressão nas comunidades. O léxico não é estável, mas uma entidade em constante evolução, que acompanha e reflete a sociedade e suas interações.

> [...] Assim, as palavras se unem como uma cadeia, onde mudança em um conceito acarreta modificação nos conceitos vizinhos, e assim em diante. Nesse sentido, as palavras formam um *campo linguístico* através de um *campo conceitual* e exprimem uma visão do mundo de acordo com a reconstituição que elas possibilitam [...]. (Abbade, 2012, p. 151).

Para entendermos melhor o léxico e sua importância dentro da língua, é fundamental considerar alguns aspectos. O léxico é o conjunto de palavras que compõem um idioma, abrangendo não apenas os vocábulos, mas também suas significações, relações e usos em diferentes contextos. Por isso, é considerado a face mais evidente da língua, uma vez que é através dele que nos comunicamos, expressamos ideias e compartilhamos experiências.

De acordo com Antunes, (2012, p. 27) “O léxico de uma língua, numa definição mais geral, pode ser visto como um amplo repertório de palavras de uma língua, ou conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação [...]”.

Além disso, o léxico também reflete as particularidades de diferentes regiões e grupos sociais. O uso de gírias, expressões locais e regionalismos enriquece o vocabulário e revela a identidade de um povo. Assim, ao explorarmos o léxico, também acessamos o rico caminho de vivências e histórias que compõem uma nação. Tal como observamos na perspectiva de Abbade,

> O vocabulário de um povo diz muito mais do que se imagina sobre o mesmo. Assim, a estruturação de um vocabulário em campos lexicais poderá contribuir não só para os estudos linguísticos como também trazer à tona um pouco da história e hábitos do povo que utiliza esse vocabulário. (Abbade, 2012, p. 160-161).

4. O que é um verbo?

O verbo é uma palavra variável, ou seja, é flexionado e pode exprimir acontecimentos, situar eventos, exprimir ações, manifestar sentimentos etc. O verbo é uma das classes gramaticais mais importantes da língua portuguesa. Sua função central é expressar ações, estados, fenômenos da natureza, desejos, ocorrências, entre outros elementos que organizam e dinamizam os enunciados. De forma precisa, Borba et al. (2011) definem o verbo como uma “palavra com desinências próprias para indicar as categorias de tempo, modo, número e

pessoa", destacando seu caráter flexional essencial para o funcionamento sintático e semântico das orações.

No campo da gramática normativa, o verbo é considerado o núcleo do predicado, pois é a partir dele que se estabelece a estrutura das frases. A presença do verbo permite articular as relações entre sujeito e complemento, bem como marcar aspectos temporais e modais do discurso. Como afirma o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), verbo é a "palavra variável que, conjugada, indica um processo situado no tempo, e que pode exprimir ação, estado, mudança de estado, fenômeno da natureza, desejo, entre outros." Essa definição amplia a concepção funcional do verbo, indo além da ideia de "ação" comumente difundida.

Dessa maneira, compreender a morfologia e a sintaxe verbal é fundamental não apenas para a análise linguística, mas também para o domínio da norma culta da língua. Os verbos permitem a articulação de sentidos complexos e o estabelecimento de diferentes modalidades comunicativas, como ordens, desejos, hipóteses, narrativas, etc. Por esse motivo, a reflexão sobre os verbos deve partir de definições técnicas, extraídas de fontes lexicográficas confiáveis e fundamentadas nos estudos linguísticos.

A variabilidade do verbo é um dos seus aspectos mais marcantes. Diferentemente de outras classes de palavras, como substantivos ou adjetivos, que geralmente variam em gênero e número, o verbo sofre variações em número, pessoa, tempo, modo e voz. Essa flexibilidade permite que ele se adapte a diferentes contextos e expresse nuances de significado. Não somente, essa capacidade de variação é essencial para a clareza e precisão da comunicação. Ao conjugar um verbo, podemos indicar quem está realizando a ação (pessoa), quando a ação ocorre (tempo), a atitude do falante em relação à ação (modo) e a relação entre o sujeito e a ação (voz).

De acordo com Chini e Caetano (2020, p. 221), "O verbo é uma palavra variável que indica ação ou processo ou estado (ou ainda mudança de estado) no tempo. Trata-se da palavra com maior alcance de variações na língua". Com isso, o verbo não se limita a expressar ações. Ele também pode indicar processos (como "crescer", "amadurecer"), estados (como "ser", "estar") e mudanças de estado (como "tornar-se", "ficar"). Essa versatilidade permite que o verbo descreva uma ampla gama de situações e eventos.

Por outro lado, Cunha e Cintra (2016, p. 426), definem o verbo como afirmam "Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo". Ou seja, ele mostra o que acontece, como correr, amou, estávamos e dormirão. Logo, compreende-se o verbo como o coração da frase a partir do momento que queremos expressar movimento, estado ou mudança ao longo do tempo.

Seguindo, o aspecto verbal expressa como o falante enxerga ação no tempo, se ela está concluída ou ainda em andamento. Além disso, enquanto o tempo verbal situa a ação no passado, o aspecto mostra se essa ação foi finalizada (perfeita), ou está em processamento (imperfeita). Tanto que no português, isso aparece nitidamente na diferença entre "falei" (ação terminada) e "falava" (ação em andamento ou habituada).

> Diferente das categorias do tempo, do modo e da voz, o aspecto designa "uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo". Pode ele considerá-la como concluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não concluída, ou seja,

> observada na sua duração, na sua repetição. É a clara distinção que se verifica em português entre as formas verbais classificadas como PERFEITAS OU MAIS-QUE-PERFEITAS, de um lado, e as IMPERFEITAS, de outro. (Cunha, Cintra, 2016, p. 429).

Quanto às conjugações verbais, os verbos da 1ª conjugação normalmente expressam ações dinâmicas e cotidianas. Já os da 2ª conjugação costumam refletir estado ou percepções. Enquanto os da 3ª conjugação, geralmente são verbos que indicam transformações internas ou mudanças sutis.

Verbos de 1ª conjugação terminam em. -ar;
Ex 3: amar, falar e estudar.
Verbos de 2ª conjugação terminam em -er;
Ex 4: viver, temer e aprender.
Verbos de 3ª conjugação terminam em -ir.
Ex 5: partir, decidir e permitir.

O verbo é composto por: radical +tema+desinências. O radical é a parte invariável do verbo, isto é, que não muda mesmo com as conjugações. É a parte que expressa o significado essencial do verbo. O tema é a junção do radical e a vogal temática do verbo. A vogal temática é a vogal que liga o radical à desinência e indica a qual conjugação pertence o verbo. Já as desinências são as terminações que indicam em que tempo, modo, pessoa e número está o verbo. No português angolano, o verbo carrega novos valores semânticos. Por exemplo, um estudo de Ganga (2014) analisa os verbos e identificou os seguintes casos:

Alcançar > lat. incalciare, “chegar junto aos calcanhares de”. Por extensão, “Atingir determinado lugar despendendo, geralmente, um certo esforço”.
´PA: “engravidar” (sobretudo em contexto informal e/ou familiar).
´Atestações:
´(1) A Maria, até hoje, não alcança? = A Maria, até hoje, não engravida?
´(2) A Maria demorou alcançar, mas conseguiu, graças a Deus! = A Maria demorou a engravidar, mas conseguiu, graças a Deus!
´2. Descair > de des- + cair, “descer ou baixar de acordo com uma inclinação mais ou menos pronunciada.
´PA: “sair”, “andar”, “acto de caminhar em direcção a”; “ir embora”.
´Atestações:
´(3) Vou descair = vou sair, vou andando, vou embora.
´3. Emagrecer > lat. emacrescere, “perder peso corporal”.
´PA: “acto de encostar(-se), dando espaço a outra pessoa”. O termo é comumente usado nos serviços de táxis, vulgo “candongueiros” e/ou “azuis e brancos”.
´ Atestações:
´(4) Neste banco cabem quatro pessoas, emagrecem… = Neste banco cabem quatro pessoas, encostem-se…
´(5) Tia, emagrece…! = Tia, encoste…!
´4. Funerar
´Forma não atestada em nenhum dos dicionários consultados, muito embora tenha registo no PB. O PA usa o sufixo verbal -ar para formar este verbo derivado do substantivo “funeral”.
´Atestações:
´(8) Já funeraram? = Já enterraram? / Já fizeram o funeral?

´(9) Vão funerar a que horas? = Vão enterrarar a que horas? / Vão ao funeral a que horas?
´5. Lançar > lat. lanceare, “manejar, empunhar, atirar a lança”.
´O PA especializa a acepção “vomitar” (in Dicionário da Academia das Ciências), na linguagem informal e/ou familiar.
´Atestações:
´(10) A Ana comeu demais e agora está a lançar. = A Ana comeu demais e agora está a vomitar.
´(11) Lançou tanto que ficou fraco! = Vomitou tanto que ficou fraco!

´6. Manter > lat. manutenere (manu + tenere), “segurar, sustentar, suportar”.
´O PA informal e/ou familiar especializou a acepção “sustentar” em “viver maritalmente”, “homem e mulher que vivem em união de facto”.
´Atestações:
´(12) A Maria *manteu com o João. = A Maria “casou” / vive com o João.
´(13) Manter com homem de Luanda; prefiro manter com o homem de Calulo. = “Casar” com homem de Luanda, prefiro “casar” com um homem de Calulo.

Diante do exposto, é possível afirmar que o estudo dos verbos vai além da sua estrutura normativa, envolvendo também aspectos sociolinguísticos e culturais que revelam a diversidade do uso da língua portuguesa nos diferentes espaços em que ela é falada. A definição gramatical de verbo como palavra flexionada que expressa ações, estados, fenômenos ou processos situados no tempo é fundamental para a construção do discurso e compreensão sintática das frases (Borba et al., 2011; Houaiss, 2009).

No entanto, seu uso concreto revela variações importantes, como se observa no português angolano, onde formas verbais adquirem novos sentidos ou funcionam de maneira distinta da norma-padrão europeia ou brasileira. Expressões como “vir ver” no lugar de “vem cá”, ou “ficar mal” com o sentido de envergonhar-se, mostram como o verbo assume nuances culturais e identitárias. Essas variações não devem ser vistas como desvios, mas como manifestações legítimas da língua em contextos específicos, que enriquecem e ampliam sua expressividade. Assim, compreender os verbos é também reconhecer que a língua é viva, dinâmica e atravessada pelas experiências sociais e históricas dos falantes.

5. Análise de Dados

A análise dos dados coletados evidencia um conjunto significativo de verbos nas variedades do português angolano (PA) e moçambicano (PM) que apresentam usos semânticos e morfológicos divergentes da norma-padrão do português europeu ou brasileiro. Esses verbos são expressão direta do contato linguístico entre o portugues e as línguas bantu, revelando um processo de adaptação criativa da língua oficial às realidades culturais e sociais locais.

Alguns verbos selecionados como “alcançar”, “descair”, “emagrecer”, “funerar”, “lançar” e “manter”, foram identificados com alta frequência em contextos informais, especialmente em espaços urbanos e digitais, como redes sociais e músicas. Eles circulam comumente ou amplamente em comunidades de fala angolana e moçambicana, o que aponta para sua legitimidade enquanto formas linguísticas enraizadas em práticas cotidianas. Entretanto, a frequência de uso está associada a situações familiares, de convívio social ou comunitário, em que a expressividade e a identificação cultural são valorizadas.

A divergência entre os sentidos atribuídos aos verbos no PA e PM e os seus equivalentes na norma padrão é uma constante. Por exemplo:

- **“Alcançar”**, cujo significado na norma culta é “atingir algo com esforco”, assume no PA o sentido de “engravidar".
- “**Descair**” passa de “baixar" para significar "ir embora”, enquanto emagrecer deixa de referir a perda de peso para indicar “encostar-se” em um táxi coletivo, por exemplo.
- **“Lançar”** ganha o significado informal de “vomitar”, e “manter” é ressignificado como “viver maritalmente com alguém”.

Entendemos que esses usos revelam uma apropriação semântica profundamente enraizada nos contextos culturais africanos, com a marca da oralidade assim como dos valores sociais locais (família, sexualidade, convivência comunitária).

Observa-se também um processo produtivo de criação morfológica. No caso de “funerar”, existe um uso típico da derivação por sufixação (-ar), formando um verbo a partir do substantivo “funeral” que é um processo ausente na norma culta, mas comum nas formações populares africanas, o que reflete a vitalidade das línguas bantu assim como a capacidade de inovação dos falantes dentro da matriz gramatical português. Ademais a adaptação morfológica mostra ainda traços de analogia e espontaneidade linguística, alinhada a lógica das línguas locais, cujo sistema verbal e mais flexível, dinâmico, rico em prefixos, infixos e sufixos, como apontado por Ngunga (2014).

Cada verbo carrega valores e sentidos que vão além da mera função gramatical. Eles traduzem elementos da cultura, da visão de mundo e das relações sociais. Por exemplo:

- **“Alcançar”** como “engravidar” traz um valor social associado à fertilidade e ao papel da mulher.
- **“Manter”** como “viver junto” substitui termos como “casar”, refletindo modos de união comuns em contextos não legalizados.
- **“Emagrecer”** como “encostar-se” exprime um comportamento urbano específico ligado ao transporte coletivo informal, marcando a vivência da cidade.

Assim, o verbo torna-se um marcador de identidade, performando a experiência coletiva dos falantes e reafirmando laços comunitários. Por outro lado, a análise também mostra que há intersecções importantes entre o português falado em Angola e Moçambique. Verbos como bazar (ir embora) e romper (também com sentido de partir) aparecem em ambas as variedades, com pequenas variações pragmáticas.

Além disso os dados demonstram que há um campo lexical em constante expansão, com neologismos sendo introduzidos nas falas urbanas e juvenis. Verbos como “tchunar” (ir embora, do changana), mostram como a língua se reinventa a partir de substratos linguísticos africanos. Essas expressões têm ganhado vida através da criatividade jovem na difusão em redes sociais como já mencionado acima (*Whatsapp, Instagram, facebook*, etc).

Na mesma senda, quanto ao contexto angolano, foram selecionados verbos que fazem parte da variedade do português falado em Angola, e que normalmente são usados nos diferentes lugares de fala desde músicas, entrevistas, jornais e muitos outros. Como são os casos de:

Zungar: termo usado para a venda ambulante.
Kunangar: diz respeito à pessoa que passa o dia todo sem trabalhar.
Mbaiar: é um termo que se usa em dois contextos, pode ser fazer ultrapassagem de carro ou esbofetear alguém.
Tramancar: ato de fazer assalto na via pública.

Maiar: se atribui a pessoa que esteja distraída.
Pitar: ato de comer todo e qualquer tipo de alimento.
Bumbar: ato de exercer um trabalho de uma dada profissão independentemente do ramo.

No Português falado em Angola, os verbos mantêm a estrutura básica da língua portuguesa, mas apresentam variações morfossintáticas influenciadas pelas línguas nativas locais e pelo uso frequente das gírias no cotidiano. É importante salientar que tais variações não são "erros", mas sim marcas de uma variedade linguística viva, que expressa a história, a cultura e a identidade angolana. Logo, nota-se que é a língua se adaptando ao contexto do seu povo e não ao contrário. A análise confirma as hipóteses da pesquisa:
a) Muitos dos verbos do PM e PA resultam de empréstimos e adaptações linguísticas com base em línguas bantu;
b) Há inserções de novos valores semânticos dentro do sistema verbal do português;
c) Os verbos analisados carregam elementos da identidade cultural dos falantes.

Essas constatações reforçam a legitimidade das variedades do português falado em Angola e Moçambique como formas plenas e autênticas da língua portuguesa, merecedoras de estudo, registro e valorização. Nas redes sociais de Moçambique foi possível identificar os verbos:
Esquinar: virar à direita ou esquerda num cruzamento de estradas; lugar do encontro
Confusionar: falar palavras desconexas, palavras que promovem brigas
Guadjissar: abordar alguém afim de roubar/furtar algo na mão, nos bolsos ou em bolsa (verbo proveniente da língua changana *kugwajisa*)
Lobolar: entregar o dote em casamento tradicional (verbo proveniente da língua changana *kulovola*)
Txovar: empurrar (verbo proveniente da língua changana *kutxova* que significa empurrar)
Marrar: rever a matéria, estudar
Txilar: dançar, curtir, divertir-se
Chumbar: repetir, repetir de ano na escola ou universidade
Djobar: trabalhar (palavra proveniente do inglês *to job*).
Djimar: fazer exercícios físicos (verbo proveniente do inglês *to gym* (abreviação de *gymnasium=ginásio*)
Phandar: realizar trabalho (proveniente do adjectivo *uphand* do inglês que significa 'trabalho braçal")
Bazar: ir embora (verbo proveniente de kimbundu *kubanza*)
Machambar: trabalhar na horta (verbo proveniente da língua swahili *shamba* que significa 'campo, horta para plantio de espécies alimentícios')
Whatsaapar: usar/ver o aplicativo whatsaap
Facebookar: usar/ver o aplicativo facebook
Txecar: verificar, consultar (verbo que vem do inglês *to check*)
Bater rocha: falhar, errar, insucesso
Bater carteira: roubar carteira
Minhar: excluir ou segregar alguém (verbo que vem da língua changana *kuminha* que significa cuar)
Biznar: vender, negociar (verbo que vem do inglês *bussiness*)

Os verbos recolhidos em contextos de comunicação informais mostram que os verbos provenientes dos processos neológicos são integrados na primeira

conjugação terminando em **–ar**. Todos dos verbos, incluindo os provenientes de línguas estrangeiras, foram obrigatoriamente integrados na primeira conjugação. Esta nos parece uma regra da língua portuguesa, o que comprova que a lingua tem um sistema coeso e não permite uma entrada descontrolada de itens lexicais. Está explícito no sistema que todos os verbos provenientes de outras línguas são obrigatoriamente integrados na primeira conjugação. No português brasileiro pode-se identificar os seguintes verbos: nocaute**ar**, delet**ar**, escane**ar**, print**ar**, estart**ar**, etc.

6. Considerações finais

A presente pesquisa demonstrou que a formação dos verbos nas variedades do português angolano e moçambicano reflete intensamente os processos históricos, culturais e linguísticos vividos por essas sociedades no pós-colonialismo. Longe de constituírem desvios da norma-padrão, os verbos analisados são manifestações legítimas e criativas da convivência entre o português e as línguas bantu, que resultam em formas híbridas com significados profundamente contextualizados nas realidades locais.

Além disso, observou-se que o léxico verbal nessas variedades é profundamente impactado pela oralidade, pelas práticas culturais e pelas relações sociais. Os verbos apresentados evidenciam uma reinterpretação semântica que carrega traços identitários dos falantes, funcionando como expressões autênticas de pertença territorial, memórias coletivas e modos de vida. A análise dos dados confirma que esses verbos surgem, em grande parte, de empréstimos e adaptações morfológicas oriundas das línguas bantu, mas ganham sentidos e usos próprios no interior das comunidades de fala.

A metodologia adotada, com base em registros espontâneos, redes sociais e análises lexicográficas, permitiu captar a vitalidade das expressões verbais e suas transformações. As hipóteses levantadas foram corroboradas: os verbos do PA e PM são marcados por empréstimos, reelaborações morfológicas e, sobretudo, por significados culturalmente situados. Em suma, as variedades locais do português em Angola e Moçambique não devem ser vistas como formas inferiores da língua, mas como manifestações legítimas de um português pluricêntrico. O reconhecimento da riqueza semântica e morfológica dos verbos nas variantes do PA e PM contribui para a construção de uma linguística inclusiva, que reconhece a diversidade e a legitimidade dos modos de falar dos povos lusófonos.

Entre os principais resultados destaca-se, que a morfossintaxe nas variedades moçambicanas e angolana reflete, em muitos casos, padrões típicos das línguas bantu, como o uso mais frequente de auxiliares em vez de reflexões verbais complexas ou a preferências por construções que marcam o aspecto em detrimento do tempo gramatical rigidamente estruturado. Logo, essas particularidades não devem ser vistas como “desvios” do português padrão, mas como resultado de um processo histórico de hibridização e adaptação ao contexto multilíngue. No entanto, apesar da vitalidade dessas influências, muitas delas ainda carecem de maior reconhecimento nos estudos linguísticos e nas políticas educacionais. Daí que a valorização dessas variedades locais é fundamental para uma compreensão mais abrangente da diversidade linguística lusófona e para a promoção de uma educação que respeite as realidades linguísticas dos falantes.

Em suma, a formação dos verbos nas variedades angolanas e moçambicanas do português é um testemunho da resistência e da criatividade linguística dos povos desses países. Assim, estudar esses fenômenos não só amplia o

conhecimento sobre a língua portuguesa em contextos africanos, mas também contribui para a preservação e o reconhecimento das línguas autóctones como pilares fundamentais da identidade cultural de Angola e Moçambique.

Referências

ABDULA, R. M. A criatividade da língua portuguesa: estudo de moçambicanismos no português de Moçambique. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 32, p. 19–38, 2017.

ANGOLA. *Constituição da República de Angola.* Luanda: Assembleia da Pública, 2010.

ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. *Censo populacional demográfico.* Luanda: INE, 2014.

ANTUNES, I. O léxico da língua. In: _____. (Org.). *O território das palavras*: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.p.27-49.

BORBA, F. S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo.* Curitiba: Editora Piá, 2011.

CHIMBUTANE, F. *Language policies and the role of development agencies in postcolonial Mozambique*. Current Issues in Language Planning, vol. 18, n. 4, p. 356-370, 2017.

CHINI, A.; CAETANO, M. M. *Gramática normativa da língua portuguesa*: um guia completo do idioma. Brasília: Conselho Federal / OAB, 2020.

COELHO, I. L. et al. *Para conhecer a Sociolinguística***.** São Paulo: Contexto, 2015.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

ETHNOLOGUE. *Languages of Mozambique.* 26. ed. SIL International, 2024. Disponível em: https://www.ethnologue.com. Acesso em: 10 jun. 2025.

FIRMINO, G. *A "questão linguística" na África pós-colonial*: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Livraria Universitária, 2002.

GONÇALVES, M. da S. *Português língua estrangeira e língua segunda.* 2016. 101f. Mestrado em Português Língua não Materna – Português Língua Estrangeira e Língua Segunda, Universidade do Minho, Braga, 2016.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017.* Maputo: INE, 2019.

ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C; de. (Org.). *As ciências do léxico:* lexicologia, lexicografia, terminologia. Vol. VI, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

LABOV, W. P*adrões Sociolinguísticos.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, A. J. *A batalha das línguas:* perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique. Maputo: Livraria Universitária, 2002.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

NGUNGA, A. Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, Maputo, p. 7–20, 2012.

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu.* 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2014.

SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. E. S; TIMBANE, A. A. (Org.). *O português de/em Angola:* peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. São Paulo: Ed. Opção, 2021.

TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Araraquara: UNESP, 2013. 318p.Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

CAPÍTULO 7

Do ensino à aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola

João Muteteca Nauege

Introdução

O presente capítulo tem como objeto de estudo abordagem do ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário em Angola, no qual nos propomos refletir sobre as diferentes perspectivas que podem ser adoptadas para o ensino-aprendizagem do vocabulário, tendo em conta as metodologias modernas que devem ser contextualizadas à realidade angolana, em face das recentes revisões curriculares que o Ministério da educação vem experimentando com vista ao alcance de melhorias no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no ensino primário e todo o subsistema de ensino não universitário.

Tratando-se de uma realidade plurilíngue em que a Língua Portuguesa é ensinada como língua materna, mesmo em zonas que é marcadamente língua segunda, apontamos a necessidade de o ensino/aprendizagem do vocabulário no ensino primário privilegiar as metodologias que se afigurem consentâneas em função da experiência trazida pelo aluno (quer escolar, quer extraescolar) que o vinculem àquilo que se ensina e que se aprende. Dito de outro modo, as perspectivas explícitas ou direta e indireta ou implícita, também, conhecida esta última como incidental podem ambas produzir resultados positivos no ensino-aprendizagem do vocabulário, cabendo ao professor adoptar uma ou outra em função das reais necessidades cognitivas dos seus alunos para promover aprendizagens significativas e sólidas.

1.Caracterização do ensino primário angolano

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº17/16 estipula no seu artigo 27º que o ensino primário é o fundamento do ensino geral, constituindo a sua conclusão com sucesso condição indispensável para a frequência do ensino secundário. O ensino primário constitui, assim, um nível cuja frequência é obrigatória e compreende seis anos de duração, isto é, da 1ª à 6ª classe. No que toca à gratuidade, a Lei nº 17/16 assegura no artigo 11º que no ensino primário todos os atos praticados estão isentos de qualquer pagamento, a começar pela inscrição, assistência às aulas, o acesso ao material escolar, o apoio social, no qual se inclui a merenda escolar em todas as instituições públicas do país.

A Lei nº17/16 refere no seu ponto 2 do artigo 27º, que o *ensino primário tem a duração de (seis) 6 anos têm acesso ao mesmo as crianças que completem (seis) 6 anos de idade até ao dia 31 de Maio do ano da matrícula; e no artigo 28º no seu ponto 2, explicita que as crianças com idades compreendidas entre os (doze) e os 14 (catorze) anos, que não tinham concluído o ensino primário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos, p.5*. Facilmente, deduzimos que o ensino primário compreende a faixa etária dos (seis) 6 aos (doze) 12 e/ou (catorze) 14 anos.

Dos vários objetivos gerais do subsistema do ensino geral (Lei nº 17/16, artigo 24º) no qual se enquadra o nível do ensino primário, podemos destacar os seguintes:

1) Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade, que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas;

2) Educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento;

3) Promover na juventude e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-los para a aprendizagem de uma atividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;

4) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida ativa.

Com base nos objetivos gerais acima definidos do subsistema do ensino geral, faz-se o seu desdobramento nos objetivos específicos (Lei nº 17/16, artigo 29º) que consonam com o perfil de saída do ensino primário.

Objetivos específicos do ensino primário

a)Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
b)Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita;
c)Aperfeiçoar hábitos, habilidades, capacidades e atitudes tendentes à socialização;
d)Proporcionar conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento das faculdades mentais;
e)Estimular o desenvolvimento de capacidades, habilidades e valores patrióticos, laborais, artísticos, cívicos, culturais, morais, éticos, estéticos e físicos;
f)Garantir a prática sistemática de expressão motora e de atividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

Tendo em conta os objetivos gerais e específicos definidos para o ensino primário, desenha-se um perfil de saída dos alunos deste ciclo, atendendo a um conjunto de hábitos e habilidades que no final do qual, deverão ser capazes de adquirir, que se circunscrevem de acordo com INIDE/MED (2019, p.31) em:

- Conhece e aplica instrumentos básicos de comunicação e expressão oral e escrita;
- Revela ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades de trabalho, pesquisa, organização, estudo, memorização e raciocínio adequadas às tarefas;
- Conhece o meio natural e social que o circunda;
- Conhece o corpo nas suas funções e a importância da higiene e da conservação da saúde;
- Aplica técnicas de trabalho (estudo, pesquisa, memorização e raciocínio) às novas situações;
- Manifesta o espírito estético com base nas novas destrezas, conhecimentos e competências adquiridas (física, técnica e de criação artística);
- Demonstra atitudes corretas de regras e normas de conduta;
- Revela atitudes de apreço e respeito pela realidade cultural angolana;
- Revela atitudes de respeito pelo meio-ambiente, pela saúde e pela higiene.

O perfil de saída definido para o ciclo do ensino primário, visto nestas linhas, facilmente percebemos que é integrador, pois encerra em si, de modo sucinto e claro todo o plano de estudo ministrado no primário, a começar com aspectos ligados à comunicação linguística, a representação simbólica da matemática, o meio físico e social, a expressão musical, manual e plástica e a expressão psicomotora ou motricidade.

Dito de outro modo, a estrutura curricular do ensino primário atende ao princípio globalizador de um projeto educativo ao abarcar a faceta da comunicação interpessoal, da cultura, do desenvolvimento pessoal, do meio físico, social, questões de higiene pessoal, inculcam-se no aluno valores éticos, cívico-morais, estéticos e as necessidades básicas de um indivíduo. Digamos que é um plano curricular integrador e globalizador, a forma de o ministrar ou traduzi-lo na realidade concreta dependerá em grande medida das metodologias que poderão ser adoptadas pelo professor, ajudando os alunos a lerem a realidade que os circunda como una e não compartimentada.

Tabela 1 & 2: Plano de estudo do ensino primário

Disciplinas	**Carga horária semanal**					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Língua de Angola	3	3	3	3	3	3
Língua Portuguesa	7	7	7	7	6	6
Matemática	6	6	6	6	5	5
Estudo do Meio	3	3	3	3		
Ciências da Natureza					4	4
História					2	2
Geografia					**2**	**2**
Ed. Moral e Cívica					2	2
Ed. Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
Ed. Musical	1	1	1	1	1	1
Ed. Física	2	2	2	2	2	2
Total de T. L Semana	24	24	24	24	29	29	
Total de T. L Anual	720	720	720	720	870	870	4.620
Total de Disciplinas	6	6	6	6	9	9	

Fonte: INIDE/MED (2019)

O plano curricular do pré-escolar e ensino primário atualizado (2019), ao qual recorremos para essa nossa abordagem em torno do ensino/aprendizagem do vocabulário, contempla uma carga horária de 4.620 tempos letivos à semelhança do anterior (2011). Após a sua revisão o de 2019 insere a disciplina de Língua de Angola, elevando-se para 11 disciplinas, sem com isso implicar o aumento da carga letiva, tendo sucedido a divisão dos tempos da disciplina de Língua Portuguesa, dois (2), por sinal, e um (1) da disciplina de Matemática, que passaram para a nova disciplina, Língua de Angola.

De modo sucinto, o plano de estudo apresenta os objetivos gerais por cada disciplina que compõe o ensino primário, permitimo-nos destacar apenas os de três disciplinas.

a)Língua de Angola

Compreender a importância da valorização de atitudes que contribuam para a conservação e preservação das línguas de Angola; Estimular o interesse da criança pelas manifestações culturais mediante a sua inserção e participação nos atos sociais; Aplicar estratégias de aprendizagem em língua de Angola que estimulem a autonomia da criança; Aplicar os conhecimentos utilizando a capacidade de expressão, comunicação e reconhecimento das línguas de Angola como identidade cultural angolana.

b)Língua portuguesa

Desenvolver um instrumento de comunicação e expressão oral e escrita que permita uma integração social e uma participação consciente no processo de desenvolvimento do país; Permitir uma compreensão do conteúdo das outras disciplinas, que exigem do aluno um domínio cada vez mais alargado do vocabulário; Desenvolver o gosto pela leitura e permitir o acesso às obras literárias que poderão desenvolver a sensibilidade e criatividade dos alunos; Usar corretamente a Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento próprio.

c)Matemática

Compreender o sentido do número; Desenvolver a noção da estrutura do sistema numérico; Desenvolver habilidades de cálculos com a resolução de problemas de aritmética com números inteiros, decimais, fraccionários; Conhecer as propriedades das figuras geométricas; Desenvolver as formas de pensamento lógico e a capacidade de utilizar corretamente os métodos dedutivos da lógica; Conhecer as diferentes grandezas.

Em nosso entender, estas três disciplinas constituem o eixo fundamental do ciclo do ensino primário, contemplam basicamente os principais objetivos específicos que espelham hábitos e habilidades que devem ser adquiridos com o culminar do ciclo primário ao ressaltarem o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem por meio da leitura, da escrita e do cálculo, assim como, aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita.

2.Do léxico ao vocabulário

É tradição definir-se o léxico como um conjunto de palavras que constituem uma língua. O dicionário de termos linguísticos de Xavier & Mateus (1992, p.225) apresenta a seguinte definição do léxico:

> Entende-se por léxico o conjunto de formas atestadas correspondendo a uma zona lexical comum a todos os locutores de uma comunidade (...) sendo também conjunto de unidades lexicais comuns à significação, isto é, a parte do semema que é do domínio comum da comunidade (...).

De acordo com Vilela (1994, p.6), o léxico é:

> A parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade.

> Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.

Em torno do léxico, ainda, Vilela (1995, p.13) o define em duas perspectivas, uma cognitivo-representativa em que o autor o apresenta como uma "codificação" da realidade extralinguística que se interioriza no saber de uma comunidade linguística; a outra é a perspectiva comunicativa em que é apresentado o léxico como "o conjunto de palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si".

O léxico apresenta-se, assim, como o subsistema mais dinâmico e aberto de qualquer língua, pois a ele cabe de modo direto configurar a realidade desde o ponto de vista linguístico, muda e renova-se constantemente (Ferreira, 1985; Vilela, 1994; Biderman, 2001).

Urge, então, distinguir o léxico do vocabulário, cuja fronteira nítida se pode estabelecer na definição em que o léxico é o conjunto de palavras essenciais de uma língua; ao passo que o vocabulário é o conjunto de palavras utilizadas por um determinado falante que pertence a uma dada comunidade linguística. Neste caso, o vocabulário subsume-se ao léxico, sendo o léxico geral, coletivo e o vocabulário individual e particular.

3.Perspectivas do ensino-aprendizagem do vocabulário

O português em Angola é a segunda língua para a maioria dos seus falantes, embora essa tendência esteja a se inverter aos poucos tendo em conta os dados recentes do censo populacional (2014). Em alguns casos o português só é aprendido na escola, referimo-nos a realidades apartadas dos grandes centros urbanos, onde o português é, necessariamente, aprendido na escola ao primeiro contato.

A introdução recente da Língua de Angola no currículo do ensino primário responde ao desafio de o aluno que reside em zonas afastadas dos centros de maior utilização do português, como principal língua de comunicação, tenha, primeiro, o direito de aprender o português e outras disciplinas curriculares por meio da sua língua nativa; segundo, tendo em conta o postulado na Lei nº 17/16 no seu artigo 16º, no ponto 2, responde ao desafio de o estado *promover e assegurar as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola (...).*

Sendo que, a aprendizagem formal de uma língua se dá com a entrada para escola, isto é, desde que nasce até aos seis anos de idade a criança aprende de modo informal a língua, na realidade angolana, às vezes se trata do português, ainda em contexto de língua segunda, caberá a escola de acordo com Azevedo (2006, p.3):

> (...) pelas suas práticas, preocupar-se em estimular a ocorrência de situações que, não restrigindo ou empobrecendo a possibilidade de manusear a língua na pluralidade dos seus contextos e funções, se afigurem capazes de produtivamente colmatarem e compensarem o subdesenvolvimento verbal de todos os que, integrando-a, não compartilhem com ela os códigos de que ela se socorre. Tal

> significa permitir aos alunos um contato com formas mais complexas e mais elaboradas da língua, assegurar-lhes uma capacidade de exercitação dessas formas, dotando-os de um saber fazer que lhes possibilite utilizarem proficuamente a língua em quaisquer contextos, desde os mais simples aos mais elaborados.

Ao professor caberá levar em consideração as particularidades individuais dos alunos com os quais trabalha e os níveis económico, social e cultural, bem como das suas experiências, numa só palavra da sua proveniência, permitindo a adequação de atividades pedagógicas desenhadas. Na nossa perspectiva, o ensino-aprendizagem do vocabulário deveria seguir princípios de aprendizagem ativa, significativa, diversificada, integradora e socializadora.

A aprendizagem ativa do vocabulário colocaria o aluno no centro das atenções, pondo à sua disposição diferentes atividades e materiais que o motivem a aprender, aliando a experiência do aluno às interações e diversos estímulos que recebe do professor, com base em estratégias previamente elaboradas por este, transformando os problemas e as dificuldades em oportunidade de aprender. No que respeita à aprendizagem significativa do vocabulário, com base no construtivismo de Ausubel (1973), advogamos o estabelecimento da ponte entre os conhecimentos anteriores (vocabulário passivo) e os novos (vocabulário ativo), permitindo assimilar e acomodar os novos significados.

Nas perspectivas diversificada, integradora e socializadora, deve criar-se ambiente favorável, proporcionando atividades e materiais didáticos que vinculem à realidade do aluno, valorização de experiências que o aluno traz, podendo ser escolares ou extraescolares, fazendo com que se despoletem interesses que favoreçam a socialização e o seu desenvolvimento.

As perspectivas, aqui, apontadas, no nosso ponto de vista, deveriam ser levadas em linha de conta para o ensino-aprendizagem do vocabulário, no ensino primário em Angola, vão ao encontro quer dos objetivos gerais do ensino primário (*Lei nº17/16*), quer dos objetivos gerais da Língua Portuguesa no ensino primário (*Plano curricular do pré-escolar e ensino primário*, 2019,p.36), sublinhe-se um objetivo que salta à vista no concernente ao vocabulário: “Permitir uma compreensão do conteúdo das outras disciplinas, que exigem do aluno um domínio cada vez mais alargado do vocabulário”.

Quer dizer, a compreensão de outras disciplinas que conformam o plano curricular do ensino primário passa, necessariamente, pelo domínio do vocabulário do português, dado que a Língua Portuguesa é o vector comunicacional que articula todos os saberes na escola angolana. Duarte (2011, p.23) aponta componentes essenciais do ensino orientado para o enriquecimento do capital lexical e para o desenvolvimento da consciência lexical, que passam por:

a. Encorajar e apoiar a leitura de muitos textos de vários tipos;
b. Expor as crianças a *input* oral de grande qualidade;
c. Promover a consciência lexical;
d. Ensinar explicitamente novas palavras;
e. Levar as crianças a desenvolver estratégias de descoberta do significado.

Os componentes que a autora aponta, certamente, terão de contar com a perícia pedagógica do professor, a quem cabe o papel de orientar, estimular a criança para as novas aprendizagens, podendo aproveitar a curiosidade, o fascínio por descobrir palavras novas e os significados a elas associadas que

caracterizam a faixa etária dos alunos do primário. Em nosso entender, é tarefa da escola ajudar aprimorar o desenvolvimento vocabular da criança.

A multiplicidade de interações a que a criança, por meio de diversas atividades estimulantes, possa estar submetida, poderão permitir a aquisição e aprendizagem do vocabulário, ajudando-a a produzir estruturas frásicas complexas e adequadas ao meio em que se encontra inserida. De acordo com Gomes (2007, p.24) citando Binon & Verlinde (s/d), destaca cinco níveis que envolvem o conhecimento da palavra e sua aprendizagem:

i) **Nível Formal:** reconhecer a palavra que se ouve numa conversa, saber pronunciá-la e escrevê-la corretamente;
ii) **Nível Morfológico:** saber identificar os prefixos, os sufixos, o sistema de derivação e de composição;
iii) **Nível Sintático:** apreender as diferentes construções e restrições sintáticas;
iv) **Nível Semântico:** compreender os significados de uma palavra ou de uma unidade lexical no plano referencial, conotativo, pragmático;
v) **Nível de competência combinatória lexical:** saber combinar as palavras, identificar os sinónimos.

Na nossa perspectiva, os *níveis formal e de competência combinatória lexical* afiguram-se como sendo primaciais quando se desenham estratégias e atividades com vista ao ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário, dado que contemplam habilidades básicas como *reconhecer, saber pronunciar, combinar palavras e identificar sinónimos*.

É quase matéria de consenso entre os diferentes especialistas em ensino, quando se trata de ensino-aprendizagem do vocabulário, referirem-se aos textos. Genouvrier e Peytard (1974, p.290-291), afirmam que:

> A despeito das diferenças nos detalhes técnicos, há um acordo absoluto entre os metodológos do ensino quanto ao facto de que a aquisição do vocabulário, como a motivação de seu estudo, se verifica quase exclusivamente através dos textos". Por isso recomenda-se: "quando uma palavra tiver várias significações, elas são dadas através de frases e nunca apresentadas ou pretensamente fixadas fora do texto.

Lembramos que os autores supra relevam o contexto, os meios socioculturais e sua influência, as fases de aprendizagem, a aquisição por sinonímia e família de palavras, que convencionam tratar por sistema, como sendo pressupostos importantes no ensino e na aprendizagem do vocabulário.

4.Aquisição/aprendizagem do vocabulário

Os termos aquisição e aprendizagem, no nosso ponto de vista, remetem-nos a realidades distintas, embora nalguns casos sejam usados por alguns autores para se referirem à mesma realidade. Mateus e Vilalva (2006) referem-se à aquisição como um processo no qual a criança aprende uma língua materna, estando simplesmente exposta no meio em que vive.

Na opinião de Madeira (2008), aprendizagem é um processo ativo de construção de conhecimento em que se criam representações explícitas e

conscientes por meio da instrução formal; ao passo que aquisição é um processo contrário da aprendizagem, passivo, conhecimento implícito e não consciente. De acordo com Nauege (2015, p.21), urge distinguir aquisição da aprendizagem do seguinte modo:

> A aquisição e aprendizagem são mecanismos diferentes, a aquisição consiste num processo inerente à intuição, inconsciente e pouco explícito, uma vez que o aprendente fá-lo no ambiente natural, familiar e toma contato com a língua naturalmente; ao passo que a aprendizagem é um mecanismo condicionado, mais explícito, formal que envolve a escola/ensino e muitas vezes se realiza em condições artificiais.

No que respeita à aquisição do vocabulário, Nagy (1988) estima que as crianças dos 9 aos 12 anos adquirem cerca de 3.000 palavras novas por ano; e Schwartz (1988) estabelece os limites entre 750 e 8.250 palavras novas adquiridas anualmente pelos alunos entre os 10 e os 14 anos; faixa etária que corresponde ao ciclo do ensino primário em Angola. Para Giasson (1993, p.255):

> o aluno adquire uma certa quantidade de vocabulário novo graças aos seus diferentes media, assim como nas suas interações com os adultos e com os seus pais. Esta aquisição não se pode atribuir ao ensino específico do vocabulário da leitura que se faz na aula, por que este dá um contributo que é preferível não considerar. Com efeito, na melhor das hipóteses podem ensinar-se 300 palavras de vocabulário específicas durante um ano escolar. Resta, portanto, o contributo das leituras pessoais do aluno no desenvolvimento do seu vocabulário.

Giasson (*op. cit*.) destaca as leituras pessoais que permitem aprendizagem indireta do vocabulário, o ensino do vocabulário em contexto e o ensino direto, ou seja, todos esses mecanismos ajudam na aquisição-aprendizagem do vocabulário. Deste modo, a autora não põe de parte o ensino específico do vocabulário na aula.

A experiência de leitura, as interações com os adultos e o meio sociocultural são avançadas por muitos autores (Pais & Sardinha, 2011, Baum, 2004, Sim-Sim, 1998, Sim-Sim, 2009) como sendo relevantes para a aprendizagem do vocabulário, contribuindo de forma decisiva para *Efeito Mateus* (Merton, 1968), formulação sociológica com base na hipótese bíblica, no Evangelho de Mateus, segundo a qual, quem tem mais lhe será acrescentado, e quem não tem, mesmo o pouco que tem lhe será tirado. Estabelecendo paralelismo com ensino e aprendizagem do vocabulário, as leituras, as interações com os adultos e o meio envolvente rico em diversas práticas socializadoras são propiciadores da aquisição de novas palavras.

O ensino explícito do vocabulário deve ser feito, tendo em atenção o contexto da palavra, pois, permite que se ensine e o aluno aprenda o vocabulário com profundida. Ao ser explícito determina-se qual é o vocabulário fundamental para os alunos em cada faixa etária e ciclo de formação, certifica-se, também, em que contexto a palavra pode e com que frequência ocorre, cabendo ao professor, com base na experiência que detém, selecionar as palavras a ensinar.

A explicitação do ensino do vocabulário, ajudaria, em grande medida, na escolha do léxico a ser ensinado, de preferência o léxico que reflita a realidade

do aluno, a cultura, os hábitos, os costumes e as vivências, para que de forma gradual se vá ampliando e conheça outras realidades que não lhe são familiares.

Na perspectiva de Nagy (1988), as estratégias de ensino do vocabulário consideradas como eficazes abarcam três processos: a integração, a utilização funcional e a repetição. O processo de integração permite relacionar as palavras novas com os conhecimentos que o aluno já possui; a utilização funcional visa torná-lo ativo quando apropria a palavra nova; a repetição consiste em apresentar a mesma palavra em diversos contextos, fazendo com que o aluno reconheça automaticamente essa palavra.

Para Nagy (1988), nas atividades em que se faz a utilização funcional para aquisição do vocabulário, deve fazer-se a aposta na participação do aluno, levando-o a tratar a palavra em profundidade, mais do que a simples memorização de uma definição. Em que destaca:

1-Pergunta centrada na definição da palavra: *Pai natal* quer dizer

a) Pessoa que oferece brinquedos em época do natal às crianças;
b) Boneco do natal
c) Enfermeiro
d) Médico

E a pergunta centrada na compreensão da palavra.
Provavelmente um *Pai natal* carrega

a) Uma mala com todo o tipo de brinquedos para oferecer às crianças na época do natal
b) Uma caixa de brinquedos
c) Uma pasta contendo vacinas
d) Usa uma bata branca e anda com microscópio

No caso das atividades centradas na integração de conhecimentos, Giasson (1993, p.278) afirma que “já foi diversas vezes demonstrado que as estratégias de ensino do vocabulário que tomam em conta os conhecimentos dos alunos são sempre mais eficazes do que aquelas que não o fazem”. A autora cita diversas atividades tais como: as constelações, as matrizes semânticas, os diagramas e as escalas. Aqui, retomamos as matrizes semânticas que podemos representar com os exemplos que vimos manipulando.

Quadro 1: Matriz semântica

	Humano	Bata branca/ anda com microscópio	Oferece brinquedos em época do natal
Pai natal	+	-	+
Boneco	-	-	-
Médico	+	+	-

Fonte: Proposta do autor

As estratégias de atividades que são apontadas por distintos especialistas em ensino do vocabulário, podem todas resultar desde que antes da sua aplicação o professor diagnostique qual das atividades é mais profícua para o contexto em que vai atuar e as condições objetivas dos seus alunos (faixa etária, conhecimentos prévios, condição socioeconômica e o ambiente cultural).

Considerações finais

O ensino-aprendizagem é um processo complexo que envolve as facetas ensinar, que cabe ao professor, indivíduo formado e especialista em moldar as gerações; a aprendizagem cabe ao aluno sob orientação óbvia do professor, são duas faces de uma mesma moeda cuja interação entre os que ensinam e os que aprendem, num dado momento, mesmo não sendo de forma explícita os papéis podem ser invertidos, ou seja, quem ensina aprende e quem aprende pode ensinar.

Tratando-se de uma abordagem complexa como a de ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário, a sua sofisticação acentua-se, à medida que se encontram diversas teorias a falarem do vocabulário, seu ensino-aprendizagem sob diferentes perspectivas, indiciando já a complexidade e seriedade que o assunto merece, daí o premente interesse em Angola assumir-se uma perspectiva metodológica clara para o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário.

Um dos objetivos fundamentais do ensino da Língua Portuguesa no ensino primário é o de privilegiar a habilidade que permita a compreensão de outros conteúdos curriculares por via de um domínio elementar e depois mais sofisticado do vocabulário, razão por que trazemos à reflexão o ensino-aprendizagem do vocabulário no ensino primário na realidade angolana, por ser relevante a adopção de uma metodologia que se adeque ao ensino da Língua Portuguesa como língua segunda (na maioria dos casos) para facilitar aprendizagens mais sólidas e significativas.

Referências

AUSUBEL, D. P. *The psychology of meaningful verballearning.* New York: Rune Stratton, 1973.

AZEVEDO, F. *Língua materna e literatura infantil*- elementos nucleares para professores do ensino básico. Coimbra: Lidel, 2006.

BAUMANN, J. F.; KAME´ENUI, E. J. *Vocabulary instruction: research to pratice.* New York: The Guilford Press, 2004.

BIDERMAN, M. T. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. & ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do Léxico:* Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: ED. UFMS, 2001, p.13-22.

DUARTE, I. *O Conhecimento da Língua:* desenvolver a consciência lexical. Lisboa: Ministério da Educação, 2011.

FERREIRA, J. F. *A Pedagogia do léxico:* Uma tentativa da aplicação da lexemática ao Ensino do Português. Porto: Edições Claret, 1985.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

GOMES, P. V. *O processo de aquisição lexical na infância e a metalexicografia do dicionário escolar*. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília: Instituto de Letras, 2007.

GIASSON, J. *A compreensão na Leitura*. Lisboa: Edições ASA, 1993.

MADEIRA, A. “Aquisição de L2”. In: OSÓRIO, P. & MEYER, R. M. (Org.). *Português língua segunda e língua estrangeira: da (s) teoria (s) à (s) prática (s). Coimbra:* Lidel Edições Técnicas Lda, 2008, p.189-201.

MATEUS, M. H. M.; VILALVA, A. *Linguística. Lisboa:* Editorial Caminho, SA., 2006.

MERTON, R. K. O efeito Mateus na ciência II. A vantagem comulativa e o simbolismo na propriedade intelectual. In: MARCOVICH, A.; SHINN, T. (Org.). *Ensaio da Sociologia da ciência.* São Paulo: Editora 34, 2013, p.199-231.

NAGY, W. *Teaching vocabulary to Improve Reading Comprehension*. NEWARK. Delaware. International Reading Association, 1988.

NAUEGE, J. M. A*quisição da competência lexical na aprendizagem do Português L2*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.
PAIS, A. P.; SARDINHA, M. G. *Os caminhos do ensino e da aprendizagem do vocabulário: intercultura, corpus textual e lexicultura*. 2011. Consultado em 8 julho 2013. Disponível em: http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1074/1/Braga_actas.pdf
SCHWARTZ, R. Learning to learn vocabulary in content textbooks. *Journal of reading*. Vol.32. nº2, 1988.
SILVA, E. L. da & MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração da Dissertação.* 4.ed. Florianópolis, 2005.
SIM- SIM, I. *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
SIM-SIM, I. *O ensino da leitura: a decifração*. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.
VILELA, M. *Estruturas Lexicais do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.
VILELA, M. *Léxico e Gramática*. Coimbra: Almedina, 1995a.
VILELA, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*.Coimbra: Livraria Almedina, 1995b.
XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. *Dicionário de Termos Linguísticos* (Vol. II). Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

CAPÍTULO 8

O léxico do preconceito contra mulher nas redes sociais de angolanos e guineenses

Tito Djata
Suzete da Gama Faria
Alexandre António Timbane

Introdução

Angola e Guiné-Bissau possuem características históricas comuns, uma vez que as duas nações são compostas por povos da África negra e que pelo destino histórico foram colonizados por Portugal. Nos dois contextos há uma diversidade linguística muito peculiar que está em contato com a língua oficial, a Língua Portuguesa (LP). A LP chegou em Angola e na Guiné-Bissau pelo processo da colonização que durou séculos nos dois contextos e ocorreu a escravização, da qual grande parte da população foi vendida e explorada para Américas e para a Europa.

As tecnologias estão presentes no nosso cotidiano e quase todos, especialmente os que moram nas grandes cidades têm acesso às tecnologias por meio da internet. Observa-se por outro lado que as redes sociais são espaços de manifestações de violência contra a mulher. Vários aspectos entram em jogo nesse processo: a) a cultura machista enraizada na sociedade; b) a impunidade por detrás das câmeras faz com que as pessoas acham que não serão identificadas ou c) há falta do conhecimento dos direitos que devem ser informadas às mulheres. Desta forma se questiona quais os traços linguísticos que os internautas apresentam no preconceito contra as mulheres nas redes sociais? Como hipóteses, avança-se a ideia de que a linguagem machista aparece como força de virilidade de superioridade dos homens em relação às mulheres. Isso acontece pelo fato de que o homem se acha superior comparativamente à mulher.

A linguagem violenta se manifesta pelo uso de palavras ou expressões pejorativas como por exemplo: mulher da vida, vaca entre outras. O uso de expressões ofensivas revela a falta de respeito que por vezes se baseia na forma de ameaça. A pesquisa tem como objetivo analisar a linguagem (palavras e expressões) ofensiva em redes sociais de Angola e da Guiné-Bissau. Como objetivos específicos, a pesquisa visa a) identificar palavras, expressões ofensivas contra a mulher nas redes sociais; b) analisar os contextos da sua produção e o seu impacto com relação às variedades angolana e guineense; c) exemplificar casos de preconceito contra a mulher por meio de expressões e palavras; d) criticar o mau uso das redes sociais em favor ao respeito do gênero.

A presente pesquisa é importante porque busca compreender como o preconceito prejudica as relações sociais em especial do gênero na sociedade; há uma urgência na compreensão sobre como a linguagem pode ser instrumento de opressão contra a mulher. A pesquisa é importante porque visa criticar o preconceito enraizado na sociedade angolana e guineense. A pesquisa é relevante porque busca identificar a problemática da violência contra a mulher nas redes sociais. O combate ao preconceito contra a mulher nas redes sociais é direito de todos para que possamos viver em espaços com respeito e com a igualdade.

Ao considerar a linguagem como espaço de disputa simbólica e de reprodução das relações de poder, este estudo fundamenta-se na perspectiva de Lélia Gonzalez (2020), que evidencia a articulação entre racismo, sexismo e cultura na constituição das práticas sociais e linguísticas. Gonzalez (2020) destaca que a linguagem não é neutra, mas permeada por marcas históricas que refletem e reforçam desigualdades estruturais. Partindo desse entendimento, este trabalho busca analisar o léxico violento direcionado às mulheres nas redes sociais angolanas e guineenses como expressão das opressões interseccionais de gênero, raça e colonialidade, que se manifestam na comunicação cotidiana e nas práticas discursivas digitais.

1.A variação linguística na lusofonia

A língua portuguesa, como qualquer língua viva, manifesta-se de maneira diversa conforme o contexto geográfico, histórico, cultural e social em que é utilizada. No espaço lusófono que inclui países da África, América do Sul, Europa e Ásia, a variedade é uma característica intrínseca, que se reflete tanto na fala quanto na escrita. Essas diferenças estudadas pela Sociolinguística não devem ser vistas como erros ou falhas, mas como marcas legítimas da identidade linguística de seus falantes que precisam ser respeitadas e valorizadas.

A esse respeito, Coelho et al. (2009, p. 19) aborda que “a variação linguística é constitutiva das línguas naturais” e que reconhecer essa diversidade é fundamental para compreender como as línguas funcionam em contextos reais de uso. De acordo com Coelho et al. (2015, p.22), “a língua é um sistema dotado de variação; sendo um sistema, a língua é constituída por um conjunto estruturado de regras (categorias e variáveis)”. Os autores citados reforçam a ideia de que a língua não chega pronta, o que significa que ela está em constante construção, dependendo da dinâmica social e das mudanças culturais da sociedade.

No contexto da lusofonia, a variação linguística assume uma importância ainda maior, pois envolve povos marcados por histórias de colonização, resistências culturais e dinâmicas sociais complexas. Mas também os contextos culturais têm comparticipado na variação por meio das interferências e contatos de línguas em diversos espaços. Esses contatos particularizam a variedade de modo que assume diferenças comparativamente a outras variedades. A língua portuguesa falada em Angola e na Guiné-Bissau, por exemplo, carregam traços próprios resultados do contato com línguas africanas autóctones, das tradições orais locais e dos usos cotidianos urbanos ou de pessoas residentes em ‘guetos’ e bairros. Assim, é possível observarmos as particularidades no léxico, na fonologia, na morfossintaxe e no próprio discurso que mostram a criatividade e a autonomia dos falantes da língua portuguesa.

Como apontou Possenti (2002), a língua não é neutra: ela é penetrada por valores sociais, relações de poder e disputas simbólicas. Nesse sentido, é importante observar que certas formas linguísticas, sobretudo aquelas que são provenientes de grupo de classe econômica baixa costumam ser estigmatizadas, mesmo sendo perfeitamente compreensíveis e funcionais em seus contextos. Esse julgamento linguístico se reflete, por exemplo, no preconceito linguístico disseminado nas redes sociais, onde variações do português local, muitas vezes são alvo de chacota ou desvalorização.

Neste caso, a variação lexical acaba tendo um papel central referindo-se ao uso de diferentes palavras para designar uma mesma realidade, o que é comum entre os países lusófonos. Por exemplo, o termo “rapariga”, que em Portugal significa simplesmente “moça”, em Angola e Guiné-Bissau significa

“adolescente” e no Brasil significa “prostituta”. Essa polissemia acaba mostrando como os sentidos das palavras são construídos cultural e socialmente. Bagno (2007) afirma que não existe uma única forma correta de falar uma língua, o que significa que há variedades e variantes que são utilizadas no contexto da comunicação. Com isso pretendemos afirmar que uma língua é uma soma de variedades, sendo que uma variedade é mais prestigiada, a variedade padrão, e as outras são desprestigiadas em contexto social e cultural.

No caso específico do léxico violento contra mulheres nas redes sociais angolanas e guineenses, a análise sociolinguística precisa levar em conta essas variações. Algumas expressões ofensivas têm significados da variedade local, estruturados dentro da realidade sociocultural dessas comunidades de fala. Por exemplo, em Angola os termos "gestora", “yabará” ou “bandida” refere-se a uma mulher “vulgar”, “prostituta” e possuem uma carga moral e sexual específica que não é plenamente compreendida em outros contextos lusófonos. Esse léxico de violência está profundamente montado na estrutura das variações locais e deve ser compreendido como parte do repertório linguístico que revela atitudes sociais, inclusive de gênero.

É importante destacar que a variação linguística deve ser compreendida dentro de uma lógica de pluralidade e não de erro (Coelho et al., 2015). Soares (2017) e Mattos e Silva (2004) afirmam que as variedades linguísticas devem ser vistas como manifestações legítimas de uma língua e não como deficiência ou ainda, não devem ser tratadas como versões inferiores ou corrompidas porque elas fazem parte do acervo linguístico de uma comunidade de fala.

Labov (2008) afirma que a língua é uma construção social, sendo que ela é organizada e construída na e para a sociedade. Por isso todas as construções linguísticas, em todos os níveis são legítimas e não podem ser tratadas com preconceito. Essa análise linguística é essencial para analisar o modo como o português é usado nas redes sociais, especialmente por grupos marginalizados. É nesse espaço de conflito entre “norma” e “uso real” que a Sociolinguística crítica e propõe uma abordagem que valoriza as práticas linguísticas como expressão de identidade, resistência e pertença.

Em suma, a variação linguística na lusofonia não apenas evidencia a riqueza e complexidade do português falado em diferentes territórios, mas também revela disputas de poder em torno do que é considerado “certo” ou “errado” no uso da língua. No contexto do nosso estudo sobre o léxico do preconceito contra mulheres nas redes sociais de angolanos e de guineenses, essa análise Sociolinguística é fundamental para compreendermos como a língua funciona como instrumento de opressão, mas também de identidade cultural. Reconhecer a legitimidade das variações fonológicas e lexicais é, portanto, um passo importante para combater o preconceito linguístico e promover práticas mais inclusivas e respeitosas no uso da língua portuguesa.

Verificamos que a Variação Lexical entre os países da lusofonia, em particular Angola e a Guiné-Bissau, é muito rica e marcada pelas histórias coloniais, sobretudo, pelas línguas nacionais africanas e pelo próprio contexto social de cada país. Essas variações lexicais não apenas mostram a diversidade do português falado nesses países, mas também são expressões através dos quais o preconceito de gênero está ligado.

A esse respeito Bagno (2007) destaca que “o preconceito linguístico é sempre um disfarce para outros preconceitos”, e, no caso em questão, a linguagem é veículo do preconceito de gênero, racial e de classe. As palavras ganham peso não apenas pelo seu significado denotativo, mas também pelas conotações culturais que carregam em cada comunidade linguística. É

importante frisar que o mesmo termo pode variar de sentido ou de impacto entre falantes de diferentes países lusófonos. No português guineense a palavra “bunda” não pode ser pronunciada onde tiver adultos ou idosos porque carrega um significado pejorativo, enquanto que em Angola, Moçambique e Brasil é pronunciada sem preconceito. No PG se usa mais a palavra “rabada” ao invés de “bunda”.

No que diz respeito à variação fonológica, os falantes da Guiné-Bissau e de Angola apresentam particularidades que também influenciam a forma como se expressam nas redes. Em Angola, podemos observar, por exemplo, a realização do “r” final como fraco ou inexistente em determinadas regiões, transformando “mulher” em /mulhé/, “falar” em /fala/, entre outros como apresenta os exemplos no quadro acima. Já na Guiné-Bissau, é comum o fechamento das vogais médias e a nasalização de consoantes finais, como em /bunitu/ (por bonito) ou fumaçon (por fumaça). Essas marcas da oralidade são muitas vezes transpostas para a escrita em redes sociais, o que reforça a relação entre linguagem e identidade local.

Além disso, palavras ou expressões como apanha moeda (forma do verbo “apanhar” usada sem a marca da segunda pessoa), ou frases como “mete essa dama na linha” e “tens muita boca” mostram uma estrutura sintática e fonológica que corre longe da norma-padrão do português europeu ou brasileiro, mas que funciona muito bem no português angolano. Essas escolhas linguísticas mostram as estratégias de afirmação cultural, mesmo quando mobilizadas em discursos violentos.

Assim, quando pensamos na análise do léxico violento contra mulheres nas redes sociais de angolanos e guineenses, é fundamental considerarmos essas variações linguísticas como parte integrante de um fenômeno mais amplo de circulação de ideologias, preconceitos e identidades culturais. A variedade nesse contexto, não é apenas um meio de comunicação entre membros de um grupo linguístico, mas também um instrumento de poder que pode oprimir ou ainda se tornar um instrumento de resistência (Timbane e Rezende, 2016). O que se observa na nossa sociedade é que falantes de determinadas variedades de português podem ser excluídos em alguns círculos da sociedade, podem sofrer estigma ou preconceito, porque existe uma ideia segundo a qual existem falares mais corretas que outras. Nesta pesquisa defende-se a ideia de que não existem falares mais superiores que outras, uma vez que as variedades refletem a realidade sociolinguística dos seus falantes.

No aspecto lexical se observa que há várias palavras para um mesmo referente. Por exemplo, “candongueiro” é sinônimo de “quadradinho”, “acaba de me matar”, “táxi”, “Hiace” * ou “Azul e branco” (em Angola) ou ainda “toca-toca” (na Guiné-Bissau), “teniesse” (em Moçambique). Quando o transporte de passageiros é feito em camioneta ou caminhão pode ser chamada de “canter”* (na Guiné-Bissau), “my love” ou “chapa 100” (em Moçambique) ou ainda “pau de arara” (no Brasil). Essas variantes denunciam uma realidade própria de uma comunidade de fala.

Entendemos por variantes “as formas individuais que disputam pela expressão da variável” e elas “precisam de ser intercambiáveis no mesmo contexto e devem manter o mesmo significado referencial/representacional” (Coelho et al. 2015, p.17). Os termos *kupapata* ou lambreta (Angola), motocarro (Guiné-Bissau), *txopela* (Moçambique) são intercambiáveis, cada uma atuando na sua variedade. Os termos ‘autocarro’ (em Portugal), ‘ônibus’/’busão’ (no Brasil), ‘siló’ (na Guiné-Bissau), ‘machimbombo’ (em Moçambique) ou ainda

‘wawa’ (em Angola) também são variantes, uma vez que são referentes ao mesmo significado referencial.

2. O lugar do português na Guiné-Bissau e Angola: interferências das línguas africanas

O português pelo fato de ser língua oficial em Angola e na Guiné-Bissau tem um papel importante. O estatuto da oficialidade permite que a língua seja meio de comunicação nos espaços formais como por exemplo, nas instituições públicas, nas escolas, em discursos oficiais e ainda no atendimento aos cidadãos. As línguas africanas faladas em Angola e na Guiné Bissau não são línguas de ensino nem são utilizadas em espaços formais. São línguas de muita importância para as culturas e tradições. Lembrando que o português não é a língua mais falada nos dois contextos.

Nesta pesquisa entendemos por “línguas nacionais”, todas aquelas faladas num determinado território geopolítico, isto é, as línguas faladas numa nação. Nesta perspectiva, o português e as restantes línguas africanas faladas na Guiné-Bissau, por exemplo, são nacionais, pois são faladas pelos membros da nação guineense. Não importa o número de falantes, mas sim, importa o valor social e cultural que essas línguas carregam no contexto da comunidade.

O português na Guiné-Bissau é uma língua oficial. No entanto, essa oficialização não está escrita em forma de artigo na constituição da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Segundo Scantamburlo (2013, p.110) “...depois da Independência, em 1975, a língua portuguesa, para além de não ter conseguido um maior desenvolvimento no que diz respeito ao seu uso nos sectores da vida pública, tem perdido válidos difusores com a redução drástica de professores e cooperantes portugueses”. Desde o momento da colonização até a atualidade, o português não foi uma língua de muita utilidade para o povo guineense. Porém de acordo com Scantamburlo (2013, p.111) “o português é a língua mais prestigiada não devido ao aumento dos seus falantes, mas pelo estatuto de língua oficial, a única admitida nos documentos oficiais e no ensino, para além da sua função de língua internacional.”

Na qualidade de língua oficial, o português é língua da administração pública, do ensino e dos discursos políticos formais e as línguas locais, como o guineense são usadas nos espaços informais de comunicação. Conforme o inquérito de Benson (1994, 174), “o português falado na Guiné-Bissau apresenta cerca de 10% de falantes dessa língua”. Também, as pesquisas mais atuais demonstram que houve um aumento dos falantes do português que em menos de 10% e cerca de 13%, ressaltando que esses falantes falam também outras línguas (Augel, 2007; Couto e Embaló, 2010).

Por isso, é importante dizer que a variedade guineense do português é importante para o povo porque apresenta marcas das culturas e tradições do povo. Portanto, apesar da Guiné-Bissau ter a sua língua nacional (o guineense), o português tem o seu espaço e presença naquela sociedade e na cultura guineense. Uma vez que a língua é variável e consegue criar novas palavras e neologismos dentro dela a partir da sociedade, cultura, tempo, espaço e os falantes (Bally e Sechehaye, 2006).

No Português Guineense, conseguimos entender algumas dinâmicas vistas em todas línguas (que é algo natural que pode acontecer em todas as línguas), no caso de empréstimos do guineense e nas línguas autóctones e entre outras línguas para o português, por exemplo, nomes da gastronomia guineense (*futi, kuntangu di escalada, siga, caldo di mancarra, caldo di tchebem, Djambo e* entre outras unidades lexicais). O guineense (o crioulo), sendo uma língua

franca entre falantes de diferentes etnias tem ocupado um espaço importante na vida dos guineenses.

Trata-se de uma língua da cultura (música, poesia e ritos de passagem entre outros), língua de maior circulação nas grandes cidades, na mídia (rádio e televisão) e de identidade guineense construída desde a luta armada contra o colonialismo português. Lembrando que desde a luta armada, os guerrilheiros sempre usaram o guineense como língua de contato e de comunicação nos diferentes espaços de luta. A aceitabilidade do guineense se justifica pelo fato de não ser língua de nenhuma etnia. Infelizmente, o guineense é uma língua sem tradição escrita e nem é língua de ensino.

O contexto do português angolano é diferente do guineense, porque a primeira coisa que podemos afirmar é a presença dessa língua como oficial na constituição de Angola. Em conformidade com a Constituição (art.19º, 2010, p.9), “a língua oficial da República de Angola é o português”. Portanto, o português angolano é visto como uma língua com mais falantes no território angolano com cerca de 71,15 % de falantes angolanos (INEA, 2014), dizendo isso, independentemente do português, existem mais de 20 línguas autóctones de origem bantu. Segundo o Jimbi (2018) e Bernardo (2017) demonstram que o umbundu é a língua de origem africana mais falada em Angola (22%), seguida de Kikongo (8%), Kimbundu (7%), Chokwe (6%), Nhaneka e Ngangela (3%), Fiote, Kwanhama, Muhumbi (2%) e Luvale (1%).

O português angolano, está em contato com as diversas línguas africanas e nesse contato ocorre processos de empréstimos e estrangeirismos que enriquecem a variedade. As unidades lexicais que derivam das línguas nacionais em Angola são: “kota” (mais velho ou mais experiente), “kandengue” (criança), “mboa” (mulher ou namorada), “bué” (muito), “monami” (filho), “matacu” (cu) são amplamente utilizadas, inclusive em registros informais da escrita, como nas redes sociais. Esses termos mostram não apenas a vitalidade das línguas nacionais, mas também a forma como o português é angolanizado no dia-a-dia, especialmente entre os jovens dos bairros.

Essas interferências linguísticas não representam "erros" nem "desvios" em relação à gramática normativa do português, pois são manifestações linguísticas próprias da variedade e são legítimas, pois denunciam a diversidade e a variabilidade do português. A forma como o português é falado em Angola revela uma língua viva, em movimento, moldada por experiências históricas, sociais e culturais específicas.

Dessa forma, o português falado em Angola e Guiné-Bissau não são línguas reconfiguradas, que convivem com outras línguas africanas e delas se alimentam continuamente. O reconhecimento dessas especificidades é fundamental não apenas para os estudos linguísticos, mas também para o combate ao preconceito linguístico e à invisibilização das línguas e culturas africanas no espaço lusófono.

Sabendo que a LP possui um lugar prestigiado na sociedade é preciso que a educação tenha o cuidado de valorizar essas manifestações linguísticas. Quer dizer, a escola deve ensinar a gramática normativa, porém não pode ignorar as outras normas presentes na comunidade linguística. Desta forma, os professores precisam ficar atentos para que o preconceito não provoque desânimo entre os alunos. A Sociolinguística educacional defende uma Pedagogia cultural sensível (Bortoni-Ricardo, 2004), aquela pedagogia que respeita e tolera as variedades em sala de aula. As manifestações da variedade angolana e guineense do português merecem espaço importante nos livros escolares para que os alunos compreendam as diferenças que marcam as identidades dos falantes.

As interferências estarão sempre presentes onde houver contato linguístico, mas isso não pode promover espaço de manifestação do preconceito. Os processos da neologia estão presentes e estão previstos no sistema linguístico. Sendo assim, a vinda de palavras de outras línguas não empobrece a língua, mas sim torna a língua mais dinâmica e produtiva, o que é normal em todas as línguas naturais.

3.A violência verbal na sociedade: o recurso ao léxico como instrumento da manifestação do preconceito

A violência verbal, frequentemente naturalizada no discurso cotidiano, é um dos principais mecanismos de reprodução do preconceito na sociedade. O uso do léxico não apenas reflete estereótipos e discriminações, mas também contribui para a prorrogação das desigualdades sociais e simbólicas. Segundo Bourdieu (1989), a língua pode ser um instrumento de dominação, reforçando relações de poder por meio da imposição de categorias discursivas que inferiorizam determinados grupos sociais. Bagno (2007), reforça essa ideia argumentando que, “a lingua para além de seu papel comunicativo, funciona como um reflexo das estruturas sociais e, simultaneamente, como instrumento de reprodução das ideologias.”

Nessa perspectiva, o léxico entendido como o conjunto de palavras que compõem uma língua não é neutro, carregando marcas históricas, culturais, sociais e políticas. Assim, torna-se também um espaço de disputa simbólica, onde se materializam formas de violência, especialmente a violência verbal, que frequentemente está a serviço da manutenção de preconceitos estruturais. No âmbito da violência verbal, o preconceito linguístico, o racismo, a xenofobia, o sexismo e a LGBTfobia são frequentemente atualizados e reforçados por meio das escolhas lexicais. Por exemplo: a palavra “bicha” não significa “fila” no PB. Significa “gay”. Já o “gay” em Angola é conhecido como “panina” ou “naina” e na Guiné-Bissau é conhecido como “marica”. Essas unidades lexicais confirmam a ideia de que a palavra pode carregar elementos pejorativos e de preconceito com vista a promover o ódio e a exclusão social. Por isso, as palavras podem ser perigosas, quando estimulam o ódio e o preconceito.

A nossa sociedade criou palavras para criticar, ofender e classificar as mulheres: vaca, vaconeta, vadia, mulher da vida entre outras que visam prejulgar e inferiorizar a mulher. Sendo assim, é importante compreender como essas palavras são usadas para fomentar o preconceito, provocando as desigualdades que tanto se luta para que diminuem.

Como observa Bagno (2007), a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um mecanismo de controle social, sendo constantemente utilizada para reforçar hierarquias e desigualdades. Nesse sentido, quando um grupo social é associado a determinados adjetivos, metáforas ou expressões de caráter pejorativo, há uma tentativa de naturalizar a sua posição subalternizada na ordem social.

A violência verbal não se dá apenas na utilização direta de xingamentos ou ofensas, mas também na reprodução cotidiana de discursos que parecem inofensivos, mas que carregam preconceitos arraigados. A linguista e feminista Deborah Cameron (2003) destaca que a linguagem sexista, por exemplo, não se resume a insultos explícitos, mas também a práticas discursivas que invisibilizam, objetificam ou inferiorizam mulheres. O mesmo pode ser observado nas práticas racistas, em que o uso de certos termos ou expressões reforça a desumanização de pessoas negras, como analisa Munanga (2004), ao

discutir “como o racismo linguístico atua na consolidação de imaginários sociais racistas.”

Portanto, é possível afirmar que a violência verbal, quando articulada ao léxico, não é um fenômeno isolado, mas está profundamente enraizada nos processos históricos de construção das desigualdades sociais. O uso de palavras, expressões ou construções linguísticas que carregam preconceito não apenas ofende, mas também reforça e perpetua sistemas de opressão. Nesse contexto, refletir criticamente sobre o uso da linguagem e seus efeitos é uma tarefa urgente, sobretudo em sociedades marcadas por profundas assimetrias sociais, raciais, de gênero e de classe.

3.1.Direitos da mulher em Angola e na Guiné-Bissau

O Direito das mulheres em Angola é garantido por um arcabouço legal relativamente moderno, mas ainda enfrenta desafios significativos na prática. A Constituição da República de Angola, aprovada em 2010, estabelece a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. O artigo 23º proíbe todas as formas de discriminação, e o artigo 26º reconhece os direitos humanos como fundamento do Estado. De acordo com a Constituição, “a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, civil, cultural, econômica e social.” (Constituição da República de Angola, 2010, Artigo 21.º, alínea f.).

Muitas são as leis em Angola que asseguram os direitos das mulheres, mas por vivermos em um mundo machista, acabamo-nos deparando com vários desafios para conseguirmos alcançar tais leis. Diante dessa observação é inerente afirmar que essa luta das mulheres angolanas tem sofrido muito com essa falta de comprometimento dos homens e do próprio Estado. Além disso, o artigo 23º da mesma *Constituição* ressalta o princípio da igualdade destacando a seguinte lei:

> Todos são iguais perante a Constituição e a lei. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, idioma, origem, território de origem, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, condição económica ou social (CRA, 2010).

Essas citações comprovam o compromisso legal de Angola com a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. A cota mínima de 30% para mulheres nas listas eleitorais tem impulsionado a representação, mas ainda não garante igualdade total (INE, 2011). Apesar dos avanços legais, os desafios persistentes em Angola ainda são visíveis e muitos desses obstáculos incluem: Violência de gênero continua elevada, especialmente violência doméstica, desigualdade no acesso à educação e à saúde, principalmente em áreas rurais, casamentos precoces e gravidez na adolescência são comuns e a sub-representação em cargos de liderança econômica e política.

A Guiné-Bissau é um país que tem a sua constituição com as leis que protegem os direitos humanos, justiça, transparência e respeito a diversidade religiosa cultural do povo guineense. Principalmente, no que tange aos direitos humanos e proteção das mulheres e crianças. De acordo com a carta magna da Guiné-Bissau, no seu Art. 24° assegura que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres,

sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica".

No Art. 25° pontua-se que "o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural", infelizmente, essas leis não são implementadas para resguardar o respeito e a dignidade das mulheres guineenses. Entretanto, o país assinou vários protocolos das organizações internacionais que pautam pelos direitos humanos, como, Organização das Nações Unidas (ONU), Comunidade Económica dos estados da África Ocidental (CEDEAO) e entre outras organizações que pauta pela democracia e proteção de direitos humanos, de que vão proteger essas leis e as pessoas que são vítimas dessa situação. Segundo LGDH (2023, p.69), afirmou que:

> A Guiné-Bissau assumiu vários compromissos no âmbito da ONU e da União Africana que obrigam o País a adotar medidas legislativas, programáticas e financeiras para a efetivação da igualdade de género. A igualdade entre mulheres e homens é, aliás, formalmente um princípio fundamental da Constituição guineense e uma das tarefas fundamentais do Estado, que deve não só garantir o direito à igualdade como também assumir a sua promoção.

Em consequência desta citação, o Estado guineense não cumpre com os próprios compromissos assumidos junto dos parceiros internacionais. Há uma desigualdade dentro da sociedade guineense, no qual as mulheres têm poucas oportunidades em diferentes aspectos sociais e humanas. Entre os aspectos que podemos notar, é que não existe políticas públicas e sustentável para empoderamento das mulheres, principalmente, na fase de adolescência de uma jovem. Então, isso é uma das responsabilidades do Estado guineense agregar certas políticas públicas voltadas às nossas mulheres e nas suas formações para que não possam ser submissas à sociedade que se tornou machista ou que reproduz o machismo.

Portanto, a LGDH (2023, p.69), constatou que "as desigualdades de género são generalizadas, com enormes repercussões na educação das meninas e no casamento infantil, nas capacidades de participação das mulheres no mercado de trabalho e no bem-estar dos seus filhos". Por isso, queremos demonstrar que o Estado tem que tomar o engajamento de criar algumas políticas de campanhas de sensibilização da sociedade guineense a nível nacional, para entendermos os direitos das mulheres e as leis que as protejam, porque essa mesma sociedade sofreu a tortura e punição em 500 anos dos opressores machistas, que desde princípio mostraram o machismo para o nosso povo. Então, o que acontece na sociedade guineense é a reprodução do machismo, que foi enraizado na mente dos guineenses desde a nossa ancestralidade.

A violência contra mulheres na Guiné-Bissau é um caso lastimável e que não se pode calar, porque são as vítimas que estão sendo destruídas os seus sonhos e o desenvolvimento emocional e social nesse território. "Muitas meninas são casadas ou têm filhos antes dos 18 anos, ou seja, antes de poderem estar física e emocionalmente preparadas para se tornarem esposas e mães" (LGDH, 2023, p.70). Isso é crime e a pedofilia que está se normalizando nesse espaço, infelizmente.

Atualmente, o povo guineense entrou numa outra senda, que é usar as redes sociais como uma das ferramentas para atingir e violar os direitos das

mulheres guineenses, no qual são proferidas insultos, ameaças à morte, difamação e calúnia contra a integridade de uma mulher. Já assistimos vários ativistas partidários a colocarem as imagens de mulheres guineenses e denegrir a personalidade dessas pessoas. Então, tudo isso tem a ver com a dinâmica do Estado guineense em criar as leis sobre o uso das redes sociais na Guiné-Bissau e fazer funcionar mesmo para os desobedientes e desorientados da internet. Dar uma análise geral aqui entre os dois países.

4.Metodologia

A identificação do léxico violento contra mulheres nas redes sociais em Angola e na Guiné-Bissau foi realizada a partir de uma análise linguístico-discursiva orientada pela perspectiva interseccional proposta por Gonzalez (2020). Essa abordagem considera que a linguagem é atravessada por relações de poder que articulam gênero, raça e colonialidade, sendo o léxico um meio concreto de reprodução dessas dinâmicas. Desse modo, a análise não se limita ao exame formal das palavras e expressões, mas busca compreender os sentidos socioculturais e históricos que fundamentam o uso dessas unidades lexicais no ambiente digital.

Para coleta de dados utilizados três redes sociais, nomeadamente *Facebook* e *Tiktok*. A escolha dessas redes sociais se justifica pelo fato de ser as mais utilizadas, espaços em que as pessoas trocam ideias, conversas e outras parcerias comunicacionais, o que constitui um espaço adequado para a ocorrência de preconceito linguístico contra a mulher. A escolha de dois países se justifica pelo fato de ser países lusófonos, que usam a língua portuguesa e que possuem traços socioculturais próximos. Espera-se que se possa comparar as duas realidades linguísticas para além de compreender como os fenômenos linguísticos ocorrem nos dois países. Os dados coletados nesta pesquisa permitem observar como PA e PG se caracterizam cada nos seus espaços geográficos.

Para as análises não determinamos qual língua deverá ser alvo para as análises de preconceito contra a mulher. Serão analisadas conversas em línguas faladas na GB e em Angola. Será possível observar qual é o léxico está presente nesse preconceito e se, as ofensas são feitas por homens ou mulheres, se são em línguas locais ou são em língua oficial.

Redes sociais são plataformas digitais que permitem a interação, comunicação e compartilhamento de informações entre os usuários, facilitando a conexão e o relacionamento em ambientes virtuais. As redes sociais nos possibilitam a permuta de imagens, vídeos, documentos e outros conteúdos, permitindo a interação de contacto em tempo real ou assíncrono.

Quando, por exemplo, um jovem angolano escreve nas redes sociais: “essa dama só quer raba e fama”, essa pessoa está a empregar uma forma lexical reconhecida regionalmente (dama, raba) para comunicar uma prudência, sexista e violento. O mesmo acontece com outras expressões como “essa nunca vai ser civilizada” ou “puta fresca”, que acaba unindo regionalismo com insultos universais.

Quadro 1: Dados da Guiné-Bissau

Rede social	Língua do texto extraído	Léxico do preconceito exemplos	Quem proferiu preconceito ?	Data da seleção	

	da rede social		H=Homem/ M=Mulher		
Facebook	Guineense	“[...] i ***bindidur di kuno*** na Baiana (prostituta)”.	H	01/07/23	1
Facebook	Guineense	“[...] i ***Ingrato di merda*** .	H	01/07/23	2
Facebook	Guineense	“[...] Aboh i um ***pateta***”	H	01/07/23	3
Facebook	Guineense	“[...] Aboh i um ***palhaço***”	H	01/07/23	4
Facebook	Guineense	“[...] Aboh bu ***estúpida***”	H	01/07/23	5
Facebook	Guineense	“[...] I um ***burra***”	H	01/07/23	6
Facebook	Guineense	“[...] Aboh ***puta ku puta***”	H	01/07/23	7
Facebook	Guineense	“[...] I um ***bandida***”	H	01/07/23	8
Facebook	Guineense	“[...] I um ***baradju bedju***”	H	01/07/23	9
Facebook	Guineense	“[...] El i ***fassi bu pistan***”	H	01/07/23	10
Tik tok	Guineense	“[...] u ***burra*** nam, bai escola”.	M	28/12/24	1
Tik tok	Guineense	“[...] bai ***sinta na cartera***”.	M	28/12/24	2
Tik tok	Guineense	“[...] ***ka tene moral*** di responsabilidade”.	H	29/08/24	3
Tik tok	Guineense	“[...] tok si ***pintinho*** konkonhi na tchon”.	H	29/08/24	4
Tik tok	Guineense	“[..] pabia des ***gintia***”.	H	11/08/24	5
Tik tok	Guineense	“[...] bu ***analfabeta***, ***buka tene escola***”.	H	11/08/24	6
Tik tok	Guineense	“[...] assim ku ***bandidas*** ta panhadu”.	M	07/10/24	7
Tik tok	Guineense	“[...] ***muntrus*** kuma fulano”.	M	07/10/24	8
Tik tok	Guineense	“[...] Nha ***pé na mitil dentro u cadera***”.	M	19/03/24	9
Tik tok	Guineense	“[...] ***Nada kasta na bu cabeça***”.	M	19/03/24	10

Quadro 2: Dados coletados em Angola

Rede social	Língua do texto extraído da rede social	Léxico do preconceito exemplos	Quem proferiu preconceito? H=Homem/ M=Mulher	Data da seleção	
Facebook	Português	“[...] Lugar da mulher é na cozinha, vai lavar pratos.’’	H	29/05/2025	1
Facebook	Português	“[...] Essa ***filha da Eva*** não presta.’’	H	20/02/2021	2
Facebook	Português	“[...] Essa é ***da esquina***.’’	M	30/04/2025	3
Facebook	Português	“[...] A própria ***sem vergonha***’’	H	31/04/2025	4
Facebook	Português	“[...] **Tábua**.’’	H	23/06/2025	5
Facebook	Português	“[...] Essa ***gaja*** já não muda.’’	M	31/04/2025	6
Facebook	Português	“[...]Você é ***doente, dás pena***.’’	M	31/04/2025	7
Facebook	Português	“[...] Mulheres só nos ***borram.***’’	M	31/04/2025	8
Facebook	Português	“[...] Rabo dela tem ***pouca carne***, tipo ***franguité*** de dois mil.’’	H	23/06/2025	9
Facebook	Português	“[...] ***Maria homem.***’’	H	23/06/2025	10
Tiktok	Português	“[...] A mulher que dubla este som é do ***game***.’’	H	05/12/2025	1
Tiktok	Português	“[...] ***Bandida gospel.***’’	M	13/04/2024	2
Tiktok	Português	“[...] Ela também é do ***game***, se faz de boa moça.’’	M	26/04/2024	3
Tiktok	Português	“[...] São do ***game*** sim, deixa lá disso pá.’’	H	20/01/2023	4
Tiktok	Português	“[...] ***Nick Minaj*** angolana.’’	M	21/11/2024	5
Tiktok	Português	“[...] Ela é ***bandida.***’’	H	14/04/2025	6

Tiktok	Português	"[...] ***Prostituta da CPLP.''***	H	20/02/2021	7
Tiktok	Português	"[...] Essas são ***bandidas***, não é da agora.''	M	04/02/2024	8
Tiktok	Português	"[...] Há ***mulheres que dão vergonha, ya.''***	H	15/10/2025	9
Tiktok	Português	"[...] ***Quengas gospel... essas vacas são treinadas.''***	H	21/11/2024	10

Fonte: Dados da pesquisa

5.Identificação do léxico violento contra mulheres nas redes sociais

Angola

Para identificarmos o léxico de violência contra mulheres nas redes sociais de Angola, é preciso, antes, observarmos as necessidades das diversas formas linguísticas que reproduzem o machismo, misoginia, sexismo, violência simbólica e verbal e o racismo. Com isto, percebemos que esses elementos do léxico, se manifestam de vários modos, como por exemplo em comentários, memes, postagens, vídeos e discussões públicas.

Diante desta problemática, se faz necessário apresentar-vos uma estrutura de levantamentos de dados, com base em pesquisas sociolinguística, análise do discurso e estudo sobre linguagem e violência verbal. Para isso, o léxico de violência as mulheres nas redes sociais se classificam em categorias que nos ajudam a compreender diferentes tipos de ataques verbais.

Primeiramente, falamos do léxico sexista e misógino, onde nos é apresentada palavras ou expressões que inferiorizam, desvalorizam e desumanizam as mulheres com base no género. Exemplos comuns incluem frases como:
Mulher não presta, Lugar da Mulher é na cozinha, Mulheres não podem se meter nos assuntos dos homens, Mulher é tipo fogão, tem bué de boca, Mulher não tem cabeça para negócios, Mulher é pai grande, Essa já não muda, Ela nunca vai mudar,, Essas filhas da Eva não prestam,...etc.

Além disso, há o léxico hipersexualizador, que reduz a mulher ao corpo e à sexualidade, tratando-a apenas como objeto de desejo ou consumo. Tais frases incluem *Cota da raba grande, Só serve para abrir as pernas, Vou meter essa gaja na linha, Puta das carnes, Puta disfarçada de dona de casa, Essa é da esquina, Filha da Eva, Por causa da raba, ela quer likes, Essa gaja não dá trabalho...etc.*

Por outro lado, há ainda outro tipo de violência contra mulheres nas redes sociais de Angola que é muito presente no quotidiano que é o léxico de Controle e Silenciamento, que predominantemente buscam intimidar, calar ou disciplinar mulheres que expressam suas próprias opiniões ou se posicionam mediante a uma situação ou discussão. Frases como Mulher que fala muito leva bofa ou chapa, Tu és mulher, cala a boca! Fala muito, por isso apanha, É por isso que estás sozinha, ninguém te aguenta, Se continuares assim, vais ficar pra titia, Mulher casada não piocota à toa no telefone,...etc. Essas expressões ilustram formas de violência verbal.

O léxico de ofensa moral e desqualificação também é muito presente, por isso, o interesse em destacá-los aqui. São formas de expressões que atacam a

honra, imagem e dignidade feminina por meio de palavras ofensivas como *Putanheira, Puta, Yabará, Fácil, Mulher da rua, Dama da esquina, Do game, Gestora, Kwarra, Tchabú, Dez frutas, Unicef, Operativa, Carro de bolo, Às de pada, vadia, vagaba e sem futuro, além de acusações depreciativas do tipo Só quer dinheiro, Interesseira, Assanhada, e Não se dá valor, À própria sem vergonha, Essa nunca vai ser civilizada, Mulheres só nos borram,...etc.*

Por fim, verificamos também, o léxico de Violência Psicológica e Ameaça que é um fator que envolve discursos que vão além da ofensa e apresentam ameaças diretas, humilhações e incitação à violência física contra as mulheres. Essas expressões apresentam-se como *Vou te dar uma chapada para aprenderes bem*, *Se fosse minha mulher, já ia estar na linha, Merece uma surra para aprender a ser mulher, Por isso que ninguém te quer,..etc.* Acabamos de verificar que essas formas diversas de léxico violento contra as mulheres em angola, recorre de expressões violentas e pejorativas direcionadas às mulheres nas redes sociais angolanas revela a presença de um léxico que transcende o âmbito da ofensa individual, funcionando como um mecanismo de manutenção das desigualdades estruturais.

Conforme apontado por Gonzalez (2020), a linguagem carrega traços de uma cultura marcada pelo racismo, sexismo e colonialidade. Assim, o léxico identificado reflete processos históricos que subalternizam o feminino, atualizando essas opressões no contexto contemporâneo das interações digitais. Essas expressões violentas, portanto, não são meros incidentes isolados, mas manifestações linguísticas de um sistema de dominação que permanece ativo na cultura angolana.

Guiné-Bissau

As redes sociais na Guiné-Bissau são uma das ferramentas mais usadas pelo povo guineense nos últimos anos. A tecnologia digital e a inovação são os fenómenos que duraram tempos para se desenvolverem nesse país e até hoje está nesse processo de progressão. Os primeiros telefones fixos chegaram à Guiné-Bissau na década 1990, depois da independência, e após a entronização da democracia na Guiné-Bissau, na década de 2000, a Guiné-Bissau começou a usar os telemóveis no país. Neste período, o povo não tinha um acesso ou conhecimento tão evoluído e sutil com o manuseamento desta máquina, também a rede das empresas de telecomunicação, assim como a internet do país não era estável como nos dias de hoje.

De acordo Jaquité (2015), “o fluxo de emigração dos guineenses para o exterior do país e a classe elitizada (os empresários) contribuíram bastante na difusão das mídias digitais no território guineense”. Isso é uma das características importantes para o desenvolvimento da tecnologia e mídias na Guiné-Bissau. Para Uali (2023, p.2):

> O golpe de Estado de 2012 e a queda do governo do Partido Africano da Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Domingos Simões Pereira, em 2015, foram marcos importantes para o engajamento dos guineenses nas redes sociais. Por outro lado, o crescimento da comunidade nas redes sociais foi influenciado pela perseguição e cerceamento dos órgãos de comunicação social, que começou desde períodos coloniais até abertura democrática em 1991.

Com base nesse conjunto de informações, podemos chegar a uma das hipóteses deste autor. O legado histórico das perseguições políticas e instabilidades políticas influenciaram o engajamento dos cidadãos nas redes sociais, usando esse espaço para se expressar livremente e pressionar o estado (Uali, 2023, p.2)

Tudo na altura, não era realizado majoritariamente na internet, mídias e outras ferramentas digitais, pois as pessoas que tinham esses aparelhos eram os políticos e as pessoas que compõem a grandes cargos na administração do país. Essa cultura de mandar a carta, era predominante. Portanto, não havia muito problemas nas redes sociais, porque não era um ambiente que aglomerava muitos guineenses e que conseguiam manejar e ter as condições de sustentar financeiramente esses aparelhos. Segundo Uali (2023, p.12):

> [...] a chegada de novos dispositivos digitais, nomeadamente smartphones e novas redes de telecomunicação, em 2004. Este período foi marco da revolução tecnológica no país, foi a partir dela que os pobres conseguiram ter acesso a dispositivos eletrônicos e começaram a utilizar o serviço de redes móveis. Com a chegada do MTN, em 2006, e Orange, em 2007, a empresa estatal perdeu o monopólio no mercado nacional e entrou em falência.

Por isso, nos meados de 2010, houve um avanço significativo em termos de aderência do uso de telemóveis na capital Bissau e depois continuou no interior do país, porém com tanta dificuldade de acessar a rede e a internet. Naquela altura, eram os mais velhos que usavam ou tinham condição de usar os telemóveis, até porque o preço era muito alto para comprar (se trata dos primeiros anos do século XXI).

Desde os guineenses conseguiram dar um avanço muito significativo nas redes sociais, no caso de *Facebook, Twitter, Instagram e TikTok*. Isso aconteceu, devido ao valor de compra dos telemóveis no país e ao fácil acesso da internet, que antes era muito difícil. Vimos que, os guineenses passaram a se acostumar às redes sociais no qual se resolviam tudo. As redes sociais tinham grande relevância para a comunidade altura, porque servia de se interligar com os familiares que estão longe da família.

Porém, a nova dinâmica vista na sociedade guineense é muito lamentável, os problemas sociais, familiares e políticos passaram a ser resolvidas na internet através de insultos, difamação, calúnia e agressão moral aos conterrâneos guineenses, em especial as mulheres. Os aplicativos mais usados para agressão dos guineenses são o *Facebook* e *TikTok*. Esses são os aplicativos que os ativistas políticos usam para denegrir as imagens das mulheres que têm a opinião contrária deles, no qual o problema de uma pessoa acaba afetando toda família, principalmente as mães guineenses. No contexto atual podemos dividir a violência contra mulheres em duas partes: os comportamentos dos ativistas políticos no facebook e tiktok contra as mulheres guineenses, e a estigmatização e estereótipos contra mulheres pelos cidadãos guineenses no país, assim como na diáspora.

Ultimamente, a Guiné-Bissau tem vivido momentos muito críticos nas redes sociais, no qual a questão política nos torna sensíveis e delicados de se opinar, principalmente, as mulheres que quando dão as suas opiniões, se tornam alvos dos ativistas políticos. As mulheres ativistas guineenses não podem congratular ou concordar com alguns políticos, isso é o objeto de serem criticadas, difamações, calúnias, insultos e entre outros elementos indecentes

por alguns ativistas de partidos opostos. A exemplo disso são as frases abaixo: *Elsa Benício Bindidur di kuno na Baiana (prostituta). Elsa i puta alegre. Elsa i Filha di puta. Elsa Benício Ingrato di merda. Elsa, abo, um Pateta de boh. Um palhaço, abo u pudi koba nha mindjer? Bu estúpida abo. Elsa i um burra. Elsa puta ki puta, disa, bai punta na brisa de mar. Elsa i um Bandida. Elsa i Baradju bedju. Elsa tene ovo na oredja. Elsa i fassi bu pistan.* Portanto, o facebook e tik-tok são uma das mídias utilizadas pelos ativistas guineenses para estigmatizar e denegrir as imagens e integridades das mulheres da Guiné-Bissau.

Por outro lado, a maioria dos cidadãos guineenses têm as redes sociais como se fosse um tribunal para resolver os conflitos que acontecem nas vivências dos guineenses. E isso muitas vezes não resulta num bom senso entre partes e acaba terminando em insultos, brigas e nas atitudes que não ajuda a “ *mindjerndadi*’ guineense.

Considerações finais

A pesquisa evidencia que a linguagem não é neutra, sendo espaço de disputas simbólicas que refletem estruturas sociais excludentes. Ao analisar o léxico violento contra mulheres nas redes, o estudo propõe uma crítica profunda ao preconceito linguístico e chama atenção para a necessidade de uma pedagogia culturalmente sensível e de políticas públicas que valorizem as variedades locais do português. A valorização da diversidade linguística e do respeito de gênero é crucial para construir sociedades mais justas e inclusivas.

Entre os dois países, é notável que existe uma diferença no uso das línguas nas redes sociais, no caso os angolanos usam mais português da sua variedade e os guineenses falam mais o guineense. A partir dos resultados, concluímos que é urgente a implementação de novas leis que regulamentam o uso das redes sociais, especialmente para os angolanos e guineense, porque em dois contextos, constatámos que são os meios mais usados para difamar, caluniar e denegrir as imagens das pessoas. Obviamente, ferramentas que são usadas para efetivar o machismo, sexismo, estereótipos e misoginia. Portanto, as redes sociais precisam ser criadas mais políticas de seguranças e privacidades para que a sociedade tenha uma saúde mental digna e agradável no uso das ferramentas que nos conecta no mundo atual.

Referências

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (Org.) Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 51. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* 19. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

ANGOLA**.** *Constituição da República de Angola.* Aprovada pela Lei n.º 1/10, de 3 de fevereiro de 2010. Diário da República, I Série, n.º 19, de 5 de fevereiro de 2010.

COELHO, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística.* São Paulo: Contexto, 2015.

TIMBANE, A.A.; REZENDE, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias.* Vol.10, n.3, 28.ed. 2016.

AUGEL, M. P. *O desafio do escombro.* Nação, identidade e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau. Garamond, 2007.

BENSON, C. J. *Teaching beginning literacy in the " Mother tongue":* a study of the experimental Crioulo/Portuguese primary Project in Guiné-Bissau. 1994. Tese (Doutorado), California, 1994.
COUTO, H. H. do. *Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP.* Thesaurus, 2010.
GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau.* Aprovada em 27 de Novembro de 1996. Promulgada a 4 de Dezembro de 1996. Guiné-Bissau, 1996.
INE. Instituto Nacional de Estatística de Angola. *Recenseamento Geral da população e habitação-2014.* Angola, 2014
https://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/
JAQUITÉ, A. D. *Determinantes da utilização de serviços de comunicações móveis na Guiné-Bissau***:** um estudo empírico aplicado ao mercado de internet móvel. Dissertação (Mestrado em Marketing e Comunicação) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Oliveira do Hospital, 2015.
JIMBI, B. A reflection on the Umbundu corpus planning for the Angola education system: towards the harmonization of the Catholic and the Protestant orthographies. *Actas do XIII Congreso Internacional de Lingüística Geral.* Vigo, 2018 p. 475-482.
BERNARDO, E. P. J. *Norma e variação linguística:* implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. Lisboa, 2017.
LIGA DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2020-2022*. LGDH, dezembro 2023. Guiné-Bissau, 2023.
SCANTAMBURLO, L. *O léxico do crioulo guineense e as suas relações com português:* ensino bilíngue português- crioulo guineense. 2013. 371 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
TIKTOK, https://www.tiktok.com/@bifguigui?_t=ZM-8y4jQWzfeek&_r=1. , esse conteúdo foi acesso última vez no dia 26 de junho.
TIKTOK, https://www.tiktok.com/@ratchacaderas?_t=ZM-8y4janZjqT7&_r=1. Esse conteúdo foi acesso última vez no dia 26 de junho
FACEBOOK, https://www.facebook.com/fulo.so.9/videos/214430588222305. Esse conteúdo foi acesso última vez no dia 07 de junho de 2025.
UALI, D. *O uso político das mídias digitais na Guiné-Bissau:* o facebook nas eleições presidenciais de 2019. TCC (Trabalho de conclusão de curso). São Francisco do Conde, 2023.

CAPÍTULO 9

Regência verbal no português culto de Angola: tendência para apagamento e substituição de preposições

Paulino Soma Adriano

Introdução

Neste capítulo são apresentados os resultados dos testes de correção e os de reconhecimento de preposições intrusas a que foram submetidos professores de Língua Portuguesa no contexto de Angola. Procura-se observar se os informantes reconhecem e corrigem as ocorrências de casos de (i) transitividade direta de alguns verbos que selecionam, na norma padrão, um Grupo Preposicional (GP) (cf.: **agradeceu o transeunte*); (ii) transitividade indireta para verbos que ocorrem em contextos em que, na norma padrão, não selecionam GP (cf.: **abraçou aos alunos/ *mostrou de que tem, o domínio da matéria*); (iii) substituição de GP encabeçado pelas preposições *a* por GP encabeçado pela preposição *em* (cf.: **chegar em casa*); inserção da preposição a em estruturas com o auxiliar costumar (**costuma a entrar em conflito*).

O capítulo tem como objetivo dar conta da variação do português culto de Angola relativamente à regência verbal e, consequentemente, analisar as dificuldades que os professores angolanos podem ter em "julgar" os textos conforme o padrão europeu que lhes serve de referência para o ensino. Tem, essencialmente, como base teórica um estudo anterior de Adriano (2015).

1.Metodologia

Analisa-se, nesta seção, a possibilidade de queda da preposição *a* em relação a alguns verbos que a selecionam. Para o efeito, aplicaram-se testes de produção escrita induzida a professores de Língua Portuguesa no contexto angolano, divididos em três grupos: (i) os que ainda frequentam o bacharelato, (ii) os que já são bacharéis e (iii) os licenciados. Nos referidos testes, solicitou-se aos informantes as seguintes tarefas descritas nos grupos i e ii: que preenchessem os espaços vagos das seguintes frases do grupo i e do grupo ii:

Grupo i: solicitou-se aos informantes (professores de Língua Portuguesa) que preenchessem os espaços vagos das frases que se seguem:

(1) Toda a família chega __ casa às 18h00.
(2) Os adeptos assistiram __ um jogo de futebol.
(3) O nosso colega acedeu __ um outro cargo.
(4) Os Angolanos acorreram __ voto no dia 31 de Agosto de 2012.
(5) Se fores __ Benguela, diz-me como está lá o tempo.
(6) O mendigo agradeceu __ transeunte.
(7) Ele não respondeu __ o inquérito.
(8) O diretor geral presidiu __ um encontro.
(9) O diretor geral apelou __ uma negociação entre os parceiros.
(10) Todos têm a obrigação de obedecer __ um regulamento.
(11) Ele não chegou __ fazer um exame.
(12) A comissão procede __ inquérito.
(13) Muitos adeptos aderiram __ uma outra seleção.
(14) A filha dirigiu o pai __ uma assembleia de voto.

Grupo ii: solicitou-se aos informantes que riscassem a preposição inadequada nas seguintes frases:

(1)*O professor abraçou **a**os alunos.
(2)*Ninguém conseguiu **de** falar com ele.
(3)*Os jovens aprenderam **de** que a vida não é feita de drogas.
(4)*É possível aferir **de** que tudo está em ordem.
(5)*O povo não aceitou **de** eleger um novo ministro.
(6)*O professor mostrou **de** que tem o domínio da matéria.
(7)*Ele costuma **a** entrar em conflito com os colegas.
(8)É preciso lembrar-se **de** que o homem é mortal.

Como se pode notar, a frase em (8) está em conformidade com a norma padrão europeia. Figura neste grupo apenas para observar se os professores a eliminariam, sendo que é frequente a referida construção ocorrer, em Angola, com a elipse da preposição *de*.
Todos os desvios que as frases apresentam nos grupos i e ii foram antes confirmados, por inquérito, como sendo frequentes no discurso oral e escrito de angolanos.

2.A variação do português em Angola

Como é do conhecimento geral, o português é levado a Angola por meio da colonização portuguesa, cujos contatos tiveram início em 1482, estabelecendo-se uma aliança entre o reino do Congo e os Portugueses. Os colonialistas levaram consigo a língua, a cultura e a religião. Das três, porém, a mais importante foi a língua, que serviu de intérprete e companheira permanente aos outros dois e, nessa época, assumia a função de companheira do império (Cristóvão, 2008, p.49).

A difusão da língua portuguesa era uma estratégia importante no processo de colonização e de aculturação dos indígenas. Por exemplo, no Brasil, quando, entre 1757 e 1758, Marquês de Pombal percebeu que a "língua geral" dos índios, o tupi-guarani, tinha vencido o português em termos de quantidade de falantes, tomou medidas drásticas, proibindo o seu ensino e obrigando ao ensino do português em todo o território brasileiro, com a consequente expulsão dos jesuítas que a falavam e ensinavam nos seus colégios.

Em 1975 deu-se a Independência de Angola, e de Angola se retiram os colonialistas, mas fica a língua portuguesa, que se traduziu também numa arma usada pelos Angolanos, poetas, políticos e povo, para reivindicar os seus direitos e conquistar a sua Independência. A importância da língua portuguesa foi imediatamente reconhecida como fator de unidade nacional, num País caraterizado por uma situação sociocultural complexa, com múltiplas culturas e múltiplas línguas que se poderiam constituir num terreno fértil para divisionismos. Por outras palavras, a língua portuguesa foi um componente fundamental do tecido unificador da pluralidade étnica e cultural que caracteriza o país.

A língua portuguesa, em Angola, continua a gozar do estatuto de língua oficial (Art. 19º), cujo processo de adopção foi comum à grande maioria dos países africanos. Contudo, o facto que se pode considerar incomum prende-se com a célere expansão do português entre a população angolana, a ponto de haver uma considerável parcela da população que a tem como sua única língua. Por outro lado, dada a descontinuidade geográfica entre Portugal e Angola,

tendo, também, em conta a realidade sociolinguística do país, caraterizada como multilíngue, entre outros fatores, está a surgir uma variedade própria que já começa a ser designada de "português angolano". Segundo Miguel

> Poucos são os angolanos que conseguem atingir o "ideal" linguístico, isto é, falar e escrever exactamente como prescreve a norma europeia: alguns escritores, alguns professores de língua e pouco mais. É fácil encontrar, em sectores de referência linguística como a comunicação social, professores universitários, classe dirigente, usos da língua que se apartam do padrão europeu (Miguel, 2008, p. 45).

Cabral reforça o ponto de vista de Miguel, considerando que têm sido frequentes os depoimentos de professores a manifestarem a sua dificuldade em conduzir uma aula inteira na variedade europeia, ou seja, alguns professores são bidialetais: dispõem de uma competência linguística próxima da dos falantes nativos do Português Europeu e, para se aproximarem dos alunos, praticam também a variedade falada por estes (Cabral, 2005).

De facto, mesmo em situações formais de comunicação em que os professores não se dirigem aos seus alunos, há uma tendência considerável de, em determinadas circunstâncias discursivas, se apagar a variedade próxima do padrão europeu e esta ser sobreposta pela variedade local. Por outro lado, nem sempre a causa que se coloca no caso de se não atingir o padrão europeu do português se prende, explicitamente, com a falta de domínio do referido padrão. Muitas vezes, é a força do contexto que faz com que as variantes do português que emergem de Angola se sobreponham ao português padrão europeu.

Já levam algum tempo os primeiros estudos sobre a variedade do português de Angola, dando conta das suas particularidades, aquelas que a diferenciam da variedade europeia (cf. Marques, 1983; Barros, 2002; Mingas, 2002). Muitas das marcas descritas por estas autoras ocorriam no registo oral/popular. As causas sugeridas prendem-se essencialmente com as condições do seu ensino, a aquisição deficiente do português, a fossilização dos "erros", a ausência do código escrito e a exclusão da vida pública, mas também o contato ou cruzamento das línguas, fenómeno que desencadeia interferências linguísticas.

3.Tendência para apagamento e substituição de preposições – análise e tratamento dos resultados

Nesta seção procede-se à apresentação e análise dos resultados decorrentes dos testes aplicados. São igualmente apresentados dados quantitativos no sentido de observar a frequência dos casos em análise. Para o efeito, e por razões de espaço, o grupo (i) é tratado de forma mais resumida e o grupo (ii) apresentará mais pormenores, isto é, a apresentação dos dados por grau académico (começando pelos resultados dos professores que frequentam o bacharelato, depois pelos que são bacharéis e, finalmente, pelos licenciados).

Grupo i: teste de preenchimento dos espaços vagos

Conforme já exposto na descrição da metodologia, neste grupo solicitou-se aos professores de Língua Portuguesa que preenchessem os seguintes espaços vagos:

(1) Toda a família chega __ casa às 18h00.
(2) Os adeptos assistiram __ um jogo de futebol.

(3) O nosso colega acedeu __ um outro cargo.
(4) Os Angolanos acorreram __ voto no dia 31 de Agosto de 2012.
(5) Se fores __ Benguela, diz-me como está lá o tempo.
(6) O mendigo agradeceu __ transeunte.
(7) Ele não respondeu __ o inquérito.
(8) O diretor geral presidiu __ um encontro.
(9) O diretor geral apelou __ uma negociação entre os parceiros.
(10) Todos têm a obrigação de obedecer __ um regulamento.
(11) Ele não chegou __ fazer um exame.
(12) A comissão procede __ inquérito.
(13) Muitos adeptos aderiram __ uma outra seleção.
(14) A filha dirigiu o pai __ uma assembleia de voto.

Todos os espaços destas frases, com exceção da frase (14), devem ser preenchidos com a preposição *a*, observando algumas alterações quando o Grupo Nominal (GN) que se segue é precedido por determinante artigo. A frase (14) figurou neste grupo apenas para observar se os informantes optariam pela preposição *a*, quando a requerida, no sentido de encaminhar alguém, é a preposição *para*. Conforme a norma padrão europeia, as frases acima seriam preenchidas como se segue:

(1a) Toda a família chega **a** casa às 18h00.
(2a) Os adeptos assistiram **a** um jogo de futebol.
(3a) O nosso colega acedeu **a** um outro cargo.
(4a) Os Angolanos acorreram **a**o voto no dia 31 de Agosto de 2012.
(5a) Se fores **a** Benguela, diz-me como está lá o tempo.
(6a) O mendigo agradeceu **a**o transeunte.
(7a) Ele não respondeu a**o** inquérito.
(8a) O diretor geral presidiu **a** um encontro.
(9a) O diretor geral apelou **a** uma negociação entre os parceiros.
(10a) Todos têm a obrigação de obedecer **a** um regulamento.
(11a) Ele não chegou **a** fazer um exame.
(12a) A comissão procede **a**o inquérito.
(13a) Muitos adeptos aderiram **a** uma outra seleção.
(14a) A filha dirigiu o pai **para** uma assembleia de voto.

Como se pode observar, no “grupo i” teve-se em conta essencialmente o preenchimento pela preposição *a*.

A percentagem geral de resoluções satisfatórias desta tarefa é de 44% se considerarmos que, no caso da frase (14), dos 85 informantes apenas 6, correspondentes a 21%, preencheram o espaço com a preposição *para*. Os restantes 79 preferiram a preposição *a*. Casteleiro (2007, p.330) e Luft (2011, p.213) defendem que o verbo *dirigir* no sentido de *encaminhar*, quando introduz um complemento de lugar, seleciona um GP encabeçado pela preposição *para*. É igualmente esta a preposição listada em Busse (1994, pp.176-177). O GP encabeçado pela preposição *a* é selecionado no sentido de endereçar correspondência, direcionar o olhar, entre outros. Neste sentido, contrastem-se os dois exemplos seguintes:

(v) ?O filho dirigiu o pai ao quarto.
(va) O filho dirigiu o pai para o quarto.

Importa também notar que, dos 85 informantes, 49 não reconheceram o verbo *assistir*, na frase (2), como sendo transitivo indireto, isto é, não preencheram o espaço com a preposição *a*. Outras cifras de casos críticos nos quais os informantes entenderam que não deve haver GP podem ser observadas com os verbos *aceder*, *agradecer*, *responder*, *presidir*, *apelar, obedecer*, *proceder*, e *aderir* que passam a comportar-se como verbos transitivos diretos. Ocorreram, também, as seguintes construções desviantes:

(1b) *Toda a família chega **em** casa às 18h00.
(2c) *Toda a família chega **à** casa às 18h00.
(3b) *Se fores **em** Benguela, diz-me como está lá o tempo.
(4c) *Se fores **à** Benguela, diz-me como está lá o tempo.
(5b) *Ele não chegou **de** fazer um exame.

É evidente que a construção *chegar + em + casa*, em (1b), está bastante generalizada no contexto de Angola. Ao que parece, o mesmo também se dá no Brasil. Segundo Luft, nesse país, "usa-se muito a preposição em (exclusiva diante de casa, 'lar': chegar em casa e não chegar a casa)". O autor, baseando-se em Nascentes, Juca, Lessa e Barbadinho, avança a explicação segundo a qual para este fenómeno "pode colaborar a tendência de considerar o estado e o repouso ('lugar onde') em vez do movimento ('lugar para onde')", ou seja, "a pessoa que chega já se julga no lugar e troca o adjunto adverbial de lugar 'para onde' pelo de lugar 'onde'" (...) (Luft, 2010, p.116). No caso da construção (5b), que é efetivamente comum em Angola, o verbo *chegar*, na norma padrão, selecciona a preposição *a* na aceção de *alcançar*, *atingir*, *conseguir* (cf. *Ele não chegou a fazer um exame*.) e não a preposição *de*, que seria aceitável na aceção de *bastar* ou *ser suficiente* (cf. *Chega de brincar*). O resumo da resolução dos dados acima está na tabela seguinte:

Tabela 1: Resumo dos casos preenchidos e não preenchidos sobre contextos de complementação verbal por GP encabeçado pela preposição *a.*

		preechimento padrão		chimento desviante		Não preenchimento	
N/O	**Grau académico**	**N.º**	**%**	**N.º**	**%**	**N.º**	**%**
1	A frequentar o bacharelato	277	64	42	10	115	26
2	Bacharéis	366	67	44	8	136	25
3	Licenciados	134	64	29	14	47	22
Total		**777**	**65**	**115**	**10**	**298**	**25**

Observa-se, na generalidade, que cerca de 65% dos informantes preencheram o teste em conformidade com a norma padrão europeia; 10% efetuaram preenchimentos desviantes e 25% não efetuaram preenchimentos, julgando alguns dos verbos apresentados como transitivos diretos, isto é, que não necessitam de GP como argumento.

Grupo ii: teste de reconhecimento de preposições intrusas pelos informantes

A preposição *de* é também muitas vezes usada com verbos transitivos diretos, em Angola. Por isso, procurou-se observar se os informantes reconheceriam tais casos como desviantes, riscando a preposição inadequada nas seguintes frases:

(1)*O professor abraçou **a**os alunos.
(2)*Ninguém conseguiu **de** falar com ele.
(3)*Os jovens aprenderam **de** que a vida não é feita de drogas.
(4)*É possível aferir **de** que tudo está em ordem.
(5)*O povo não aceitou **de** eleger um novo ministro.
(6)*O professor mostrou **de** que tem o domínio da matéria.
(7)*Ele costuma **a** entrar em conflito com os colegas.
(8)É preciso lembrar-se **de** que o homem é mortal.

Pode dar-se conta, nesta lista, de que, por um lado, nas frases (1) e (7) não figura a preposição *de*, mas *a*. Por outro, a frase (8) obedece à norma padrão, sendo que as frases deste género, sem a preposição (cf. *É preciso lembrar-se que o homem é mortal*), são igualmente corretas, porém, observam a elipse da preposição *de* (cf. Luft, 2010, p.351). Assim, por um lado, muitos informantes não notam desvio quando os verbos *abraçar* e *costumar* são complementados por GP, e, por outro, há informantes que preferem riscar a preposição *de* na construção em (8). Repare-se ainda que nas construções 3, 4, 6 há a inserção supérflua da preposição *de* antes da conjunção-complementador *que*, fenômeno que tem sido designado por dequeísmo. Na norma padrão europeia, que serve de referência às escolas angolanas, as construções desviantes acima seriam reestruturadas como se segue:

(1a) O professor abraçou os alunos.
(2a) Ninguém conseguiu falar com ele.
(3a) Os jovens aprenderam que a vida não é feita de drogas.
(4a) É possível aferir que tudo está em ordem.
(5a) O povo não aceitou eleger um novo ministro.
(6a) O professor mostrou que tem o domínio da matéria.
(7a) Ele costuma entrar em conflito com os colegas.

Esta tarefa foi cumprida pelos informantes em 65%, sendo que 35% não reconheceram algumas destas frases como desviantes. A percentagem positiva só não se elevou ainda mais porque, dos 85 informantes, 56 não reconheceram como desviante a frase em (1), por outras palavras, terão considerado o verbo *abraçar* como transitivo indireto. Além disso, 39 informantes riscaram, isto é, não aceitaram a preposição *de* na frase em (8). Quanto à preposição entre o auxiliar *costuma* e o infinitivo *entrar*, na construção em (7), 30 informantes não a reconheceram como desviante.

A maior parte dos professores não aceitou, porém, a preposição *de* nas restantes frases. Ainda assim, houve alguns que aceitaram algumas dessas preposições. Estes dados, cumulativamente, vêm reforçar a certeza de que há a possibilidade, em Angola, de os informantes usarem alguns verbos que são, no português europeu, transitivos indiretos como transitivos diretos ou fazerem o inverso. Por outro lado, parece haver casos muito concretos em que a preposição *de* ocorre com verbos que não selecionam GP e casos em que, selecionando os verbos um GP encabeçado por esta preposição, se regista simplesmente a queda da mesma, sem descurar alguns casos de mera troca de preposições. Começa-

se pela tabela que reflete os dados dos professores que frequentam o bacharelato.

		Riscada		Aceite como «correta»	
N.º	Frase	N.º	%	N.º	%
1	O professor abraçou aos alunos mais aplicados.	9	29	22	71
2	Ninguém conseguiu de falar com ele.	26	84	5	16
3	Os jovens aprenderam de que a vida não é feita de drogas.	24	77	7	23
4	É possível aferir de que tudo está em ordem.	19	61	12	39
5	O povo não aceitou de eleger um novo ministro.	26	84	5	16
6	O professor mostrou de que tem o domínio da matéria.	27	87	4	13
7	Ele costuma a entrar em conflito com os colegas.	19	61	12	39
8	É preciso lembrar-se de que o homem é mortal[2].	15	48	16	52
Total		**165**	**67**	**83**	**33**

Em conformidade com a tabela supra, a maior parte dos professores que frequentam o bacharelato aceitou como correta a construção 1, *abraçar + a*, (71%). As construções 4, *aferir + de + que*, e 7, *costuma + a + verbo principal*, foram ambas aceites como corretas em 39%. As restantes construções foram, embora em menor percentagem, também aceites como corretas.

Na generalidade, os professores que frequentam o bacharelato resolveram esta tarefa de modo satisfatório em 67%, sendo que 33% não reconheceram como tal as construções desviantes apresentadas, isto é, consideraram-nas corretas.Seguem-se os dados dos professores bacharéis.

Tabela 3: Preposições intrusas riscadas e aceites como não desviantes – Respostas de professores bacharéis

		Riscada		**Aceite como «correta»**	
N.º	Frase	N.º	%	N.º	%
1	O professor abraçou aos alunos mais aplicados.	17	44	22	56
2	Ninguém conseguiu de falar com ele.	34	87	5	13
3	Os jovens aprenderam de que a vida não é feita de drogas.	31	79	8	21
4	É possível aferir de que tudo está em ordem.	29	74	10	26
5	O povo não aceitou de eleger um novo ministro.	38	97	1	3
6	O professor mostrou de que tem o domínio da matéria.	35	90	4	10
7	Ele costuma a entrar em conflito com os colegas.	26	67	13	33
8	É preciso lembrar-se de que o homem é mortal.	13	33	26	67
Total		**223**	**71**	**89**	**29**

[2] Note-se que esta frase obedece à norma padrão. Figura na tabela apenas para observar correções incorretas.

Para os professores bacharéis, as maiores dificuldades foram, à semelhança daqueles que frequentam o bacharelato, encontradas na construção n.º 1, pois 56% dos informantes aceitaram como correta a complementação por GP do verbo *abraçar*. Com percentagens mais baixas, todas as restantes construções encontraram defensores entre os professores bacharéis.

Em resumo, os bacharéis tiveram menos dificuldades comparativamente aos que frequentam o bacharelato, pois resolveram satisfatoriamente esta tarefa em 71%, o que quer dizer que registaram uma subida de 4%.

A tabela que se segue diz respeito aos professores licenciados.

Tabela 4: Preposições intrusas riscadas e aceites como não desviantes – Respostas de professores licenciados

		Riscada		Aceite como «correta»	
N.º	Frase/Expressão	N.º	%	N.º	%
1	O professor abraçou aos alunos mais aplicados.	3	20	12	80
2	Ninguém conseguiu de falar com ele.	14	93	1	7
3	Os jovens aprenderam de que a vida não é feita de drogas.	14	93	1	7
4	É possível aferir de que tudo está em ordem.	13	87	2	13
5	O povo não aceitou de eleger um novo ministro.	14	93	1	7
6	O professor mostrou de que tem o domínio da matéria.	14	93	1	7
7	Ele costuma a entrar em conflito com os colegas.	10	67	5	33
8	É preciso lembrar-se de que o homem é mortal.	11	73	4	27
Total		**93**	**78**	**27**	**22**

Como se pode notar, a construção n.º 1 continua a liderar no que respeita à sua avaliação como correta, pois 80% dos professores licenciados assim o entenderam. O verbo *costumar*, na construção n.º 7, é largamente aceite com a preposição *a* em complexos verbais *costumar + a + verbo principal*. Embora em menor escala, as restantes construções não deixaram de contar com aceitação de alguns professores.

Na generalidade, esta tarefa foi satisfatoriamente cumprida em 78%, o que pressupõe que os professores licenciados registam uma subida de 7% se comparados aos professores bacharéis. Veja-se, na tabela 5, que se segue, o resumo estatístico de todos os casos acabados de descrever acerca das preposições intrusas riscadas e não riscadas, ou seja, aceites como não desviantes ou corretas.

Tabela 5: Resumo de casos de preposições intrusas riscadas e aceites como não desviantes

		Riscada		**Aceite como «correta»**	
N/O	**Grau académico**	**N.º**	**%**	**N.º**	**%**
1	A frequentar o bacharelato	165	67	83	33
2	Bacharéis	223	71	89	29

3	Licenciados	93	78	27	22
Total		**481-39[3]**	**71**	**199+39**	**29**
		442	**65**	**238**	**35**

Fonte: Dados da pesquisa

Considerações finais

Neste capítulo foi possível demonstrar que, no âmbito da regência verbal, a norma padrão europeia não é plenamente funcional no contexto de Angola, onde uma variedade própria começa a sobrepor-se àquela, o que revela haver necessidade de descrições suficientemente fundamentadas e sistematizadas do português, conducentes à normalização da sua variedade. Apesar dessa constatação, é possível verificar que, na generalidade, a maior percentagem dos professores resolveu com acerto as tarefas a que foram submetidos.

Nessa perspectiva, não obstante existir, inequivocamente, uma variedade do português de Angola, a escolarização tem aproximado os falantes à norma vigente, isto é, um investimento substancial na formação de professores qualificados serve, naturalmente, de força conservadora a contrapor a força inovadora. Note-se que as orientações educativas, em Angola, privilegiam, ou mesmo impõem, o ensino da norma padrão europeia. Todavia, são evidentes neste estudo algumas dificuldades para se atingir a referida norma por parte de informantes que devem ser considerados como os guardiães da mesma – professores de Língua Portuguesa.

Se professores de Língua Portuguesa revelam dificuldades em alcançar a norma padrão europeia, é expectável que falantes sem formação especializada apresentem dificuldades ainda mais acentuadas. Com efeito, muitas construções desviantes em relação à norma padrão europeia, no que respeita à regência verbal, não foram reconhecidas como tal pelos informantes. Verifica-se uma tendência bastante considerável de uso de verbos como transitivos diretos em contextos frásicos em que deviam ser complementados por GP. Há igualmente ocorrências de usos transitivos indiretos para alguns verbos em contextos que, na norma padrão, não selecionam GP. Adicionalmente, o estudo evidencia alguns casos de troca de preposições, isto é, de GP encabeçado pela preposição (*a*) por GP encabeçado pela preposição (*em*).

Referências

ADRIANO, P. S. *A crise normativa do português em Angola – cliticização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor*? Luanda: Mayamba, 2015.

BARROS, A. *A Situação do Português em Angola*, in: _____ (Org.). *Uma Política para o Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p.35-44.

BUSSE, W. *Dicionário sintáctico de verbos portugueses*, Coimbra: Almedina, 1994.

CABRAL, L. A. V. *Complementos verbais preposicionados do português em Angola*, Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

CASTELEIRO, J. M. *Dicionário gramatical de verbos portugueses*, Lisboa: Texto Editores, Lda, 2007.

CRISTÓVÃO, F. *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina, 2008.

[3] Note-se, no entanto, que nesta cifra incluem-se 39 correções incorretas, isto é, que não aceitaram como gramatical a frase «É preciso lembrar-se de que o homem é mortal» preferindo «É preciso lembrar-se que o homem é mortal».

LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*, 9.ed. São Paulo: Ática, ([1987]2010).
MARQUES, I. G. “Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola”, in: *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (Actas, vol. 1, 2.ed.). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p.205-224, 1983.
MINGAS, A. A. “Português de Angola: uma realidade”*,* in*: XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Luanda, 2002.

CAPÍTULO 10

Discussões preliminares sobre as preposições em verbos de movimento na escrita do português angolano

Romário de Encarnação Bomfim
Eduardo Ferreira dos Santos

Introdução

Nos últimos anos, diversos trabalhos apontaram as diferenças e aproximações nas gramáticas do português brasileiro, doravante PB, e do português europeu, doravante PE, para variados fenômenos linguísticos. Em relação às preposições, também tivemos diversos trabalhos que descreveram e analisaram seus usos.

De modo geral, podemos tomar as preposições como uma classe morfossintática fechada, ou seja, uma classe em que há baixa possibilidade de criação de novas unidades, ao contrário do que encontramos nas classes abertas, como o verbo e o substantivo, por exemplo. Para Castilho (2010), as preposições são palavras invariáveis que atuam como núcleo do sintagma preposicional. Ainda segundo o autor, contrariamente ao que aponta alguns gramáticos, a preposição não é uma classe esvaziada de sentido, pois localiza no espaço e no tempo os termos aos quais se ligam, atuando como operadores de predicação, isto é, fazem atribuições de propriedades semânticas às palavras que relacionam.

As preposições fazem parte do processo de complementação verbal ao constituírem o sintagma preposicional (SP) requerido como argumento de alguns tipos de verbos. Dentre esses verbos, podemos considerar os verbos de movimento. Os verbos de movimento, ou direção, aqui são considerados como verbos que envolvem o deslocamento da "figura" em direção a um "ponto de referência", sendo a "figura" representada pelo sujeito verbal, ou seja, é o sujeito que se desloca ao "ponto de referência" (Castilho, 2010). São verbos de movimento: ir, vir, chegar, seguir, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se etc. Vejamos um exemplo em (1):

(1) A criança deve ir à escola todos os dias da semana.

Em (1), temos a locução verbal "deve ir" funcionando como um verbo de movimento, sendo "a criança", sujeito da oração, a figura que se desloca para o ponto de referência "escola". Em (1), temos o ponto de referência introduzido pela preposição "a".

Para a língua portuguesa, diversos trabalhos se debruçaram sobre os verbos de movimento e as especificidades presentes no PB e no PE para a complementação direcional desses verbos (Mollica, 1996; Oliveira, 2005; Avelar, 2006, 2017; Torres Morais & Berlinck, 2006; Pires, 2010; dentre outros). Segundo Santos (2017) essa singularidade pode ser vista nos complementos com as preposições "para" em detrimento do recuo da preposição "a" e, sobretudo, a introdução de complementos direcionais com a preposição "em", inerentemente locativa[4]:

[4] Santos (2017, p. 145), dados (1) a (3) e renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos. O sinal * indica uma sentença agramatical na língua.

(2) Eu fui À igreja. PB: ok/PE: ok
(3) Eu fui PARA a igreja. PB: ok/PE: ok
(4) Eu fui NA igreja. PB: ok/PE*

Convém atentarmos que a língua portuguesa não se limita ao eixo Brasil-Portugal, ou ao âmbito América-Europa. O português também é a língua de estatuto oficial, no continente africano, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, embora tenha status diferentes em cada país, seja como língua materna, segunda língua, língua estrangeira ou de uso comercial etc. Assim, é importante que estudos de descrição e análise linguísticas também contemplem essas variedades de português presentes em África.

Avelar (2017) é um destes trabalhos que busca descrever e analisar as variedades afro-portuguesa. Avelar (2017) delimita, em seu trabalho, as afro-variedades como dois conjuntos de variedades linguísticas: (i) variedades de português e espanhol faladas como primeira (L1) ou segunda (L2) línguas na África; e (ii) variedades de português e espanhol faladas em afro-comunidades da América Latina. O autor também pontua que entende por afro-comunidades o que é definido por Lucchesi, Baxter, Silva & Figueiredo (2009): aquelas formadas, em sua maior parte, por descendentes de escravizados africanos e que ocuparam regiões afastadas do interior do país (no caso, o Brasil), isolados e dependentes da agricultura.

Ao analisar as preposições usadas na complementação de alguns verbos de movimento em afro-variedades do português, o autor considera o uso da preposição “a” (5) e “para” (6) na introdução dos complementos verbais como traços conservadores, já que se fazem presentes no PE, diferente das que ele considera como traços inovadores, como complementos direcionais introduzidos por “em” (7), “para” e “em” (8) e complementos direcionais sem preposição (9)[5]:

(5) já fui A Ponta Negra (Cabinda/Angola)
(6) já fui PRA Luanda (Cabinda/Angola)
(7) dois mil e onze eu vim já aqui NO Zenze (Cabinda/Angola)
(8) vou para lá EM casa dele (Maputo/Moçambique)
(9) vou igreja (Cabinda/Angola)

Assim, se nas descrições e análises linguísticas de dados orais percebem-se singularidades no uso das preposições junto aos complementos direcionais de verbos em movimentos, como se daria a realização dessas preposições em verbos de movimentos na escrita do português de Angola (doravante PA), em específico, no âmbito de um texto literário e textos da imprensa em que se espera uma predominância de um certo monitoramento linguístico e uma adequação, na maioria dos casos, à norma culta – ou conservadora – do PE, afastando-se dos traços inovadores, notados nas falas, das demais afro-variedades do português nos termos de Avelar (2017).

Seguindo essa “Introdução”, o texto discorrerá sobre a situação da língua portuguesa em Angola considerando as dinâmicas sociohistóricas e aspectos linguísticos que a particularizam. Em seguida, tratamos sobre as preposições em

[5] Avelar (2017, p. 145), dados (4a), (5b), (6a), (7b) e (8b), respectivamente, e renumerados. Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos.

verbos de movimento no PA e finalizamos o capítulo com as considerações finais e as referências.

1 Breves considerações sobre o estatuto da língua portuguesa em Angola

O último censo realizado em Angola foi no ano de 2024 e, em relação às línguas presentes no país, os dados apontaram para uma diversidade linguística com as seguintes línguas entre as mais faladas como língua materna: português (45,5%), umbundo (17,1%), kikongo (6.8%), kimbundu (10,8%), chokwe (6.9%), nhaneka (2%), fiote (1,1%), muhumbi (0,7%), luvale (0,5%) outras (0,6%). Interessante notar que esses dados ratificam a predominância de línguas do grupo bantu, embora a língua portuguesa seja predominante entre os angolanos.Essa predominância da língua portuguesa em relação às línguas autóctones pode ser compreendida a partir do contexto colonial e das invasões portuguesas em alguns territórios africanos.

O período conhecido como “Era dos Descobrimentos”, iniciado no século XV, foi impulsionado, principalmente, por motivos econômicos e desejo de conquistar territórios além-mar. O contato inicial de Portugal com o então Reino do Congo[6] não cumpriu com as expectativas da Coroa Portuguesa em encontrar metais e especiarias, por exemplo. Coube, então, o papel de Angola como um dos principais fornecedores de mão-de-obra escravizada que iria abastecer o mercado emergente de grandes plantações, principalmente, de cana-de-açúcar no Brasil. Por volta de 1730, mesmo que outros espaços colonizados tivessem envolvidos na dinâmica do mercado escravagista, Luanda e Benguela destacavam-se como dois polos de abastecimento de angolanos pare serem explorados além-mar (Miller, 1999).

Embora fosse Portugal que controlasse a empreitada colonial, a quantidade de portugueses em território angolano não era significativa e, desse modo, a língua portuguesa não gozava, ainda, de grande prestígio e, consequentemente, de grande circulação. As línguas bantas ainda eram as principais línguas de comunicação/circulação, como o quimbundo que, de 1620 a 1750, é a língua mais veiculada em Luanda (Venâncio, 1996).

Esse processo de “africanização” cultural e linguística da então colônia portuguesa não é visto com bons olhos por Portugal. Em 1765, os portugueses iniciam um processo de imposição de medidas que buscassem restringir o uso das línguas africanas em uma emergente elite afro-portuguesa, privilegiando, portanto, a língua e a cultura europeia (Zau, 2011).

O século XIX assiste um processo acelerado de colonização e, assim, intensifica-se a presença portuguesa em Angola. Essa presença em termos quantitativos terá impacto na promoção de um modelo europeu e que terá a língua portuguesa como um dos fatores dessa diferenciação social. E essa diferenciação social, imposta pelo colonialismo

> vai provocar, entre outros efeitos, um rearranjo do relacionamento entre as línguas em presença. Instaura-se, então, uma nova dinâmica de convivência linguística com a superposição de um elemento crucial: a atitude das nações colonizadoras em relação às línguas locais. Atitudes diversas vão gerar políticas diversas de assimilação linguística, educacional e cultural, resultando,

[6] Espaço territorial que corresponde atualmente ao norte de Angola, ao enclave de Cabinda, a República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo.

> evidentemente, na valorização ou não das línguas africanas (Petter, 2015, p.193).

A língua portuguesa, neste caso, será um dos elementos que definirá os papeis sociais dos angolanos entre “assimilados” e “indígenas”. Em termos gerais, o africano não civilizado era considerado um “indígena”, ao passo que o africano que passasse pelo processo de civilização levado a cabo pelos portugueses, adquiriria o status de “assimilado”. O processo de assimilação consistiria, então, no angolano dominar a língua portuguesa a partir da sua leitura, escrita e fala, além de “ter meios suficientes para sustentar a família, ter bom comportamento, ter a necessária educação e hábitos individuais e sociais, de modo a poder viver sob a lei pública e privada de Portugal [...]” (Mazula, 1995, p. 97 apud Liberato, 2014, p. 1009).

Importa notar que a condição de “assimilado” e “indígena” era oficializada por Regulamentos, como o “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, de 1938, substituído 16 anos depois pelo Decreto 39.666. Em ambas as “leis”, eram impostas diversas condições para que o indígena atingisse o status de “assimilado”, como, por exemplo, “ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra”, “ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Chama-nos a atenção que a questão linguística, em específico relacionado à língua portuguesa, tinha destaque nos dois documentos. No documento de 1938, decretava-se que o “assimilado” deveria “falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa”; no documento de 1954, exigia-se do “assimilado” um “falar corretamente a língua portuguesa” (Noré & Adão, 2003, p.104).

Essa divisão social entre “assimilados” e “indígenas” nos mostra, então, que em relação ao uso das línguas, em um espaço originalmente multilíngue, as línguas africanas ocupam uma posição desprivilegiada em relação ao português. Segundo Cá (2012, p.211), “só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e sãotomenses, sobre sua história etc.”.

Uma tentativa de dissolver esse distanciamento entre as línguas nacionais e a língua portuguesa será posta em debate no pós-independência. Ao se tornar independente, em 1975, o então presidente de Angola, Agostinho Neto, toma o português como a língua oficial, pois “a língua portuguesa - por sua suposta neutralidade - poderia ser usada como bandeira de unificação nacional em um país marcado por heteroglossias, sob o lema de “um só povo, uma só nação” (Severo & Makoni, 2015, p.45). No entanto, as línguas nacionais não são ignoradas e há ações oficiais do Estado para que haja o reconhecimento e valorização da importância das línguas autóctones, inclusive garantidos pela Constituição e pela criação do Instituto de Línguas Nacionais, em 1978.

Na Constituição da República de Angola, de 2010, há dois artigos que se referem diretamente às línguas. Artigo 19º, intitulado “Línguas”: 1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. E o Artigo 21º, intitulado “Tarefas Fundamentais do Estado”, que no décimo quarto item (letra (n)) discorre: n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.

Embora haja respaldos oficiais para a valorização e uso das línguas nacionais, não só em Angola, mas também nos recém países independentes, a língua portuguesa apresenta um uso generalizado e isso "tem tido várias repercussões sociolinguísticas, em especial o substancial crescimento do número de seus falantes como L-2, bem como o aumento dos que a têm como L-1" (Faraco, 2016, p.61).

Miguel (2008, p.40) nos chama a atenção que, atualmente, a língua portuguesa para os angolanos é tida como elemento de identidade do povo e não se trata mais de uma língua estrangeira, sendo língua segunda e língua primeira de muitos angolanos. Para a autora, quando os angolanos se apropriaram da língua portuguesa

> modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abrasileirou (Miguel, 2008, p.40).

As impressões de Miguel (2008) também são compartilhadas por Mingas (1998), Inverno (2009), Santos (2020), entre outros, que discutem a necessidade de afirmar uma variedade angolana do português a partir de suas especificidades linguísticas, nos mais diversos fenômenos linguísticos, e em intersecção com o contato linguístico junto às línguas nacionais que ainda se faz presente, além dos aspectos sócio-históricos que não podem ser ignorados.

2 Preposições em verbos de movimento no PA: primeiras considerações

Conforme mencionamos na "Introdução", as preposições são classificadas como elementos gramaticais de classes fechadas, ou seja, uma classe em que temos baixa possibilidade de criação de novos itens, dando um caráter de certa estabilidade para esta classe de palavras. Em termos conceituais, a preposição pode ser definida como uma "palavra invariável que se põe, obrigatoriamente, antes de uma unidade nominal e, unida a esta, dá origem a uma construção investida na função de adjunto ou de complemento" (Azeredo, 2021, p. 211).

Entendemos "complemento", aqui, como a relação estabelecida entre o verbo – um núcleo lexical – e seu argumento interno gerado dentro do sintagma verbal. Conforme apontam Ilari *et al*. (2015, p.173), "os argumentos (ou complementos" são sintagmas necessários ao preenchimento dos lugares abertos pelo predicador da sentença [...]". O verbo, predicador por excelência, é o responsável por estabelecer essa relação entre os "lugares abertos", ou argumentos:

(10) João alimentou o peixe ontem à noite, sozinho, depois de chegar da faculdade, com a ração do potinho amarelo (Ilari et al.2015, p.173).
(10') *[João] alimentou [o peixe] (ontem a noite), (sozinho), (depois de chegar da faculdade), (com a ração do potinho amarelo).

Em (10), o verbo "alimentar" funciona como o predicador e exige dois argumentos, representados pelos sintagmas nominais "João" e "peixe", argumentos externo e interno, respectivamente. Assim, o verbo "alimentar" estabelece uma relação entre os itens que indicam "quem alimenta" e "o que é alimentado". Os demais itens presentes na sentença, entre parênteses em (10'),

são classificados como adjuntos, isto é, “termos circunstanciais ou acessórios e, portanto, irrelevantes para completar o sentido do verbo” (ILARI et al., 2015, p.173). Se considerarmos excluir os itens entre colchetes em (10’), teremos uma sentença agramatical justamente por violar a grade argumental do verbo “alimentar” e a relação por ele estabelecida entre os argumentos.

Tomando o verbo como o responsável pela seleção de seus argumentos, as preposições, a depender da natureza desse verbo, podem fazer parte da complementação verbal, como notamos nos verbos designados como de movimento. Repetimos a definição de verbos de movimento citada anteriormente, qual seja, verbos em que se depreende o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”. Fazem parte desse grupo os verbos: ir, vir, chegar, seguir, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se etc. Vejamos mais um exemplo:

(11) Seguimos brevemente para o Guarujá, onde vamos passar uns quinze dias.

Em (11), o verbo de movimento é representado por “seguir”. A figura, ou sujeito sentencial, “nós”, se desloca para o ponto de referência “Guarujá”. A preposição usada neste caso para introduzir o sintagma preposicional foi “para”.
Tomando o verbo como o responsável pela seleção de seus argumentos, as preposições, a depender da natureza desse verbo, podem fazer parte da complementação verbal, como notamos nos verbos designados como de movimento.

Repetimos a definição de verbos de movimento citada anteriormente, qual seja, verbos em que se depreende o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”. Fazem parte desse grupo os verbos: ir, vir, chegar, seguir, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se etc. Vejamos mais um exemplo extraídos de Castilho (2010, p.594):

(11) Seguimos brevemente para o Guarujá, onde vamos passar uns quinze dias.

Em (11), o verbo de movimento é representado por “seguir”. A figura, ou sujeito sentencial, “nós”, se desloca para o ponto de referência “Guarujá”. A preposição usada neste caso para introduzir o sintagma preposicional foi “para”.
A complementação destes verbos de movimento tem apresentado especificidades quando se observa o uso de preposições direcionais tanto no PB como no PE:

(12) a. Fui/Cheguei/Vim no cinema. PB: ok / PE: *
b. Fui/Cheguei/Vim ao cinema. PB: ok / PE: ok

Se o emprego das preposições direcionais no PB e no PE apresentam distinções, é válido que nos debrucemos sob as variedades africanas do português e possamos verificar as aproximações e/ou distanciamentos entre essas variedades. Para Avelar (2017), por exemplo, o contraste no uso da preposição “em”, como apontado em (12), no PB e no PE, pode ser compreendido quando comparamos o comportamento similar do PB e o português falado na África para o uso dessa preposição. Essa comparação seria justificada, segundo Gonçalves (2010 apud Avelar, 2017, p.16), pelo fato do português de Moçambique, objeto de análise da autora, receber a transferência de propriedades gramaticais das línguas bantu, que são as línguas maternas desses falantes e aprendizes de português.

O contato linguístico, portanto, parece exercer um papel fundamental na especificação dessas variedades africanas do português. Trabalhos como de Mingas (2000), Miguel (2003, 2008), Chavagne (2005) e Inverno (2009) apresentam diferentes análises linguísticas que confirmam a interferência e transferência gramaticais de traços das línguas africanas locais no português falado em Angola.

Quando nos referimos a português (falado em) de Angola, ou PA, alertamos o leitor de que estamos diante de uma generalização com a finalidade de apontar que determinado fenômeno ou construção está presente na variedade em estudo. Estamos cientes, portanto, de que os dados ora descritos não devem ser vistos como categóricos do PA, justamente pela falta de pesquisas que apontem para uma descrição/análise sistematizada do PA no âmbito de uma variedade culta ou popular, urbana ou do interior, de diferentes províncias etc.

Em relação aos usos das preposições, Mingas (2000, p.76) relata que em algumas regiões de Angola, onde o quimbundo também faz parte da realidade linguística dos falantes, “os bilíngues angolanos que se encontram ao nível do bilinguismo funcional não conseguem fazer a diferença entre as diversas funções [das preposições “para”, “em” e “a”] e produzem frases complexas” (Mingas, 2000, p.76):

(13) Vão depressa NA casa do camarada Nazário [em vez de: Ide depressa À casa...].

(14) Ainda antes de irem NA cama [em vez de: Antes de irem PARA A cama...].

(15) Começaram a contar NOS amigos [em vez de: Começaram a contar AOS amigos].

Para justificar o uso da preposição “em” nos dados de (13) a (15), Mingas chama a atenção para o fato de o quimbundo apresentar três morfemas no que diz respeito aos locativos (Mingas, 2000, p.75):

(i) “ku”, que pode ser direcional (lugar distinto e distante) ou locativo (interioridade);

(ii) “mu”, que serve à expressão de interioridade;

iii) “bu”, que indica superposição.

Segundo Avelar (2017, p.29) “os adquirentes de português que tem o quimbundo como L1, parece não haver clareza quanto às correspondências entre as preposições locativo-direcionais portuguesas e os três morfemas locativos, o que vem resultando na generalização de “em” onde outras preposições seriam requeridas.”

Mingas (2000, p.75) apresenta o morfema “ku” como recorrente nos mesmos padrões frásicos em que o item “em” se generalizou no PB, servindo tanto à expressão de direção quanto de interioridade (Mingas, 2000, p.75):

(16) nde kuna "vai para lá"
/nde/ku-na
ir + imperativo/locat. + dem

(17) mwene wala kubata "ele está em casa"
/mwene/w-ala/ku-(di)bata
ele/ele-estar+imperfectivo/locat.-casa

(18) mwene wamuya kubata "ele vai para casa"
/mwene/u-amuya/ku-(di)bata
ele/ele-ir+progressivo/locat.-casa

Para o português falado na região de Cabinda (Angola), em que grande parte dos falantes de português como L2 possuem a língua ibinda como materna, Avelar (2017) aponta que essa variedade apresenta tanto traços conservadores – dados (19) e (20) – , como traços inovadores – dados (21) e (22)(Avelar 2017, p.21-22). Os destaques em caixa alta nas preposições são nossos:

(19) Já fui A Ponta Negra.
(20) Já fui PRA Luanda.
(21) Dois mil e onze eu vim já aqui NO Zenze.
(22) Vou igreja.

Os dados (19) e (20) são considerados conservadores por Avelar, pois apresentam um padrão de uso das preposições “a” e “para” largamente atestado no PE. Os dados (21) e (22) são considerados inovadores, pois apresentam o uso do complemento direcional “em” e a realização de complementação direcional sem preposição, respectivamente. Para Avelar (2017), as propriedades do quimbundo, apresentadas em (16)-(18), acima, também são representativas da língua ibinda, presente em Cabinda, e considerando a proximidade genética e geográfica entre as duas línguas, “o traço inovador relativo aos novos usos de em na região de Cabinda pode ter a sua emergência atribuída à transferência de propriedades da L1 para o português adquirido como L2” (Avelar, 2017, p. 30).

Santos (2017) ao analisar a regência do verbo “ir” no português de Luanda também chama a atenção para a semelhança encontrada nos dados angolanos e os dados para a variedade brasileira no que diz respeito ao baixo índice do uso da preposição “a” e a introdução da preposição “em” nos complementos direcionais. Segundo a autora, essa convergência entre o PB e o PA, no que concerne à regência do verbo “ir”

> nos leva a considerar que o processo específico de transmissão linguística irregular pode, sim, ter desencadeado transferências de matrizes oracionais comuns a línguas bantas para o português adquirido como L2 por falantes nativos dessas línguas que transmitiram o input para várias gerações de falantes que adquiriram o português como L1 tanto no Brasil como em Angola (Santos, 2017, p. 168).

Assim, se nas descrições e análises linguísticas de dados orais[7] percebem-se singularidades no uso das preposições junto aos complementos direcionais de verbos em movimentos, vamos buscar um levantamento de dados no discurso escrito, no âmbito literário e da imprensa angolana, e atestar se ocorre essa diferenciação ou alternância de preposições no PA, aproximando-se dos traços conservadores, como o PE, ou dos traços inovadores, das demais afro-

[7] Os dados apresentados por Mingas (2000) alternam-se entre produções escritas e dados orais coletados em Luanda. Os dados de Avelar (2017) são dados orais.

variedades do português nos termos de Avelar (2017), mas a partir de uma produção escrita e formalizada.

3 Falando um pouco de norma

Para a realização de nosso trabalho, fizemos a seleção das preposições em dois tipos de fontes para a constituição de nosso corpus: i) a obra literária *Quem me dera ser onda*, de Manuel Rui, escrito em 1982; e ii) quatro reportagens do "Jornal de Angola". Manuel Rui Alves Monteiro é um escritor angolano, autor de poesias, contos, romances e obras para o teatro. Nascido em Huambo, no ano de 1941, o escritor licenciou-se em Direito no ano de 1969, pela Universidade de Coimbra, Portugal.

O "Jornal de Angola" é um jornal diário angolano publicado em Luanda. Este é o jornal mais antigo em circulação no país e, também, o de maior audiência. Este jornal é de propriedade da editora Edições Novembro e está sob o controle do Estado angolano desde 1975.

Ao selecionarmos essas fontes, estamos diante de dois gêneros textuais distintos em que a escrita se apresenta como forma de materialização da língua. É importante destacar, então, o que entendemos por gênero textual. Para Coutinho (2003 apud Oliveira, 2010, p. 78), o gênero textual é uma "'modalidade' de comunicação histórica e socioconstitucionalmente definida". Essa comunicação, portanto, será realizada

> [pelos] textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...]. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária [...] (Marcuschi, 2008, p. 155).

Cada gênero textual apresenta um grau de formalidade ou registro/estilo. Assim, podemos ter um *continuum* da escala desse registro que seguiria por gêneros informais, semiformais, formais e ultraformais. A partir da escala de Vieira & Faraco (2019), os dois gêneros que escolhemos para constituir nosso corpus se encaixariam na categoria "gênero semiformal" – o romance – e na categoria "gênero formal" – notícia/reportagem. Para Vieira & Faraco (2019), os gêneros semiformais englobariam a carta de escritor, sinopse, entrevista, artigo de opinião, biografia, contracapa de livro, orelha de livro, regra de jogo, poema, fábula, conto, romance, receita culinária, legenda de foto, anotações de aula etc. Já os gêneros formais são constituídos por resenha, resumo acadêmico, carta comercial, carta aberta, carta de reclamação, prova, notícia, reportagem, artigo científico, verbete, receita médica, relatório, fichamento, versículo bíblico etc. A noção de "formalidade" e "informalidade" aqui colocadas não se referem a equivalência entre fala/informalidade e escrita/formalidade, mas, sim, ao contexto situacional de circulação do texto, o veículo em que é divulgado, perfil do público alvo etc. (Vieira & Faraco, 2019).

Desse modo, é válido destacar a necessidade de que se estude e mapeie os fenômenos linguísticos em meios escritos, em especial, mas, não unicamente, "gêneros textuais principalmente dos domínios jornalístico e acadêmico, tomados como expressões de usos cultos" (Lima; Vieira, 2019, p.8). Os textos

literários também seriam incluídos, ao nosso ver, nessa categoria de textos considerados “expressões de usos cultos”, quando estamos diante de escritores com nível de instrução elevado e que domina diferentes usos linguísticos.

Para a compreensão de “norma culta”, é necessário, antes, considerar que toda comunidade linguística é constituída por um determinado conjunto de normas, justamente pela heterogeneidade das relações sociais que são estabelecidas no interior de cada comunidade (Faraco, 2008, p.37-38). Ainda segundo Faraco:

> [norma culta] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social. Por essa mesma razão, ela se tornou historicamente objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. Esse processo produziu, no imaginário dos falantes, a representação dessa forma como uma variedade superior, como uma variedade melhor do que todas as demais (Faraco, 2008, p. 71).

Se considerarmos a definição de norma culta proposta por Faraco e fazermos um paralelo com o PA, precisamos trazer o conceito de “norma padrão”. A norma padrão é estabelecida quando há a necessidade de se produzir instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários, para que funcionassem como uma norma unificadora e centralizadora. Em outros termos, a norma padrão “é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística” (Faraco, 2008, p.73).

No PA, o que sempre tivemos foi a imposição de uma norma padrão desde o período colonial, conforme vimos quando discorremos sobre a situação da língua portuguesa em Angola, em específico, a divisão social de assimilados e indígenas. Sendo o português um dos fatores de ascensão social e todo o sistema de ensino sob responsabilidade do colonizador, percebe-se seu uso como modo de uniformização linguística, com o apagamento das línguas nacionais.

Atualmente, Bernardo (2017) discute a problemática da norma e da variação linguística no ensino angolano. O autor enfatiza que a especificidade do português falado no país, com diversas interferências resultantes do contato linguístico, “propicia o surgimento de uma variedade Português cujo sistema léxico, fonético e fonológico, construções sintáticas, morfológicas e semânticas, não obedecem a norma do Português Europeu (PE)” (Bernardo, 2017, p.39).

Segundo o autor, quando pensamos numa realidade multilíngue como a de Angola, não tem como encaixar prescrição/normatização, pois elas não se enquadram no contexto do qual se fala. Ou seja, a norma do PE que é ensinada nas escolas de Angola não espelha a realidade do uso linguístico angolano.

Parece-nos importante, portanto, atentarmos para os tipos de normas que constituem a comunidade linguística angolana e como surge uma norma culta e entendê-la a partir dessas especificidades sócio-históricas e linguísticas, em especial, a situação de contato linguístico e o papel da interferência das línguas autóctones nesse processo, tanto em sua manifestação oral quanto escrita.

4 preposições em verbos de movimento no PA em sua modalidade escrita

Na obra *Quem me dera ser onda* foram encontrados os seguintes verbos de movimentos: dar, chegar, caminhar, correr, andar, entrar, descer, sair e ir. Juntamente a esses verbos de movimentos, foram utilizadas as preposições "'para", "a", "em" e "de":

Preposição A

(23) [restos de carne] que servem para dar A cães.
(24) por fim chegaram À varanda.
(25) Ruça foi À porta.
(26) E sempre em corrida desceram as escadas até AO segundo andar.

Preposição PARA

(27) O homem correu PARA a porta.

Preposição EM

(28) Diogo atravessou a sala comum, chegou NA varanda larga.
(29) Eu não vou entrar EM casa.
(30) Depois desceram EM casa de Beto já com um rascunho.
(31) Foi NA cozinha e trouxe a resposta.

Preposição DE

(32) As donas a sair DAS portas numa azáfama de bloquear a passagem ao bandido.

A partir dos dados apresentados, de (23) a (32), notamos que todos os verbos de movimento envolvem o deslocamento da "figura" para um "ponto de referência", que são introduzidos por um sintagma preposicional. Seguindo a definição de Avelar (2017), tivemos o uso do complemento direcional com "traços conservadores", que podem ser vistos nos dados com as preposições A (dados de (23) a (26)) e PARA (dado (27)). Também tivemos, no entanto, o uso da preposição EM, o que seria, em alguns casos, um "traço inovador" em relação ao uso dessa preposição em sintagmas preposicionados direcionais.

Os usos inovadores estão exemplificados nos dados:

(i) dado (28), quando há a substituição da preposição A – v. regência do verbo "chegar" – pela preposição EM;
(ii) dado (30), quando há a substituição da preposição ATÉ – v. regência do verbo "descer" – pela preposição EM;
(iii) dado (31), quando há a substituição da preposição A ou PARA – v. regência do verbo "ir" – pela preposição EM.

O dado (29) mantém o "traço conservador" ao respeitar a regência do verbo "entrar" conforme preconiza a norma padrão fazendo uso da preposição "em". Embora nos estudos dos verbos de movimentos e o uso das preposições não tivemos diante da preposição "de", o dado (32) também parece ser o caso de um "traço conservado" ao fazer o uso da preposição junto ao verbo "sair".

Nas reportagens do “Jornal de Angola”[8], levantamos apenas os seguintes verbos de movimentos: chegar, mudar e regressar. Para esses verbos, também foram utilizadas as preposições “para”, “em” e “a”:

Preposição A

(33) Você lembra o que viveu quando chegou À capital?

(34) Donald Trump sonha regressar à Casa Branca.

Preposição PARA

(35) [quando] mudou-se de armas e bagagens PARA a Casa Branca.

Preposição EM

(36) Ao chegar EM Luanda encantei-me com o mar.

Assim como apontamos para os dados de (23) a (32), o conjunto de dados selecionados a partir do “Jornal de Angola” também envolvem o deslocamento da “figura” para um “ponto de referência”. Os verbos de movimento, como esperado, introduzem os sintagmas preposicionais.

No “Jornal de Angola” tivemos o uso das preposições com “traço conservador”, representadas por A (dados (33) e (34)) e PARA (dado (35)). Embora representada apenas com um dado, o uso “inovador” do complemento direcional introduzido pela preposição EM está presente no dado (36). Assim como no dado (28), apresentado anteriormente, aqui temos a substituição da preposição “a” pela preposição “em”, em contraste ao que é exigido pela regência do verbo “chegar” se considerarmos uma norma padrão.

Considerações finais

De modo preliminar, pudemos concluir que, no PA, o uso das preposições em verbos de movimento na modalidade escrita, mais afeita a uma certa normatividade e “conservadorismo”, aponta para um uso semelhante ao que foi já levantado para a modalidade oral, conforme trabalhos de Santos (2017) e Avelar (2017).

Notamos uma alternância no uso de preposições junto aos complementos direcionais de verbos de movimentos, com destaque à preposição "em", o que aponta estarmos diante de um traço inovador, nos termos de Avelar.

Pudemos concluir, também, que parece haver uma questão de diglossia presente na comunidade angolana em relação ao uso de diferentes normas dentro de um mesmo espaço. Há uma necessidade, portanto, de estender a pesquisa com um número maior e diferenciados de dados e tipos de corpus, além de uma análise quantitativa para se compreender, de fato, a extensão do uso das preposições em situações em que a língua é considerada de uso culta ou formal, seja na modalidade oral ou escrita.

Referências

AVELAR, J. Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol.14, p.99-144, 2006.

[8] Os textos que consideramos para o levantamento das preposições e os verbos de movimento foram: “A bolsa de estudo salvou a minha vida” (Jornal de Angola, 07/02/2021); “Donald Trump “sonha” regressar à casa Branca” (Jornal de Angola, 02/03/2021); “Embaixada diz ter avisado o Governo sobre a viagem” (Jornal de Angola, 03/03/2021); “MPLA defende o aumento da frequência de comboios” (Jornal de Angola, 04/03/2021).

AVELAR, J. Complementos direcionais em afro-variedades de português e espanhol. *Moderna Sprak*, p. 15-44, 2017.
AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2021.
BERNARDO, E. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa,* n.32, p. 39-54, 2017.
CÁ, L. O. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). *Revista ETD*, Campinas, vol.13, n.1, p.207-224, 2011.
CASTILHO, A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
CHAVAGNE, J.-P. *La langue portugaise d'Angola*. Etudes des écarts par rapport à la norme européene du portugais. Université de Lyon. Tese de doutoramento, 2005.
FARACO, C. A. *Norma culta brasileira*: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.
FARACO, C.A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
ILARI, R.; BASSO, R. O verbo. *In*: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – vol. III*: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014, p.65-242.
ILARI, R. et al. A preposição. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: vol. IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015, p. 163-310.
INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sistema nominal. *In*: CARVALHO, A. M. (Ed.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Editorial Vervuet, 2009, p.87-106.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA-Angola. *Resultados definitivos Recenseamento geral da população e habitação* -2024. Luanda: INE, 2025.
LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, vol.19, n.59, p.1003-1031, 2014.
LIMA, M. D.; VIEIRA, S. Introdução. *In*: VIEIRA, S.; LIMA, M. D. (Org.). *Variação, gêneros textuais e ensino de Português*: da norma culta à norma-padrão. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019, p. 8-16.
MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
MIGUEL, M. H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila, 2003.
MIGUEL, M. H. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. Revista *Lucere, Luanda, vol.5*, ano 4, p.35-48, 2008.
MILLER, J. A economia política do tráco angolano de escravos no século XVIII. *In*: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11-67.
MINGAS, A. Português em Angola: reflexões. *VIII Encontro das Universidades de Língua Portuguesa*. Comunicação oral. 1998.
MINGAS, A. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Porto: Campo das Letras, 2000.
MOLLICA, M. C. A regência verbal do verbo ir em movimento. In: SILVA, G. M. & SCHERRE, M. (Org.). *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.85-119.

NORÉ, A.; ADÃO, Á. O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. *Revista Lusófona de Educação*, n.1, p.101-126, 2003.
OLIVEIRA, L. A. de. *Coisas que todo professor de português precisa saber*: a teoria na prática. São Paulo: Parábola, 2010.
OLIVEIRA, M. de. A preposição a no Português Moçambicano. *Comunicação apresentada no 53º Seminário do GEL*, UFSCar, São Carlos, 2005.
PETTER, M. As línguas no contexto social africano. *In*: PETTER, M. (Org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.193-219.
PIRES, M. *A sintaxe de constituintes locativos no PB*: restrição e predicação. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
RUI, M. *Quem me dera ser onda*. Edições Cotovia: Lisboa, 1991.
SANTOS, E. A língua portuguesa como variedade nacional em Angola. *In*: SOUZA, S.; OLMO, F. C. del. (Org.). *Línguas em Português*: A lusofonia numa visão crítica. Porto: U. Porto Press, 2020, p. 43-57.
SANTOS, M.R. Um estudo sobre a regência do verbo ir. In: TEIXEIRA, E.P. & ARAÚJO, S.S.F. (Org.). *Diálogos entre Brasil e Angola:* o português daquém e dalém-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017, p. 145-173.
SEVERO, C. & MAKONI, S. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.
TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. *In*: CASTILHO, A. et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, p.61-74.
VENÂNCIO, J.C. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII*: um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
VIEIRA, F. E. & FARACO, C. A. Escrever na Universidade: fundamentos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
ZAU, D. *A língua portuguesa em Angola*. Um contributo para o estudo da sua nacionalização. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, 2011.

CAPITULO 11

Implicação morfossemântica da categoria “gênero” dos substantivos bantu no português falado em Luanda

Daniel Peres Sassuco

Introdução

Angola apresenta, no plano sociolinguístico, um quadro multifacetado quanto às línguas e culturas. Nesta perspectiva distinguem-se línguas de origem não-bantu, de origem bantu e de origem indo-europeia. A primeira corresponde à família khoisan, a segunda refere-se à família Níger-Kongo cujo grupo bantu é predominante e, por último, o ramo neolatino do qual provem a língua portuguesa (adiante, LP). As línguas bantu (doravante, LB) são maioritárias e a sua população predomina em termos da cultura, isso faz com que, as línguas bantu tenham grande influência no modo de falar o português em todo o espaço angolano.

Na presente abordagem, sobre a Implicação Morfossemântica da Categoria, o caso do género dos substantivos das línguas bantu no português falado em Luanda é, somente, um dos casos concreto resultante do contato de línguas bantu e o português como língua oficial e de escolarização. Nas nossas aulas de Introdução à Linguística Bantu, no curso de Língua e Literaturas em Língua Portuguesa, junto dos nossos estudantes, bem como junto das populações na província de Luanda, temos observado essa implicação que motivou a escolha deste tema, por ser um facto do falar quotidiano.

A nossa preocupação científica consiste em saber qual a origem desta implicação no falar de Luanda. Procuramos, ao longo do estudo, identificar e analisar a implicação do género das LB no português falado em Luanda, que são os principais objetivos deste estudo. Neste sentido, apegamo-nos à dedução e indução enquanto recursos metodológicos, que serviram de apoio para a pesquisa de campo, observação direta, pesquisa bibliográfica e descritiva com pendor contrastivo. Apresentamos, nesta abordagem, a introdução sumária do estudo, a fundamentação teórica para o esclarecimento de conceitos de base e documentar uma ideia teórico-científica de precursores na área, terminando pela análise dos factos da categoria “género” de substantivos bantu e sua implicação no português falado em Luanda.

1. Fundamentação teórica

Género

Várias são as concepções para o conceito de género. Nas línguas de origem latinas, por exemplo, o género remete para o traço semântico distintivo de opor o masculino ao feminino. Para as línguas de origem Bantu, o género não se refere, exclusivamente, à diferença de masculino e feminino mas, sobretudo, à indicação de pares de classes, opondo os prefixos para a categoria de número (singular e plural) dos substantivos. Mas adiante, pode identificar-se o género distintivo de feminino e masculino, para um grupo de substantivos bem especificados.

Desta concepção, a palavra género “deriva etimologicamente do Latim genus (...), que originalmente significava ‘tipo’.” (Corbett, 1991, p.1). Nesse sentido, a atribuição de género aos substantivos ocorre de maneira distinta,

dependendo do sistema, ou seja, da língua em questão. O género, na nossa discussão, quer para a LP, quer para as LB faladas em Angola, refere-se à categoria morfossemântica que identifica o género masculino e feminino no falar do português em Luanda. Assim, a questão do género requer uma atenção de ordem descritiva para se perceber a sua lógica. Na perspectiva semântica, é um traço; na perspectiva morfológica, é um morfema; na sintática, é uma categoria flexional.

Lagarde (1996, p.3) diz: “a categoria de género analisa a síntese histórica que está entre o biológico, o económico, o social, o jurídico, o político, o psicológico, o cultural; implica o sexo mas não esgota por aí as suas explicações”. Esse pensar convida-nos para juntarmos à ideia exclusiva do campo da morfossemântica, repensado por um número vasto de linguistas nesses termos: Género tem sido considerado “um tema tradicional na linguística” (Unterbeck, Rissanen 2000), e Matasović (2004) chama-o de “a única categoria gramatical que sempre evoca paixão”. Corbett (1991) afirma que género “é a mais enigmática das categorias gramaticais”. Consequentemente, há uma literatura significativa sobre género nos estudos sociolinguísticos (cf.: Lucchesi, 2000, 2009; Karim 2004; Aguilera, Navarro 2009; Bismarck Lopes, 2014) para o português (Hellinger, Bußmann, 2001), para uma grande variedade de outras línguas, nos estudos de aquisição e processamento de género (cf.: Franceschina, 2005; Correia, Name, 2003), nos estudos da tipologia dos sistemas de género (cf. Corbett, 1991), e nos estudos diacrónicos sobre desenvolvimento e perda dos sistemas de género (cf.: Matasović, 2004).

Os autores acima tiveram a possibilidade de revisitar o traço género em variadas línguas, das quais a língua portuguesa. Porém, não se leu nenhuma sobre o género em línguas Bantu. Para nós e nesta discussão, a versão da abordagem inscreve-se no âmbito descritivo, que desvenda o uso do traço “género” na língua portuguesa, falada nestas paragens e dada à diversidade cultural e linguística, constatada em Luanda. Certamente, um olhar atento às LB em convívio com a LP, para justificar as implicações de marcação do género no falar quotidiano dos habitantes de Luanda para representar as várias populações de todos os cantos de Angola.

Kramer (2015 *apud* Carvalho (2018, p.2), "o gênero é a distribuição dos nomes em duas ou mais classes, como refletido na concordância morfológica nos determinantes, adjetivos, verbos e outras categorias sintáticas". À nossa vista, essa definição inclina-se mais para a realidade das línguas de grupo latino e não de grupo bantu. No primeiro grupo, o género é um afixo (morfológico) e lexema (semântico) e, no segundo grupo, entende-se pelo género um lexema (semântico), portanto, a opção de afixos não se aplica.

(1) Português

Traços	**Animados**	**Não animado**
Substantivos	Filh**o**/filh**a** (i) Gat**o**/gat**a** Cobra **macho**/Cobra **fêmea** (ii)	**o** cinto/**a** mala (iii) **o** dedo/ **a** mão

Podemos observar nos exemplos do quadrinho que (i) tem oposição em género trocando o sufixo –o por –a e opõem assim o género para o nome animado. Assim acontece com (ii) animado com nome genérico usa-se um lexema para a oposição de género por quanto em (iii) os inanimados, a oposição é feita através os determinantes.

(2) Línguas Bantu

Traços	**Animados**	**Não animado**
Substantivos	Mwana **wa lunga** “menino” (i) Mwana **wa phwo** “menina”	Mungwa “sal” (ii)

Em contraste com o que acontece em LP, nas LB, o género é somente marcado nos substantivos animados com traço humano e animal cujo sexo é identificado. Assim, (i) tem nome genérico cuja diferença recorre aos lexemas referentes ao sentido de “mulher e homem” como é o caso dos lexemas “*lunga* e *phwo*”, da língua Cokwe, funcionando como determinantes para os substantivos determinados.

Lexema

Gallisson e Coste (1983, p.430), em linguística, o lexema é unidade lexical com duas faces (forma e conteúdo), ou signo mínimo de natureza não gramatical. Para uma melhor compreensão, o lexema é uma unidade plena de sentido a nível lexical que se destina a designar com naturalidade um ser ou objeto com ideia completa. Para Pottier (1965); Lyons (1968), o primeiro considera lexema como morfema lexical que implica a existência do morfema gramatical, que lhe está associado no discurso; o segundo, o lexema é uma unidade virtual que se realiza sob a forma de “palavras” no discurso. Nesta ordem de ideias, o género pode utilizar afixos ou lexemas.

Em língua portuguesa recorre-se aos lexemas *fêmea* e *macho* para os nomes epicenos e para outros nomes os afixos sufixados *–a /-o* opondo o feminino do masculino respectivamente. Nas línguas Bantu de Angola, emprega-se os lexemas: *lunga*/*phwo* (Cokwe); *diyala*/*muhatu* (Kimbundu); *yakala*/*kento* (Kikongo); *ulume*/*ukãyi* (Umbundu). Esses lexemas funcionam como determinantes a um nome de traço humano para significar masculino e feminino respectivamente.

Nestas mesmas línguas, os nomes de animais com traços mais sexuados recorrem aos lexemas: *khuji*/*cihwo* (Cokwe); *ndumbe*/*mukaji* (Kimbundu); …. (Kikongo); …. (Umbundu). Esses lexemas marcam o género de nomes animais epicenos, para além de nomes cujo oposto é obtido por uma palavra diferente. É o caso seguinte:

(3) LP LB

Pai/mãe Tata/mama; Sê/ngudi; Tate/meme (G_N)

Boi/Vaca Kasumbi/Ndemba; Dikolombolo/sanji (galo/galinha), etc.

2.Género natural

Nessas LB, há apenas duas possibilidades de valor para se assumir o traço de género masculino e feminino. Há, portanto, duas marcações de género possíveis de serem aplicadas a todos os nomes, mas apenas em um subconjunto de nomes, os que possuem os traços [+humano], [+animal], [+animado], [+sexuado], género gramatical pode ser associado a um género natural – *macho*/*masculino* e *fêmea*/*feminino*. Como acima demonstrados os lexemas, aqui, pretendemos destrinçar a noção de género natural o que é em oposição ao género gramatical.

É chamado género natural aquele baseado no critério de sexo. Neste caso, esse género afeta os nomes que designam os seres humanos e seres animais detentores do sexo para além de serem animados (Azeredo et al., 2015, p.174).

O género natural, em língua portuguesa, pode coincidir com o género gramatical no caso de nomes humanos que usem os afixos, como em *menin*-**o**/-**a** por ter o traço humano, mas o que não é possível em *bol*-**o**/-**a** que não tem o traço animado e humano e desemboca em diferentes sentidos.

(4) LP LB
Past**or** (M_N) Kafunga ***walunga*** (M_N)
Past**ora (**F_N**)** Kafunga ***waphwo***. (F_N)
Filh**o** (M_N) Mwana ***yakala*** (M_N)
Filh**a** (F_N) Mwana ***kento*** (F_N)

3.Género gramatical

Pelo senso-comum de que género gramatical refere-se em qualquer caso à noção (ou traço semântico) de sexo, estudos apontam para uma complexidade muito maior dessa categoria, havendo sistemas que utilizam o género para atribuir características variadas aos nomes além de sexo. O género, pois, adquire a função de parear as palavras entre masculino e feminino no sistema, estando a palavra ligada ao sexo ou não. Nos nomes que designam seres inanimados, ou seja, objetos, o género é imposto pela própria língua de forma arbitrária, é isto o género gramatical (Azeredo et al., 2015, p.175). Em conformidade com Corbett (1991, p. 1), essa correlação generalizada que se faz de género gramatical com sexo, em parte está correta, mas, com frequência, o género gramatical não se relaciona a sexo.

Esta realidade é plausível para a língua portuguesa. Nas línguas Bantu, o género gramatical não é funcional pelo facto de o critério sexuado ser escrupulosamente determinante para o género. Por este e outros aspectos de ordem cultural, os nomes de objetos são imunes de serem aplicados ao género.
(5) LP LB
a porta (F_G) cikuto, kinkutu, mbinza “camisa” ($G_Ø$)

Nota-se, nesta perspectiva, que o nome “porta” assim como os de LB “cikuto, kinkutu, mbinza” não possuem sexo. Por esta razão teriam ficado, sobretudo, o nome “porta” sem marcação do género como em LB. Isso porque, nas LB o género gramatical, por sinal arbitrário, não existe; razão pela qual, os nomes de objetos não contemplam o quesito género.

4.Substantivo

Em linguística, o substantivo é uma classe de palavras variáveis e abertas, com a qual se designam os seres, coisas, sentimentos, espaços, etc. O substantivo é assim chamado por dar significado a substâncias, sejam concretas e palpáveis, sejam apenas mentalmente apreendidas como substâncias, tais como nomes, qualidades, estados, processos, entre outros (Miguel, Alves, 2016, p. 267). Isso implica, também, reconhecer que o substantivo ou nome é variável em número, género e grau. Destas categorias do substantivo, o nosso olhar atento vai ao género para averiguar seu funcionamento no falar do português local em convívio com as línguas bantu. Decerto, o género de substantivos é um dos universais linguísticos, isto é, capaz de estar em todas as línguas naturais mas, tendo um funcionamento diferente e distinto segundo a tipologia e família de línguas.

5.Semântica prototípica

A este nível, a semântica de traços, com início a traços binários da Fonologia (Escola de Praga, 1920, 1930, Estruturalismo), utilizou os traços semânticos como componentes do significado. Podemos entender que a categoria de "género" como alvo de nossa análise nos substantivos é um traço inequívoco que só é assim percebido quando está junto dos outros. Por isso se diz que a categoria depende de um conjunto fixo de condições ou recursos, em que cada condição é absolutamente necessária e, essas são binárias (sim ou não), porque a associação à categoria é um problema binário. Também, as categorias têm limites claros e todos os membros de uma categoria possuem igual *status*. Desta maneira, os traços ¨[Feminino] e [Masculino] serão suficientes quando serem associados aos traços [Humano]; [Animal]; [Objeto]; [Concreto]; [Abstrato], de acordo com o modelo aristotélico de Condições Necessárias e Suficientes (NSC). (Busch, Stenschke, 2014, p. 69).

Análise Morfossemântica

Esta discussão vai obedecer ao agrupamento de traços fundamentais de cada grupo de substantivos para melhor situá-los e permitir a coesão de comentários que se impõem a cada grupo. Assim, seguiremos a ordem, nomes de objetos, nomes de animais e, finalmente, os nomes humanos.

a) **Nomes de objetos**

Os nomes de objetos podem ser agrupados em subcategorias de concreto-contável, concreto não-contável e abstrato.

a) **Concretos-contáveis**:

(6) LP LB
a porta (F_G) cikolo "porta" ($G_Ø$) Cokwe
a cama (F_G) hama "cama" ($G_Ø$) Kimbundu
a rolha (F_G) cifuko "tampa" ($G_Ø$) Cokwe

Consta que em (6), os nomes de LP possuem o género feminino gramatical cujo critério de "feminismo" não é determinado pelo objeto indicado. Em LB, no referido exemplo (6), os nomes mostram que o género é zero ($G_Ø$), porque todos os nomes se referem aos objetos e não possuem sexo. As LB conservam inalteradamente o critério "sexo" para qualquer tentativa de traços género. Isto é, se o nome é concreto, logo é visível e o sexo também seria visível para a determinação do género.

(7) LP LB
o prato (M_G) elonga ($G_Ø$) "prato" Umbundu
o livro (M_G) mukanda ($G_Ø$) "livro" Cokwe
o machado (M_G) njimbu ($G_Ø$) "machado" Cokwe

À semelhança do descrito acima, o género masculino marcado nos nomes concretos em LP é fundamentado pela escolha arbitrária, devido à ausência do sexo nesses objetos. De facto, nada prova, realmente, que os objetos de que se trata são, efetivamente, masculinos. Nesse contexto, as LB congregam determinado consenso, de não marcar o género nesses substantivos, por não possuírem o sexo.

b)**Nomes concretos não-contáveis**

Em princípio são nomes comuns e concretos cuja característica é não-contável, mormente, aqueles que designam as massas, os líquidos, os grãos, areia e realidades parecidas.

(8) LP LB
o sague (M_G) manyinga ($G_Ø$) Kimbundu
o sal (M_G) omongwa ($G_Ø$) Umbundu
o azeite (M_G) maji ($G_Ø$) Cokwe
a água (M_G) Omeva ($G_Ø$) Oshikwanyama

Em LP todos esses nomes apresentam um género e são sustentados por um determinante. Nesse grupo de substantivos, em LP, uns são masculinos e outros são femininos arbitrários, porque assim o determina a gramática. Ao contrário, as LB mantiveram o seu critério e expressam nulo género para esses substantivos de massa, líquido (...) por serem não-contáveis mas sobretudo não tendo sexo.

c) **Nomes abstratos**

Rocha, A. (1997, p.3), os nomes abstratos designam, por oposição aos concretos, qualidades, sentimentos, estados, e características não palpáveis. Estes traços de especificação de nomes abstratos são transversais para todas as línguas. Por isso, em LP e em LB os nomes abstratos apresentam as mesmas características semânticas, mas opostas em categoria de género. Alguns exemplos:

(9) LP LB
a glória (F_G) uhenya ($G_Ø$) Cokwe
o desejo (M_G) luzolo ($G_Ø$) Kikongo
a viagem (F_G) ungende ($G_Ø$) Umbundu
a amizade (F_G) ukamba ($G_Ø$) Kimbundu

Como acima descrito, os nomes abstratos em LP pertencem a um género escolhido aleatoriamente, ou seja, arbitrariamente. Isso se deveu à falta do quesito sexo; deste modo, entende-se que nada prova que um nome abstrato cuja característica [não palpável] é preponderante e tenha um género. Não há bases para provar a existência do género em um nome abstrato. Em LB, esses nomes nunca têm o traço semântico de género, por isso o ($G_Ø$).

d)**Nomes de animais**

Os nomes dos animais designam seres animados e sexuados. No entanto, não existe a mesma percepção para a marcação do género. Em LP, todos os animais e porque são animados e, sem às vezes, visibilidade do sexo, têm o género. Esse género na maioria de casos é atribuído gramaticalmente e pode ser também natural e aí coincide. Nas LB o género em nomes de animais é marcado para os que possuem o sexo e que seja visível. Aos nomes de animais genérico ou de espécies cujo sexo não é visível, é mesmo difícil de determinar o género do animal aludido.

(10) LP
o gato (M_N e M_G) a gata (F_N e M_G)
o pato (M_N e M_G) a pata (F_N e F_G)
o galo (M_N e M_G) a galinha (F_N e F_G)

o serpente (M_N e M_G) a serpente (F_N e F_G)
o zângão (M_N e M_G) a abelha (F_N e F_G)
o carneiro (M_N) a ovelha (F_N)
o crocodilo *macho* (M_N) a crocodilo *fêmea* (F_N)

Os exemplos acima mostram a ocorrência do traço género em nomes dos animais. Constata-se que todos os nomes possuem um género quer natural ou gramatical. Em princípio, correspondem ao verdadeiro género, aqueles que têm o sexo visível, ou seja, natural. Vários casos confundem-se entre o género gramatical e natural pelo simples facto que os traços a considerar coincidem.

Em LP estamos em presença de nomes que apresentam radicais diferentes para o masculino e para o feminino (*zangão/abelha, carneiro/ovelha*); comuns de dois (*o/a serpente*) e nomes epicenos, nesse caso de nomes de animais. Apenas o último caso (*crocodilo macho/crocodilo fêmea*) retrata a ideia daquilo que se passa em LB, isto é, o caso de nomes epicenos.

(11) LB
kameshi [wa khuji] (M_N) kameshi [wa cihwo] (F_N) gato/a
phembe [wakhuji] (M_N) phembe [wa cihwo] (F_N) bode/cabra
njamba [wa khuji] (M_N) njamba [wacihwo] (F_N) elefante/aliá
kaphela (~~wa khuji ou wa cihwo~~) “serpente macho/fêmea”.
phuka (~~wa khuji ou wa cihwo~~) “zângão/abelha”

Nas LB, o traço de género, sim, está presente nos nomes dos animais aqueles que reúnem as características de [+sexuado], [+ visível] e recorrem aos lexemas *khuji*/*cihwo* que equivalem a macho e fêmea, funcionando como determinante e o nome a que se refere como determinado. O que se constata na língua Cokwe utilizada como representação das demais LB de Angola. Os exemplos de “kameshi, phembe, njamba” apoiam esta reflexão.

Mas, “kaphela e phuka” como não têm sexo visível, logo, são incompatíveis de receber os determinantes “*khuji* e *cihwo*” como acima apresentado nos dois últimos exemplos de (10). A lógica de um animal ser macho ou fêmea fica até lá a presença do sexo, isto é, a detenção do sexo e visibilidade do mesmo justifica a atribuição de “macho e fêmea nos animais.

5. **Nomes de humanos**

Os nomes que designam os humanos podem ser comuns de dois e sobrecomuns. Na verdade, são os nomes que identificam os homens e mulheres cujo sexo é o critério fundamental para os distinguir. Em LP a distinção pode ser, efetivamente, natural ou gramatical, mas o traço sexual é obrigatório.

(12) LP
o pai (M_N) a mãe (F_N)
o genro (M_N) a nora (F_N)
o tio (M_N) a tia (F_N)
o avô (M_N) a avó (F_N)

À luz dos exemplos acima, constatamos que todos nomes obedecem a um género masculino ou feminino, cujo sexo é o elemento principal, mesmo que os nomes tenham tido radicais, às vezes, diferentes.
(13) LP
a criança (F_G) a criatura (F_G) a pessoa (F_G)

o indivíduo (M_G), etc.

A esses nomes, achamos que o género está marcado de maneira gramatical pelo facto de não se referir apenas às pessoas de sexo feminino. O entendimento do critério de atribuição do género é o sobrecomum, isto é, ultrapassa o nosso entendimento, ou seja, não respeita nenhum critério, mas, sim, arbitrariamente.

(14) LB
tata (M_N) mama (F_N) pai/mãe
tata weno (M_N) mama weno (F_N) sogro/sogra

Nas LB de Angola, em oposição ao que se viu em LP, os nomes que designam os humanos podem ser constituídos de radicais diferentes mas respeitando o critério sexo. Nesse caso, "tata" é distinto de "mama" termos para "pai e mãe" respectivamente, distinguem-se pela presença de sexo oposto a esses seres indicados. Por inerência de função indicadora não utilizam os determinantes lemáticos "*lunga* e *phwo*". No entanto, essa realidade não é a mesma para os nomes considerados genéricos na espécie humana. É o caso de nomes abaixo:

(15) mwana [*wa lunga]* (M_N) mwana [*wa phwo*] (F_N) filho/a
yaya [*wa lunga*] (M_N) yaya [*wa phwo*] (F_N) mano/a
mukweze [*wa lunga*] (M_N) mukweze [*wa phwo*] (F_N) rapaz/rapariga
khakha [*wa lunga*] (M_N) khakha [*wa phwo*] (F_N) avô/avó
musonyi [*wa lunga*] (M_N) musonyi [*wa phwo*] (F_N) primo/a

Os nomes acima selecionados são de parentesco, ou seja, designam os membros de família e têm aspectos genéricos, ao mesmo tempo são tidos como comuns de dois. Assim, a distinção do género é possível recorrendo aos lexemas determinantes "lunga/phwo, diyala/muhatu, ulume/ukãyi e yakala/kento". Os exemplos acima são da língua Cokwe para representar as LB de Angola.

Verifica-se, portanto, que sem os lexemas já ditos ao lado desses nomes, não é possível distinguir o género. Por isso, a cada nome genérico se associa à sua direita o lexema em questão, em posição de determinante, para o masculino "lunga" e para o feminino "phwo". Para o efeito de concordância, o nome determinado junta-se ao seu determinante mediante o conector ditado pelo substantivo principal. Desta forma será: **D^{do} + pp-a + D^{te}**.

(16) mwana wa lunga
/mu- ana + u- a + Ø- lunga/
/PN1 BN + PP1-Vc + PN5 BN/
[ND^{do}-criança + C^{tor}- de + ND^{te}- homem]

Mwana é o determinado, *wa lunga* é o determinante. O elemento *wa* é o conectivo para a concordância com o substantivo a ser determinado. Por regra, os dependentes de nomes, em LB, colocam-se em posição posposta para concordarem com prefixo nominal do substantivo.

3. Implicação do género no falar quotidiano em luanda

(17) Mona wadiyala "filho" Kimbundu
/mu-ana + u- a + di- yala/

/PN1-criança-[ND^{do}]+ PP1-de-[C^{tor}] + PN5-homem-[ND^{te}]/
"Criança de homem"
(18) Mwana kento "filha" Kikongo
/mu- ana + Ø- kento/
/PN1-criança-[ND^{do}]+ PP1-de-[C^{tor}] + PN1-mulher-[ND^{te}]/
"Criança de mulher"
(19) Mukweze wa lunga "o jovem" Cokwe
/mu- kweze + u- a + Ø- lunga/
/PN1- jovem-[ND^{do}] + PP1-de-[C^{tor}] + PN5-homem-[ND^{te}]/
"jovem de homem"
(20) munzangala wamuhatu "a jovem" Kimbundu
/mu- nzangala + u- a + mu- hatu/
/PN3-jovem-[ND^{do}] + PP3-de-[C^{tor}] + PN1- mulher-[ND^{te}]/
"jovem de mulher"
(21) kuku wulume "o avô" Umbundu
/Ø-kuku + u- a + u- lume/
/PN1-avô-[ND^{do}] + PP1-de-[C^{tor}] + PN1-homem-[ND^{te}]/
"avô de homem"
(22) kuku wukãyi "a avó" Umbundu
/Ø-kuku + u-a + u-kãyi/
/PN1-avó-[ND^{do}] + PP1-de-[C^{tor}] + PN1-mulher-[ND^{te}]/
"avó de mulher"

Na base dessas expressões acima vindas da LB é mais perceptível no português quotidiano o seguinte:
(23) avô de homem em vez de o avô
(24) avó de mulher em vez de a avó
(25) filho de homem em vez de o filho
(26) filho de mulher em vez de a filha
(27) rapaz de menina em vez de a rapariga.
(28) jovem de homem em vez de o jovem.

Sem dúvida nenhuma que os nativos de LB, que têm o género formado, usando os lexemas determinantes "homem, mulher", para os nomes humanos, não se asseguram de que dizer "o avô, a avó, o filho, a filha, o jovem, a jovem" já contém o género. Desta maneira, só é correto quando se associa ao nome um determinante lexemático como já referenciado, em várias ocasiões acima.

Ademais, temos a reprodução das mesmas expressões utilizando os determinantes do português nestes moldes:

(29) *O meu filho [de homem]* me levou no hospital.
(30) *O meu filho [de mulher]* é que paga a casa.
(31) Pai, *o avô [de homem*] disse para lhe ligar.
(32) *A amiga dela [de mulher]* é da escola dela.

Fora de todas as expectativas, essas expressões assim construídas só são compreendidas e têm significados exclusivamente junto das populações de cultura bantu, cujas realidades linguísticas estejam relacionadas. Os falantes do português de outras latitudes, caso de Portugal ou Brasil, dificilmente e quase nunca poderão perceber o significado dessas construções e a que remetem semanticamente.

Mais uma vez, trata-se, aqui, de uma característica linguística, a tomar em conta aquilo que é o falar do português nos países africanos, consequentemente, identidade da variedade africana do português, o caso concreto português falado em Angola.

Considerações finais

A língua tem uma constante dinâmica ao longo do tempo e em cada espaço onde vivem e convivem mais línguas e culturas. Angola é um país pluriétnica e multilíngue. O multilinguismo em Angola explica-se pela existência das línguas Bantu a coabitarem com a língua Portuguesa, esta como língua oficial e de escolarização no país. É preciso realçar que as comunidades esmagadoras de origem Bantu não são escolarizadas suficientemente e obrigadas a falar o português, adaptam-no em suas culturas. Desta visão, surge a nossa preocupação que se prende com o uso do traço "género" nos substantivos de bantu para a fala da língua portuguesa.

Como é incontornável o contato de línguas no espaço angolano, os falantes do português em Luanda e em várias províncias angolanas aplicam o género dos substantivos, seguindo as normas de convívio sociolinguístico, isto é, o género baseado no critério sexo, pois é natural. A lógica da cultura e línguas Bantu é que, os substantivos designando os objetos, abstratos, concretos não-contáveis, massa e líquidos não possuem sexo; por conseguinte, têm o género zero (Ø), ou seja, não se marca o género a esses substantivos. Em Bantu, apenas os substantivos humanos e animais são susceptíveis de género. Para esses, o critério de sexo é indispensável.

A marcação contempla um substantivo determinado mediado por um conectivo e um lexema determinante cujo significado remete para "mulher, homem"; para os nomes animais, aqueles de facto que têm o sexo visível recorrem aos lexemas com significado de "fêmea e macho", funcionando como determinantes. Semanticamente, os falantes da língua portuguesa, em Angola constroem enunciados como "filho de homem", "filho de mulher", "avô de homem", "avó de mulher", "jovem de homem", "jovem de mulher" em que os lexemas "homem" e "mulher" têm o privilégio de identificar o género do ser em questão. Portanto, são as implicações de marcação do género em línguas Bantu presentes no falar do português em Luanda, quiçá em todas as províncias fruto desse constante contato das línguas neste território.

Referências

ANDRIAMAMONJY, P. Le rôle du genre gramatical au cours de la reconnaissance de noms. *L'année psychologique,* vol. 100, nº 3. p. 419-442, 2000.

ARMELIN, P. Classifying nominals in brazilian portuguese: a unified account for gender and inflectional class. In: VESELOVSKÁ, L.; JANEBOVÁ, M. (Org.). *Complex visibles out there:* language use and linguistic structure. 1ed. Olomouc: Palacký University, p. 67-82, 2014.

AUGUSTO, M. R. A.; CORRÊA, L.S. *Marcação de gênero, opcionalidade e genericidade: Processamento de concordância de gênero no DP aos dois anos de idade*. Linguística, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 207-234, 2005.

AZEREDO, M. O. et al. *Gramática Prática de Português, da comunicação à expressão*, 3º Ciclo e Ensino Secundário, Lisboa: Lisboa Editora, 2015.

BUSCH, A.; STENSCHEKE, O. *Germanistische Linguistik*. Tübingen: Narr, 2014.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: Noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2013.

CARAVALHO, D. *O traço de género na morfossintaxe do português*. *Revista D.E.L.T.A*, vol.34, nº.2, p. 635-660, 2018.
CORBETT, G. G. *Gender*. London: Cambridge University Press, 1991.
GALLISSON, R.; COSTE, D. *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
LAGARDE, M. *La multidimensionalidad de la categoría género y del feminismo*. Ediciones Episteme, SL, 1996.
MIGUEL, M. H. S.; ALVES, M. A. *Saber+ Manual de Língua Portuguesa para o ensino universitário*. Luanda: Edição de autores, 2016.
ROCHA, A. *Termos básicos de literatura, linguística e gramática*. Edição 6711, Publicações Europa-América, Mira- Sintra, 1997.
YULIUVA, F. G. "Acerca del género como categoría analítica". *Nómadas Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. Nº 13. Universidad de Oriente Santiago de Cuba, 2006.

ABREVIATURAS

C^{tor} Conectivo ou conector
D^{te} Determinante
D^{do} Determinado
$G_{Ø}$ Género zero ou nulo
LP Língua Portuguesa
LB Línguas Bantu
ND^{do} Nome determinado
ND^{te} Nome determinante
PN Prefixo Nominal
BN Base Nominal
F_G Feminino gramatical
M_G Masculino gramatical
F_N Feminino natural
M_N Masculino natural
PP Prefixo pronominal
Vc Vogal do conectivo

CAPITULO 12

As interjeições no português angolano: a língua e a cultura em debate sob perspectiva sociolinguística

Felismino da Conceição Paulo Sérgio
Alexandre António Timbane

Introdução

As interjeições são expressões que refletem emoções, reações e sentimentos de forma rápida e muitas vezes involuntária. Não somente, elas também servem como um recurso linguístico que enriquece a comunicação, permitindo que os falantes expressem emoções de maneira mais intensa. É importante salientar que, em muitos casos, tais emoções são transmitidas em forma de gritos, tal como garantem nas suas abordagens Cunha e Cintra (2016, p. 605), “Interjeição é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções”.

Seguindo, sabe-se que, como reações emotivas, as interjeições não apenas são transmitidas por uma única expressão, sendo que os sentimentos podem ocorrer em diversos contextos e de maneiras diferentes. Daí a necessidade de destacar as diversas formas das reações emotivas transmitidas pelos falantes. Conforme Cunha e Cintra (2016, p. 605), “a mesma reação emotiva pode ser expressa por mais de uma interjeição. Inversamente, uma só interjeição pode corresponder a sentimentos variados e, até opostos. O valor de cada forma interjectiva depende fundamentalmente do contexto e da entoação”.

No âmbito do português angolano, as interjeições podem soar de maneira que reflete as características das influências das expressões de línguas locais. Esses incluem o Kimbundo e o Umbundo, salientando que ajudou no aprofundamento do vocabulário e, em particular, o português de Angola como variante. Na visão de Sassuco (2021, p. 24), “[...] no caso de Angola, o Português em contacto com as Línguas Bantu (LB) acaba por se edificar numa variedade linguística africana chamada Língua Portuguesa de Angola [...] assim, é necessário a atenção quanto aos aspectos linguísticos em qualquer região de Angola em contacto com as Línguas Bantu de Angola (LBA)”.

A sociolinguística estuda como a linguagem varia e muda em diferentes contextos sociais. Assim, no caso das interjeições angolanas, elas podem variar consoante a região, etnia e classe social, evidenciando a diversidade da língua portuguesa em Angola. Logo, é preciso fazer menção de que o sentido das interjeições muda consoante a emotividade. Como caracterizam Monteiro e Xatara (2010, p. 4), “[...] existem ainda certas interjeições que têm normalmente vários sentidos e para cada sentido a tonalidade emotiva é diferente”.

Nos últimos anos, é evidente que, de fato, há interesse crescente em matéria sociolinguística angolana, contudo ainda permanecem enormes desafios em relação às pesquisas sobre interjeições. Em termos das carências principais, a primeira e provavelmente a maior destas necessidades é a ausência de investigações feitas exclusivamente sobre as interjeições no português angolano, visto que a crescente valorização dessa variante se deve ao desenvolvimento de novas falas. Labov (2008, p. 221),” é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer “a mesma” coisa [...]”.

Com isso, tendo em conta o crescimento da variante angolana nos últimos

tempos, questionamos o seguinte: quais as interjeições frequentes no português angolano que aparecem nas letras dos variados estilos musicais? Para isso, elaboramos as seguintes hipóteses. 1) O uso das interjeições nas músicas facilita a compreensão das mensagens cantadas pelos artistas. 2) As interjeições marcam uma identidade linguística própria dos angolanos na comunicação do seu dia a dia.

Assim sendo, o objetivo geral traçado para a presente pesquisa, consiste em analisar as interjeições nos variados estilos de música (Kuduro, Kizomba, Semba e Hip Hop). Em seguida, a pesquisa busca discutir as relações entre língua e sociedade no contexto angolano, assim como compreender a relevância das interjeições na compreensão de uma língua (variedade). Por fim, pretende-se identificar traços próprios das interjeições do português angolano à luz das relações entre língua e cultura.

Logo, elaboramos uma revisão de bibliografias organizada, por meio da qual foi possível dialogar com autores, como Sassuco (2021), Labov (2008), Klafke (2017), Aguilar (2011) e Cunha & Cintra (2016). Seguindo, efetuamos uma análise das letras dos variados estilos musicais de diferentes artistas no contexto angolano num total de 10, desde o Semba, o Kuduro, a Kizomba e o Hip Hop. Em suma, as interjeições enriqueceram o português angolano, tal como contribuíram para a diferenciação da variante do português falado em outros países, particularmente os de língua oficial portuguesa.

A pesquisa sobre interjeições na língua portuguesa falada em Angola é essencial para compreender as dinâmicas culturais e linguísticas do país. Tal investigação não somente descortina aspectos linguísticos, mas também contribui para a valorização da diversidade cultural e linguística angolana, enfatizando a importância da língua como um instrumento de identidade e de expressão social.

As abordagens da presente pesquisa se encontram na seguinte sequência: 1ª seção, a variação linguística de uma língua; já na 2ª seção, encontramos o português angolano e o preconceito linguístico; na 3ª seção é possível encontrar as interjeições numa língua e sua relação com a cultura; enquanto na 4ª seção encontramos as interjeições, conceito e características das interjeições; na 5ª e última seção temos as relações entre língua e cultura.

1. A variação linguística de uma língua

É importante considerarmos a questão da variação linguística como um fenômeno universal, tendo em conta a sua abrangência em diferentes territórios em que um mesmo idioma é falado de variadas formas que a sociolinguística chama de variantes linguísticas. Na visão de Mollica (2004, p. 10), “a variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes [...]”. Com isso, compreende-se ser fundamental considerar as variantes linguísticas um avanço e não um recuo, sendo que a língua está em constantes mutações.

Sabe-se que as mutações que normalmente ocorrem num determinado idioma dizem muito sobre os falantes dessa mesma língua, daí que essas transformações ocorrem de região em região em contextos completamente diferentes um do outro. Nesse caso, a sociolinguística considera tais modificações nas falas como variante regional.

De acordo com Coelho et. al. (2015, p. 23), “É certo que, quando se fala em variação linguística, os exemplos que costumam vir primeiro à mente dizem respeito ao nível do léxico, ou seja, das palavras que compõem uma dada língua, quase sempre associados à variação regional. A mesma realidade é

representada, conforme a região, por palavras diferentes [...]".

Seguindo, a variação regional é um fenômeno que também é marcado não só pelas mutações dos traços linguísticos que ocorrem numa determinada língua, como também por um fator que para muitos influenciou bastante nos surgimentos das variantes, no caso, o fator colonização. Ou seja, das vezes que os colonizadores invadiram os territórios colonizados, o primeiro passo era implementar as suas línguas, assim, a fala dos habitantes da região colonizada passou a ser inspirada pela língua do colonizador.

Conforme Coelho et al. (2015, p. 36), "a variação regional está associada, algumas vezes, à etnia colonizadora de uma comunidade. Isso ocorre porque a língua do povo colonizador acaba influenciando a língua da região colonizada [...]". As concepções da variação linguística têm variado também de acordo com seu valor **padrão** e **não padrão**, onde muitas vezes notamos que a variante **não padrão** é estigmatizada até certo ponto diminuída e a variante **padrão** é aquela considerada da elite, de prestígio por supostamente ser a mais conservadora, só que, dada a relevância do assunto, é importante salientar que cada uma variante tem o seu devido valor e importância. Assim, se de um lado temos uma variante conservadora, por outro lado temos uma variante inovadora.

Nessa senda, Coelho et al. (2015, p. 18) afirma: "[...] vale estabelecermos a diferença entre variantes **padrão** e **não padrão**. As variantes padrão são, *grosso modo*, as que pertencem às *variedades cultas* da língua; já as variantes não padrão costumam se afastar dessas variedades [...]". Com isso, compreende-se que o afastamento das variantes não padrão é resultado da estigmatização dessa variante no cenário linguístico por parte dos defensores da variante padrão, por conta da sua característica inovadora. Além disso, é importante realçar que não há variante inferior ou superior a outra, independentemente das suas mutações, cada uma possui uma forma peculiar e isso não afeta de maneira nenhuma o procedimento do sistema linguístico. Tal como garantem Coelho et. al. (2015, p. 16) "[...] a variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre os falantes" – o que podemos perceber quando observamos que as pessoas à nossa volta falam de maneiras diferentes, mas sempre se entendem perfeitamente.

2. O português angolano e o preconceito linguístico

A República de Angola tem a língua portuguesa como a sua língua oficial, não somente, o estado angolano valoriza e incentiva e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas do território angolano, como está plasmado na constituição da república de Angola (2010). Com isso, é fundamental salientar o importante papel das demais línguas de Angola (línguas bantu) na construção da variante do português angolano, que a torna totalmente diferente de outras variantes do português, com características que identificam o povo angolano.

Tal como garante Undolo (2014, p. 95), "a presença de múltiplas línguas, predominantemente do grupo de línguas bantu, em contato como o português, no território angolano, é determinante para explicar determinados fenômenos de mudança no PA que aqui nos propomos analisar [...]". Só que, apesar da considerada ascensão da variante do português angolano conquistando o seu espaço no cenário sociolinguístico nacional, vale destacar que a língua portuguesa consagrada como oficial após a conquista da independência, continua a ser a variante europeia, dando a entender a extensão do período

colonial mesmo após 50 anos de independência da Angola.

Importa-nos relatar, que estudos são feitos em prol da variante do português angolano, dando ênfase aos traços linguísticos inovadores que vão surgindo ao longo do tempo na sociedade angolana, só que, esses traços inovadores ainda têm levantados várias contestações principalmente por parte dos ditos conservadores que defendem a variante padrão. Daí que essas contestações têm levado ao preconceito e a consequente discriminação linguística da variante não padrão, induzidos aos falantes dessa variante a pensar que os angolanos falam mal o português.

De acordo com Santana e Timbane (2021, p. 56), “em Angola, é bastante comum que as pessoas digam que “só em Portugal se fala bem o português e que os angolanos falam mal”. Os falantes se baseiam na ideia da existência de “língua certa” e quem não obedece a esse padrão “não sabe falar” a LP. Essa visão sobre a língua está permeada de preconceitos linguísticos, pois tende a homogeneizar a língua como se existisse uma única forma correta de falar uma língua”. Logo, é importante termos a noção que não existe uma única forma de fala numa determinada língua, independentemente do idioma, cada um tem a sua variante, por mais que estejam no mesmo espaço geográfico, de uma ou de outra forma as pessoas tendem a falar diferente uma da outra, e não é sobre quem fala mal ou quem fala bem, é sobre as mutações da língua, sendo que ela não é estática e sim dinâmica.

Atualmente, apesar do crescente número de estudos sobre a variante do português angolano, a lógica hegemônica de que o bom comunicador é aquele que fala a variante do português europeu, particularmente o de Portugal continua prevalecendo no contexto angolano, com isso, é notória a reprodução do estigma e do preconceito linguístico que os falantes da variante do português angolano vêm sofrendo, por conta das suas falas que não se adequam ao sotaque dos portugueses.

> No contexto angolano, falar “corretamente” significa reproduzir a fonética, a morfologia, a sintaxe, entre outros níveis linguísticos característicos do português europeu. Quem mais se aproxima do estilo de falar europeu, portanto, é considerado como o “bom” falante, sendo que o oposto acaba sendo designado como o “mau” falante ou aquele que não “sabe falar português. (Santana e Timbane, 2021, p. 69, grifos dos autores).

Assim sendo, é comum que as pessoas que não conseguem reproduzir a fala do padrão luso, sejam julgadas preconceituosamente e de forma discriminatória como maus falantes do português, por não dominarem o sotaque europeu de Portugal. Ainda assim, vale realçar que a variedade linguística não será suplantada pelo padrão. Conforme Faraco (2004, p. 42), “[...] o padrão não conseguirá jamais suplantar a diversidade, porque, para isso, seria preciso o impossível (e o indesejável, obviamente): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história [...]”.

3. As interjeições numa língua e sua relação com a cultura

Sabe-se que a língua é um dos fatores de identificação de uma determinada cultura ou grupo social. Logo, ao falarmos dos traços que identificam uma dada cultura ou grupo social, indiscutivelmente temos de falar da língua e a sua relação com a cultura, não há como falar de um sem falar do outro, sendo que ambas se encontram num processo semelhante de

metamorfoses constantes. Não somente, essa relação estende-se à questão do comportamento social e às expressões culturais de uma nação. Conforme Santana (2012, p. 49), “A língua, enquanto fator eminentemente social, é fortemente caracterizada por aspectos culturais e por eles influenciada, por ser um comportamento social acaba por se tornar elemento constituinte de uma das expressões culturais de uma nação [...]”.

Sendo que as interjeições são as formas de linguagem que servem para expressar as diversas emoções no seio social, é notória a ligação com a identidade cultural. Daí ser importante salientar, que por meio das interjeições conseguimos identificar se o/a falante pertence a que grupo social ou nacionalidade, porque tais emoções são expressas de acordo o contexto de cada um. Contextualizando essa perspectiva, Lunardi (2005, p. 30) afirma, “a esse respeito, é visto que a língua é um dos elementos centrais na formação, por exemplo, das identidades nacionais [...] ao lado da língua são criados também símbolos que identificam a identidade da nação, como por exemplo, [...] aspectos culturais e sociais que a definem como uma identidade”.

A maneira como expressamos as nossas emoções através da fala, direta ou indiretamente, conseguimos expressar por meio delas os nossos traços culturais, pelos quais somos identificados como indivíduos pertencentes a um determinado grupo ou sociedade. Assim, compreende-se que, por meio da capacidade cognitiva do ser humano, as interjeições transformam em som aquilo que está no abstrato, facilitando a sua relação com o próximo.

> O ser humano pode ampliar suas noções de tempo e espaço, como também desenvolver a capacidade de raciocínio abstrato a partir da linguagem. Através das mediações emocionais e da linguagem, necessárias para manter as relações com os outros, vamos construindo as categorias fundamentais do psiquismo humano: consciência, atividade, afetividade e identidade. (Lunardi, 2005, p. 13).

4. As interjeições, conceito e características das interjeições

Sabe-se que as interjeições são aquelas palavras consideradas invariáveis, por meio das quais podemos exprimir emoções de várias formas como sensações e estado de espírito. Conforme garantem nas suas abordagens Neto e Infante (1998, p. 311), “interjeições são palavras invariáveis que exprimem emoções, sensações, estados de espírito, ou que procuram agir sobre o interlocutor, levando-o a adotar determinados comportamentos sem que se faça uso de estruturas lingüísticas mais elaboradas”.

De entre várias concepções sobre o conceito das interjeições, Aguilar (2011, p. 1) argumenta: “As interjeições são palavras invariáveis proferidas de forma espontânea, que exprimem estados emocionais, sensações e sentimentos. São recursos expressivos do interlocutor, na medida em que, dispensam estruturas linguísticas mais elaboradas”.

Por outro lado, Chini e Caetano (2020, p. 205), definem a interjeição como sendo “palavra que exprime estados afetivos, emotivos, de apelo, estando, por isso, muito ligada à estilística”. Diferentemente, dos autores acima citados, Bechara (2009, p. 417) garante, “o tipo mais simples de frase é o constituído pela interjeição. Já é antiga em gramática a ideia de a interjeição não ser, a rigor, uma palavra “, mas que equivale a um enunciado independente ou a uma oração inteira”. Logo, essa ideia traz a percepção de que até mesmo a gramática sempre nos transmite a concepção de que a interjeição não é considerada

exatamente uma palavra, por conta de sua característica particular que a torna única e diferente de outras palavras. Seguindo, tal característica leva as interjeições a adotarem uma sintaxe independentemente dos outros aspectos linguísticos.

> As interjeições são geralmente definidas pela literatura como uma classe de palavras aberta e heterogênea, cuja função é expressar sentimentos e emoções do falante. Em geral, as interjeições são exemplificadas por meio de itens como: 'psiu!', 'oba!', 'meu Deus!', 'vixi!', 'tomara!', entre outros itens e construções. Em geral, as interjeições possuem uma sintaxe independente dos outros itens da sentença e são consideradas apenas vagamente integradas, ou não integradas, aos outros itens linguísticos que compõem uma sentença. (Basso e Teixeira, 2019, p. 11).

O papel desempenhado pelas interjeições no cenário linguístico merece o mesmo destaque que qualquer outro elemento linguístico quando se trata de estudos gramaticais de uma determinada variedade de língua, por conta da sua influência na expressão de alguns sons. Não somente, é importante salientar que as interjeições deviam merecer mais atenções quando se trata de estudos linguísticos, é notória a importância que essas classes de palavras possuem no desenrolar de um processo de comunicação e não só. De acordo com Basso e Teixeira (2019, p. 12), "a classe das interjeições é certamente, dentre as classes de palavras tradicionalmente consideradas, aquela que recebeu menos atenção nos estudos linguísticos, e isso é o caso também do ponto de vista da semântica [...]".

Toda e qualquer variedade de língua tem a presença das interjeições, por conta da sua espontaneidade, daí a necessidade de elas serem consideradas como partes integrantes dos discursos em qualquer idioma falado. Conforme Klimsa (2022, p. 58) "as interjeições, consideradas como integrantes do discurso, são encontradas em todas as línguas. Tendem a ser espontâneas, são intencionais e socialmente convencionais e, ao mesmo tempo, requerem ou não a existência de um ou mais destinatários".

Em determinados contextos, existem interjeições que, apesar de seu valor significativo, variam muito em grau para que a expressividade dela ganhe mais ênfase, daí a necessidade de prestarmos atenção às características próprias de maneira que consigamos distinguir uma da outra. Tal como garante Svobodová (2012, p. 12), "são palavras invariáveis, ou seja, não são submetidas nem à flexão nominal [...], nem à flexão verbal [...], com a exceção de algumas poucas interjeições que em certos contextos podem variar em grau, tendo depois um valor ainda mais expressivo. Isto acontece sobretudo nas interjeições secundárias - palavras derivadas pelo processo de conversão [...]".

Na senda das características das interjeições, é importante fazer menção de que elas possuem singularidades próprias que as tornam completamente diferentes de outras classes de palavras gramaticais, sendo a particularidade formal como a principal. Conforme Svobodová (2012, p. 12), "As interjeições caracterizam-se pela sua peculiaridade formal, o que é uma das principais características que as distingue das outras classes gramaticais".

Não apenas, existem outras particularidades pelas quais é possível distinguir morfologicamente uma interjeição de outras classes de palavras gramaticais, e que por meio dessas singularidades elas acabam por afastar-se das demais palavras, acabando por se completarem elas mesmas. Svobodová

(2012) argumenta o seguinte: Do ponto de vista formal, podemos dividir as interjeições em simples (constituídas por uma só palavra) e em locuções interjetivas (constituídas por duas ou mais de duas palavras) que são derivadas das frases ou palavras que perderam o seu significado original. Em linguagem contemporânea, ao desejarmos enunciar o número máximo de informações em pouco tempo, predominantemente utilizamos, para este fim, as interjeiçõessimples. (Svobodová, 2012, p. 12).

Quadro 1: Interjeições identificadas

Alegria	**Estímulo**	**Agradecimento**	**Pedido de ajuda**
viva!, oh!, ah!, uhu!, eh!, que bom!, boa! oba!	ânimo!, eia!, adiante!, avante!, coragem!, firme!, força!, upa!, vamos!	graças a Deus!, obrigado!, obrigada!, agradecido! grato!	socorro! Quem me acode? Ó da guarda!
Aplauso	**Desagrado**	**Espanto**	**Admiração**
bis!, bem!, bravo!, viva!, boa!, isso!, apoiado!, hurra!, parabéns!, muito bem! Força!	bolas!, irra!, mau, mau! Que chatice!, que maçada! Ora bolas!, Macacos me mordam!,	eh! eh, pá! ena, pá!, meu Deus!, virgem!, uai!, chiça!, oh!, poxa!, caramba!, xi!, quê!, nossa!, opa!, quem diria!, epa!;	uau!, caramba!, ah!, céus!, chi!, oh!, uh!, ué!, puxa!, gente!, uai!, horra!, nossa! Puxa vida!
Aprovação	**Alívio**	**Dor**	**Impaciência**
Claro!, Sim!, Pois não!, Tá!, Hã-hã!;	ah!, ufa!, uf!, ainda bem!, arre!	ai! ui! ai de mim! Valha-me Deus! não aguento mais!	hum!, hem!, raios!, diabo!, puxa!, pô!
Saudação e despedida	**Silêncio**	**Afugentamento**	**Desejo**
olá!, ora viva!, alô!, oi!, adeus!, salve!, viva! hei! adeus! até logo!, tchau!	psiu!, silêncio!, psit!, alto! calada! basta! chega! quietos! bico fechado!	arreda!, sai!, fora!, xô!,toca!, passa!, roda!, rua!, xô pra lá, safa!	oxalá!, queira Deus!, oh!, pudera, pudera! se Deus quiser! Quem me dera!
Medo	**Advertência**	**Repulsa**	**Desculpa**
credo!, cruzes!, que medo!, uh!, ui!, socorro!	alerta!, cuidado!, alto lá!, calma!, olha!, atenção!, fogo!, cautela! devagar!,	basta!, para!, abaixo!, essa agora!, chega!	perdão! perdoa-me (me perdoa!)!

Fonte: Aguilar (2011, p. 1).

Quadro 1: Interjeições identificadas

Alegria	**Estímulo**	**Agradecimento**	**Pedido de ajuda**
viva!, oh!, ah!, uhu!, eh!, que bom!, boa! oba!	ânimo!, eia!, adiante!, avante!, coragem!, firme!, força!, upa!, vamos!	graças a Deus!, obrigado!, obrigada!, agradecido! grato!	socorro! Quem me acode? Ó da guarda!
Aplauso	**Desagrado**	**Espanto**	**Admiração**
bis!, bem!, bravo!, viva!, boa!, isso!, apoiado!, hurra!, parabéns!, muito bem! Força!	bolas!, irra!, mau, mau! Que chatice!, que maçada! Ora bolas!, Macacos me mordam!,	eh! eh, pá! ena, pá!, meu Deus!, virgem!, uai!, chiça!, oh!, poxa!, caramba!, xi!, quê!, nossa!, opa!, quem diria!, epa!;	uau!, caramba!, ah!, céus!, chi!, oh!, uh!, ué!, puxa!, gente!, uai!, horra!, nossa! Puxa vida!
Aprovação	**Alívio**	**Dor**	**Impaciência**
Claro!, Sim!, Pois não!, Tá!, Hã-hã!;	ah!, ufa!, uf!, ainda bem!, arre!	ai! ui! ai de mim! Valha-me Deus! não aguento mais!	hum!, hem!, raios!, diabo!, puxa!, pô!
Saudação e despedida	**Silêncio**	**Afugentamento**	**Desejo**
olá!, ora viva!, alô!, oi!, adeus!, salve!, viva! hei! adeus! até logo!, tchau!	psiu!, silêncio!, psit!, alto! calada! basta! chega! quietos! bico fechado!	arreda!, sai!, fora!, xô!,toca!, passa!, roda!, rua!, xô pra lá, safa!	oxalá!, queira Deus!, oh!, pudera, pudera! se Deus quiser! Quem me dera!
Medo	**Advertência**	**Repulsa**	**Desculpa**
credo!, cruzes!, que medo!, uh!, ui!, socorro!	alerta!, cuidado!, alto lá!, calma!, olha!, atenção!, fogo!, cautela! devagar!,	basta!, para!, abaixo!, essa agora!, chega!	perdão! perdoa-me (me perdoa!)!

Fonte: Aguilar (2011, p. 1).

Através do quadro acima, é possível observar a ilustração das várias formas de transmitir as emoções em diferentes sentimentos. Além disso, é importante reiterarmos que as emoções transmitidas por meio das interjeições variam de contexto. Logo, é relevante situarmos o contexto de Angola, com o foco particular nas letras dos diferentes estilos de música feitos por diferentes artistas no território angolano, conforme é possível observar nos exemplos a

seguir, em que uma interjeição aparece em seis músicas de diferentes autorias.

Ex: 1 = **éuéé** = (Sebem: Felicidade)
Ex: 2 = **éuéé** = (As Gingas: Lengueno lengueno)
Ex: 3 = **éuéé** = (Yannick: 1,2,3)
Ex: 4 = **éuéé** = (Párola feat Cubita: Não vai lá)
Ex: 5 = **éuéé** = (Bonga: São Slavador)
Ex: 6 = **éuéé** = (Puto Português feat Paulo Flores: Meu Semba)

A interjeição **éuéé** no contexto angolano consiste em assustar ou intimidar, ou seja, causar o sentimento de medo na pessoa que é advertida, diferentemente da ilustração no quadro 1. Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de o reduzido número de cantoras angolanas usar, nas suas músicas, as interjeições. Com isso, compreende-se que no contexto angolano os cantores usam mais as interjeições nas suas músicas, independentemente do estilo de música, conforme o quadro 2.

É importante salientar que cada artista tem sua própria voz e estilo. Não considerar ou incluir interjeições em suas canções faz parte do processo criativo e reflete decisões que o artista tomou para se destacar em um mercado tão concorrido. Muitas vezes, o que parece um vazio pode ser uma ausência deliberada que visa construir uma identidade mais forte e tocar a audiência de maneira mais profunda. Portanto, a simplicidade das letras, sem interjeições, pode ser uma forma de se conectar de maneira mais direta e impactante com o público. A seguir, apresenta-se o quadro 2, que sintetiza as interjeições usadas nos variados estilos de músicas angolanas por diferentes artistas.

Quadro 2: As interjeições usadas nos variados estilos de músicas angolanas

Cantor(a)	Interjeição	Sentimento	Estilo de Música	Título da Música
Bonga	éuéé	Medo	Semba	São Salvador
Jivago	aiuéé	Dor	Semba	Ramiro
Ary	aiuéé	Dor	Semba	Assuntos na banda
Yola Semedo	humm	Dúvida	Kizomba	Você me abana
Os Lambas	yá	Aprovação	Kuduro	Tá te cuiar
Yannick	hum hum	Aprovação	Hip Hop	Estou a desconfiar
Pérola ft Cubita	yá	Aprovação	Kizomba	Não vai lá
Os + Potentes	chéé	Surpresa	Kuduro	Vem cá
Chelsea Dinorath	oh, ah, eh,	Espanto	Kizomba	À toa
Yuri da Cunha	wawéé	Espanto	Semba	Tudo mudou
Sebem	ephaa	Estímulo	Kuduro	Felicidade
Yannick	yehaa	Estímulo	Hip Hop	Salta salta

Fonte: Dados da pesquisa

Por conta do vasto mosaico linguístico angolano, as línguas nativas têm desempenhado um grande papel para o crescimento da variedade do português falado em Angola, com isso, é possível perceber a influência das línguas nativas particularmente quanto as interjeições ou até mesmo locuções interjectivas. Logo, nota-se uma diferença nas interjeições dos Ovimbundos especificamente províncias como Benguela, Huambo, Bié e Huíla onde são notáveis as

interjeições de acordo com o quadro 3.

Quadro 3: Alguns exemplos

Interjeição	Sentimento
Okó	Espanto
Ové	Advertência
Aká	Desagrado

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto as locuções interjetivas usadas no contexto angolano, podemos destacar aqui algumas das mais usadas no português angolano, conforme o quadro abaixo.

Quadro 4: As locuções interjetivas

Locuções Interjetivas	Sentimento / PA
eh pa!	Surpresa, admiração, indignação
ai meu Deus!	Espanto, preocupação, desespero
epá, fogo!	Frustração
olha só!	Chamar atenção
tá maluco!	Incredulidade, crítica
fala só!	Favor de falar
mamã uéé!	Espanto, dor

Fonte: Dados da pesquisa

5. As relações entre língua e cultura

As relações entre língua e cultura remetem-nos à ideia do processo de transformações que ocorrem nelas. Com isso, é importante termos em conta a relevância da relação entre elas, pelo fato de quando se fala de uma língua automaticamente vem-nos em mente a questão dos fatores culturais sendo a língua um desses fatores que constituem a cultura de uma determinada comunidade ou povo, daí que vão surgindo vários debates em torno da Indivisibilidade entre ambas no processo de ensino e não só.

Conforme Oliveira; Santos; Dias (2013, p. 98), [...] “Dentre os debates, surgem algumas discussões importantes sobre a indissociabilidade entre língua e cultura. Ao ensinar uma língua, ensinam-se, concomitante a esta, valores culturais, pois palavras adquirem sentido apenas quando proferidas dentro de determinado contexto social regido por normas culturais”.

Seguindo, no tempo atual, com o crescimento dos estudos linguísticos crescem de igual modo as discussões em torno do nível da ligação entre língua e cultura, como tudo, há quem defende que essa ligação é uma valia porque visa valorizar a língua como um dos aspectos fundamentais da cultura por conta de quem as fala. Só que, por outro lado, existem também os que defendem a dissociação dessa ligação, cortando as relações entre ambas, dando a entender uma falta de consenso nos estudos sobre a relação entre a língua e a cultura.

De acordo com Oliveira; Santos; Dias (2013, p. 99), [...] “Assim, apesar das teorias que contradizem a dissociação entre língua e cultura, há quem se posicione a favor da separação entre estas a exemplo daqueles que adotam métodos de ensino que privilegiam estruturas linguísticas e marginalizam aspectos culturais”.

Apesar de já existirem inúmeras pesquisas em torno da relação entre língua e cultura, compreende-se que há necessidade da elaboração de mais

estudos abordando questões sobre essa temática, por conta de alguns estudos que tendem a analisar separadamente a língua dos fatores culturais. Sabe-se que a língua é um dos aspectos culturais pelos quais conseguimos identificar se um indivíduo pertence a que grupo social, tal como garantem Silva; Sousa (2017, p. 273), "O capital cultural de um grupo social está presente na fala de um falante desse grupo, o qual não fala por si só; ele fala em nome do grupo [...]". Com isso, é inegável a relação existente entre a língua e a cultura.

No contexto angolano, a relação entre a língua e cultura é muito valorizada por conta das características dos diferentes grupos étnicos lá existentes, onde ao analisar os aspectos culturais desses grupos étnicos, normalmente a língua tem sido um dos principais fatores para a identificação se o falante de tal língua nativa pertence a que grupo étnico.

Ex 7: Ao ouvir que um falante esteja a falar a língua Kimbundo, automaticamente percebe-se que pertence à etnia Ambundo.

Ex 8: Caso esteja a falar a língua Umbundo, percebe-se que é da etnia Ovimbundo.

Ex 9: E se estiver a falar a língua Kikongo nota-se que pertence ao grupo étnico Bakongo.

Conforme os exemplos acima mencionados, é possível compreender a forte ligação entre a língua e a cultura, logo, é de suma importância fazer menção que nenhuma língua deve ser analisada separada da função cultura.

> É a partir da língua que a experiência humana encontra uma expressão e por outro lado, a língua impõe aos seus falantes, um modo particular de leitura da realidade. Isso porque, nenhuma língua é separável da função cultural. Por isso, as relações entre a língua, comunidade e cultura são particularmente manifestadas no léxico [...]. (Costa, 2015, p. 54).

Ao não reconhecermos a relevância que a relação entre a língua e a cultura possui, estaríamos automaticamente negando a cultura de um determinado povo que fala essa língua, concordando com a prática colonial, quando, na época, os colonizadores proibiam os povos africanos de falarem suas línguas nativas em seu próprio território, com a ideia de apagarem por completo os traços culturais desses povos. Segundo Mingas (2021, p. 379), "O período colonial caracterizou-se pela não-aceitação das culturas africanas locais o que levou à proibição de utilização das línguas africanas locais, porque veículos, por excelência, das respectivas culturas [...]".

Nesse sentido, é importante reforçar que a língua é uma característica inerente à cultura. Daí que, ao se efetuar estudos sobre os fatores principais de uma determinada cultura, não se aconselha fazer um estudo separado um do outro, por conta dessa ligação que as torna praticamente inseparáveis, pois não há como falar sobre cultura sem falar da língua e vice-versa.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as interjeições nos variados estilos de música (Kuduro, Kizomba, Semba e Hip Hop). Com base nos resultados encontrados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, considera-se que o objetivo preconizado inicialmente foi alcançado. A presente análise visou, por meio de um estudo de caso feito em 10 letras dos mais variados estilos musicais de Angola, elaboradas por homens e mulheres, identificar traços próprios das interjeições do português angolano à luz das relações entre língua

e cultura.

É um estudo que teve como objetivo geral analisar as interjeições nos variados estilos de música (Kuduro, Kizomba, Semba e Hip Hop). Ao longo do capítulo foi possível observar que as interjeições não são meros elementos isolados da língua, mas sim componentes que refletem e interagem com aspectos da identidade cultural angolana. Logo, o principal resultado revelou que as interjeições como **éuéé**, **aiuéé**, **wawéé**, yá e chéé são interjeições únicas do português angolano e que frequentemente têm sido usadas por diferentes artistas musicais no contexto de Angola.

Entre os principais resultados, destaca-se o número reduzido de cantoras angolanas que optam pelo uso frequente das interjeições em suas músicas, em comparação aos cantores. No que tange às locuções interjetivas, nota-se que a forma de expressar sentimentos, emoções e estados de espírito no contexto angolano difere muito de outras realidades, o que torna a variedade angolana única.

Em relação aos principais resultados quanto às influências das línguas nativas, o estudo demonstrou que as interjeições da província de Luanda se diferem, por exemplo, das províncias de Benguela, Huambo, Bié e Huíla, devido a essa influência. A influência das línguas locais na formação e uso dessas interjeições é um aspecto que merece maior atenção, pois enfatiza a intersecção entre a língua e as tradições culturais.

Os resultados aqui apresentados oferecem evidências sobre a importância de aprofundar a discussão sobre as interjeições no português angolano, destacando sua relevância tanto linguística quanto cultural. Além disso, a pesquisa contribuiu mostrando que a inserção das interjeições no cotidiano dos angolanos apoia a afirmação de uma identidade e a valorização de um patrimônio linguístico único, ao mesmo tempo que cria um espaço de resistência cultural.

É válido ressaltar que o estudo das interjeições no português angolano também abre caminho para futuras investigações acerca de outras figuras de linguagem e suas utilizações em diferentes contextos socioculturais. Através da análise sociolinguística, entendemos que essas expressões vão além de uma simples função comunicativa; elas representam sentimentos, reações e a vivência do povo angolano, que, por sua vez, está imerso em um contexto histórico e social específico. Portanto, novas pesquisas podem enriquecer ainda mais o conhecimento sobre a língua portuguesa e suas múltiplas formas de expressão.

Em suma, o entendimento das interjeições no português angolano não deve ser visto apenas sob uma perspectiva linguística, mas também como um reflexo da cultura e da sociedade. À medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado, manter vivo o estudo dessas particularidades é essencial para a valorização das línguas e culturas locais. O português angolano, com suas interjeições vibrantes e significativas, é, portanto, um campo fértil para a ciência linguística e deve continuar a ser explorado e debatido, com o objetivo de celebrar a riqueza da diversidade linguística e cultural de Angola.

Referências

AGUILAR, L. *Interjeições e locuções interjetivas*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BASSO, R. M.; TEIXEIRA, A. Uma tipologia para as interjeições do português

brasileiro. *Revista do GEL*, São Carlos (SP), vol. 16, n. 3, p. 10 - 34, 2019.
BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Frontera, 2009.
COELHO, I. L. et al. *Para conhecer a Sociolinguística***.** 1.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
COSTA, T. M. C. J. da. *Umbundismos no português de Angola*: proposta de um dicionário de Umbundismos. 2015. 220f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2015.
CHINI, A.; CAETANO, M. M. *Gramática normativa da língua portuguesa*: um guia completo do idioma. Brasília: Conselho Federal / OAB, 2020.
CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
KLIMSA, B. L. T. *Estudo descritivo das interjeições da Língua Brasileira de Sinais - Libras*. 2022, 166f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.
KLAFKE, M. *Classes de palavras: interjeição*.1.ed. São Paulo: Contexto, 2017.
LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
LUNARDI, M. L.; GRACIELE, M. K. *Língua, cultura e identidade*. 1.ed. Rio Grande do Sul: UFSM, 2005.
MINGAS, A. A. Línguas e culturas em Angola**.** *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras***.** São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº 2, p.377-385, jul./dez. 2021.
MONTEIRO, T.; XATARA, C. *Dicionário de interjeições francês-português*: Plano Ed: Ed. UNESP: FAPERP, São Paulo, 2009.
MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
NETO, P. C.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Scipione LTADA, 1998.
OLIVEIRA, B. C. de; SANTOS, M. S.; DIAS, R. S. Língua - cultura: teorias e implicações para o ensino de línguas. *Metáfora Educacional*. Feira de Santana (BA), n.15, dez.2013.
SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M.; TIMBANE, A. A. *O português de/em Angola*: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino.São Paulo: Opção, 2021.
SANTANA, J. D. de. Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: língua-vidas em português. *Linha d'Água*, São Paulo, vol.25, n.1, p.47-66, 2012.
SVOBODOVÁ, I. *Emprego das interjeições em contos infantis em português*. 2012, 80f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Portuguesa), Faculdade de Letras, Universidade Masaryk. Brno, 2012.
SILVA, P. C. G.; SOUSA, A. P. de. Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. *Educação e Emancipação*, São Luís, vol. 10, n.6, p.260 – 285, set./dez. 2017.
UNDOLO, M. E. da S. *Caracterização da norma do português em Angola*. 2014. 329f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Évora, Évora, 2014

CAPITULO 13

Uso dos determinantes demonstrativos “esse” e “este” no português angolano

Esmerildo Kita Evaristo

Considerações Iniciais

O presente estudo é fruto de um projecto de investigação linguística cujo acrónimo é VAPA - Variedade do Português angolano, desenvolvido no GLN1 - Linha de Investigação *Variação e Mudança Linguística,* inscrito no Observatório da Educação e de Desenvolvimento Social (OBEDS) da Escola Superior Pedagógica do Bengo. Para o efeito, entendemos estudar os “Valores Semânticos dos Determinantes Demonstrativos Identificados a partir de Análise de *Corpus* Linguístico por Textos da Imprensa Angolana.”

Deste modo, considerados determinantes as palavras que especificam o nome, precedendo-o, concordando com o nome tanto em género como em número, contribuindo assim para o seu valor referencial. Eles podem ser de carácter demonstrativo, possessivo, artigo, interrogativo, relativo e indefinido. Entretanto, cingimo-nos em focalizar o uso dos determinantes demonstrativos: este, esse e aquele, assim como as suas combinações e variações, desempenhando diversos valores semânticos. Sendo assim, debatemo-nos com duas questões as quais tentamos dar as devidas respostas.

- Que valores desempenham os determinantes demonstrativos no PA?
- O uso dos D.Ds no PA converge ou diverge com o PE?

No sentido de responder estas questões, objetivamos do ponto de vista geral em contribuir para o conhecimento científico dos valores semânticos de determinantes demonstrativos no português de Angola.Especificamente, visamos constituir um *corpus* de análise; Discorrer sobre a aplicação dos determinantes demonstrativos a partir de análise de corpus linguístico por textos de imprensa angolana; Fazer um estudo comparativo dos determinantes demonstrativos entre o PE e o PA de modo a entender as particularidades de cada realidade linguística.

1.Norma e Variação Linguística

O Dicionário Electrónico Houasis da Língua Portuguesa (2007) apresenta duas definições a respeito da norma olhando particularmente para a língua. A primeira é “conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta factores linguístico e não linguísticos como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.).” E a segunda é “tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.”

A partir dessas duas definições pode-se revelar que a palavra norma pode remeter-nos a dois adjectivos: por um lado pode designar aquilo que é normativo, que nos levaria diretamente para gramática normativa, prescrevendo regras sobre o que deve ou não ser da língua, correspondendo assim a uma língua ideal. Por outro lado, pode designar aquilo que é normal ou

comum numa determinada comunidade linguística, fala-se aqui de uma gramática descritiva, representando a realidade linguística de uma comunidade sem fazer juízo de valor. Deste modo, "na língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da inovação, a força centrípeta da conservação, que, contra-regrando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o Português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes. " (Cunha & Cintra, 2008, p.2).

Assim sendo, "A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade linguística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal/ português de Brasil/ português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta/ linguagem média/ linguagem popular), seja, finalmente, do ponto de vista diafásico (linguagem poética/ linguagem da prosa)."(p.4). Nestes termos, é ainda relevante a seguinte reflexão:

> A idéia de que existe uma única linguagem "Normal" uma espécie de moeda corrente usada igualmente para todos os membros da sociedade, é uma ilusão. Qualquer linguagem em uso consiste em uma variedade muito complexa de discursos, diferenciados segundo a classe, região, gênero, situação etc., os quais de forma alguma podem ser simplesmente unificados em uma única comunidade linguística homogênea. O que alguns consideram norma, para outros poderá significar desvio: usar "ginnel" (beco) em lugar de "alleygnay" (travessa) pode ser poético em Brighton, mas constitui linguagem comum em Barnsley. (Eagleaton, 1997, p.7).

De uma forma mais pragmática, já olhando para a nossa realidade linguística, pode-se verificar que com o uso dos determinantes demonstrativos acontece o mesmo, pois enquanto que no PA é normal que se use o demonstrativo *esse* com valor temporal, referindo-se ao momento da enunciação, para o PE constitui um desvio. Deste modo, Undolo (2016, p. 33) num olhar mais particular entende que "para o caso de Angola, o normal corresponderá ao que designamos por PA; e o normativo é o que designamos por PE."

2.Competência Comunicativa

Partindo do pressuposto de que "A língua é um sistema de signos que exprimem ideias" (Saussure, 2006) quem se serve da língua para exprimir as ideias é o homem. Este, na qualidade de falante, deve saber adequar o seu discurso ao contexto, essa capacidade denomina-se competência comunicativa. De acordo com Azeredo *et al.* (2014, p. 13), "a competência comunicativa é a capacidade que o falante tem de usar a língua de forma adequada às situações de comunicação em que se encontra."

Note-se que se a linguagem articulada é um dos elementos que os indivíduos se servem para exprimirem seus sentimentos, o meio, a situação ou o contexto, são elementos essenciais ou definitórios de como e quando os exprimir. A título de exemplo, pode-se olhar para um pai que é professor cujo filho é seu aluno, este terá de ter competência de tratar aquele mediante o contexto que se encontrar, isto é, em casa tratá-lo por pai, mas na escola por professor. E esta competência deve-se reflectir de igual modo ao professor. Pelo que se pode ler em Panzo (2013, p. 25):

> A competência comunicativa é prioritária e fundamental para assegurar a melhor inserção e desenvolvimento do aluno, sobretudo nos primeiros anos de escolarização. Aceitar a língua como meio de comunicação remete para o desenvolvimento da competência comunicativa, na sua função receptiva, produtiva e interactiva. Quer dizer que o conhecimento da língua adquire-se e aperfeiçoa-se mediante o seu uso, o que pressupõe *ouvir*, *falar*, *ler* e *escrever*, sendo necessário promover a compreensão activa que permite que o aluno crie segurança em si mesmo, caso ele tenha a possibilidade de controlar melhor o seu processo de compreensão. Sentir-se-á, deste modo, mais seguro e autónomo na sua aprendizagem.

3.Determinantes

Nesta seção, apresentam-se os aspectos gerais decorrentes do estudo dos determinantes. Assim sendo, apresentam-se variados conceitos de diferentes autores no que tange à visão que os mesmos têm sobre o assunto, bem como o emprego destes na óptica do PE, nomeadamente: este, esse e aquele. Em virtude disso, servimo-nos como marco teórico das ideias de Mattoso (2003); Raposo *et al.* (2013); Azeredo *et al.* (2014). Autores estes, que nos possibilitaram a elaboração de uma descrição comparativa de duas realidades, isto é, Europeia e Angolana.

Para Mattoso (2003, p. 90), "Os determinantes são as palavras que se colocam antes dos substantivos, precedidos ou não de adjectivo, para lhes definirem o sentido, formando com eles uma relação de solidariedade (sintagma)." De acordo com Raposo "Os determinantes formam uma classe gramatical fechada de palavras, cujos membros estão em oposição paradigmática, ou seja, ocupam a mesma posição na estrutura do sintagma nominal, não podendo co-ocorrer entre si." (Raposo *et al*., 2013, p. 821).

Sendo assim, pode-se compreender que em Língua Portuguesa são considerados determinantes, as palavras que especificam o nome, precedendo-o, concordando com o nome tanto em género como em número, contribuindo assim para o seu valor referencial. Eles podem ser de carácter demonstrativo, possessivo, artigo, interrogativo, relativo ou indefinido. Entretanto, cingimo-nos em focalizar o uso dos determinantes demonstrativos: este, esse e aquele. Assim como as suas flexões e combinações.

3.1.Determinantes Demonstrativos

Antes de discorrermos sobre os determinantes demonstrativos do atual Português, faremos uma analepse às origens dos mesmos determinantes, visto que a Língua Portuguesa deriva do latim, língua que tem origem na Itália, propriamente na região do Lazio, como qualquer língua sofreu variações em vários domínios, tendo se dividido em latim clássico ou erudito e latim vulgar ou popular, por consequência disso, o português recebeu grandes influências da via popular. Sendo assim, os determinantes demonstrativos não foram uma excepção, tal como veremos nos parágrafos que se seguem.

> O latim clássico possuía três séries de demonstrativos dêiticos, com um valor (aproximadamente) semelhante aos do Português, havendo em cada série uma forma masculina, uma feminina e uma neutra: (i) *hic, haec, hoc* '*este, esta*, isto'(indicando localização próxima do falante); (ii) *iste, ista, istud'esse, essa*, isso'(indicando localização próxima do ouvinte); e (iii) *ille, illa, illud 'aquele, aquela*,

> aquilo'(indicando localização afastada quer do falante quer do ouvinte). O latim possuía também um demonstrativo exclusivamente de uso anafórico, também com três formas: *is, ea, id*. (Raposo *et al.,* 2013, p. 860).

No período imperial, o latim falado (chamado latim vulgar) sofre uma série de alterações que estão em última instância, na origem do artigo definido e dos determinantes demonstrativos do português e das outras línguas românicas. O determinante ille passa a usar-se cada vez com mais frequência, quer isolado quer combinado com um nome, perdendo progressivamente a sua dimensão dêitica em sentido estrito de assinalar localização afastada do falante e do ouvinte. Este "empobrecimento" semântico vai dar diretamente origem aos pronomes pessoas de 3ª pessoa e ao artigo definido. (*Ibidem*, p. 860). Com a "saída" de *ille* do sistema dos demonstrativos propriamente ditos, *esse* espaço estrutural fica em aberto, sendo preenchido pela combinação de *ille* /com a forma *accu* (ou seja, *accu* + *ille*). (*Ibidem*, p. 861).

No latim vulgar, o demonstrativo hic do latim clássico cai em desuso. Para preencher o seu lugar, recorre-se ao demonstrativo de segunda pessoa, que passa, assim, a funcionar na primeira pessoa, mas agora deixando vaga, por sua vez, a função de 2ª pessoa que desempenhava em latim clássico. Esta função será preenchida por ipse, que em latim clássico era uma forma enfática de identidade, aproximadamente equivalente ao português mesmo ou próprio em expressões como é ele mesmo/próprio. (Ibidem, p. 861)

Dada variação ocorrida, obtém-se um novo paradigma representativo dos determinantes demonstrativos, estando ligado diretamente no surgimento do português. Podemos deste modo, representá-los no seguinte quadro:

Quadro n˚1: Origem latina do sistema dos demonstrativos do português.

MASCULINO	**FEMININO**
Iste (este)	*Ista* (esta)
Ipse (esse)	*Ipsa* (essa)
accu+ ille (aquele)	*Accu+illa* (aquela)

Fonte: Raposo *et. al*. (2013, p. 861)

De acordo com o quadro acima, podemos perceber que existem três séries de determinantes demonstrativos em português e em cada uma varia em número e em género, isto é, este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s). Com as mesmas séries há possibilidade de combinação com as preposições **de**, **em** ou **a.**

Quadro n.º2 – Flexão e combinação dos D.Ds

Preposição	**Demonstrativo**		
	Este	**Esse**	**Aquele**
De	deste(s) desta(s)	desse(s) dessa(s)	daquele(s) daquela(s)
Em	neste(s) nesta(s)	nesse(s) nesta(s)	naquele(s) naquela(s)
A	-	-	àquele(s) àquela(s)

Fonte: Dados da pesquisa

3.2.Tratamento Morfossintático e Semântico dos Determinantes Demonstrativos no PA

3.2.1.Determinantes Demonstrativos com Função de Deixes Espacial no PE

A deixis espacial permite identificar o referente de uma expressão referencial através da sua localização espacial relativamente ao falante e/ou ao ouvinte. O sistema dos três advérbios aqui, aí e ali ocupa um lugar central na dêixis espacial: estes referem, no seu uso básico, respectivamente o lugar ocupado pelo falante, o lugar ocupado pelo ouvinte e um lugar afastado de qualquer um deles. (Raposo *et al*., 2013, p. 862).

Em virtude disso, notamos que para norma padrão europeia, este sistema está estreitamente ligado ao emprego dos determinantes demonstrativos em estudo, facto que contrastará com o português culto falado em Angola, sendo que para a noção de espaço consistirá numa realização facultativa. Numa abordagem mais específica, o mesmo autor defende que

> *este* e suas variantes morfológicas identificam um referente na proximidade do falante ou de um grupo que inclui o falante; *esse* e suas variantes identificam um referente na proximidade do ouvinte ou de um grupo que o inclui; *aquele* e as suas variantes identificam um referente afastado quer do ouvinte ou de grupos que o incluem. (*ibidem,* p. 863).

Vejamos os seguintes exemplos:

(PE) *Esta* cicatriz daqui a cinco anos vai significar que estou vivo mesmo.
(PE) *Esse* teu olhar fascina-me. / **(PE)** *Aquela* obra é muito interessante.

3.2.2.Determinantes Demonstrativos com Função de Deixes Espacial no PA

Os dados apresentados foram obtidos por meio de textos de jornais da imprensa angolana, nomeadamente: Angonotícias, Folha 8 e o Jornal de Angola, tem como informantes os falantes com um nível discursivo e/ou de escolaridade desenvolvido e também aqueles que detêm um estatuto social privilegiado. Em virtude disso, Undolo (2016) dá conta de que são esses os "factores que podem influir no comportamento linguístico do indivíduo, como parâmetro de domínio notável da cultura e da norma padrão". Dados esses, que foram analisados minuciosamente através de um software denominado Concap.

Assim sendo, nesta secção, procurámos dar conta do comportamento dos demonstrativos *este, esse* e *aquele*, especificamente da sua realização espacial no PA em comparação com o PE. Os três quadros que se seguem resultam da análise feita dos textos recolhidos nos jornais acima mencionados, onde, exploramos o uso dos demonstrativos: *este, esse* e *aquele* com função de deixis espacial.

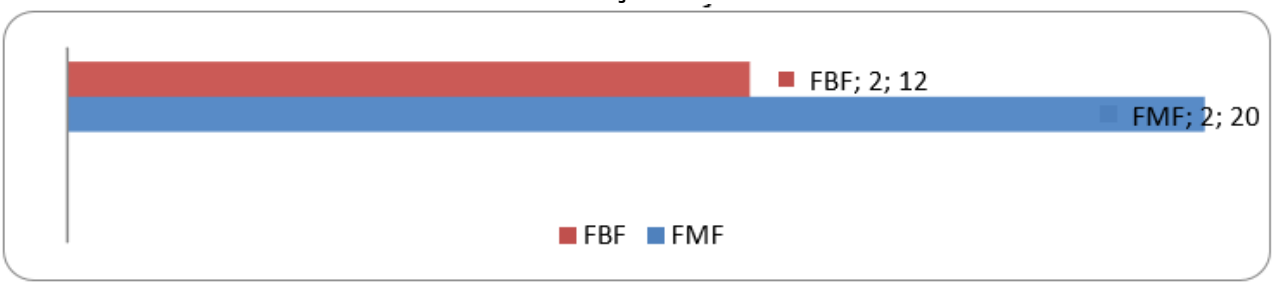
A questão do *este* no PA

Tabela n˚1 –D.D este com função de D.E no PA

	Total das ocorrências	*D.E*	*F.B.M*	*F.M.F*	*Percentagens*	
Este					FBF	FMF
	339	32	12	20	37.5%	62.5%

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n.˚1 – D.D *este* com função de D.E no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

No conjunto dos textos que compõem o corpus deste trabalho, regista-se que a função e uso dos determinantes demonstrativos no PA são bastante variáveis. Deste modo, olhando particularmente para o quadro n.°3 podemos concluir o seguinte:

- A realização do demonstrativo *este* para identificar um referente na proximidade do falante ou de um grupo que o inclui, tal como no PE, também é usual significativamente no PA. Trata-se de um traço comum entre as duas variedades. Exemplo:

(PA/PE) Que futuro para *este* país? (Jornal Angonotícias, 15 de Maio de 2016)

(PA/PE) ...Isso é um crime que compromete as nações e as comunidades e é produto que financia um dos grandes males ***neste*** planeta, a guerra. (Jornal de Angola, 07 de Junho de 2016)

- Há uma disposição para a aceitação do demonstrativo *este*, para fazer referência a um lugar ou pessoa que se encontra distante do falante e próximo do ouvinte. Trata-se de um fenómeno de substituição do determinante *esse* pelo *este*. Esta aceitação significa acréscimo do seu valor semântico.

Exemplos:

(PA) *Estes* gritos e apelos do povo que oiço todos os dias. (Jornal Angonotícias, 25 de Julho de 2016)

(**PE)***Esses* gritos e apelos do povo que oiço todos os dias.

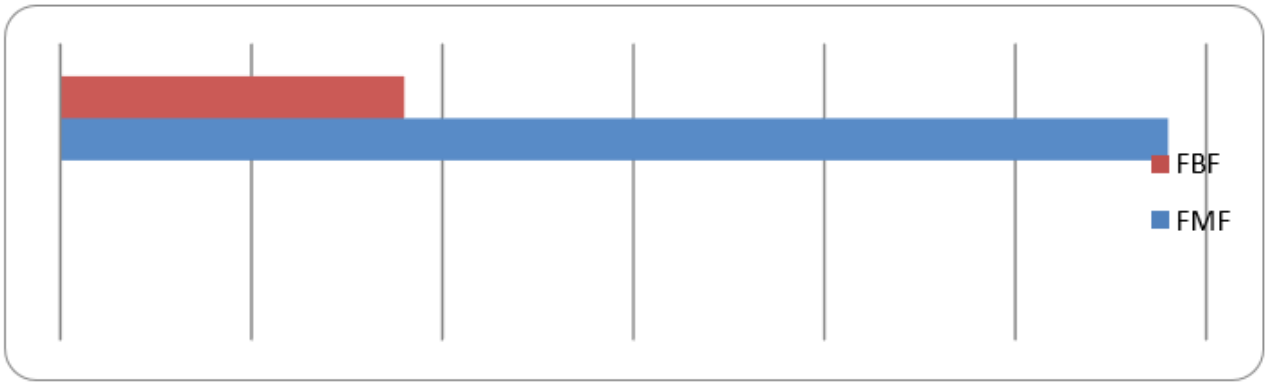
A questão do *esse* no PA

Tabela n˚2 – D.D *esse* com função de D.E no PA

Esse	Total das ocorrências	D.E	F.B.F	F.M.F	Percentagens	
					FBF	FMF
	136	38	09	29	23.68 %	76.31 %

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n.˚2 – D.D *esse* com função de D.E no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

Pelo que se pode verificar nos dados que nos é apresentado pelo gráfico acima, conclui-se o seguinte:

(i) A colocação do demonstrativo *esse* para identificação de um referente na proximidade do ouvinte ou de um grupo que o inclui, tal como no PE, também é usual no PA. Esta realização revela a existência de traços comuns das duas variedades. **Exemplo:**

PA/PE: Olho para si e vejo ***essa*** cicatriz. (Jornal Angonotícias, 01 de Fevereiro de 2016)

(ii) Há uma tendência para aceitação do demonstrativo *esse* para identificar um referente na proximidade do falante ou de um grupo que inclui o falante, estando deste modo, directamente ligado ao advérbio de lugar *aqui.*Resultando deste modo, o fenómeno de substituição de determinantes, caso particular do uso do ***esse*** em detrimento do ***este.*** Esta aceitação significa a extensão de sua função semântica. Dada ocorrência do referido fenómeno, obtém-se um novo paradigma representativo do demonstrativo em análise: Esse + aqui + complemento.

Exemplos:

(PA) ***Essa*** cicatriz daqui a cinco anos vai significar que estou vivo mesmo. (Jornal Angonotícias, 01 de Fevereiro de 2016)

(PA) Não há interesse de quem governa ***esse*** país para resolver essa situação. (Jornal Angonotícias, 18 de Julho de 2016)

(PA) "aquisição extraordinária da nacionalidade angolana por via da naturalização para ***esses*** cidadãos aqui existentes", explicou em declarações aos jornalistas, Isabel Tormenta. (Jornal Angonotícias, 25 de Julho de 2016)

(iii) Há uma tendência para a aceitação do demonstrativo *esse* com valor semântico de deixes espacial, identificando um referente que se encontra distante do falante e do ouvinte, permitindo deste modo, a ligação do demonstrativo *esse* com o advérbio de lugar ali. Dando origem assim, a mais um fenómeno de substituição, isto é, ***esse*** em detrimento de *aquele* e a um novo paradigma representativo do demonstrativo em análise. Isto é: *Esse* + ali + complemento. Vejamos os exemplos que se seguem:

(PA) Por Domingos Kambunji Num gesto de altruísmo boçal e megalomania, ofereceu combustíveis aos habitantes ***dessas*** comunidades, (Jornal Angonotícias de 01 de Maio de 2016)

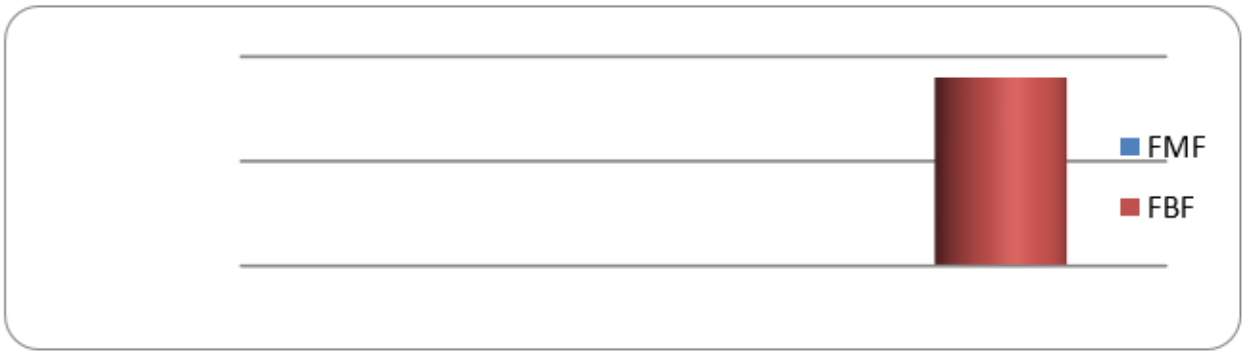
A questão do *Aquele* no PA

Tabela n˚3 – D.D *aquele* com função de D.E no PA

	Total das Ocorrências no corpus	*D.E*	*FBF*	*FMF*	*Percentagens*	
Aquele					FBF	FMF
	48	18	18	0	100%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n˚3: D.D *aquele* com função de D.E no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

Como se pode observar, o nosso corpus não nos apresentou ocorrências desviantes do padrão europeu, diferente do que se evidenciou na realização dos determinantes*, este* e *esse.* Da análise feita, identificamos que:

a. Há uma aceitação generalizada, do uso do determinante demonstrativo *aquele*, remetendo para algo que se encontra distante da pessoa que fala e da pessoa com quem se fala ou de um grupo que os inclui, convergindo deste modo com o PE. Permanecendo assim, para as duas variedades a seguinte construção: Aquele + ali /3ª pessoa. Por se tratar de um traço comum, leva-nos a pressagiar que esta função encontra-se em permanência na LP. Exemplo:

(PA) Trata-se dos bolseiros Francisco dos Santos, estudante do 3º ano do curso de Ciências da Computação, Ludmila Pereira, 3º ano do curso de Administração de Empresas, e Januário António, do 2º ano do curso de Ciências da Computação, que desde a semana passada tiveram de recorrer à representação diplomática de Angola ***naquele*** país. (Jornal Angonotícias, 11 de Julho de 2016)

(PA) O homicida confesso encontra-se já detido no Comando Municipal de Quilengues, segundo o superintendente chefe ***daquela*** localidade. (Jornal Angonotícias, 11 de Julho de 2016)

Diferentemente de outras variedades, na realidade angolana, pelo que se pode evidenciar nos quadros apresentados, o uso dos demonstrativos este e esse reside numa relação intercambial, registando desta forma, o apagamento da prerrogativa entre o espaço ocupado pelo falante, pelo ouvinte, bem como distante dos interlocutores. Porém, o demonstrativo aquele realiza-se isoladamente, podendo ser usado com função de deixis espacial, unicamente para se referir a algo afastado quer do falante quer do ouvinte. Podendo neste particular, concordar com o PE. Obtém-se assim um novo sistema funcional dos demonstrativos: *Este/esse* e *aquele*. Podendo ser representado da seguinte forma:

Quadro n˚6 –Sistema funcional dos demonstrativos no PA com função de D.E

D.Ds	Advérbios locativos	Pronomes pessoais
Este/ Esse	Aqui, aí, ali	Eu, tu/você, ele(s)
Aquele	Alí	Ele(s)

Fonte: Dados da pesquisa

Assim sendo, vários podem ser os fatores que justificam esta variação linguística. Para o caso particular da relação intercambial dos demonstrativos este e esse, olhamos para as palavras parónimas que segundo Azeredo *et al*. (2014, p. 304), são "palavras que têm pronúncia e grafia semelhantes, mas significados diferentes", entendemos que, talvez, a estreita semelhança gráfica que é transportada pela fonética, possa influenciar para o referido fenómeno. Ao contrário do que ocorre, com o demonstrativo aquele que é guiado por uma grafia e som muito distanciado dos outros dois demonstrativos, curiosamente, também é usado isoladamente.

3.2.3.Determinantes demonstrativos com função de deixes temporal no PE

Padrões de colocação

Segundo Raposo *et al.* (2013, p. 873), "O determinante demonstrativo este tem um uso dêitico temporal quando especifica grupos nominais cujo núcleo é um substantivo que denota um intervalo de tempo como manhã, tarde, noite, incluindo substantivos "de calendário" como ano, mês, semana, dia etc. os sintagmas nominais referem um intervalo temporal que inclui o momento da enunciação e cuja extensão corresponde à denotação do nome de calendário." Denanto o tempo presente. Exemplos:

- Este ano, o João frequenta a 11ª classe. / Este dia é muito importante para mim.

Os três demonstrativos, no entanto, podem ser usados anaforicamente no domínio temporal, quando o antecedente refere um intervalo de tempo anterior ao da enunciação qualquer um dos demonstrativos pode ser usado; no entanto, quando o antecedente refere um tempo posterior à enunciação, só esse é gramatical". Como se ilustra nos seguintes exemplos:

- Conclui o ensino médio em 2012. Neste/Nesse/Naquele ano, foi muito difícil para mim.

3.2.4.Determinantes demonstrativos com função de deixes temporal no PA

Nesta secção, também procurámos dar conta dos comportamentos dos demonstrativos este, esse e aquele, porém desta vez, com função de deixis temporal. Os quadros que se seguem apresentam um panorama sinóptico daquilo que é o uso destes demonstrativos no PA e resultam de uma análise minuciosa dos textos que compõem o corpus.

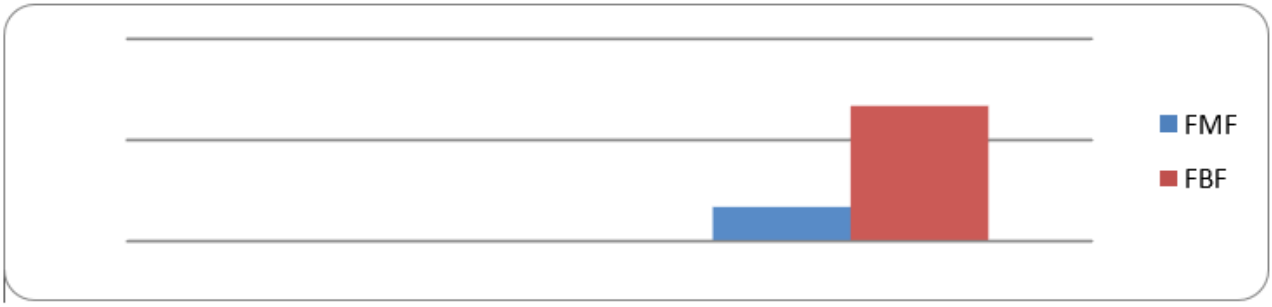
A questão do "*este*" no PA

Tabela n˚4 D.Ds *este* com função de deixes temporal no PA

Este	*Total das ocorrências no corpus*	*D.T*	*FBF*	*FMF*	*Percentagens*	
					FBF	**FMF**
	339	84	67	17	79.76	20.23

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n.˚4 D.*Deste* com função de deixes temporal no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

No conjunto dos textos que compõem o corpus deste trabalho, regista-se que a função e uso dos determinantes demonstrativos com valor temporal no PA são bastante facultativos. Da análise feita do demonstrativo ***este*** verificamos o seguinte:

O uso do demonstrativo ***este*** quando os sintagmas nominais referem um intervalo temporal que inclui o momento da enunciação e cuja extensão corresponde à denotação do nome de calendário, tal como no PE, também generalizadamente é aceitável ou usual no PA, Assume-se a isto, um traço comum entre as duas variedades. Dado caso, podemos afirmar que este uso se encontra em estabilidade na LP. Vejamos:

(PE/PA) ***Neste*** momento, já podemos dizer que sim. (Jornal Angonotícias, 11 de Abril de 2016)
(PE/PA) O Girabola Zap, que sofreu uma interrupção ***neste*** fim-de-semana, prossegue no próximo dia 10 ***deste*** *mês*. (Jornal Angonotícias, 05 de Junho de 2016)

(II) Há uma tendência para aceitação do uso do demonstrativo **este** referindo um intervalo de tempo futuro, fora dos nomes de estação do ano (e outros) sem a restrição de ser o primeiro a seguir no momento da enunciação. Esta aceitação significa extensão semântica do demonstrativo ***este***. Trata-se aqui de um fenómeno de substituição de determinantes, isto é, **este** em detrimento do **esse**. Vejamos:

(PA) Nem sequer estamos a incentivar para que ***este*** turismo científico seja feito**.** (Jornal Angonotícias, 05 de Julho de 2016)
(PA) De acordo com o ministro, a concretização ***desta*** estratégia implicará o recrutamento de quadros. (Jornal Angonotícias, 11 de Julho de 2016).

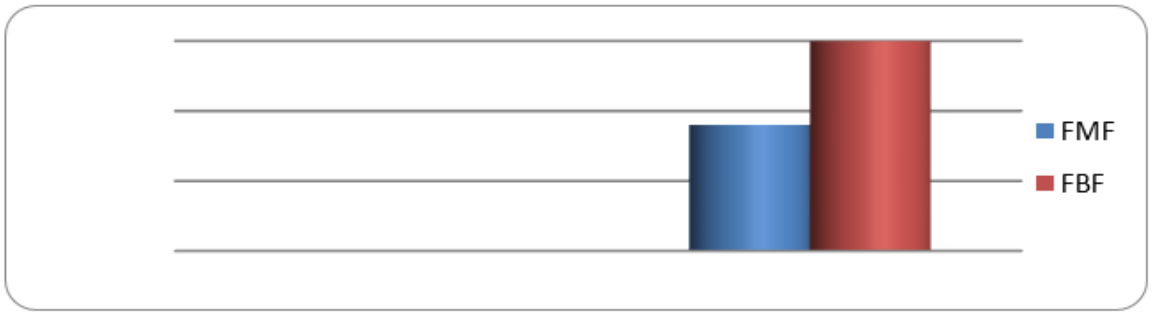
3.4.2. A questão do *esse* no PA

Tabela n.5: D.D *esse* com função de deixes temporal no PA

	Total das corrências no corpus	D.T	FBF	FMF	Percentagens	
					FBF	FMF
Esse	339	24	14	10	62.5	37.5

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n˚5: D.D **esse** com função de deixes temporal no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

Dos dados obtidos no corpus, tal como o gráfico nos apresenta o uso do **esse** com valor temporal no PA é bem mais explorado, comparando ao uso no PE. Tudo porque da análise feita conclui-se que:

(i) Diferentemente do PE, no PA serve-se do demonstrativo *esse* para referir um intervalo temporal que inclui o momento da enunciação. Trata-se de um fenómeno de substituição de determinantes, isto é, *esse* em detrimento de *este*. Exemplos:

(PA) Explicou que a grande preocupação ***nessa*** altura é de aquisição de divisas (Jornal Angonotícias, 11 de Julho de 2016)

(PA) O Asa hoje já não é aquela equipa sonolenta que tínhamos e vamos procurar aproveitar no próximo jogo, ***esse*** bom momento que os jogadores estão a viver. (Jornal Angonotícias, 05 de Junho de 2016)

(ii) Tal como ocorre no PE, no PA utiliza-se o demonstrativo **esse** para identificação de uma situação futura. Tratando-se assim de um traço comum entre as duas realidades. Vejamos:

(PA) Estabelece que não terão ***esse*** privilégio, indivíduos que tenham beneficiado**.** (Jornal Angonotícias, 11 de Julho de 2016)

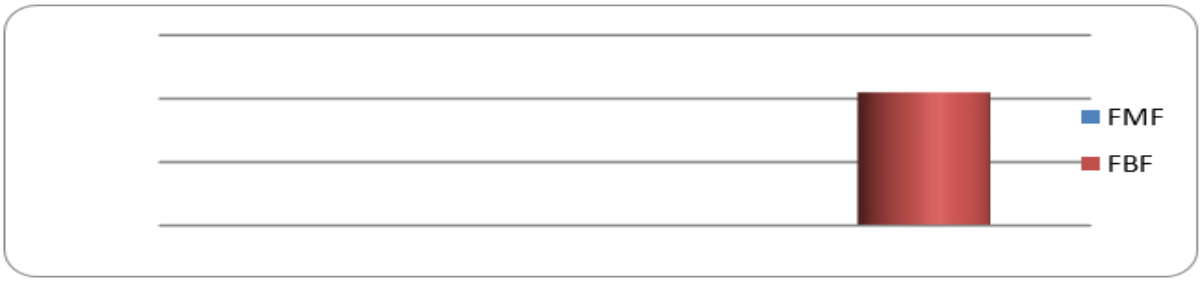
3.4.3. A questão do *Aquele* no PA

Tabela n˚6: D.D *aquele* com função de deixes temporal no PA

Aquele	Total das Ocorrências no corpus	D.T	FBF	FMF	Percentagens	
					FBF	FMF
	48	21	21	0	100%	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico n˚6: D.D *aquele* com função de deixes temporal no PA



Fonte: Dados da pesquisa

Caracterização

Como se pode observar, o nosso corpus não nos apresentou ocorrências desviantes ao padrão europeu, diferente do que se evidenciou na realização dos determinantes, *estee esse*. Da análise feita, identificamos que:

a. Tal como no PE, no PA, usa-se *aquele* com valor temporal, exclusivamente, para marcar situações que nos remetem ao passado. Pelo que, permite-nos afirmar que este seja um uso que não se encontra em desaparecimento na Língua Portuguesa. Evidencia-se abaixo:

(PA/PE) O que apreendi ***naquela*** altura. **(Jornal de Angola, 07 de Junho de 2016)**
(PA/PE) Ainda ontem ouvi ***aquela*** explicação do ministro da Construção**. (Jornal Angonotícias, 15 de Maio de 2016)**

Considerações Finais

Face ao exposto, visando o nível morfossintáctico e semântico, especificamente do uso dos determinantes demonstrativos no PA em comparação com o PE, note-se o seguinte:

Há no PA particularidades de uso dos demonstrativos: este, esse e aquele. No entanto, divergem e convergem em várias situações. Quanto à situação espacial, verificamos que, enquanto que no PE os demonstrativos este, esse e aquele são usados isoladamente, isto é, o primeiro, referindo-se a um referente que se encontra próximo do falante, o segundo, distante do falante e próximo do ouvinte, e o último, distante dos dois interlocutores, no PA a realidade é, extremamente, diferente pois consiste num uso facultativo ou aleatório. Isto significa que não se faz distinção de espaço entre o falante e o ouvinte, com excepção do demonstrativo aquele que é usado isoladamente para indicar um referente que se encontra distante do falante.

Quanto à noção de tempo, diferentemente do PE, no PA, as evidências mostram-nos que este e esse são, habitualmente, usados para referir o momento da enunciação, independentemente das suas posições frásicas. Têm ainda valor futuro sem restrição anafórica. Porém, aquele tem sido muito utilizado, especificamente, referindo uma noção temporal de passado, que pode ser recente ou longínquo.

Esse e aquele só são usuais anaforicamente. Deste modo, quando o antecedente refere um intervalo de tempo anterior ao da enunciação qualquer um dos demonstrativos pode ser usado; no entanto, quando o antecedente refere um tempo posterior à enunciação, só esse é aceite. No PA, quanto a

retoma de dois referentes distintos, há também a inclusão do esse, concorrendo com o demonstrativo este, deste modo, o paradigma usual é este/esse e aquele.

Deste modo, a aula como sendo o elemento mais visível do ensino-aprendizagem, propõe-se que o professor de Língua Portuguesa face às exigências que lhe são impostas ao leccionar tendo em conta as variedades linguísticas existentes no idioma em referência, deve assumir uma postura convidativa na sua aula respeitando a realidade e a cultura linguística dos alunos, de modo a integrá-los no processo de ensino-aprendizagem, evitando fazer juízos de valores ou privilegiar quaisquer uma normas existentes, mas desenvolver nos alunos a competência comunicativa. Assim sendo, queremos incentivar os referidos professores a reforçarem os seus modelos de ensino, que podem ser em formas de simpósio, pesquisas guiadas ou debates abertos, de maneira a estimular a criatividade, a organização de pensamento, competência comunicativa e a integração do aluno.

Referências

ADRIANO, P., S. *A Crise normativa do português em Angola, clitização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda, Mayamba Editora, 2015.

AZEREDO, M., O., PINTO, M., I., FREITAS, L., M., C., AZEREDO. *Gramática prática de português.* 3° Ciclo do Ensino Secundário. De Acordo Com: Novo Programa e Metas Curriculares. S.A. Lisboa: Editora Livro Auxiliar, 2014.

CÂMARA, JR., M. *Dicionário de linguística e gramática*, 26.ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

CUNHA, S.; CINTRA, L. F. L. *Breve gramática do português contemporâneo.* Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, Coedição: Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2008.

*Dicionário eletrônico Houasis da Língua Portugu*esa, versão 2.0, Rio de Janeiro: Editora Objectiva, 2007.

EAGLETON, T.*Teoria da literatura: uma introdução*, 5.ed., Trad.Waltencir Dutra, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MATEUS, M., H., M.; CARDEIRA, E. *O essencial sobre Língua Portuguesa, norma e variação,* Luanda: Editorial Nzila, 2007.

MATTOSO, A. *Dicionário da gramática portuguesa*, Coimbra: Quarteto Editora, 2003.

PANZO, J. B. I. *As representações dos professores sobre o português língua segunda*: linhas de actuação. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola, Tese para Obtenção do Grau de Doutor em Letras, (3º ciclo de estudos), Universidade da Beira Interior, 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

UNDOLO, M. *A norma do português de Angola*, subsídios para o seu estudo, Caxito, Esp-Bengo, 2016.

UNDOLO, M. *Subsídio Teórico* – Metodológicos para o Estudo do Português em Angola, ESP-Bengo, 2016a.

CAPITULO 14

Marcas do discurso oral do português moçambicano, um olhar aos falantes do ciwute: caso de alunos da 9ª classe da Escola Secundária Geral de Marera, Macate - Moçambique

Amade Assane Ossufo
Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia
José Luís Dias

Introdução

A Língua Portuguesa sendo uma língua viva, tem vindo a mudar constantemente desde a sua expansão, facto que não excluímos Moçambique dentro desse processo. Mas, dentro dessas variações, tem-se destacado algumas mudanças principalmente na pronúncia do mesmo, o que orienta a procura das causas para um possível balanceamento do seu comportamento a quanto das suas vantagens e desvantagens, seus problemas no seio da sociedade, pois ela provoca certo impacto nos seus usuários devido a sua variação durante a comunicação.

As variações muitas vezes criam ou propiciam um ambiente de etnocentrismo linguístico por suas razões serem quase que desconhecidas, pois, ao se falar de ensino bilingue, pouco se fala de como o ambiente social e escolar pode ser diversificado por razões de diversas proveniências dos integrantes destes espaços, pois, nos últimos tempos tem-se verificado altos índices de migração internas em que dentro do nosso território as habitantes têm tido a tendência de migrarem para lugares onde se centram suas oportunidades de emprego, de melhor formação académica e de maior urbanidade, tanto é essa imigração que não existe ou quase não existe comunidades homogéneas, o que por vezes tem causado ridicularização pela sotaque da minoria/vientes, ou pela dificuldade de certos usuários da língua de pronunciarem consoantes que não fazem parte do aparato Bantu.

No presente capítulo apresentar-se-á como se manifesta ou se propicia o sotaque ocasionado pela coocorrência do português com o Ciwutee, de modo a estudar a variante do português falado pelos falantes do Ciwutee, mais especificamente (i) Identificar as causa que geram a pronúncia própria dos falantes do Ciwutee, (ii) verificar as divergências entre o português europeu e o português produzido por alunos falantes do Ciwutee, (iii) Comparar o alfabeto fonético português e o alfabeto fonético do Ciwutee.

O trabalho está estruturado em quatro partes. A primeira é referente aos aspectos introdutórios. Em seguida, apresenta-se uma seção que visa apresentar uma revisão literária a respeito de conceitos fonético-fonológicos das línguas em causa. A terceira parte é constituída dos aspectos metodológicos. Por fim, apresentar-se-á a análise e discussão dos dados recolhidos e as considerações finais.

1.A variação linguística do português caso de Moçambique

A língua como um instrumento de comunicação na relação interpessoal e do dia-a-dia de toda a sociedade, aliena-se como um fenómeno humano em que somente o Homem pode fazer uso dela, mas como sendo algo fluentemente usado para a comunicação do homem, toda a língua existente está sujeita a desvios que nos inserem numa demanda entre o falar certo e falar errado uma

língua. Para Castilho (s.d.), para encaminhar esta questão de falar certo e de falar errado, precisamos inicialmente nos perguntar como as línguas naturais – como o Português – funcionam na sociedade.

No processo de busca por uma resposta que satisfaça essa demanda, esta parte preocupar-se-á em abordar acerca da variação linguística do português, no caso particular de Moçambique buscando elucidar estudos e conceitos que nortearam o avanço desta pesquisa. Segundo Timbane (2013) as Línguas Bantu faladas em Moçambique são chamadas de "dialectos", termo preconceituoso que foi herdado do sistema colonial que continua prevalecendo até aos dias de hoje. Autores como Dias (2009), Ngunga (2007), Timbane (2013) e muitos outros discordam que o Português Europeu é o "*padrão mais certo*" defendendo que a variante moçambicana tem características próprias a nível: fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical.

Os estudos provam que o PM é uma variedade diferente do PE e seu estudo precisa ser mais aprofundado, procurando cada vez mais espaço para a sua afirmação legal – a padronização. Falar de uma variedade é apenas reconhecer a existência de um ou de vários conjuntos de diferenças, de uma ou de várias variedades, e recusar estabelecer entre essas variedades numa hierarquia (Timbane, 2013).

Esses fenómenos linguísticos (as variações) são causados pelo contacto entre línguas, pelo surgimento de realidades sociais, culturais, políticas e econômicas bem diferentes ou mesmo pela diferença de classes sociais. Com isso, entende-se por variação linguística a forma como uma determinada comunidade linguística se diferencia de outra, sistemática e coerentemente tendo em conta os contextos sociais sem, no entanto, buscar estabelecer um padrão que indicia uma variante como superior ou a mais correcta em relação a outra, pois todas elas servem até uma certa abrangência para permitir a comunicação entre os usuários de cada variante. A variação pode manifesta-se em diversos níveis, mas cabe ao presente capítulo, abordar as seguintes de acordo com os interesses estabelecidos:

2.Variação fonético-fonológica

Entende-se de Timbane (2013) que a variação fonético-fonológica está relacionada às diferenças na pronunciação de palavras que variam de língua para língua, sendo assim, o PE e o PM seriam duas variantes da mesma língua e "No caso de Moçambique muitas formas de variação fonético-fonológica no português são resultado da influência das línguas maternas de origem bantu espalhadas um pouco pelo país. É através da variação fonética que percebemos se o falante nasceu no Norte ou no Sul do país" (Timbane, 2013, p.96).

Vejamos alguns exemplos dessas variações:

- A troca de [d] por [t] : dedo=[teto]; dama [tama]; dono [tono]
- A troca de [b] por [p]: bebé, bebe =[pepé]; banana [panana]; bomba [pompa]
- Eliminação da consoante final: fazer=[faze]; lavar=[lava]
- Ditongação da sílaba final: fazer=[fazeri]; lavar=[lavari]; ler [leri]
- A troca de [l] por [r]: laranja=[raranja]; panela=[panera]; lavar [ravar]

Na concepção de Faria (s. d), a Fonologia é o estudo dos Fonemas (os sons) de uma língua. Para a Fonologia, o fonema é uma unidade acústica que não é dotada de significado. Isso significa que os fonemas são os diferentes sons que produzimos para exprimir nossas ideias, sentimentos e emoções a partir da

junção de unidades distintas. Essas unidades, juntas, formam as sílabas e as palavras. A palavra “Fonema” representa as menores unidades sonoras que formam as palavras. Os fonemas são classificados em vogais, semivogais e consoantes. Essa classificação existe em virtude dos diferentes tipos de sons produzidos pela corrente de ar que sai dos nossos pulmões e é liberada, com ou sem obstáculos, pela boca e/ou pelo nariz.

Wilson (2016) em sua dissertação em que abordava a “Análise Autossegmental de Obstruintes no Português do Norte de Moçambique: um modelo de oposições privativas [±voz] ”, aborda os modelos fonológicos conceituando apenas os modelos que iam de acordo com a tese defendida, fazendo apenas menção a teoria da fonologia estruturalista, fonologia generativa, a fonologia auto-segmental e a geometria de traços, a seguir apresentar-se-ão conceitos levantados pelo autor mas somente em teorias que alavancaram a presente pesquisa. Entendamos estes conceitos a seguir:

3.Fonologia estruturalista

“A fonologia estruturalista alicerça-se na noção de fonema enquanto entidade abstracta de base fônica capaz de distinguir vocábulos de significados diversos. A par desta, figuram os conceitos de oposição, distintividade e par mínimo como noções importantes neste modelo teórico” (Wilson, 2016, p.28.).

O autor cita dois linguistas russos da Escola de Praga (Círculo Linguístico de Praga), Roman Jakobson (1896-1982) e Nikolai S. Trubetzkoy (1890-1938) como individualidades que encarregaram-se do estudo das oposições distintivas e do seu rendimento funcional que ditou o nascimento da nova ciência, a Fonologia. *Com estas oposições, foi possível constituir o inventário fonológico de línguas particulares.* (Goldsmith & Laks, 2010 apud Wilson, 2016).

4.Fonologia Generativa Clássica/Standard

Para Wilson (2016) esta teoria enquanto corrente de inspiração mentalista, conhece duas acepções: (a) gramática implícita – enquanto regras implícitas presentes na língua do falante; (b) subdisciplina da linguística – enquanto unidade que se ocupa do estudo e descrição dessa componente da gramática implícita.

Como modelo fonológico, faz com que os fonólogos passem a interessar-se pela competência fonológica interiorizada pelos falantes - a competência linguística do falante nativo. A fonologia generativa é assim uma teoria que se ocupa *i.* Descrição da natureza das representações fonológicas — entendidas como sequências lineares de segmentos e de junturas; *ii.* Do inventário dos níveis de representação — reconhece-se um nível abstrato, que contem informação fonológica e morfológica, e um nível fonético; *iii.* Da definição de regras fonológicas — as regras se aplicam às representações fonológicas abstratas para derivar as representações fonéticas. Assim, “o trabalho do fonólogo gerativista consiste basicamente na busca de indícios relevantes para a elaboração de gramáticas fonológicas que representam a competência fonológica dos falantes-ouvintes (...) ” (Wilson, 2016).

5.Noções de Língua Bantu

Para Leach (2010), o termo Bantu designa as línguas e cultura dos povos africanos, pode ser traduzido como “gente”, “pessoas”, “humanos” e tem sua origem na raiz lexical “ntu”, com o prefixo da classe nominal “ba”, os quais são bastante recorrentes nas línguas da família Bantu. Esse termo designativo foi

inicialmente proposto por William Bleek (1862) e vem sendo, desde então, utilizado para se referir às línguas que pertencem à família linguística Bantu.

A hipótese segundo a qual as línguas Bantu são bastante aparentadas entre si pode ser comprovada pela percepção de que as diferenças entre elas são sempre regulares e sistemáticas mas isso não significa inexistência de diferenças principalmente na constituição fonético-fonológica. Por esta razão, ainda mesmo dentro de Moçambique, por este ser constituído por um grande leque de línguas maternas do grupo bantu, pode-se ainda perceber várias variantes do PM, como pode-se tomar por exemplo a variante falada por usuários do Ciwutee.

5.1.Ciwutee

Para uma abordagem mais objectiva da língua Bantu, serão ressalvadas algumas das alegações do Ngunga e Faquir (2012) no seu livro sobre "Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas", onde afirmam que Ciutee ou Ciwutee, é a língua moçambicana falada na cidade e arredores de Chimoio, capital da Província de Manica e que segundo os dados do Censo de 2007, estimava-se em 259.790 o número de falantes de Ciwutee com idade igual ou superior a cinco anos (INE, 2010 apud Ngunga & Faquir,2012). O Ciwutee (S. 13b) faz parte do grupo linguístico Shona (S. 10), na classificação proposta por Guthrie (1967/71).

Ngunga e Faquir (2012) afirmam ainda que dada a exiguidade de estudos dialectológicos do Ciwutee e o actual senso comum dos seus falantes em relação ainda à inteligibilidade do Ciwutee falado nas diferentes zonas da Província de Manica, para efeitos de padronização da ortografia desta língua, tomou-se para o seu estudo o Ciwutee falado na Cidade de Chimoio e arredores como referência sendo assim, tomar-se-á esta posição do autor para fundamentar a escolha da localidade de Marera como ponto estratégico para o presente estudo, pois a mesma se situa nos arredores da cidade de Chimoio e o Ciwutee é muito usada na comunicação diária daquela população. Segundo os mesmos autores, o sistema ortográfico do Ciwutee é composto por 5 a semelhança do português. E o sistema ortográfico das consoantes do Ciwutee apresenta 33 consoantes como se ilustra no quadro a seguir:

Quadro 1 - Sistema ortográfico das consonantes do Ciwutee.

Modo/lugar	**Labial**	**Linguo dental**	**Alveolar**	**Retro flexa**	**Pala tal**	**Linguo velar**	**Ve lar**	**Glo tal**
Oclusiva	P Bh		t dh		c j		k g	
Implosivas	B		d					
Africadas		Pf Bv	ts dz	tsv dzs				
Fricativas		Fv	s z	sv zv	sh zh			H
Nasal	M Mh		n nh		Ny		n'	
Vibrante			r					
Aproximante					Y	W		

Fonte: Ngunga e Faquir (2012).

6.Opções Metodológicas

Para a concretização desta pesquisa, optou-se pelo método dedutivo como método de abordagem e para métodos de procedimento foram usados os métodos comparativo e misto (quanti-qualitativo), com maior destaque ao qualitativo e a mesma foi possível pela participação de 70 alunos da 9ª classe da escola secundária de Marera, no distrito de Macate, província de Manica. Esta amostra corresponde a 30% dos alunos inscritos na classe, que totalizavam 237 alunos na classe em alusão, dos quais 86 de sexo feminino e os restantes 151 de sexo masculino.

Na seleção dos participantes deste estudo foram tidos em conta alguns requisitos, de entre os quais, todos deviam ser alunos da 9ª classe na escola supracitada e serem falantes das línguas Ciwutee e Português, tanto como L1 ou como L2. Deste modo, a seleção dos participantes foi por tipificação. Dos participantes, 43 eram do sexo Masculino e 27 do sexo feminino totalizando 70 participantes.

Para além dos alunos a pesquisa conta também com a participação de 5 professores que leccionam nesta classe como forma de ultrapassar uma das limitações do estudo, prevista durante o desenho da pesquisa que resultou no presente estudo. Os mesmos são contabilizados pela sua fiabilidade nas entrevistas que propiciaram mais adiante o estudo dos sons que se propõem apresentar no presente capítulo.

No referente às técnicas e instrumentos de recolha de dados, foram aplicados, (A) O inquérito – dirigido aos alunos era composto por um total de 54 questões, repartidas em 3 secções – *i*. Informação demográfica dos participantes. *ii*. Inquérito sociolinguístico dos participantes. e *iii*. Inquérito para tradução directa de palavras do ciwutee para o português; e (B) A entrevista – dirigida aos professores fluentes na língua Ciwutee, visto ter sido observados que muitos alunos têm dificuldade em ler palavras em Ciwutee.

6.1.Análise e discussão de dados

Para melhor entendimento desta seção apresentar-se-á com primazia os resultados obtidos do inquérito, pois dela depende boa parte do que será apresentado. As palavras selecionadas, não obedeciam de forma alguma a alguma categoria gramatical da língua em causa, podendo assim serem observados facilmente nos resultados, a presença de verbos, substantivos, adjetivos, etc. a particularidade que se pretendia buscar das mesma é que elas fossem o mais detalhistas possíveis em relação à composição fonético-fonológico das palavras em Ciwutee, permitindo a exploração minuciosa dos sons desta língua sendo assim, no quadro que se segue, apresenta-se os resultados obtidos, obedecendo a representação estatística das suas frequências, tanto a absoluta quanto a relativa da tradução com maior correspondência.

Tabela 1 - Resultados de maior incidência na tradução directa das palavras do Ciwutee.

Palavra em Ciwutee	Tradução com maior correspondência	Número de correspondências	Correspondência percentual (%)
Baba	Pai	70	100%
Bvute	Sombra	70	100%
Bwarara	Bruto	52	74%
Bhuku	Livro	70	100%
Ciro	Coisa	67	96%
Dako	Nádega	65	93%

Dhumbe	Inhame	70	100%
Dzedze	Azar	62	89%
Dzvenga	Doente mental	36	52%
Kudzvika	Saltar	70	100%
Famba	Andar	70	100%
Gore	Ano	69	99%
Hanzu	Camisa	65	93%
Jeko	Foice	46	66%
Khamba	Leopardo	38	54%
Kumba	Em casa	69	99%
Muwoko	Braço	39	56%
Mwari	Deus	51	73%
Mheni	Trovoada	65	93%
Nungo	Preguiça	68	97%
Nhamo	Sofrimento	64	91%
Nyika	País	36	52%
N'nga	Curandeiro	60	86%
Pangu	No meu/na minha	62	89%
Phanda	Tronco de Suporte	48	69%
Pfuti	Arma	67	96%
Phwataphwata	Lamacento	40	57%
Rombe	Pobre	50	71%
Saku	Saco	64	91%
Svingo	Feixe/molho	51	73%
Shango	Capim	64	91%
Kuswera	Entardecer	64	91%
Tamba	Dançar	58	83%
Tsamba	Carta	39	56%
Thambe	Rio/lago	64	91%
Uthwiro	Gergelim	61	87%
Vunga	Força	61	87%
Kuwara	Estender	68	97%
Murwhere	Doente	63	90%
Kutiya	Lavrar	55	79%
Zino	Dente	70	100%
Zviro	Coisas	68	97%
Zhonje	Caniço	32	46%
Zhwedu	Nosso	62	89%
Kuzwa	Ouvir	67	96%

Fonte: Dados da pesquisa

Dos resultados alcançado, foram codificados os de maior correspondência, observando que as mesmas expressam com maior segurança a possibilidade de que correspondam a tradução aceita para as palavras apresentadas. Esta opção foi tomada com vista a não se discutir no presente trabalho, questões de ordem semântica, pois, como se tem referido, a tradução seria levada a cabo como um acto de reconhecimento das palavras como pertencentes a língua alvo do estudo, observando as limitações da população e consequentemente da amostra do estudo.

6.2.Transcrição fonética e classificação dos sons

O caminho que se toma para se chegar a conclusões que interessam ao estudo começam a ganhar forma quando por conclusão se observam que todas as palavras apresentadas no inquérito tiveram correspondência positiva por

parte da amostra, tendo cada uma delas, anteriormente apresentadas, uma frequência alta de ocorrência.

A representação simbólica dos sons a serem apresentados nesta parte do trabalho foi feita observando o IPA na sua versão revista em 2015, observando também alguns conceitos levantados por Mutsuque (s.d.) no sentido de haver mais clareza entre os símbolos usados e o IPA. Para se chegar a classificação apresentada, foram observadas a classificação dos sons presentes no IPA, a classificação do sistema ortográfico proposto por Ngunga e Faquir (2012) e a classificação dos sons da língua portuguesa apresentada por Mutsuque (s.d.), e desta forma foram alguns sons mantidos nas suas classificações de acordo com o observado nessas obras e outras foram reposicionadas, mas tudo foi feito de acordo com as suas características de produção dos sons em contraste com os sons apresentados nessas obras.

Quadro 3 - Classificação dos sons consonânticos do Ciwutee quanto ao vozeamento, ponto e modo de articulação.

Ponto/ Modo		**Bilabial**		**Labio-dental**	**Alveolar**		**Labio-alveolar**	**Alveolar retroflexa**	**Palatal**	**Labio velar**		**Velar**		**Glotal**
		N. aspi.	**Aspi**		**N. aspi.**	**Aspi.**				**N. aspi.**	**Aspi.**	**N aaspi.**	**Aspi.**	
Oclusiva	-voz +voz	p b	p^h		t d	t^h						k g	k^h	
Implosiva	+voz	ɓ			ɗ									
Africada	-voz +voz			pf bv	ts dz			dzv	tʃ dʒ					
Fricativa	-voz +voz			f v	s z		ʃv zv		ʃ sw ʒ zw					**ʔ**
Nasal	+voz	m mw	m^h		n	n^h			ɲ			n’		
Vibrante	+voz				R r									
Aproximante	-voz +voz	ph w bw			thw					w	w^h			

Fonte: Elaboração própria.

7.Alfabeto fonético Ciwutee vs Português

A co-ocorrência da língua portuguesa com as demais línguas moçambicanas não se pode presumir de forma passiva pois desde que documenta-se, a norma ensinada sempre foi a europeia e esta concepção foi transportada até aos dias actuais. As escolas moçambicanas, aceitam e ensinam o uso da variante europeia em detrimento de qualquer outra variante apesar da situação linguística de Moçambique e estudos recentes indicarem para uma forte presença de uma variante mais moçambicanizada.

Esta forma de encarar-se esta variante em relação a situação linguística do país é de certa uma atitude negativa observando que a língua portuguesa é a L1 da minoria populacional, sendo a maioria falantes de línguas nacionais. Para o caso específico da língua em estudo, muitas das vezes alunos são induzidos senão obrigados a afluírem a variante europeia mesmo que não seja do seu domínio. A língua portuguesa em relação aos falantes desta língua, é uma língua, em primeiro, que não apresenta maior parte dos sons apresentados na sua L1. Observa-se a seguir este contraste com base nos sons que ocorrem na língua portuguesa:

Enquanto o alfabeto fonético do português apresenta 20 sons consonânticos, o alfabeto fonético do Ciwutee apresenta 43 sons, o que faz com que alunos com a L1 Ciwutee tenham em sua competência linguística conhecimento de mais sons consonânticos que os alunos com a L1 a língua portuguesa. Havendo estas limitações fonético-fonológicas na língua português, sendo ela imposta, muitos dos alunos de forma intuitiva reproduzem sons presentes na sua L1 enquanto fazem uso da L2.

7.1.O sotaque Ciwutee

O sotaque é a forma particular ou diferenciada de se produzir sons de uma determinada língua e ela está presente em todas as línguas. Atualmente em Moçambique assume-se o sotaque europeu como o sotaque correto para se falar o português, mas com este e outros estudos pode-se desmistificar a necessidade de se falar neste sotaque.

O sotaque gerado pelo português europeu, é consequência directa dos sons presente nesta língua, sons estes que se unem para formar palavras realizadas foneticamente, e a presença da mesma não é um fenómeno aleatório dos sons, é um sistema que se inicia primeiro no ponto e modo de articulação de sons mas também de um sistema de pareamento de sons consonânticos, este pareamento muitas das vezes é analisado observando a propriedade de vozeamento que é quando na produção do som, há ou não uma vibração das cordas vocais.

Quadro 4 - Classificação do PE quanto ao vozeamento

Classificação	Som no PE	Vozeamento
Bilabiais oclusivas	***b*** ***p***	***+ voz*** ***- voz***
Dentais oclusivas	***d*** ***t***	***+ voz*** ***- voz***
Velar oclusiva	***k***	***- voz***
Velar constritiva	***g***	***+ voz***
Labiodentais fricativas	***f*** ***v***	***- voz*** ***+ voz***
Alveolares fricativas	***s***	***- voz***

	z	***+voz***
Palatais fricativas	***ʃ*** ***ʒ***	***- voz*** ***+ voz***
Glotal fricativa	h	- voz
Bilabial nasal	m	+ voz
Alveolar nasal	n	+ voz
Palatal nasal	ɲ	+ voz
Alveolares laterais	ɬ l	+ voz + voz
Palatal lateral	ʎ	+ voz
Alveolares vibrantes	R r	+ voz + voz

Fonte: Elaboração própria

Os sons a itálico e negrito nas tabelas anteriores, são sons que apresentam pares consonânticos e eles ajudam a manter o equilíbrio do sotaque na produção dos sons mas o sotaque no português Europeu, é gerado pelos sons que não apresentam seus pares consonânticos, a semelhança do que acontece na língua Ciwutee, como se pode observar por exemplo nos sons /b/- [+ voz] e /p/- [- voz] eles apresentam o mesmo ponto e modo de articulação e estes sons, somente são pares por eles permitirem um equilíbrio no vozeamento, permitindo que se possa a partir do mesmo ponto e modo produzir dois sons que se diferenciam no vozeamento e para casos de sons que não apresentam pares, como o caso da maioria de sons das línguas em contraste, eles se torna determinantes na intensidade do sotaque e no uso recorrente de sons mais vozeado.

Sendo que o comportamento do vozeamento consonântico nas duas línguas se assemelha, apresentando sons maioritariamente vozeados, os pontos que seria de destaque nas diferenças de sotaque, seriam determinados pelas novas classificações do ponto de articulação que a língua Ciwutee permite. Relembrando, os pontos de articulação são órgãos biológicos em que o maior articulador activo é a língua, com isso a existência de novos pontos de classificação condicionados pelos sons da língua Ciwutee, condicionariam biologicamente o aparelho fonador ao predomínio do uso destes pontos, casos que ao serem transportados para a língua portuguesa, muitos sons que são produzidos nas proximidades destes pontos, condicionados pela língua Ciwutee, seriam deslocados para a posição de articulação dos pontos que foram condicionados.

Observando a tabela de classificação dos sons do Ciwutee e do português pode-se facilmente perceber a presença de sons lábio-alveolares, alveolares retroflexos e lábio velares, estes pontos surgem da combinação de dois sons consonânticos que são articulados em pontos diferentes que fazem com que o som final gerado por eles, sejam articulados em um ponto intermediário, senão transitório entre o som consonântico 1 e o som consonântico 2.

7.2.Sons implosivos e sons aspirados no Ciwutee

Um outro ponto relativo aos sons da língua Ciwutee, é a presença de sons implosivos, determinados pelo modo de articulação, embora previstos no IPA, na língua português não se verificam estes sons, pelo menos não nos dialectos de Portugal, mas no português brasileiro, alguns autores apontam para a presença dos sons implosivos /ɓ/ e /ɗ/, os mesmos que foram identificados na língua Ciwutee nas palavras BABA e DAKO por exemplo.

Os sons implosivos ou ingressivos implosivos são considerados por Viaro (s.d.) sons em que ocorre uma espécie de inalação de ar que é obstruída e não chega aos pulmões. Ela ocorre com a glote parcialmente aberta. Inspira-se o ar, seguida de uma oclusão da cavidade orofaríngea e em seguida abre-se a oclusão. Em frases orais como:

a) Ndi dama yango. [‘ndi ɗamɐ yãgu]

Torna-se possível verificar a transporte de sons implosivos do Ciwutee para vocábulos do português e posteriormente eles podem ser adoptados recorrentemente na língua portuguesa por estes falantes. Este caso sucede-se devido a grande presença de sons verificados no Ciwutee, com isso em alguns caso, como o das aspiradas elas podem ocorrer em palavras da língua português em substituição dos seus correspondentes oclusivos, e isto por vezes acontece também com a troca da bilabial oclusiva /b/ pela bilabial implosiva /ɓ/.

Falar dos sons aspirados é um caso um bocado diferente de falar das implosivas. Os sons aspirados são aqueles que têm uma co-articulação com a oclusiva glotal e um outra articulação na cavidade orofaríngea gerando um som ejectivo, que, como visto, é representado pelo símbolo /sonho/ no quadro classificatório e as suas propriedades de transporte e emprego deste tipo de sons é muito semelhante com o das implosivas e estes dois conjuntos de sons, são os mais identificados em falantes, especificamente, alunos que falam a língua portuguesa, onde se sucede recorrentemente mas não de forma definitiva a troca de sons na língua portuguesa por sons explosivos e por sons aspirados.

Conclusão

A pesquisa que tinha por objectivo estudar como se processa a variante do português falado por alunos da 9ª classe falantes do Ciwutee, identificando suas causas e comportamento, com a busca por entender esta questão, foi possível comprovar que está forma em específico é resultado primário dos vocábulos da L1 da maioria dos alunos que pressupõe-se serem em primeira instância de ordem fonética, ou seja, assim como a maior parte das línguas do mundo, ela foi processada a nível da pronúncia, ganhando forma gráfica/escrita, com a realização de estudo e apresentação das primeiras propostas do sistemas ortográfico.

A presença destes vocábulos ligados à cultura e costumes dos falantes, fazem desta língua um veículo do sotaque típico destes falantes, determinado pelo número de sons que compõem a língua Ciwutee. Analisado a sistema sonoro da língua Ciwutee, chega-se a conclusão que a presenças de sons implosivos (que se dão com a ingressão de ar), da aspiração (resultante de sons combinados com a glotal vozeada) e a predomínio de sons foneticamente realizáveis e vozeados presentes na língua Ciwutee, contribuem para a percepção do sotaque quando estes falantes de pronunciam em língua portuguesa.

Referências

CASTILHO, A. T. *Saber uma língua é separar o certo do errado?* Museu da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, s.d.

DIAS, H. N. *A norma padrão e as mudanças linguísticas na Língua Portuguesa nos meios de comunicação de massas em Moçambique*. Maputo: Livraria universitária, 2009.

LEACH, M. B. *Things Hold Together: Foundations for a systemic treatment of verbal and nominal tone in Plateau Shimakonde*. Tese de doutoramento. Universidade de Leiden, 2010.
MUTSUQUE, J. A. *Linguística Geral.* Universidade Católica de Moçambique. Beira-Moçambique, n.d.
NGUNGA, A. & FAQUIR, O. G. *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas:* Relatório do III Seminário. Centro de Estudos Africanos (CEA). Maputo, UEM, 2012.
NGUNGA, A. A Intolerância linguística na escola moçambicana. In: *Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da FFLCH*. São Paulo: USP, 2007.
TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique.* 213f. Tese de doutoramento. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara-SP, 2013.
VIARO, M. E. *O alfabeto fonético internacional (IPA)*: Fonologia do Português. Brasil, n.d.

CAPITULO 15

A variação lexical do português moçambicano: o caso dos empréstimos léxico-semânticos em jornais impressos

Elídio Tinei Keniasse
Gaspar António Torres Pagarache
Saudinho Rafael Saúde
Alexandre António Timbane

Introdução

Moçambique é um país lusófono sob o ponto de vista político, porém bantófono sob o ponto de vista real porque a grande maioria da população fala as línguas bantu: emakhuwa, xichangana, cisena, ndau, echuwabu, chiyaawo, shimakonde, lomwe, chichewa, kimwani, cinyanja, cicope, cinhungwe, cimanyka, swahili (kiswahili), ekoti, cibalke, ciwute, gitonga, citswa, xirhonga (todas com Padronização ortográfica publicada), isiswati, isizulu (estas duas últimas como línguas transfronteiriças). Para além destas se fala a língua moçambicana de sinais (LMS) e outras línguas estrangeiras (árabe, inglês, urdo, gujarati, etc.). O português é língua oficial embora tendo apenas 16,7% da população que a fala como língua materna, de acordo com Instituto Nacional de Estatística – INE, 2017). O português tem o estatuto de língua oficial (de acordo com o Art.10º, da Constituição da República de Moçambique, 2004).

As línguas bantu são utilizadas em contextos informais de comunicação, sendo línguas das culturas, das tradições dos povos locais. Algumas rádios e canais televisivos transmitem seus programas em línguas locais, o que é importante para a preservação das mesmas. Está sendo desenvolvido um projeto de Educação bilíngue em algumas escolas moçambicanas, programa que termina no quarto ano de escolarização primária. A educação bilíngue consiste no ensino de português (língua oficial) + uma língua bantu moçambicana. Os professores dessas línguas estão sendo formados em diversas universidades moçambicanas, especialmente na Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Pedagógica de Maputo. Para além disso, as línguas bantu permitem a comunicação com outros povos de outros países porque as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras geopolíticas. Algumas línguas faladas em Moçambique, também são utilizadas em outros países vizinhos de Moçambique: África do Sul, Eswathini, Zimbabwe, Zâmbia, Malaui e Tanzânia.

Parte-se do princípio de que, as línguas variam e mudam de acordo com a dinâmica dos seus falantes (Labov, 2008). A questão da variação linguística está presente em todas línguas naturais do mundo e não poderia ser diferente com o português. O português chegou em Moçambique pelo processo de colonização ocorrida no século XVIII e XIX e a sua implantação se manifestou por meio de ideologias que tinham como objetivo inferiorizar os povos da África, como povos sem cultura, sem tradição e sobretudo sem línguas. É por essa razão que as línguas bantu passaram a ser chamadas de “dialetos” havendo português como a única língua nesse período. Esta estratégia colonial colocou em atraso o desenvolvimento, ensino e preservação das línguas africanas de Moçambique e infelizmente essa ideologia continua até hoje. A Constituição da República de Moçambique (Art. 10º, CRM, 2004) oficializou unicamente o português atitude que influenciou para o apagamento das mais de vinte línguas de origem africana.

Atualmente o português entrou em contato com as línguas africanas o que contribui para os contatos e interferências que desconstroem a variedade portuguesa convertendo em variedade moçambicana de português. O português de Moçambique apresenta características próprias, possui traços fonético-fonológicos próprios, apresenta um léxico e semântica da variedade local. Estudos de Dias (2009), Dias & Taela (2025), Timbane & Balsalobre (2017), Camara & Timbane (2022), Nhampoca, Langa & Timbane (2022), Almeida & Timbane (2026) entre outros comprovam os nossos argumentos.

Neste capítulo vamos compreender de que maneira se manifesta a variação lexical do português moçambicano, muito especificamente em jornais impressos nacionalmente, tendo em conta o fato de que a variação linguística é uma característica das línguas naturais e que se manifesta por meio de diferenças que ocorrem em razão de fatores sociais, geográficos, culturais e históricos (Soares, 2015; Coelho et al. 2015). Essas marcas lexicais e semânticas podem ser observadas no uso da variedade veiculada na oralidade e pela escrita, tal como se observa na imprensa escrita: jornais de grande circulação no país.

Neste contexto, o presente capítulo busca investigar como os empréstimos léxico-semânticos se inserem na variedade moçambicana do português, com especial atenção aos mecanismos de adaptação e integração dessas unidades lexicais. Parte-se da hipótese de que esses empréstimos não apenas preenchem lacunas de nomeação de elementos culturais e sociais locais, mas também adquirem novos sentidos e funções, refletindo uma realidade sociolinguística dinâmica. Assim, pretende-se identificar as principais unidades lexicais provenientes de outras línguas, descrever os seus significados e discutir como elas contribuem para a afirmação de uma identidade linguística moçambicana.

A pesquisa é relevante porque apesar da predominância do português como língua oficial, as línguas locais ainda exercem forte influência sobre o modo como o idioma português é utilizado no país. Além disso, a carência de instrumentos lexicográficos adaptados à realidade moçambicana como dicionários específicos reforça a necessidade de se compreender e sistematizar essas variações. Ao investigar sobre os empréstimos léxico-semânticos presentes nos jornais, a pesquisa contribui para a valorização da diversidade linguística nacional e para o fortalecimento de políticas linguísticas mais inclusivas e representativas da realidade sociocultural de Moçambique.

A variação linguística é um fenômeno que ocorre em línguas naturais impulsionado por variáveis linguísticas e sociais. De acordo com Coelho et al. (2015, p.16) a variação linguística “é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. A existência do português moçambicano resulta das características sociolinguísticas próprias do contexto de Moçambique. Sabendo que a língua portuguesa não é falada da mesma forma em todos os países que a adotaram, quais seriam as características léxico-semânticas da variedade moçambicana de português que pode ser observado em jornais de maior circulação em Moçambique? (i) Os empréstimos lexicais do português de Moçambique são resultado do contato entre o português e as diversas línguas bantu faladas no território; (ii) Os empréstimos lexicais se adaptam assimilando as regras do português e ocupando as devidas classes de palavras; (iii) Os significados dessas unidades lexicais emprestadas adquirem novos significados, o que configura um fenômeno da neologia muito bem presente.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as características dos empréstimos lexicais em jornais publicados em Moçambique buscando

compreender a sua origem e os processos de integração na variedade moçambicana. Como objetivos específicos, a pesquisa visa (a) identificar o léxico de unidade lexicais vindas de outras línguas; (b) discutir os processos da sua integração no português; (c) explicar os significados que essas unidades apresentam comparativamente à etimologia das mesmas e; (d) descrever a importância dessas unidades na afirmação de uma identidade própria da variedade.

A pesquisa é relevante porque a variação linguística é um fenômeno real em contexto de Moçambique e há uma necessidade urgente na sistematização para que se possa criar um dicionário que possa atender essa realidade sociolinguística. Os moçambicanos ainda usam dicionário de Portugal, o que significa que esse dicionário não atende as realidades sociolinguísticas da variedade moçambicana. A pesquisa é relevante porque demonstra como o léxico é a face mais evidente da língua (Timbane, 2013) e que exerce sentidos democráticos uma vez que os empréstimos lexicais revelam as relações entre línguas em contato.

O capítulo se divide em cinco secções. Na primeira parte apresenta-se a situação da política linguística em Moçambique onde define o conceito e os documentos importantes da política de línguas. Na segunda seção, o capítulo trata sobre a importância das línguas locais; a terceira, variação e preconceito linguístico; quarta, empréstimos lexicais e na última seção tratamos da metodologia e análises para terminar com as considerações finais.

1.A política linguística de Moçambique

1.1.A política linguística de Moçambique e a constituição.

Toda a sociedade humana possui uma língua. A sociedade estabelece um conjunto de políticas para o uso e essas políticas podem ser implícitas ou explícitas. Por exemplo: a Guiné-Bissau e o São Tomé e Príncipe não fizeram alusão às línguas nas suas constituições. De acordo com Severo (2013), a política linguística

> ....tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros. O segundo eixo [Planejamento Linguístico] tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vistas a influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos... (Severo, 2013, p.451, grifo nosso).

Enquanto a Política Linguística se dedica à determinação de leis sobre as línguas de uma comunidade de fala, o planejamento linguístico se interessa pela execução, pela implementação das políticas estabelecidas pelo Estado, pelo Município, pelo grupo étnico, etc. A língua portuguesa foi a língua pela qual colonizadores portugueses usaram para a dominação cultural, ideológica, social, implantando nas mentes dos povos colonizados, de tal forma a que as próprias línguas eram ditas como dialetos.

O Decreto-Lei nº 39.666/1954 é a prova de que os colonizadores portugueses não se importavam com as questões socioculturais do povo

africano. Este Decreto–Lei tratava os africanos como indígenas apenas, sendo povos sem cultura, sem línguas e sem cidadania. No Art. 56º, os africanos deveriam reunir um conjunto de condições alistadas de a) à e) para que passassem de indígenas para adquir cidadania nos próprios países. Lembrando que Guiné, Angola e Moçambique eram províncias ultramarinas de Portugal.

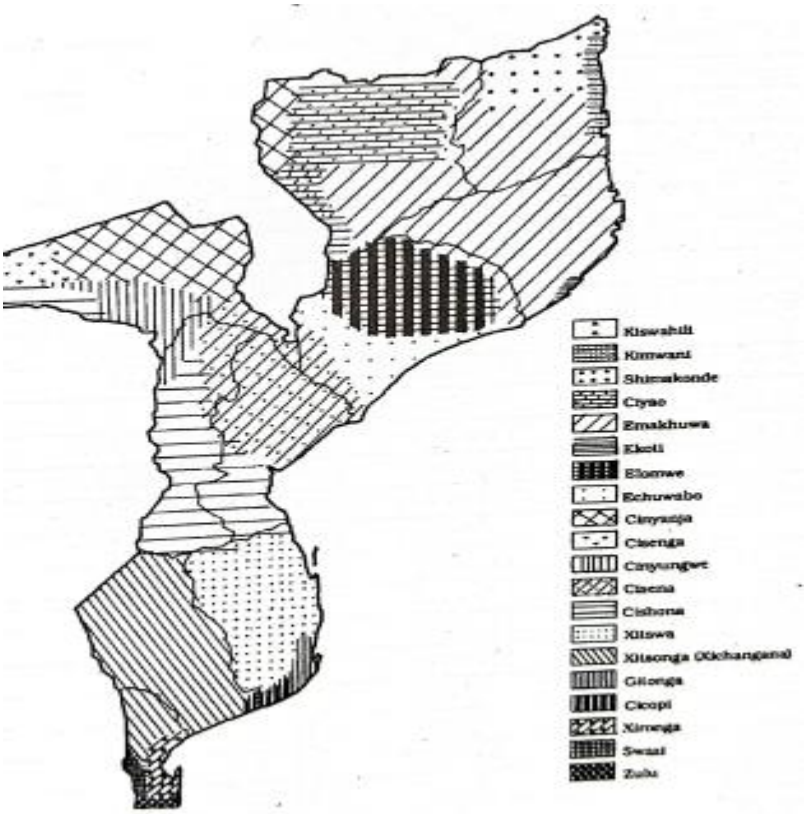
Após a independência de Moçambique (em 1975), a política linguística escolheu o português como língua oficial. Sobre a questão da oficialidade o pesquisador moçambicano Ilídio Alfredo Macaringue, afirma que "a política linguística pós-independência consagrou o Português como língua oficial e de unidade nacional e as línguas autóctones como línguas veiculares da cultura e identidade nacional como se fosse apenas cultura e identidade nacional o que é vinculado nessas línguas (...)" (Macaringue, 2014, p.40).

É evidente que a situação da política linguística em Moçambique é caracterizada pelo multilinguismo. Entende-se por multilinguismo a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se comunicarem, regularmente, em mais de uma língua na sua vida diária. A Constituição da República de Moçambique (2004), no artigo 10º determina a oficialidade do português, mas não atribuiu o mesmo poder para as mais de vinte línguas autóctones faladas pela grande maioria da população. Com o estatuto de língua oficial, o português passou a ser língua do ensino formal, de uso nas instituições públicas e dos discursos políticos e do funcionalismo público. Segundo censo 2017, cerca de 47.4% dos moçambicanos declaram ter conhecimento da língua portuguesa. No entanto, a população urbana tem mais probabilidade de falar a língua portuguesa do que a população rural. Isso acontece porque o português é uma língua de oportunidades, de emprego e da vida urbana. Ao contrário, as línguas bantu são línguas de uso nas tradições, nas religiões de matriz africana e nos diversos ritos e tradições. Estudos de Chimbutane (2022), Timbane e Berlinck (2019), Ngunga e Bavo (2011) e Gonçalves (2012) mostram que as línguas bantu interagem entre si incluindo com a língua portuguesa que é uma língua moçambicana de origem europeia. Nesta pesquisa somos de opinião de que o português não pertence mais a Portugal, quer dizer, perdeu a nacionalidade e pertence a todos os países que adotaram como língua oficial.

1.2. As Línguas, localização e Falante

Moçambique é, tal como a maioria dos países africanos, um país multilingue e multicultural onde coexistem várias línguas africanas do grupo bantu com outras de origem asiática e europeia. Dados do Recenseamento Geral da População realizado em 2017, indicam que as línguas africanas do grupo bantu continuam a constituir o principal substrato linguístico de Moçambique por serem línguas maternas de mais de 80% de cidadãos de cinco anos de idade ou mais. Os mesmos dados indicam que cerca de quinze milhões de moçambicanos de 5 cinco ou mais anos de idade, 37,8%% falam Português e 41,9% não sabe e 0,23% (INE, 2017). Esses dados mostram que mesmo tendo, em Moçambique, a língua portuguesa como língua oficial, as línguas locais continuam sendo em grande proporção as línguas de maior uso na comunidade moçambicana e nos nossos dias a dia. É muito comum que os mesmos falantes de língua portuguesa, em instituições públicas assim como privadas, falam entre si as línguas locais, como uma forma de melhorar a comunicação. Vejamos a distribuição dessas línguas pelo país.

Mapa 1: Mapa linguístico de Moçambique



Fonte: Ngunga (2025, p.55)

O que se observa é que na grande maioria dessas línguas não há inteligibilidade. O que significa que falantes de cisena, por exemplo, não entendem o que os de xichangana falam. Os falantes de ciyao não entendem o que os falantes de cicopi falam. Esse fenômeno apesar de ser complexo jamais provocou desunião nem conflitos, pois cada língua tem o seu lugar nos contextos sociolinguísticos. O português ganha o primeiro privilégio prático na década 60 durante a organização e luta pela independência nacional, especialmente quando guerrilheiros provenientes de diversas partes de Moçambique se reuniram na Tanzânia para preparar e iniciar a luta tendo como língua de comunicação o portugues.

O momento exigia sacrifício e aprendizagem rápida da língua para que haja comunicação entre os guerrilheiros. Neste contexto não seria possível a comunicação por meio das diversas línguas bantu moçambicanas, embora havendo algumas poucas excepções: Na região sul de Moçambique, os falantes das línguas changana, ronga e tswa se entendem mutuamente. Vencida a guerra e proclamada a independência, os moçambicanos por meio dos seus seus políticos preferiram dar seguimento à valorização do português tratando-a como “língua de união”.

A “união linguística” é ideológica porque as línguas naturais possuem elementos históricos e culturais que conectam as comunidades de fala.

Os falantes das línguas apresentadas no mapa encontram-se numa situação de pressão, porque o lugar do português é mais prestigiado e nas grandes cidades não há encorajamento para o ensino dessas línguas. Há mais preferência para aprendizagem de línguas estrangeiras como inglês e francês ao invés das línguas africanas.

1.3. Declaração dos direitos linguísticos: o que entendemos?

De acordo com INE (2017, p.26) na área urbana, a língua materna com maior percentagem é português (39,2%) e é falada com maior frequência em casa (42,8%). Apenas 5,2% da população residente na área rural tem, como língua materna, a língua portuguesa. Os dados mostram que, no geral, quase metade (47,4%) da população de 5 anos e mais, sabe falar a língua portuguesa, destacando-se a área urbana (78,1%), em comparação com área rural (31,7%).

Segundo a Declaração dos Direitos Linguísticos (1996, Art.1, nº2) parte-se do princípio de que os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adota como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respectivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua.

Entendemos que a declaração dos direitos linguísticos é um instrumento pelo qual o falante se sente legitimado em usar a sua língua em diversos espaços da sociedade. O documento estabelece uma política linguística inclusiva para os signatários, quer dizer, uma política que não discrimine nem exclui as línguas de todos os povos. Essa atitude promove, reconhece, busca preservar e fundamenta o ensino especialmente em comunidades cujo número dos falantes tende a reduzir ou que estejam em perigo de extinção.

Rodrigues (2018) afirma que os direitos linguísticos podem ser garantidos por leis, decretos ainda que a mera existência de uma legislação não seja suficiente para a realização plena de políticas linguísticas, que pretendam garanti-los, assim como também a mera existência dessas políticas não garante que esses direitos sejam respeitados no confronto com o real.

No entanto, na tentativa de construir tanto a proteção e a promoção da diversidade linguística quanto a garantia dos direitos linguísticos de comunidades marginalizadas, temos vivenciado, nas últimas décadas, um processo bastante intenso de produção de documentos jurídicos, tais como declarações, recomendações e leis, que buscam produzir determinações nas relações entre as línguas no interior dos Estados Nacionais.

Com isso, esses direitos são protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e são fundamentais para a liberdade de expressão e para auto identidade. No entanto, nem todos os países protegem esses direitos de forma igual. Em muitos lugares, a escolha de uma língua é restrita ou mesmo proibida, o que pode levar à assimilação cultural forçada e à perda da língua materna. Além disso, dentro do escopo dessa temática, são consideradas também questões envolvendo os direitos coletivos, ou seja, considerando o direito de uma comunidade de usar sua própria língua.

A questão linguística ainda é pouco tratada com rigor pelos Estados e pelos governos. Há pouco (para não dizer nenhum) investimento para pesquisas sobre as línguas locais de origem africana. Os dicionários e as gramáticas das diferentes línguas bantu moçambicanas foram produzidos e publicados por iniciativas individuais de docentes e pesquisadores. O estado e os governos mantêm-se inertes com relação às questões linguísticas. Não se justifica que após 50 anos de independência, Moçambique não tenha conseguido desenvolver políticas linguísticas eficientes nem uma educação que realmente proteja e revitalize as línguas bantu.

A África do Sul, a Eswatine, o Zimbabwe, a Tanzania são países vizinhos de Moçambique que já estabeleceram políticas linguísticas que favorecem ao povo. A África do Sul possui onze (11) línguas oficiais, das quais dez (10) são de origem africana. O Art. 6º da Constituição da República (África do Sul, 1996) diz

que as línguas oficiais do país são: sepedi, sesotho, setswana, siswati, tshivenda, xitsonga, afrikaans, english, isindebele, isixhosa and isizulu. Esta é uma política linguística inclusiva e positiva, pois coloca todas as línguas em pé de igualdade e ainda defende no mesmo artigo o desenvolvimento de condições para o desenvolvimento e uso de todas as línguas (incluindo as línguas do grupo khoisan e de sinais). A constituição sul-africana deixa claro que apoiará o desenvolvimento das línguas comumente faladas como o alemão, grego, gujarati, hindi, português, tâmil, telegu, urdu assim como as línguas de algumas religiões: árabe, hebreu, sânscrito e outras em uso no território. (South Africa, Constituição, 1996, Art.6º).

Esta atitude da África do Sul vai ao encontro do Art.8º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) quando afirma que "Todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais". Esta questão fica intensa quando todas as comunidades linguísticas tiverem direito a que as ações judiciais e administrativas, os documentos públicos e privados e as inscrições em registros públicos sejam realizados na língua própria do território sejam válidos e eficazes, e que ninguém possa alegar o desconhecimento dessa língua (Art.15º da mesma Declaração).

2.A importância das línguas locais na afirmação da identidade

No território moçambicano são faladas cerca de 20 línguas do grupo bantu, este número de línguas faladas no território moçambicano revela o multilinguismo presente no país e que não deve ser negligenciado, tendo em vista que, a língua exerce um papel importante na construção da identidade de um povo, pois os falantes se expressam por meio da linguagem (Oliveira, 2006).

A Constituição do Estado moçambicano atribuiu o português o status de língua oficial no seu artigo 10º. Ao observar esses aspectos, fazemos a seguinte pergunta: qual é o lugar que é dado a essas línguas locais que circulam no país? Para responder, recorremos a dois artigos da Constituição da República de Moçambique, o primeiro é artigo 9º, que trata sobre "as línguas nacionais", onde diz: "O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade". Nesse artigo, encontra-se expresso politicamente o lugar das línguas nacionais, pois colocadas como patrimônio cultural e educacional, no entanto, não acontece na prática. Trata-se de uma intenção cuja a sua implementação ainda está em dívida.

Segundo Choay (2017) o património cultural é uma herança, um conjunto de bens materiais e imateriais que são significativos para a memória, identidade e cultura de uma comunidade, ao passo que, património educacional refere-se a todos os bens e manifestações culturais que estão ligados à educação e à escola, seja em termos de espaços, objetos, práticas e saberes.

Tendo em vista esses dois conceitos, era suposto que o uso das línguas locais em espaços formais ou administrativos, como escolas, hospitais e delegacias da polícia, não fossem restritos ao domínio da comunidade. O Emakhuwa por exemplo, que é língua materna de 5,8 milhões de habitantes da província de Nampula, região norte de Moçambique, segundo o senso de 2017 realizado pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) poderia ser ensino e usado em todo o país, mas a realidade é outra. Mais adiante, o Art.9º diz que "O Estado promove o desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da identidade" fato que não é evidente. Lembrando que a língua carrega elementos culturais, portanto, marcas da identidade, daí que, uma vez que se é

preconceituoso com a língua, está-se a ser também com a pessoa, com a cultura e com a tradição de uma comunidade de fala.

Considerando o contexto moçambicano em que a rádio é a midia de maior alcance ou cobertura nacional se compararmos com a televisão, a presença de estações de Rádio provinciais e distritais torna esta mídia um espaço importante para a difusão da língua que é escolhida para comunicar aos seus ouvintes. Aqui, as línguas locais ganham espaço nas programações diárias, desde as músicas que são tocadas até o espaço de notícias, diferentemente do que acontece na televisão, onde a língua prestigiada para a comunicação é o português.

Um outro espaço onde a língua desempenha um papel indispensável é na religião. Segundo Timbane e Pansau (2020), para o contexto das línguas africanas, uma língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas sim, um elemento santificado pelas tradições, pois é através dela que se faz o contato entre os vivos, mortos e santidades. Partindo deste entendimento e observando a realidade moçambicana, as religiões mais expressivas no território (Cristianismo e Islamismo) foram trazidas por europeus e árabes, portanto, povos falantes de outras línguas e por isso, impuseram o uso das suas línguas nas liturgias do culto, ficando reservado o uso exclusivo das línguas locais apenas nos encontros das religiões tradicionais, enquanto as outras se expressam no bilinguismo as Igrejas como por exemplo: português e as línguas locais, as comunidades islâmicas utilizam o árabe corânico, português e as línguas locais. Contudo, as línguas locais são preferencialmente utilizadas nesses espaços restritos.

Nas comunidades locais, todos os ritos tradicionais são oficialmente realizados em línguas locais a exemplo de gwaza muthini, Mhamba ya Ukanyi, rito de iniciação, rito de nascimento ou pós-nascimento, velório e culto aos antepassados. As línguas locais ainda são línguas maternas para a grande maioria da população rural. Essa política linguística tem sempre um objetivo comum: a preservação das línguas locais. As línguas locais são usadas na evocação dos antepassados. Quer dizer, a oração só pode ser compreendida se for feita em língua local do antepassado. Esta estratégia tem intuito de colocar em evidência as línguas locais. Mas esses usos se limitam às práticas tradicionais e culturais.

3.A variação linguística e preconceito linguístico

A presente pesquisa está inserida na área da Linguística que é a ciência que estuda a linguagem humana, seu funcionamento e suas estruturas. Ela analisa as línguas de maneira ampla, investigando suas regras gramaticais, sons (fonética e fonologia), formação de palavras (morfologia), construção de frase (sintaxe), significados (semântico) e o uso da linguagem em diferentes contextos (pragmática). O objetivo da linguística é compreender como as línguas se desenvolvem, mudam e são utilizadas pelos seres humanos. Já a Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística (Cezario, Votre, 2011). A sociolinguística analisa as variações da língua conforme os diferentes contextos sociais e situacionais. Ela investiga, por exemplo, as diferenças regionais e sociais na fala, o emprego de gírias e dialetos, assim como as transformações linguísticas que ocorrem ao longo do tempo.

A sociolinguística variacionista estuda as variações linguísticas a partir da análise de dados empíricos coletados em diferentes comunidades. Desenvolvida inicialmente por William Labov, a partir da década 1960, essa abordagem busca

entender de que forma e por que a língua varia em função de fatores como grupo social, região geográfica, o contexto formal ou informal e a frequência de uso de determinadas formas linguísticas. Variação é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade, e com o mesmo significado.

De acordo com Coelho et al. (2015) a variação pode ser vista por dentro da língua e por fora. Vista por dentro, a variação pode atingir o léxico, que é "o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender as suas necessidades de comunicação" (Antunes, 2012, p.27).

(i) **Variação lexical** quando se refere-se às diferentes maneiras do uso do léxico. Entre os principais tipos de variantes lexicais, estão os sinônimos, os regionalismos, as gírias, os arcaísmos. Ex.: Região geográfico ("abacaxi" no Brasil vs. "ananás" em Moçambique), ("ônibus" no Brasil vs. "machimbombo ou autocarro" em Moçambique). Só no Brasil "aipim, mandioca, macaxeira".

(ii) **Variação fonológica** diz respeito a mudança no sistema de sons (fonemas) de uma língua. Ela ocorre em diferentes regiões ou entre diferentes grupos de falantes havendo mudanças estruturais no sistema fonológico da língua, como a introdução, a perda ou reestruturação de fonemas ou a maneira como eles se relacionam entre si.

Outro problema social está relacionado ao Preconceito linguístico que é entendido como a discriminação contra modos de falar diferentes da norma-padrão da língua. Isso acontece quando se considera errado ou inferior qualquer jeito de falar que não siga as regras da gramática tradicional, geralmente usada pelas classes sociais mais privilegiadas.

Segundo o linguista Marcos Bagno, esse preconceito é uma forma de exclusão social disfarçada de "correção gramatical". Pessoas que falam variedades populares da língua, influenciadas por sua região, classe social, etnia ou escolaridade, são frequentemente marginalizadas com a justificativa de que "falam errado". Bagno, também destaca que todas as línguas e variações têm valor comunicativo e seguem regras próprias. Por isso, não existe uma forma absolutamente "certa" ou "errada" de falar, mas sim diferentes maneiras de usar a língua.

Assim, como acontece com algumas variedades do português e outras línguas europeias, as línguas bantu também sofrem preconceito. Um exemplo claro é a desvalorização institucional. Por exemplo, em Moçambique, onde essas línguas são faladas pela maioria da população, elas ainda são vistas como "dialetos" ou línguas de menor valor. Enquanto isso, o português, língua trazida pela colonização, é considerado superior e domina espaços como a educação, a justiça e a mídia.

Além disso, quem fala línguas bantu pode ser visto como alguém "sem educação" ou "menos civilizado", principalmente quando usa essas línguas em público ou mistura com o português. Portanto, esse preconceito é resultado de uma herança colonial que associava o domínio das línguas europeias ao progresso e à inteligência.

A seguir veremos como as palavras podem passar de uma língua para outra. Esse é o processo de empréstimos lexicais. As palavras podem passar de uma língua para outra por necessidade (empréstimos necessários) ou por luxo (empréstimos de luxo). Trata-se de um fenômeno que inicia de forma simples e que quando aceite pela comunidade de fala aumenta a frequência de uso e pode se enraizar. Há palavras que chegam na língua e são aceites e perdem o sentido de "estrangeiro". São exemplos de futebol (proveniente de inglês foot+ball), WC

(water + closet), shopping, radar (Radio Detection and Ranging), marketing, office boy, HIV (human immunodeficiency virus) blog, startup, royalty, commodity, design, download, free shop, on-line, iceberg entre outras. Qualquer língua pode emprestar palavras para outra. A língua portuguesa recebeu contribuições de várias línguas: árabe (arroz, alface, açúcar), de línguas indígenas (aipim, cajú, jacaré), do grego (democracia, ideia, política), do francês (sutiã, dossier), do italiano (macarão, pizza, cappiccino).

4.Empréstimos lexicais

Entendemos por **empréstimos** o processo linguístico de passagem de unidades lexicais de uma língua "A" para uma outra "B". Nesse processo pode sofrer transformações a nível fonético ou ortográfico, quer dizer, justamente à escrita da língua de chegada (Timbane, 2012). Os empréstimos lexicais ocorrem quando uma língua precisa de um termo novo para falar de algo que ainda não tem nome, para se adaptar a mudanças naquele contexto ou para se comunicar melhor com outras culturas. Trata-se de palavras que, devido a necessidade de uso por parte dos falantes de uma determinada língua, acabam sendo incorporadas e que sofrem algumas transformações tanto na escrita quanto na pronúncia.

Ao serem introduzidas na língua de destino "neste caso, o português", essas *novas* palavras passam a respeitar as regras gramaticais dessa língua. Vejamos o exemplo da palavra ***nhonga***, que pode ser considerada um estrangeirismo, enquanto o seu verbo ***nhongar*** representa um verdadeiro empréstimo linguístico, pois foi plenamente integrado às regras gramaticais do português. Assim, é possível conjugá-lo normalmente: *eu* ***nhongo****, tu* ***nhongas****, nós* ***nhongaremos****, eu* ***nhongava***, entre outras formas. Vale destacar que esse verbo é inexistente nos demais PALOP, o que evidencia uma variedade local.

Como as comunidades linguísticas estão sempre em contato com outras, é comum que peguem palavras emprestadas de outras línguas. Isso acontece porque nenhuma língua dá conta sozinha de todas as formas de se comunicar, principalmente quando há trocas culturais, tecnológicas e entre outras. Nessas situações, é natural adotar novos termos para falar de coisas diferentes que traduzem as novas realidades do nosso dia a dia.

De acordo com Timbane (2013), "**os empréstimos necessários** são aqueles que não têm equivalência na língua. E, assim, não temos como designar um fenômeno ou essa realidade social ou cultural. Assim, precisamos daquela "palavra estrangeira" para designar uma realidade cultural, social, etc." Concordando com o autor, os empréstimos necessários cumprem uma função essencial na comunicação, pois permitem nomear elementos culturais, objetos ou conceitos inexistentes na cultura da língua que os adota. Ex. twiter, jeans, acarajé, moqueca, vatapá.

O empréstimo de luxo é aquele em que a palavra equivalente existe na LP, mas os falantes preferem "aquela estrangeira" porque é mais bonita, tem mais estilo, é mais chique, para identificação cultural (Timbane, 2013). Concordando com o autor, podemos afirmar que esses empréstimos refletem uma busca por status e distinção social, revelando também como as línguas carregam valores simbólicos que influenciam as escolhas linguísticas dos falantes. Exemplos desse processo são as seguintes unidades lexicais: marketing/comercialização, fashion/moda, maning/muito, nice/bem, maning nice/muito bem, menu/cardápio, selfie/autoretrato e show/espetáculo. Estas unidades lexicais possuem equivalentes na LP e é daí onde nota-se que são empréstimos "de luxo" ou "de prestígio".

5. Metodologia e análises

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica que consistiu na revisão da literatura relacionada à temática discutida. Para o efeito, foi necessário buscar em livros, artigos e periódicos que publicam sobre os fenômenos estudados na Linguística e em especial na Sociolinguística, para com profundidade analisar o léxico do português moçambicano, fruto de empréstimos linguísticos encontrados nos jornais diários e quinzenais de circulação nacional.

Os jornais analisados neste trabalho fazem parte dos mais lidos em Moçambique: Jornal 'Notícias', Jornal 'O país', Jornal 'Canal de Moçambique', Jornal 'Diário de Moçambique', jornal 'Savana', Jornal 'Ikwehli', Jornal 'Zambeze', Jorbal 'Ngani' e Jornal 'Wamphula Fax'. O critério de seleção dos jornais foi: a) ser jornal moçambicano; b) ser jornal de maior circulação; c) ser jornal atual; d) ser jornal escrito; e) ser jornal escrito em língua portuguesa; f) ser de acesso gratuito.

O quadro a seguir ilustra o levantamento de jornais e exemplos de passagens onde ocorrem os estrangeirismos e empréstimos. Não foi possível apresentar todos os casos neste capítulo, mas a título de exemplo apresentamos alguns exemplos.

Quadro 1: Seleção dos itens em grupos

Jornal	**Data**	**Extratos de unidades lexicais**
Savana	23/02/2025	Ex.1.: **"Atelier** Filosófico". (p.5).
	28/02/2025	Ex.2.: "Na incursão, os **naparamas** assassinaram um agente da polícia". (p. 17)
	21/02/2025	Ex.3.: "Mas quem não sabe que o povo inteiro foi **canganhissado** em directo, a vivo e a cores?". (p. 20) Ex.4.: "...com a Dugongo aqui perto, podemos fazer um **xitique** para salvar um túnel daqueles..." (p. 27)
Zambeze	20/02/2025	Ex.5.: "Não fomos logo à primeira, só para o **mister** Condé, tínhamos uma lista muito grande de candidatos" (p. 17)
O país	25/02/2025	Ex.6.: "Os locomotivas da capital venceram o jogo dá cartaz a **Black Bulls** por 3-1 assumindo a liderança" (p. 12)
	21/02/2025	Ex.7.: "diversos supermercados da cidade de Tete estão sem **stock** de produtos, devido a sua escassez..." (p.6)
NGANI	24/ 02/2025	Ex.8.: "Em 2029 um novo grupo de eleitores como o menino **Xitsungo**, terá idade para votar" (p. 6)
		Ex.9.: "alguns dos meus amigos já morreram hoje por causa de **Aviator,** disse"
		Ex.10.: "o futuro da tecnologia em nampula está apenas a começar com mais investimento e incentivos poderemos ver mais **startups** e soluções digitais emergirem" (p. 4)

Ngani	24/02/2025	Ex.11.: "Moçambique subiu da posição 53% para 78% estando agora na pior posição, isto é, desde que o **raking** começou a ser publicado" (p.10)
Canal de Moçambique	25/02/2025	Ex.12.: **Nhonguista**
Ikwehli	21/02/2025	Ex.13.: "Foi veiculada a narrativa de que a população estaria a consumir sementes de capim intitulado por **Mpunga** por fome extrema". (p. 4) Ex.14.: **"Draiva** segurança de transporte de carga Moçambique". p. 09. Ex.15.: "Por seu turno, Basílio Zefanias Muhate, Ministro da Economia, congratula a ideia da plataforma **Economic Briefing".** (p. 8)
	28/02/2025	Ex.16.: O indiciado nega a acusação, e diz que foi detido quando encontrava-se num **take-away** ao longo da avenida 25 de Setembro. (p. 4)
Wamphula Fax	16/04/2025	Ex.17.: "...muitos transportadores semicolectivos de passageiros, vulgarmente conhecidos por "**chapa-100 ". (**p.1) Ex.18.: A circulação no desvio seguirá o sistema "**Stop and Go**", pelo que a ANE apela a todos os automobilistas. (p. 3)
	15/04/2025	Ex.19.: Gerónimo Augusto, operador de **táxi-mota.** (p.3)

Fonte: Dados da pesquisa

No quadro acima apresentado, apresentamos a título de exemplo 19 palavras identificadas como empréstimos linguísticos. Estas foram agrupadas conforme sua origem etimológica principal: inglês (09), línguas bantu (07) e francês (01), com destaque para sua frequência de uso nos jornais e seu contexto de ocorrência.

Palavras do inglês: Foram identificadas nove (9) palavras dos empréstimos de origem inglesa, que podem ser verificados no quadro nos seguintes exemplos: Ex.: 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16 e 18.

Palavras provenientes das Línguas Bantu: Os sete (7) empréstimos provenientes das línguas bantu: Ex.:2, 3, 4, 8, 12, 13 e 17, estão ligados à cultura local, culinária, vestuários e práticas sociais. Exemplos incluem *mpunga* (arroz ou sementes de capim), *xitique* (investimento, poupança), *nhonguista* (alguém com poder de persuasão de vender). Esses termos mostram grau de integração, sendo usados por falantes urbanos e muitas vezes com pluralização à portuguesa, como em os nhonguistas.

Palavra proveniente do francês: Atelier.

Da pesquisa se observa que em todos os jornais ocorreram os processos de empréstimos lexicais. Isso significa que português moçambicano é uma variedade que se articula em sintonia com a dinâmica social. A presença de empréstimos lexicais de diversas línguas mostra como os membros da comunidade de fala estão em dinamismo permanente o que mostra a variação sincrónica da variedade.

Da pesquisa se observa que a presença de empréstimos no português moçambicano nos jornais impressos comprova os processos de integração lexical promovidas pelas línguas dominantes como o inglês, por exemplo. A

presença de empréstimos não prejudica a língua portuguesa, pois é um processo normal em todas as línguas naturais em uso.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo deste trabalho permitiram confirmar que o português moçambicano, tal como se manifesta na imprensa escrita, é marcado por uma forte presença de empréstimos lexicais provenientes das línguas bantu locais e línguas estrangeiras. Esses empréstimos não ocorrem de forma aleatória: refletem realidades culturais específicas, realidades tecnológicas e são adaptados ao sistema do português por meio de processos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Isso demonstra que a convivência entre falantes do português e das demais línguas nacionais e estrangeiras enriquece o vocabulário do português, mas também torna a variedade mais próximo da realidade moçambicana.

Além disso, ficou claro que os jornais funcionam como espaço de legitimação da variação linguística, contribuindo para o reconhecimento de uma variedade moçambicana do português. Muitos termos de origem bantu e de línguas estrangeiras integram-se formalmente à língua portuguesa, mas também adquirem novos sentidos, de acordo com o contexto local. Esses usos revelam uma dinâmica linguística viva, com criatividade lexical e por um processo contínuo de neologização, o que destaca a importância de se estudar o léxico como reflexo das relações sociais e culturais de uma comunidade.

Por fim, este estudo reafirma a necessidade de se valorizar e documentar o português moçambicano como uma variedade legítima e representativa da identidade nacional. A elaboração de dicionários ou glossários especializados, que incluam esses empréstimos e suas especificidades semânticas, seria um passo fundamental para o fortalecimento da soberania linguística do país. Assim, compreender e registrar essas variações não é apenas um exercício acadêmico, mas também um gesto de reconhecimento dos saberes locais.

Referências

AFRICA DO SUL. *Constitution of the Republic of South Africa*, Johannesburg, 1996.

AIRE, P. *L' heritage makhuwa au Mozambique*. Paris Edition L' harmattan, 1996.

ALMEIDA, N. L. F. de.; TIMBANE, A. A. *A lexicografia, a lexicologia e a onomástica em português*: *a língua em constante evolução*. Campinas-SP: Editora Pontes, 2026.

ANTUNES, I. *Território das palavras:* estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz.* 49.ed. São Paulo: Loyola 2007.

CÂMARA, C. L. da; TIMBANE, A. A. (Org.). *Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique.* Itapiranga: Schreiben, 2022.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. (Org.). *Manual de linguística.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHIMBUTANE, F. Língua, Educação e Sociedade em Moçambique: Assimilação, Uniformização e Aceno à Unidade na Diversidade. *Modern Languages Open*, n.1, vol. 15, p. 1–14, 2022.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio.* 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade Ed. UNESP,2017.

COELHO, I. L. et al. *Para conhecer a sociolinguística.* São Paulo: Contexto, 2015.
DIAS, H. N. *Português Moçambique: estudos e reflexões*. Maputo: Imprensa Universitária, 2009.
DIAS, H. N.; TAELA, I. E. *Português moçambicano I.* Maputo, Alcance, 2025.
GONÇALVES, P. Contacto de línguas em Moçambique: algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação de um novo léxico do português. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Org.). *Rosae:* linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 401-406.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS-INE. *Brochura dos resultados definitivos do IV RGPH 2017.* Maputo: INE, 2019.
LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos.* São Paulo: Parábola, 2008.
MACARINGUE, I. Olhares multifocais sobre a situação sociolinguística de Moçambique: refletindo criticamente sobre políticas e práticas. *Revista itinerário, nº*1, p.39 - 51, 2014.
MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique,* Maputo: Assembleia da República, 2004.
MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. in: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto: 2015. p.9-14.
NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.
NGUNGA, A.; BAVO, N. *Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguísticas em seis distritos.* Coleção: As nossas línguas IV Centro de Estudos Africanos (CEA) UEM- Maputo, 2011.
NHAMPOCA, E. A. C.; LANGA, D. A. S.; TIMBANE, A. A. *Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais*. Belém: Home, 2022.
OLIVEIRA, R. C. *Caminhos da identidade:* Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp, 2006.
PORTUGAL. *Decreto-Lei colonial nº39.666,* de 20 de maio de 1954. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique.
RODRIGUES, F. A noção de direitos linguísticos no Brasil: entre a democracia e o fascismo. In: *Línguas e instrumentos linguísticos,* julho, 2018.
SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder*. Revista Alfa,* São Paulo, vol.57, nº2, p.451-473, 2013.
SOARES, M. *Linguagem e escola.* São Paulo: Contexto, 2015.
TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança da língua portuguesa em Moçambique.* 2013, 318 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Araraquara, 2013.
TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária.* vol. 4, n.1. p. 5-24, 2012.
TIMBANE, A. A.; BERLINCK, R. A. A influência da língua portuguesa nas línguas bantu faladas em Moçambique: o caso da língua xichangana.*InterDISCIPLINARY: Journal of Portuguese Diaspora Studies*. Vol. 8, p.105-125, 2019.
TIMBANE, A. A.; TAMBA, P. A política Linguística na África e situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das constituições. *Revista Digital de políticas linguísticas.* Córdoba vol.12, nº12, p.85 - 105, 2020.

TIMBANE, A. A.; BALSALOBRE, S. R. G. África em língua portuguesa: variação no português africano e expressões literárias. *Revista da Língua Portuguesa,* IV série, semestral, nº32, 2017.
TIMBANE, A. A. A variação linguística do português moçambicano: uma análise sociolinguística da variedade em uso. *Revista Internacional em Língua Portuguesa.* IV série, n.32, 2017. p.17-36.
UNESCO. Declaração *Universal dos Direitos Linguísticos.* Barcelona, UNESCO, jun. 1996.

CAPITULO 16

O português angolano nas músicas do kuduro: analisando marcas de angolanismos lexicais da língua falada

Janayne Gabrielle Alves Martins
Alexandre António Timbane

1 Introdução

A língua desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural de um povo, sendo ao mesmo tempo um reflexo e um instrumento de transformação social. No contexto angolano, o português, como língua oficial e de ampla circulação, assume características singulares devido à influência das línguas nacionais e das dinâmicas sociais, culturais e históricas do país. Essa singularidade é notável em diversos campos, incluindo a música, que serve como uma plataforma de expressão cultural e linguística.

O kuduro, gênero musical de grande relevância em Angola, não é apenas uma manifestação artística, mas também um espaço de criação e recriação linguística e cultural. As letras de música de kuduro, especialmente no período de 2010 a 2024, refletem a mudança cultural, o surgimento de novas danças para além do uso da variação léxico-semântica do português angolano, evidenciando inovações, adaptações e ressignificação que dialogam com as transformações sociais e culturais do país.

Este trabalho busca investigar essas variações léxico-semânticos no português angolano presente nas músicas de kuduro, explorando como o idioma se transforma nesse contexto e quais são os fatores que influenciam essas mudanças. A análise tem como pano de fundo a Constituição da República de Angola (2010), que reforça a valorização da diversidade cultural e linguística do país, e o debate sobre o preconceito linguístico, conforme abordado por Bagno (2009), que destaca a importância de combater hierarquias e estigmas associados às variações linguísticas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as variações léxico-semânticas do português angolano nas letras de música de kuduro, produzidas entre 2010 e 2024. Através dessa análise, busca-se identificar os elementos linguísticos e culturais que caracterizam a manifestação do português angolano nesse gênero musical vibrante e expressivo. O kuduro, que emergiu como uma importante forma de expressão cultural em Angola, serve não apenas como um meio de entretenimento, mas também como um reflexo das transformações sociais e linguísticas que permeiam o país.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos alguns objetivos específicos: Mapear os principais termos e expressões léxico-semânticos presentes nas letras de músicas de kuduro do período em análise; Investigar como as variações linguísticas refletem as identidades culturais, sociais e regionais em Angola; Comparar as mudanças léxico-semânticas nas letras ao longo do período de 2010 a 2024, identificando tendências, inovações e permanências; Relacionar os elementos linguísticos observados com as transformações sociais, econômicas e culturais do período em estudo.

A pesquisa também propõe três hipóteses. A primeira sugere que a música kuduro serve como um meio vital para a preservação e evolução do português angolano, integrando um léxico único e vernáculo. A segunda hipótese aponta

que o uso de angolanismos nas letras de kuduro reflete uma dinâmica sociolinguística mais ampla dentro da cultura jovem angolana, influenciando a evolução da língua. Por fim, a terceira hipótese propõe que a análise da música kuduro ilustra o impacto da urbanização nas expressões linguísticas, destacando mudanças nos dialetos locais e no uso da língua.

Além disso, a pesquisa busca responder a três problemas centrais: quais são os principais angolanismos lexicais presentes nas letras das músicas de kuduro e como eles refletem a cultura angolana? De que forma a musicalidade do kuduro contribui para a disseminação dos angolanismos lexicais entre os jovens? E, por último, como a evolução do kuduro ao longo dos anos reflete mudanças na linguagem e na sociedade? A partir dessas questões, espera-se contribuir para uma compreensão mais profunda da intersecção entre linguagem, cultura e identidade em Angola.

A relevância deste estudo reside na necessidade de valorizar e compreender as dinâmicas linguísticas do português angolano, que, embora seja a língua oficial, convive com uma rica diversidade de línguas nacionais. A Constituição da República de Angola (2010) reconhece a importância da pluralidade cultural e linguística, sublinhando o papel das línguas nacionais como patrimônios culturais e instrumentos de identidade. Nesse sentido, o estudo do português angolano, especialmente em contextos artísticos como o kuduro, contribui para fortalecer o entendimento sobre a coexistência linguística no país.

Portanto, o trabalho busca contribuir para o combate ao preconceito linguístico, tema abordado por Bagno (2009), que discute as formas como as variações linguísticas são frequentemente estigmatizadas em sociedades marcadas por uma visão normativa da língua. Ao investigar as particularidades léxico-semântico do português angolano nas músicas de kuduro, o presente estudo promove a valorização dessa variação como expressão legítima e criativa de identidade angolana, rompendo com estereótipos e preconceitos que podem marginalizar essas manifestações culturais.

Além da seleção criteriosa das fontes, a leitura analítica dos textos foi orientada pela identificação de categorias temáticas que dialogam com os objetivos da pesquisa, tais como o conceito de léxico e vocabulário, o papel das línguas nacionais na constituição do português angolano, os processos de empréstimos e formação de neologismos, e a influência da música enquanto instrumento de difusão linguística. Dessa forma, a pesquisa enriquece os estudos sobre a língua portuguesa em Angola e contribui para uma reflexão mais ampla sobre a relação entre língua, cultura e identidade em contextos multilíngues.

2. A música como expressão da cultura de um povo

O ser humano, imerso na cultura, é dinâmico, construindo e modificando seu ambiente constantemente. Esse processo é impulsionado pela linguagem, seja ela informal ou formal, mitológica ou científica, artística ou técnica, religiosa ou cética. Ele busca compreender e ser compreendido, aspirando ser reconhecido (Hacking, 1999, p. 48), tanto individualmente quanto coletivamente.

A música exemplifica essa diversidade linguística e expressiva dentro dos diversos domínios do conhecimento e das artes. Cultura, conforme Tylor (1871, p. 1), “abrange todo um complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras habilidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade”. Portanto, a música é uma manifestação cultural que representa o modo de vida, comportamento e cotidiano de um povo, refletindo

também a natureza e buscando conexões com o divino e o sagrado (Loureiro, 2009, p. 80). Com essa perspectiva e considerando todas as suas particularidades, a música, enquanto expressão artística e elemento fundamental na construção histórica e cultural da humanidade, serve como base para apresentar a riqueza da diversidade cultural e a abordagem interdisciplinar da obra Fragmentos de Cultura, estruturada em três partes. (Silva, 2018)

Ao abordar as culturas populares manifestadas em festas, crenças, costumes e tradições, bem como nos saberes que compõem o patrimônio cultural brasileiro — expressos na gastronomia, nas danças folclóricas, nos ritos e celebrações —, buscamos ressaltar que todo espaço carrega um significado próprio, conferindo-lhe singularidade e identidade. Esse sentido de pertencimento, ou melhor, de identidades múltiplas, emerge da convivência e do diálogo entre diferentes expressões culturais em um mesmo ambiente. As práticas cotidianas das comunidades fortalecem as referências culturais, e, por meio das festividades no Brasil, preservam-se saberes peculiares que atravessam gerações, materializando-se em elementos como a culinária, o artesanato, a música, a dança e outras manifestações culturais próprias de cada grupo ou região (Cruz; Menezes; Pinto, 2008).

É fundamental destacar que as festividades culturais representam elementos essenciais do patrimônio etnográfico da história e das tradições de diferentes povos, independentemente de classe social ou contexto. No Brasil, a fusão de influências africanas, indígenas e europeias deu origem a uma base cultural compartilhada em todo o território, na qual se consolidaram práticas religiosas e sociais que moldam a identidade nacional. (Cruz; Menezes; Pinto, 2008)

A música é um dos principais modelos do pensamento humano e parte fundamental da estrutura da vida em sociedade. A prática musical representa uma forma singular de interação social, podendo influenciar e transformar outras dinâmicas sociais. Mais do que um reflexo da cultura, a música também a impulsiona, sendo ao mesmo tempo uma expressão cultural e uma habilidade inerente ao ser humano. Cabe à musicologia investigar como as pessoas atribuem significado à música em diferentes contextos e situações sociais, diferenciando as aptidões naturais dos indivíduos das normas culturais que orientam suas práticas (Blacking, 2007).

Esse processo começou a passar por transformações com a invenção do fonógrafo e do gravador, permitindo a captação e preservação sonora. A partir disso, a descoberta e o estudo de sistemas musicais de diversas culturas ganharam espaço, revelando estruturas tonais que, se analisadas sob a ótica da tradição musical europeia erudita, podem ser equivocadamente interpretadas. (Blacking, 2007). Essa percepção já havia sido destacada em 1885 pelo físico e foneticista britânico Alexander John Ellis, que, ao medir as escalas musicais de diferentes sociedades, chegou a uma conclusão significativa:

A revolução nesse campo teve início com a criação do fonógrafo e do gravador, permitindo o registro sonoro e impulsionando a investigação de sistemas musicais ao redor do mundo. Muitos desses sistemas seguem princípios próprios de organização tonal, que podem ser interpretados de forma equivocada quando avaliados a partir dos critérios da tradição musical erudita europeia. Essa questão já havia sido identificada em 1885 pelo físico e foneticista britânico Alexander John Ellis, que, ao analisar e medir as escalas musicais de diversas culturas, chegou a uma importante conclusão: “A escala musical não é única, natural, nem fundada necessariamente sobre as leis da constituição do

som musical, como tão bem formulado por Helm Holtz, mas muito diversa, muito artificial e muito caprichosa” (Ellis, 1885, p. 526).

3 A criatividade lexical da língua portuguesa: o caso do português angolano

O português é a única língua oficial em Angola, apesar da coexistência de mais de vinte idiomas pertencentes aos grupos bantu e khoisan, além de diversas línguas de origem europeia e asiática. Considerando que o ensino é conduzido exclusivamente em português, torna-se essencial refletir sobre as estratégias de ensino dentro desse cenário multilíngue (Ndombele; Timbane, 2020). Angola é um país caracterizado pelo multilinguismo, onde coexistem idiomas de diferentes origens, incluindo africanas, europeias e asiáticas. As línguas africanas predominantes no país pertencem aos grupos bantu e khoisan, sendo faladas como língua materna pela maioria da população, especialmente em áreas rurais e suburbanas.

Esses idiomas desempenham um papel fundamental nos ritos de passagem, cerimônias matrimoniais, práticas de culto aos antepassados e na organização das estruturas tradicionais locais. Muitas dessas línguas possuem caráter transnacional, pois, além de serem faladas em Angola, também estão presentes em países vizinhos. Vale destacar que as fronteiras linguísticas não correspondem necessariamente às divisões políticas estabelecidas pelos colonizadores europeus durante a Conferência de Berlim (1884-1885). (Ndombele, Timbane, 2020).

De acordo com a Constituição da República de Angola (Art. 19º), o português é “a língua oficial do país, sendo que o Estado também incentiva o aprendizado, o ensino e o uso das outras línguas nacionais, além das principais línguas de comunicação internacional” (Constituinte, 2010, p. 9). Este artigo da Constituição destaca o português como a única língua oficial, enquanto as demais línguas africanas, faladas pela maioria da população, recebem menos reconhecimento. O status de "oficial" tem grande peso no âmbito político, pois define a língua que representa a identidade nacional. Angola é considerada um país lusófono justamente por ter adotado o português como sua língua oficial. A tentativa de tornar o português uma língua nacional apresenta aspectos positivos, especialmente em um país onde coexistem mais de vinte línguas. (Ndombele; Timbane, 2020).

A segunda parte do Artigo 19º, que afirma que "o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola" (Constituinte, 2010), não se concretiza na prática. O preconceito linguístico e a falta de empenho político dificultam sua aplicação efetiva. Para que essa valorização se tornasse realidade, seria necessário que o Estado adotasse políticas sólidas voltadas para o uso, ensino, difusão e preservação dessas línguas, que representam um patrimônio cultural imaterial. A diversidade linguística africana reflete a pluralidade étnica do continente, pois cada idioma está ligado à identidade de um grupo específico (Ndombele, 2017). O multilinguismo, longe de ser um problema para Angola e para o mundo, deveria ser reconhecido como uma riqueza que fortalece a diversidade presente em todas as sociedades.

É fundamental compreender que a definição de línguas nacionais é resultado de decisões da política linguística, não de uma escolha espontânea dos falantes. A própria noção de "nação" não corresponde às tradições dos povos bantu e khoisan. Além disso, é preciso considerar que a designação de uma língua como "nacional" é algo imposto aos cidadãos de um determinado

território. Dessa forma, as línguas bantu e khoisan faladas dentro das fronteiras geopolíticas de Angola são reconhecidas como línguas nacionais, ainda que suas origens não estejam necessariamente vinculadas a esse espaço específico. (Ndombele, Timbane, 2020).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016, p. 51), o português é falado por mais de 71% da população angolana, sendo mais comum nas áreas urbanas, onde atinge 85% dos habitantes, enquanto nas zonas rurais o índice cai para 49%. No entanto, o português utilizado nesses contextos passou por transformações significativas, incorporando elementos próprios e se diferenciando da norma-padrão, resultando no que pode ser chamado de "português angolano". A implementação do Artigo 19º da Constituição da República de Angola se dá com base nessa variedade linguística, que se desenvolveu sob a influência das diversas línguas bantu e khoisan faladas no país, tornando-se uma expressão autêntica da identidade angolana. (Ndombele, Timbane, 2020)

Os angolanos sempre foram educados dentro de um modelo tradicional, transmitido no seio das comunidades e fortemente ligado à cultura local, estabelecendo normas de convivência e pertencimento social. Com a colonização, foi imposta uma educação de matriz europeia, caracterizada por um modelo moderno que trouxe vantagens e oportunidades econômicas.

No entanto, a estrutura e os objetivos da educação tradicional estavam voltados para a preservação dos costumes e práticas dos grupos étnicos. Entre os povos bantu e khoisan, a oralidade desempenhava um papel central no processo educativo, sendo as línguas autóctones os principais veículos desse conhecimento. Além disso, havia uma forte integração entre teoria e prática, pois essa educação estava diretamente voltada para as atividades do cotidiano e a vivência comunitária (Ndombele, Timbane, 2020).

A língua portuguesa, como qualquer outro idioma, está em constante evolução, adaptando-se aos contextos culturais e sociais em que é utilizada. No caso de Angola, a presença do português, resultado da colonização portuguesa, originou um fenômeno linguístico singular: a criatividade lexical do português angolano. Essa variedade da língua se caracteriza pela influência das línguas nacionais de Angola, pela adaptação de vocábulos ao contexto sociocultural e pela formação de neologismos próprios.

A criatividade lexical pode ser compreendida como um processo dinâmico de formação de palavras e expressões que emergem da interação entre diferentes línguas e culturas. Segundo Silva (2010, p. 47), "o contato entre línguas distintas propicia não apenas o empréstimo de termos, mas também a ressignificação de palavras e a criação de novos vocábulos, tornando o idioma mais dinâmico e adaptável". No português angolano, isso se manifesta, por exemplo, na incorporação de termos das línguas bantas, na criação de palavras híbridas e na reinterpretação semântica de palavras do português europeu.

Um dos aspectos mais marcantes do português angolano é o uso de africanismos, ou seja, palavras originadas das línguas africanas faladas no país. Expressões como "ginga" (que remete à agilidade e astúcia, inspirada na histórica rainha Nzinga Mbande) e "kuduro" (estilo musical e de dança popular) ilustram essa influência. Além disso, há uma forte presença de estrangeirismos adaptados à fonologia e morfologia locais, criando novas formas de expressão. De acordo com Sousa (2015, p. 89), "o português angolano reflete a identidade linguística do povo angolano, sendo um exemplo vivo de como a língua se transforma através do contato intelectual”.

Outro fenômeno comum no português angolano é a reinterpretação semântica de palavras do português padrão. Muitas palavras adquirem significados diferentes do uso tradicional europeu ou brasileiro, adaptando-se à realidade local. Por exemplo, o termo "bazar", que em Portugal significa "mercado", em Angola é amplamente utilizado como sinônimo de "ir embora". Essas modificações ilustram a flexibilidade da língua e sua capacidade de se adaptar às necessidades comunicativas de uma comunidade.

A criatividade lexical do português angolano também se manifesta na formação de neologismos, frequentemente originados da interação entre o português e as línguas bantu. Esses neologismos não apenas enriquecem o vocabulário, mas também servem como marcadores de identidade e pertencimento cultural. Como afirma Martins (2018, p. 102), "o surgimento de novas palavras e expressões no português angolano demonstra a vitalidade e a criatividade da língua em um contexto multilíngue e multicultural".

Dessa forma, o português angolano é um exemplo claro de como a língua portuguesa se transforma ao longo do tempo, moldada pelas interações sociais e culturais. A criatividade lexical presente nessa variedade linguística é um reflexo da dinamicidade do idioma, evidenciando a riqueza e diversidade do patrimônio linguístico angolano.

3.1 O léxico e o vocabulário de uma variedade

A língua, por mais que muitos insistam em tratá-la como um sistema fechado e uniforme, é feita de escolhas que os falantes fazem todos os dias, sem que muitas vezes se deem conta de que estão, ali, definindo o rumo do que entendemos por léxico. Para Biderman (1996), quando falamos em léxico, falamos das palavras que circulam numa comunidade, mas também dos sentidos que essas palavras carregam, das histórias que ativam e das relações que constroem. Nenhum léxico é neutro ou universal. Ele é moldado pelas práticas sociais, pela cultura local, pelos afetos e pelos enfrentamentos que atravessam a vida em sociedade.

Nesse sentido, é importante diferenciar o léxico da língua do vocabulário que é efetivamente utilizado por cada falante ou grupo social. Segundo Biderman (1996), o léxico diz respeito ao conjunto de palavras disponíveis numa determinada língua, sendo construído social e historicamente por uma coletividade. Já o vocabulário, conforme Zavaglia (2012), se refere ao recorte dessa totalidade que cada sujeito ou comunidade mobiliza de acordo com suas experiências, contextos e necessidades. Assim, o léxico organiza a disponibilidade e o vocabulário revela a escolha, escolha essa que manifesta os afetos, as identidades e os sentidos construídos por quem fala.

A escolha das palavras nunca é neutra. Biderman (2001), lembra que o vocabulário carrega sentidos socialmente construídos que vão sendo atualizados conforme as experiências dos falantes. Nessa perspectiva, como discutem Faraco (2008) e Alves e Jesus (2015), quando se observa uma variedade linguística, é essencial compreender que suas palavras não são meramente “outras” formas de dizer a mesma coisa, mas maneiras específicas de nomear realidades específicas. É aí que o léxico ganha status de documento histórico-cultural, revelando a vivência concreta dos sujeitos.

Por isso, toda variedade linguística carrega um vocabulário próprio, ainda que compartilhe uma base comum com a língua padrão. Bértoli (2016) aponta que por meio do vocabulário, toda variedade linguística revela um modo particular de ocupar o mundo com a linguagem. Isso significa que diferentes grupos usam palavras diferentes, por questão de escolha estilística, e porque

lidam com experiências, realidades e referências culturais distintas. Por exemplo, os enfermeiros usam o termo “aferir a pressão arterial” ao invés de “medir a pressão”, que é uma expressão utilizada por pessoas que não são profissionais da saúde. No português falado em Angola, esse vocabulário é atravessado por influências da língua bantu e pelas formas próprias específicas da sua variedade do português herdado do colonizador e adaptado à realidade angolana. Por exemplo, as palavras “bué” (muito), cumbú (dinheiro) ocorrem nessa variedade.

O que significa que o falando desta variedade pode usá-las e ser muito bem compreendido pelos membros da comunidade de fala. O que se diz, como se diz e por quê se diz daquela forma estão profundamente conectados com o que se vive e se compreende naquele espaço. É nesse ponto que a relação entre léxico e identidade se fortalecem. Quando uma comunidade faz da linguagem um espaço para expressar sua vivência, ela também transforma esse uso em um gesto de afirmação. É nesse contexto que, segundo Alves (2007), os falantes criam neologismos como forma de responder às novas necessidades comunicativas e como meio de dar nome ao que ainda não foi legitimado pela norma. Entendemos por neologia, como a “capacidade natural de renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas” (Correia; Almeida, 2012, p.17). Essas criações resultam da tentativa de traduzir experiências que escapam ao vocabulário tradicional. Por isso, o léxico que se manifesta em uma variedade linguística não pode ser lido como desvio, mas como uma resposta coerente e legítima às condições sociais e culturais que moldam o uso da língua naquele grupo.

Na prática, isso significa reconhecer, que as palavras usadas nas letras das músicas, nas conversas entre pessoas na rua, nos discursos e conversas entre os alunos na escola e nos comentários dos internautas nas redes sociais em Angola não representam um “outro português”, mas uma versão real do português em uso, adaptado às realidades que o moldam. Essas palavras, que não constam nos dicionários normativos, são parte do repertório efetivo de quem fala, e o que elas mostram, de acordo com Alves (2007), é que a língua se mantém viva exatamente porque pode ser apropriada, reinventada e compartilhada com sentido.

A compreensão do léxico como uma construção social (na perspectiva laboviana do termo) implica também refletir sobre os espaços de produção e circulação da linguagem. Não é apenas o vocabulário que se transforma com o tempo, mas também as condições que autorizam ou desautorizam certas formas de falar. Martins e Martins (2016), discutem que os usos linguísticos legítimos nem sempre coincidem com os usos reconhecidos institucionalmente, e isso afeta diretamente como se valoriza ou se despreza o vocabulário de determinadas variedades.

Nesse ponto, é essencial também repensar a forma como a escola lida com o vocabulário dos alunos. Muitas vezes, as variedades linguísticas não hegemônicas são invisibilizadas ou tratadas como inadequadas, desconsiderando o fato de que elas são tão legítimas quanto qualquer outra. Martins e Martins (2019) alertam para a necessidade de trazer o léxico do aluno para o centro das práticas pedagógicas, valorizando suas referências culturais e sociais, atuando numa Pedagogia culturalmente sensível discutida com pormenor por Bortoni-Ricardo (2009). Uma Pedagogia culturalmente sensível é aquela que não humilha o aluno, quer dizer, é aquela que se aproveita dos saberes dos educandos, das culturas que as representam para tornar a aprendizagem integradora e sem preconceito linguístico. É importante neste

momento compreender que o léxico carrega elementos de identidade de um povo, assim como as marcas históricas dessa comunidade de fala. Nada na língua ocorre por acaso, o que quer dizer que as línguas se ligam à cultura dos seus falantes.

3.2 Marcas lexicais do português e suas influências

Quando falamos em marcas lexicais, estamos nos referindo às formas como o vocabulário de uma língua carregam os traços da história, da cultura e das relações sociais de um povo. No caso do português, especialmente em contextos pós-coloniais como o de Angola, essas marcas são resultado de um longo e desigual processo de contato entre línguas. A colonização impôs o português como língua oficial, mas não conseguiu apagar as línguas africanas já existentes e faladas pela grande maioria dos angolanos. O que se estabeleceu foi um convívio forçado, no qual o português precisou de ser apropriado, adaptado e transformado para atender às realidades locais. É nesse contexto que português é legitimado pela Constituição da República (2010).

Antes de mais nada, é importante entender que essas marcas não se referem apenas a palavras diferentes ou exóticas, mas à maneira como o vocabulário carrega e atualiza os sentidos construídos por cada grupo. Elas se manifestam na escolha de certos termos, na criação de outros, e na forma como a língua é usada para expressar realidades específicas (Biderman, 1996).

O léxico de uma variedade busca representar a forma como a sociedade enxerga os fenômenos da vida em sociedade e na formação das marcas lexicais do português falado em Angola; observa-se a presença de empréstimos e estrangeirismos provenientes das línguas autóctones. As marcas lexicais, como “alambamento” (dote), “gasosa” (refrigerante), “taxi” (van) revelam essas relações entre a língua e a cultura de um povo. Os valores semânticos nos revelam um significado próprio, por vezes, incompreensível nas outras variedades. São termos que não pertencem à gramática normativa, mas que surgem no uso cotidiano da língua, em contato com as línguas bantu, kimbundu, do umbundu, kikongo e com o cotidiano das pessoas. Dessa forma, em vez de pensá-las como erros ou desvios, é mais honesto e produtivo entende-las como respostas linguísticas a contextos sociais específicos.

Entre os processos que alimentam essas transformações está a neologia. Alves (1996) descreve como as novas palavras nascem da necessidade de nomear o que ainda não tem nome, ou por criação espontânea, como forma de reforçar identidades ou marcar pertencimento a determinado grupo. Em Angola, é comum encontrar termos criados a partir da fusão entre elementos do português e das línguas nacionais, revelando criatividade linguística dos falantes e consciência da própria realidade cultural. Por exemplo:

Quadro 01: Empréstimos no Português Angolano

Empréstimo no PA	Étimo	Significado	Estrang.	Étimo	Siginificado
Candogueiro	Do quimbundo, *ka-ndonga*	Que faz negócios para remedeio	***Boss***	Do Inglês	Patrão, chefe
Cassulinha/ caçulinha	Do quimbundo, *ka-zuli*	Último da família	***Pendrive***	Do inglês	Dispositivo constituído por uma memória, possui a função de armazenamento
Desbundar	Do quimbundo, *mbunda*	Festejar com pompa; esbanjar	***Show***	Do inglês	Mostrar, demonstrar, apresentar-se

Fonte: Nauege & Timbane (2023, p.27)

São neologismos que nascem da inexistência da palavra na língua portuguesa (empréstimos necessários) e da invenção de situações novas ou anteriormente inexistentes, muitas vezes criados fora dos circuitos acadêmicos ou institucionais, mas que cumprem um papel central na comunicação cotidiana.

Além dos neologismos, também ganham espaço os empréstimos linguísticos, os significados ampliados, as expressões idiomáticas próprias e os usos inovadores da morfologia e da sintaxe. Martins e Martins (2019) apontam que essas marcas lexicais se apoiam em padrões sociolinguísticos compartilhados dentro de grupos específicos, especialmente em ambientes urbanos. A música, a oralidade e os circuitos culturais juvenis funcionam como grandes plataformas de circulação e legitimação dessas formas lexicais. Por exemplo, os jovens criam expressões e gírias próprias do grupo, tal como veremos nas músicas de kuduro que serão analisados na presente pesquisa.

O uso dessas marcas, portanto, denuncia o quanto é limitada a ideia de uma norma única, centrada em modelos europeus ou institucionalizados. Reconhecer as marcas lexicais como parte da estrutura viva da língua portuguesa é também reconhecer o direito de todos os seus falantes de se expressarem com os recursos que possuem e com os sentidos que produzem a partir das suas realidades.

3.3 O kuduro em angola e no brasil: similaridade e marcas lexicais

O kuduro é uma manifestação cultural que combina dança e música, surgida na cidade de Luanda, capital de Angola, durante a década de 1990 (TOMÁS, 2013). Este estilo artístico nasceu em um contexto urbano, marcado pela criatividade e pela resistência cultural diante das adversidades sociais e econômicas do país. Com uma batida vibrante e movimentos de dança altamente energéticos, o kuduro rapidamente conquistou espaço não apenas em Angola, mas também em outros países.

A sua disseminação para Portugal foi impulsionada pelas fortes redes de migração e intercâmbio cultural mantidas pelos angolanos que residiam no território europeu. Em Portugal, o kuduro foi incorporado à cena musical local, ganhando novos contornos ao se misturar com outros gêneros musicais, como o house e o reggaeton. Posteriormente, o estilo alcançou o Brasil, onde também encontrou um terreno fértil para se expandir, especialmente nas periferias urbanas, onde sua energia e estilo se conectaram com outras manifestações culturais locais, como o funk carioca. Como destaca Moorman (2008), o kuduro

é mais do que uma forma de entretenimento; ele é um espaço de resistência e afirmação cultural. Suas letras abordam temas como desigualdade social, corrupção e a luta pela sobrevivência, utilizando uma linguagem carregada de humor e ironia. Essa combinação de elementos linguísticos e culturais torna o Kuduro um exemplo claro do que Bakhtin (1997) descreve como um “discurso híbrido”, no qual diferentes vozes e perspectivas se encontram.

A chegada do kuduro ao Brasil ocorreu principalmente por meio da diáspora angolana e da globalização cultural. Em território brasileiro, o gênero encontrou terreno fértil, sobretudo nas periferias urbanas, onde foi incorporado e adaptado, muitas vezes dialogando com outros gêneros musicais, como o funk carioca. Essa adaptação, no entanto, não apagou as marcas lexicais do kuduro original, mas ressignificou no contexto brasileiro.

De acordo com Pardue (2015), o kuduro no Brasil mantém muitas das características rítmicas e estéticas angolanas, mas suas letras passaram a incorporar termos expressões típicas do português brasileira, criando um vocabulário híbrido. Essa mistura de léxicas reflete o que Stuart Hall (2006) chama de “identidade em trânsito”, marcada pelo intercâmbio cultural pela reinvenção das tradições em novos contextos. As letras do kuduro brasileiro também dialogam com questões sociais locais, como desigualdade, violência e racismo, temas que ressoam com as realidades das comunidades periféricas no Brasil. No entanto, diferentemente do kuduro angolano, que muitas vezes utiliza línguas africanas como o kimbundo, no Brasil o gênero recorre exclusivamente ao português, embora mantenha palavras e expressões angolanas como forma de homenagear suas raízes.

> As letras de kuduro, por exemplo, raramente são escritas ou guardadas na forma de registro escrito, elas são geralmente gravadas, e em alguns casos de forma fragmentada, por diferentes autores de diferentes trechos de uma mesma música, que os escreverem cada qual a sua parte se junta na gravação do áudio. Outra particularidade é que algumas referências musicais do kuduro foram retiradas de outros ritmos produzidos em Angola por gerações anteriores, como semba, a kizumba e os ritmos de diferentes grupos étnicos, considerados tradicional (Marcon, 2017, p.7).

A citação de Marcon (2017) evidencia aspectos cruciais do kuduro enquanto manifestação cultural e linguística em Angola. Primeiramente, ao destacar a forma predominante oral e fragmentada de composição das letras, a citação reflete características próprias de culturas que valorizam a oralidade como meio de transmissão de conhecimento e expressão artística. Esse elemento conecta o kuduro à tradição angolana, onde a oralidade desempenha um papel central na preservação e reinvenção cultural.

Outro ponto importante é a referência à influência de ritmos tradicionais angolanos, como o semba e o kizumba, que, mesmo sendo distintos, compartilham uma base cultural comum com o kuduro. Essa mescla de elementos tradicionais com a modernidade, através de batidas eletrônicas, torna o kuduro um espaço híbrido, que dialoga com o passado e o presente. No contexto do português lexicais, isso se evidencia na forma como as letras do kuduro misturam o português com dialetos locais (como o kibundo, kikongo e tchokwe), criando uma linguagem única e culturalmente rica.

O kuduro emerge como um fenômeno cultural dinâmica, capaz de transcender fronteiras e se reinventar em diferentes contextos sociais. Em Angola, sua origem está ligada às periferias de Luanda, onde serviu como expressão de resistência e identidade para jovens marginalizados. No Brasil, o estilo foi ressignificado, incorporando elementos locais e se tornando uma ferramenta de empoderamento para comunidades periféricas. As similaridades entre o kuduro angolano e sua adaptação brasileira revelam marcas lexicais e estéticas compartilhadas, como linguagem coloquial, a crítica social e a valorização da dança como forma de comunicação.

Portanto, cada contexto imprime suas particularidades, demonstrando a flexibilidade do gênero em dialogar com realidades distintas. Em ambos os países, o kuduro desafia estereótipos e preconceitos, reafirmando-se como um movimento artístico e político que dá voz a grupos historicamente excluídos. Sua trajetória evidencia o poder da música como agente de transformação social, capaz de unir culturas e inspirar mudanças. No entanto, o estudo do kuduro não apenas enriquece o entendimento sobre as diásporas culturais, mas também reforça a importância de valorizar expressões artísticas que nascem das margens e conquistam o mundo.

4. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, ancorada em análise das letras das músicas, com o intuito de compreender, à luz de autores especializados, as marcas lexicais do português angolano nas músicas de kuduro. Por meio da análise teórica de obras acadêmicas publicadas sobre linguística, lexicologia, neologia, identidade cultural e manifestações artísticas, buscou-se consolidar um arcabouço teórico capaz de embasar a investigação sobre os elementos léxico-semânticos presentes nas letras do gênero musical angolano kuduro.

A pesquisa bibliográfica foi importante para a presente pesquisa porque se mostrou adequada por permitir uma reflexão crítica acerca das produções científicas já consolidadas sobre o tema, possibilitando o diálogo entre os conceitos da variação linguística, neologismos e identidade cultural em contextos multilíngues. Para a composição do referencial teórico, foram selecionadas publicações acadêmicas nacionais e internacionais, com ênfase em autores como Biderman (1996), Alves (2007), Zavaglia (2012), Bagno (2009), Silva (2010), Martins (2018) e Ndombele & Timbane (2020), entre outros. Essas obras foram consultadas a partir de artigos, plataformas digitais de periódicos científicos e bases de dados acadêmicas e *Google Scholar.* O critério de escolha das fontes priorizou publicações recentes e relevantes, abrangendo temas como o português angolano, sociolinguística, formação lexical, neologia e musicalidade como expressão cultural. A análise das contribuições desses autores foi fundamental para sustentar teoricamente as hipóteses da pesquisa e aprofundar a compreensão sobre a formação do léxico angolano na interface com a música popular do estilo kuduro. Essa leitura interpretativa possibilitou o levantamento de dados teóricos relevantes, que foram posteriormente organizados e discutidos nas seções do capítulo.

O presente estudo utilizou uma seleção composta por 20 letras de músicas do gênero kuduro, produzidas no período de 2020 à 2024. A seleção das músicas será pautada em critérios de representatividade e diversidade, contemplando artistas de diferentes regiões de Angola, a fim de garantir uma amostra representativa do fenômeno linguístico e cultural em análise. A escolha também

priorizará letras cuja popularidade permita refletir sobre as tendências significativas do léxico angolano e contemporâneo.

As letras serão coletadas por meio de fontes oficiais, incluindo sites autorizados, plataformas digitais de músicas, garantindo o êxito e confiabilidade do conteúdo. Essa etapa priorizou a oralidade, preservando traços de pronúncia e grafia não padronizados que representam valor para análise sociolinguística. As letras das músicas foram submetidas a uma leitura cuidadosa para identificação e extração de termos, expressões e gírias características do português angolano, com interesse para os angolanismos lexicais. Essa etapa incluirá a anotações dos termos, considerando suas variações lexicais, semânticas bem contextualizadas na variedade.

A pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética, pois as letras das músicas são domínio público podendo ser acessados por qualquer internauta. Para além disso, a pesquisa não envolve seres humanos, o que significa que os cantores não correm nenhum risco. As letras das músicas refletem diretamente o que é cantado nas músicas na variedade angolana de português. A seguir vamos analisar música por música, identificando os angolanismos lexicais, buscando seus significados na variedade angolana do português deixando clara de antemão que o português de Angola reflete a realidade dos angolanos e faz parte da identidade sociolinguística do povo.

A análise de dados foi realizada com base das gírias e expressões do português angolano extraídas de letras de música de gênero kuduro no período do ano de 2010 à 2024. Os dados foram classificados conforme categorias lexicais, esclarecendo tanto a adaptação semântica quanto a ressignificação cultural no uso brasileiro. As fontes sempre remetem à música específica, ampliando a confiabilidade e contextualização do registro. O processo evidencia o intercâmbio cultural e linguístico entre Angola e Brasil via letras de músicas de kuduro, ressaltando o papel das músicas como veículo de circulação de gírias e expressões.

Cada registro no quadro é composto por cinco colunas: Léxico do Português Angolano: traz termos autênticos do repertório oral angolano, promovendo o reconhecimento do kuduro como espaço de circulação de gírias marcadoras de identidade cultural; Explicação no Português Brasileiro: transpõe as gírias para um contexto compreensível para falantes do Brasil, mostrando adaptações e possíveis ressignificações e variação linguística; Origem da palavra: aborda aspectos etimológicos e trajetos de circulação lexical, seja como empréstimo, neologismo, variação fonética ou resgaste de usos ancestrais, valorizando o papel histórico e cultural da língua na música. E por fim a Fonte, que registra a autoria e referência direta á canção/letra/grupo, agregando rigor à análise dos dados.

5. Análise de dados

A seguir faremos o levantamento das unidades lexicais em músicas selecionadas. A primeira decisão é de observar letra por letra, as marcas dos angolanismos lexicais nas músicas de kuduro. Esse levantamento nos ajuda na compreensão da existência das marcas do português de Angola. O léxico do português de Angola existe e pode ser observado também nas letras dos jovens angolanos. Lembrando que a criatividade lexical do português de Angola é muito mais observável em jovens que são mais ousados e influenciados direta ou indiretamente das línguas locais e do português.

Os quadros a seguir ilustram esse levantamento lexical indicando o significado, a origem da palavra e a fonte onde teve ocorrência. Essas palavras

são conhecidas pelos angolanos e refletem a realidade sociolinguística da variedade angolana de português. Elas fazem parte do acervo lexical da variedade local. Na qualidade de pesquisadores não podemos classificá-las como inferiores nem desviantes à norma porque existe uma só língua portuguesa, da qual se observa a convivência de variedades.

Quadro 02: Música: Kibexa (Noite & Dia)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Kebexa	Nome da dança e movimento associado.	Nome da dança típica do kuduro angolano, usado para expressar a batida, o ritmo e o movimento da dança.	Termo cultural específico do kuduro angolano. Não derivado do português brasileiro, mas influenciado pelo crioulo urbano e pela prática musical local.
Te picou	"Te cutucou", "te marcou" no contexto de dança ou paquera.	Pode ser entendido como "te cutucou" ou "te provocou".	Expressão do português angolano.
Manivela	Gíria para movimento corporal na dança, ou algo ligado a malícia/astúcia.	É uma peça mecânica para girar.	Palavra raiz no português de Portugal e do Brasil para a peça mecânica girar.
Garina	Garota ou menina.	Equivalente a uma jovem mulher.	Forma popular angolana para "garota ou menina" deriva do jargão africano urbano.
Puta Prata	Menino/rapaz	"Puto" tem sentidos variados ex: um homem garanhão.	"Puto" vocabulário comum em várias variedades lusófonas para "menino" ou "garoto". "Prata" funciona como apelido.
Madjé	Similar a amigo ou apelido local.	Camarada ou companheiro.	Variante fonética de termos de saudações ou de chama laboração usados em contextos informais angolano.
Tomba só na boda	"Boda" significa festa ou baile; "Tomba" aqui é "dançar", "agitar".	A expressão seria "dá um show na festa" ou "arrasa na balada".	Léxico comum angolano
Tou arrasaré	Estou arrasando	Estou causando boa impressão	Construção do português angolano com influência de expressões de variação pessoal.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 03: Música Regra do Jogo (Mano Chaba)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Bwé de boca	Gíria para “muitas falas/galera que já falou demais.	Expressão informal usada no português brasileiro e especialmente em algumas gírias urbanas para significar “muita boca” ou “muito barulho”.	Angola/Português angolano
Nigga	Empréstimo cultural do inglês, equivale a “negão”.	É uma gíria do inglês usada principalmente entre afro-americanos para significar “preto ou negro”. No Brasil, o termo chegou principalmente por meio da cultura hip hop e rap.	Inglês (variante dialetal do inglês afro-americano).
Surubaleba	Confiança extrema	Pode ser entendido no contexto popular brasileiro, como uma gíria para festas regadas a muita agitação, dança e barulho, com um sentido próximo a “bagunça, agito intenso”.	Brasil (gíria internauto/redes sociais).
Fatiguou	Cansou/exaustou	Usado no Brasil em gírias para dizer que alguém está ccansado ou esgotado, sinônimo informal de “fadigado”.	Brasil (gíria contemporânea, popularizada em 2023).
Guetão	Quartel ou grupo de rua.	Palavra derivada de “gueto”, usada para se referir a uma área urbana periférica, geralmente associada a comunidades de baixa renda.	Brasil (gíria do funk e periferia).
Greg o/grejo	Esperto/estiloso.	Usado informalmente para designar algo cujo nome exato o falante não lembra ou quer evitar.	Brasil (gíria do futebol).
Revú	Revolver ou arma.	No português brasileiro, “revú” é uma forma popular de se referir à palavra francesa “revue”, que significa um espetáculo teatral composto de vários números curtos de dança.	Brasil (gíria do funk carioca).

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 04: Música Minha Profissão (Rey Loy)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
malé	Usado como termo pejorativo para “mau”, “vil” ou para alguém que está falando mal ou julgando	Forma popular de escrita de “malé” não é amplamente reconhecida como palavra isolada; quando aparece, costuma ser uma grafia coloquial de “mal” em contextos de fala rápida ou regional, ou pode ser empréstimo fonético no jargão musical.	Umbundo (uma das línguas nacionais de Angola).

Camba	Pessoa, indivíduo.	Gíria regional impossível de padronizar. No Brasil não é comum, podendo ser entendido como erro de grafia ou vocabulário de comunidades específicas. Em geral, não possui definição normativa no português brasileiro.	Quimbundo (outra língua nacional de Angola).
Canucos	Pessoas pobres ou de origem humilde	Não é termo comum no português brasileiro.	Provável origem no português colonial.
Wé	Expressão para chamar atenção, algo como “ó ou ei”.	Expressão de vocabulário informal, onomatopeia de chamar atenção, aproximação de “ei ou olá/olha”.	Provavelmente uma abreviação, adaptação de “mano” para “m’ wé” na gíria angolana, ou uma interjeição de origem africana.
Dread	Jovem com cabelo rastafari, em Angola associado ao estilo.	Usado no Brasil na cultura popular para se referir a cabelo dreadlock ou à estética “dread” associada a estilos urbanos/geam, rock/reggae.	Empréstimo do inglês
Mboa	Onde a pessoa mora “tipos da mboa” se referi às pessoas do bairro.	No Brasil pode ser entendido em contextos de ficção, cultural lusófono, ou na observação de músicas, mas não é uso corrente.	Umbundo
pipo	Pessoas da mesma área, semelhantes a “caras ou rapazes” locais; aqui são os que têm dinheiro	No Brasil pode soar como gíria específica de comunidades, não reconhecida formalmente.	Possivelmente uma corruptela de “povo” ou uma criação lexical interna.
Fervam	Agitaram-se, ficarem ativos.	Forma popular de “fervem” ou do verbo fervir em 3ª pessoa do plural. Não é padrão. Podem derivar gírias locais ou de grafia informal para “ficam ativos”.	Gíria brasileira especificamente do funk e das periferias.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 05: Música Comboio 2 (Bruno king e Nagrelha)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Tá vir comboio	Significa que algo está chegando com força, em movimento rápido e intenso.	É uma forma de alerta ou de chamar atenção para que as pessoas se expressem ou saiam do caminho.	É uma expressão típica do português de Angola.
P’ra valer	De verdade, com intensidade, com toda a força.	A sério; de verdade, para valer.	A expressão é usada em Portugal, Brasil e nos PALOP’s.

Arrastar	Mostrar força/dominância	Puxar algo pelo chão.	O verbo vem do latim arrastrare, que significa “rastar por”, “arrastar-se”.
Mwangolé	Dança ou atitude.	É um termo pejorativo e racial para se referir a uma pessoa negra.	A origem é contraversa, mas a teoria mais aceite é que vem do umbundo (uma das línguas mais falada em Angola).
Denegriram	Uso figurado que significa “desvalorizar, desmerecer”.	No português padrão, significa “tornar negro”, “manchar” ou “difamar”.	Vem do latim denigrare, que significa “tornar negro”, de niger (negro).
Tu ès agora puto bronze	“Puto” jovem, garoto. “Bronze” provavelmente aqui indica status ou referência a uma categoria superior, após “Puto Prata”.	Na gíria significa que estás com dinheiro, bem-sucedido, “na moda”.	Puto do latim putus (menino, rapaz). Bronze a palavra significa cor/corante.
Tão a me dar pena	Forma reduzida de “estão”. “Dar pena” no senso figurado, é sentir dó ou superioridade, expressando desprezo leve.	“Estão a dar-me pena” (no sentido de causar comiseração, dó ou tristeza).	“Tão a” é a contração coloquial de “Estão a” (verbo estar no plural + preposição “a” a marcar o gerúndio). “Dar pena” expressão idiomática portuguesa que significa “causar pena”.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 06: Música Tchunila (Bruno M)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Tchubila	Expressão de som onomatopaico usada como assinatura sonora do ritmo.	Comida, alimentação ou ato de comer.	Crioulo cabo-verdiano
Dar go	Dar trabalho, efeito, agitar.	Significa fugir, escapar, dar fora ou despachar-se rapidamente.	hibridismo (portugues + inglês)
Tipo totó	Tipo bobo, ingênuo.	É uma expressão que significa “de forma fácil” , “sem esforço”.	Português de Portugal
caló	Espertinho/esperto	Dinheiro	Crioulo cabo-verdiano
bazar	Ir embora, sair.	Lugar onde vende roupas usadas	Crioulo cabo-verdiano, mas também usado no calão português e angolano.
Bungula	Brincar, bagunçar.	Da terra, nativo, autêntico.	Calão angolano, com raízes em línguas bantu de Angola (especialmente o quimbundo).
kota	Homem adulto, figura de respeito.	Ancião, pessoa mais velha.	Calão angolano, com raízes em línguas bantu de Angola

			(especialmente o quimbundo).
Tropa de sangue	Grupo leal, forte, com forte ligação.	É uma expressão forte que significa “pessoa de confiança, amigo leal”	-------

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 07: Música Arroz com Feijão (Elenco da paz)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Cuiar	“Cuiar” é variação local para “cuidar” ou “estar cuidadoso”, aqui sentido de algo que sustenta e protege.	Gíria dos grupos marginalizados, com forte influência do romani, a língua dos ciganos. Significa enganar, burlar.	Romani: Khel
Papar em às	“Papar” é comer, “em ás” significa em alto, é uma gíria que indica estar numa boa condição ou aproveitar intensamente, como comer bem.	Papar é uma palavra muito antiga e onomatopaica, que significa “comer” de forma simples e gulosa. “Em ás” neste contexto, refere-se ao “ás” dos dados do baralho de cartas.	Latim (Pappare)
Maiar	“Maiar” é uma gíria angolana que pode significar “ir embora, desistir ou dar problema”.	É uma variante da onomatopeia de “miar”, o som que um gato faz. A forma “maiar” é comum em certos sotaques regionais de Portugal.	Onomatopeia (Variante de “miar”)
Masquete	Gíria para pessoa desconfiada, metida, perigosa, espião.	Significa um trabalho temporário ou precário.	Francês (maquette)
Tapa	Lanche, refeição rápida.	É uma palavra onomatopaica. Isso significa que seu som imita o ruído da ação que descreve o som de uma pancada rápida com a mão aberta é “tap”.	Onomatopeia
Tens ilusão	Significa engano ou falsa expectativa.	Ilusão significa uma crença falsa, um sonho ou uma percepção errada da realidade.	Latim (ilussion) regionalismo/coloquialismo

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 08: Música 1 para 2 (Bruno M)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
People	Pessoa, galera, público.	No português coloquial entre jovens, pode ser usada como gíria para se referir a um grupo de pessoas e amigos.	inglês
Gatos	Pessoas falsas, sem valor ou interesse.	Gíria para homens bonitos, geralmente usados para elogiar a aparência de alguém do sexo masculino.	Latim (cattus)
Scocia	Desfile, estilo ou lugar.	Não é uma palavra usual no português brasileiro ou gíria comum. Pode ser uma variação regional, uma gíria muito restrita ou erro de grafia.	Inglês (Scotia)
Granilista	Alguém que é contorcionista, flexível.	Em gíria regional pode se referir a trabalhador braçal.	Italiano/Latim (granito)
Poposudas	Mulheres que causam impacto devido ao corpo, dança ou presença.	Gíria para mulheres que têm o bumbum avantajado, usado de forma coloquial e um pouco informal.	Gíria brasileira
Ponham a boca no seguro	Ser firme nas palavras, se comprometer de verdade.	Expressão informal que significa falar com segurança, expor a verdade sem medo.	Expressão idiomática Portuguesa.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 09: Música É tudo boca (Samara Panamera)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Ndoki	Significa feitiço ou bruxaria, usada para insultar de forma figurada (diabo, maldição).	É usada em certas comunidades e pode estar relacionada a algo ou alguém considerado negativo ou perigoso.	A palavra vem diretamente do quimbundo, (uma das línguas bantu mais falada em Angola).
bichinha	Gíria que pode ser pejorativo, usada para desqualificar alguém como fraco ou covarde.	Geralmente é um termo informal que pode se referir a uma pessoa considerada frágil, delicada ou até mesmo afetuosa.	Palavra de origem portuguesa que foi completamente ressignificada em Angola.
Salabuatas	Gíria local que pode se referir a pessoas pouco confiáveis ou trapaceiras.	Essa gíria é bastante regional e faz parte do vocabulário capixaba, referindo-se a alguém que é considerado preguiçoso	Gíria clássica de Luanda, e a sua origem é um excelente exemplo de crioulização.

Santinha	A expressão contrapõe a imagem de “santa” a alguém que age de forma hipócrita.	Pode ter diferentes significados dependendo do contexto, incluindo uma referência carinhosa a alguém considerado puro ou inocente.	Palavra de origem português que ganhou um novo sentido.
kapú	Gíria para tiro ou bala, usada para expressar força e poder.	Originária do termo polinésio “kapu”, que significa algo sagrado ou proibido.	Origem remota ao período colonial.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 10: Música Amarra o seu cão (Própria Lixa, Fofando, Noite & Dia e Cesaltina)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Bobi	Termo usado como chamariz, tipo “amigo ou cara”	Pode ser uma gíria antiga para “bobo ou parvo”.	Palavra de origem portuguesa
Skwada	Equipe, bando ou grupo	“Esquadra” refere-se a uma esquadra de polícia ou a uma unidade militar.	É uma adaptação para a escrita informal da palavra portuguesa “esquadra”.
Sardinha	Pessoa considerada comum, sem valor.	O peixe sardinha, conhecido por ser pequeno e normalmente enlatado com muitos outros.	Palavra portuguesa que ganhou um novo sentido metafórico.
Papo reto	Falar de forma direta, sincera, sem rodeios.	Significa literalmente, conversa reta.	Expressão de origem portuguesa que é também usada no Brasil, mas com um “sotaque” angolano.
Ji-abaito	Gíria que significa cara, presença forte ou pessoa importante.	Refere-se a um estilo, uma atitude ou uma forma de ser que é considerado “fixe”.	Esta é uma gíria com origem nas línguas nacionais de Angola, muito provavelmente do quimbundo.
Demolidora	Pessoa forte, que destrói, no sentido de habilidade ou força.	Aquela ou aquilo que demole, que destrói.	Palavra portuguesa que foi elevada ao status de gíria de elogio máximo.
Patroa	Mulher com autoridade, chefe, dona.	Mulher que patrocina ou dirige um negócio: a esposa do patrão.	Palavra de origem portuguesa.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 11: Música Militar (Mobber, part. Nagrelha)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Txe	É usado para enfatizar ou expressar surpresa/ênfase, equivalente a “pois ou mano”.	É uma corruptela de chefe ou mano.	Inglês
Wy/wys	Termo angolano para rapazes, caras ou pessoas.	É uma abreviação direta da expressão inglesa. Wy pode significar “E ai? ou O que é que há?”	Inglês
Doop	Gíria para dinheiro.	Pode significar batota ou jogada manhosa, herdado do sentido de “dupe”.	Onomatopeia
Lombuchos	Pessoas de má fama, traíra, ou que não é confiável.	Refere-se especificamente aos músculos das costas o “dorsal largo”.	Espanhol
Perfilipado	Estar arrumado, bem vestido ou em boa forma.	Descreve algo que está excelente, impecável, “no seu melhor estado”.	Português
Bulir	Trabalhar, mexer naquilo, estar ativo.	Na gíria moderna, o significado expandiu-se. “Não bulir” significa não mexer. É usado como aviso.	Português
Click	Grupo, clique de amigos ou aliados.	Refere-se àquela sintonia ou conexão instantânea com alguém, seja romântica ou de amizade.	Inglês/onomatopeia
Ng	Abreviação de “ninguém”.	É simplesmente uma forma abreviada e muito informal de escrever “não”.	Inglês/internet

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 12: Música Castigo (Bruno de Carvalho)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
xé	Usado como saudação ou chamando a atenção, parecido com “ô” ou “ei” em português do Brasil.	No português brasileiro, não tem um equivalente direto usado como saudação ou chamada de atenção.	É uma interjeição usada para chamar a atenção em Angola. Tem origem no espanhol, argentino e Angola.
scró	Gíria angolana para homem, jovem ou camarada, semelhante a “mano, rapaz”.	No Brasil, pode se comparar a “mano, véi, cara ou parceiro”, formas informais para se referir a um amigo ou colega, especialmente entre jovens.	Origina-se da língua Lingala (língua bantu falada na região do Congo).
Catchoro	Termo informal que pode significar “rapaz, amigo ou garoto”	Não tem tradução direta comum no Brasil, mas funciona como “cara, rapaz, brother”	Não há fonte clara detalhando a origem

			etimológica, mas é uma expressão coloquial angolana.
Mô puto/mô nengue/mô cota	"Mô" é uma contração de "meu". "Puto" significa garoto ou jovem. "Nengue" pode ser entendido como "ninguém" ou "pessoa qualquer". "Cota" é uma pessoa mais velha, um velho ou coroa.	"Mô" é uma contração de "meu". Esses termos são usados para se referir a pessoas com alguma relação de proximidade ou para diferenciar grupos etários. "Puto" no Brasil é mais usado com sentido pejorativo (criança mimada) ou apenas criança pequena. "Nengue" não existe na gíria brasileira, mas pode ser entendido como "ninguém". "Cota" no Brasil é informalmente usado para se referir a pessoa mais velha.	
Espreme	Verbo usado de forma figurada para "apertar" ou "pressionar", mas aqui tem conotação de esforço ou intensidade, algo como "vamos com tudo".	No Brasil esses verbos existem com o mesmo sentido literal de "apertar, espremer". No sentido figurado, pode significar "forçar, pressionar".	portugues
jajão	Gíria para algo ruim, falso ou de má qualidade, em oposição a "weed".	Não existe como uma gíria no Brasil, mas pelo contexto pode ser entendido como alo ruim, inferior, Zé ruela.	angolano
weed	Termo importado para designar algo "bom", de "qualidade", provavelmente no sentido de gíria global.	Termo importado do inglês, usado no Brasil para se referir à maconha, tanto no sentido físico quanto informal de "algo bom ou qualidade".	inglês

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 13: Música Abre o livro (Noite & Dia)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Ewé	Uma interjeição comum em Angola, usada para dar ênfase, similar a "hã" ou "ôxe" no português brasileiro. Também serve para chamar atenção ou expressar surpresa/afirmação.	No Brasil, não é uma gíria comum. A palavra vem do iorubá e significa "folha ou erva", ligada a conceitos de força vital e cura espiritual, mas não tem uso coloquial brasileiro equivalente.	O termo vem do nome do povo Ewe, um rupo étnico da África Ocidental (principalmente em Gana, Togo e Benin).
Pimpopum	Expressão onomatopaica que indica ritmo acelerado, batida ou som pulsante, típica na linguagem do kuduro	Não é uma gíria usada no português brasileiro. No Brasil, pode ser entendido como uma onomatopeia para um	É uma onomatopeia que reproduz o som de uma batida rápida, usada informalmente para descrever ritmo

	para descrever a música ou dança.	som de batida ou estalo.	pulsante, principalmente nas músicas de kuduro.
batiú	Pode referir-se a maneira de dançar ou a um tipo de movimento corporal, ligado ao contexto de dança kuduro.	Não é conhecido como gíria no português brasileiro.	Possivelmente vem do contexto da dança ou música local, associada a movimentos corporais ou a batidas da música, mas não há registro etimológico específico em dicionários.
jarda	Gíria para uma jovem ou mulher, usada em Angola.	No Brasil, “jarda” é uma unidade de medida (Yard) e não gíria para mulher ou jovem como em Angola.	Tem origem no português europeu e brasileiro.
injectada	No contexto do kuduro, pode fazer referência à batida injetada na música, ou a algo que é colocado com força, energia.	No português brasileiro, “injetada” é o particípio/adjetivo de “injetar”, usado para descrever algo que recebeu injeção ou está cheio de fluído, sem conotação de gírias.	Derivado do latim “injectio”, que significa “ação de lançar dentro”, originado do verbo latino “injecere” (in+jacere, lançar).
oba	Expressão de aprovação ou satisfação, bastante corrente popularmente.	Sim, é uma interjeição brasileira, usada para expressar alegria, surpresa ou comemoração, tipo “oba!”, “viva!”.	Sua origem etimológica é incerta, mas a palavra também aparece como nome de divisões tribais na Grécia antiga, sugerindo uma origem antiga e possivelmente do uso atual na língua portuguesa.
Djomberas	Palavra angolana que designa mulheres que dançam, costumava ser associada a jovens em festas e bailes.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Parece derivar de “djambe” ou relacionado a “djembe” instrumento de percussão africano, e “djombêra” seria quem dança ou toca, mas não há uma origem clara documentada de forma formal.
zum-zum	Expressão que indica conversa fiada, fofoca murmúrio.	Muito usado no Brasil para significar fofoca, ou conversa pelas costas.	É uma onomatopeia que imita o som de insetos voando.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 14: Música Vibraté (Jéssica Pitbull)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Vibraté	Movimento, dança, vibe vibrante da festa.	São expressões criadas dentro da cultura do kuduro para descrever um tipo de dança, estilo ou vibração intensa e energética. No Brasil, poderiam ser entendidas como nomes de movimentos ou “gingas” específicas nas festas.	Originários da cena musical e da dança do kuduro em Luanda, essas palavras são neologismos criados para descrever estilo, vibrações e movimentos.
Tá lhe dá	“Está acontecendo” (expressão de intensidade).	No Brasil, a expressão equivalente seria algo como “tá rolando”, “tá pegando”.	É originária do português angolano coloquial.
mana	Amiga, mulher (tratamento afetuoso).	No Brasil, “mana” é comum entre grupos de jovens para se referir a amiga ou irmã de forma próxima e carinhosa, especialmente em comunidades urbanas.	Português angolano.
Banzelo	Grupo de pessoas que curtem ou acompanham algo.	É um grupo das pessoas que curtem ou participam da festa. No Brasil, seria equivalente ao “rolezinho”.	Português angolano.
profi	Profissionais, pessoas habilidosas nas festas.	Uma forma abreviada de “profissionais” ou quem é experiente no contexto, no Brasil poderia se aproximar do sentido de “fera ou profissa”.	Reflete o uso coloquial e dinâmico típico da linguagem juvenil.
Waridu/Waridas	Saudações entre jovens, amizade.	Saudações informais entre jovens, similares à “fala mano”, “e aí, parceiro” no português brasileiro.	A origem pode estar ligada a expressões da língua local mescladas com o português, formando termos amigáveis e coloquiais usados no cotidiano da juventude angolana.
Quiedi	O que é?”, “qual é?	Expressão que significa “o que?”, usada para perguntar alo de modo informal, muito parecido com o “qual” do Brasil.	Português brasileiro, mostrando a adaptação e simplificação das frases na fala rápida e cotidiana.
botija	Jovem, garoto.	No Brasil, o equivalente seria moleque o guri.	Português angolano.

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 15: Música Angola bwé de caras (Dog Murras)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
bwé	Muito, bastante.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Umbundo ou de outras línguas bantu faladas em Angola.
kiebele	Bairro, pobre, favela.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	kimbundu
Sukula	escola	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Português e língua bantu.
Zuata	Quebrado, deteriorado.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	kikongo
Kalingindó	Torcida, comemoração.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Expressão onomatopaica
Detractores	invejosos, críticos com visão limitada.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Palavra de origem latina.
Bajulador	Puxa-saco.	puxa-saco	Deriva do verbo “bajular” do português, que tem raiz no francês antigo “bajule”.
Fezadas	Golpes, ações traiçoeiras ou aproveitadores.	Essa palavra não é conhecida como gíria no Brasil.	Originada do português informal, especialmente em Angola.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 16: Música Na boca é 1000 (Titica, part. Agre G)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Na boca é mile	Expressão que indica algo muito bom, intenso ou verdadeiro; “mile” pode significar mil.	É usado para descrever algo que parece muito bom, apetitoso ou promissor à primeira vista (na boca), mas que na realidade pode não ser tão bom quanto parece ou ter consequências.	Crioulo cabo-verdiano.
Tá a lhe dar reação	Estar causando impacto, animando, dando resposta positiva numa dança ou performance.	Significa que algo está a causar uma forte impressão, a fazer efeito (positivo e negativo), a “atingir” alguém. Pode ser usado para uma bebida alcoólica, uma música, um comentário.	Português coloquial.
Puxa a catuta	“Catuta” é tipo de bastão/vara usado em dança; puxar a catuta	É um pedido ou ordem para partilhar um cigarro de cannabis. Puxar	Gíria portuguesa, possivelmente com origens no calão (gíria

	é mostrar habilidade, intensidade.	refere-se ao ato de fumar e catuta é a gíria para o cigarro de droga.	antiga) ou no universo prisional.
Wassaluka	Saudações ou cumprimento animado.	É uma interjeição de alguém, celebração e descontração. Equivale a dizer “vamos festejar!”.	Crioulo cabo-verdiano.
Granda beat	Batida forte ou ritmo intenso.	É uma expressão de espanto, admiração ou susto.	Português coloquial de Portugal (especialmente na região de Lisboa)
Mata a sede	Satisfazer à vontade.	Significa beber algo para aliviar a sensação de sede.	português
Palanganza	Festança, reunião entre jovens.	Na gíria, é usado para se referir à cara ou rosto de uma pessoa.	Crioulo cabo-verdiano.
tim-tim	Brinde, gesto de brindar.	É a onomatopeia usada para o ato de brindar	Português de Portugal (consequentemente dos PALOP).

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 17: Música Não é peso é meu irmão (Delero King)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Papá	Forma carinhosa de chamar pai ou uma figura de autoridade.	Pai (de forma carinhosa e infantil)	Latim (pappa).
Guida	Figura importante, pode significar “mãe” ou uma guia/fonte de proteção.	Chefe, líder, guia; pessoa importante.	Quimbundo (nguido).
bumba	Movimento, dança; pode indicar balançar ou mexer.	Ato de bater, pancada, som de impacto; “fazer bumba” significa fazer estrondo ou espalhafato.	Quimbundo (mbanza).
Banza	Dinheiro, recurso financeiro.	Cercado, senzala, aldeia, povoado; também pode se referir a um tipo de violão de 5 cordas.	Quimbundo (mbanza).
Ngana wala	Referência cultural, possivelmente relacionada a rituais/feitiços angolano.	Expressão que indica “muito”, “em grande quantidade”.	Quimbundo (ngana+wala).
Tropeçou na corrida	Fracasso, encontrar dificuldades.	Perdeu o equilíbrio durante a ação de correr.	Português/metáfora

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 18: Música Tic taa (Nerú Amaricano, part. Será Que Cuia)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
cuia	Termo usado como apelido ou referência a alguém, também pode indicar cabeça ou mente em sentido figurado.	No sul do Brasil, por exemplo, “cuia” pode se referir à vasilha para tomar chimarrão, e em gírias, “estar de cuia” significa estar com raiva.	Indígena (Tupi)
Postera	Algo ou alguém de qualidade, estilo, destaque.	Significa último, o que vem atrás.	Espanhola
Agora parte	“Agora vamos começar” ou “a hora da ação chegou”.	Esta é uma forma de expressão que surge da contração e fusão de palavras na fala rápida e informal.	portuguesa
Txibii-txibii	Expressão ou onomatopeia típica do kuduro.	É uma palavra que imita um som. Especificamente, tenta reproduzir o canto característico de um pássaro.	onomatopeia
Work-é	Gíria que pode significar “trabalho”, esforço ou algo relacionado a atividade cotidiana.	É usado para se referir a alguém que está focado, trabalhando muito ou ao próprio trabalho.	Inglesa (anglicismo adaptado).
narciso	Usado como apelido ou para designar uma pessoa vaidosa ou metida.	Significa entorpecimento ou estupor.	Grego (via latim)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 19: Música Cossa (Preto Show, part. Godzila do Game e Dj Barata)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Cossa	Algo, negócio, coisa; usado para referir-se a algo de forma genérica e coloquial	É um fenômeno linguístico comum em várias variedades do português, onde o ditongo “oi” é simplificado para o “o”.	Português (variação de coisa).
Rebenta	Pode significar arrasar, bombar, começar forte em contexto musical ou de festa.	Significa fazer algo com grande sucesso, arrasar, ser melhor.	Português (verbo rebentar)
Coro tá vir	“O grupo está chegando” ou “o time está vindo”; expressa	Esta é uma expressão que mostra a influência gramatical das línguas locais.	Português + estrutura bantu

	movimentação coletiva, energia de grupo.	Em português padrão, diríamos “acalme-se!”.	
Bungle bangue	Expressão típica angolana relacionada a um estilo ou movimento, pode ser traduzida como “bagunça” ou “balbúrdia”.	Esta é uma expressão que imita um som de queda, batida ou algo que se desfaz.	Onomatopeia/criação local
Hema	Forma de chamar amigo, irmão ou colega, expressão de proximidade.	É um termo carinhoso e respeitoso para se referir à própria mãe ou a uma senhora mais velha, de forma análoga a “mainha ou mãezinha” no Brasil.	kinbundu
Eu vou te acudir	“Eu vou te ajudar”, expressão de apoio, solidariedade.	Significa socorrer, ajudar em uma emergência, atender a um chamado.	português

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 20: Música Sabaló (Própria Lixa)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Queta	Pode significar festa, celebração, ambiente animado.	Vem da palavra “Kieta” que significa cabra ou cabrito.	Umbundo
Cassete	Pode se referir a algo antigo ou tradicional culturalmente.	A palavra se originou do nome da fita de áudio, muito popular nas décadas de 70 e 80. Como gíria, ela assumiu vários significados, todos ligados à ideia de “algo errado, problema”.	Do objeto fita cassete.
Rafeiras	Gíria para mulheres, às vezes com conotação de duronas ou rebeldes.	No Brasil, o significado se manteve muito forte, referindo-se a cachorro sem raça definido.	kinbundu
Diguindadas	Estar animado, empolgado ou desinibido.	No Brasil, diguindadas manteve esse sentido, significando trabalhos ou serviços eventuais e mal remunerados.	Yorubá
Matumbo	Barriga	No Brasil, a palavra foi adotada para se referir especificamente às tripas de porco ou outros animais.	kimbundu
Makongo	Pode significar dinheiro ou forte, dependendo do contexto local.	Referir-se a um tipo especifico de inhame ou cará.	kikongo

uó	Expressão de ênfase, similar a “uau ou oxente!”.	É uma interjeição que expressa nojo, repulsa, desgosto.	

Fonte: Dados da pesquisa

VQuadro 21: Música Agora acredita no maluco? (Príncipe Ouro Negro)

Léxico do Português Angolano	Significado no Português Angolano	Explicação no Português Brasileiro	Origem da Palavra
Malusco	Pessoa estranha ou diferente, alguém meio excêntrico ou com comportamento pouco comum.	Significa “muito losco”, de aspecto muito suspeito ou sinistro. É uma palavra considerada rara e de tom mais literário.	Italiano
Losco	Pessoa suspeita, pode significar alguém esperto ou marginalizado.	Mantém esse sentido de alguém olhar desconfiado, falso, ou de aspecto sinistro.	Italiano
Ngapa	Pode se referir a pessoa despreparada, ignorante ou tola	É uma gíria brasileira que surgiu no universo do funk carioca e se popularizou nacionalmente. É uma onomatopeia que imita o som de uma arma de fogo.	Gíria brasileira (funk)
Paranoico	Pessoa desconfiada, que desconfia de tudo ao redor.	É um transtorno mental caracterizado por delírios de perseguição ou grandeza.	grego
Kudurista	Pessoa que pratica kuduro, estilo de dança e música.	Alguém que foge, que se evade.	kinbundu
papoite	Pode se referir a um tipo de festa, evento ou grupo relacionado à cultura local.	Conversa fiada	

Fonte: Dados da pesquisa

Considerações finais

O léxico é face mais evidente da língua. É pelo uso das palavras e dos significados por elas apresentadas que identificamos a origem do falante. O idioleto apresenta marcas bem peculiares e marcam a identidade. Por exemplo, a palavra *cumbú* para se referir ao “dinheiro” só pode ser identificada na variedade angolana. A palavra “aipim” que significa “tipo de mandioca” no Brasil pode ser identificada na variedade brasileira do português.

O presente estudo permitiu analisar e compreender as variações léxico-semânticas do português angolano refletidas nas letras das músicas de kuduro produzidas entre 2010 e 2024, confirmando a importância desse gênero musical como um veículo poderoso de expressão cultural e linguística em Angola. A partir da análise das 20 letras de músicas de kuduro selecionadas, foi possível mapear um amplo repertório de angolanismos, neologismos, empréstimos e adaptações linguísticas para explicar a criatividade lexical da comunidade angolana e evidenciam a dinâmica sociolinguística em constante transformação.

A pesquisa confirmou as hipóteses iniciais ao demonstrar que o kuduro não é apenas uma expressão de entretenimento, mas um espaço vital para a consolidação e divulgação do português angolano vernacular, marcado por elementos próprios da identidade sociocultural local. As expressões e termos presentes nas músicas representam não somente referências linguísticas, mas

também aspectos sociais, econômicos e culturais que permeiam a vida dos jovens e comunidades angolanas, especialmente nas áreas urbanas. Além disso, o kuduro atua como um instrumento de resistência cultural e afirmativa identitária, especialmente diante das pressões de normatização e preconceito linguístico que marginalizam variedades não hegemônicas da língua portuguesa. A análise lexical revelou uma variedade significativa de marcas que fundamentam o português angolano como uma variedade legítima, produtora de sentidos próprios, que transcendem o padrão formal e oficial.

Os empréstimos das línguas nacionais entre elas bantu, kimbundo, Umbundo e kikongo, bem como a criação de neologismos, demonstram a riqueza da interação linguística e cultural em Angola. Termos como “Kibexa”, “tou arrasaré”, “pipo”, “bwé de boca” e muitos outros, encontrados nas letras, reforçam essa identidade autêntica, que dialoga com a realidade vivida pelos falantes. Essa variedade, apesar de por vezes ser vista como desvio, deve ser compreendida como um fenômeno legítimo e coerente com o contexto social, reflexo dos processos de contato, negociação e diferença cultural. Outro ponto central destacado nas músicas de kuduro é a musicalidade e o poder performático da linguagem, que possibilita a circulação social desses angolanismos entre os jovens, ampliando sua disseminação e aceitação, tanto em Angola como em outros países lusófonos, sobretudo no Brasil e Portugal, onde o gênero também se adaptou e se reinventou.

O kuduro, por meio de sua oralidade, ritmo e construção fragmentada, aproxima-se da tradição cultural angolana que privilegia essa forma de transmissão verbal e improvisada, consolidando-se como uma expressão viva da cultura popular. A relação entre a linguagem das músicas e os processos sociais urbanos evidenciados pela pesquisa é profunda. Por fim, o trabalho reforça a importância da valorização das variedades linguísticas locais e do combate ao preconceito linguístico, tema fundamental para a inclusão e o reconhecimento das diversas identidades culturais presentes em Angola. O kuduro e o português angolano, em especial sua variação léxico-semântica, representam uma construção identitária legítima, que deve ser estudada, valorizada e preservada como patrimônio imaterial, reafirmando a conexão profunda entre língua, cultura e sociedade.

Quando afirmamos que é necessário a criação de dicionário da variedade angolana de português visamos permitir autonomia linguística dos angolanos. Os dicionários do Brasil e de Portugal não conseguem representar a realidade angolana. Há que investir na produção de dicionários que possam atender essas realidades sociolinguísticas. A tarefa de criar esse cabe aos angolanos e aos pesquisadores da variedade local. Seria importante que as letras das músicas fizessem parte dos *corpora* a ser utilizados na produção desses dicionários. A criação de um dicionário da variedade local não constitui algo extraordinário, porém importante e útil para que os consulentes não se frustrem. A sugestão do dicionário ajudaria bastante aos alunos de todos os níveis de ensino porque teriam por onde consultar.

Referências

ALVES, I. M. *Neologia:* a criação lexical na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, I. M.; JESUS, A. M. R. de (Org.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas:* vol.5. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

ANGOLA. *Constituição da República Angolana,* Luanda, 2010.

BAGNO, M.; MORAIS, A. *Preconceito Linguísticos:* o que é, como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.
BÉRTOLI, T. *Estudos do léxico:* aportes teóricos para o ensino de língua portuguesa. In: MARCOLINO, J. et al. (Org.). *Estudos do léxico:* aportes teóricos para o ensino de língua portuguesa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
BIDERMAN, M. T. C. *Léxico:* uma abordagem cognitiva. São Paulo: Ática, 1996.
BLACKING, J. Música, cultura e experiência. *Cadernos de Campo***.** São Paulo 1991), vol. 16, n. 16, p. 201-218, 2007.
BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna***:** a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
CRUZ, M.S.R.; MENEZES, J.S.; PINTO, O. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. *Encontro Baiano de Cultura*, vol. 1, 2008.
FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo:* as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
MARTINS, C. *Língua e identidade em Angola.* Luanda: Editora Acadêmica, 2018.
MARTINS, M.; MARTINS, R. O léxico do português em estudo na sala de aula. In: MARCOLINO, J. et al. (org.). *Estudos do léxico*: o português em foco na escola. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
MARCON, F. *O kuduro práticas e ressignificação da música:* cultura e política entre Angola, Brasil e Portugal. vol.18, p. 1-21, 2013.
MARCON, F. S.; DE JESUS, E.D. *Música de festas expressões e sentidos na cidade de Salvador*, p.1-21, 2017.
MOORMAN, M. *Intonations:* A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times. Athens: Ohio University Press, 2008.
NAUEGE, J. M.; TIMBANE, A. A. Situação sociolinguística de Angola no século XXI: Convivência e Interferências entre o Português e as Línguas Africanas. In: UNDOLO, M.; TIMBANE, A. A.; KIMUENHO, G. (Org.). *Português de Angola:* fonologia, sintaxe e lexicografia. Belém: Home, 2023. p.20-39
NDOMBELE, E.D. *Gestão de multilinguismo em Angola:* reflexão sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província do Uíge. *Verbum: Cadernos de Pós-Graduação*. Vol.6, n.1, p. 33-44, jan.2017.
NDOMBELE, E. D.; TIMBANE, A. A. *O ensino de língua portuguesa em Angola:* reflexões metodológicas em contexto multilíngue. *Fólio: Revista de Letras,* vol. 12, n. 1, 2020.
PARDUE, D. Kuduro, techno, and the diáspora: Music and identity in the Portuguese- speaking world. *Ethnomusicology*, vol.59, n. 3, p. 403-425, 2015
SILVA, M. F. *Contato linguístico e inovação lexical no português africano*. São Paulo: Contexto, 2010.
SILVA, R. F. N. *Música:* a expressão cultural de um povo. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, vol. 28, n. 4, p. 459-460, 2018.
SOUSA, J. *A diversidade do português no mundo: o caso angolano.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.
TOMÁS, R. “Kuduro: Música e dança como expressão cultural angolana”. *Revista de Estudos Africanos*, vol.7, p. 45-62, 2013.
ZAVAGLIA, A.C.C. Léxico e vocabulário: distinções necessárias. In: VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. (Org.). *Introdução aos estudos do léxico.* Lisboa: Universidade Aberta, 2012. p. 93–102.

CAPITULO 17

Em busca de uma política crítica em São Tomé e Príncipe: caminhos e desafios

Alegria Emanuel João
Bruna Mirela Gomes do Nascimento
Crispal da Costa Quiquelo
Kambulo Mika Costa Ntoto
Alexandre António Timbane

Introdução

São Tomé e Príncipe, pequeno Estado insular, localizado no Golfo da Guiné, apresenta uma das ecologias linguísticas mais complexas da África lusófona. A coexistência entre o português — língua oficial desde a independência em 1975 — e as línguas crioulas autóctones (santome, angolar e lung'le), além do kabuverdianu e de línguas estrangeiras como inglês e francês, revela um cenário de multilinguístico marcado por profundas assimetrias. Embora o português detenha prestígio social e institucional, as línguas locais enfrentam processos de marginalização que ameaçam sua vitalidade, especialmente diante das transformações demográficas recentes, como o crescimento populacional e os fluxos migratórios externos.

O problema central que se coloca é compreender como as políticas linguísticas implementadas no país têm respondido à necessidade de preservação das línguas nacionais frente à hegemonia do português e às pressões socioeconômicas. Parte-se da hipótese de que a ausência de políticas sistemáticas e inclusivas contribui para o risco de desaparecimento das línguas crioulas, enquanto iniciativas pontuais — como o ensino do lung'le na Ilha do Príncipe — demonstram que ações locais podem fortalecer identidades culturais e promover a revitalização linguística.

O objetivo geral deste capítulo é analisar criticamente as políticas linguísticas de São Tomé e Príncipe, relacionando-as às dinâmicas demográficas e ao destino das línguas nacionais. Especificamente, busca-se: (i) identificar a distribuição territorial e social das línguas faladas no arquipélago; (ii) avaliar os impactos das migrações e da urbanização sobre a transmissão intergeracional das línguas nacionais; e (iii) examinar os avanços e limitações dos documentos oficiais, como o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de STP (ALUSTP), e das iniciativas locais de ensino.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de contribuir para o debate crítico sobre diversidade linguística em contextos pós-coloniais, destacando São Tomé e Príncipe como caso emblemático da tensão entre unidade nacional e preservação cultural. Ao problematizar escolhas políticas e seus efeitos sobre a vitalidade das línguas crioulas, pretende-se oferecer subsídios para a construção de políticas linguísticas mais inclusivas, capazes de valorizar o patrimônio imaterial e assegurar a transmissão das línguas às futuras gerações.

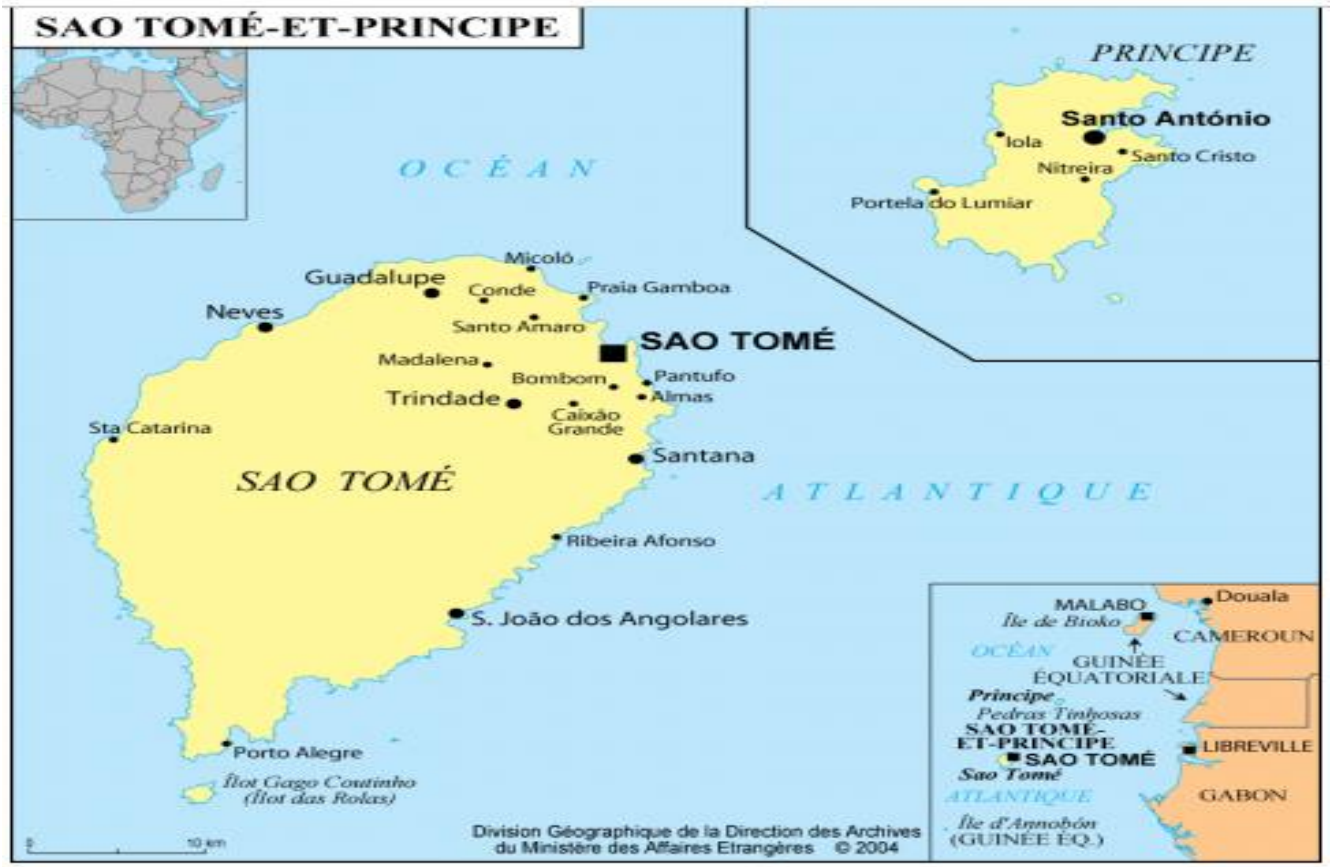
O capítulo discute três pontos essenciais para compreender a realidade sociolinguística santomense: (a) localização geográfica do país, (b) línguas faladas e distribuição geográfica, e (c) documentos oficiais e instrumentos da

política linguística, relacionando-os às transformações demográficas recentes. Ao longo do capítulo faz-se um debate crítico sobre as políticas linguísticas

1.Localização geográfica de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um país insular situado no Golfo da Guiné, na costa ocidental africana, composto por duas ilhas principais e vários ilhéus. Conforme Agostinho & Bandeira (2017), as ilhas eram originalmente desabitadas e foram ocupadas por portugueses e populações africanas a partir do século XV. São Tomé e Príncipe possui uma área de 1001 Km², sendo que a ilha de São Tomé apresenta uma extensão de 850 Km² e o Príncipe de 300 Km² (INE, 2017).

Mapa 1: Localização do país



Fonte: Ministère des Affaires Étrangères (2004)

As descobertas ocorreram entre 1470 e 1471, quando navegadores portugueses chegaram às ilhas de São Tomé e Príncipe (Agostinho; Bandeira, 2017, p. 210). A posição geográfica no Golfo da Guiné criou um ambiente de intenso contato linguístico desde o período colonial, em razão do trânsito de populações africanas oriundas do Delta do Níger, Congo e Angola (Ferraz, 1979; Hagemeijer, 2009). Essa localização estratégica influenciou profundamente o processo de crioulização, resultando na formação das atuais línguas locais.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP) divulgou, em julho de 2025, os resultados do V Recenseamento Geral da População e Habitação. Os dados demonstram que o país passou de 187.356 habitantes em 2012 para 209.607 em 2025, sendo 52,4% mulheres e 47,6% homens. A população economicamente ativa soma 114.971 indivíduos, correspondendo a 54,9% do total. Entre 2019 e 2024, cerca de 12.200 santomenses emigraram, majoritariamente jovens em idade ativa. Esses indicadores demográficos

revelam não apenas tendências migratórias e socioeconômicas, mas também implicações importantes para a dinâmica linguística nacional.

2.Línguas faladas no país e sua distribuição territorial

São Tomé e Príncipe é reconhecidamente um país multilíngue. Segundo Agostinho & Bandeira (2017), no país são faladas quatro línguas crioulas de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné, das quais três são autóctones e nacionais. Entre as línguas crioulas autóctones, destacam-se o santome (forro), o angolar e o lung'Ie, todas reconhecidas como línguas nacionais. O santome, predominante na Ilha de São Tomé, é a língua crioula mais falada e apresenta alto prestígio social.

Segundo o Censo de 2011, era utilizado por 72,4% da população, e estudos recentes apontam para um uso crescente inclusive entre grupos não nativos, consolidando-se como língua de identidade nacional (Agostinho, 2015). O angolar, por sua vez, é falado no litoral sul e noroeste da Ilha de São Tomé, sobretudo no distrito de Caué, região historicamente associada à comunidade angolar (Ceita, 1991). Já o lung'Ie, língua crioula da Ilha do Príncipe, possui um número restrito de falantes, estimado entre 200 e 1.300 indivíduos (Agostinho, 2015). Apesar de sua fragilidade demográfica, é a única língua nacional ensinada em escolas, graças à iniciativa do Governo Regional do Príncipe, que busca fortalecer a identidade cultural da ilha.

Além das línguas nacionais, outras línguas desempenham papel relevante na ecologia linguística do arquipélago. O português, oficial desde 1975, é falado por 98,9% da população (INE, 2012) e domina os espaços da educação, da administração pública e da mídia, sendo ensinado segundo a norma europeia (Araújo, Agostinho, 2010). O kabuverdianu, introduzido principalmente na Ilha do Príncipe como resultado da imigração cabo-verdiana durante os séculos XIX e XX, permanece vivo em comunidades rurais (Maurer, 2009). Além disso, línguas estrangeiras como inglês e francês são ensinadas nas escolas, reforçando o caráter multilíngue e a inserção internacional do país.

Essa ecologia linguística complexa é diretamente impactada pela dinâmica populacional. Os fluxos migratórios recentes, que levaram mais de 12 mil santomenses a emigrar entre 2019 e 2024, afetam não apenas a estrutura demográfica, mas também os processos de transmissão intergeracional das línguas nacionais. Como destacou Gareth Guadalupe, Ministro da Economia e Finanças, "não há tempo sequer para medidas de mitigação das condições de vida dos cidadãos que decidem emigrar" (STP-Press, 2025). Nesse contexto, o desafio da preservação das línguas nacionais torna-se ainda maior, exigindo políticas linguísticas eficazes e iniciativas locais de valorização cultural.

3.Documentos oficiais e política linguística em São Tomé e Príncipe

A política linguística santomense possui marcos importantes, ainda que recentes, voltados à valorização das línguas nacionais. Um deles é Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de STP (2010). É o principal documento normativo é o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP), proposto por uma Comissão de linguistas e sancionado pelo governo em 2010. Trata-se do instrumento que estabelece as normas gráficas para santomé, angolar e lung'Ie.

Araújo & Agostinho (2010, p. 49) afirmam que o ALUSTP representa "um sistema descolado da ortografia portuguesa", adequado ao caráter fonológico das línguas e à ausência de tradição escrita. Já Agostinho (2015) ressalta que o

ALUSTP contribuiu para padronizar o ensino de lung'Ie nas escolas do Príncipe. A partir de 2009, o Governo Regional do Príncipe tornou o ensino de lung'Ie parte do currículo escolar, inicialmente como disciplina optativa e, desde 2016, obrigatória a partir da 5ª classe (Agostinho et al., 2016). Essa política tem forte ligação com a construção da identidade principense.

Embora o português permaneça como língua hegemônica, autores como Orlandi (2009) e Fishman (2006) defendem que a preservação das línguas nacionais é central para a manutenção do patrimônio cultural do país. Nesse sentido, o reconhecimento oficial das línguas crioulas é visto como um passo fundamental contra o "silenciamento dos falantes", como afirma Agostinho & Bandeira (2017, p. 227). Os dados do Recenseamento de 2025 mostram que São Tomé e Príncipe vive um momento de crescimento populacional e intensa migração externa. Esse quadro pressiona ainda mais a preservação das línguas nacionais, cuja vitalidade depende da transmissão geracional e do fortalecimento das políticas linguísticas.

O país possui uma das ecologias linguísticas mais ricas da África lusófona, fruto de sua história de povoamento e de sua localização no Golfo da Guiné. A consolidação do ALUSTP, a expansão do ensino de lung'Ie e o reconhecimento do santome e do angolar como línguas nacionais revelam avanços importantes. Contudo, como defendem Webb (2009) e Agostinho (2015), políticas linguísticas eficazes dependem da participação das comunidades, especialmente dos falantes mais velhos, e da incorporação das línguas nacionais em diferentes esferas sociais.

4.O lugar de cada língua e a política linguística de STP

Segundo Bouchard (2019), a difusão do português ocorreu devido ao prestígio que ela possuía em detrimento das línguas crioulas, que foram marginalizadas, já ao português era atribuído alto valor simbólico. De acordo com (Balduino, 2022),

> o santome era uma língua amplamente transmitida e detentora de prestígio até a segunda fase de colonização, momento em que a chegada massiva de trabalhadores estrangeiros, em fins do século XIX, criou uma mudança nos valores atribuídos às línguas. Nesse momento, muitos santomenses mantiveram sua língua autóctone ou se tornaram bilíngues, ao passo que os santomenses da capital preferiram falar apenas o português — língua atrelada ao poder e à educação. (Bouchard, 2019, apud Balduino, 2022).

Balduino (2022) faz uma ressalva em relação aos resultados do censo no contexto multilíngue de STP, pois os dados disponibilizados não afirmam se as línguas foram adquiridas como primeira língua (L1), ou como segunda língua (L2). Além disso, a autora acrescenta que devido ao prestígio social que a língua portuguesa possui nesse contexto multilíngue, existem muitos falantes das línguas autóctones que podem empregá-las, mas não declaram que no censo.

> Contrastando língua oficial e línguas minoritárias, nos últimos anos, notou-se uma queda significativa no emprego das línguas autóctones de STP. De acordo com os dados do INE (2012) e examinando os valores absolutos da tabela 1.1 de forma percentual, notamos que, enquanto as línguas nacionais apresentam uma parcela baixa de falantes (santome (36,2%),

> lung'Ie (1,0%) e angolar (6,6%)), cerca de 98,4% da população santomense é falante da língua portuguesa. (Balduino, 2022, p.13)

Segundo Balduíno (2022) em decorrência de pressões assimilatórias iniciadas no primeiro período colonial e reforçadas ao decorrer dos séculos XIX e XX, tanto a população local, como os escravizados que foram levados para STP começaram a enaltecer o uso do português em detrimento das línguas faladas anteriormente naquele território. Esse tipo de comportamento permanece no período pós-colonial, e é reforçado pelas elites locais como forma de manutenção do poder.

Em 1975, a elite santomense assume o poder, adota o português como língua oficial e como consequência começa a ocorrer a difusão da língua portuguesa, em detrimento da obsolescência das demais línguas. Além disso, a urbanização, a escolarização e a difusão da mídia no século XX, alavancaram o cenário de desvalorização das línguas étnicas, em contrapartida, houve a valorização da língua portuguesa dentro deste território (Balduíno, 2022, apud Araújo, 2020). A incorporação da língua portuguesa como língua materna (L1) ocorreu pela falta de uma política linguística que lutasse pela valorização das demais línguas do arquipélago. (Balduino, 2022 apud Araújo. 2020)

A autora (2022) afirma que existem projetos-pilotos e de investigações que criam parcerias, mas logo são desfeitas e substituídas por novos projetos que buscam apenas analisar os pontos fortes e fracos do projeto realizado anteriormente. Outra afirmação que a autora relata é que as políticas educacionais não funcionam como deveriam funcionar, por conta da própria instabilidade do Governo. (Balduino, 2025, p.21).

Segundo Balduíno (2022) no final do período colonial, cerca de 95% da população era analfabeta. Porém a autora afirma que atualmente STP tem 89,71% do índice de alunos com a idade escolar ideal. (Balduíno, 2022 apud Seibert, 2012; Araújo 2020). A difusão da língua portuguesa ocorreu de várias formas, sendo a construção de escolas e a democratização do ensino (Balduíno, 2022, apud Araújo, 2020), consideradas os fatores centrais deste processo.

> Contrariamente à política linguística estabelecida no Decreto, apenas na Região Autónoma do Príncipe, o Governo Regional decidiu introduzir no currículo da região o ensino de lung'iê, como forma de revitalizar e preservar a língua que representa a cultura e a identidade regional. Relativamente ao santomé, tem havido iniciativas, mas este idioma é, sobretudo, mantido nas tradições orais, nas músicas nacionais, e nalgumas iniciativas isoladas, como obras literárias. Na música tradicional são-tomense, os compositores têm-se auxiliado nos provérbios, semplus, para transmitirem os seus ideais, convicções sobre a sociedade, que os jovens têm dificuldade em compreender e interpretar. Os outros crioulos contam, sobretudo, com as ações culturais e os mais velhos, chefes de família, que ainda comunicam nestas línguas. (p.21)

5.Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de obras acadêmicas, relatórios oficiais e documentos normativos relacionados à política linguística de São Tomé e Príncipe. O caráter bibliográfico decorre do levantamento de estudos já

publicados sobre a realidade sociolinguística santomense, enquanto o caráter documental se justifica pelo uso de fontes primárias, como censos populacionais e instrumentos oficiais de padronização linguística.

No âmbito da pesquisa bibliográfica foram consultados autores que discutem a formação histórica e a situação atual das línguas crioulas do arquipélago, como Ferraz (1979), Ceita (1991), Maurer (1995, 2009), Lorenzino (1998), Hagemeijer (2009), Orlandi (2009), Fishman (2006), Webb (2009), Węglarz (2011), Seibert (2004, 2014), Bouchard (2019), Balduíno (2018, 2022, 2025) e Araújo (2020). Esses trabalhos fornecem o embasamento teórico para compreender tanto os processos de crioulização quanto os impactos das políticas linguísticas coloniais e pós-coloniais.

No âmbito documental, foram utilizados os seguintes materiais: Recenseamentos Gerais da População e Habitação (INE, 2012; INE, 2017; INE, 2025), que oferecem dados demográficos e sociolinguísticos fundamentais para analisar a vitalidade das línguas nacionais e o prestígio do português. ALUSTP – Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (2010), documento normativo que estabelece as regras gráficas para santome, angolar e lung'le, constituindo marco essencial da política linguística nacional. Declarações oficiais de autoridades, como o Ministro da Economia e Finanças (STP-Press, 2025), que contextualizam os impactos das migrações sobre a dinâmica linguística.

Projetos educacionais implementados pelo Governo Regional do Príncipe (2009–2016), que introduziram o ensino do lung'le no currículo escolar. A escolha por uma abordagem bibliográfica e documental permite articular a dimensão histórica e teórica com dados oficiais e normativos, possibilitando uma análise crítica da política linguística santomense. Essa metodologia garante a triangulação entre diferentes tipos de fontes, ampliando a compreensão sobre os fatores que influenciam a vitalidade das línguas nacionais e o papel do português como língua hegemônica.

5.1.Línguas faladas em São Tomé e Príncipe

a)Português

O cenário linguístico de São Tomé e Príncipe revela um espaço marcado por profundas assimetrias, onde o multilinguismo, embora evidente, não se traduz em equilíbrio entre as línguas que nele coexistem. O português, mesmo sem constar formalmente na constituição de 2002, consolidou-se como língua de maior prestígio, carregando o peso histórico de ter sido instrumento de dominação e também de distinção social. Como observa Balduíno (2018), tornou-se língua de status, especialmente entre os jovens, transformando São Tomé e Príncipe no país africano com maior proporção de falantes que assumem o português como língua materna. Essa centralidade revela não apenas a força de uma herança linguística colonial, mas também a forma como a elite local se apropriou do idioma do colonizador como marca de poder e modernidade.

O português é língua de ensino, da burocracia, da comunicação formal e de discursos formais do Estado. A escolha e o uso do português em STP aconteceu por escolha dos políticos da época e não por meio da vontade do povo. Está claro que o português é importante e permite a comunicação nacional e internacionalmente, mas isso não é argumento para descartar e despresar as línguas africanas faladas no país. Ao longo do tempo, o processo assimilador reforçou essa hegemonia, atribuindo ao português um valor simbólico que ultrapassa o domínio comunicativo. Mesmo num território reconhecido pela

diversidade linguística, as línguas autóctones, santomense, angolar, lung'Ie e kabuverdianu, foram progressivamente marginalizadas.

As políticas linguísticas do século XIX e XX promoveram o abandono dessas línguas e, após a independência, em 1975, a jovem república reforçou essa tendência ao adotar o português como língua oficial. Esse gesto, ainda que pensado como elemento de unificação nacional, teve um impacto ambíguo: fortaleceu a circulação de um idioma comum, mas também aprofundou desigualdades, distanciando socialmente os falantes das línguas locais e contribuindo para o seu enfraquecimento.

Na prática cotidiana, o português domina a administração, a educação e os meios de comunicação, funcionando como língua franca entre diferentes grupos étnicos. No entanto, essa centralidade não se construiu de forma neutra. Como afirma Balduíno (2022), a produção científica sobre São Tomé e Príncipe alimentou uma representação eurocentrada da realidade linguística, sustentando a visão de que o português é a língua legítima das elites e das instituições, ao passo que as línguas crioulas permanecem historicamente reduzidas a um patamar inferior de prestígio.

Essa percepção foi também reproduzida pelas elites dirigentes, como destacam Pereira e Vittoria (2002, apud Araújo, 2020), ao defenderem que o português auxiliaria a evitar tensões interétnicas e garantiria acesso a materiais científicos e escolares. ARAÚJO retoma essa discussão para evidenciar que a escolha pelo português segue uma tendência já observada em outros PALOP, reforçando o argumento de que a língua do colonizador foi tomada como solução neutra para contextos sociais profundamente complexos.

5.2.Línguas crioulas ou crioulos de base lexical portuguesa

No entanto, o panorama das línguas crioulas mostra que a realidade sociolinguística do arquipélago é mais rica e mais densa do que essa hegemonia deixa transparecer. Como aponta Ferraz (1979), o contato intenso entre colonizadores e pessoas escravizadas no século XV levou ao surgimento de quatro línguas derivadas do português geral das ilhas (PGG). O fad'ambô, o lung'Ie e o angolar nasceram em contextos de resistência, dispersão e reconfiguração social; o santomense, por sua vez, consolidou-se no próprio território onde a protolíngua se formou. Esse conjunto de línguas expressa histórias de sobrevivência, reconstrução comunitária e afirmação identitária, que seguem atravessando o presente.

A chegada posterior de trabalhadores cabo-verdianos intensificou ainda mais o multilinguismo, reforçando a presença do kabuverdianu e mostrando que as dinâmicas populacionais sempre foram complexas. Mesmo assim, o acesso limitado desses contratados ao português explica por que sua presença não expandiu significativamente o uso da língua oficial. O que se observa, portanto, é que, apesar da riqueza linguística, as políticas linguísticas criaram uma realidade marcada por desequilíbrios profundos, nos quais a língua portuguesa se mantém como eixo central, enquanto as línguas autóctones enfrentam um destino incerto.

A situação atual revela, assim, um cenário paradoxal: por um lado, o português assegura comunicação unificada e integração institucional; por outro, evidencia o apagamento histórico e social das línguas crioulas, que carregam a memória viva da formação do país. A tendência do destino dessas línguas depende tanto do reconhecimento de sua legitimidade quanto da capacidade de redefinir políticas que as incluam sem reproduzir hierarquias coloniais. Nesse debate, mais do que apenas descrever cenários, torna-se necessário

problematizar escolhas, resgatar histórias silenciadas e refletir sobre como o país pode construir um futuro linguístico que honre a sua diversidade e reconheça, com humanidade, todas as vozes que o constituem.

a)Santomé (Forro)

Segundo Węglarz (2011), a discussão sobre as políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe, quando observada à luz do percurso histórico, revela um cenário complexo, no qual convivem a valorização simbólica das línguas crioulas e, ao mesmo tempo, processos de marginalização que marcaram profundamente o destino dessas mesmas línguas. No distrito de Lembá, situado no Norte, também se fala o forro e o angolar embora com algumas alterações, sobretudo no sotaque.(Fernandes, 2023)

A ilha de São Tomé, sendo a primeira a ser povoada, constituiu-se como berço da primeira sociedade crioula do arquipélago, fato que conferiu ao crioulo santomense o (forro), um papel central na formação cultural e identitária do país. O santome, de acordo Węglarz (2011), é o crioulo mais antigo do arquipélago e também aquele com maior número de falantes, alcançando o estatuto de segunda língua mais falada em São Tomé e Príncipe, isto é, o número de falantes de acordo o censo de 1991 é elevado. Esse dado reforça a vitalidade histórica da língua e evidencia sua presença contínua na vida cotidiana. Além disso, o uso do santome pela população confirma a sua força social, especialmente quando se considera que ele é resultado direto de processos históricos complexos, como os casamentos incentivados pela coroa portuguesa entre homens portugueses e mulheres escravizadas de origem africana. Esses casamentos produziram uma população que não era reconhecida como escrava, o que contribuiu para a formação de um grupo social distinto, denominado “forro”, cujo nome, posteriormente, tornou-se associado ao próprio crioulo falado por essa comunidade (Węglarz, 2011).

Esse processo revela um aspecto importante para um debate crítico das políticas linguísticas: as línguas não são apenas instrumentos de comunicação, mas expressões de trajetórias sociais e políticas. No caso do forro, a influência das línguas africanas reforça sua identidade híbrida e profundamente marcada pelo encontro de culturas, o que torna ainda mais significativo o fato de ele ser ouvido em quase toda a Ilha de São Tomé e também ter falantes no Príncipe. Essa amplitude demonstra a potência cultural dessa língua, apesar de todas as pressões históricas que favoreceram a hegemonia do português.

Por um lado, o quadro apresentado evidencia aspectos positivos no destino do forro: ele permanece vivo, usado amplamente e reconhecido como parte da identidade cultural do arquipélago. A sua força histórica e social demonstra uma resistência que contrasta com o apagamento que muitas línguas crioulas sofreram em outros contextos coloniais. Por outro lado, os elementos negativos emergem quando se observa que, mesmo com toda essa relevância, o forro não ocupa os espaços institucionais de prestígio, nem é promovido como língua de ensino, administração ou comunicação formal. A predominância do português, construída ao longo de séculos, limitou a presença pública das línguas crioulas, impondo barreiras ao seu pleno desenvolvimento.

A situação atual aponta, portanto, para um paradoxo: o forro é, ao mesmo tempo, uma língua forte na prática social e fragilizada nas esferas formais. Essa contradição molda a tendência futura do destino das línguas no arquipélago. A vitalidade do santomense sugere que ele não desaparecerá, mas sua posição pode permanecer silenciada institucionalmente se as políticas linguísticas não reconhecerem sua legitimidade e sua importância histórica. Ao mesmo tempo,

esse contexto abre espaço para debates mais profundos sobre identidade, memória e direitos linguísticos, questionando se a manutenção do português como única língua oficial responde verdadeiramente às necessidades culturais do país.

Humanizar essa discussão significa compreender que cada escolha política repercute na vida das pessoas que carregam essas línguas como parte de sua história e de sua afetividade. O forro não é apenas um sistema linguístico: é o eco de uma sociedade que nasceu do encontro complexo entre mundos distintos. Assim, refletir criticamente sobre as políticas linguísticas é também refletir sobre como São Tomé e Príncipe pode garantir que essa herança não apenas sobreviva, mas seja valorizada, reconhecida e transmitida com dignidade às gerações futuras.

b)Lung'le

Este texto discute as políticas linguísticas e o planejamento linguístico relacionados à língua lung'le. A língua lung'le é uma das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe, falada historicamente na Ilha do Príncipe e, apesar de seu valor cultural e simbólico para a identidade principense, encontra-se em situação de ameaça.

De acordo com Agostinho, Bandeira e Araújo (2016), o lung'le enfrenta um acelerado processo de risco em função das políticas linguísticas adotadas pelo governo, o que se evidencia no número reduzido de falantes, atualmente cerca de duzentos (200). Na ótica dos autores Agostinho, Bandeira, Araújo (2016), esse dado mostra a gravidade da situação, pois, se continuar nesse ritmo, a língua pode desaparecer, já que a geração jovem não tem domínio e, sem a transmissão intergeracional, não haverá falantes no futuro.

A análise crítica das políticas linguísticas revela tanto aspectos positivos quanto negativos. Entre os pontos positivos, destaca-se o reconhecimento cultural da língua, a existência de uma padronização ortográfica e a sua implementação em algumas escolas, o que representa passos significativos para a valorização e preservação do lung'le. Essas iniciativas demonstram que há esforços, ainda que limitados, para legitimar a língua e criar condições mínimas para sua revitalização.

No entanto, os aspetos negativos são mais contundentes e revelam a fragilidade das políticas adotadas. O domínio do português enquanto língua oficial, utilizado na administração, no ensino, na mídia e nos atos do Estado, cria um cenário de forte pressão sobre as línguas locais. O lung'le, embora reconhecido culturalmente, não integra de forma consistente a política linguística nacional, o que demonstra a ausência de um projeto governamental sistemático para promover e proteger as línguas nacionais.

Além disso, o governo central demonstra resistência à promoção dessas línguas por receio de acentuar divergências internas, perpetuando uma política marcada pela assimetria e pela diglossia, em que o português ocupa o espaço de prestígio e funcionalidade, enquanto o lung'le permanece restrito e fragilizado (Agostinho, Bandeira, Araújo, 2016).

A situação atual é, portanto, de vulnerabilidade extrema para o lung'le. Apesar dos avanços pontuais, como o ensino escolar e a ortografia padronizada, o número reduzido de falantes e a falta de domínio pelas novas gerações indicam que a tendência é de desaparecimento caso não sejam implementadas políticas mais robustas e inclusivas. O destino das línguas em São Tomé e Príncipe parece apontar para a consolidação do português como única língua funcional e de prestígio, enquanto as línguas nacionais caminham para a obsolescência.

Esse debate abre espaço para aprofundamentos importantes. A questão da diversidade versus unidade nacional é central, pois o receio de fragmentação política tem levado à marginalização das línguas locais. No entanto, a preservação do lung'le não deve ser vista como ameaça, mas como parte do patrimônio imaterial do país. A escola pode desempenhar um papel decisivo na revitalização, desde que haja investimento em formação de professores e produção de materiais didáticos adequados. É necessário compreender que a língua não é apenas um código de comunicação, mas um símbolo de memória coletiva e de resistência cultural.

Em suma, o debate crítico sobre as políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe mostra que, apesar de avanços pontuais, a ausência de um planejamento linguístico inclusivo e sistemático coloca o lung'le em risco de desaparecimento. Segundo Agostinho, Bandeira, Araújo, (2016), o desafio é transformar o reconhecimento cultural em políticas efetivas de preservação, garantindo que a diversidade linguística seja vista como riqueza e não como obstáculo à unidade nacional.

c)Angolar

O angolar, de acordo Seibert (2004) como uma língua distinta preservada pelos angolares apesar da assimilação cultural, constitui um exemplo emblemático dos desafios das políticas linguísticas em contextos pós-coloniais. A história da sua origem, marcada por narrativas divergentes, náufragos, autóctones ou cimarrones, revela como discursos políticos e ideológicos moldam a valorização ou marginalização de uma língua. De acordo com Fernandes (2023, p.25), no litoral, a população utiliza uma variedade do crioulo angolar, muito mais suave e próxima ao crioulo forro (um dialeto do crioulo angolar): Neves (em Lembá), Praia Gamboa, Pantufo (em Água Grande), Ribeira Afonso (em Cantagalo). O auA língua crioula existente e predominante é o crioulo angolar ou o anguené ou, ainda, lungua n'gola, que é a L1 da maior parte da população.

A imposição do português como língua oficial durante o período colonial implicou a subalternização dos crioulos, relegando-os ao espaço doméstico e comunitário, o que evidencia um dos principais aspectos negativos das políticas linguísticas coloniais: a exclusão das línguas locais da esfera pública e institucional (Seibert, 2004).

Por outro lado, a preservação da angolar demonstra a força da resistência cultural e a importância da língua como marcador identitário. Estudos linguísticos, como os de Ferraz (1969), Maurer (1995) e Lorenzino (1998) (apud Seibert, 2004), confirmam que o angolar é um crioulo de base portuguesa, mas com influências africanas, resultado da experiência dos escravos fugidos. Esse reconhecimento científico é um aspecto positivo, pois legitima a língua e abre espaço para políticas de valorização.

Contudo, a ausência de medidas concretas de revitalização, como a inclusão do angolar no sistema educativo ou nos meios de comunicação, mantém a língua em situação de vulnerabilidade. Atualmente, estima-se que cerca de dez mil pessoas falam o crioulo angolar, sobretudo em comunidades costeiras do sul e noroeste da ilha de São Tomé (Seibert, 2004).

Esse debate conecta-se a outras questões relevantes. O colonialismo linguístico, que impôs o português como língua de prestígio, apagou memórias e marginalizou crioulos, criando hierarquias linguísticas que persistem até hoje (Neves, 1977, apud Seibert, 2004).

O nacionalismo pós-independência, ao abraçar a hipótese dos angolares como autóctones, reforçou uma identidade própria, mas não se traduziu em

políticas efetivas de valorização linguística (Seibert, 2004). A globalização, por sua vez, intensifica a pressão sobre línguas minoritárias, exigindo estratégias de revitalização semelhantes às adotadas em Cabo Verde e Guiné-Bissau, onde os crioulos ganharam maior reconhecimento no seu cotidiano.

Assim, o caso do crioulo angolar mostra que as políticas linguísticas não podem ser analisadas apenas como instrumentos técnicos de gestão da diversidade, mas como práticas profundamente políticas, atravessadas por disputas históricas, coloniais e nacionais. A sobrevivência dessa língua dependerá de iniciativas que promovam a sua documentação, ensino e valorização, garantindo que não se torne apenas um vestígio cultural, mas um elemento vivo da identidade santomense.

d)Kabuverdianu

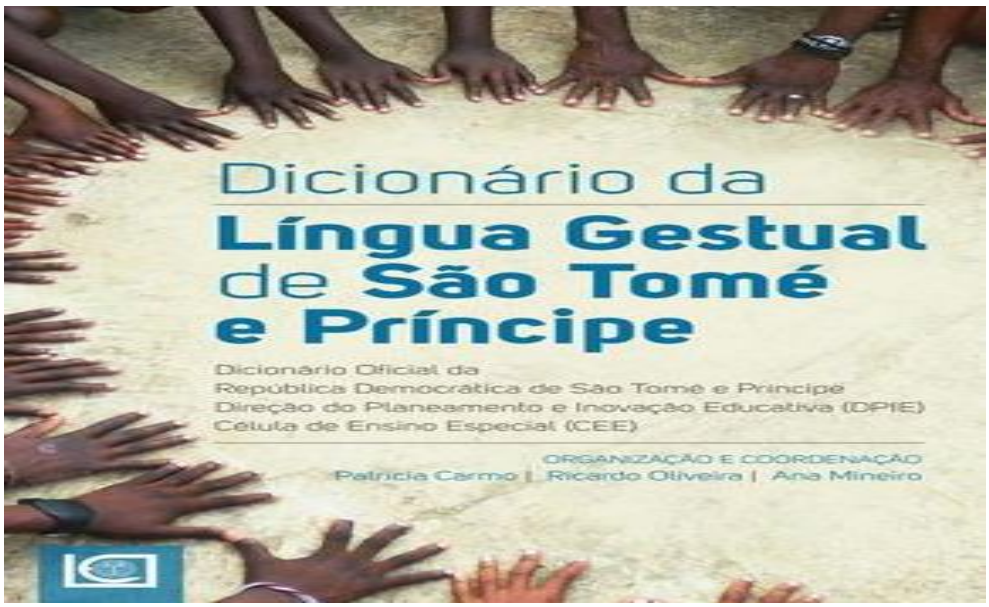
Em São Tomé e Príncipe, apesar da existência do santome (forro) como crioulo local majoritário, o kabuverdianu é mais falado pelos descendentes de Cabo Verdianos, sendo mais falado no meio familiares. O kabuverdianu é falado em comunidades emigradas, o que amplia sua relevância transnacional, enquanto o forro permanece restrito ao espaço nacional (Seibert, 2014).

Além disso, há o desafio das políticas educativas: em STP, busca-se um bilinguismo equilibrado entre as línguas crioulas e português. São Tomé e Príncipe, a ausência de políticas de valorização do kabuverdianu pode levar ao seu progressivo desaparecimento. Assim, o debate crítico revela que, embora ambos os países tenham passado por processos de crioulização semelhantes, às escolhas políticas linguísticas resultaram em destinos distintos para suas línguas crioulas. No distrito de Mo-Zochi há comunidades que falam o cabo-verdiano, residentes nas empresas agrícolas, nomeadamente Santa Margarida, Milagrosa, Monte Café e outras. Em Cantagalo residem comunidades cabo-verdianas pertencentes a empresas agrícolas, Água Izé, Claudino, Faro e outras, que falam o crioulo cabo-verdiano.(Fernandes, 2023).

e)Língua gestual de São Tomé e Principe

Embora sendo pouco divulgada e conhecida, a Língua Gestual de São Tomé e Príncipe existe e é falada pela comunidade surda. O primeiro dicionário desta língua foi publicado em 2014 e foi organizado por Patrícia Carmo, Ricardo Oliveira e Ana Mineiro com apoio da Cooperação Portuguesa. O dicionário visa “reduzir as barreiras de comunicação e contribuir para o desenvolvimento cognitivo e saúde mental dos surdos constituindo uma mais valia na otimização do processo de ensino e aprendizagem e um estímulo à socialização e integração dos mesmos no espaço escolar e social.”

Foto 1: Capa do dicionário



Fonte: Imagens da internet

Há que realçar que o ensino da língua de sinais em São Tomé e Príncipe é desenvolvido em meio projetos como “projeto Sem barreiras” e “Projeto Ergues” que apoiam tanto na atualização do dicionário, no registro de novos vocábulos bem como na promoção da língua. Em São Tomé e Príncipe, o surdo era tratado como doente e sem valor nenhum desde 1975 (ano da independência) até 2013. Os surdos não iam à escola, eram descartados, isolados e sem nenhuma educação formal. Estava sendo violado o Art.31º da Constituição da República (2002) que diz que “É garantido o direito de aprender e a liberdade de ensinar.”.

De acordo com último Census (2012), as ilhas contavam com 187 mil habitantes dos quais 5.000 destes nasceram surdos ou adquiram surdez (Palha e Mineiro, 2019). A falta de consideração pelas pessoas surdas aconteceu devido a políticas linguísticas falhas que São Tomé e Príncipe estabeleceu em 1975, ano da proclamação da independência. A Constituição (de 2002) continua pecando ao não estabelecer uma política linguística clara na constituição. Não defini sobre qual é o lugar de cada uma das línguas faladas no país. Sabe-se que o português é língua oficial, porém na constituição não está registrado em nenhum artigo.

De acordo com Mineiro e Carmo (2017), as crianças, adolescentes e jovens e adultos santomenses viviam num ambiente de isolamento social, sem convivência entre surdos antes da chegada dos projetos e associações. Cinquenta anos após a independência ainda não há políticas linguísticas claras do Estado e de Governos sobre os surdos em São Tomé e Príncipe.

De acordo com Mineiro e Carmo (2016, p.180) “A Língua Gestual de São Tomé e Príncipe surgiu a partir da criação das bases linguísticas para a emergência de uma nova língua, de modalidade gestual, para as crianças surdas e isoladas nestas duas ilhas.” A formação de professores é financiada pela Cooperação Portuguesa e coordenada pelo Instituto Marquês de Valle Flôr. A formação de professores e a educação de surdos está garantida pela Constituição no Art. 55º determina que

> **1.**A educação, como direito reconhecido a todos os cidadãos, visa a formação integral do homem e a sua participação activa na comunidade; **2.**Compete ao Estado promover a eliminação do analfabetismo e a educação permanente, de acordo com o Sistema

> Nacional de Ensino; **3**.O Estado assegura o ensino básico obrigatório e gratuito; **4**.O Estado promove gradualmente a igual possibilidade de acesso aos demais graus de ensino; **5**.É permitido o ensino através de Instituições particulares, nos termos da lei. (CRSTP, 2002).

Respeitar à Constituição e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945) é fundamental em qualquer nação. Por isso seria importante que o Estado e o governo estabelecessem políticas linguísticos que possam proteger as línguas africanas faladas em São Tomé e Príncipe sem exceção. São línguas que carregam a história e as culturas dos povos africanos.

f)Línguas Estrangeiras faladas em São Tomé e Príncipe

Ao priorizar o francês e o inglês, as políticas linguísticas acabam reforçando uma hierarquia que coloca as línguas locais numa posição de fragilidade e, muitas vezes, de invisibilidade. Esse modelo produz efeitos claros: as línguas crioulas tornam-se menos transmitidas, menos usadas em contextos formais e menos reconhecidas institucionalmente, o que contribui para aquilo que o texto aponta como o *aborto das línguas crioulas*. Esse "aborto" não se trata apenas do desaparecimento linguístico, mas de um processo profundo de desvalorização simbólica, que afeta a própria forma como as pessoas percebem o seu patrimônio cultural.

Ao mesmo tempo, não se pode negar que o incentivo ao aprendizado de francês e inglês possui aspectos positivos. Num mundo globalizado, essas línguas abrem portas, ampliam oportunidades académicas, profissionais e diplomáticas, conectam o país ao turismo, à cooperação internacional e a redes de conhecimento. Há, portanto, um lado que atende a demandas contemporâneas e que pode fortalecer o posicionamento internacional de São Tomé e Príncipe.

No entanto, os aspetos negativos tornam-se mais visíveis quando se observa que esse processo ocorre sem um equilíbrio adequado. A ausência de políticas que fortaleçam o uso, o ensino e a valorização das línguas crioulas cria um fosso linguístico, em que o que é local passa a ser considerado menos "útil" ou menos relevante. A situação atual das línguas mostra justamente essa tensão: de um lado, a pressão das línguas estrangeiras como símbolo de progresso; de outro, a resistência das línguas crioulas que tentam sobreviver num espaço cada vez mais estreito.

5.3.O uso das línguas em São Tomé e Príncipe

A paisagem linguística de São Tomé e Príncipe é marcada pela convivência entre o português, língua oficial e os crioulos, como o Forro, Angolar e Lunguié. Essa diversidade reflete tanto a herança colonial quanto os desafios contemporâneos de preservação cultural e inclusão linguística (IILP/CPLP,2024).

O Português é a língua oficial de STP e exerce forte presença institucional, nas esferas administrativas, educacionais e mediáticas. Cerca de 50% da população o utiliza como a língua materna, enquanto 98.4 % o empregam como a primeira ou segunda língua. Além disso, existe uma variedade local, chamada português de São Tomé e Príncipe (PSTP), que apresenta traços fonológicos próprios, como a fusão dos róticos.

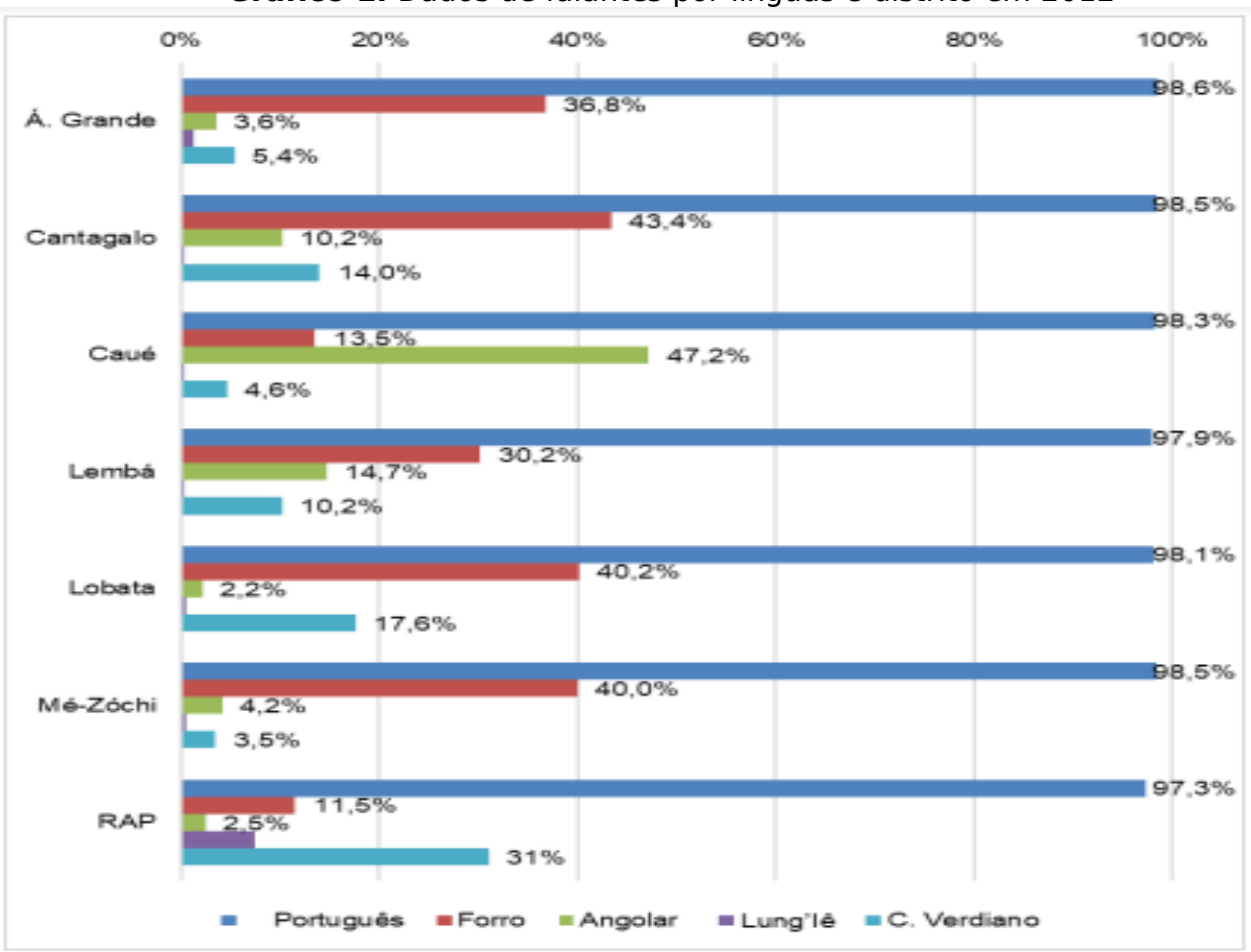
Essa variedade resulta da interação entre o português e as línguas locais, revelando um processo de adaptação linguística. Apesar de não possuírem status oficial, as línguas locais de STP desempenham funções sociais relevantes.

O Forro é falado por cerca de 36,2% da população, sendo a língua materna predominante na Ilha de São Tomé. Já o Angolar é utilizado por cerca de 6,6%, especialmente em comunidades do sul da ilha (Ethnologue, 2023) e o Lunguié, por sua vez, encontra-se em risco de extinção, com uso residual.

Essas línguas são fundamentais para identidade étnica e a comunicação cotidiana, mas enfrentam marginalização institucionais. A ausência de políticas públicas voltadas à valorização e ensino de crioulos contribui para o seu apagamento. O Francês e Inglês são ensinadas nas escolas e utilizados em contextos diplomáticos e turísticos. No entanto seu uso cotidiano é restrito, configurando um cenário de bilinguismo assimétrico, onde o português domina os espaços formais e os crioulos sobrevivem em ambientes informais e familiares.

Com base nas considerações anteriores, a paisagem linguística de São Tomé e Príncipe revela tensões entre a oficialidade e a resistência cultural. A valorização dos crioulos, exige políticas linguísticas inclusivas, que reconhecem seu papel na construção da identidade nacional e promovam sua preservação. O reconhecimento institucional dessas línguas pode ser um passo decisivo para a democratização do espaço linguístico santomense. Para concluir esta parte é importante apontar que a distribuição das línguas africanas em STP não é uniforme. O gráfico a seguir, construído com base nos dados do Relatório do Recenseamento Geral da População São-Tomense de 2012, ilustra esse fenômeno que em muitos momentos se liga à fatores históricos:

Gráfico 1: Dados de falantes por línguas e distrito em 2012



Fonte: Fernandes (2023, p. 26)

Este gráfico mostra a hegemonia do português com relação às restantes línguas de origem africana. Este fenômeno só se encontra neste estágio devido às políticas linguísticas estabelecidas pelo Estado e pelos Governos ao longo do período pós-independência. Nada mais é a manifestação do poder da ideologia implementada pelo sistema colonial. Estamos cientes com a ideia de que a culpa do pouco avanço das línguas africanas já não é do colonizador. Falta-nos um trabalho sério e contundente com relação às políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) defende que "todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, com as diversas capacidades relativas a todos os domínios de uso da língua habituais, bem como o melhor conhecimento possível de qualquer outra língua que desejem aprender" (Art.26º). Mas também "todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros o conhecimento das línguas ligadas à sua própria tradição cultural, tais como as línguas literárias ou sagradas, usadas antigamente como línguas habituais da sua comunidade. (Art.27º). Como se pode observar, respeitar as identidades linguísticas dos povos é respeitar a dignidade humana porque é com a língua que a comunidade linguística interpreta e compreende o mundo.

A tendência das línguas que recebem pouco estímulo do Estado são-tomense é de desaparecer ao longo do tempo. Vários estudos como os de Cristal (2000), George (2020) ou ainda Friedrich (1957) são unânimes em alertar sobre a necessidade de estabelecimento de um planejamento linguístico que inclua o ensino. Uma língua quando não é ensinada para as novas gerações não resiste no tempo e no espaço porque são os falantes que a tornam viva. Para 'matar' uma língua natural é simples: basta não ensinar para as novas gerações. É exatamente esta atitude que afeta vários países do mundo, especialmente na África lusófona. Crystal (2000) diz que o processo da globalização é um dos principais fatores porque há línguas mais preferidas (as línguas estrangeiras modernas) do que outras.

Para Crystal o número de falantes de uma língua pode ser seriamente reduzido, em primeiro lugar, por causas naturais catastróficas, às questões de assimilação cultural ou ainda por ideologias de superioridade/inferioridade linguística. Embora seja praticamente impossível obter números precisos, é evidente que pequenas comunidades em áreas isoladas podem ser facilmente dizimadas ou aniquiladas por terremotos, furacões, tsunamis, inundações, erupções vulcânicas e outros cataclismos. Crystal (2000) e George (2020) concluem nas suas pesquisas que não existe uma única causa da morte de uma língua. Trata-se de um encadeamento de fatores que culminam com a morte ou extinção e cabe aos Sociolinguistas estudar, apresentar propostas aos políticos para que haja uma tomada de atitude acertada em favor das línguas.

Conclusão

A análise da realidade sociolinguística de São Tomé e Príncipe evidencia um quadro marcado por tensões históricas, políticas e culturais que moldaram profundamente o destino das línguas nacionais. O arquipélago, situado estrategicamente no Golfo da Guiné, tornou-se palco de intensos contatos linguísticos desde o período colonial, resultando na formação de crioulos de base portuguesa que hoje constituem parte essencial do patrimônio imaterial santomense. Contudo, a hegemonia do português, consolidada como língua

oficial e de prestígio, produziu um cenário de assimetria, em que as línguas autóctones permanecem marginalizadas e ameaçadas de obsolescência.

Os dados demográficos recentes, que revelam crescimento populacional e fluxos migratórios significativos, reforçam os desafios da transmissão intergeracional das línguas nacionais. O santomé (forro), apesar de sua vitalidade social e cultural, continua silenciado nas esferas institucionais; o lung'le, restrito à Ilha do Príncipe, enfrenta risco extremo de desaparecimento; e o angolar, embora preserve forte identidade comunitária, carece de políticas efetivas de valorização. O kabuverdianu, por sua vez, ilustra a complexidade da ecologia linguística, ao manter-se vivo em comunidades específicas, mas igualmente vulnerável à pressão do português e das línguas estrangeiras.

Nesse contexto, o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de STP (ALUSTP) representa um marco importante, ao estabelecer normas gráficas e possibilitar iniciativas de ensino, sobretudo do lung'le. Ainda assim, a ausência de políticas linguísticas sistemáticas e inclusivas limita o alcance dessas medidas, perpetuando a diglossia e a hierarquia linguística herdada do colonialismo. A valorização do português como língua de status, reforçada pelas elites e pela escolarização, contrasta com a invisibilidade das línguas crioulas, que carregam memórias de resistência e identidade.

Portanto, a conclusão que se impõe é a necessidade urgente de políticas linguísticas robustas, capazes de equilibrar unidade nacional e diversidade cultural. Preservar e revitalizar as línguas crioulas não deve ser visto como ameaça, mas como oportunidade de fortalecer a identidade santomense e garantir que vozes historicamente silenciadas sejam reconhecidas e transmitidas às futuras gerações.

O futuro linguístico de São Tomé e Príncipe dependerá da capacidade de transformar o reconhecimento simbólico em práticas efetivas de ensino, documentação e valorização, construindo um projeto de nação que honre sua pluralidade e assegure dignidade às línguas que constituem sua história. A organização do Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas é um ponto positivo, mas isso por si só não basta. É preciso que se fomente a educação bilíngue para que as línguas africanas de São Tomé e Príncipe sejam ensinadas. O Recenseamento Geral da População realizado em 2012 não apresenta dados sobre as línguas. Desta forma não tem como saber se os falantes das línguas africanas estão aumentando ou reduzindo, não tem como saber quantos são tomenses falam as línguas africanas. Seria necessário reformular o questionário de recolha de dados para integrar as realidades sociolinguísticas do país.

Referências

AGOSTINHO, A. L. dos S. *Fonologia e método pedagógico do lung'Ie*. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGOSTINHO, A. L. dos S.; BANDEIRA, M. "Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada". *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 31, p. 209–229, 2017.

AGOSTINHO, A. L. et al. "O lung'Ie na educação escolar de São Tomé e Príncipe". *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 55, n. 3, p. 591–618, 2016.

ARAÚJO, G. *Políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Humanitas, 2020.

ARAÚJO, G.; AGOSTINHO, A. L. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, n. 26, p. 49–81, 2010.

BALDUINO, A. M. *Fonologia do português de São Tomé e Príncipe.* Versão corrigida. 2022. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
BALDUINO, A. P. *Políticas educacionais e instabilidade governamental em São Tomé e Príncipe.* Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025.
BALDUINO, A. P. *Políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe:* entre o prestígio do português e a marginalização das línguas autóctones. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.
BÁNDEIRA, M. *Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2017.
BOUCHARD, M. *Language prestige and creole marginalization in São Tomé and Príncipe.* Lisboa: Colibri, 2019.
CARMO, P.; OLIVEIRA, R.; MINEIRO, A. *Dicionário da língua gestual de São Tomé e Príncipe.* São Tomé: Universidade Católica, 2014.
CEITA, M. N. *Ensaio para uma reconstrução histórico-antropológica dos angolares de S. Tomé.* Lisboa: CEA/ISCTE, 1991.
CRYSTAL, D. Language death. Cambridge: CUP, 2000. Disponível em: < https://textos.pucp.edu.pe/pdf/287.pdf>. Acesso em 26 fev.2026.
ETHNOLOGUE. Ethnologue: *Languages of the World. 26.* ed. Dallas: SIL International, 2023. Disponível em: https://www.ethnologue.com. Acesso em: 4 dez. 2025.
FERNANDES, E. do N. P. *Dificuldades do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no 1º e 2º ciclos do ensino básico em São Tomé e Príncipe: um estudo de caso.* 2023. 312f. Tese. Universidade de Évora, Instituto de Investigação e formação Avançada. Évora, 2023.
FERRAZ, L. I. *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.
FRIEDRICH, J. *Extinct languages*. New York: Philosophical Library, 1957. Disponível em:<https://monoskop.org/images/7/7d/Friedrich_Johannes_Extinct_Languages.pdf>. Acesso em: 13 fev.2026.
GEORGE, C. H. H*ow dead languages work.* Oxford: OUP, 2020.Disponivel em: < https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9780192594136_A39510992/preview-9780192594136_A39510992.pdf>. Acesso 12 fev.2026.
HAGEMEIJER, T. "As línguas de São Tomé e Príncipe". *Revista de Crioulos*, Porto Alegre-RS, vol. 1, n. 1, p. 1–27, 2009.
HLIBOWICKA-WĘGLARZ, B. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné. *Romanica Cracoviensia*, Cracovia, vol. 11, p. 177-185, 2011.
IILP; CPLP. *Relatório sobre políticas linguísticas na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2024.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Censo da população e habitação de São Tomé e Príncipe 2012*. São Tomé: INE, 2012.
MAURER, P. *Lung'Ie*. Londres: Battlebridge Publications, 2009.
MINEIRO, A., & CARMO, P. Língua Gestual de São Tomé e Príncipe: retrato dos primeiros gestos. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, *11*, p.161–182, 2017.
MINEIRO, A.; CARMO, P. Língua Gestual de São Tomé e Príncipe: retrato dos primeiros gestos. *Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto,* Vol. 11, p.161-182, 2016.

ORLANDI, E. P. Processos de descolonização linguística. In: GALVES, C. et al. (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
PALHA, S., & MINEIRO, A. Ensino de português a surdos em São Tomé e Príncipe: de um paradigma de exclusão até à inclusão. *Revista Educação Especial*, vol.*32*, e93, p. 1–13, 2019.
SÃO TOME E PRINCIPE. *Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Assembleia da República, 2002.
SEIBERT, G. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. *Revista Afro-Ásia,* n. 49, p. 41-70, 2014.
SEIBERT, G. *Os angolares da ilha de São Tomé:* náufragos, autóctones ou quilombolas? *Revista Textos de História*, Brasília, vol. 12, n. 1/2, p. 43-56, 2004.
SEIBERT, G. *São Tomé e Príncipe:* história, sociedade e cultura. Lisboa: Vega, 2012.
UNESCO.Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona: Unesco, 1996.

CAPITULO 18

Políticas linguísticas na Guiné-Bissau: o status das línguas faladas no território guineense

Pedro Djedjo
Almirante Fernando Ié
Inácio Sanhá Na Fina
Belo Nanque
Alexandre António Timbane

Introdução

A Guiné-Bissau é um país que sofreu a colonização portuguesa durante cinco séculos. Situado na costa Ocidental do continente africano, o país faz divisa ao Norte pela República de Senegal, Leste e Sul pela República da Guiné-Conacri, somando uma área de 36.125 km^2 com uma população estimada de aproximadamente dois milhões de habitantes (World Bank, 2025). Apesar da pouca extensão territorial, o país apresenta um mosaico etnolinguístico. Independente há meio século, isto é, desde 1973, a Guiné-Bissau tornou-se desta forma no primeiro país africano independente da ex-colónia portuguesa, mas que até então, não consolidou a sua autonomia linguística do ponto de vista das políticas linguísticas educacionais.

Nos territórios africanos, na maioria dos países colonizados pelos europeus, as línguas africanas foram deixadas de lado, não tendo assim o mesmo tratamento com as línguas europeias adotadas. Conforme justificam (Tamba; Timbane, 2024, p.3), “observa-se que as línguas africanas perdem o seu espaço devido ao poder das línguas europeias, uma vez que são línguas oficiais; os africanos já não valorizam as suas línguas locais porque elas não possuem estatuto privilegiado perante o poder; [...].” No caso da Guiné-Bissau, ainda vigora o mesmo cenário linguístico onde o português é única língua com *status* oficial, deixando de lado dezenas de outras línguas locais, bem como do guineense, a língua falada pela maioria da população. De fato, é preocupante em um contexto onde a maior parte da população é, predominantemente, falante das línguas africanas. Para Embaló (2008, p. 102),

> nem o português e nem o kriol (guineense) são línguas maternas da maioria dos guineenses. Com efeito, as línguas africanas (pertencendo à família das línguas nígero-congolesas) são a primeira língua das diferentes comunidades, através das quais se transmitem os conhecimentos ancestrais, as tradições e a identidade comunitária.

Em concordância com Mané (2025, p. 19) um dos maiores problemas do sistema educativo guineense é a questão da língua de ensino, ou seja, a realidade linguística e cultural dos alunos não é devidamente respeitada’. Diante disso, nos propomos desenvolver uma pesquisa no tocante da política linguística na Guiné-Bissau. Considerando que a Guiné-Bissau é um país que tem várias línguas africanas, se questiona qual é o status das línguas faladas na Guiné-Bissau? Em seguida, avança-se com as hipóteses: na Guiné-Bissau, existe uma única língua no ensino e na administração. Há línguas estigmatizadas no território guineense. Algumas línguas encontram-se em perigo de extinção.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o status das línguas faladas no território guineense. Especificamente, a pesquisa visa a) descrever a situação sociolinguística no território guineense; b) compreender as políticas linguísticas na Guiné-Bissau; c) identificar as línguas predominantes em cada região do país. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

1.A situação linguística da Guiné-Bissau

No território guineense, existem várias línguas africanas divididas em grupos e subgrupos, embora há uma divergência entre os linguistas sobre as línguas existentes nesse território. Conforme Couto (1994, p. 51), a comunidade de fala guineense é multilíngue e extremamente complexa onde convivem cerca de 15 línguas nativas, além do crioulo e português. Para Augel (2007, p. 76), apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos. Por fim, Couto e Embalo (2010, p. 28), atualmente, são faladas cerca de 20 línguas autóctones, muitas delas pertencentes a famílias diferentes.

Apesar desse variado número de línguas, acredita-se que existam cerca de 30 línguas. A ausência de um número exato se justifica pelo fato de não haver recenseamentos (do INE-GB) exaustivos que contam as línguas guineenses para além da inexistência de estudos descritivos sobre as mesmas. É provável que existam línguas que estão severamente em perigo de extinção. Ninguém dirá o contrário a esta ideia porque não existem estudos sobre a situação das línguas faladas pelo povo guineense.

De acordo com Mendes (2019, p. 49), na Guiné-Bissau há línguas com menor número de falantes como, por exemplo, Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhus, Casangas, Canhagui, Combianas (Coboianas), Jacancas, Jalofos ou Wolof, Landumãs, Padjadincas ou Badjarancas, Sabacolés ou Soninkés, Sereres ou Nhomincas, Sosos ou Jaloncas, Tandas, Timenés o que é perigoso no nosso entender se a língua é meio de expressão da cultura e de tradições. Em outras palavras, há culturas em perigo na Guiné-Bissau, culpa das políticas linguísticas falhas estabelecidas pelos políticos guineenses desde 1973. É urgente o "estabelecimento" de uma política linguística inclusiva que acolha as línguas nacionais e transfronteiriças, pois cada comunidade de fala tem sua História, sua cultura e experiências de vida diferentes que só podem ser manifestas em suas línguas, o que faz com que a sua perda seja fatal e desaparecimento de identidades (Amaral, 2020).

Ki-Zerbo (2006) critica a não utilização das línguas africanas na educação. Ele questiona a falsa ideia de que a educação formal só pode ser feita em línguas europeias. As consequências dessa tomada de atitude se observam pelo fraco domínio dessas línguas europeias por parte de professores e dos alunos. Ki-Zerbo diz o seguinte: "não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, como objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total." (p.52). A ideologia colonial na África lusófona sempre colocou em xeque o valor das línguas locais. Não é por acaso que essas línguas

locais eram chamadas de “dialetos”, “línguas incapazes” faladas por povos “selvagens” sem cultura. Podemos levantar a seguinte pergunta: os africanos ainda continuam “selvagens” 50 anos após as independências? As línguas africanas continuam sendo “incapazes” de ser meios de ensino?

As perguntas não precisam de respostas. São perguntas retóricas. Nisto, percebe-se a necessidade de criação de projetos de revitalização de línguas assim como a implementação de educação bilíngue para que as línguas guineenses (incluindo as de sinais) possam ganhar espaço merecido, porque mesmo com a independência política ainda falta a proclamação da independência linguística. Não é possível que 50 anos após a independência, a língua guineense não seja língua oficial do país, uma vez que é a língua franca e de contato entre guineenses de diferentes etnias.

Até quando será alcançada a independência linguística, isto é, a oficialização das línguas da Guiné-Bissau para que haja sucesso no ensino formal? Não estamos contra, nem condenamos o uso da língua portuguesa no ensino formal, nem na administração pública, mas o que propomos aqui, é a elevação de *status* de oficialidade das línguas guineenses, principalmente, o guineense também conhecida como “língua da unidade nacional”.

A política linguística educacional da Guiné-Bissau apresenta um desafio emergente, um assunto que tem levantado questionamentos no seio da sociedade guineense no qual o ensino formal é exclusivamente em língua portuguesa, mesmo sendo falada pela minoria da população. De acordo com Embaló (2008, p. 101), a língua portuguesa tem uma insignificante percentagem da população, não é a língua de comunicação nacional, na medida em que 13% da população guineense a fala, incluindo os que a têm como a língua segunda, terceira ou até mesmo quarta. Com isso, pode-se afirmar que o ensino exclusivo em português na Guiné-Bissau é uma das causas do insucesso escolar.

É preocupante falar do lugar que as línguas locais ocupam em detrimento do português, a única oficial do país entre as mais de duas dezenas faladas no território guineense. Nisso, se questiona também o papel dos legisladores, aqueles que respondem em nome do povo se de fato se interessam pelas questões linguísticas do país. Para Timbane (2023, p.14) “quem deveria mandar na língua deveria ser a comunidade de fala, assim como deveria indicar os caminhos para uma política de língua.” A Guiné-Bissau apresenta um cenário linguístico à parte, porque além do português e o guineense, a língua franca ou veicular do país, há cerca de mais de duas dezenas de línguas étnicas de origem africana, além do olof, do francês e do inglês que têm *status* de línguas estrangeiras.

Nesta ordem de ideias, Rodrigues (2005) questiona aos Estados das ex-colónias de Portugal que nos últimos 500 anos foram obrigadas a usar a língua do colonizador de forma extremamente violenta, mas mesmo com as independências, ainda continuam desprezando as línguas locais. Considerando isso, pode-se dizer que a Guiné-Bissau ainda não alcançou a sua independência linguística. As principais línguas étnicas, conforme Couto e Embaló (2010, p. 28-29), são as seguintes com uma percentagem aproximada do número de falantes:

Tabela 1: Estimativa dos falantes das línguas étnicas

Etnias	Falantes	Percentagem
Fula	243 130	20,4%
Balanta	367 000	30,5%
Mandinga	154 200	12,9%
Manjago	170 230	14,9%
Papel	125 550	10,4%
Felupe	22 000	1,8%
Beafada	41 420	3,4%
Bijagó	27 575	2,3%
Mancanha	40 855	3,4%
Nalu	8 50	0,6%

Fonte: Couto e Embaló (2010, p. 29)

Silenciar estas línguas é ao mesmo tempo violentar os membros da comunidade que a fala. Fazer de contas que elas não existem é uma autêntica violação dos direitos linguísticos. Artigo 8.º da Declaração Universal do Direitos Linguísticos (1996) diz que: "todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais." Os políticos guineenses conhecem os artigos desta declaração, porém todos ainda sofrem da ideologia colonial seguindo a qual, as línguas do colonizador são as mais importantes que as suas próprias línguas, dos seus antepassados. A declaração diz que "todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informático ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria (Art.17º). Infelizmente a valorização das línguas africanas é ignorada pelos políticos guineenses incluindo as línguas de sinais.

Neste momento não se sabe o número exato dos falantes destas línguas porque os dados sobre as línguas ainda não são coletados. Se os Censos fossem exaustivos seria possível obter informações mais próximos da realidade sociolinguística e isso possibilitaria o estabelecimento de políticas que protejam as mesmas. O quadro apresentado apresenta dados de Couto e Embaló (2010). A mudança de atitude se mostra importante para que as línguas da Guiné-Bissau tenham o devido respeito e lugar que jamais lhes deveria ter sido retirado. As línguas são expressões de identidade, da afirmação da guineesidade e da humanidade. O silenciamento de uma língua é a aniquilação de identidades.

A constituição é a carta mais importante de um país. Nenhum artigo da Constituição fala sobre as línguas e o espaço em que elas devem ocupar. Incluir a oficialidade das línguas da Guiné-Bissau na constituição seria importante para que elas sejam utilizadas em todos os espaços da sociedade. A criação de vários dicionários e gramáticas imprensas será feita quando as línguas ganharem o novo status.

2.Planejamento Linguístico

De acordo com Couto e Embaló (2010), a Guiné-Bissau adotou a língua portuguesa como a língua oficial desde a data da independência em 1973. A proclamação da independência foi anunciada e lida na língua portuguesa. Desde então, a língua portuguesa permanece como a única língua oficial, língua do ensino, de trabalho oficial (documentos legais), de atuação formal e institucional. A Guiné-Bissau, depois da proclamação da independência, adotou o sistema administrativa colonial, nesse caso, aceitou as leis que regulamentavam administração pública portuguesa.

A oficialização do português como a única língua oficial imita exatamente o que a ideologia colonial determinava na política linguística das províncias ultramarinas. Esse apagamento das línguas locais prejudicou o desenvolvimento e a educação nessas línguas. O apagamento das línguas locais é uma política que prejudica as culturas e as identidades dos povos. Uma língua não é apenas meio de comunicação, mas também traços da percepção do mundo e a interpretação dos fenômenos da sociedade.

Lembrando que no momento da luta da libertação nacional, Amílcar Cabral tinha apontado a relevância dessa língua, uma posição de referência com relação ao uso da língua portuguesa no território guineense. De acordo com Siga (2022, p. 3) “Amílcar Cabral assume o português como um património nacional, um instrumento de comunicação que pertence aos seus falantes.” A partir desse enaltecimento da fala de Cabral contribuiu bastante na oficialização da língua portuguesa na sociedade que decerto caracterizada de multilíngue em que o português continua a imperar como a única língua oficial. E evidentemente que a nação guineense adotou tudo que era a política linguística da colonização portuguesa, isso permitiu a manutenção dessa língua como oficial. Siga (2022, p. 18) demonstrou que

> por razões históricas, o país apenas seguiu com a mesma política linguística adotada aquando da luta de libertação nacional, ou melhor, desde a instalação da administração colonial, na qual o português mantém-se automaticamente como Língua Oficial. E tudo aconteceu justamente no próprio momento da leitura do texto da proclamação da independência nacional que estava escrito e lido em Língua Portuguesa, na voz de “João Bernardo Vieira (Nino), 4º membro do Conselho Superior da Luta, Composição da Direção do Partido eleita no 2.º congresso de 18 a 22 de julho de 1973”, conforme (PAIGC – BO, 1973, n.º 3/18 de janeiro, p. 22).

Entretanto, em 2007 foi aprovado o decreto lei nº7 da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau que visa reforçar algumas medidas obrigatórias com relação ao uso da língua portuguesa no território guineense sobretudo nos departamentos do Estado. No quadro dessa lei de acordo com o boletim oficial publicado em (2007, p. 1) “Lei nº 7/2007, regula a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos departamentos do Estado e nos meios de comunicação social audiovisual públicos e privados”. Esse documento acaba por reforçar a prática da língua portuguesa nos aparelhos de Estado da Guiné-Bissau.

Um outro olhar sobre esse decreto veio reforçar aquilo que foi o compromisso do governo do Estado de CPLP no momento da criação dessa comunidade que na altura enfatizava a promoção e divulgação da língua portuguesa nos espaços lusófonos. Essa lei de certo modo, coloca a obrigatoriedade do seu uso em todos os departamentos do Estado da GB. Com isso, nesse decreto lei, aplicou também algumas medidas em caso de violência ou desacato dessa lei nas instituições de Estado e privado no país. Lembrando que também no ensino aprendizagem, isto é, na fase de todos os níveis da escolaridade é obrigatória falar e ensinar nessa língua. Ora isto, como sabe-se que a Guiné-Bissau é um país multilíngue, ou seja, existe uma convivência da diversidade linguística. De acordo com Baldé (2013, p.14) demonstra que

> A Guiné Bissau alberga no seu território mais de vinte etnias, cada uma com a sua língua. Estas são designadas de línguas étnicas ou

> línguas nacionais. Além destas, tem como língua veicular, um crioulo de base lexical portuguesa e elegeu como Língua Oficial o português. Deste modo, formando um autêntico mosaico étnicocultural, onde convivem todas essas línguas, culturas e dialectos dos povos africanos (Baldé, 2013, p.14).

Nessa base, no território guineense existe uma língua com maior número dos falantes, refere-se o guineense que ocupa a posição da língua materna da maioria do povo guineense. (Augel, 2007). Além disso, essa língua é considerada como língua da unidade nacional, visto que os diferentes grupos e subgrupos étnicos falam essa língua. Entretanto, nessa configuração é considerado de uma língua veicular na sociedade guineense por ter sido esse fator de união dos diferentes falantes das outras línguas.

Conforme Timbane e Manuel (2018, p.109) a língua guineense “é falada por mais de 44,31% que é a língua de maior expressividade para a maioria da população localizada geograficamente nas áreas urbanas e suburbanas”. A razão principal se prende com o fato de que é nas zonas urbanas onde se localizam populações provenientes de diversas etnias e ao invés de aprender português, as pessoas preferem o guineense. A língua guineense é uma língua franca, sem identidade étnica porém pertencente a todo o povo e configura como língua da unidade nacional.

Conclui-se que o planejamento linguístico da Guiné-Bissau fortalece o guineense como língua franca, fortalece a língua guineense como língua da unidade nacional. Observa-se que o português pelos guineenses não é igual com o que é falado em Português. Isso causa problemas nas escolas e fomenta o preconceito linguístico.

3.Debate crítico das políticas linguísticas na Guiné-Bissau: situação atual e tendência do destino das línguas.

A secção desta parte do trabalho discute a questão do modelo da educação bilíngue na Guiné-Bissau centrada no ensino-aprendizagem como fator de inclusão social, exigindo que o guineense e as línguas autóctones deveriam merecer a oficialização para respeitar a cultura dos alunos nos espaços ditos formais. Isto é, não admitir um sistema de ensino apenas numa língua que não é da maioria da população guineense. Em outras palavras, que essas línguas maternas dos alunos tenham o mesmo status com o português para que sejam utilizadas nos contextos formais sem limitações.

Conforme Mello (2010, p.120), “a própria expressão educação bilíngue tem sido usada de maneira abrangente para caracterizar diferentes formas de ensino nas quais os alunos recebem instrução.” Assim, compreende-se que, essa maneira distinta que os alunos devem receber explicação nas suas línguas maternas sem desrespeitar outro modelo de ensino, traz o sucesso para eles e os levam a não terem várias repetências nas disciplinas curriculares o que provoca fracasso escolar como acontece frequentemente no país. Por conta disso, percebe-se com a presença dessas línguas no sistema escolar, permite os alunos comunicarem com mais habilidades e não terem complexidade de participar nas aulas.

Para isso, é necessário questionar por que os guineenses devem falar apenas o português no ensino-aprendizagem? Outra questão, pelo fato dessas línguas não terem sido providas de gramática e dicionário impresso até o momento, isso que faz com que não podem ser usadas na escola? Se for assim, é um engano para o povo que as falam, porque isso não corresponde à verdade.

Segundo Proença (2023, p.210) “Esse aparato descritivo é, de fato, importante, sobretudo para a adoção dessas línguas na escola, contudo, qualquer língua sem essas ferramentas – agrafa que seja – tem potencial semiótica para produzir sentidos de qualquer natureza.”

Perante essa visão, entende-se que mesmo se essas línguas não tiverem ainda condições para reunirem os instrumentos legitimadores que são importantes para o ensino delas como argumentou o Proença, mas isso não as impedem significar alguma coisa no sector educativo. Dessa forma, nota-se que a política linguística imposta pelos portugueses que os guineenses adotaram, atribui apenas status para as línguas que possuem esta descrição formal, fato que originou a negação de adoção dessas línguas locais no ensino mencionado formal até aos dias atuais.

Por meio disso, a ideia de que a língua portuguesa é a única que deveria assumir o papel de todas as línguas do povo na educação escolar guineense, desautoriza a aceitação do ensino dessas línguas proibidas nos espaços vantajosos há muitos anos. Diante disso, é de suma importância desacreditar nessa ideologia inibidora do pensamento para que essas línguas sejam adotadas no campo científico.

Com base nessas informações, compreende-se que ter um modelo de caráter bilíngue num país multilíngue como a Guiné-Bissau, é de fato, valorizar conhecimentos básicos que os alunos trazem de casa nas suas próprias línguas maternas e isso traz o sucesso nos componentes curriculares. Dito isso porque, a maioria desses alunos não têm domínio no português que é a única língua oficial no país até então, algo que os levam a ter dificuldades em apreender os conteúdos que são ministrados na língua que desconhecem nos primeiros momentos da escolaridade.

As tendências atuais são do aumento do número de falantes da língua portuguesa pelo fato de ser língua oficial, língua da educação e de trabalho formal. Sendo assim, nas próximas décadas, a quantidade de guineenses falantes de portugues aumentará assim como o seu prestígio social. Por outro lado, a língua guineense continuará sendo a língua de unidade nacional entre guineenses assim como das práticas culturais. O uso de guineense se relaciona com a resistência contra a opressão, porém é necessário que seja descrita e que seja oficializada para atender espaços mais plenos dos guineenses.

O português guineense existe, queiramos ou não. Está na fala e na escrita dos guineeses na comunicação cotidiana. Na Guiné-Bissau não se fala como em Portugal. Há marcas e características bem peculiares da variedade que não devem ser desprezadas porque toda a língua varia. A afirmação da variedade guineense de português poderá contribuir para o combate do preconceito linguístico que ainda prejudica e reduz a autoestima dos guineenses. Se a língua é uma construção social, então todas as manifestações das variedades são legítimas e deve ser respeitadas.

3.1.Adotar o guineense e línguas autóctones como línguas oficiais e línguas de ensino

Esta subseção pode ser vista como desafiadora. Muitos acham que é impossível oficializar as línguas locais. Na África tem vários países que oficializaram as línguas locais. A Etiópia, por exemplo, oficializou as línguas afar, amharic, afaan oroomo e tigrinya. O Zimbabwe oficializou as línguas chewa, chibarwe, kalanga, shangani, ndau, sotho, tonga, tswana, venda e xhosa. Já a África do Sul, oficializou as seguintes línguas: afrikaans, ndebele, pedi, sotho, swazi, tsonga, tswana, venda, xhosa, zulu e a língua de sinais.

Quando um país se propõe a oficializar várias, não significa que todas devam ser ensinadas de uma só vez para os mesmos indivíduos. Oficializar significa dar oportunidade para que elas sejam utilizadas de forma plena pelo menos nos espaços onde essas línguas são faladas. Por exemplo, se oficializássemos as línguas africanas faladas não Guiné-Bissau teríamos a oportunidade de revitalizar e permitir que elas sejam ensinadas nas províncias ou distritos onde são faladas.

Outro aspecto importante a observar é a educação formal que é feita unicamente em português. O português é ensinado como segunda língua para a grande maioria dos alunos guineenses. Quer dizer que a grande maioria dos alunos chega à escola já sabendo uma língua da Guiné-Bissau. Essa situação contribuiu para o contato linguístico e que muitas vezes contribui para a formação da variedade. Os professores nasceram e cresceram em contextos multilíngues e certamente falam o português tal como os alunos. Em muitos momentos, os professores não reconhecem construções sintáticas do português guineense como corretas. Alguns professores ainda obrigam que seus alunos falem como portugueses, o que em sociolinguístico é considerado como preconceito linguístico. Não é em Portugal onde se fala bem português. Todas as variedades são legítimas e importantes para as comunidades que as falam.

Já a língua guineense é ensinada por iniciativas não governamentais (isoladas) como é o caso da experiência da Escola de Padre Scantamburlo, na ilha de Bubaque, onde foi adotado o ensino bilíngue (língua guineense e língua portuguesa). Esta experiência surtiu efeitos positivos no primeiro ciclo do ensino básico, pois os resultados do exame nacional realizado em 2012 demonstraram-se satisfatórios e a referida escola obteve o melhor resultado a nível nacional (Albuquerque e Siga, 2023).

Essa prova baseada em educação bilíngue já foi aplicada na Guiné-Bissau e demonstrou bons resultados em todo país. Nesse sentido, para que essa realidade se concretize em nível nacional, depende muito de decisão política que passa necessariamente pela vontade política em produzir documentos oficiais (a exemplo de decreto) que permite a implementação de educação bilíngue em contexto da educação escolar guineense. Com base no que foi apresentado, interessa insistir na resposta que favorece os alunos que sofrem por obrigação aprender apenas o português sem que haja transição de uma língua materna que seja diferente da oficial.

Políticos sem autoestima jamais poderão valorizar as suas línguas, as línguas dos seus pais, avós ou ainda bisavós. Políticos sem autoestima linguística jamais colocarão em evidência as línguas faladas nas suas famílias. Sempre vão procurar argumentos que não se baseiam em evidências científicas. Nenhuma língua falada na Guiné-Bissau é incapaz de transmitir o conhecimento científico, aliás, nenhuma língua natural foi criada para atender apenas a ciência.Isso significa que em caso de impasses terminológicos, os falantes podem fazer empréstimos lexicais ou mesmo criar palavras novas que possam atender essa demanda. A criatividade lexical ou terminológica é um fenômeno normal em qualquer língua natural em uso e é o motor principal da dinamicidade da língua.

Perante este fato, o Estado guineense deveria sentir-se na necessidade de atender a vontade do povo porque nenhum estrangeiro poderá valorizar as nossas línguas. Utilizar as línguas da Guiné-Bissau em todos os espaços é um direito já previsto pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). O Art. 28º diz que “todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu patrimônio cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da

própria cultura), assim como o melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer."

Este Art.28º não precisa de nenhuma explicação adicional. Está clara. Mas se o político não está ao lado do povo dificilmente pode entender e cumprir com a tarefa. As políticas linguísticas exigem coragem dos líderes, exigem responsabilidade e sobretudo ações concretas. Se houver vontade política é possível em curto espaço de tempo produzir-se gramáticas, manuais escolares e dicionários nessas. Os investimentos na educação não podem ser entendidos como gastos, mas sim investimentos porque esses jovens formados com qualidade serão funcionários, operários, engenheiros e doutores ativos que resolverão os problemas da sociedade. Se esses jovens cientistas descobrem uma vacina, esse será um ganho para a sociedade guineense e é a partir desse ganho que a humanidade também poderá se beneficiar.

Considerações finais

A situação sociolinguística da Guiné-Bissau é do multilinguismo pleno devido à convivência no mesmo espaço geopolítico e étnico várias línguas. O multilinguismo é relativo ao uso ou domínio de diversas línguas por uma comunidade linguística. O domínio de várias línguas em contexto jamais constituiu um problema, pois cada língua é usada em contexto preciso de comunicação. As línguas possuem políticas linguísticas locais e cada cidadão sabe qual língua a usar em cada contexto. Essa política linguística tradicional é transmitida de geração em geração por meio da educação tradicional presente em cada uma das famílias pertencentes à comunidade de fala.

Na Guiné-Bissau se falam as seguintes línguas e dialetos: fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, beafada, bijagó, mancanha, bainouk-gunyuño, biafada, futa fula, kanjad, kasanga, jola bayote, jola felupe, kobiana, nalu, saraculé e susso. Nestas línguas africanas se inclui a língua gestual guineense. Destas línguas aqui citadas nenhuma tem o estatuto de língua oficial, apesar de todas serem línguas de origem africana e faladas pela grande maioria dos guineenses.

Partimos da ideia de todas as línguas são importantes para as comunidades que as falam. Entendemos que não poderia haver nenhuma hierarquia entre línguas, pois todas possuem o mesmo poder perante as sociedades que as falam.

Referências

AMARAL, L. Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. Revista *Cadernos de Linguística,* vol. 1, n. 3, p. 1-44, 2020.

AUGEL, M. P. *O desafio do escombro: identidade e pós-colonialíssimos na literatura da Guiné-Bissau.* Rio de janeiro: Garamond, 2007

COUTO, H. H. do. *O crioulo português da Guiné-Bissau.* Hamburg: Buske, 1994

DE MELLO, H. A. B. Educação bilíngue: uma breve discussão. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada,* vol. 9, n. 1, 2010.

KI-ZERBO, J. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein.Trad. Carlos AboimdeBrito.Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MANÉ, M. *Multilinguismo e Multiculturalismo no quotidiano da Guiné-Bissau:* a resposta do Currículo no Sistema Educativo Nacional, 2025,

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Revista Ciência e cultura,* vol. 57, n. 2, p. 35-38, 2005.

RODRIGUES, L. F. M.; LUZ, H. C. R da.; TIMBANE, A. A. *O cabo-verdiano e o português em convivência: descrição, ensino, literatura e cultura*. Belém: Home, 2023.
SIGA, J. M.; ALBUQUERQUE, D. B. *As línguas africanas e o português na África lusófona,* p. 47, 2023.
TIMBANE, A. A.; FREITAG, R. M. Ko. *As línguas africanas e o português na África lusófona*. 2023.
TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. **Revista De Letras - JUÇARA**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 107–126, 2018.
UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.* Barcelona: Unesco, 1996.

CAPITULO 19

A variação lexical na culinária timorense: o léxico e a cultura em diálogo

Luzinha Brígida de Jesus
Alexandre António Timbane

Introdução

Timor-Leste é uma ilha com o formato de crocodilo formado por cordilheiras e vales circulados pelo mar do Norte ao Sul. O clima de Timor-Leste é tropical com duas estações: a estação seca e a estação chuvosa. O território de Timor-Leste divide-se em treze distritos que são: o distrito de Díli (capital), Baucau, Ainaro, Aileu, Bobonaro, Covalima, Ermera, Lautém, Liquiça, Manufahi, Manatuto, Oecussi e Viqueque. Trata-se de um país situado entre a Norte da Austrália e da Indonésia. Timor-leste é chamado oficialmente como "República Democrática de Timor-Leste, em tétum "Timor Lorosa'e" em inglês "East Timor" e foi independente no ano de 2002, após uma história muito complexa dos períodos da colonização portuguesa (1515-1975) durante 450 anos e da ocupação indonésio (1975-1999) durante 24 anos até a vitória.

Em Timor Leste se fala várias línguas pertencentes a 3 grupos principais: papuásicas (em amarelo), austronésicas (em roxo) e tetumófonas (em azul), tal como o mapa 1 ilustra:

Mapa 1- Distribuição das línguas no território timorense.

Fonte: Albuquerque (2010b, p. 28, apud Albuquerque, 2012, p. 5)

Para além destas há outras línguas estrangeiras: o indonésio, o mandarim e o inglês, esta última considerada língua de trabalho. Já o tétum, é uma língua de origem austronésia, que é falada no território timorense desde o século XVI. É uma língua com variantes: tétum prasa e tétum teric. De acordo com Albuquerque (2013, p.178) "o Tétum Prasa, em sua variedade Tétum Díli, como língua urbana vem recorrendo à língua portuguesa para realizar um grande número de empréstimos relativos ao mundo moderno." Por sua vez, Costa (2000, p.16), define o tétum como uma língua de reduzida tradição escrita e

sendo, além disso, uma língua veicular num território onde diversas outras línguas são faladas, é perfeitamente natural que, com frequência, a mesma palavra apresente formas ligeiramente diferentes.

Além do tétum, a sociedade timorense também considera a língua portuguesa como uma língua de identidade nacional através de evangelização dos missionários Católicos e atualmente a maioria católica, o nome e as palavras maioria empréstimos em português, pois foi a língua da resistência contra a ocupação da Indonésia. E hoje o Português é considerado como a língua de resistência à interferência estrangeira no país. Alkatiri (2010, citado por Martins & Ferreira 2014, p. 125) explica que o "Tétum com o Inglês, o Tétum morre. Com Bahasa Indonésio, o Tétum passa a ser um crioulo. Só com o Português, o Tétum poderá desenvolver-se". Por isso, realmente o tétum e o português são fundamentalmente complementares para o desenvolvimento da autonomia linguística nacional.

Atualmente, a utilização da língua portuguesa não ocorre apenas nas situações formais de comunicação como é o caso das escolas e universidades. Segundo Ramos (2011, p.14) "a língua Portuguesa em Timor-Leste a par do Tétum tem um papel de língua oficial e de instrução". O Estado timorense reconhece o valor histórico dessa língua em Timor-Leste. Nesse sentido, Sarmento (2016, p.43) afirma: "A Língua Portuguesa não é uma nova língua para o povo timorense. Ela foi utilizada durante IV séculos e meio, embora como instrumento de colonização ou histórico, no seio desta comunidade, acabando por traçar a sua identidade cultural, nacional e por dadas razões, foi consagrada língua oficial do país". Linguisticamente, muitas palavras da língua tétum são empréstimos da língua portuguesa.

O português é uma língua bastante necessária e que ajuda positivamente os aprendentes. Esta língua também permite desenvolver a língua tétum, por exemplo, no vocabulário, pois as palavras em tétum são maioritariamente empréstimos do português. Só assim, os pensamentos dos alunos nas várias línguas poderão ser desenvolvidas e poderão ter mais habilidades no processo do ensino-aprendizagem no contexto em língua portuguesa, como o português é a segunda língua.

Sabendo da existência de unidades lexicais próprias do português timorense se questiona: quais as unidades lexicais que se pode identificar em receitas da culinária local? Esta pesquisa tem como objetivo identificar traços lexicais do português timorense em receitas de cozinha em Timor Leste. Como específicos, a pesquisa faz o levantamento das principais receitas da culinária do país, seleciona as unidades lexicais próprias da variedade timorense e estuda os processos da formação e integração dessas palavras na variedade local de português.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca por meio dos estudos lexicais definir conceitos fundamentais, colher e analisar a presença ou não de unidades lexicais próprias da realidade local. Sabe-se que não foi identificado um dicionário da variedade local. Parte-se do princípio de que o léxico é a face mais evidente da língua e está intimamente ligado à semântica. Toda a palavra está carregada de sentido e esse sentido está ligada à comunidade de fala que a utiliza. A pesquisa é relevante porque não há estudos que se preocupam pela variedade timorense de português. Estamos cientes do fato de que o português timorense existe deve ser descrito por forma a que o preconceito linguístico seja eliminado. A variedade timorense de português existe, ela está usada no cotidiano do povo. Os estudos do léxico visam reunir essa riqueza lexical para que no futuro se possa produzir um dicionário da variedade.

1.Lexicultura no contexto do timorense

Timor-Leste é uma nação multilíngue com aproximadamente trinta (30) línguas, das quais apenas duas são oficiais (português e o tétum). Essas línguas estão em permanente contato com a cultura local. Os processos neológicos são inevitáveis porque o léxico denuncia a dinamicidade da sociedade e a mudança dos hábitos. Ninguém quer tirar "autoretrato" nos dias de hoje. Todos querem tirar "self". Isso mostra como a vida em sociedade caminha para a modernidade e o léxico se renova pelos processos de empréstimos, empréstimos ou outras formações dentro da língua.

De acordo com estudo de Antunes (2012), o **léxico** de uma língua "pode ser visto como o amplo repertório de palavra de uma língua. Ou conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação" (Antunes, 2012, p.27). Esse léxico é incalculável. Cada variedade acaba fazendo o dicionário da sua variedade. Até hoje, dicionaristas só conseguem fazer dicionário de uma variedade. Muitas unidades lexicais ficam de fora no dicionário, muitas vezes porque a unidade não ocorreu nos corpora. Mas isso não significa que a palavra não ocorra na comunicação cotidiana. Provavelmente os corpora utilizados não foram exaustivos. Correia e Barcellos Almeida (2012), consideram o léxico como um conjunto virtual das unidades lexicais de uma língua. No caso do português, constitui léxico as unidades lexicais que ocorrem em todos os países da CPLP sem exceção. Em cada comunidade linguística existe a necessidade de comunicar, portanto o léxico ajuda na construção de palavras para poder atender as necessidades das comunidades.

Os empréstimos linguísticos também fazem parte dos neologismos. As palavras emprestadas às outras línguas às vezes mudam a pronúncia, a grafia até o significado pode ser diferente com a da língua de origem. Para Timbane, "empréstimo é a transformação de uma palavra estrangeira para se adaptar à realidade de uma nova língua" (Timbane, 2012, p.9). É essa adaptação que a torna um empréstimo e não estrangeirismo.

Timbane (2012) entende que estrangeirismo é a palavra da língua "A" que passa a ser usada na língua "B" onde uma das suas características de origem não foram desvirtuadas, em nível fonológico, semântico ou ortográfico. (Timbane, 2012, p.8). Caso ocorra mudança e não for mantido uma dessas características de origem, podemos considerar o vocábulo como sendo um empréstimo.

Para Timbane (2012, p.7), "estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas". E essas palavras das outras línguas podem ser línguas africanas locais, assim como línguas estrangeiras, como é o caso da Guiné-Bissau, ou dos outros países em que a língua portuguesa teve contato com outras línguas das comunidades locais. Exemplos: *impeachment, show, outdoor, personal trainer, shopping, selfservice, shopping, notebook, show, outdoor, light, vídeogame, marketing, internet* (CÁ, Timbane, 2021, p.140).

A Lexicultura, de acordo com Timbane (2014) uma palavra utilizada na linguístico para se referir às relações entre o léxico e a cultura. O autor parte do princípio de que o léxico está sempre ligado a cultura de um povo. Toda a palavra ganha significados dentro da cultura dos seus falantes. Os verbos "meter" e "colocar" carregam significados diferentes a depender da variedade em causa. As palavras "*tum-tum*", "*tchopela*" e "*mototaxi*" possuem o mesmo valor simbólico, mas pertencem as variedades timorense, moçambicana e brasileira

respectivamente. Por exemplo, "*taxi*" em Angola é o mesmo que "*topik*" no Brasil, "*microletes*" em Timor Leste, "*toca-toca*" na Guiné-Bissau, "*pau-de-Arara*" no Brasil, "*mylove*" ou "*chapa*" em Moçambique referem-se ao transporte privado de passageiros, geralmente em condições precárias.

Os exemplos apresentados mostram que a lexicultura está presente na comunidade de fala até porque cada unidade lexical está intimamente relacionada a uma história ou cultura dos falantes da variedade. Os timorenses possuem uma forma tradição resultante das suas origens e transmissão que ocorreu oralmente de geração em geração. Os rituais tradicionais, as cerimônias, as comidas, as danças, nomes de deuses e outros fenômenos socioculturais mostram que há unidades lexicais intraduzíveis que precisam de ser conservados, preservados os nomes originais. Os nomes *liam-nain* e *hamulak* (uma oração para Deus ou Maromak) são nomes recorrentes nas casas sagradas em Timor Leste para dar uma benção antes de comer. Esta celebração realiza-se em todo o território nacional de acordo com a tradição cultural de cada região.

O casamento em tétum (*barlaque, fetosan umane*) é um património tradicional cultural considerado como uma obrigação moral no processo da formação de uma nova família. Os timorenses costumam fazer esta tradição e ser os laços para os homens e mulheres desde os tempos passados até agora. Por exemplo, um homem casa-se com uma mulher tem o processo entres as duas culturas, considerado como uma parte importante no processo da formação de uma nova família onde duas famílias de dois jovens (noivo e noiva) se encontram na cerimônia do "**Nahe-Biti**" para seguir segundo a tradição dos seus antepassados fazer a troca de bens materiais e tradicionais segundo as exigências do uso e costume de cada *uma **lisan** (linhagem do clã)*. Neste encontro de duas famílias de *uma lisan* diferentes que talvez nunca se conhecem surge a criação e extensão de novos laços de amizade, de fraternidade e familiar passando assim cada uma das famílias numa relação estrutural tradicional e contextual de *Fetosan* (referente a família do noivo) e de *Umane* (a família da noiva).

As unidades lexicais destacadas ilustram que há realidades socioculturais muito peculiares que mostram uma realidade específica. Trata-se da lexicultura, pois essas unidades são transferidas das línguas locais para português como neologismos por empréstimo. Neste caso as duas famílias têm culturas diferentes como *fetosan* e *umane* e essas palavras estão relacionadas a cultura local. Neste caso *fetosan* é a parte da mulher e tem o nome próprio da casa sagrada (*uma Lulik*) e *fetosan* tem o nome próprio da "casa sagrada" chamada *Uma Lulik*. A *Uma Lulik* é a casa sagrada que representa o berço de gerações pertencentes a uma linhagem ou clã dentro de um grupo étnico. É o símbolo da raiz, de ligação e da unidade de todas as gerações provenientes desta "casa sagrada". Por isso em volta da casa sagrada reúnem-se os mais velhos para tomar decisões e celebrar cerimônias tradicionais de vida (nascimento) e morte (funerais) dos falecimentos ou ainda lembranças/homenagens aos seus descendentes. A "casa sagrada" guarda e preserva os objetos antiquados pertencentes aos antepassados e considerados "sagrados" e "venerados" pelos seus descendentes e como espaço transmissor de força espiritual para os seus descendentes. Em diferentes regiões do país encontram-se diferentes formas de arquiteturas de *Uma Lulik*.

Como pudemos observar o léxico é o que mais se evidencia quando falamos de nomeação de realidades peculiares de uma cultura ou tradições. Retomamos aqui o conceito de léxico buscando Correia (1999, p.227) quando o define como sendo:

> [...] o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua, isto é o conjunto de todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta as regras e os processos de construção das palavras. O léxico incluí, ainda, os elementos que usamos para construir novas palavras: prefixos, sufixos, radicais simples ou complexos.

Através dos nomes *fetosan* e *umane* temos uma separação de comidas diferentes quando tem os eventos culturais importantes em tetum *lia-mate* e *lia-moris* sendo que cada participante conhece a comida, quando o evento cultural se realiza na casa da mulher. Então os familiares do homem obrigatoriamente levam os objetos/utensílios do lar, animais (cavalo, vaca, búfalo, cabra, galinha etc.) e dinheiro. O porco é muito proibido nessa cerimônia. E quando o evento se realiza na casa do homem é obrigatório que os familiares da mulher levem o dote composto por utensílios domésticos, animais e vestuário como *tais-mane* (é um vestuário tradicional de Timor), comida arroz, cervejas etc. Quando na fase de comida a família de *fetosan* não come a carne de cavalo, vaca, búfalo, cabra, galinha e *umane* também não come a carne de porco.

2. Aspectos das relações entre a cultura e o léxico

A construção de uma identidade sociocultural de um povo é uma construção secular que dura séculos e séculos. Por isso a sua desintegração é resistente e viola de algum modo a identidade dos membros do grupo étnico. A Cultura é como uma sombra e está presente desde o tempo passado e até presente data os timorenses valorizam nas diferentes regiões. Cada palavra tem o seu valor que amplifica o sentido referencial e apresenta memórias da história e da cultura. Por isso, a lexicultura mostra-nos "a singularidade e a diversidade dos lugares onde a cultura pode ser encontrada em uma língua, pois, sabemos que o léxico é o nível de descrição linguística mais diretamente ligado à realidade extralinguística. [...] a partir dessa composição, o conceito de lexicultura privilegia a consubstancialidade do léxico e da cultura e designa o valor que as palavras adquirem pelo uso que se faz delas." (Barbosa, 2008, p.41).

No entanto, o uso da palavra lexicultura está ligado sempre ao uso do léxico popular, isto é, o vocabulário das línguas usado na fala coloquial ou no discurso coloquial apresentando um significado específico dentro da cultura para definir o significado que as pessoas utilizam no dia a dia. Desta forma, o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representam o patrimônio sociocultural de uma comunidade de fala. Em outras palavras, o léxico testemunha a própria história da comunidade, assim como todas as normas sociais. Todo o léxico representa as experiências acumuladas ao longo do tempo (Oliveira, 2001).

De acordo com Luís Costa, "as línguas de Timor correspondem às necessidades de comunicação quotidiana, descrevem uma visão particular de uma realidade e a forma como a comunidade que fala essa língua conceptualiza o mundo que a rodeia". (Costa, 2005: 614-615). A língua carrega traços da cultura e possui mecanismos de descrever o mundo que os rodeia. As línguas locais, embora não sendo oficiais, de acordo com a Constituição de 2002, elas têm um poder enorme nas comunidades. As línguas timorenses não são homogêneas, elas têm dialetos, quer dizer, elas variam e são utilizadas com base nos dialetos. Entendamos aqui o conceito de dialeto como variedade e não como

uma fala inferior a outra.

Cada município ou território apresenta a sua variedade que é língua materna para populações locais. As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são individualmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito extralinguístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem (Ferraz, 2006).

A cultura revela as práticas socioculturais, exprime o conjunto de saberes locais, a vida espiritual e religiosa assim como outras expressões peculiares. O léxico e cultura vivem em sintonia revelando uma convivência e atividades conjuntas na sociedade. A Cultura é o complexo dos padrões de comportamento das crenças, de valores espirituais e fenômenos transmitidos coletivamente numa sociedade (Ferreira, 1986). Portanto, a cultura identifica o indivíduo é um patrimônio social e molda padrões de comportamentos das pessoas que existem na comunidade acumula a experiência dos indivíduos, a atitude e valores dos indivíduos. A vivência cultural dos timorenses fortifica a cultura e cria harmonia, paz entre cidadãos da mesma etnia.

Concluímos esta parte reforçando a ideia de que as interpretações que damos ao significado das palavras estão relacionados a cultura. Uma língua ou variedade se torna dinâmicas à medida que a sociedade caminha na mesma direção. A evolução da vida em sociedade faz com que as palavras ganhem novos significados.

3.Metodologia de análise

Na culinária de Timor-Leste existem várias comidas tradicionais que fazem parte da cultura dos timorenses. As comidas típicas do Timor-Leste, além de muito saborosas, são capazes de contar sua própria história por meio de seus pratos tradicionais e da forma como são preparadas e servidos com a cultura de timorenses. A culinária timorense influenciou a culinária portuguesa, da Indonésia e de outros lugares do Sudeste Asiático, como as Filipinas. As comidas típicas do Timor-Leste têm base em alimentos como arroz, peixe, milho feijão, carne, mandioca, papaia etc. No passado, durante os anos de guerra a culinária foi apreciada com muito fervor e respeito e que foi capaz de representar e identidade da nação de Timor-Leste no continente asiático. Mesmo tendo sido colonizado durante vários anos por Portugal e ter sido invadido pelo país vizinho, a Indonésia, o Timor-Leste desenvolveu a sua própria culinária com uma identidade única e influências internacionais. Tanto de países próximos quanto de europeus, agora são capazes de oferecer a seus visitantes uma gama de pratos saborosos e únicos em sabores e história.

O corpus da pesquisa foi composto por receitas da culinária timorense. Esses materiais da culinária timorense foram coletados na internet para além dos pratos que já conhecia na minha comunidade. Da coleta das receitas conseguimos identificar vinte e sete itens lexicais da culinária que apresentaremos a seguir. Do material conseguido analisamos os modos de preparação para além dos ingredientes utilizados. A culinária timorense é vasta. Não conseguimos recolher todos os pratos timorenses até porque cada etnia tem as suas práticas. Nesta pesquisa coletamos apenas os pratos mais comuns e vulgares na sociedade timorense. Este levantamento foi importante para a nós porque, são palavras da língua portuguesa. Algumas delas são estrangeirismos lexicais o que mostra como o português de timor leste empresta palavras das línguas locais. Vejamos as unidades lexicais recolhidas. Essa pesquisa identificou vários pratos típicos de Timor-Leste a exemplo de:

- **Batar daan-** é um prato popular feita de milho, feijão e abóbora.
- **Budu**-Um molho de tomate com hortelã, limão e cebola.
- **Ikan sabuko**- Peixe com molho de tamarindo com manjericão e pimentão.
- **Tapai-** Um prato de arroz fermentado, ligeiramente alcoólico.
- **Caril -** Um caril de frango com pimentão assado e pasta de coco.
- **Feijoada á timorense -** Prato comum nas ex-colônias portuguesas, é feita com carne de porco, feijão e chouriço.
- **Bibinka** - Um bolo de coco.
- **Pastel de nata -** uma torta de ovo.
- **Caldeirada de Cabrito:** prato feito de carne de cabrito consumido com arroz.
- **Caril dos pescadores do Oe-cussi (receita timorense):** prato feito de peixe fresco feito com frutos do mar. Trata-se de um prato feito com molho de tamarindo, leite de coco, camarão, cebola e pimenta. Pode-se comer com salada.
- **Apas Recheadas:** é sobremesa feita com leite com ovos em que se mistura com arroz e açúcar.
- **Saboko de Camarão:** Esse prato é feito de cebola e tomate, sal picante. É um prato parecido com churrasco.
- **Sassate (Cabrito):** carne de cabrito em que se mistura a cebola, pasta de amendoim. Usa-se palito para depois assar.
- **Bafa de Timor:** é carne de porco, búfalo, de boi feito com cebola, tomate, cenoura
- **Manu Salar (frango):** é uma carne de galinha em que se usa a pimenta e cebola como ingredientes principais. Coloca-se temperos para ficar muito saboroso, comer com a catupa, arroz.
- **Pisang Goreng** é uma sobremesa feita com bananas, trigo, açúcar. Trata-se de de uma comida que se frita com óleo.

As unidades lexicais aqui apresentadas revelam uma realidade timorense. São nomes de comidas típicas do país e que carregam traços da cultura locais. O léxico sendo a face mais evidente da língua busca caracterizar a história, a cultura local. Vejamos outros exemplos de comidas típicas que enriquecem a língua portuguesa:

Katupa – A Katupa talvez seja uma das comidas mais típicas do Timor-Leste, na **Ásia**. É possível encontrá-la em todas as regiões do arquipélago. Trata-se de **uma espécie de bolinho de arroz cozido em leite de coco,** temperado com açafrão, alho e sal e enrolado em uma folha de coqueiro. Geralmente, é servido em festas e os eventos importantes, mas também é muito feito na casa dos moradores locais para comer no dia a dia. A trama de folhas que envolve o bolinho de arroz possui uma estética própria muito bonita; ela é feita pelas próprias pessoas que cozinham a comida, e é um saber que se transmite de geração em geração.

Ikan sona - O peixe assado, juntamente com a Katupa, com certeza, formam um prato de comida típica em Timor-Leste. Em todo o país, são encontrados muito facilmente peixes frescos por todas as partes do país que estão próximas ao mar. Eles são vendidos nos supermercados da região ou por comerciantes independentes que vendem suas mercadorias pelas ruas da capital. Este, com certeza, é um prato que **vale a pena provar**, pois o peixe é

fresco e o tempero muito saboroso e único. Lembre-se sempre de pedir o molho de pimenta à parte, caso não esteja acostumado com comidas muito picantes.

Bakso – é em sua origem, um prato da Indonésia, mas atualmente se faz muito presente em Timor-Leste. Por conta da presença de indonésios durante muitos anos em cidades do Timor-Leste, alguns aspectos deste país foram incorporados pelos timorenses e este foi um deles. O Bakso é basicamente **uma espécie de sopa composta por macarrão** e uma pasta de proteína animal como gado, por exemplo, moldada como uma bola, ou uma almôndega. Geralmente é servido em uma tigela acompanhado de ovo cozido e legumes como repolho ou brotos de feijão. É uma comida de rua típica do Timor-Leste muito barata, para as pessoas vendem.

Batar - milho - é uma importante comida típica do Timor-Leste. Em algumas regiões do país **são feitas festas e cerimônias no momento da colheita** da espiga para agradecer a presença deste alimento específico. Assim como o arroz, trata-se de um importante grão para os timorenses. Devido a sua versatilidade é possível fazer diversos pratos por meio dele.

Ai-dila – Papaia - Em Timor-Leste é muito comum utilizar suas folhas como chá. E, apesar de seu gosto amargo, também são refogadas e servidas para acompanhar outros pratos como peixe e arroz. Além da fruta, também **é possível utilizar as folhas e as raízes**. Uma planta muito presente nos trópicos, a papaia é uma fruta muito rica em variados nutrientes e, portanto, muito útil nos momentos de carestia vividos pela população timorenses.

Midar-Siin – Carde de Porco - Na língua local de Timor-Leste quer dizer agridoce, portanto, este é um prato doce e salgado ao mesmo tempo. Preparado com temperos e ingredientes como tamarindo, cebola roxa, açúcar, capim limão e porco, o Midar-Siin é uma comida típica do Timor-Leste bastante servida em grandes hotéis do país e em restaurantes. A presença da carne de porco encarece um pouco o prato é uma comida bastante temperada e de muito sabor, dessa forma para as pessoas não o verá muito nos restaurantes mais populares da cidade ou servida como comida de rua.

Bebinca de Timor – sobre mesa- Este é um doce feito à base de farinha, gemas, leite de coco e açúcar; seu modo de preparo é relativamente fácil e é cozido no forno. Esta sobremesa é perfeita para os intolerantes ou alérgicos à lactose, pois o preparo não leva leite. Saiba também qual moeda levar para o Timor-Leste. A Bebinca de Timor se parece muito com a textura do pudim de leite, mas não é tão doce em Portugal, Brasil e nas Filipinas também existem variações da Bebinca, ainda que cada uma possua sua própria particularidade.

Boek - singa de camarão - Para você que gosta de crustáceos e frutos do mar**,** não pode deixar de provar a singa de camarão**.** Esta é uma comida típica do Timor-Leste feita com alho, tamarindo, pimenta, hortelã e camarão. É um cozido bem temperado e muito delicioso. O camarão é um ingrediente relativamente caro em Timor-Leste, portanto, assim como o Midar-Siin, você não o encontrará em todos os restaurantes ou como comida de rua.

O Pisang Goreg – mistura com trigo e banana é uma das comidas típicas de Bali que se tornou muito popular em Timor-Leste. É uma banana frita doce que costuma encantar muitos turistas que visitam o sudeste asiático. É uma comida de rua que também **pode ser encontrada como sobremesa em restaurantes** e nas casas das pessoas locais. Seus ingredientes são, basicamente, banana, açúcar, ovo e farinha de trigo. Em alguns casos o doce é polvilhado com canela em pó, mas não é obrigatório. É um doce crocante e muito típico em todo o sudeste asiático.

Mano Tem - é uma sobremesa feita com farinha de trigo, leite, açúcar, banana e ovos muito servida nos ambientes domésticos. Se visitar uma família Timor-Leste, provavelmente irão te servir um Mano Tem. Diferente do bolinho de chuva, após a fritura ele é, geralmente, polvilhado com canela em pó.

O vocabulário da culinária refere-se ao conjunto das palavras ou termos utilizados na gastronomia e na preparação de alimentos de diferentes tipos de comida pertencente a um povo. Como o léxico é a base fundamental para aprofundar e acumular todos os culinários, chefs, cozinheiros, de diferentes receitas de comida. Existem diferentes maneiras de preparação de comida timorense até porque o(a) cozinheiro(a) tem suas estratégias ou receitas secretas.

Compreender esse vocabulário é essencial para quem deseja se aprofundar no mundo da cozinha timorense, seja em um ambiente profissional ou doméstico. Conhecer diferentes comidas na sociedade e no mundo faz parte da cultura e pode ser valorizado em todas as sociedades. Conhecer a culinária de um pouco é ao mesmo tempo conhecer a tradição da mesma. No vocabulário da culinária existem termos básicos que todo cozinheiro precisa conhecer: “assar”, “cozer”, “fritar” e “grelhar” descrevem métodos de cocção, enquanto ingredientes como “alho”, “cebola” e “tomate” são fundamentais em diversas receitas como é a mistura com outros ingredientes. Conhecer as práticas culinárias o primeiro passo para quem deseja se aventurar na cozinha e criar pratos saborosos das comidas. O vocabulário da culinária pode variar significativamente de uma região para outra porque recebe interferência das mais de trinta línguas locais para além do português e do tétum.

Considerações finais

Vimos que o conceito de lexicultura está relacionado com a variação lexical e tem muita importância para a identificação cultural. A comida baiana, a comida caipira, a comida moçambicana, a comida timorense entre outras carregam marcas das culturas locais. A comida baiana tem muitos traços das comidas africanas por isso é possível identificar palavra africanas: carajé, pixabay, acarajé, moqueca, bobó de camarão, vatapá, caruru, sarapatel, xinxim de galinha, etc.

Os nomes que acabamos de mostrar nesta pesquisa revelam a correlação entre a cultura e tradição timorenses. O léxico passa a ser, assim, abordado como um *locus* privilegiado não apenas para o conhecimento, mas para o reconhecimento de significados culturais presentes em unidades lexicais culturalmente compartilhadas entre locutores nativos, mas que nem sempre se mostram transparentes para falantes de outras línguas, pertencentes a outras culturas. Na nossa perspectiva, esse instrumento ajuda-nos a perceber que a língua não pode ser vista como uma estrutura que independe dos seus usuários. Ela confunde-se com a cultura daqueles que a utilizam. Sob esse ponto de vista, as palavras funcionam como receptores de conteúdos culturais que nelas se aderem e a elas agregam outra dimensão para além daquelas apresentadas nos dicionários.

As comidas típicas do Timor-Leste, além de muito saborosas, são capazes de contar a própria história do povo por meio de detalhes nos ingredientes e em seus pratos assim como pela forma como são preparados e servidos. A Culinária local possui influências de países como Portugal, da Indonésia e de outros países do Sudeste Asiático, como as Filipinas. As comidas típicas do Timor-Leste têm base em alimentos como arroz, peixe, milho e papaia que, durante os anos de guerra, se mostraram como alimentos ricos em proteínas e passíveis de se

tornarem grandes pratos, capazes de representar a identidade a cultura da nação de Timor-Leste. Em todos estes aspetos, o léxico está presente para marcar a identidade e as tradições locais.

Referência

ANTUNES, I. *Território das palavras:* estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

BARBOSA, L. M. de A. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de Português língua estrangeira. *Filot. Linguist. Port*. n.10-11, p.31-41, 2008/2009.

CITALIARESTAURO. Manifestações culturais e práticas tradicionais de Timor Leste. Disponível em:

CORREIA, M. Produtividade lexical e ensino da língua. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. (Org.). *Língua portuguesa: descrição e ensino.* São Paulo: Parábola Editoral, 2011, p.223-236.

CORREIA, M.; BARCELLOS ALMEIDA, G. M. *Neologia em português.* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

COSTA, L. Línguas de Timor. *Dicionário Temático da Lusofonia.* Lisboa: Texto Editores, 2005.

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRE, M. C. T. C. de. (Org.). *O léxico em estudo.* Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. p. 217-234.

FERREIRA, A. B. de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GASTRONOMIA NO MUNDO. Receitas culinárias de Timor Leste - Gastronomia no Mundo. Disponívem em: <https://gastronomias.com.pt/receitas_culinarias_gastronomia_de_timor_leste.html#google_vignette>. Acesso em: 12 dez.2024.

https://citaliarestauro.com/manifestacoes-culturais-timor-leste/ Acesso em: 12 jan.2026.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. (Org**.**) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.* 2.ed. Campo Grande: UFSM, 2001, p.110.

TIMBANE, A. A. A lexicultura no português de Moçambique. *Revista Linguagem:* estudos e pesquisas. Catalão, vol.18, n.2, p.43-59, jul./dez.2014.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Revista Via Litterae,* Anápolis, vol. 4, nº 1, p. 5-24, 2012.

Capítulo 20
Política e planejamento linguístico: situação sociolinguística de Moçambique

José Justino Arsénio Morais
Carlos Manuel Simão João
Margarida Laura Alexandre Timbane

Introdução

Todas as sociedades humanas estabelecem políticas e planejamento linguístico que estabelecem as regras de ser e de estar linguístico. A língua é o meio de comunicação entre pessoas e é por meio dela que se transmite as culturas e tradições. Há línguas para o comércio, há línguas para a comunicação cotidiana, há línguas para evocação aos antepassados, há línguas para educação formal e informal, há língua para a comunicação internacional e assim em diante. As políticas linguísticas podem ser apresentadas nas formas escrita ou oral. Na forma escrita, as políticas linguísticas são apresentadas em forma de artigos da constituição, em decreto ou em lei. Entende-se por Política Linguística a determinação sobre os usos da língua numa nação, num povo, numa etnia localizada num território. A língua, o povo e o território constituem elementos do ecossistema linguístico (Couto, 2007). Por exemplo, na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o artigo 13º determinam que a língua portuguesa é o idioma oficial do país; Na Constituição da República Democrática de Timor Leste no artigo 159º determina-se que as Línguas de trabalho são: A língua indonésia e a inglesa e que devem ser usadas no trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais; no artigo 13º determina-se que Línguas oficiais são: o tétum e o português. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado; a Constituição da República de Moçambique (2004) determina nos artigos 9º e 10º que o português é língua oficial; a constituição da República de Angola (2010) no artigo 19º fala sobre a oficialização do português; A Constituição da República de Cabo Verde (1990) no Artigo 9º determina que “1.É língua oficial o Português. 2.O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3.Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.” Todas estas determinações são em nível da política linguística.

Já o planejamento linguístico é a implementação das decisões da política linguística, quer dizer, é a execução ou a implementação prática das decisões estabelecidas pela política linguística. Por exemplo, o ensino do português nas escolas moçambicanas, a obrigatoriedade da escrita de documentos oficiais em português, a obrigatoriedade de atendimento em instituições públicas em português, etc. A escolha de uma língua para o estatuto de língua oficial depende da ideologia dominante. Os deputados são votados para representar o povo, mas raramente obedecem a vontade do povo. Se fossemos perguntar (por meio de plebiscito) ao povo makhuwa qual é a língua que desejava ser oficial, certamente seria a língua makhuwa, a língua dos seus antepassados e da cultura. A decisão da oficialização do português na constituição de 1975 foi feita apenas pelos políticos. O primeiro recenseamento realizado em 1980 apontava para 98,8% dos moçambicanos que falava uma ou várias línguas bantu e apenas 1,2% sabia falar português.

Moçambique possui cerca de 26.899.105 habitantes de acordo com os dados do último censo (INE, 2017). Por local de residência, a população se divide em urbana e rural. A grande maioria da população moçambicana localiza-se nas zonas rurais. O Censo 2017 mostrou que cerca de 32,6 % da população de Moçambique residia nas áreas urbanas e 67,4% nas áreas rurais. Linguisticamente falando isso faz diferença porque o português é mais falado nas zonas urbanas, especialmente como língua materna. O português é conhecido em todo o país devido à educação formal que ocorre desde o ensino primário até ao superior.

No processo de construção do Estado-Nação, Moçambique acabou por adotar as políticas linguísticas do próprio colonizador, tal como o Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954 que publicou o "Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique". O Art.56º desse Decreto-Lei determinou que para a extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania, os povos locais deveriam fazer o uso correto da língua portuguesa como língua oficial uma vez que Guiné, Angola e Moçambique eram províncias de Portugal. A oficialização do português como a única língua oficial após as independências deixou clara o medo dos políticos africanos em enfrentar desafios, assim como a valorização das próprias línguas locais. É nesse momento que a afirmação da identidade deveria se fazer sentir oficializando. Meio século depois, essas línguas teriam dicionários, gramáticas e seriam línguas preferidas pela população local. Nota-se que a ideologia colonial ainda está presente nos pensamentos dos políticos africanos, assim como a submissão ao que já está pronto.

A oficialização do português logo após a independência ocorreu por uma decisão de caráter político e ideológico e tinha como objetivo consolidar o espírito da luta armada de libertação nacional, preservar as conquistas alcançadas, promover um sentimento de unidade nacional na diversidade, e assegurar a integração intra e interétnica, criando, assim, condições favoráveis para a governabilidade do território e a formação do "homem novo" livre do tribalismo e do obscurantismo.

Como consequência, as línguas autóctones foram neutralizadas enquanto línguas da cultura e das tradições, de organização sociocultural, linguística e ideológica das populações. Essa estratégia seguia a lógica de "matar a tribo para fazer nascer a nação", ou seja, substituir identidades locais por um projeto nacional unificador. Para isso, tornou-se imprescindível massificar o uso da língua portuguesa, vista naquele contexto histórico como o meio mais eficaz para (re)produzir semelhanças dentro de um mercado linguístico e simbólico heterogêneo, fortalecendo o sentimento de pertença à pátria e o engajamento na causa nacionalista de libertação da terra e do homem do jugo colonial.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas linguísticas implementadas em Moçambique, considerando suas implicações socioculturais, históricas e identitárias; como objetivos específicos a pesquisa visa: a)examinar o tratamento conferido à língua do colonizador e às línguas autóctones, identificando hierarquizações, conflitos e estratégias de valorização ou marginalização; b)Mapear a distribuição geográfica das línguas presentes no território moçambicano, evidenciando sua vitalidade, usos sociais e domínios de circulação; c)Realizar uma análise crítica dos documentos oficiais que atribuem estatutos sociolinguísticos às línguas, verificando sua coerência com a realidade linguística do país e com os princípios de uma política linguística inclusiva.

Considerando que Moçambique se caracteriza por uma expressiva diversidade linguística, configurando-se como um território marcadamente multilíngue, e reconhecendo que a língua está intrinsecamente vinculada às dimensões culturais e identitárias dos povos que a utilizam, coloca-se uma questão central: até que ponto a atribuição do estatuto de língua oficial exclusivamente ao português, em detrimento das demais línguas nacionais, pode contribuir para o silenciamento, a marginalização e, eventualmente, o apagamento dessas línguas e das culturas a elas associadas?

Neste diapasão, este trabalho justifica-se pelo motivo de querer entender sobre as razões pelas quais não se elaboram e implementam políticas linguísticas que promovam a valorização equitativa das línguas em coexistência, de modo a assegurar maior inclusão social, reconhecimento identitário e preservação do patrimônio linguístico nacional este capítulo organiza-se em quatro seções principais. Depois da introdução, o capítulo apresenta a fundamentação teórica reunindo debates e aportes conceituais e analíticos, contemplando subtópicos como a localização geográfica de Moçambique, a contextualização sociolinguística do país e a identificação das línguas faladas e de suas respectivas áreas de predominância. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se sintetizam os principais achados e reflexões decorrentes do estudo. Trata-se de uma pesquisa documental uma vez que por meio de documentos da política linguística analisa-se criticamente as políticas linguísticas estabelecidas.

1.Fundamentação teórica: localização geográfica de Moçambique

Moçambique está situado na costa sudeste do continente africano e esteve sob colonização portuguesa durante vários séculos. O país faz fronteira terrestre com a Tanzânia ao norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbabwe a oeste, e África do Sul e Essuatíni a sudoeste. A capital de Moçambique é Maputo (foi chamada por Lourenço Marques durante a dominação portuguesa).

É importante deixar claro que as atuais fronteiras geopolíticas não foram marcadas pelos africanos. Trata-se de uma imposição colonial ocorrida na Conferência de Berlim em 1884/1885. Os limites coloniais foram preservadas e utilizadas pelos países após as proclamações das independências na década 70. Essa divisão separou culturas, separou povos e suas línguas. Essa é a razão pela qual algumas línguas são encontradas em duas ou mais países. Por exemplo, a língua changana é falada em Moçambique, na África do Sul e no Zimbabwe; a língua swahili é falada na RDCongo, em Moçambique, na Tanzânia, no Quênia, no Burundi, na Somália e em Ruanda. Com isso se conclui que os limites linguísticos são diferentes dos limites geopolíticos. A seguir, vejamos a localização geográfica de Moçambique:

Mapa 1: Localização de Moçambique e as fronteiras geopolíticas

Fonte: Google maps (2026)

Moçambique está ilhado linguísticamente porque faz fronteira com países anglófonos apesar de fazer parte da Commonwealth, organização intergovernamental composta por 56 países membros independentes que foram colônias de império britânico. Moçambique, Gabão, Togo e Ruanda entraram nesta organização por razões econômicas, por interesses protecionistas, assim como o estabelecimento de parcerias. Nas escolas primárias, secundárias e superiores a língua inglesa é ensinada como língua estrangeira. Nas universidades têm cursos superiores de formação de professores para o ensino da língua inglesa.

No oceano Índico, Moçambique faz fronteira com Madagascar, país que foi colônia da França. O país adotou o francês e o malgaxe como línguas oficiais em meio mais de uma dezena de grupos étnicos espalhadas pelo país (Ranaivoson, 2007). Em Madagascar, os textos e comunicações administrativas são escritos nas duas línguas oficiais. O malgaxe é a língua de instrução nas escolas e o francês é a língua de instrução na universidade. A taxa de alfabetização é de 80%. O malgaxe utiliza o alfabeto latino. O contato entre os povos de Moçambique e de Madagascar é quase inexistente, uma vez que a distância geográfica e a fronteira marítima são muito grandes.

Moçambique é habitado predominantemente por povos bantu. A palavra “bantu” é um termo invariável usado nos estudos da linguística africana para designar “um grupo de cerca de 600 de línguas faladas por mais de 220 milhões de pessoas numa vasta região de África contemporânea que se estende a sul de uma linha que vai desde os Montes Camarões (a sul da Nigéria), junto à costa atlântica, até à foz do Rio Tana (no Quénia)” (Ngunga, 2015, p.35) e se estende até à região austral de África. São povos de tradição oral uma vez que a oralidade é usada para transmissão de culturas e tradições para além de permitir o desenvolvimento da oratura: contos, poemas, histórias, músicas, cantos, dentre outras manifestações culturais, incluindo a participação ritos (de passagem, de iniciação, de casamento, etc).

1.1. Contextualização Sociolinguística de Moçambique

À semelhança de outros países africanos, Moçambique caracteriza-se por uma ampla heterogeneidade linguística, resultante da coexistência de múltiplos grupos étnicos com suas respectivas línguas e culturas, nomeadamente línguas autóctones. De acordo com Mufwene (2021), o multilinguismo tem sido apontado como uma alternativa para a educação e o desenvolvimento econômico na África Subsaariana desde a década de 1960, período em que muitos países conquistaram sua independência dos colonizadores europeus. No entanto, a maioria dos novos Estados-nação adotou políticas linguísticas baseadas no modelo europeu de homogeneização linguística, defendendo a ideia de "um país, uma língua". Essa orientação resultou na desvalorização e, em muitos casos, na tentativa de eliminação das línguas autóctones.

Por outro lado, também não foi simples promover uma única língua autóctone como idioma nacional e oficial, dada a grande diversidade linguística das populações africanas. Antes da consolidação de regimes políticos unipartidários, a definição de políticas linguísticas era ainda mais complexa, pois os partidos surgiam frequentemente com base em identidades étnicas ou regionais. A escolha de qualquer língua nacional poderia ser interpretada como favorecimento a determinados grupos e, portanto, como um ato de exclusão para os demais.

Diante desse cenário, a maioria dos países manteve a língua do colonizador europeu como língua oficial, sob o argumento de que ela seria neutra do ponto de vista étnico e regional embora apenas uma minoria da elite a dominasse com fluência. Tal escolha, entretanto, excluiu grande parte da população dos processos políticos e administrativos, perpetuando a lógica colonial de governar por meio de intermediários locais capacitados na língua europeia.

Essa política desqualificou as línguas africanas, consideradas "não cultas" por não serem escritas ou utilizadas em contextos de produção literária de prestígio. Assim, a ideologia colonial da "missão civilizadora" continuou a influenciar o período pós-independência, contribuindo para a perda do orgulho nas heranças linguísticas e culturais majoritariamente orais do continente. De acordo com Mazivile (2025, p.9) as justificativas da recusa ao ensino em línguas africanas foram/são: a) as línguas africanas são pobres e limitadas lexicalmente para explicar as noções científicas, tecnológicas e léxico de domínios oficiais, senão na expressão poética; b) as línguas africanas não têm uma literatura, dicionários, estudos linguísticos que lhes permitam ser línguas de instrução e oficiais; c) o desenvolvimento das línguas africanas, assim como a sua promoção na educação, é financeiramente dispendioso. Todos estes argumentos não são plausíveis nem encontram um embasamento científico nem econômico. A vontade política é o maior impasse para que essas línguas sejam realmente valorizadas.

Mufwene (2021) debate ainda que as políticas linguísticas pós-coloniais não apenas privilegiaram a elite, como também fragilizaram as línguas indígenas e marginalizaram as maiorias populares. Além de serem excluídos da participação política, os falantes dessas línguas foram restritos a trabalhos de baixa qualificação e à manutenção de economias informais. A adoção exclusiva de línguas europeias como idiomas oficiais da educação e da mídia agravou esse quadro, por exemplo, em escolas já precárias, os alunos eram obrigados a aprender em idiomas que lhes eram estranhos, tornando o processo educativo mais difícil e ineficaz. Assim, os sistemas escolares passaram a favorecer apenas

aqueles que tinham acesso à língua europeia em casa, geralmente os filhos das elites.

Desse modo, criou-se um ciclo vicioso: as línguas europeias não se disseminaram amplamente, pois eram ensinadas mais como disciplinas do que como ferramentas reais de comunicação. Por isso, muitos alunos as esqueciam após o período de escolarização ou simplesmente as abandonavam por não as utilizarem em suas vidas cotidianas.

Esse aspecto está relacionado às ideologias coloniais que infelizmente afetaram os políticos locais. Na presente pesquisa defende-se a oficialização de todas, pois não existe uma língua (nem variedade) superior a outra. Se queremos uma política linguística inclusiva precisamos de oficializar todas as línguas africanas oferecendo condições o ensino, para o desenvolvimento, ensino e revitalização. Nenhuma língua pode resistir ao tempo se as novas gerações não são ensinadas. Uma língua resiste ao tempo quando há educação e ensino nessa língua. Caso contrário, a língua pode estar em perigo de morte em menos um século.

1.2.Nomes das Línguas faladas e onde são faladas e os documentos oficiais das políticas linguísticas

Não é possível determinar com exatidão quantas línguas são faladas em Moçambique. Estudos e pesquisas estão sendo empreendidos para a descrição e contagem exata da quantidade de línguas faladas. O conceito de língua é muito complexo em contexto africano e especial aos povos bantu. A inteligibilidade ou não de uma língua não pode ser usada como parâmetro para dizer se dois falares são uma única língua ou não. Por exemplo, o xichangana, o xitswa e xironga são línguas inteligíveis, porém não são a mesma língua. A verdade é que há outros parâmetros culturais que entram em jogo na identificação.

Em contexto africano, a língua deve ser entendida como um sistema de comunicação preponderante para a elucidação da história, entendendo que essa história é a da própria língua, do grupo ou de outras ordens sociais, culturais, intelectuais, religiosas, enquanto a escrita não tem condições amplamente suficientes de conter todas essas características. Zoussou (2021) acrescenta que a língua não é somente um sistema de comunicação no imaginário africano, ela é a própria vida das populações e, ao tirá-la de uma comunidade, esta não mais existiria e, portanto, desapareceria. A língua é a via de existência das populações. Conquistá-las e tirar-lhes a língua é, nesse sentido, entendido como um ato cruel e desumano. A língua como veículo de comunicação social é uma fonte enorme de conhecimentos, de crenças, de vida e de filosofia que o povo falante constrói, refina e adapta com o passar do tempo e das gerações (Zoussou, 2021).

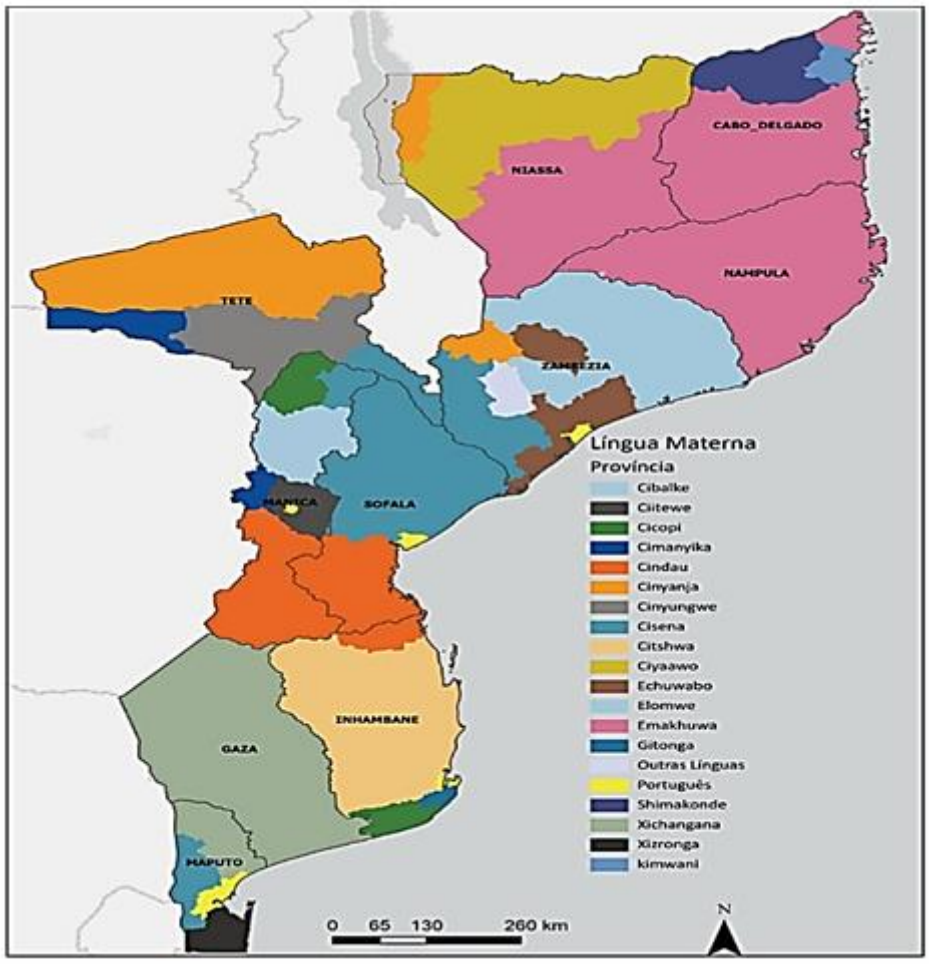
Moçambique já padronizou a ortografia de 17 línguas: kimwani, shimakonde, ciyaawo, emakuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cisena, cibalke, cimanyika, cindau, ciwute, gitonga, citswa, cicopi, xichangana e xirhonga (Ngunga e Faquir, 2011). Essa padronização é passo importante para o incentivo e uso dessas línguas. Em Moçambique está sendo desenvolvido um experimento de educação bilíngue (português + uma língua bantu) por meio da Lei 6/92, de 6 de Maio, decretou a promoção e a introdução progressiva das línguas moçambicanas na educação dos cidadãos. Esse experimento surtiu resultados importantes, pois o aproveitamento que estava fraco demonstrou-se mais positivo para além do aumento da autoestima. Já há dicionários e gramáticas imprensas em algumas línguas bantu para além de materiais de

ensino disponíveis. Esse estudo ocorreu em algumas escolas selecionadas para o estudo, principalmente as localizadas nas zonas suburbanas e rurais.

A língua mais falada no norte do país é o Emakhuwa, que é a língua materna de muitos moçambicanos especialmente nas províncias de Nampula, estendendo-se para o sul de Cabo Delgado e partes do norte da Zambézia. Ainda na região norte, encontram-se o Elomwe e o Echuwabo, também faladas na província de Zambézia e em áreas limítrofes de Nampula. Mais ao interior, nas zonas fronteiriças com o Malawi e a Tanzânia, estão línguas como o Ciyaawo (em Niassa e Cabo Delgado) e o Shimakonde (no extremo norte de Cabo Delgado), além do Kimwani, usado nas áreas costeiras e insulares, como nas ilhas Quirimbas e na Ilha do Ibo.

Na região central, predominam línguas ligadas ao vale do rio Zambeze, como o Cisena, presente em Sofala, Zambézia (sul) e grande parte de Tete. O Cinyungwe espalha-se pelo centro e sul de Tete, enquanto o Cinyanja é falado sobretudo no oeste de Tete, na fronteira com o Malawi e Zâmbia. Mais ao sul do centro, nas províncias de Sofala e Manica, destaca-se o Cindau. No sul de Moçambique, prevalecem línguas do agrupamento tsonga, como o Xichangana, dominante em Maputo e Gaza, e o Xirhonga, específico das zonas costeiras da província e cidade de Maputo. O Citshwa aparece no Sul de Gaza e norte de Maputo-província, enquanto o Gitonga predomina na costa de Inhambane, especialmente em Vilankulo e Inhassoro. Há também línguas de menor documentação, como Cimanyika, Clitewe e Cicopi, presentes no interior de Niassa e Cabo Delgado, faladas por comunidades rurais menos estudadas.

Mapa 1: Distribuição geopolítica das províncias e línguas faladas



O artigo 10.º da Constituição da República de Moçambique (2004), estabelece que "na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial". De acordo com Timbane (2013, p.41),

> As LB moçambicanas transbordam as fronteiras políticas. Isto aconteceu por causa da mobilidade da população (população nômade) e dos limites políticos estabelecidos na Conferência de Berlim ocorrida em 1884 e 1885. A partilha da África teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação da África pelas potências coloniais fato que resultou na divisão que não respeitou a história africana, as relações étnicas, culturais e linguísticas.

Todavia, apesar de ser oficialmente a língua de unidade nacional, o português funciona principalmente como língua urbana e administrativa, predominando em Maputo, Matola e outras cidades, mas sendo segunda língua para grande parte da população. Além disso, há ainda outras línguas minoritárias/minorizadas e de fronteira, como o swahili, zulu e variedades locais oriundas de migração.

Os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 confirmam que a maior parte dos cidadãos com 5 anos ou mais (79.2%) em Moçambique tem uma língua bantu como sua língua materna. Em segunda posição, figura o grupo populacional que apontou o Português como a sua língua materna (16.5%) INE, 2023, p.9)

Conforme os dados do INE (2023), a comparação entre os resultados do Censo de 2017 e os anteriores (1980, 1997 e 2007) revela uma tendência clara de mudança no perfil linguístico da população. Observa-se uma redução gradual da proporção de falantes de línguas bantu como língua materna, com uma queda de aproximadamente 19,6 pontos percentuais entre 1980 e 2017, e de 6 pontos percentuais apenas entre 2007 e 2017. Em sentido inverso, o número de pessoas que têm o português como primeira língua aumentou significativamente. Houve um crescimento de 15,3 pontos percentuais entre 1980 e 2017 e de 5,8 pontos entre 2007 e 2017.

Ao analisar a evolução dos dados de 1980 a 2017, verifica-se que a taxa anual de crescimento dos falantes de português como língua materna tem aumentado, embora o ritmo venha diminuindo. Entre 1997 e 2007, a percentagem de lusofalantes nativos passou de 6,0% para 10,7%, o que representa um crescimento de 78,3%. Já no período seguinte, entre 2007 e 2017, essa percentagem subiu de 10,7% para 16,5%, equivalente a um crescimento de 54,2%. As projeções indicam que, mantendo-se essa tendência, em 2027 cerca de 21,6% da população terá o português como língua materna.

Tabela 1: Tendência dos falantes de línguas como L1

	% DE FALANTES EM 1980	% DE FALANTES EM 1997	% DE FALANTES EM 2007	% DE FALANTES EM 2017
FALANTES DAS LÍNGUAS BANTU COMO L1	98,8	93	85,2	79,2
FALANTES DO PORTUGUÊS COMO L1	1,2	6,5	10,7	16,5

Fonte: Dados do INE (1980, 1997, 2007 e 2017)

Os números falam por si e não há que contestar. O número de falantes das línguas bantu como L1 decresce ao longo dos anos e já sabemos o que pode acontecer se não houver mudança de atitudes em relação às políticas e ao planejamento linguísticos. Contrariamente a essa tendência, os falantes do portugues como L1 aumentam, resultante das políticas linguísticas já estabelecidas desde 1975, ano da independência. Em meio século, conseguimos observar consequências drásticas com relação a percentagem de falantes das línguas bantu como L1. É possível estimar que nos próximos 50 anos, a situação será muito mais pior com relação as línguas bantu. Se a sociedade não recalcula a rota, obviamente teremos a eliminação das línguas bantu em um século.

2.Análise Crítica da situação sociolinguística de Moçambique

Com base nesses dados, é possível inferir que a expansão do uso do português se relaciona diretamente ao seu estatuto de língua de prestígio, atribuível ao fato de ser o idioma dominante nos domínios formais da sociedade moçambicana, como na educação, na administração pública e no mercado de trabalho. Em consequência, a motivação para aprender ou transmitir as línguas autóctones tende a diminuir, uma vez que estas não têm recebido o mesmo reconhecimento institucional que o português. Considerando que a língua está intrinsecamente vinculada à cultura, a marginalização das línguas autóctones implica não apenas a sua desvalorização social, mas também o risco concreto de desaparecimento, caso não sejam garantidos os seus direitos linguísticos e o seu uso efetivo nos espaços públicos e educativos.

De forma geral, as línguas bantu constituem o principal conjunto linguístico que é característico do território moçambicano, sendo adotadas como primeira língua por 79,2% da população com cinco ou mais anos de idade, conforme já mencionado. Contudo, a sua predominância é significativamente mais acentuada nas zonas rurais, onde se concentra a maior proporção de falantes nativos. Os dados do Censo de 2017 corroboram essa tendência, à semelhança dos censos anteriores, ao revelar que 90,1% da população residente em áreas rurais declarou ter uma língua bantu como língua materna, enquanto nas áreas urbanas esse valor corresponde a 57,7%. Tais resultados reforçam a caracterização do português como uma língua essencialmente urbana em Moçambique, sendo reportado como língua materna por 39,0% dos residentes urbanos em 2017. Regista-se ainda que a percentagem de indivíduos que declararam ter uma língua materna distinta das línguas bantu ou do português é residual, situando-se abaixo de 1,0%. (INE, 2023, p. 13)

Moçambique adota o português como única língua oficial, conforme estabelece a Constituição (2004). Todavia, o país caracteriza-se por um profundo multilinguismo, no qual coexistem diversas línguas bantu. Muitas crianças ingressam no sistema educacional tendo o português como segunda língua, o que evidencia a distância entre a língua oficial e as práticas linguísticas cotidianas. Esse cenário de contato linguístico contribuiu para a formação do português moçambicano, variedade marcada por moçambicanismos e traços léxicos, sintáticos e semânticos próprios, resultantes da influência das línguas locais (Timbane & Vicente, 2017).

Diante dessa realidade é imprescindível incluir nos currículos escolares discussões sobre variação linguística e identidades linguísticas locais, de modo a legitimar a diversidade cultural moçambicana que se manifesta nos moçambicanismos. Entendemos por moçambicanismos palavras, expressões, construções gramaticais ou usos semânticos próprios do português falado em Moçambique, influenciadas pelas línguas Bantu e pelas tradições e culturas

locais. Os estudos de Timbane e Quiraque (2017), de Dias (2002), de Timbane (2013) já ilustram esses moçambicanismos que estão no cotidiano dos moçambicanos.

As políticas educacionais devem considerar as línguas autóctones como parte do repertório linguístico dos estudantes, promovendo metodologias de ensino compatíveis com essa pluralidade e evitando práticas excludentes que culminam com o preconceito linguístico. A tolerância linguística é de salutar e deve fazer parte do processo de ensino-aprendizagem. O português moçambicano existe e deve ser valorizado sem preconceito. O reconhecimento formal dessa variedade é fundamental para que o português moçambicano seja legitimado como expressão autêntica da moçambicanidade, reduzindo o fosso entre norma institucional e uso real da língua.

Macaringue (2021) observa que as políticas linguísticas em Moçambique ainda refletem heranças coloniais: o português foi imposto como instrumento de unificação e controle, marginalizando as línguas locais. Após a independência, a manutenção do português como língua de unidade nacional impediu uma descolonização linguística mais profunda.

O português foi adotado como língua oficial para fins administrativos, educacionais e políticos, porém sem adequada adaptação ao contexto moçambicano. A norma europeia ainda predomina como referência institucional, apesar de o português falado em Moçambique já apresentar um processo avançado de nativização ou endogeneização, fruto do contacto linguístico entre as línguas que coexistem.

Para a realização deste estudo, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigos científicos, periódicos especializados e obras de referência que dialogam diretamente com o tema das políticas linguísticas em Moçambique. Entre os autores consultados, destacam-se Dias, Timbane, Gil Vicente, Macaringue e Mufwene, cujas contribuições oferecem bases teóricas relevantes para a análise sociolinguística proposta. Além disso, foram examinados documentos oficiais e normativos do Estado moçambicano, incluindo a Constituição da República (2004), bem como dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017), a fim de assegurar maior proximidade e compreensão da realidade sociolinguística do país. Esse conjunto de fontes permitiu construir um quadro analítico robusto e alinhado aos objetivos definidos para o presente trabalho tratando-se de uma pesquisa documental.

3.As línguas autóctones e o reconhecimento institucional

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) no Art. 16º determina que “todo o membro de uma comunidade linguística tem direito a exprimir-se e a ser atendido na sua língua, nas suas relações com os serviços dos poderes públicos ou das divisões administrativas centrais, territoriais, locais e supraterritoriais aos quais pertence o território de que essa língua é própria.”

A constituição de Moçambique, no seu 9º artigo, diz que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”, porém, embora as línguas bantu sejam amplamente reconhecidas no discurso político como parte da identidade nacional, elas carecem de status oficial e suporte institucional efetivo. Tal limitação restringe sua utilização nos domínios formais da educação, da administração pública e dos meios de comunicação.

A fragmentação sociolinguística do país com numerosas línguas regionais sem uma dominante nacional torna complexa a implementação de políticas de normalização e padronização. Mas tudo isso deve ser encarrado como desafio para investigadores, professores e pesquisadores. Ainda assim, o fortalecimento dessas línguas exige planejamento linguístico estruturado, com investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos e desenvolvimento de currículos bilíngues ou multilíngues.

A valorização das línguas autóctones, portanto, deve ir além do simbolismo, sendo incorporada de modo funcional ao sistema educacional. Uma educação bilíngue robusta poderia transformar a diversidade linguística em recurso pedagógico e identitário, promovendo inclusão e equidade. A África do Sul dá um exemplo positivo ao oficializar onze línguas das quais dez são de origem africana. Jamais houve guerras linguísticas, pois cada língua é usada em seu contexto, na sua etnia sem descriminação nem preconceito. Cabe ao cidadão escolher a língua que deseja se comunicar em contextos formais e isso contribui para o fortalecimento da democracia e da liberdade.

Macaringue (2021) reconhece que o português moçambicano ocupa posição de prestígio, mas a transição normativa e institucional permanece incipiente. Persistem desafios quanto à viabilidade política, econômica e técnica da normalização linguística e da educação bilíngue. É preciso que haja mais incentivo na pesquisa da variedade moçambicana de português para que em curto espaço de tempo haja dicionários e gramáticas da variedade em uso.

O principal dilema consiste em equilibrar a “unidade nacional” com o reconhecimento da diversidade linguística, garantindo que a padronização não resulte em exclusão. Além disso, as políticas linguísticas moçambicanas devem considerar os condicionantes externos, como relações internacionais, influência de países lusófonos e processos de globalização que moldam as escolhas normativas e culturais do país.

Considerações finais

Pode-se concluir que o estudo das políticas linguísticas se revela fundamental para a compreensão das ambivalências presentes no contexto moçambicano. Observa-se que, embora haja um esforço em promover a unidade nacional por meio da língua portuguesa, persistem tensões significativas decorrentes da diversidade cultural e linguística interna. Defende-se, nesse sentido, o reconhecimento formal do português moçambicano, bem como a necessidade de que as línguas autóctones transcendam o estatuto meramente simbólico, adquirindo efetiva funcionalidade nas instituições públicas e educacionais.

O multilinguismo existente em Moçambique deve ser compreendido não apenas como um desafio à coesão nacional, mas também como uma oportunidade de valorização da identidade cultural e de enriquecimento do sistema educacional. A adoção de políticas linguísticas mais inclusivas poderia contribuir para a redução das desigualdades educacionais e culturais, promovendo maior equidade entre os falantes das diferentes línguas nacionais. O art. 8º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) defende que “todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.” Estabelecer políticas linguísticas inclusivas demonstra coragem e firmeza na luta pelos direitos linguísticos dos cidadãos. Promover a eliminação de uma língua é ao mesmo tempo contribuir para a aniquilação das culturas e tradições.

As boas propostas linguísticas devem ser encorajadas e sobretudo incentivadas para que o preconceito linguístico seja combatido na sociedade. As propostas de educação bilíngue em Moçambique fazem-se indispensáveis um compromisso político sustentado a longo prazo, aliado à disponibilização de recursos materiais e humanos adequados, além da efetiva participação das comunidades locais no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas linguísticas.

Referências

ANGOLA. *Constituição da República de Angola.* Luanda: Assembleia da República, 2010.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei n.o 6/92, de 6 de Maio, Sistema Nacional de Educação. 1992

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia Nacional, 1990.

COUTO, E. K. N. N do. *Ecolinguística:* estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

DIAS, Hildizina. *Minidicionário de moçambicanismos.* Maputo: Imprensa universitária, 2002.

INE, I. N. *Padrão linguístico em Moçambique.* Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA.*Recenseamento Geral da população e Habitação.* Maputo: INE, 1980.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA.*Recenseamento Geral da população e Habitação.* Maputo: INE, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA.*Recenseamento Geral da população e Habitação.* Maputo: INE, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA.*Recenseamento Geral da população e Habitação*. Maputo: INE, 2017.

MACARINGUE, I. E. A. Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas. *Língua Portuguesa em África. Políticas Linguísticas e Crioulos em Debate*. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, *31*, 47-69, 2021.

MAZIVILE, P. J. Educação bilingue em Moçambique: influência de crenças e atitudes linguísticas. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v.18, n.1, p. 01-29, 2025.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Assembleia da República, 2004.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique.* Maputo: Assembleia, 2010.

MUFWENE, S. Prefácio: Língua Portuguesa em África. *Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP)*. Vol.*31*, 9-11, 2021.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas:* relatório do III seminário. Maputo: CEA, 2011.

RANAIVOSON, D. La langue malagasy et les politiques linguistiques. *Études littéraires africaines,* (23), 6–12, 2007.

TIMBANE, A. A. A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. *Revista Caligrama,* vol. 18, nº2, p.7-30, 2013.

TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique.* 2013. 318p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), Araraquara, 2013.

TIMBANE, A. A. VICENTE, J. G. O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *Revista Internacional em Língua Portuguesa* – Língua Portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate. n. 31, p. 91-112, 2017.
TIMBANE, A. A; QUIRAQUE, Z. A. S.; A variação linguística na lusofonia: reflexões sobre moçambicanismos lexicais e semânticos no "Jornal @Verdade", In: DE PAULA, M. H.; SANTOS, M. P. dos.; PERES, S. M. *Perspectivas em estudos da linguagem***.** São Paulo: Blucher, 2017, p. 91-108.
UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.* Barcelona: Unesco, 1996.
ZOSSOU, A. A. O conceito africano de língua: representação, manifestação e importância social. Entendimento no grupo etnolinguístico Fon. *Revista de @ntropologia da UFSCar*. São Carlos, vol.13, nº2, p.48-61, jul./dez. 2021.

Minibiografia dos autores

Adelino João Mavinga, mestre em Língua Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto- Angola.

Alexandre António Timbane, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Editor-Chefe da Revista Njinga & Sepé e da Revista AXEUNILAB. Docente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, editor-chefe da Revista Njinga & Sepé e da Revista AXEUNILAB. Atua como docente e orienta estudos e pesquisas na graduação e na pós-graduação na UNILAB, UEFS, UNEB e Universidade de Santiago (Cabo Verde).

Almirante Fernando Ié, guineense, nascido no dia 20 de junho de 1997, na cidade de Biombo, no interior da Guiné-Bissau zona norte do país, graduando no Curso de Letras-Língua Portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês. Realiza pesquisas e práticas nas áreas da linguística, colonialidade linguística e Educação Escolar na Guiné-Bissau: Política linguística, Ideologias e Exclusão das Línguas Guineenses no Ensino Formal.

Amade Assane Ossufo, estudante do curso de licenciatura em Ensino de Português na Universidade Púnguè – Faculdade de Letras, Ciências Socias e Humanidades. Cidade de Chimoio.

Belo Nanque, guineense, licenciando em Letras Língua-Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-BA, Campus dos Malês. Atualmente, integra ao programa da Iniciação á Docências (PIBID), secretário de Fórum dos Estudantes Guineensese em São Francisco do Conde. Tem interesse em estudos linguísticos, especialmente nas políticas linguísticas e sociolinguística.

Carlos Manuel Simão João, é angolano, filho de Nkama Mbote Augusto João e de Mayangi Luzolo Mireille. Em 2020, ingressou na Universidade Agostinho Neto, na Faculdade de Humanidades, onde cursou Filosofia durante dois anos. Atualmente é estudante do curso de Letras – Língua Portuguesa, no Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Brasil. Seus interesses de pesquisa concentram-se nos estudos linguísticos, com enfoque na sociolinguística.

Celestino Domingos Kutala, mestre em Língua Portuguesa, licenciado em Línguas e Literaturas em Língua Portuguesa, Escritor, Docente Universitário no Instituto Superior Politécnico Alexandre Dom Cardeal do Nascimento e no Instituto Superior da Catepa, Consultor linguístico

Crispal da Costa Quiquelo, licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela UNILAB/BA, no Campus dos Malês. É integrante do projeto de pesquisa Por uma Memória Linguística de São Tomé e Príncipe, no qual investiga o fonema /l/ no português santomense. Também participou do projeto Deus me livre... quem me dera: o tabu e seus efeitos linguísticos. Desenvolve pesquisas na área de linguística, com foco em variação e estudos do tabu linguístico.

Daniel Peres Sassuco, professor Auxiliar da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto. Licenciado e Bacharel em Pedagogia Aplicada em Francês-Linguística Africana pelo Instituto Superior Pedagógico (ISP) de Lubumbashi na República Democrática do Congo. Mestre em Tratamento de Informação e Comunicação Multilingue pela Universidade Autónoma de Barcelona de Espanha. Doutor em Linguística Geral, especialidade de Linguística Africana pela Universidade Atlântica

Internacional dos Estados Unidos da América. Agregado em ensino superior pela Universidade Agostinho Neto Leciona as cadeiras de - Sociolinguística, Introdução à Linguística Bantu, Morfologia das Línguas Bantu e Linguística Contrastiva. Membro do Grupo de Pesquisa GRECORPA-Angola. Interessa-se às pesquisas de Descrição linguística, Estudos contrastivos, Políticas linguísticas, Tradução sentido-texto, Onomástica e Lexicografia, Recolha de dados orais (provérbios, contos, canções, adivinhas). Autor de uma série de artigos científicos e palestrante de várias comunicações a nível nacional, regional e internacional.

Eduardo Ferreira dos Santos, professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Professor Permanente do Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês em São Francisco do Conde - BA. Estágio de pós-doutorado concluído junto ao Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Doutorado (2015) e mestrado (2010) em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) desenvolvendo trabalhos sobre aspectos sintáticos do português falado em Angola. Atua na área de teoria e análise linguística (com interesse nos estudos morfossintáticos), ensino de gramática, historiografia linguística, linguística africana, português na África e contato linguístico. É integrante do Projeto Libolo, dos grupos GELCLA (UNILAB) e GELIC (DLCV/FFLCH/USP) e membro do CEDOCH (DL/FFLCH/USP)

Elidio Tinei Keniasse, graduando em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus dos Malês.Também é graduando em Tecnologia em Serviços Judiciais pela FMU. Bolsista doPrograma Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) no período2024–2026. Colaborador do Cursinho Popular – Rede Malês e integrante de diversos grupos de extensão universitária.

Elizabeth Alfredo Capathia Nahia, Supervisora, Doutora em Língua, Cultura e Sociedade pela Universidade Zambeze – Moçambique; Docente na Universidade Púnguè, Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades – Curso de Português.

Esmerildo Kita Evaristo, filho de Fernando Evaristo e de Conceição Catongo Kita, nascido aos 03 de Maio de 1996, natural de Cacuaco, província de Luanda. Lincenciado em Ensino da Língua Portuguesa, pela Escola Superior Pedagógica do Bengo. Mestrando em Língua Portuguesa, pela Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Humanidades. Membro do Projecto de Investigação Vapa. Professor, corrector linguístico e palestrante.

Eugénio Eurico Chiulele, Mestrando em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África (MEL Malês), bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É licenciado em Ciências Sociais no Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês (Bahia, Brasil) na mesma instituição. Possui formação em Desenvolvimento Mobile pela Restic36 – Residência em Software e é técnico em Administração Pública. Atua como apresentador do programa "Hora de Moçambique na Diáspora", transmitido pela 'TV Matraca'. É integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada e do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global.

Felismino da Conceição Paulo Sérgio, bacharel em Comunicação Social - Universidade António Agostinho Neto (UAN), graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Licenciatura em Ciências Sociais (em andamento), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), atuou como bolsista de

iniciação científica (PIBIC) durante um ano, desenvolvendo a pesquisa ''Transição das gírias do kuduro para variedade do português falado em Angola''. Possui experiência nas áreas de jornalismo, além de atuação em comunicação e língua portuguesa, com ênfase em comunicação e imagem.

Gaspar António Torres Pagarache, moçambicano, nascido na cidade de Maputo, atualmente mora no Brasil. É estudante de letras pela Universidade Unilab, Bahia. Foi monitor no semestre 2025.2 na disciplina de Leitura e Produção de Texto 1. Participa da antologia Ubuntu: literatura e ancestralidade, organizado e editado pela editora Gala-gala edições e e Lavra editores. É escritor, contista, resenhista e escreve textos teatrais. É autor de livros de contos A substância do silêncio, 2024 publicado pela editora A arte da Palavra, Brasil.

Inácio Sanhá Na Fina, graduando em Letras Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). No Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês. Membro do Colegiado Discente de Letras Língua Portuguesa. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID, 2024 a 2026. Estagiário no Programa do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec). Estagiário no Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Salvador. Pesquisa na área de Linguística Aplicada com foco na Política Linguística e Planejamento linguístico.

Janayne Gabrielle Alves Martins, licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Residente em Santo Amaro, Bahia, atuou como pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e participou ativamente do projeto Matabicho Linguístico, contribuindo para iniciativas de estudo e promoção da língua portuguesa no contexto lusófono e afro-brasileiro

João Domingos Pedro, docente do Departamento de Línguas Modernas; Faculdade de Humanidades, Luanda, Angola, é doutorando em Linguística Portuguesa na Unidos do Minho, Braga, Portugal. É Mestre em Letras "Língua Portuguesa. É Licenciado em Linguística Portuguesa. Licenciado em Direito. É docente da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto.

João Muteteca Nauege, Professor Auxiliar na Faculdade de Direito do Dundo e da Escola Pedagógica do Dundo, Universidade Lueji A´Nkonde, Angola. Doutor em Linguística Portuguesa: Universidade de Évora/Portugal (2018). Mestre em Ciências da Linguagem, Universidade Nova de Lisboa, Portugal (2015). Licenciado em Ciências da Educação, Ensino do Português, Instituto de Ciências de Educação de Huila-Angola. É investigador no CEL-UÉVORA/UTAD e CEDES-ULAN, Angola. É autor de diversos livros, capítulos e artigos científicos.

José Baptista Adriano Victorino, graduado em Ensino da Língua Portuguesa pela Escola Superior Pedagógica do Bengo, mestrando em Língua Portuguesa pela Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, sou professor de Língua Portuguesa no Liceu Samuel Lussati do Kunje e membro do Conselho Consultivo da Associação de Jovens Escritores do Sul Núcleo Bié.

José Justino Arsénio Morais, angolano, graduando no Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Nasceu em 25 de maio e dedica-se à escrita literária, atuando como escritor e poeta. No âmbito acadêmico, tem interesse aos estudos Sociolinguísticos, buscando aprofundar estudos relacionados à linguagem, sociedade e práticas linguísticas no contexto da graduação em Letras.

Kambulo Mika Costa Ntoto, graduando no Curso de Letras – Língua Portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e de Gestão da Comunicação Institucional na UNICESUMAR. Atua em projetos acadêmicos e culturais voltados à promoção da comunidade universitária. Representante do projeto de extensão UNICULTURAS**,** dedicado ao fortalecimento das iniciativas culturais e acadêmicas da UNILAB.

Luzinha Brígida de Jesus, Mestra em Estudos Linguisticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui graduação em Educação pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e (2023). Pesquisa língua, linguística, sociolinguística, educação. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil (UNILAB): produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global.

Malungu Job Mateva, licenciando no Curso de Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), desenvolvendo pesquisa em Historiografia Linguística sobre os agentes da formação das variedades africana e brasileira do português, a partir das contribuições de Amélia Mingas e Rosa Virgínia Mattos e Silva. Foi bolsista de Iniciação Científica na área de Fonologia do Português, atuando na transcrição de entrevistas do português do Príncipe, em Príncipe, São Tomé e Príncipe, no período de 2023 a 2024. É membro cofundador do GELLAN – Grupo de Pesquisa de Estudos Linguísticos e Literários de Angola, projeto coordenado pelo professor Eduardo Ferreira dos Santos, vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Bahia).

Margarida Laura Alexandre Timbane, Mestranda no Curso de Letras na Universidade Federal de Santa Maria, Bacharel em Direito pela Faculdade Ruy Barbosa (2024), em Salvador/BA. Possui sólida experiência nas áreas de Direito Penal, Processual Penal e Direito do Consumidor, tendo atuado como estagiária no Ministério Público do Estado da Bahia, com ênfase nas audiências de custódia, em 2024.Também exerceu atividades nos Juizados Especiais, com atuação prática tanto na seara penal quanto nas demandas cíveis, especialmente voltadas à proteção do consumidor, desenvolvendo habilidades na mediação de conflitos, elaboração de peças e atendimento ao público. Participa de projetos de pesquisa com enfoque em estudos comparados entre Brasil e Moçambique, abordando direitos fundamentais, sistemas jurídicos e direito penal. É avaliadora da Revista Científica Njinga Sepé (ISSN: 2764-1244) e atua como palestrante em eventos acadêmicos e jurídicos, promovendo debates sobre temas contemporâneos, com especial atenção à efetividade do sistema penal, à tutela dos direitos humanos e à defesa do consumidor

Paulino Soma Adriano, Professor Auxiliar no Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla), onde coordena o mestrado em Ensino da Língua Portuguesa e leciona unidades curriculares no âmbito da Linguística Portuguesa. É doutorado em Linguística pela Universidade de Évora; mestre em Consultoria e Revisão Linguística pela Universidade Nova de Lisboa; licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pelo ISCED-Huíla (Angola). É membro colaborador da Cátedra da Língua Portuguesa da Universidade Católica de Angola. Autor de várias obras dos estudos linguísticos.

Pedro Djedjo, escritor, ensaiasta, licenciando no curso de Letras Língua Portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e membro integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada (GRUPEAFRO) e do Grupo de Pesquisa em

Educação, História e Decolonialidade (GPEHD). Pesquisa sobre a Literatura, identidade, memória e representação.

Romário Da Encarnação Bomfim, Mestre em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IHLM/UNILAB). Licenciado em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB. Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNILAB 2019-2020, "O ensino da predicação verbal no ensino médio em São Francisco do Conde: uma proposta de abordagem formalista". Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNILAB 2020-2021, "Preposições em verbos de movimentos na modalidade escrita do Português de Angola".

Saudinho Rafael Saúde, é moçambicano da província de Nampula, do grupo étnico macua. Atualmente mora no Brasil onde faz a graduação em licenciatura de Letra língua portuguesa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Bacharel em Jornalismo pela Unicesumar, até ao momento bolsista de Iniciação Científica pela FAPESP.

Suzete da Gama Faria, é licencianda no Curso de Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atua nas áreas da educação, cultura e extensão universitária. É bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) no projeto *Cacimba de Histórias: Vidas e Saberes dos Mestres da Tradição Oral de São Francisco do Conde* e integra o grupo de pesquisa GEPILIS/UNILAB. Desenvolve pesquisas e práticas nas áreas da linguística, oralidade, literatura, batalhas de rima, pedagogias decoloniais e educação antirracista.

Tito Djata, licenciando no Curso de Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de 2023 e 2024. Também, trabalhou como bolsista no ano 2024 e 2025 do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB), e, atualmente, estagiário do programa do Partiu Estágio (EMITEC) e do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) do município de Salvador. Membro do Grupo de Estudos de Línguas em Contato e Línguas Africanas (GELCLA).

ISBN 978-658319944-7

thesis editora científica